ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 182 Brasília - DF, sexta-feira, 23 de setembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 9
Ministério das Comunicações 11
Ministério da Defesa 14
Ministério do Desenvolvimento Regional 16
Ministério da Economia 16
Ministério da Educação 58
Ministério da Infraestrutura 62
Ministério da Justiça e Segurança Pública 94
Ministério de Minas e Energia 100
Ministério da Saúde 115
Ministério do Trabalho e Previdência 122
Ministério do Turismo 128
Ministério Público da União 132
Poder Judiciário 133
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 139

..... Esta edição é composta de 140 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.221 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 61467 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIUPES - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIFISCAL - SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIPÚBLICOS/ES - SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE ZAMPROGNO (ES007364/)
INTDO.(A/S)	: ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ADEPES
ADV.(A/S)	: REGINA MARIA SILVA (2009/ES)
INTDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM
ADV.(A/S)	: RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI (65401/BA, 12669/ES)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar estadual n. 187/2000, do Estado do Espírito Santo. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.8.2018.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - **LEI COMPLEMENTAR** Nº 187/2000, **EDITADA** PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - **PROVIMENTO DERIVADO** - **TRANSFORMAÇÃO** *DE SERVIDORES CELETISTAS EM ESTATUTÁRIOS* - **INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL** - **OFENSA** AO ARTIGO 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - **NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA** *DA EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO* - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.732 **(2)**

ORIGEM	: 6732 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO DOS DELEGADOS DE POLICIA DO BRASIL
ADV.(A/S)	: OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (38000/DF, 217486/MG, 3259/PA) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, reconheceu a constitucionalidade do parágrafo único do art. 46 da Constituição do Estado de Goiás, inserido pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 68/2020, e, por conseguinte, julgou improcedente o pedido formulado na inicial, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber, que julgavam parcialmente procedente a ação. Falou, pela requerente, o Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Plenário, Sessão Virtual de 5.8.2022 a 15.8.2022.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 1º da Emenda Constitucional nº 68 à Constituição do Estado de Goiás, de 28 de dezembro de 2020. Acréscimo do parágrafo único ao art. 46 da Constituição Estadual, condicionando-se a instauração de investigação criminal em desfavor de autoridades com foro por prerrogativa de função à autorização judicial prévia. Aplicação do entendimento firmado na ADI nº 7.083. Improcedência do pedido.

1. A controvérsia consiste em saber se é formal e materialmente compatível com a Constituição de 1988 a norma introduzida na Constituição do Estado de Goiás pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 68, de 2020, a qual condiciona o início ou o prosseguimento de investigação criminal em desfavor de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função à prévia autorização do respectivo Tribunal de Justiça.

2. Recentemente, a Suprema Corte se debruçou sobre a matéria ao apreciar a ADI nº 7.083, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, ocasião em que se firmou o entendimento de que "a mesma razão jurídica apontada para justificar a necessidade de supervisão judicial dos atos investigatórios de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal Federal aplica-se às autoridades com prerrogativa de foro em outros Tribunais" (ADI nº 7.083, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, Tribunal Pleno, DJe de 24/5/22).

3. Na hipótese dos autos, está-se diante de dispositivo cujo teor estabelece tão somente que a instauração de investigação contra autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça Local depende, obrigatoriamente, de decisão fundamentada desse. É dizer, a norma em questão apenas explicita a necessidade de supervisão judicial exercida desde a fase investigatória, não se exigindo decisão proferida por órgão colegiado do Tribunal de Justiça, o que não destoa do arquétipo federal nem padece de qualquer inconstitucionalidade.

4. Pedido que se julga improcedente.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.221 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 61467 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. NUNES MARQUES**
EMBTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EMBDO.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIUPES - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIFISCAL - SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S)	: SINDIPÚBLICOS/ES - SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE ZAMPROGNO (ES007364/)
INTDO.(A/S)	: ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ADEPES
ADV.(A/S)	: REGINA MARIA SILVA (2009/ES)
INTDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM
ADV.(A/S)	: RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI (65401/BA, 12669/ES)

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade: a) não conheceu dos embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Espírito Santo (Sindiupes), tampouco dos formalizados pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM); e b) conheceu dos aclaratórios do Governador do Estado do Espírito Santo e deu-lhes provimento, para que o acórdão embargado tenha a eficácia modulada da seguinte maneira: 1. Os servidores estabilizados nos termos do art. 19 do ADCT não serão atingidos pela declaração de inconstitucionalidade; 2. Os servidores que, na data de prolação do pronunciamento questionado, já tenham passado à inatividade ou preenchido os requisitos para tanto, não serão, para efeito exclusivamente da aposentadoria, por ele alcançados; 3. Os servidores nomeados após aprovação em concurso público, desde que o certame tenha sido para o cargo em que ocorreu a transposição do regime celetista ao estatutário, não são abarcados pela decisão questionada; 4. Os servidores que não preenchem nenhum dos requisitos mencionados poderão permanecer no exercício da função por até 12 meses, a contar deste julgamento, a fim de que o Estado tenha tempo de realizar ou concluir concurso público específico; 5. Os servidores que não se enquadram em nenhuma das hipóteses acima terão direito a Certidão de Tempo de Contribuição se de fato tiverem exercido o cargo e recolhido para o Regime Próprio de Previdência (RPPS) ou para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tudo nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.8.2022 a 26.8.2022.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ILEGITIMIDADE DE *AMICUS CURIAE*. NÃO CONHECIMENTO. GOVERNADOR DO ESTADO. PETIÇÃO ASSINADA FISICAMENTE. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL QUE GARANTE ESTABILIDADE A SERVIDORES QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO SEM CONCURSO. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PROCEDÊNCIA.

1. *Amicus curiae* não tem legitimidade para a oposição de embargos de declaração em controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes.

2. Presume-se autêntica a petição assinada fisicamente pelo Governador e juntada aos autos mediante assinatura eletrônica do Procurador do Estado.

3. A declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 187/2000 do Estado do Espírito Santo, na linha do que decidido pelo Supremo nos autos da ADI 4.876, Relator o ministro Dias Toffoli, deve observar o seguinte:

a) Os servidores estabilizados nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não são atingidos pelos efeitos da declaração de inconstitucionalidade consignada no acórdão embargado;

b) Os servidores que, na data de prolação do acórdão objeto dos embargos, já houvessem passado à inatividade ou preenchido os requisitos para tanto não são, para efeito exclusivamente da aposentadoria, atingidos pelo mencionado pronunciamento;

AVISO

Foram publicadas em 22/9/2022 as edições extras nºs 181-A, 181-B e 181-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

c) Os servidores nomeados após aprovação em concurso público, desde que o certame tenha sido para o cargo em que ocorreu a transposição do regime celetista ao estatutário, não são alcançados pela decisão questionada;

d) Os servidores que não preenchem nenhum dos requisitos mencionados poderão permanecer no exercício da função por até 12 meses, a contar deste julgamento, a fim de que o Estado tenha tempo de realizar ou concluir concurso público específico.

e) Os servidores que não se enquadram em nenhuma das hipóteses acima terão direito a Certidão de Tempo de Contribuição se de fato houverem exercido o cargo e recolhido para o Regime Próprio de Previdência (RPPS) ou para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

4. Embargos dos *amici curiae* não conhecidos. Embargos do Governador do Estado conhecidos e providos.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 25, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga a Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, pelo art. 1º da Resolução nº 33 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, e pelo art. 2º da Resolução nº 163 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 17 de abril de 2020,

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, que declarou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência do coronavírus (2019-nCov) e revogou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa revoga a Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que estabeleceu critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 03 de outubro de 2022.

CARLOS ROBERTO FORTNER

DESPACHOS

DEFIRO o descredenciamento da AR CAMPEÃO CERTIFICADOS. Processo n° 00100.002118/2022-68.

DEFIRO o descredenciamento da AR MG Certificadora Digital. Processo n° 00100.002139/2022-83.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTOFFICE CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001532/2022-50.

DEFIRO o credenciamento da AR BETEL TECNOLOGIA. Processo n° 00100.001572/2022-00.

DEFIRO o credenciamento da AR CREDIBLY CONSULTORIA E CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.001573/2022-46.

DEFIRO o credenciamento da AR E-CERTIFICADO BR. Processo n° 00100.001529/2022-36.

DEFIRO o credenciamento da AR COLOMBO CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001583/2022-81.

DEFIRO o credenciamento da AR SOULIDER CERTIFICADO DIGITAL. Processo n° 00100.001225/2022-79.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 492, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Delega competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para conceder autorização para a realização de teletrabalho com o agente público residindo no exterior.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso V do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e o que consta nos autos do Processo nº 21000.079263/2022-35, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, em suas ausências e impedimentos, ao Secretário-Executivo Substituto, para conceder autorização para a realização de teletrabalho com o agente público residindo no exterior, nos termos do que dispõe o inciso V do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA MAPA Nº 6, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso Substituta, considerando o disposto no artigo 8.o da Instrução Normativa MAPA n.º 36, de 24/11/2009, alterada pela Instrução Normativa n.º 42, de 05/12/2011, e o que consta do Processo n.º 21024.002592/2022-10, resolve:

Art. 1.o Credenciar a Estação Experimental da Empresa BIOPARTNER AGRO SOLUÇÕES LTDA., CNPJ n.º 30.935.581/0002-03, localizada na Rodovia BR-364, Km 1113, Zona Rural, CEP: 78365-000, no Município de Sapezal - MT, para a realização de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, de fitotoxicidade e de resíduos para fins de registro de agrotóxicos e afins junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2.o O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3.o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELE FATIMA NUNES RONDON

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 28, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 270 item VII do regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.005878/2022-17, resolve:

Art. 1º Credenciar a Estação Experimental Microbiota Brasil LTDA, Laboratório e Casa de vegetação localizado na av. Oraida Mendes de Castro, 6000, CEP: 36.576-400, no município de Viçosa, MG, com finalidade de desenvolver pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins, visando à elaboração e emissão de laudos técnicos de eficiência e praticabilidade agronômica e de fitotoxicidade, para fins de registro de agrotóxicos e afins.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta portaria terá validade indeterminada, conforme art. 7º da Instrução Normativa SDA Nº 36 de 24/11/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIDIANE LEAL DUARTE LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 713, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR a Médica Veterinária ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA, CRMV-PR Nº 21155 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.012804/2022-58).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 47, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

1. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNPAX, registro nº 31720, conforme processo nº 21000.084246/2022-10.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

2. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto MATEROLE, ESFORZA, HAMPEN, registro nº 01320, conforme processo nº 21000.084038/2022-11.

3. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNPASS, registro nº 7120, conforme processo nº 21000.084008/2022-12.

4. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNPASS, registro nº 7120, conforme processo nº 21000.084003/2022-81.

5. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNWARD, registro nº 1120, conforme processo nº 21000.083987/2022-83.

6. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNWARD, registro nº 1120, conforme processo nº 21000.083977/2022-48.

7. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNAIM, registro nº 9720, conforme processo nº 21000.083969/2022-00.

8. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUNAIM, registro nº 9720, conforme processo nº 21000.083955/2022-88.

9. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto IMAZETAPIR R 700 WG PERTERRA, registro nº 2319, conforme processo nº 21000.083948/2022-86.

10. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto IMAZETAPIR R 700 WG PERTERRA, registro nº 2319, conforme processo nº 21000.083945/2022-42.

11. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYACLEAN XTRA, registro nº 14518, conforme processo nº 21000.083934/2022-62.

12. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYACLEAN XTRA, registro nº 14518, conforme processo nº 21000.083931/2022-29.

13. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYATOP, registro nº 5521, conforme processo nº 21000.083916/2022-81.

14. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYATOP, registro nº 5521, conforme processo nº 21000.083901/2022-12.

15. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYACLEAN, DINOZETA, PUZATE, MAZETA, registro nº 25820, conforme processo nº 21000.083896/2022-48.

16. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOYACLEAN, DINOZETA, PUZATE, MAZETA, registro nº 25820, conforme processo nº 21000.083872/2022-99.

17. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Corechem Co. Ltd., endereço 18, Shilian Avenue, Haian City, Jiangsu China, no produto ABAMEX MAXX, registro nº 05221, conforme processo nº 21000.083836/2022-25.

18. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto BASTNATE, registro nº 7520, conforme processo nº 21000.083808/2022-16.

19. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto WIPE OUT, registro nº 13714, conforme processo nº 21000.083759/2022-11.

20. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLUCARE, ALUZIA, BOWBAST, GLUCAREM, GLUFOREVER, registro nº 0120, conforme processo nº 21000.083802/2022-31.

21.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SKIP 125 SC, registro nº 5308, conforme processo nº 21000.083686/2022-50.

22. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mainrique/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SKIP 125 SC, registro nº 5308, conforme processo nº 21000.083680/2022-82.

23. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda, CNPJ Nº 07.118.931/0001-38 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC, CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto DK MAX, registro nº 9520, conforme processo nº 21000.089966/2022-71.

24. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial BRIGADE, no produto formulado BISTAR 100 EC, registro nº 5207, conforme processo nº 21000.083100/2022-57.

25. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Lier Cropscience Co. Ltd., endereço No. 329 South Mianzhou Avenue, Mianzhou Avenue, Mianyang Sichuan, P.R. China, no produto TRICLOPIR CCAB 480 EC, registro nº 11719, conforme processo nº 21000.061632/2021-52.

26. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto UTILON 500 SC, registro nº 22722, da empresa Plurie Soluções Regulatórias Ltda., CNPJ Nº 09.374.891/0001-10, sito à Avenida das Nações Unidas 18801, conjunto 1308, Vila Almeida, CEP: 04795-100, São Paulo/SP para a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., CNPJ Nº 60.744.463/0001-90, sito à Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, 691, Torre Sigma, CEP: 04730-000, São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.089999/2022-11.

27. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos MESOTRIONE TÉCNICO NORTOX, registro nº TC00422 e MESOTRIONE TÉCNICO RAINBOW, registro nº TC01020, no produto formulado MESOTRIONA NORTOX, registro nº 17517, conforme processo nº 21000.090061/2022-44.

28. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico MESOTRIONE TÉCNICO NORTOX III, registro nº TC00422, no produto formulado MESOTRIONA CANA NORTOX, registro nº 28919, conforme processo nº 21000.090101/2022-58.

29. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Anhui Zhongshan Chemical Industry Co., Ltd., endereço Xiangyu Town Chemical Industryh Park, Donzhi County, Anhui Province China, Ningxia Wynca Technology Co. Ltd., endereço Taisha Industrial Park, Pingluo, Ningxia, 753401, China, Parijat Industries (India) PVT. Ltd., endereço Village khera gani, V & PO-Fatehgarh, Raipur Rani Road, Ambala, Haryana, 134201, India, Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group Co. Ltd., endereço Xinanjiang Jiande Zhejiang, 311600, China, Zhangye Dagong Pesticide Chemistry Co., Ltd., endereço Northeast Suburb Industrial Zone, Ganzhou District, Zhangye Gansu Province China, Jiangsu Agrochem Laboratory Co. Ltd., endereço nº 1218 North Changjiang RD, Hi-Tech Development Zone, Changzhou Jiangsu, 213034, China, no produto MESOTRIONA CANA NORTOX, registro nº 28919, conforme processo nº 21000.090101/2022-58.

30. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto GESAZINA SUPERMIX, registro nº 20021, da empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 10.486.463/0001-69, sito à Avenida Cristóvão Colombo, 2948, salas 1001, 1002 e 1003, Bairro Floresta, CEP: 90560-002, Porto Alegre/RS para a empresa Amaggi Exportação e Importação Ltda., CNPJ Nº 77.294.254/0001-94, sito à Avenida André Antônio Maggi, 303, Bairro Alvorada, CEP: 78049-080, Cuiabá/MT, conforme processo nº 21000.069655/2022-96.

31. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto AUIN CE, registro nº 26918, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090229/2022-11.

32. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. Salto/SP, e exclusão do manipulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, no produto AUIN CE, registro nº 26918, conforme processo nº 21000.090229/2022-11.

33. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 -Maracanaú/CE, Filiais: CNPJ Nº 07.467.822/0012-89 - Barueri/SP, CNPJ Nº 07.467.822/0004-79 - Ibiporã/PR, a importar o produto TRICHLOPYR-BUTOTYL TÉCNICO LIER, registro n º 30019, conforme processo nº 21016.004818/2022-16.

34. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do alvo biológico *Macrophomina phaseolina indicado em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico, com aumento de dose, para o produto PARDELLA, registro nº 00520, conforme processo nº 21000.074109/2020-13.*

35. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso V, § 1º Inciso VII,do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da modalidade de aplicação dessecação em pré-plantio nas culturas de Algodão, Feijão e Soja, e inclusão de alvos biológicos na modalidade de aplicação pós-emergência nas cultura do Algodão (*Lolium multiflorum, Digitaria insularis e Zea mays), Feijão (Zea mays)e Soja (Lolium multiflorum, Digitaria insularis e Zea mays), no produto GLORY, registro nº 11321, conforme processo nº 21000.039057/2021-10.*

36. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto CARZANY, processo nº 21000.043770/2019-35, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.089157/2022-60.

37. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto TRISTAR, processo nº 21000.030515/2018-41, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.089158/2022-12.

38. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial DuoBac Meta no produto formulado BACTEL, registro nº 22620, conforme processo nº 21016.004904/2022-29.

39. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Algodão no produto MINECTO PRO, registro nº 1020, conforme processo nº 21000.059971/2020-98.

40. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VI, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a exclusão das culturas da Soja e Milho, no produto VERDUM WG, registro nº 29220, conforme processo nº 21000.090375/2022-47.

41. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador Solubio Tecnologias S.A. - Jataí/GO, no produto TEC WITE, registro nº 08322, conforme processo nº 21016.004812/2022-49.

42. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador Solubio Tecnologias S.A. - Jataí/GO, no produto TEC CATP, registro nº 10922, conforme processo nº 21016.004805/2022-47.

43. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador Solubio Tecnologias S.A. - Jataí/GO, no produto TEC HUNTER, registro nº 08222, conforme processo nº 21016.004806/2022-91.

44. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvos biológicos *Gossypium hirsutum, Ambrosia artemisifolia, Spermacoce verticillata, Digitaria insularis, Conyza bonariensis, Conyza sumatrensis, Ipomoea grandifolia, Euphorbia heterophylla, Bidens pilosa, Glycine max e Commelina benghalensis, na cultura da Soja, alteração de dose (sem aumento de dose) e redução da recomendação de adjuvante (óleo vegetal) no produto PAXEO, registro nº 28021, conforme processo nº 21000.085336/2022-28.*

45. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto AUIN, registro nº 27716, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090242/2022-71.

46. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. -Pouso Alegre/MG, Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. Salto/SP, e exclusão do manipulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, no produto AUIN, registro nº 27716, conforme processo nº 21000.090242/2022-71.

47. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagros Chemicals India Private Limited, endereço A4/1&2 Sipco Industrial Complex, Pachayankuppam, Cuddalore 607 005, Tamil Nadu, India, no produto RAINIL, DRUMNIL XTRA, FIERO XTRA, OPNIL XTRA, registro nº 31817, conforme processo nº 21000.090141/2022-08.

48. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagros Chemicals India Private Limited, endereço A4/1&2 Sipco Industrial Complex, Pachayankuppam, Cuddalore 607 005, Tamil Nadu, India, no produto SURRENA, SETAZONE, SUNWISE, TRITONE, registro nº 9920, conforme processo nº 21000.090297/2022-81.

49. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagros Chemicals India Private Limited, endereço A4/1&2 Sipco Industrial Complex, Pachayankuppam, Cuddalore 607 005, Tamil Nadu, India, no produto SUNPAX, registro nº 31720, conforme processo nº 21000.090302/2022-55.

50. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagros Chemicals India Private Limited, endereço A4/1&2 Sipco Industrial Complex, Pachayankuppam, Cuddalore 607 005, Tamil Nadu, India, no produto TITULO, registro nº 30221, conforme processo nº 21000.090329/2022-48.

51. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico BIFENTHRIN TÉCNICO BHARAT, registro nº TC08520, no produto formulado COFENRIN, registro nº 6922, conforme processo nº 21000.090356/2022-11.

52. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 10.486.463/0001-69 - Porto Alegre/RS, Filial: CNPJ Nº 10.486.463/0003-20 - Mariópolis/PR, a importar o produto KASAN 800 WP, registro nº 10419, conforme processo nº 21000.090923/2022-39.

53. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico BIFENTHRIN TÉCNICO BHARAT, registro nº TC08520, no produto formulado COFENRIN, registro nº 6922, conforme processo nº 21000.090356/2022-11.

54. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico CIPERMETRINA TAGROS TÉCNICO, registro nº 8812, no produto formulado POLYTRIN, registro nº 009507, conforme processo nº 21000.090903/2022-68.

55. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico CIPERMETRINA TAGROS TÉCNICO, registro nº 8812, no produto formulado ENGEO, registro nº 02402, conforme processo nº 21000.090894/2022-13.

56. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico CIPERMETRINA TAGROS TÉCNICO, registro nº 8812, no produto formulado ALIKA, registro nº 04106, conforme processo nº 21000.090865/2022-43.

57. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Taquari/RS, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto TILT, registro nº 3058395, conforme processo nº 21000.090927/2022-17.

58. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto SULIS CE, registro nº 43819, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090857/2022-05.

59. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. -Pouso Alegre/MG, Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. Salto/SP, e exclusão do manipulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, no produto SULIS CE, registro nº 43819, conforme processo nº 21000.090857/2022-05.

60. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulinia/SP, no produto ABADAY, registro nº 01520, conforme processo nº 21000.090850/2022-85.

61. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos BIFENTRINA TÉCNICO ADAMA BR, registro nº TC17321, BIFENTRINA TÉCNICO MIL, registro nº TC17221, no produto formulado ALIKA, registro nº 04106, conforme processo nº 21000.090865/2022-43.

62. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto SHOCKER, registro nº 33918, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090805/2022-21.

63. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. -Pouso Alegre/MG, Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. Salto/SP, e exclusão do manipulador MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, no produto SHOCKER, registro nº 33918, conforme processo nº 21000.090805/2022-21.

64. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto PROFIX, registro nº 38119, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090783/2022-07.

65. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - Salto/SP, no produto PROFIX, registro nº 38119, conforme processo nº 21000.090783/2022-07.

66. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Taquari/RS, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Syngenta S.A., Cartagena Site, endereço Km 6 via Mamonal, Cartagena, Colômbia, no produto ALTO 100, registro nº 0991, conforme processo nº 21000.090781/2022-18.

67. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto NATIVE, registro nº 21220, da empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0001-49 sito à Avenida Tranquilo Giannini, 1090, Distrito Industrial, CEP: 13329-600, Salto/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., CNPJ Nº 05.470.581/0002-20, sito à Avenida Horst Frederico João Heer, 1420, Europark Comercial, CEP: 13348-758, Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.090767/2022-14.

68. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - Salto/SP, MFB Agrícola Indústria e Comércio S.A. - Pouso Alegre/MG, no produto NATIVE, registro nº 21220, conforme processo nº 21000.090767/2022-14.

69. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Resolução-RE nº 2.971, de 09/09/2022-GGTOX/ANVISA, a ANVISA reclassificou o produto AUG 106, registro nº 17322, da Classe Toxicológica I Extremamente Tóxico para Classe Toxicológica Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico, conforme processo nº 21000.081627/2022-47.

70. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Amendoim, Cevada, Soja, Sorgo, no produto IMPARBR, registro nº 37019, conforme processo nº 21000.037461/2020-60.

71. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Eucalipto, Pinus, Algodão OGM resistente ao glifosato, Milho OGM resistente ao glifosato, Soja OGM resistente ao glifosato, no produto GLIFOSATO K ATANOR, registro nº 36618, conforme processo nº 21000.040286/2021-79.

72. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto VALENTE PRIME, registro nº 36519, para marca comercial ATTILA, conforme processo nº 21016.004949/2022-01.

73. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III e Inciso V, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Milho e a modalidade de aplicação aérea nas culturas do Algodão e Soja, no produto LEGION, registro nº 4521, conforme processo nº 21000.047246/2021-58.

74. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Toyobo do Brasil Produtos Biológicos Ltda -Salto/SP, no produto BALLVÉRIA, registro nº 07312, conforme processo nº 21000.063239/2021-01.

74. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Crisântemo e Plantas Ornamentais, no produto MINECTO PRO, registro nº 1020, conforme processo nº 21000.080267/2020-02.

75. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura da Cana-de-Açúcar, no produto VERTIMEC 84 SC, registro nº 25519, conforme processo nº 21000.060464/2020-05.

76. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP, a importar o produto 2,4-D TÉCNICO TJX, registro nº TC10221, conforme processo nº 21000.091276/2022-82.

77. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto MANZIVEX, processo nº 21000.020135/2017-18, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21016.005027/2022-11.

78. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Algodão, Tomate e Uva, no produto REVEL, registro nº 7321, conforme processo nº 21016.008861/2021-70.

79. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Algodão, Tomate e Uva, no produto MASCROP, registro nº 6021, conforme processo nº 21016.008858/2021-56.

80. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Algodão, Tomate e Uva, no produto MAXPORT, registro nº 5520, conforme processo nº 21016.008857/2021-10.

81. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Amendoim com os alvos biológicos Tripes-do-amendoim (*Enneothrips flavens), vaquinha-verde-amarela (Diabrotica speciosa) e Lagarta-do-pescoço-vermelho (Stegasta bosquella) com aplicação folia (terrestre e aérea); inclusão do alvo biológico Percevejo-marrom (Euschistus heros) na cultura da soja, com aplicação foliar (terrestre e aérea); inclusão dos alvos biológicos Lagarta-militar (Spodoptera frugiperda), Lagarta-falsa-medideira (Chrysodeixis includens) e da modalidade de aplicação em pré semeadura após a dessecação que antecede a semeadura da cultura da Soja com aplicação foliar (terrestre e aérea), alteração de dose para o controle do alvo biológico Percevejo-da-soja (Nezara viridula) na cultura da soja com aplicação foliar (terrestre e aérea), no produto KAISO 250 CS, registro nº 13811, conforme processo nº 21000.003419/2021-26.*

82. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Ofício nº 733/2022/CGASQ/IBAMA, o IBAMA reclassificou o produto KAISO 250 CS, registro nº 13811, da Classe II - Produto Muito Perigoso Ao Meio Ambiente para a Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente, conforme processo nº 21000.003419/2021-26.

83. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto SOCKER, registro nº 24922, para marca comercial CEFANOL GOLD, conforme processo nº 21016.005060/2022-33.

84. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso VI, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da modalidade de aplicação aérea na cultura do Eucalipto, no produto SECTOR, registro nº 5016, conforme processo nº 21000.039468/2021-05.

85. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto SECTOR, registro nº 5016, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente: Eucalipto e Pinus, conforme processo nº 21000.077881/2021-60.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 28 de junho de 2022, em Ato nº 31, item retificações, onde se lê: ... e.formulador .Nome: Indofil Industries Limited - Endereço: Plot N.Z7-1/Z8 Ses Dahej Limited Sez Dahej Taluka: Vagra, Dist-Bharuch, Gujarat - Índia; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.140-000, leia-se: ...Vagra, Dist-Bharuch, Gujarat -392 130 - Índia; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércip de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros Paulínia/SP - CEP: 13.140-030, f. Manipulador: Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ:03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros - CEP: 13148-030 - Paulínia/SP.

No DOU de 16 de setembro de 2022, em Ato nº 43, Seção 1, item 45, onde se lê: ... foi aprovada a inclusão dos alvos biológicos Cercospora kikuchii, Corynespora cassiicola, Cercosporidium personatum, Colletrichum acutatum, Exsrohilum turcicum, Sclerotinia sclerotiorum, Colletotrichum falcatum, Ramularia areola e Stenocarpella maydis, indicado em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico, com aumento de dose e modalidade de aplicação aérea para as culturas Algodão, Amendoim, Cana-de-açúcar, Citros, Feijão, Milho, Soja e Tomate no produto BOMBARDEIRO, registro nº 27321, conforme processo nº 21000.080830/2021-15, leia-se: ... foi aprovada a inclusão dos alvos biológicos *Cercospora kikuchii, Corynespora cassiicola, Cercosporidium personatum, Colletrichum acutatum, Exsrohilum turcicum, Sclerotinia sclerotiorum, Colletotrichum falcatum, Ramularia areola, Cercospora zea-maydis e Stenocarpella maydis, indicado em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico, com aumento de dose e modalidade de aplicação aérea para as culturas Algodão, Amendoim, Cana-de-açúcar, Citros, Feijão, Milho, Soja e Tomate no produto BOMBARDEIRO, registro nº 27321, conforme processo nº 21000.080830/2021-15.*

No DOU de 16 de setembro de 2022, em Ato nº 43, Seção 1, item 100, onde se lê: ...foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas (CSFI) Alho, Amendoim, Citros, Couve, Ervilha, Feijões, Grão-debico, Lentilha, Mamão, Maracujá, Melão, Milheto, Repolho, Sorgo e Tomate, no produto CLORFENAPIR NORTOX, registro nº 16220, conforme processo nº 21000.059148/2020-82., leia-se: ...foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas (CSFI) Amendoim, Ervilha, Feijões, Grão-de-bico, Lentilha, Milheto e Sorgo, no produto CLORFENAPIR NORTOX, registro nº 16220, conforme processo nº 21000.059148/2020-82.

No DOU de 19 de setembro de 2022, em Ato nº 44, Seção 1, item 108, onde se lê: ...produto 2,4-D CHD S, leia-se: ...produto 2,4-D CHD'S.

No DOU de 19 de setembro de 2022, em Ato nº 44, Seção 1, item 44, onde se lê: ...foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto ATRAZINA MAX CHD'S, registro nº 25021, da empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas, CNPJ Nº61.142550/0001-30, sito à Avenida Liberdade, 1701, Cajuru do Sul, CEP: 18087-170, Sorocaba/SP para a empresa CHD'S do Brasil Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 18.858.234/0001-30, sito à Rua Antonio Amboni, 323, quadra 03, lote 6, CEP: 85877-000, São Miguel do Iguaçu/PR, conforme processo nº 21000.083895/2022-01, leia-se: ...foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto FACERO, registro nº 25021, da empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas, CNPJ Nº61.142550/0001-30, sito à Avenida Liberdade, 1701, Cajuru do Sul, CEP: 18087-170, Sorocaba/SP para a empresa CHD'S do Brasil Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 18.858.234/0001-30, sito à Rua Antonio Amboni, 323, quadra 03, lote 6, CEP: 85877-000, São Miguel do Iguaçu/PR, conforme processo nº 21000.083895/2022-01.

No DOU de 19 de setembro de 2022, em Ato nº 44, Seção 1, item 59, onde se lê: ...KAKTO, registro nº 00921, leia-se: ...KAKTO, registro nº 10113.

No DOU de 20 de setembro de 2022, em Ato n º 45, Seção 1, Seção 1, item 28, onde se lê: ...processo nº 21000085708/2022-16, leia-se: ...processo nº 21000.085715/2022-18.

No DOU de 20 de setembro de 2022, em Ato nº 45, Seção 1, item 100, onde se lê: ...Ninner Mongolia, leia-se: ...Inner Mongolia.

No DOU de 20 de setembro de 2022, em Ato nº 45, Seção 1, item 108, onde se lê: ...produto BAITHA, leia-se: ...produto BAIHTA.

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

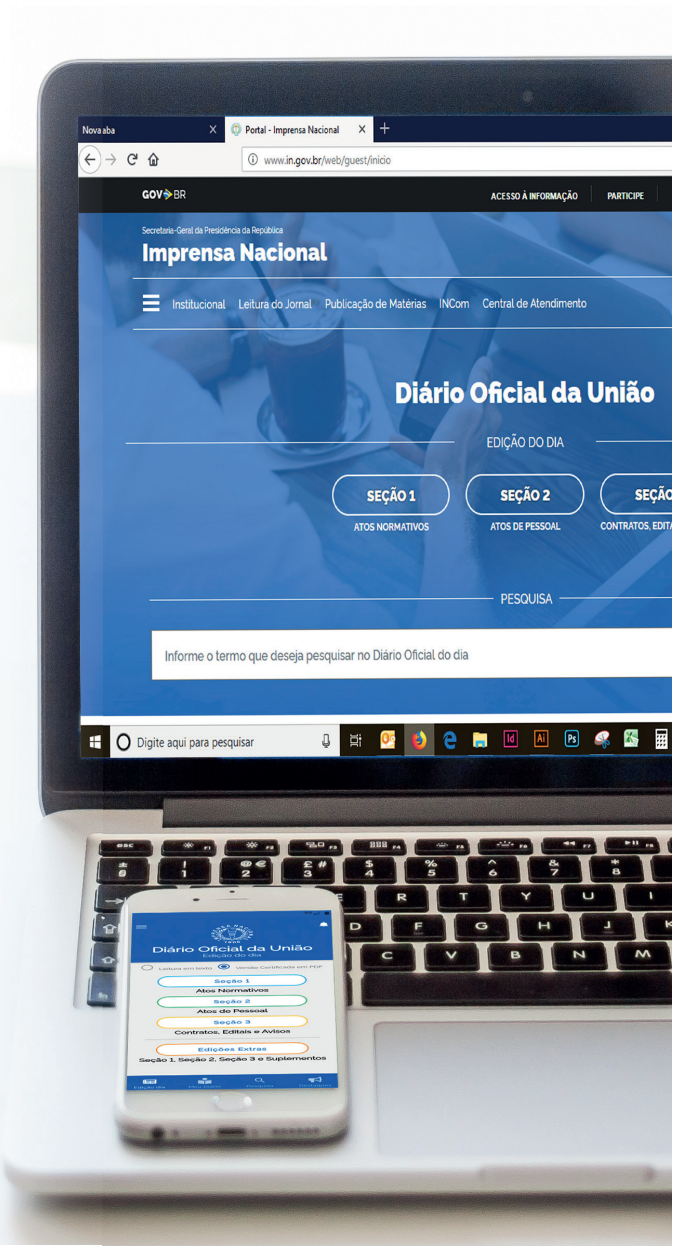
Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf*, *html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**

Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas
App Store Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.556, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022 e 14/09/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022 e 14/09/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.069565/2022-73
Proponente: ADESIN - Associação Desportiva de Sinop
Título: Vôlei na Base
Registro: 2201414
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.969.696/0001-24
Cidade: Sinop UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 735.009,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1180 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 93252-3
Período de Captação até: 14/09/2024
2 - Processo: 71000.071621/2022-30
Proponente: ADESIN - Associação Desportiva de Sinop
Título: Salto Pró Futuro
Registro: 2201515
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.969.696/0001-24
Cidade: Sinop UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 950.030,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1180 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 93345-7
Período de Captação até: 14/09/2024
3 - Processo: 71000.071622/2022-84
Proponente: ADESIN - Associação Desportiva de Sinop
Título: Treinando para Vida
Registro: 2201516
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.969.696/0001-24
Cidade: Sinop UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 738.713,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1180 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 93370-8
Período de Captação até: 14/09/2024
4 - Processo: 71000.073666/2022-49
Proponente: ADRP Associação Desportiva de Ribeirão Preto
Título: R13 Social
Registro: 2201628
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.642.299/0001-71
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 451.759,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4392 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 7446-2
Período de Captação até: 14/09/2024
5 - Processo: 71000.062356/2022-07
Proponente: Associação Caminho do Esporte
Título: Arena Verão +
Registro: 2201059
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.816.608/0001-04
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.774.291,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1880 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37548-9
Período de Captação até: 14/09/2024
6 - Processo: 71000.067252/2022-81
Proponente: Associação Cidadania em Movimento
Título: Escola da Bola, Escola da Vida
Registro: 2201331
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 23.610.524/0001-08
Cidade: Betim UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.979.960,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0750 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 129851-8
Período de Captação até: 14/09/2024
7 - Processo: 71000.067251/2022-36
Proponente: Associação Cidadania em Movimento
Título: Resgate
Registro: 2201329
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 23.610.524/0001-08
Cidade: Betim UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.177.016,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0750 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 129852-6
Período de Captação até: 14/09/2024
8 - Processo: 71000.074390/2022-16
Proponente: Associação Esporte Solidário Gustavo Elias - AESGE
Título: Construindo Sonhos, movendo vidas
Registro: 2201753
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 32.161.934/0001-00
Cidade: Pompéu UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 364.639,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2475 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 30828-5
Período de Captação até: 14/09/2024
9 - Processo: 71000.068471/2022-87
Proponente: Associação Life Instituto
Título: Atletismo - Formando Cidadãos
Registro: 2201377
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.501.841/0001-00
Cidade: São Joaquim da Barra UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 454.137,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0873 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 33706-4
Período de Captação até: 14/09/2024
10 - Processo: 71000.074031/2022-69
Proponente: Associação Life Instituto
Título: Team Silvério - Lutando Pelo Futuro
Registro: 2201678
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.501.841/0001-00
Cidade: São Joaquim da Barra UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 569.839,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0873 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 33796-X
Período de Captação até: 14/09/2024
11 - Processo: 71000.071252/2022-85
Proponente: Athletic Club
Título: Athletic - Futebol de Base II
Registro: 2201490
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 24.735.169/0001-58
Cidade: São João del Rei UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 3.845.026,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0162 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 90810-X
Período de Captação até: 14/09/2024
12 - Processo: 71000.071253/2022-20
Proponente: Athletic Club
Título: Esquadrão Formando Atletas II
Registro: 2201491
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 24.735.169/0001-58
Cidade: São João del Rei UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.556.598,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0162 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 90811-8
Período de Captação até: 14/09/2024
13 - Processo: 71000.071249/2022-61
Proponente: Automóvel Clube do Maranhão
Título: Time ACM - F4
Registro: 2201488
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.501.275/0001-62
Cidade: Imperatriz UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 1.660.277,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0554 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97095-6
Período de Captação até: 14/09/2024
14 - Processo: 71000.073661/2022-16
Proponente: Automóvel Clube do Maranhão
Título: Time ACM - FIA F3
Registro: 2201624
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.501.275/0001-62
Cidade: Imperatriz UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 2.997.130,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0554 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97101-4
Período de Captação até: 14/09/2024
15 - Processo: 71000.069776/2022-14
Proponente: Caravaggio Futebol Clube
Título: Carava Mais que um Clube
Registro: 2201424
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 75.565.440/0001-95
Cidade: Nova Veneza UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 327.230,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2357 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 28018-6
Período de Captação até: 14/09/2024
16 - Processo: 71000.074186/2022-03
Proponente: Centro de Recuperação Nova Esperança
Título: Espaço Cidadania
Registro: 2201706
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 79.372.108/0004-08
Cidade: São Bento do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 302.110,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0674 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 66756-0
Período de Captação até: 14/09/2024
17 - Processo: 71000.074111/2022-14
Proponente: CGTI - Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação
Título: Basquete Estrelas Piracicaba
Registro: 2201693
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 06.062.204/0001-33
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 535.716,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39118-2
Período de Captação até: 14/09/2024
18 - Processo: 71000.073819/2022-58
Proponente: Club Athletico Paulistano
Título: Paulistano Esportes 9
Registro: 2201654
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.927.472/0001-16
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 819.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6998 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 11060-4
Período de Captação até: 14/09/2024
19 - Processo: 71000.073924/2022-97
Proponente: Club Athletico Paulistano
Título: Tênis Paulistano 2022
Registro: 2201666
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.927.472/0001-16

Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.179.510,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6998 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 11061-2
Período de Captação até: 14/09/2024
20 - Processo: 71000.071133/2022-22
Proponente: Clube de Karts da Região Tocantina
Título: Time CKRT - Fórmula 2 - Fase 2
Registro: 2201484
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.143.608/0001-54
Cidade: Imperatriz UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 4.972.135,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0554 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97091-3
Período de Captação até: 14/09/2024
21 - Processo: 71000.071131/2022-33
Proponente: Clube de Karts da Região Tocantina
Título: Time CKRT - Fórmula 2 - Fase 1
Registro: 2201483
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.143.608/0001-54
Cidade: Imperatriz UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 4.972.135,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0554 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97094-8
Período de Captação até: 14/09/2024
22 - Processo: 71000.073928/2022-75
Proponente: Confederação Brasileira do Desporto Escolar
Título: JEB's II
Registro: 2201668
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.953.020/0001-75
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 4.529.990,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0452 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 50913-2
Período de Captação até: 14/09/2024
23 - Processo: 71000.074091/2022-81
Proponente: Confederação Brasileira do Desporto Escolar
Título: JEB's III
Registro: 2201688
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.953.020/0001-75
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 4.341.825,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0452 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 50914-0
Período de Captação até: 14/09/2024
24 - Processo: 71000.068672/2022-84
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby
Título: Vem pro Rugby Brasil Ano I
Registro: 2201384
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 50.380.658/0001-44
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.607.781,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 58032-5
Período de Captação até: 14/09/2024
25 - Processo: 71000.068671/2022-30
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby
Título: Nina Rugby Ano 2
Registro: 2201383
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 50.380.658/0001-44
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 869.364,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 58033-3
Período de Captação até: 14/09/2024
26 - Processo: 71000.069461/2022-69
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby
Título: Calendário Nacional Super Sevens
Registro: 2201406
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 50.380.658/0001-44
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.258.873,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 58088-0
Período de Captação até: 14/09/2024
27 - Processo: 71000.068185/2022-11
Proponente: Copa União de Clubes
Título: Copa União de Clubes - Ano VI
Registro: 2201360
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.373.540/0001-74
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 342.622,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3220 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56953-4
Período de Captação até: 14/09/2024
28 - Processo: 71000.066146/2022-80
Proponente: CTVV - Centro de Treinamento Vila Velha
Título: Escola CTVV de Bodyboarding 3
Registro: 2201279
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.628.340/0001-00
Cidade: Vila Velha UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 190.877,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1240 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 77545-2
Período de Captação até: 14/09/2024
29 - Processo: 71000.071267/2022-43
Proponente: Cuiabá Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol
Título: PDE - Programa de Desenvolvimento Esportivo, Social e Educacional do Cuiabá
Registro: 2201503
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.847.144/0001-39
Cidade: Cuiabá UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 1.451.074,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4043 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36337-5
Período de Captação até: 14/09/2024
30 - Processo: 71000.067613/2022-99
Proponente: Conselho Comunitario da Vila C
Título: Badminton em Busca das Glórias
Registro: 2201344
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.294.217/0001-38
Cidade: Foz do Iguaçu UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.395.985,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 270 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 45566-0
Período de Captação até: 14/09/2024
31 - Processo: 71000.074117/2022-91
Proponente: Comunidade Terapêutica Kairos
Título: Projeto Golaço
Registro: 2201695
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.471.551/0001-07
Cidade: São Francisco do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 438.502,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0466 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35366-3
Período de Captação até: 14/09/2024
32 - Processo: 71000.071804/2022-55
Proponente: Federação Goiana de Futebol Sete/Society
Título: Go Cup Feminino
Registro: 2201524
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.650.452/0001-07
Cidade: Aparecida de Goiânia UF: GO
Valor autorizado para captação: R$ 1.201.734,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3486 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 65119-2
Período de Captação até: 14/09/2024
33 - Processo: 71000.065656/2022-30
Proponente: IHN - Instituição do Homem Novo
Título: Esporte Legal - Futsal e Voleibol - Rio
Registro: 2201233
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.700.355/0001-32
Cidade: Paraíba do Sul UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 710.843,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2393 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29007-6
Período de Captação até: 10/08/2024
34 - Processo: 71000.065494/2022-30
Proponente: Liga Master de Futebol
Título: Projeto Escola de Capoeira - Um Sonho de Menino - Coquinho Baiano - Ano 1
Registro: 2201216
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 29.517.856/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.277.148,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3199 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 34454-0
Período de Captação até: 10/08/2024
35 - Processo: 71000.066599/2022-14
Proponente: Liga Master de Futebol
Título: Base Itapira
Registro: 2201296
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 29.517.856/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.469.720,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3199 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 34511-3
Período de Captação até: 14/09/2024
36 - Processo: 71000.065797/2022-52
Proponente: Ong Vivendo Esporte
Título: Estrelas do Esporte Ano 01
Registro: 2201269
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 22.793.762/0001-25
Cidade: Bento Gonçalves UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 791.577,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0181 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 94444-0
Período de Captação até: 14/09/2024
37 - Processo: 71000.071271/2022-10
Proponente: Ong Vivendo Esporte
Título: Paixão Pelo Esporte Ano 04
Registro: 2201509
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 22.793.762/0001-25
Cidade: Bento Gonçalves UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.272.540,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0181 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 94532-3
Período de Captação até: 14/09/2024
38 - Processo: 71000.066621/2022-18
Proponente: Passatempo Educativo
Título: Basebol 5
Registro: 2201299
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.734.376/0001-79
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 370.045,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3567 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 48294-3
Período de Captação até: 14/09/2024
39 - Processo: 71000.069459/2022-90
Proponente: Sociedade Amigos do Bairro Real Parque
Título: Esporte e Educação no Real Parque
Registro: 2201404
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 64.044.654/0001-08
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 250.070,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1191 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 47534-3
Período de Captação até: 14/09/2024
40 - Processo: 71000.070955/2022-96
Proponente: Sociedade Esportiva Franca
Título: Circuito Kids Brasil
Registro: 2201477
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.411.051/0001-80
Cidade: Franca UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.812.640,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 99491-X

Período de Captação até: 14/09/2024
41 - Processo: 71000.074080/2022-00
Proponente: Sociedade Esportiva João Pessoa
Título: Somos João Pessoa - Ano 2
Registro: 2201687
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 84.435.494/0001-27
Cidade: Jaraguá do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 256.518,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3163 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 19808-0
Período de Captação até: 14/09/2024
42 - Processo: 71000.072463/2022-35
Proponente: Sociedade Esportiva Viper
Título: Formosa Esporte para Todos
Registro: 2201555
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 32.066.630/0001-55
Cidade: Luziânia UF: GO
Valor autorizado para captação: R$ 2.413.744,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0941 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 77626-2
Período de Captação até: 14/09/2024
43 - Processo: 71000.074363/2022-43
Proponente: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Vale do Rio Crixás
Título: Futebol Brasil 4
Registro: 2201736
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 25.043.878/0001-35
Cidade: Crixás UF: GO
Valor autorizado para captação: R$ 205.643,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2019 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 15430-X
Período de Captação até: 14/09/2024
44 - Processo: 71000.070014/2022-52
Proponente: Tropical Tênis Clube
Título: Tropical Fazendo Campeões no Tênis IV
Registro: 2201435
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.927.802/0001-59
Cidade: Itaúna UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.214.301,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0425 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 79186-5
Período de Captação até: 14/09/2024
45 - Processo: 71000.069490/2022-21
Proponente: UNIPA - Uniao Independente de Pais e Atletas
Título: Foz Cataratas Futsal - Um time realizando sonhos
Registro: 2201411
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.840.357/0001-02
Cidade: Foz do Iguaçu UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 416.243,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0140 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 112567-2
Período de Captação até: 14/09/2024

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.043951/2020-73

No Diário Oficial da União nº 167, de 31 de agosto de 2020, na Seção 1, página 5 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.386/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1526 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 28320-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1526 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 29614-7.

Processo Nº 71000.070959/2022-74

No Diário Oficial da União nº 180, de 21 de setembro de 2022, na Seção 1, página 83 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.554/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº DV: Conta Corrente (Captação) vinculada nº, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4232 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 44112-0.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referentes à emenda parlamentar do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações financeiras referentes à emenda parlamentar do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
MG	ALEM PARAIBA	2022	219G	202281000306	310150820220002	150.000,00	4	2022NE000212	71000059718202274
MG	ALEM PARAIBA	2022	219G	202281000306	310150820220001	100.000,00	4	2022NE000211	71000064989202241
MG	LEOPOLDINA	2022	219G	202281000306	313840120220002	200.000,00	4	2022NE000210	71000064988202205
SP	HORTOLANDIA	2022	219G	202281000306	351907120220003	300.000,00	4	2022NE000215	71000071639202231
BA	ICHU	2022	219G	202281000306	291330920220001	250.000,00	4	2022NE000194	71000055984202228
BA	ITARANTIM	2022	219G	202281000306	291680720220001	300.000,00	4	2022NE000195	71000055848202238
PR	ASTORGA	2022	219G	202281000306	410210920220001	100.000,00	4	2022NE000214	71000067757202245
PR	COLORADO	2022	219G	202281000306	410590420220002	100.000,00	3	2022NE000128	71000044618202243
MG	LADAINHA	2022	219G	202281000306	313700720220001	50.000,00	3	2022NE000127	71000053915202280
SP	PRATANIA	2022	219G	202281000306	354105920220002	90.000,00	4	2022NE000193	71000060178202271
RS	CANGUCU	2022	219G	202281000306	430450720220002	50.003,00	3	2022NE000130	71000066739202246
BA	ITAJU DO COLONIA	2022	219G	202281000306	291540320220001	300.000,00	4	2022NE000197	71000062969202236
RJ	QUATIS	2022	219G	202281000306	330412820220001	175.000,00	4	2022NE000190	71000067760202269
RJ	QUATIS	2022	219G	202281000306	330412820220002	325.000,00	4	2022NE000191	71000067759202234
MG	MARTINS SOARES	2022	219G	202281000306	314053020220001	70.019,00	4	2022NE000192	71000055982202239
RS	SAO LOURENCO DO SUL	2022	219G	202281000306	431880420220001	100.017,00	3	2022NE000129	71000044048202291
MG	CARBONITA	2022	219G	202281000306	311350320220002	25.000,00	3	2022NE000142	71000055436202206
RS	TAVARES	2022	219G	202281000306	432135220220001	100.033,00	4	2022NE000196	71000055923202261
PR	OURO VERDE DO OESTE	2022	219G	202281000306	411745320220002	85.000,00	4	2022NE000189	71000063309202272
MG	ITAJUBA	2022	219G	202281000306	313240420220002	100.000,00	3	2022NE000143	71000043903202247
PR	JAPURA	2022	219G	202281000306	411240520220002	85.000,00	4	2022NE000188	71000067356202295
PR	ARARUNA	2022	219G	202281000306	410170520220003	85.000,00	4	2022NE000187	71000067291202288
AM	ALVARAES	2022	219G	202281000306	130002920220003	200.000,00	3	2022NE000158	71000074867202263
AM	JUTAI	2022	219G	202281000306	130230620220002	200.000,00	3	2022NE000159	71000056478202256
AM	NHAMUNDA	2022	219G	202281000306	130300720220003	400.000,00	3	2022NE000160	71000070119202210
AM	PAUINI	2022	219G	202281000306	130350220220006	200.000,00	3	2022NE000161	71000074871202221
AM	URUCARA	2022	219G	202281000306	130430220220005	200.000,00	3	2022NE000162	71000056582202241
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220006	50.000,00	3	2022NE000137	71000056144202282
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220009	50.000,00	3	2022NE000136	71000055883202257
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220007	50.000,00	3	2022NE000135	71000056147202216
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220010	50.000,00	3	2022NE000134	71000055865202275
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220011	50.000,00	3	2022NE000133	71000055859202218
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220008	50.000,00	3	2022NE000132	71000056146202271
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220005	100.000,00	3	2022NE000131	71000055888202280
GO	PIRACANJUBA	2022	219G	202281000306	521710420220003	380.000,00	4	2022NE000201	71000062087202271
GO	FAZENDA NOVA	2022	219G	202281000306	520760020220002	65.000,00	4	2022NE000200	71000062973202202
GO	PETROLINA DE GOIAS	2022	219G	202281000306	521680920220004	65.000,00	4	2022NE000199	71000060544202292
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	2022	219G	202281000306	520830120220001	65.000,00	4	2022NE000198	71000062089202260
TO	PALMAS	2022	219G	202281000306	172100020220001	1.050.000,00	3	2022NE000139	71000072528202242

MG	DORES DE CAMPOS	2022	219G	202281000306	312300720220001	100.000,00	3	2022NE000149	71000061217202258
SP	CARAPICUIBA	2022	219G	202281000306	351060920220003	500.000,00	3	2022NE000140	71000047243202273
RS	SAO JERONIMO	2022	219G	202281000306	431840820220001	100.000,00	3	2022NE000146	71000075212202211
SP	ANDRADINA	2022	219G	202281000306	350210120220002	50.000,00	3	2022NE000141	71000043299202259
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	2022	219G	202281000306	220980720220001	500.000,00	3	2022NE000148	71000074880202212
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	2022	219G	202281000306	220980720220002	500.000,00	3	2022NE000147	71000074878202243
RO	ALTA FLORESTA DOESTE	2022	219G	202281000306	110001520220003	100.000,00	4	2022NE000204	71000063317202219
MS	CAMPO GRANDE	2022	219G	202281000306	500270420220007	300.000,00	3	2022NE000150	71000056137202281
PR	UMUARAMA	2022	219G	202281000306	412810420220006	100.000,00	3	2022NE000145	71000055009202210
PR	FAROL	2022	219G	202281000306	410755320220002	100.000,00	4	2022NE000203	71000055959202244
SP	BARRETOS	2022	219G	202281000306	350550020220004	100.000,00	4	2022NE000218	71000061578202202
SP	BOCAINA	2022	219G	202281000306	350680520220005	100.000,00	4	2022NE000219	71000069149202275
SP	PIRAJUI	2022	219G	202281000306	353890720220004	90.000,00	4	2022NE000216	71000065486202293
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	2022	219G	202281000306	354840120220002	80.000,00	4	2022NE000217	71000061222202261
GO	APARECIDA DE GOIANIA	2022	219G	202281000306	520140520220008	75.000,00	4	2022NE000205	71000062084202237
GO	SAO SIMAO	2022	219G	202281000306	522040520220001	75.000,00	4	2022NE000206	71000065483202250
GO	UIRAPURU	2022	219G	202281000306	522157720220001	25.000,00	4	2022NE000208	71000055960202279
GO	UIRAPURU	2022	219G	202281000306	522157720220002	50.000,00	4	2022NE000207	71000055856202284
SP	CARAGUATATUBA	2022	219G	202281000306	351050020220004	100.000,00	3	2022NE000151	71000072857202293
SP	CARAGUATATUBA	2022	219G	202281000306	351050020220005	100.000,00	3	2022NE000152	71000072854202250
PR	MORRETES	2022	219G	202281000306	411620820220001	150.000,00	3	2022NE000138	71000072853202213
AP	ITAUBAL	2022	219G	202281000306	160025320220001	1.000.000,00	3	2022NE000154	71000070120202236
PA	PAU DARCO	2022	219G	202281000306	150555120220001	1.000.000,00	3	2022NE000153	71000074884202209
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2022	219G	202281000306	280120720220003	2.000.000,00	3	2022NE000165	71000074865202274
MG	PERDIGAO	2022	219G	202281000306	314970520220001	250.000,00	3	2022NE000184	71000072852202261
MA	ARAME	2022	219G	202281000306	210095620220001	500.000,00	4	2022NE000209	71000070711202211
BA	MEDEIROS NETO	2022	219G	202281000306	292110420220002	2.500.000,00	3	2022ne000156	71000056345202280
AL	JUNQUEIRO	2022	219G	202281000306	270400520220001	3.000.000,00	3	2022NE000164	71000074854202294
AL	PIACABUCU	2022	219G	202281000306	270680220220001	3.000.000,00	3	2022NE000163	71000074864202220
PR	CURITIBA	2022	219G	202281000306	410690220220010	150.000,00	3	2022NE000157	71000074441202218
PE	JUPI	2022	219G	202281000306	260830520220001	4.000.000,00	3	2022NE000155	71000071181202211
AM	MAUES	2022	219G	202281000306	130290020220005	4.000.000,00	3	2022NE000185	71000056303202249
RJ	ITABORAI	2022	219G	202281000306	330190020220004	5.000.000,00	3	2022NE000166	71000074875202218
BA	IBIRATAIA	2022	219G	202281000306	291290520220003	1.000.000,00	3	2022NE000182	71000074866202219
BA	ITAGI	2022	219G	202281000306	291510620220001	500.000,00	3	2022NE000180	71000070710202269
BA	MARACAS	2022	219G	202281000306	292050220220003	500.000,00	3	2022NE000179	71000071180202276
BA	IBIRAPITANGA	2022	219G	202281000306	291270720220001	500.000,00	3	2022NE000178	71000074428202251
RN	SAO JOSE DO SERIDO	2022	219G	202281000306	241240120220003	100.000,00	4	2022NE000213	71000064559202220
BA	BAIXA GRANDE	2022	219G	202281000306	290260920220001	200.000,00	3	2022NE000176	71000070982202269
BA	GUANAMBI	2022	219G	202281000306	291170920220002	100.000,00	3	2022NE000174	71000073846202221
BA	GUANAMBI	2022	219G	202281000306	291170920220003	100.000,00	3	2022NE000173	71000073847202275
BA	ILHEUS	2022	219G	202281000306	291360620220003	50.000,00	3	2022NE000172	71000073629202231
BA	ILHEUS	2022	219G	202281000306	291360620220002	50.000,00	3	2022NE000171	71000073630202265
BA	ILHEUS	2022	219G	202281000306	291360620220004	50.000,00	3	2022NE000170	71000073635202298
BA	LICINIO DE ALMEIDA	2022	219G	202281000306	291940520220001	100.000,00	3	2022NE000169	71000072115202268
BA	GUANAMBI	2022	219G	202281000306	291170920220001	1.000.000,00	3	2022NE000167	71000073848202210
BA	BELO CAMPO	2022	219G	202281000306	290350820220001	500.000,00	3	2022NE000181	71000074427202214
BA	BOM JESUS DA LAPA	2022	219G	202281000306	290390420220001	200.000,00	3	2022NE000175	71000073341202266
BA	VITORIA DA CONQUISTA	2022	219G	202281000306	293330720220002	150.000,00	3	2022NE000168	71000073342202219
BA	WANDERLEY	2022	219G	202281000306	293345520220001	1.000.000,00	3	2022NE000177	71000073633202207
PB	EMAS	2022	219G	202281000306	250590720220001	200.000,00	3	2022NE000183	71000073643202234
RS	MONTE BELO DO SUL	2022	219G	202281000306	431238520220001	300.000,00	4	2022NE000202	71000072858202238
PA	TRAIRAO	2022	219G	202281000306	150805020220001	250.000,00	3	2022NE000186	71000076591202258
MA	ARAGUANA	2022	219G	202281000306	210087320220002	400.000,00	3	2022NE000144	71000074437202241
MG	BONITO DE MINAS	2022	219G	202281000306	310825520220001	100.000,00	3	2022NE405545	71000077375202220
BA	BURITIRAMA	2022	219G	202281000306	290475320220001	500.000,00	4	2022NE405542	71000073845202286
BA	MACAUBAS	2022	219G	202281000306	291980120220001	100.000,00	3	2022NE405544	71000075789202214
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	2022	219G	202281000306	316410020220002	200.000,00	3	2022NE405541	71000074719202249
SC	BRACO DO NORTE	2022	219G	202281000306	420280020220001	100.000,00	3	2022NE405547	71000073377202240
BA	CATURAMA	2022	219G	202281000306	290755820220001	500.000,00	3	2022NE405543	71000076177202249
BA	PIATA	2022	219G	202281000306	292430620220001	1.500.000,00	3	2022NE405546	71000075787202225
PB	PARAÍBA	2022	219G	202281000306	250000020220003	823.700,00	3	2022NE405612	71000076592202201
SP	HORTOLÂNDIA	2022	219G	202281000306	351907120220004	100.000,00	4	2022NE405677	71000079060202217

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.161/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.006854/2022-11
Requerente: Universidade Federal de Pernambuco.
CQB: 260/08
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8274/2022 publicado em 11 de maio de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria 1615 de 25 de abril de 2022, nomeando Michelly Cristiny Pereira, Michelle Melgarejo da Rosa (Presidente), Reginaldo Gonçalves de Lima Neto e José Luiz de Oliveira Magalhães, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

9A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.181/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.011186/2022-36
Requerente: Amyris Biotecnologia do Brasil LTDA
CQB: 255/08
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8427/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício CIBio n° 005/22 nomeando o Sr. Alessi Gabriel Braga, Sr. André Fernandes de Souza, Srta. Giovanna Mendes Carvalho, Sra. Paula Pinheiro Morão, Sr. Juliano Pereira Almeida e Sr. Fabiano Antonio de Souza e excluindo a Sra. Bianca Azevedo Curzio.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Cassio Correa Barbosa (Presidente), Sra. Kelly Seligman, Sra. Fernanda Gomes, Sra. Íris Pimentel, Sr. Rafael Rodrigo da Silva, Sr. Alessi Gabriel Braga, Sr. André Fernandes de Souza, Srta. Giovanna Mendes Carvalho, Sra. Paula Pinheiro Morão, Sr. Juliano Pereira Almeida e Sr. Fabiano Antonio de Souza.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.186/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.011810/2022-03
Requerente: Biorigin - Açucareira Quatá S.A.
CQB: 334/12
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8430/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando o Sr. José Valdo Madeira Junior e o Sr. Sidnei Emilio Bordignon Junior.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Patrícia Carani (Presidente), Sr. José Valdo Madeira Junior, Sra. Leliane Silva Commar, Sr. Moisés Florêncio, Sra. Rosângela Cristina Passos e Sr. Sidnei Emilio Bordignon Junior.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.187/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.011280/2022-95
Requerente: Evonik Brasil Ltda.
CQB: 375/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8428/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, excluindo o Sr. Kevyn Alves e incluindo o Sr. Lucas Ramon Carneiro Thomaz.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Jefferson Guardiano (Presidente), Sr. Lucas Ramon Carneiro Thomaz, Sr. Andrei Costa, Sr. Miguel Menezes e Sra. Luciana Cecco.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.188/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010702/2022-13
Requerente: SEEDCORP HO Produção e Comercialização de Sementes S.A.
CQB: 425/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8426/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício 0003/2022/HO excluindo os membros Sr. Marcelo Pereira Assunção e Sr. Maurício Rodrigues e nomeando Sr. Irineu Hartwig (Presidente), Sra. Brenda Françuises Martins da Silva e Sra. Micheli Thaise Della Flora Possobom.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Irineu Hartwig (Presidente), Sra. Brenda Françuises Martins da Silva e Sra. Micheli Thaise Della Flora Possobom.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.189/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010464/2022-38
Requerente: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP)
CQB: 022/97
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8423/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando o Sr. Fábio Tebaldi Silveira Nogueira (Presidente), Sr. Daniel Scherer de Moura, Sra. Helaine Carrer, Sra. Maria Carolina Quecine Verdi, Sr. Ítalo Delalibera Junior, Sr. Luiz Lehmann Coutinho , Sr. Claudio Roberto Segatelli e Sra. Nirlei Aparecida Silva.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Fábio Tebaldi Silveira Nogueira (Presidente), Sr. Daniel Scherer de Moura, Sra. Helaine Carrer, Sra. Maria Carolina Quecine Verdi, Sr. Ítalo Delalibera Junior, Sr. Luiz Lehmann Coutinho , Sr. Claudio Roberto Segatelli e Sra. Nirlei Aparecida Silva.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.190/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007488/2022-18
Requerente: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
CQB: 346/12
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8450/2022 publicado em 18 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Prof. Dr. Tiago Benedito dos Santos, para compor a CIBio local.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Tiago Benedito dos Santos (Presidente), Sr. Tiago Aranda Catuchi, Sra. Ceci Castilho Custódio, Sr. Nelson Barbosa Machado Neto, Sra. Luciana Machado Guaberto e Sra. Mayara de Oliveira Vidotto Figueiredo.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.191/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010362/2022-12
Requerente: Stora Enso Brasil LTDA.
CQB: 402/15
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8424/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, excluindo o Sr. Björn Wilhelm Sundberg e nomeando a Sra. Anna Elisabeth Karlberg.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Robinson Cannaval Junior (Presidente), Sr. Daniel de Alencastro Bouchardet, Sra. Elaine Cristina Alexandre e Sra. Anna Elisabeth Karlberg.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.192/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010627/2022-82
Requerente: Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
CQB: 559/21
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8425/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 1101/2022- PRPPG nomeando a Sra. Andreia Arantes Borges (Presidente), Sra. Daniela Sachs e Sr. Guilherme Youssef Rodriguez para comporem a CIBio.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.193/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.012660/2022-47
Requerente: Faculdade de Odontologia de Araraquara da Universidade Estadual Paulista - UNESP
CQB: 558/21
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8436/2022 publicado em 18 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 029/2022-D-FO/CAr. nomeando o Sr. Carlos Rossa Junior (Presidente), Sr. Daniel Breseghello Zoccal, Sra. Débora Simões de Almeida Colombari, Sr. Eduardo Colombari, Sra. Raquel Mantuaneli Scarel Caminaga e Sra. Cláudia Christina Gouveia Gallerani (membro externo).

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Carlos Rossa Junior (Presidente), Sr. Daniel Breseghello Zoccal, Sra. Débora Simões de Almeida Colombari, Sr. Eduardo Colombari, Sra. Raquel Mantuaneli Scarel Caminaga e Sra. Cláudia Christina Gouveia Gallerani (membro externo).

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.194/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008083/2022-99
Requerente: Danisco Brasil Ltda
CQB: 430/17
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8438/2022 publicado em 18 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta Danisco n° 018/2022 excluindo a Sra. Paula Timoteo da Silva e nomeando o Sr. Daniel Bedo Assumpção Castro.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Amanda de Souza Biscegli (Presidente), Sr. Rodrigo Pires de Campos Ramirez, Sra. Thania Oberg Magalhães e Sr. Daniel Bedo Assumpção Castro.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.195/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007958/2022-35
Requerente: Centro de Ciências Biológicas (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
CQB: 260/08
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8439/2022 publicado em 18 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 07/2022 de 13 de abril de 2022, nomeando a Sra. Andréa Pedrosa Harand (Presidente), Sr. Paulo Sérgio Martins de Carvalho e Sra. Elaine Malosso.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Andréa Pedrosa Harand (Presidente), Sr. Paulo Sérgio Martins de Carvalho e Sra. Elaine Malosso.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53575.000268/2019	Associação da Rádio Comunitária de Itaubal	RADCOM	Itaubal	AP	Multa	630,87	Art. 40, XIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6754 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53900.038958/2016	Sempre Viva - Movimento Ecológico e Ambiental de Igaraçu do Tietê	RADCOM	Igaraçu do Tietê	SP	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6763 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53516.001329/2019	Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne	RADCOM	Peabiru	PR	Multa	1.577,17	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6764 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53900.010895/2016	Associação Vida Nova	RADCOM	Conceição da Barra	ES	Multa	991,25	Art. 40, VII e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6779 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 294/2015
53900.037586/2016	Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana	RADCOM	São Francisco de Assis	RS	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6793 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.068678/2015	Associação Cultural Comunitária e Educativa de Gavião	RADCOM	Gavião	BA	Multa	2.768,16	Art. 40, VII, XIX e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6830 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.053631/2017	Associação Comunitária de Apoio à Cultura de São José do Peixe	RADCOM	São José do Peixe	PI	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6862 de 21/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

Art. 1º Anular a decisão exarada pela Portaria contida na coluna Portaria de Sanção da tabela abaixo e arquivar o processo em aplicação de sanção, conforme a decisão constante na Portaria referenciada na coluna Portaria de Anulação.
Art. 2º A Portaria indicada na coluna Portaria de Anulação entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria de Sanção	Portaria de Anulação
53900.044632/2016	Sistema Catedral de Comunicação Ltda	FM	Córrego Danta	MG	Portaria DEIRF n° 1338 de 20/09/2019 (DOU de 23/10/2019)	Portaria DEIRF n° 6834 de 21/09/2022

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Nº13.087 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, titulada pela entidade VALMIR ALVES SANTOS, CPF nº ***.339.025-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

Nº13.148 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Rádio do Cidadão, titulada pela entidade JOÃO CARLOS SANTANA DE LIMA, CPF nº ***.101.535-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 13.450, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001740/2022-74. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a FELIPE BITTENCOURT, CPF nº ***.630.969-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 13.480 - Processo nº 53516.010630/2022-62: RADIO ATUAL GUAIRACA DE MANDAGUARI LTDA, CNPJ nº 79.157.715/0001-02.

Nº 13.481 - Processo nº 53516.010772/2022-20: R.Z. ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 03.936.720/0001-51.

Nº 13.482 - Processo nº 53516.010778/2022-05: ALEX ADAIR VARGAS CARDOSO, CPF nº ***.560.830-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 12.410, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Declarar extinta a autorização outorgada a Dario Lopes Filho, CPF nº ***.059.626-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 12.493, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Extinguir a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a Joaquim de Moura Santiago Neto, CPF nº ***.911.151-**, e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.961 Declarar extinta a autorização outorgada ao Aero Clube de Uberaba, CNPJ nº 17.777.756/0001-44, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 12.965 Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à Rádio Libertas do Vale do Aço Ltda, CNPJ nº 23.186.216/0001-99, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.012 Outorga autorização para uso de radiofrequências à Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A., CNPJ nº 08.689.024/0002-92, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.056 Outorga autorização para uso de radiofrequências à Destilaria Veredas Industria de Açúcar e Álcool Ltda, CNPJ nº 10.452.413/0001-60, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.059 Declarar extinta a autorização outorgada a I. B. Logística e Transportes Ltda, CNPJ nº 10.687.862/0001-98, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Privado (SLP), de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 13.060 Outorga autorização para uso de radiofrequências à LD Celulose S.A., CNPJ nº 29.627.430/0001-10, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 13.377, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.013606/2021-33. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 51.273.837/0001-45, na localidade de Junqueirópolis/SP, até 08/04/2031, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programa.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 13.383, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.005237/2022-96. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à entidade ESTRELA MERCANTIL DO NORTE LTDA, CNPJ: 14.911.740/0001-94, FISTEL nº 50415717752, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 13.459 - Processo nº 53528.003103/2022-62, Carlos Arlindo Fuehr, CPF nº ***.411.700-**.

Nº 13.461 - Processo nº 53528.003041/2022-99, Marco Antonio Carraro, CPF nº ***.072.510-**.

Nº 13.462 - Processo nº 53528.003062/2022-12, Adelar Jose Schwaab, CPF nº ***.620.220-**.

Nº 13.463 - Processo nº 53528.003110/2022-64, Newton Nogueira Pinto Neto, CPF nº ***.476.039-**.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a:

Nº 13.484 - Processo nº 53528.002769/2022-01, VIGITEC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.144.992/0001-19.

Nº 13.493 - Processo nº 53528.002012/2022-18, RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ nº 87.209.250/0001-14.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 13.334, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53542.009944/2022-03. Extingue, por cassação, as autorizações outorgadas às entidades listadas na tabela a seguir, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

.

Nome da Entidade	CPF	Serviço Notificado	Validade da autorização de uso da radiofrequência associada ao Serviço Notificado	Processo de Cassação
ADÃO RODRIGUES DE CARVALHO	***.538.571-**	Rádio do Cidadão	09/12/2019	53542.001231/2022-93
ADEIR PEREIRA COTRIM	***.590.231-**	Rádio do Cidadão	28/07/2021	53542.001532/2022-17
ADRIANO CAVALCANTE BATISTA PINTO	***.858.761-**	Rádio do Cidadão	23/08/2021	53542.001542/2022-52
AGAMENON DA SILVA CUNHA	***.179.301-**	Rádio do Cidadão	01/02/2021	53542.001543/2022-05
AILTON FRANCA	***.280.941-**	Rádio do Cidadão	08/08/2021	53542.001544/2022-41
ALEXANDER FURTADO DE FREITAS	***.159.661-**	Rádio do Cidadão	17/06/2020	53542.001496/2022-91
ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS SILVA	***.501.801-**	Rádio do Cidadão	21/07/2019	53542.001828/2022-38
ANTONIO CARLOS DE MORAIS	***.205.001-**	Rádio do Cidadão	10/10/2021	53542.001548/2022-20
ANTONIO MARMO DE SOUZA	***.728.971-**	Rádio do Cidadão	04/03/2020	53542.001377/2022-39
ARLINDO PAULO DA SILVA	***.228.958-**	Rádio do Cidadão	10/11/2015	53542.000295/2022-77
AURIO BARBOSA SIRIANO	***.232.441-**	Rádio do Cidadão	09/05/2021	53542.001832/2022-04
BENEDITO JOSE PRATTI	***.723.848-**	Rádio do Cidadão	14/06/2020	53542.001504/2022-08
CARLOS ANDRE SANTOS DE MELO	***.616.535-**	Rádio do Cidadão	15/07/2020	53542.001379/2022-28
CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	***.287.431-**	Rádio do Cidadão	02/02/2020	53542.001380/2022-52
CARLOS ROBERTO DA SILVA	***.338.281-**	Rádio do Cidadão	10/02/2019	53542.001851/2022-22

CARLOS ROBERTO DE PAULA	***.246.181-**	Rádio do Cidadão	03/05/2020	53542.001833/2022-41
CARLOS ROBERTO GOMES	***.234.581-**	Rádio do Cidadão	17/05/2016	53542.000343/2022-27
CESAR DOS SANTOS LARA	***.780.511-**	Rádio do Cidadão	29/10/2018	53542.000659/2022-19
CEZAR PEREIRA	***.110.801-**	Rádio do Cidadão	23/08/2021	53542.001579/2022-81
CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA PIRES	***.059.341-**	Rádio do Cidadão	25/08/2018	53542.000661/2022-98
CLEOMAR ROQUE CHIESA	***.707.690-**	Rádio do Cidadão	12/08/2018	53542.001853/2022-11
CLOVIS DANTAS MEDEIROS DO NASCIMENTO	***.932.201-**	Rádio do Cidadão	01/02/2021	53542.001581/2022-50
CRISTHIAN DOUGLAS BELTRAMI	***.138.751-**	Rádio do Cidadão	28/05/2020	53542.001381/2022-05
DAVID PIRES MACIEL	***.045.691-**	Rádio do Cidadão	31/03/2018	53542.000756/2022-10
DIVANEI OLIVEIRA DA SILVA	***.099.491-**	Rádio do Cidadão	14/09/2021	53542.001587/2022-27
DIVINO ITAMAR DA SILVA	***.261.151-**	Rádio do Cidadão	17/11/2021	53542.001588/2022-71
DORIVAL OLIVEIRA BARBOSA	***.242.222-**	Rádio do Cidadão	08/09/2019	53542.001254/2022-06
EDGARD ARANTES DE LIMA	***.473.701-**	Rádio do Cidadão	23/07/2019	53542.001836/2022-84
ELCIO CABRAL DE OLIVEIRA	***.390.531-**	Rádio do Cidadão	06/12/2020	53542.001505/2022-44
ELIESIO MARQUES SOUSA	***.016.16***	Rádio do Cidadão	12/02/2017	53542.000158/2022-32
ERICLENISON SEBASTIÃO DE CASTRO	***.192.591-**	Rádio do Cidadão	28/09/2016	53542.000472/2022-15
ERNANDES LOPES DOS SANTOS LIMA	***.028.931-**	Rádio do Cidadão	27/10/2019	53542.001260/2022-55
ERONILDES RODRIGUES DOS SANTOS	***.163.321-**	Rádio do Cidadão	19/06/2017	53542.000512/2022-29
FABIO CRISTIANO MACEDO FERREIRA	***.447.321-**	Rádio do Cidadão	05/04/2020	53542.001390/2022-98
FABRICIO GUERRA DE LIMA	***.012.921-**	Rádio do Cidadão	07/04/2015	53542.000332/2022-47
FRANCINO RODRIGUES DA SILVA	***.850.471-**	Rádio do Cidadão	31/10/2016	53542.000488/2022-28
FRANCISCO FERREIRA MARQUES	***.927.631-**	Rádio do Cidadão	13/05/2020	53542.001391/2022-32
FRANKLIN ANTONIO OLIVEIRA DE SOUSA	***.272.861-**	Rádio do Cidadão	09/02/2019	53542.001262/2022-44
FRANSERGIO RODRIGUES NASCIMENTO	***.338.931-**	Rádio do Cidadão	22/01/2019	53542.001838/2022-73
GERALDO CRISOSTOMO DOS SANTOS	***.153.581-**	Rádio do Cidadão	19/06/2017	53542.000526/2022-42
GERALDO WAGNER DA SILVA	***.724.901-**	Rádio do Cidadão	12/11/2017	53542.000528/2022-31
GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA	***.950.491-**	Rádio do Cidadão	21/07/2019	53542.001264/2022-33
GILMAR RODRIGUES PEREIRA	***.499.221-**	Rádio do Cidadão	04/12/2018	53542.001143/2022-91
HAILTON NOGUEIRA DE REZENDE	***.579.331-**	Rádio do Cidadão	12/11/2017	53542.000530/2022-19
ILDOMAR MACHADO DA SILVA	***.045.220-**	Rádio do Cidadão	15/03/2021	53542.001622/2022-16
ILSON DE MOURA MAMEDE	***.607.911-**	Rádio do Cidadão	16/10/2019	53542.001267/2022-77
ILTON CLEMENTINO BARBOSA	***.153.151-**	Rádio do Cidadão	06/06/2021	53542.001623/2022-52
INACIO OSCAR BENDER	***.419.491-**	Rádio do Cidadão	23/12/2019	53542.001349/2022-11
IRAI CUSTODIO DA SILVA	***.552.601-**	Rádio do Cidadão	13/10/2019	53542.001268/2022-11
JAILSON SILVA DE ARAUJO	***.538.224-**	Rádio do Cidadão	15/07/2020	53542.001498/2022-81
JAIME CORREIA MACIEL	***.399.801-**	Rádio do Cidadão	20/04/2021	53542.001806/2022-78
JAIR SEVERINO DA SILVA	***.338.631-**	Rádio do Cidadão	04/07/2020	53542.001397/2022-18
JEFFERSON ROGERIO CAMARGO	***.735.551-**	Rádio do Cidadão	13/02/2018	53542.001146/2022-25
JESMAR DE REZENDE	***.658.671-**	Rádio do Cidadão	25/10/2021	53542.001628/2022-85
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	***.929.581-**	Rádio do Cidadão	28/07/2021	53542.001629/2022-20
JOÃO BATISTA MAIA DE SOUSA	***.698.451-**	Rádio do Cidadão	29/04/2019	53542.001855/2022-19
JOÃO LUIZ ITAGIBA FONSECA	***.517.631-**	Rádio do Cidadão	23/03/2019	53542.001274/2022-79
JOÃO MARTINS DE CAMPOS	***.534.936-**	Rádio do Cidadão	31/03/2018	53542.001150/2022-93
JOEL DA SILVA TEODORO	***.824.318-**	Rádio do Cidadão	05/01/2019	53542.001276/2022-68
JOELTON MASCENA CANDIDO	***.889.741-**	Rádio do Cidadão	20/11/2018	53542.001152/2022-82
JOSE ALVES DA SILVA FILHO	***.389.693-**	Rádio do Cidadão	16/11/2019	53542.001290/2022-61
JOSE DIVINO FERREIRA	***.743.921-**	Rádio do Cidadão	31/03/2018	53542.001216/2022-45
JOSE MARCIO DE ALMEIDA	***.250.201-**	Rádio do Cidadão	19/11/2020	53542.001415/2022-53
JOSE NILTON VIEIRA MELO	***.544.054-**	Rádio do Cidadão	24/06/2020	53542.001417/2022-42
JOSEIL INACIO DE ASSUNÇÃO	***.107.211-**	Rádio do Cidadão	08/08/2016	53542.000405/2022-09
JOSUE DUARTE DA SILVA	***.134.626-**	Rádio do Cidadão	03/06/2018	53542.001174/2022-42
JUVENAL SILVA BARROSO	***.968.981-**	Rádio do Cidadão	26/03/2020	53542.001420/2022-66
LAURO GONÇALVES DE ALMEIDA	***.130.671-**	Rádio do Cidadão	14/10/2020	53542.001421/2022-19
LEANDRO DE ALMEIDA	***.002.691-**	Rádio do Cidadão	24/03/2015	53542.000334/2022-36
LEONARDO CALDAS GARCIA	***.851.501-**	Rádio do Cidadão	31/10/2016	53542.000416/2022-81
LEVI BATISTA CUNHA JUNIOR	***.669.311-**	Rádio do Cidadão	14/06/2016	53542.000417/2022-25
LUCIANO DE SOUZA ARAUJO	***.086.731-**	Rádio do Cidadão	08/10/2020	53542.001422/2022-55
LUCIO LEITE	***.707.841-**	Rádio do Cidadão	28/12/2020	53542.001501/2022-66
LUIS CARLOS DA COSTA	***.812.801-**	Rádio do Cidadão	09/12/2019	53542.001298/2022-28
LUIZ ANTONIO DOS SANTOS	***.788.641-**	Rádio do Cidadão	12/11/2017	53542.000540/2022-46
LUIZ PAULO PIAU	***.327.381-**	Rádio do Cidadão	08/07/2019	53542.001299/2022-72
MAGNO MARCIO FERREIRA	***.944.561-**	Rádio do Cidadão	05/04/2020	53542.001427/2022-88
MARCELO ARAUJO DOS SANTOS	***.288.031-**	Rádio do Cidadão	24/05/2020	53542.001428/2022-22
MARCIO ANTONIO DA CUNHA	***.373.911-**	Rádio do Cidadão	03/07/2019	53542.001303/2022-01
MARCOS EDEGAR SCHULZ	***.792.139-**	Rádio do Cidadão	09/12/2019	53542.001304/2022-47
MARCOS TULIO VALERIANO PEREIRA	***.782.676-**	Rádio do Cidadão	22/09/2020	53542.001432/2022-91
MAURIVANE BORGES DA COSTA	***.510.691-**	Rádio do Cidadão	25/08/2016	53542.000490/2022-05
MAXLANIO CANDIDO RODRIGUES	***.450.001-**	Rádio do Cidadão	08/01/2018	53542.001179/2022-75
MIGUEL FUSCALDO JUNIOR	***.718.108-**	Rádio do Cidadão	02/12/2021	53542.001671/2022-41
NENZINHO DE OLIVEIRA	***.666.581-**	Rádio do Cidadão	14/09/2019	53542.001308/2022-25
NEUGMAR FALEIRO DE FREITAS	***.538.701-**	Rádio do Cidadão	13/12/2020	53542.001434/2022-80
NEUZIMAR COSTA PARRIÃO	***.500.901-**	Rádio do Cidadão	30/04/2020	53542.001435/2022-24
NILMAR FERREIRA DA COSTA	***.547.391-**	Rádio do Cidadão	21/07/2021	53542.001736/2022-58
NILSON DIAS DAVID	***.549.081-**	Rádio do Cidadão	14/10/2020	53542.001436/2022-79
ORLANDO TAVARES	***.388.986-**	Rádio do Cidadão	08/09/2019	53542.001328/2022-04
OSVALDO VIEIRA FILHO	***.900.501-**	Rádio do Cidadão	08/08/2016	53542.000443/2022-53
OVERLAND CORREA COSTA	***.562.981-**	Rádio do Cidadão	14/03/2021	53542.001737/2022-01
RAFAEL ALFREDO CARLOS	***.905.681-**	Rádio do Cidadão	25/03/2021	53542.001741/2022-61
RAFAEL EVANGELISTA RODRIGUES RIBEIRO	***.074.381-**	Rádio do Cidadão	29/11/2020	53542.001440/2022-37
RAIMUNDO RODRIGUES OLIVEIRA	***.529.832-**	Rádio do Cidadão	11/08/2018	53542.001184/2022-88
REINALDO FERREIRA DA SILVA	***.167.441-**	Rádio do Cidadão	30/03/2021	53542.001742/2022-13
RENIVALDO RIBEIRO FERREIRA	***.057.991-**	Rádio do Cidadão	31/03/2020	53542.001502/2022-19
ROBERTO VIEIRA DE MOURA	***.477.431-**	Rádio do Cidadão	08/08/2016	53542.000445/2022-42
ROBELIO SOLANO DE SOUSA BRAGA	***.385.851-**	Rádio do Cidadão	31/03/2018	53542.001214/2022-56
ROBSON PEREIRA DA SILVA	***.507.001-**	Rádio do Cidadão	19/06/2017	53542.000593/2022-67
RODRIGO BASTOS DE SOUZA	***.747.211-**	Rádio do Cidadão	04/01/2021	53542.001745/2022-49
ROGERIO BRAGA RAMALHO	***.463.626-**	Rádio do Cidadão	25/03/2019	53542.001334/2022-53
RONIVALDO TOME DOS SANTOS	***.448.001-**	Rádio do Cidadão	21/11/2018	53542.001186/2022-77
SEBASTIÃO ALVES DE SOUSA	***.980.867-**	Rádio do Cidadão	18/07/2021	53542.001845/2022-75
SEBASTIÃO TEIXEIRA DE ALMEIDA SOBRINHO	***.280.731-**	Rádio do Cidadão	03/08/2020	53542.001503/2022-55
SILIANO FERREIRA RIBEIRO	***.359.731-**	Rádio do Cidadão	16/05/2021	53542.001750/2022-51
SILVANIO DA SILVA COELHO	***.653.241-**	Rádio do Cidadão	09/04/2019	53542.001339/2022-86
SINESIO MARTINS DA SILVA	***.201.471-**	Rádio do Cidadão	22/09/2020	53542.001483/2022-12
VALDINEZ LOPES DA SILVA	***.615.911-**	Rádio do Cidadão	29/11/2020	53542.001484/2022-67
VALDIR RABELO DE ARAUJO	***.062.861-**	Rádio do Cidadão	25/03/2019	53542.001344/2022-99
VALDIVINO ETERNO DOS SANTOS	***.604.001-**	Rádio do Cidadão	21/07/2019	53542.001345/2022-33

VALTER HONORATO DE SOUZA	***.532.841-**	Rádio do Cidadão	19/09/2016	53542.000464/2022-79
VANDERLEI DA SILVA ROMAGNOLI	***.096.038-**	Rádio do Cidadão	31/10/2020	53542.001486/2022-56
VANDOIRIS FERREIRA MENDES	***.196.011-**	Rádio do Cidadão	19/03/2020	53542.001488/2022-45
VICTOR ANTUNES DE CASTRO	***.349.601-**	Rádio do Cidadão	31/12/2018	53542.001193/2022-79
WALDENIR PINHEIRO DE FARIA	***.917.801-**	Rádio do Cidadão	09/11/2020	53542.001490/2022-14
WALDINEY BONIFACIO NOVAIS	***.649.071-**	Rádio do Cidadão	09/12/2019	53542.001346/2022-88
WALDIR HONORIO DE PAULA	***.799.817-**	Rádio do Cidadão	25/02/2020	53542.001491/2022-69
WANDER RODRIGUES DE SOUSA	***.395.881-**	Rádio do Cidadão	31/03/2018	53542.001222/2022-01
WANDERLEI RAMIRES CUNHA	***.917.738-**	Rádio do Cidadão	19/09/2016	53542.000468/2022-57
WEDER ALUISIO GOULART	***.999.371-**	Rádio do Cidadão	18/04/2017	53542.000552/2022-71
WELBER SANTOS AMARAL	***.326.526-**	Rádio do Cidadão	17/12/2019	53542.001849/2022-53
WELLINGTON BALDUINO DA SILVA	***.337.671-**	Rádio do Cidadão	27/10/2021	53542.001755/2022-84
WELLINGTON CLEMENTE LOPES	***.065.654-**	Rádio do Cidadão	21/05/2020	53542.001492/2022-11
WEMELLSSONN CLAUDIO DA SILVA	***.334.371-**	Rádio do Cidadão	17/03/2021	53542.001802/2022-90
WILMAR DUTRA DOS SANTOS	***.116.301-**	Rádio do Cidadão	05/04/2020	53542.001494/2022-01
ZOGLAS FURTADO JUNIOR	***.813.901-**	Rádio do Cidadão	19/07/2021	53542.001804/2022-89

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 13.392, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Decretar a extinção do serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do(s) Serviço(s) Limitado Privado, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade CONDOMÍNIO DO SHOPPING CENTER GUARARAPES, CNPJ: 41.090689.0001/70.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada das entidades a seguir relacionadas.

Nº 13.394. Processo: 53578.001325/2022-55. CORREIA & IRMAOS LTDA, CNPJ nº 04.060.521/0001-95.

Nº 13.364. Processo: 53578.000931/2022-53. ESMERALDO DE SOUZA MACHADO JUNIOR, CPF nº ***.318.972-**.

Nº 13.361. Processo: 53578.000924/2022-51. MAICON FABIAM RODRIGUES DO NASCIMENTO, CPF nº ***.513.392-**.

Nº 13.376. Processo: 53578.000860/2022-99. SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, CNPJ nº 03.776.255/0001-39.

Nº 13.372. Processo: 53578.000672/2022-61. ROBSON MIGUEL DE ARAUJO NEGREIROS, CPF nº ***.315.082-**.

Nº 13.398. Processo: 53578.001330/2022-68. TOMAZ NAVEGACOES LTDA, CNPJ nº 03.454.192/0001-02.

Nº 13.368. Processo: 53578.003407/2022-34. DAIR PEREIRA DA SILVEIRA, CPF nº ***.130.271-**.

Nº 13.359. Processo: 53578.001525/2022-16. Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a MILTON RODRIGUES, CPF nº ***.272.748-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Radioamador, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 13.368. Processo: 53578.003407/2022-34. Expede autorização a DAIR PEREIRA DA SILVEIRA, CPF nº ***.130.271-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RICARDO TOSHIO ITONAGA

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.497 - Processo nº 53569.001558/2022-67. Expede autorização à A A Brito & P L Brito Ltda, CNPJ nº 33102509000102, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 13.498 - Processo nº 53569.001548/2022-21. Expede autorização à Ic Empreendimentos e Solucoes Ltda, CNPJ nº 30606368000169, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARAES

Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 13.089, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga os itens 27, 28, 109, 111, 320 e 346 do Ato nº 9981, de 11 de julho de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2022, seção 1, página 26. Proc. 53500.101377/2022-24. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

Superintendente

ATO Nº 13.167, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o item 91 do Ato nº 11398, de 08 de agosto de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2022, seção 1, página 18. Proc. 53500.295591/2022-32. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

Superintendente

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE ENGENHARIA DO ESPECTRO

ATO Nº 13.274, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.308826/2022-63. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

Superintendente

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA - C EX Nº 1.826, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a alienação de bem imóvel próprio nacional administrado pelo Comando do Exército mediante permuta por edificações a construir e delega competência para representação nos atos pertinentes

O COMANDANTE DO EXÉRCITO no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o art. 20, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970, o art. 1º, § 1º da Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, e o que facultam os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e os art. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, considerando que:

a. o Plano Estratégico do Exército (PEEx) prevê diversas gestões de interesse do Exército, referentes ao patrimônio imobiliário sob sua administração, entre elas a necessidade de aquisição e de construção de imóveis (quartéis, próprios nacionais residenciais e outros) de interesse do Exército Brasileiro nas diversas unidades da federação;

b. a consecução dessas gestões poderá disponibilizar bens imóveis ou frações sob a sua jurisdição que não mais atendam às necessidades precípuas, objetivando aliená-los na modalidade de permuta por edificações a construir, mediante concorrência pública; e

c. o imóvel, identificado como MS 09-0066, objeto de permuta, poderá ser alienado por não mais atender às necessidades de utilização pelo Comando do Exército, objetivando a aquisição de aquartelamento, próprios nacionais residenciais (PNR) e outras obras de interesse da Força Terrestre, havendo dessa forma, compensação, não lhe acarretando prejuízos de natureza patrimonial, qualificando-o plenamente para o fim alienatório almejado, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a alienação do imóvel próprio nacional administrado pelo Comando do Exército cadastrado como MS 09-0066, localizado na Rua Joaquim Murtinho nº 680, Campo Grande/MS, de Registro Imobiliário Patrimonial Geral 905100186.500-9 e de utilização 905100037.500-8, matriculado em 7 de julho de 2000, sob nº 194.423, Ficha 1, Livro nº 2, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Grande/MS, afetado ao Comando do Exército, conforme termo de entrega lavrado em 23 de julho de 1975, às fls 151/152, do Livro n º 3, da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul (SPU/MS), sob a gestão do Comandante do 3º Grupamento de Engenharia (3º Gpt E), mediante permuta por edificações a construir, com quaisquer interessados, sujeitando-se ao procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º As edificações a construir deverão seguir o padrão da Diretoria de Obras Militares (DOM) a serem definidas e aprovadas de acordo com Parecer Técnico vinculado à proposta do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) correspondente, compreendendo todos os projetos básicos de engenharia, inclusive de infraestrutura, as especificações técnicas, o orçamento e constituir-se-ão de:

I - 1 (um) bloco de apartamentos com 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais (UH), conforme Projeto Arquitetônico de Referência nº 2017RF006 - PNR Edifício, compreendendo toda a infraestrutura, inclusive o cercamento e as edificações de apoio e de urbanização, a ser construído no interior do imóvel próprio nacional cadastrado como MS 09-0296, situado na Guarnição de Campo Grande/MS;

II - 2 (dois) blocos de apartamentos com 24 (vinte e quatro) UH, cada, conforme Projeto Arquitetônico de Referência nº 2017RF006 - PNR Edifício, compreendendo toda a infraestrutura, inclusive o cercamento e as edificações de apoio e de urbanização, a ser construído no interior do imóvel próprio nacional cadastrado como MS 09-0044, situado na Guarnição de Campo Grande/MS;

III - 11 (onze) PNR Tipo Casa, conforme Projeto Arquitetônico de Referência nº 2017RF005 - PNR Casa - Praça, a serem construídos no interior do imóvel próprio nacional cadastrado como MS 09-0044, situado na Guarnição de Campo Grande/MS; e

IV - 1 (um) Pavilhão alojamento, 1 (uma) dependência destinada à prisão, 1 (uma) reserva de armamento, 1 (um) canil, 1 (uma) garagem de viatura, 1 (um) pavilhão garagem e 1 (um) pátio de manobra, todos para o 9º Batalhão de Polícia do Exército.

Art. 3º A DOM disponibilize ao Comando do 3º Gpt E os projetos arquitetônicos aprovados correspondentes às edificações a serem construídas, a fim de integrarem o edital de concorrência e o contrato.

Art. 4º Para a execução e o acompanhamento das edificações a ser construídas, o Comandante do 3º Gpt E deverá nomear um oficial do Quadro de Engenheiros Militares, de Fortificação e Construção ou um Oficial Técnico Temporário (Arquiteto ou Engenheiro Civil), a fim de compor a comissão especial de licitação, bem como um oficial de mesma qualificação para responsabilizar-se pelos encargos de fiscalização do contrato.

Art. 5º Subdelegar a competência conferida pelo art. 1º, § 1º, da Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, ao Comandante do 3º Gpt E para instaurar o processo de alienação e os procedimentos licitatórios do imóvel identificado no art. 1º, bem como representar o Comandante do Exército no ato de formalização do respectivo contrato e aditivos.

Art. 6º O Comandante do 3º Gpt E deverá, após a adjudicação do bem alienado ao licitante vencedor, adotar as seguintes providências:

I - disponibilizar a minuta do contrato de promessa ou de permuta à SPU/MS, a fim de transformá-la em contrato, conforme modelo por ela adotado, bem como a aposição do número do livro e folhas e a restituição ao Comando do 3º Gpt E, a fim de subscrição das partes contratantes;

II - promover, após recepcionado o contrato daquela Superintendência, as subscrições das partes contratantes e em ato contínuo, encaminhar àquela Superintendência, o primeiro traslado para fins de exclusão do domínio da União e atualização do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet); e

III - disponibilizar o segundo e o terceiro traslado do contrato ao segundo permutante e à Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), respectivamente, devendo permanecer com cópia do primeiro traslado a fim de acompanhamento e controle.

Art. 7º Fica designado o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) como Órgão de Direção Setorial Supervisor, devendo adotar as medidas administrativas para o acompanhamento e controle por intermédio da DOM.

Art. 8º A DPIMA, após a recepção do terceiro traslado, acompanhe a transferência de domínio dos bens alienados ao adquirente e disponibilize cópia à DOM, a fim de acompanhamento e controle das obras a construir.

Art. 9º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, para que a alienação seja concretizada e, não ocorrendo neste período, os bens imóveis devem ser excluídos do Plano de Alienação de Bens Imóveis visando à nova reestruturação imobiliária de interesse do Comando do Exército Brasileiro.

Art. 10. Fica revogada a Portaria C Ex nº 258, de 29 de abril de 2005.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES

DESPACHO Nº 604, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Ratificação da incorporação de bem imóvel Próprio Nacional sob administração do Comando do Exército, localizado à Rua Piraíba, s/nº, Vila Jundiá, no Município de Rorainópolis-RR.

1 Processo originário do 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E), propondo a ratificação da incorporação de bem imóvel da União, registrado sob a Matrícula nº 3.857, de 21 de outubro de 2020, registrada no Livro nº 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Rorainópolis/RR, cadastrado sob Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) do Imóvel nº 0036 0043.500-8 e RIP de Utilização nº 0036 00044.500-3, afetado ao Comando do Exército/Comando do 2º Gpt E, mediante Termo de Entrega lavrado em 20 de abril de 2022, registrado no Livro nº 01/2008, Folhas 247/250, da SPU/RR, com área de 30.201,86 m² (trinta mil, duzentos e um metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados) e benfeitorias com área de 415,54 m² (quatrocentos e quinze metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados), localizado à Rua Piraíba, s/nº, Vila Jundiá, no Município de Rorainópolis/RR, mediante transferência de administração, da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Roraima (SPU/RR) para o Comando do Exército, com a finalidade de promover a regularização da Base de Apoio Logístico, já efetivamente utilizada pelo Comando do Exército há cerca de 35 (trinta e cinco) anos, em apoio às operações militares, conforme Processo SEI/SPU/RR nº 19739.111047/2021-34, instruído a partir da implantação da consulta prévia no Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI).

2. Considerando o real interesse do Comando do 2º Gpt E na aplicação do referido bem imóvel; a subsistir interesse do Comando do Exército em mantê-lo sob sua administração para utilizá-lo em Serviço Federal, conforme contido no art. 76, inciso II, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; os pareceres favoráveis do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando do 2º Gpt E; e o contido no art. 12, das Instruções Gerais sobre Incorporação de Bens Imóveis da União ao Acervo Imobiliário sob Administração do Comando do Exército (EB 10-IG-04.002), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 637, de 8 de maio de 2019, dou o seguinte

Despacho

a. Ratifico a incorporação do bem imóvel citado no item 1, deste Despacho, afetado ao Comando do Exército, por intermédio do Processo SEI/SPU/RR nº 19739.111047/2021-34 e autorizo integrá-lo ao acervo imobiliário do Comando do Exército, sob a gestão do Comando do 2º Gpt E, da forma prevista para cumprimento da finalidade estabelecida.

b. Encaminhe-se o presente Despacho ao DEC para conhecimento e encaminhamento ao Comando do 2º Gpt E a fim de seu cumprimento.

c. O Estado-Maior do Exército, o CMA e o 2º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES
Comandante do Exército

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA EMCFA-MD Nº 6, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Diretriz de Articulação entre a Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades da Chefia de Operações Conjuntas e a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 65, caput e inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.244/GM-MD, de 19 de março de 2020, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60300.000137/2022-25, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz de Articulação entre a Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades da Chefia de Operações Conjuntas e a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

ANEXO

DIRETRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE A ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES DA CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS E A CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

1. FINALIDADE

Orientar a atuação articulada da Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades (APBC) com a Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), por intermédio do Coordenador-Geral - código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Gabinete da Vice-Chefia de Logística e Mobilização da CHELOG do EMCFA, no contexto do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) do Ministério da Defesa (MD).

2. OBJETIVOS

2.1. Definir a atuação articulada da APBC com a CHELOG do EMCFA por intermédio do Coordenador-Geral - código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Gabinete da Vice-Chefia de Logística e Mobilização da CHELOG do EMCFA, bem como daquele Coordenador-Geral com os setores pertinentes no âmbito do Ministério da Defesa, com as Forças Singulares (FS) e com outros órgãos em âmbito federal.

2.2. Facilitar o intercâmbio da APBC com as FS, buscando a melhor eficiência no desenvolvimento de suas atribuições.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Constituição Federal;

3.2. Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 51, Seção 1, página 9, de 16 de março de 2022;

3.3. Portaria nº 1.244/GM-MD, de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 56, Seção 1, página 77, de 23 de março de 2020; e

3.4. Portaria EMCFA-MD nº 3.198, de 6 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 107, Seção 2, página 9, de 7 de junho de 2022, que trata da nomeação do Coordenador-Geral - código CCE 1.13, do Gabinete da Vice-Chefia de Logística e Mobilização da CHELOG do EMCFA.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A presente Diretriz aplica-se ao EMCFA, compreendendo suas Chefias e Assessorias subordinadas, bem como às FS no que diz respeito ao Planejamento Baseado em Capacidades no Setor de Defesa.

5. EXECUÇÃO

5.1. Atribuições do Coordenador-Geral de Gabinete da Vice-Chefia de Logística e Mobilização:

5.1.1. Participar das relações do EMCFA com as FS no tocante aos assuntos relativos ao desenvolvimento e à implantação do PBC no Setor de Defesa.

5.1.2. Relacionar-se com órgãos da Administração Federal em temas referentes ao PBC do MD no Setor de Defesa, em coordenação com a APBC.

5.1.3. Acompanhar a execução do projeto de desenvolvimento e implantação do PBC.

5.1.4. Apoiar as Chefias do EMCFA no assessoramento ao Chefe do EMCFA quanto à consciência situacional dos trabalhos da APBC referentes ao projeto de desenvolvimento e implantação do PBC, apresentando metas atingidas, bem como as demandas necessárias.

5.1.5. Referendar expedientes, no âmbito da Administração Central do MD e para as FS, concernentes à atividade-fim da APBC.

5.2. Atribuições da APBC:

Conforme arts. 9º, incisos de I a XI, e 87, inciso II, do Anexo VI da Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, que aprova o Regimento interno do Ministério da Defesa.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A APBC, em caráter experimental, reportará suas atividades à Vice-Chefia de Logística e Mobilização do EMCFA por intermédio do seu Coordenador-Geral de Gabinete.

6.2. A APBC, no que tange ao disposto na presente Diretriz, realizará suas atividades sob orientação do Coordenador-Geral de Gabinete da Vice-Chefia de Logística e Mobilização.

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

PORTARIA SEPROD/SG-MD Nº 4.936, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Constitui Grupo de Trabalho para conduzir o processo de elaboração da Análise da Base Industrial de Defesa (ABID) para a obtenção conjunta do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance.

O SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 43, inciso VII, alínea "d", e o art. 67, caput, do Anexo I, do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, tendo em vista a Resolução nº 9/CONSUG-MD, de 16 de junho de 2021, o disposto no item 2.3.4 do Anexo B, e o item 2.2, subitem 2.2.1 do Anexo F, da Portaria nº 4.070/GM-MD, de 5 de outubro de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60314.000082/2022-02, resolve:

CAPÍTULO I

FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º Esta Portaria constitui Grupo de Trabalho - GT com competência para conduzir o processo de elaboração da Análise da Base Industrial de Defesa - ABID para a obtenção conjunta do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO

Art. 2º O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos:

dez representantes da administração central do Ministério da Defesa, sendo:

sete representantes da Secretaria de Produtos de Defesa - SEPROD:

1. quatro do Departamento de Produtos de Defesa, que o coordenará;
2. um do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação;
3. um do Departamento de Promoção Comercial;
4. um do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa;

três do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA:

1. um da Chefia de Assuntos Estratégicos;
2. um da Chefia de Logística e Mobilização;

3. um do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;
um representante do Comando da Marinha;
um representante do Comando do Exército; e
um representante do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Cada membro do GT terá um suplente.

§ 2º O suplente que substituir o titular em suas ausências e impedimentos terá direito a voto exclusivo para essas ocasiões.

§ 3º Os membros do GT e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Secretário da SEPROD.

§ 4º O Coordenador do GT poderá convidar representantes de outros setores do Ministério da Defesa e das Forças Singulares para prestar assessoramentos especializados, conforme as especificidades dos assuntos a serem debatidos.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO

Art. 3º O GT se reunirá em caráter ordinário, quando convocado pelo seu Coordenador e, em caráter extraordinário, por iniciativa do Coordenador ou por solicitação de outros membros do colegiado.

§ 1º As convocações deverão ocorrer com antecedência mínima de cinco dias da data da reunião.

§ 2º O horário de início e de término das reuniões e a pauta de deliberações serão especificados no respectivo ato de convocação.

§ 3º As reuniões do GT ocorrerão, obrigatoriamente, com a presença de ao menos um representante de cada órgão de que trata o art. 2º.

§ 4º As deliberações do GT serão tomadas por maioria simples dos presentes e registradas em ata.

§ 5º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do GT terá o voto de qualidade.

§ 6º As reuniões do GT serão realizadas presencialmente nas dependências da administração central do Ministério da Defesa, ou por videoconferência na hipótese de seus membros ou participantes convidados estarem localizados em entes federativos diferentes.

Art. 4º A SEPROD prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do GT.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º A participação no GT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º O GT terá o prazo de oitenta dias, contados a partir da data de entrada em vigor desta Portaria, para apresentar ao Secretário de Produtos de Defesa uma proposta da ABID para a obtenção conjunta do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário da SEPROD a edição de ato de prorrogação do prazo de que trata o caput, caso necessário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA SUDECO Nº 431, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022, publicado no DOU nº 81, de 2 de maio de 2022, seção 1, página 5, e, tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e o que consta do Processo nº 59800.000415/2022-24, resolve:

Art. 1º Fica permutado o cargo de Coordenador, código FCE 1.10, da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela função de Coordenador, código CCE 1.10, da Coordenação de Assuntos Correcionais, constantes no Anexo II do Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022.

Art. 2º A alteração apresentada, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, serão refletidas nas futuras alterações do decreto de aprovação de estrutura regimental da SUDECO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

ANEXO I

Estrutura Atual

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA			
Coordenação de Assuntos Correcionais	1	Coordenador	CCE 1.10
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	Coordenador	FCE 1.10

ANEXO II

Estrutura Proposta

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA			
Coordenação de Assuntos Correcionais	1	Coordenador	FCE 1.10
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	Coordenador	CCE 1.10

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/ME Nº 8.441, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que ao Ministro de Estado da Economia confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, delegadas ao Secretário-Executivo conforme disposto na Portaria nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, do Ministério da Economia, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.579, de 11 de abril de 2019, e na Resolução nº 2, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional para atendimento da recomendação nº 1 da Avaliação do Programa Simples Nacional pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional do Ministério da Economia:

I - desenvolver Modelo Lógico e respectiva Teoria de Programa relativa ao Simples Nacional;

II - propor objetivos a serem reconhecidos e formalizados para a implantação do Simples Nacional;

III - elaborar indicadores, metas e linhas de base que permitam mensuração do alcance dos objetivos de que trata o inciso II.

Art. 3º O Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional é composto por representantes das seguintes unidades do Ministério da Economia ou a ele vinculadas:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, que exercerá funções de coordenação;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

IV - Secretaria de Política Econômica;

V - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

§ 1º Os membros titulares e suplentes do Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional serão indicados pelos dirigentes máximos de cada órgão e entidade vinculada representada, e designados pelo Secretário-Executivo do Ministério da Economia.

§ 2º Cada unidade indicará um membro titular.

§ 3º Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 4º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar servidores da estrutura do Ministério da Economia para prestarem o suporte técnico necessário ao exercício das atividades do Grupo de Trabalho.

§ 5º A Escola Nacional de Administração Pública atuará como apoiadora técnica do Grupo de Trabalho.

§ 6º A Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho será exercida pela Secretaria de Inovação e Micro e Pequenas Empresas da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade.

§ 7º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 8º O Grupo de Trabalho CMAP-Simples Nacional terá duração prevista de até quatro meses, prorrogáveis justificadamente por dois períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º O Grupo de Trabalho CMAP-Simples Nacional se reunirá, em caráter ordinário, semanalmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples, garantido o registro dos dissensos.

§ 2º O Coordenador submeterá à votação dos membros os temas que dependam de deliberação ou da aprovação do Grupo de Trabalho.

§ 3º Além do voto ordinário, o Coordenador do Grupo de Trabalho terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 5º Não será admitida a criação de subcolegiados por parte do Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional.

Art. 6º As reuniões ordinárias e as extraordinárias do Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência, exceto se demonstrada a inviabilidade ou inconveniência, caso em que ocorrerão presencialmente em Brasília-DF.

Art. 7º As situações afetas ao Grupo de Trabalho CMAP - Simples Nacional não especificadas ou previstas nesta Portaria serão tratadas e decididas por seu Coordenador.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

PORTARIA SE/ME Nº 8.443, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Subdelega competência ao Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados para a prática dos atos que menciona.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados para deliberar sobre pleitos de excepcionalidade às normas expedidas pelo extinto Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, na forma prevista no art. 10 do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 400, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Anexo V da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022), com a inclusão de produtos, e dá outras providências.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nas Decisões nºs 58/10 e 11/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, na Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo V da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, os produtos conforme discriminados no quadro abaixo:

NCM	Nº Ex	Alíquota (%)	Descrição	Quota	Unidade Quota	Início da Vigência	Término da Vigência	Observação
6001.92.00	002	0	Veludo em malha de urdume, com felpa em uma face e com a outra face lisa, contendo, em peso, 100% de fibras de poliéster, com título de	7.500	Toneladas	01/10/22	30/09/23	-
			150 decitex, reunido por colagem a um enchimento de espuma e, na camada inferior, reunido por colagem, a falso tecido, contendo, em peso, 100%					
			de fibras de poliéster, revestido parcialmente por partículas termoplásticas					
6210.30.00	003	0	Coletes e jaquetas, impermeáveis, em tecido de poliamida de alta tenacidade, providos de sistema de insuflação (airbags)	-	-	01/10/22	30/09/23	-

Art. 2º Fica excluído do Anexo V da Resolução Gecex nº 272, de 2021, o produto discriminado no quadro abaixo:

NCM	Nº Ex
6210.30.00	002

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 401, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os produtos automotivos sem produção nacional equivalente que menciona, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 14, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e o disposto nos Trigésimo Oitavo e Quadragésimo Quarto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica - ACE nº 14, anexos aos Decretos nº 6.500, de 2 de julho de 2008, e nº 10.343, de 8 de maio de 2020, respectivamente, na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo Único da Resolução Gecex nº 311, de 24 de fevereiro de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo Único da Resolução Gecex nº 311, de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

NCM	Nº Ex
8429.52.19	056
8430.41.90	016
8433.51.00	008

ANEXO II

NCM	Nº Ex	Descrição
8429.40.00	067	Compactadores utilitários, equipados com motor diesel com potência bruta ISO 14396 de 24,6 HP, peso operacional padrão com ROPS de 2.500 a 2.800 kg, amplitude de 0,51 a 0,52 mm, com 2 ajustes de frequência de 62 e 50Hz, diâmetro do tambor de 720 mm, largura de compactação de 1.000 a 1.200 mm e peso máximo variando de 2.779 a 3.200 kg.
8430.50.00	056	Máquinas fresadoras ou aplainadoras a frio, autopropulsadas sobre 4 esteiras de poliuretano ou 4 pneus de borracha, para desbaste e remoção de pavimentos flexíveis ou rígidos, dotadas de motor diesel de 6 cilindros com potência de 325 a 350 HP, largura de corte padrão de 1.000 a 1.225mm, com profundidade máxima de corte de 330 mm, rotor de corte contendo de 91 a 106 brocas, espaçamento das ferramentas de 15 mm, peso de operação de 21.080 a 21.967 kg e com sistema de controle de nivelamento e inclinação.
8701.91.00	003	Tratores para mecanização agrícola e pecuária em espaços reduzidos, de largura mínima de trabalho igual ou superior a 1014mm (dianteira), mas igual ou inferior a 1130 mm (traseira), de altura máxima do volante até o solo igual a 1360 mm, de vão livre inferior igual a 260 mm, de diâmetro de giro mínimo com freio acionado menor ou igual a 4,75 (E) e 4,69 m (D) e, sem freio acionado menor ou igual a 5,41 m (E) e 5,38 m (D), de comprimento máximo igual a 2725 mm e distância entre eixos igual a 1570 mm, de peso mínimo em ordem de marcha (embarque) de 1060 kg e peso máximo em ordem de marcha (lastrado) de 1425 kg,
		com pneus convencionais dianteiros 6.0 x 14R1 e traseiros 8.3 x 24R1, com motor ciclo diesel de potência de potência não superior a 18 kW, com torque máximo de 81 Nm @ 1400 rpm, de consumo específico de 275 g/kWh, com transmissão mecânica, de 8 marchas à frente, de velocidades teóricas do trator de 2,08, 3,04, 4,22, 6,39, 7,34, 10,80, 14,89 e 22,61 km / h com reversor e 4 marchas à ré de velocidades teóricas do trator de 2,08, 3,06, 4,19 e 6,40 km / h, com tomada de força traseira de acionamento mecânico de 540 @2044 rpm e 540E (750) @1654 rpm e 16,5 kW de potência máxima, com levante hidráulico de 3 pontos
		de capacidade de 7,35 kN de levante no olhal, com eixo dianteiro de tração auxiliar 4X4 de acionamento mecânico, com semiplataforma do operador com preparação para montagem de EPC rebatível em menos de 1 minuto sem uso de ferramentas ou removível em menos de 5 minutos.
8429.52.19	109	Mini escavadeiras autopropulsadas, com superestrutura capaz de efetuar uma rotação de 360 graus, com esteiras de aço ou de borracha, com cabine de operações fechada com estrutura do tipo ROPS e OPG, com sistema hidráulico de operação da lança controlado por "joystick", com motor a diesel de 4 cilindros verticais refrigerado à água com potência de 54,7kW a 2.200rpm, com ou sem acoplamento rápido para troca da concha, força máxima de escavação igual a 54,3 ou 68,5kN na concha e igual a 42,3 ou 45,8kN no braço, velocidade máxima de deslocamento igual a 4,0 ou 4,4 (alta) e 2,2 ou 2,5km/h (baixa) e peso
		operacional igual ou superior a 9.625, mas igual ou inferior a 9.825kg.
8430.41.90	061	Máquinas para perfuração de rochas, com chassi rígido, autopropulsora sobre rodas, potência do motor de deslocamento acima de 110 kW (148 HP), com um ou mais braços para posicionamento de perfuratriz hidráulica rotopercussiva, para furos de diâmetros de 45 a 64mm (76 a 127 mm alargados) e profundidade igual ou superior a 3.440 mm.
8433.51.00	013	Colheitadeiras-debulhadoras para colheita de grãos com sistema de duplo rotor, debulha por tambor de 1.850mm de comprimento, com 3 saídas para separação dos grãos, com ou sem tanque de armazenamento dos grãos com capacidade de 1.670L, motor diesel vertical de 4 cilindros com potência igual ou superior a 62,1, mas igual ou inferior a 64,2kW à rotação igual ou superior a 2.500, mas igual ou inferior a 2.600rpm refrigerado à água, tração por esteiras com 550mm de largura e 1.700 ou 1.750mm de comprimento, ajuste
		de nivelamento lateral automático, plataforma de corte com largura de trabalho igual ou superior a 1.975, mas igual ou inferior a 2.300mm, altura de colheita ajustável de 30 a 150cm, com alavanca de aceleração com botões para ajuste de altura de corte, com barra de corte visível para o operador, manobras realizadas por volante com altura ajustável, velocidade automaticamente reduzida ao executar curvas, garantindo giros mais precisos e seguros, com capacidade de realizar giros de 360 graus (no próprio eixo) com sistema de movimento alternado entre as esteiras.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 402, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante do Anexo I da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, com fundamento no disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, na Resolução Gecex nº 368, de 20 de julho de 2022, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021, os Ex-tarifários de autopeça listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 284, de 2021, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

NCM	Nº Ex
8708.94.82	003
8708.80.00	032

ANEXO II

NCM	Nº Ex	Descrição
8481.80.92	027	Válvula solenoide de 3/2 vias, voltagem de 24 V, resistência nominal de 17.5 ohms (+/-5%) à temperatura de 20 graus Celsius, controlada por ECU, utilizada para pressurizar e despressurizar atuador, utilizada para acionar e desligar o freio do motor.
8512.90.00	079	Conjunto para montagem da lanterna automotiva com tecnologia LED, composto por 1 placa de LED com 6 diodos com chicote elétrico soldado, contendo 1 conector fêmea de 7 vias e 1 conector fêmea de 5 vias na função luz de freio, com comprimento de 162 mm X largura de 58 mm; 2 conjuntos na função luz de posição, sendo 1 conjunto com 1 placa e 1 LED, com comprimento de 33 mm X largura de 20 mm, e 1 placa com 1 LED, com comprimento de 30 mm X largura de 30 mm, interligados com chicote elétrico soldado e 1 conjunto contendo 1 placa com 2 LED, com comprimento de 32 mm X largura de 17 mm, 1 placa com 1 LED, com
		comprimento de 35 mm X largura de 15 mm, interligados com chicote elétrico soldado, ambos com conector fêmea de 4 vias; 2 conjuntos na função seta, sendo 1 placa com 1 LED, com comprimento de 35 mm X largura de 17 mm, interligado por chicote elétrico e conector fêmea em suas extremidades de 5 vias e 4 vias, 1 placa com 1 LED com comprimento de 145 mm X largura de 65 mm com conector de 5 pinos; 1 placa de controle de intensidade da luz de seta com conector de 4 pinos; 1 controlador das placas de LED e placa de intensidade com comprimento de 115 mm X largura de 72 mm com seus componentes eletrônicos, 5 conectores de 4 a 7 pinos,
		carcaça de metal e demais componentes necessários para o seu funcionamento, voltagem de 12 V, para veículos de passeio e utilitário.
8536.50.90	176	Conjunto elétrico responsável pelo ajuste do espelho retrovisor lateral externo, composto por botão knob interruptor que trabalha com uma tensão de 12 V e corrente de 5 mA, suportando carga de operação entre 2,25 N a 5,20 N e queda máxima de tensão entre terminais de 0,1 V após 5.000 ciclos de operação e uma corrente de 0,17 A; comutador L/R que trabalha com tensão de 12 V, corrente de 0,17 A, suportando carga de operação entre 3,43 N a 6,37 N quando comutado de "OFF" para direção direita ou esquerda, e carga de 1,47N até 4,41N quando comutado da direita ou esquerda para "OFF", após 130.000 ciclos de operação a queda de tensão entre
		terminais deve ser inferior a 0,1V em uma corrente de 0,17A; botão de retração tipo push trabalha com tensão de 12 V e corrente de 5 mA, suportando carga de operação entre 3,43 N a 6,37 N e queda máxima de tensão entre terminais de 0,1 V após 200.000 ciclos de operação utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8536.50.90	177	Conjunto interruptor da luz intermitente utilizado em veículos automóveis de passageiros; com tecla de acionamento com comprimento de 58,5 mm, largura de 15,8 mm e altura de 16 mm, fixação feita por clipes, sem parafusos, com distância entre travas de 45,2 mm; com tensão de trabalho de 12V, com corrente de 5mA, retroiluminação LED, luminosidade entre 1,7 candela por metro quadrado a 2,7 candela por metro quadrado sem vazamento de luz pelos encaixes, com carga de operação entre 2,02 N a 3,98 N e queda de tensão máxima entre terminais de 0,1V após 20.000 ciclos de operação.
8708.29.99	323	Bola pistão (esfera embolo) para cinto de segurança de veículos automóveis, fabricada em borracha nitrilica e/ou HYTREL 5556, com resistência à flamabilidade, tem a função de transferir a pressão gerada pelo gerador de gás para o sistema de recolhimento do cadarço, dimensão esférica aproximada de 10.9 mm, com peso de 0,84 g.
8708.29.99	324	Guia de esferas, parte do conjunto pré-tensionador dos cintos de segurança de veículos automotores, fabricada em resina termoplástica POM DELRIN 500P, com resistência à deformação no intervalo de - 40 graus Celsius a 105 graus Celsius (± 5 graus Celsius) umidade menor que 50%, mantida por duas horas), pesando 6,5 g.
8708.40.90	091	Porta-engrenagem satélite utilizado na caixa de mudanças de veículos comerciais pesados de transporte de cargas ou passageiros, com 85 dentes, produzido por forjamento e posterior usinagem de precisão.
8708.80.00	115	Amortecedor hidráulico da suspensão lado esquerdo ou direito, composto por corpo em tubo de aço, embolo em aço cromado com superfície lisa para evitar atrito, óleo hidráulico, selo mecânico e material vedante, caracterizado como parte da suspensão de veículos automotivos; PN 7481805.
8708.80.00	116	Componente para pivô de suspensão, em aço GB45, nas dimensões 139,30 mm (C) X 44,92 mm (L) X 31,00 mm (A), para aplicação em sistema de suspensão dianteiro superior, direito e esquerdo, aplicado em veículos automotores, caracterizado como parte do sistema de suspensão.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 403, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Resolução Gecex nº 124, de 26 de novembro de 2020.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, XVIII, do Anexo I à Resolução nº 1 do Comitê-Executivo de Gestão, de 10 de janeiro de 2020, alterado pela Resolução Gecex nº 18, de 19 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e na Resolução Gecex nº 18, de 19 de março 2020, alterada pela Resolução Gecex nº 122, de 26 de novembro de 2020, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução Gecex nº 124, de 26 de novembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

III - representantes de empresas do Agronegócio:

a) Bruno Machado Ferla (titular) e Luiz Carlos Tavares de Carvalho (suplente) da BRF S.A;

....." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 404, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o pedido de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 351, de 27 de maio de 2022, que prorrogou, por até um ano, a suspensão da exigibilidade da medida antidumping sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1 ml, 3 ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originárias da China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e o deliberado em sua 198ª reunião ordinária, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração objeto do processo nº 19971.100578/2022-20, apresentado pela Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda, em face da Resolução Gecex nº 351, de 27 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2022, que prorrogou, por até um ano, a suspensão da exigibilidade da medida antidumping aplicada sobre as importações de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1 ml, 3 ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originárias da China, em razão de interesse público, considerando os fundamentos da Nota Técnica SEI nº 39136/2022/ME (Documento SEI nº 27634447).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 405, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro o Ducentésimo Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, firmado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 7º, inciso IV, do Decreto nº10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando a necessidade de incorporar ao ordenamento jurídico brasileiro a Diretriz nº 59/20 da Comissão de Comércio do Mercosul, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º O Ducentésimo Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, firmado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), constante dos Anexos desta Resolução, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 18 CELEBRADO ENTRE ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI (AAP.CE/ 18)

Ducentésimo Décimo Terceiro Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE-18 e a Resolução GMC Nº 43/03.

CONVÊM EM:

Artigo 1º - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18 a Diretriz Nº59/20 da Comissão de Comércio do MERCOSUL relativa aos "Certificados Derivados no Âmbito da Decisão CMC Nº 33/15", que consta como anexo e integra o presente Protocolo.

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois da notificação da Secretaria-Geral da ALADI aos países signatários de que recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL informando a incorporação da norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional ao ordenamento jurídico dos Estados Partes do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI deverá efetuar tal notificação, se possível, no mesmo dia em que receber a comunicação da Secretaria do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Mariano Kestelboim Marcos; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Bruno de Rísios Bath; Pelo Governo da República do Paraguai: Víctor Verdun Bitar; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Ana Inés Rocanova Rodríguez.

ANEXO II

MERCOSUL/CCM/DIR. Nº 59/20

CERTIFICADOS DERIVADOS NO ÂMBITO DA DECISÃO CMC Nº 33/15

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 08/94, 01/09, 56/10 e 33/15 do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções Nº 43/03 e 39/11 do Grupo Mercado Comum e a Diretriz Nº 04/10 da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

CONSIDERANDO:

Que a Decisão CMC Nº 08/94 estabelece as condições aplicáveis às mercadorias provenientes das zonas francas comerciais, zonas francas industriais, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais.

Que mediante a Decisão CMC Nº 33/15 os Estados Partes acordaram que as mercadorias originárias de um Estado Parte ou de terceiros países que contem com as mesmas regras de origem para o ingresso em todos os Estados Partes, em virtude de acordos comerciais subscritos pelo MERCOSUL, não perderão sua condição originária quando adentrarem zonas francas comerciais, zonas francas industriais, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais dos Estados Partes.

Que o artigo 3º da Decisão CMC Nº 33/15 dispõe que se aplicará o regime de certificação de mercadorias estabelecido em seu Anexo.

Que de acordo com o disposto no artigo 5º do mencionado Anexo, os Certificados Derivados devem especificar, no mínimo, a informação ali estabelecida correspondente ao Certificado de Origem original.

Que os Estados Partes consideram conveniente harmonizar os campos contidos nos Certificados Derivados.

Que a Diretriz CCM Nº 04/10 estabelece que os certificados de origem e demais documentos vinculados à certificação de origem em formato digital terão a mesma validez jurídica e idêntico valor que os emitidos em papel.

A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

APROVA A SEGUINTE DIRETRIZ:

Art. 1º - Os Certificados Derivados emitidos pelos Estados Partes, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC N° 33/15, conterão a seguinte informação:

a. Entidade Emissora do Certificado de Origem (nome, cidade e país);
b. Número e data do Certificado de Origem;
c. Número e data de cada Nota Fiscal consignada no Certificado de Origem;
d. Número e data da Nota Fiscal consignada no Certificado Derivado;
e. Quantidade e/ou volume consignado do Certificado de Origem, por cada número de ordem;
f. Norma de Origem consignada no Certificado de Origem, por cada número de ordem;
g. Código da nomenclatura consignada no Certificado de Origem, por cada número de ordem;
h. Denominação dos produtos conforme foram consignados no Certificado de Origem;
i. País de destino dos produtos;
j. Importador (nome, endereço e país);
k. Número de Identificação e data do Certificado Derivado;
l. Quantidade e/ou volume correspondente à mercadoria amparada no Certificado Derivado, expressada nas mesmas unidades de medida que a declarada no Certificado de Origem, detalhada por cada posição tarifária;
m. Declaração aduaneira de ingresso dos produtos à Zona Franca;
n. Remetente (nome, endereço e país);
o. N° do Acordo do Certificado de Origem;
p. Observações;
q. Data, carimbo e assinatura do emissor do Certificado Derivado.

O modelo do Certificado Derivado consta como Anexo e faz parte da presente Diretriz.

Art. 2º - O Certificado Derivado deverá ser assinado por funcionários devidamente habilitados da Administração Aduaneira/Autoridade Competente emissora. A assinatura dos referidos funcionários deverá ser incluída no registro de assinaturas de funcionários habilitados, vigente na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), especificando seu escopo somente para os Certificados Derivados.

Art. 3º - Os Certificados Derivados em formato digital e os documentos vinculados a ele terão a mesma validez jurídica que o Certificado Derivado emitido em papel, desde que sejam emitidos e assinados digitalmente, em conformidade com as respectivas legislações dos Estados Partes, por funcionários devidamente habilitados da Administração Aduaneira/Autoridade Competente emissora dos Certificados Derivados, de acordo com os procedimentos e as especificações técnicas da Certificação de Origem Digital estabelecidos na Resolução 386 do Comitê de Representantes da ALADI, suas modificativas e/ou complementares. Os Estados Partes estabelecerão as condições para a implementação do disposto neste artigo, através de instrumentos a serem firmados bilateralmente.

Art. 4º - A presente Diretriz será revisada quando um Estado Parte solicitar, com o objetivo de considerar as mudanças que possam surgir da implementação em nível nacional da emissão dos Certificados Derivados, em conformidade com a Decisão CMC N° 33/15.

Art. 5º - Solicitar aos Estados Partes signatários do Acordo de Complementação Econômica N° 18 (ACE N° 18) que instruam suas respectivas Representações junto à ALADI, a protocolizar a presente Diretriz no âmbito do ACE N° 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art. 6º - Esta Diretriz deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados partes antes de 01/VII/2021.

CCM (Dec. CMC Nº 20/02, Art. 6) - Montevideo, 22/X/20.

ANEXO III

Certificado Derivado

<table>
<tr><td colspan="3"></td><td colspan="3">1. Identificação do Certificado Derivado (número e data de emissão)</td></tr>
<tr><td colspan="3">2. Remetente (nome, endereço, país)</td><td colspan="3">3. Importador (nome, endereço, país)</td></tr>
<tr><td colspan="3">4. Nº de Acordo do Certificado de Origem</td><td colspan="3">5. Entidade emissora do Certificado de Origem (nome, cidade e país)</td></tr>
<tr><td colspan="3">6. Identificação do Certificado de Origem (número, data de emissão)</td><td colspan="3">7. Nº de Nota/s Fiscal/is e data de cada nota fiscal no Certificado de Origem</td></tr>
<tr><td colspan="3">8. País de Destino dos Produtos</td><td colspan="3">9. Nota Fiscal Comercial do Certificado Derivado</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td><td>Número:</td><td colspan="2">Data:</td></tr>
<tr><td rowspan="3">10. Nº de Ordem</td><td>11. Código da nomenclatura</td><td>12. Denominação dos produtos</td><td>13. Quantidade e/ou Volume no Certificado de Origem</td><td colspan="2">14. Quantidade e/ou Volume</td></tr>
<tr><td colspan="5">15. Norma de Origem (segundo Certificado de Origem no qual se ampara)</td></tr>
<tr><td colspan="5">16. Declaração Aduaneira de Ingresso:</td></tr>
<tr><td colspan="6">17. Observações:</td></tr>
<tr><td colspan="6">"Emitido ao amparo da Decisão CMC Nº 33/15".</td></tr>
<tr><td colspan="6">CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM</td></tr>
<tr><td colspan="6"></td></tr>
<tr><td colspan="6">- Data:</td></tr>
<tr><td colspan="6">- Carimbo e Assinatura</td></tr>
</table>

RESOLUÇÃO GECEX Nº 406 DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14, 25/15 e 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 198ª Reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Fica excluído do Anexo II da Resolução Gecex nº 322, de 2022, o Ex-tarifário listado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução Gecex nº 322, de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo IV desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

NCM	Nº Ex
8414.59.90	059
8418.61.00	002
8418.69.99	094
8418.69.99	096
8425.31.10	014
8427.10.90	166
8436.29.00	031
8438.80.90	097
8443.39.10	290
8451.40.29	014
8455.30.90	029
8465.10.00	065
8465.93.10	014
8474.39.00	020
8477.59.90	093
8479.10.90	086
8479.71.00	002
8479.89.99	302
8479.90.90	313
8481.90.90	077
8502.39.00	016
8705.10.10	007
8705.10.10	008
8705.10.10	009
8705.10.10	010
8705.10.10	011
8705.10.10	012
8705.10.10	013
8705.10.10	014
8705.10.10	015
8705.10.10	016
8705.10.10	017
8705.10.10	018
9019.20.10	042
9019.20.10	043

ANEXO II

NCM	Nº Ex
8481.80.39	005

ANEXO III

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8408.90.90	110	Motores a diesel, estacionários, refrigerados à ar, monocilíndricos, com diâmetro do cilindro de 70mm e curso de 55mm, cilindrada de 212CC, com potência máxima de 4,5CV, com partida manual e/ou sistema para partida elétrica.
8408.90.90	111	Motores à diesel, estacionários, refrigerados à ar, monocilíndricos, com diâmetro do cilindro de 78mm e curso de 62mm, cilindrada de 296CC, com potência máxima de 6,9CV, filtro de ar a seco ou banhado a óleo, com partida manual e/ou sistema para partida elétrica.
8412.21.90	095	Comandos finais com roda dentada (conjunto motriz da esteira), dotados de motor hidráulico de pistão operando com pressão máxima de até 310bar e redutor de velocidades de engrenagens planetárias com tripla redução, potência de até 60W, material da carcaça em ferro fundido, eixo e engrenagens em aço carbono, rolamentos em aço temperado e vedações em borracha vulcanizada, próprios para aplicação em máquinas de mineração.
8413.70.10	093	Motobombas centrifugas multiestágios com motor elétrico incorporado para operação submersa, com bocal de saída em bronze, medindo 1 polegada BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor de fluxo radial, com 8 até 16 estágios, acopladas a motor assíncrono com 2 polos, potência entre 0,25 e 0,5CV, 60Hz, com vazão máxima de 2,7m³/h, altura manométrica entre 9,3 e 34mca para 8 estágios, entre 12 e 46,1mca para 11 estágios, entre 17,5 a 65,9mca para 16 estágios, utilizadas para aplicações com diâmetro mínimo de 2,5 polegadas, com capacitor interno no motor para partida.
8413.70.10	094	Motobombas centrifugas multiestágios com motor elétrico incorporado para operação submersa, com bocal de saída em bronze, medindo 1 polegada BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor de fluxo radial, com 5 até 18 estágios, acopladas a motor assíncrono com 2 polos, potência de 0,33 a 1CV, frequência de 60Hz, com vazão máxima de 4,3m3/h, altura manométrica de 7 a 29mca para 5 estágios, de 28 a 42mca para 7 estágios, de 40 a 60mca para 10 estágios, de 71 a 107mca para 18 estágios, utilizadas para aplicações com diâmetro mínimo de 3 polegadas, com capacitor interno no motor para partida.
8413.70.80	144	Motobombas centrífugas auto-escorvantes, com carcaça de alumínio, rotor de 117mm de diâmetro e porta rotor, ambos em ferro fundido, com sucção e recalque de 1,5 polegadas, com vazão máxima de 18m³/h e altura manométrica máxima de 22mca, acopladas a motores à combustão interna de 3CV, 98CC, diâmetro de 56mm e curso de 40mm.
8413.81.00	085	Bombas de transferência sendo do tipo rotativa ou de seringa, alavanca ou vai-e-vem, gatilho ou vareta, indicadas para transferência de fluidos dos tipos água, combustíveis, Arla 32, óleo, graxa ou ácidos, com capacidade até 200kg ou litros, fabricadas em alumínio, aço, ferro ou plástico (polímero).
8413.91.90	125	Bombas centrifugas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, com válvula de retenção incorporada entre 1, 1¼, 1½, 2, 2½, 3 e 4 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima entre 0,3 a 60m3/h, altura manométrica máxima entre 5 a 449mca, utilizadas para capitação de água em poços tubulares profundo.
8413.91.90	126	Controles inteligentes multifuncionais para acionamento de motobomba centrifuga multiestágios de potência entre 0,50 e 10CV, em tensão trifásico 220, 380V ou monofásico 127, 220 ou 254V, com proteção de voltagem baixa e alta, proteção para rotor travado, proteção para rotação a seco e proteção de sobrecarga, painel de LCD demonstrando informações da bomba submersa.
8414.10.00	086	Bombas de vácuo, para sistemas de climatização industrial (AVAC), para remover a umidade e gases incondensáveis em tubulações de sistemas de refrigeração, de 2 estágios, com controle do motor e válvula solenóide, registro e armazenamento de dados via aplicativo, monitoramento do vácuo em tempo real, com tela sensível ao toque de 4 polegadas ou 101,6mm, constante do vácuo tanque de óleo e monitoramento da temperatura do motor, com vacuômetro digital, potência até 1HP, até 12cfm, 110/220V, 50/60Hz.
8414.59.90	080	Moto-ventiladores com rede elétrica, potência máxima de até 15W, tensão contínua ou alternada de até 220V, enrolamento do estator do tipo encapsulado ou não; faixa de temperatura de -40 até + 70 graus Celsius; rotação na tensão mínima maior que 300rpm, utilizados em refrigeradores ou freezers.
8414.59.90	081	Ventiladores centrífugos utilizados no sistema de refrigeração de transformadores de aerogeradores, dotados de: ventilador, invólucro, motor eletricamente comutado e controle; com tensão nominal de 400V, corrente elétrica máxima de 6A, 60Hz, potência elétrica de 3,3kW; proteção mínima do motor: IP54; massa máxima de 45kg; ponto de funcionamento com uma vazão de 4.287m³/h e pressão estática de 833Pa @ densidade do ar 0,975kg/m³; temperatura de operação de -25 a 50 graus celsius.
8414.59.90	082	Equipamentos para resfriamento de moldes metálicos para conformação de embalagens de vidro a quente, dotados de: ventiladores de alta performance, conversores de frequência, dutos de ar, válvulas de acionamento elétrico e manual, servo motores, painéis com sistema informatizado de gerenciamento de controle variáveis integrados com máquinas de conformação e processo produtivo.
8414.59.90	083	Termos ventiladores sem termostato, do tipo radial, de potência 1kW, em tensão 230VAC, de uso industrial, com montagem em trilho de 35mm para instalação em painel elétrico de geração de energias renováveis.
8414.59.90	084	Ventiladores radiais, até 3,5kW, com controle integrado, com rotor e hélices fabricados em alumínio, com a hélice composta por pás curvas, montados em estrutura metálica específica e customizada para montagem exclusiva do equipamento no sistema de ventilação de conversores de frequência de geração fotovoltaica de energia.
8414.80.33	010	Compressores centrífugos de alta pressão, para gás, com máxima capacidade de vazão 37.958kg/h, pressão de descarga 50,53kg/cm²A, temperatura de descarga 73,4 graus celsius, com vazão 2.164m3/h na sucção, pressão sucção 9,83kg/cm², temperatura de sucção -52 graus celsius, montados em "skid", para expedição de eteno verde produção de polietileno verde, utilizados para transporte de fluídos na fase gás em indústrias químicas e petroquímicas, compostos de caixa multiplicadora, unidade de lubrificação, unidade de selagem à gás, motor elétrico trifásico com potência nominal de 1.900kW, acoplamentos, painel acionador variador de frequência, instrumentação de controle, intertravamento e monitoramento de vibração e anti surge.
8417.10.90	006	Máquinas automáticas para fusão de amostras a serem analisadas por equipamentos de fluorescência de raios-X; com microprocessador para controle de parâmetros, capacidade de armazenamento de até 10 programas de amostra, cadinhos e moldes de ouro 5% e platina 95% com pontos de fusão de 1.670 a 1.750 graus celsius e esvaziamento em forma de pérola de 32mm de diâmetro
8417.80.90	084	Fornos automáticos e contínuos a vapor para o cozimento de emulsão de produtos cárneos (cordões de carne processada) em processos produtivos de ração animal úmida, compostos por: um túnel de cozimento com comprimento igual a 12.000mm, largura igual a 1.600mm, com câmara de injeção de vapor saturado com pressão de 3bar, temperatura da emulsão na entrada do túnel de aproximadamente 20 graus celsius e temperatura da emulsão já cozida de aproximadamente 92 graus celsius (delta T de aproximadamente 70 graus celsius), com ou sem esteira transportadora com velocidade controlada (2 à 22m/min.); 1 estação de corte do cordão já cozido, contendo 8 lâminas intercambiáveis de comprimento igual a 600mm, para cortes de 5 a 20mm de comprimento, ângulo de corte ajustável entre 45 e 90 graus; sistema de gerenciamento central com controlador lógico programável (CLP).
8418.99.00	039	Puxadores fabricados em perfil extrudados em liga de alumínio 5.005 com acabamento superficial escovado e anodizado com medidas básicas do perfil 18 x 40mm e comprimento medindo 886.2mm e acabamento nas extremidades: ABS cromado e parafuso de fixação: 1/4 - 28 sextavado interno.

8419.39.00	187	Secadores infravermelhos para secagem, desumidificação e cristalização de resinas termoplásticas higroscópicas, com controle 100% automático por meio de controlador lógico programável, para produção máxima compreendida entre 900 e 1.000kg/h, com temperatura de trabalho igual ou superior a 170 graus celsius, dotados de tambor rotativo e 2 sistemas de funil independentes para alimentação de linha de extrusão, com capacidade de secagem de até 150ppm.
8419.50.21	103	Combinações de máquinas para pré-aquecimento e filtragem de gás combustível para usina termoelétrica de ciclo combinado, para melhoria da eficiência da combustão das turbinas a gás e proteção contra admissão de partículas danosas, com temperatura e saída entre 204 e 226 graus celsius e eficiência de filtragem de 99,5%, compostas de: trocador de calor; filtro redutor de impurezas; instrumentação; válvulas; painel de controle; tubulações; isoladores térmicos e plataformas de instalação.
8419.50.21	104	Trocadores de calor metálico tipo casco e tubo, de construção modular vertical, apresentado em 4 módulos, para resfriamento do gás da coqueria - GCO (Gases Coke Oven), com capacidade em; fluxo de Gás menor ou igual a 38.000,00Nm3/h, temperatura do gás na entrada do resfriador de gás primário menor ou igual a 83 graus celsius, temperatura da água de circulação de entrada menor ou igual a 33 graus celsius, temperatura da entrada de água resfriada (água de baixa temperatura) menor ou igual a 16 graus celsius, fluxo de água de circulação de entrada na fase superior maior ou igual a 1.500m3/h, fluxo de entrada de água resfriada (água de baixa temperatura) no estágio inferior maior ou igual a 210m3/h, resistência do resfriador de gás menor ou igual a 1,5kPa.
8419.50.21	105	Combinações de máquinas para a resfriamento de estuque, utilizado no processo produtivo de fabricação de placas de gesso acartonado, compostas de: equipamento rotativo com cesto perfurado, responsável pela separação do estuque de resíduos de papel; Trocador de calor rotativo, do tipo tubular metálico, com transportadores helicoidais e sistema de refrigeração a ar; Sistema de transporte pneumático de estuque; Conjunto de dutos, estruturas e suportes; Conjunto de instrumentos de monitoramento, segurança e controle (PLC).
8419.50.90	033	Trocadores de calor por água, fabricados em alumínio, com vida útil maior que 20 anos, preparados para receber uma mistura liquida de 50% de água destilada e 50% de Etileno Glicol, com entrada de agua em temperaturas entre -40 e + 90 graus celsius, com capacidade de dissipação maior 12.450W (área 440 x 350mm), suportar pressão máxima de trabalho de 10bar, com fluxo nominal de 24L/min, fabricados sob desenho e especificação técnica dedicados que garantam sua utilização e montagem exclusiva em conversores estáticos de geração fotovoltaica de energia.
8419.89.19	135	Máquinas automáticas de esterilização de saches de ração animal úmida, com câmara de esterilização fechada com diâmetro nominal de 1.300mm, comprimento de 9.590mm , volume de 12,6m³, temperatura máxima de operação de 158 graus celsius, pressão máxima de 5bar, operadas através de vapor limpo saturado, portas de fechamento rápido em ambas as extremidades do equipamento e rolos transportadores internos para propiciar produtividade em escala industrial, número de saches esterilizados por ciclo igual ou superior a 14.400, tempo aproximado do ciclo igual a 54 minutos, com controlador lógico programável (CLP).
8419.90.40	013	Dispositivos modulares de troca térmica para condensadores de evaporado de licor negro com área nominal de troca térmica entre 1.500 e 20.000m², temperatura máxima de projeto entre 100 e 200 graus celsius, composto por: 2 a 10 módulos de lamelas de aço inoxidável soldadas a laser, distribuidores, coletores e suportes metálicos.
8421.21.00	243	Sistemas de tratamento por membranas de ultrafiltração em container, para a filtração pressurizada de água ou tratamento terciário de efluentes, compostos de: módulos com membranas de ultrafiltração, bombas de transferência pneumáticas, tanques para armazenamento de produtos químicos, painel elétrico, painel de controle, sistema de controle e monitoramento remoto montado em container de 40 pés com revestimento interno e externo de zinco com espessura de 50 micra.
8421.21.00	244	Combinações de máquinas de comando lógico programável para tratamento contínuo de água com vazão variável de 300 a 600m3/h a uma pressão média de 20mca (2bar), por filtração com mídias regenerativas de perlita para retenção de partículas maiores que 5 micras, desinfecção por radiação ultravioleta (UV), desinfecção química por cloro e correção do pH por adição de produto alcalino, compostas de: 2 pré-filtros com capacidade de 75 litros; 1 "skid" metálico contendo um pré-filtro, 1 bomba centrífuga monobloco, equipada com motor trifásico assíncrono de 55kW, grau de proteção IP55 e eficiência energética "premium IE3", 1 filtro de mídias regenerativas de perlita de 4.000 litros com capacidade de filtração de 2,38m3/h/m2, 1 unidade geradora de raios ultravioleta (UV) com 3 lâmpadas UV de 3kW, vaso de pressão de 50 litros, válvulas automáticas de controle de fluxo com atuadores pneumáticos, sensores de fluxo, manômetros, sistema de controle analítico da qualidade da água com monitoramento dos parâmetros de pH, cloro livre, cloro combinado, ORP (potencial de oxidação/redução), temperatura, turbidez e condutividade; 1 compressor de ar comprimido com pressão máxima de 10bar e volume de 200 litros; 2 painéis para dosagem de produtos químicos contendo 2 bombas dosadoras cada, com vazão de 45L/h em contrapressão de 2bar.
8421.21.00	245	Conjuntos de filtração de separação de fluxo cruzado com membranas espirotálicas para processar 6.000kg/h de claras de ovos, com alimentação de 6.000L/h de forma contínua, sendo 3.000L/hora de taxas de fluxos retido, (produto concentrado) e 3.000l/h de permeado da fração do produto que passa através das membranas controlado, automaticamente, pelo "software", com controle automático de produção e operações CIP (Processo de limpeza Clear-in-place), com sistema de controle para obter a concentração desejada antes do produto concentrado, com sistema de controle para evitar a diluição excessiva do produto no final da produção, com instrumentos para medição e controle dos parâmetros do processo, com seção de alimentação/pressurização composto por tanque de equilíbrio com medição de nível contínuo, com porta de inspeção e esfera de pulverização, com válvula moduladora para regulagem do nível do produto, com seção de filtração/concentração composto por bombas de circuito centrífugas equipadas com conversor de frequência, com transmissor de temperatura e válvula pneumática, com trocador de calor para soluções CIP, com sistema de dosagem automático, com sistema de controle de concentração de detergente com transmissor de fluxo e transmissor de condutividade, com sistema de coleta de permeado e de envio composto por um tanque de equilíbrio com interruptor de nível, com sistema automático controlado pelo CLP/Microprocessador com painel com tela de toques.
8421.21.00	246	Centrifugadores automáticos para filtragem iônica de alumínio, no processo de anodização, dotados de: 4 reservatórios especiais para resinas, sendo: 2 unidades com diâmetro de 650 x 1.750mm (500 litros); 1 unidade com diâmetro de 770 x 2.050mm (712 litros); 1 unidade com diâmetro de 800 x 1.750mm (750 litros).
8421.21.00	247	Equipamentos automáticos para filtração de água bruta proveniente de rio, pré-tratamento de água para uso industrial (ultrafiltração), em módulos e com contra lavagem de fonte externa, discos ranhurados em material não metálico e com grau de filtragem de 200micrometros, range de vazão de 355 a 1.422m3/h, pressão de operação de 1,5bar(g), pressão de projeto de 6bar(g), fabricados em polipropileno.
8421.22.00	031	Módulos de microfiltração para clarificação de cerveja, com membranas hidrofílicas compostas de mistura de polivinilpirrolidona (PVP) e poliétersulfona (PES) de diâmetro 1,5mm e área de 11m2, tamanho do poro de 0,6 micron, comprimento do módulo de 1.172mm e diâmetro de 200mm.
8421.39.90	207	Aparelhos para purificação e higienização do ar com remoção de até 99% de patógenos, partículas finas, compostos orgânicos voláteis e outros contaminantes através da tecnologia TPA (Ação de Dois Polos) responsável pela geração de um plasma não térmico através de fios emissores de alta tensão e um campo iônico, CADR 18 até 24.000m3.
8421.39.90	208	Separadores de gotas compostos de módulos de chapas dobradas, em aço inoxidável AISI 304, para aplicação em evaporadores Efeito 8 e Efeito 2AB, próprios para impedir o carregamento de gotículas de licor negro e geração de calor para concentração do licor negro (evaporação).
8421.39.90	209	Filtros automáticos para limpeza de gases de expansão de silos piro metalúrgico de minério laterítico, autolimpantes, de capacidade volumétrica horária de 4.250 a 5.250Nm³/h, pressão de entrada de -150Pa entre 10 e 100 graus celsius; com cilindros metálicos com mangas de polyester alojadas em gaiolas, válvulas rotativas, moega, sistema de limpeza de mangas, sistema de exaustão com ventilador centrífugo acionado por motor elétrico, tubo de exaustão e sistema de proteção de explosão.
8421.91.99	004	Conjuntos de telas especiais em material composto de níquel com revestimento localizado de cromo, aplicadas na fabricação nacional de centrifugas de alta performance, submetidas a corrosão química e abrasiva com dimensões de até 1.100 x 1.100mm e espessura abaixo de 0,50mm, contém furos específicos de precisão em formatos oblongos de abertura 0,05 a 0,10mm.
8421.99.99	154	Módulos de membranas em fluoreto de polivinilideno (PVDF) de fibra oca de ultrafiltração com poro nominal de 0,025 mícrons, com área superficial de membrana de 60, 80 e 107m², com sentido de vazão de fora para dentro, temperatura de operação máxima de 40 graus celsius, pH de operação de 2 a 11, pressão máxima de entrada de 6,4bar a 20 graus celsius, quantidade máxima de hipoclorito de sódio aceitável 2.000mg/L, destinados para sistemas de filtração para tratamento de águas e efluentes.
8421.99.99	155	Vasos de pressão padrão para membranas de ultrafiltração, nanofiltração, osmose reversa ou outras membranas espirais; diâmetros de 8, 4 ou 2,5 polegadas; classe de pressão de 300 a 2.000PSI; temperatura de operação de 10 a 49 graus celsius; pH de operação de 3 a 11; Material de fabricação: FRP; configurações de conexão tipo "end-port" ou "multi-port", capacidade de membranas de 1 a 7 unidades.
8422.30.10	132	Combinações de maquinas para enxaguar, envasar, capsular e rotular garrafas de vinhos e espumantes destinados a comercialização, compostas de: máquina de envase isobárico eletropneumático com válvula de enchimento, monobloco automático com estrutura tipo "roof", garra metálica, cremalheira, 28 valvulas de alta pressão, sensor indutivo, transdutor de pressão, painel de controle plc, autolimpante, compostas de: enxaguadora lavador-soprador eletropneumático de 2 fases (agua + gas), com 20 lugares, para garrafas com diâmetro máximo de 115mm, nível de enchimento ajustável entre 25 e 110mm, pressão de até 8bar, tendo torre de rolha rotativa de alto vácuo de 4 cabeçotes, fechamento de cortiça de 16mm, distribuição das tampas tipo "screw cap", torre de capsulamento rotativo automática de 4 cabeças, adequado para a aplicação de tampa plástica em forma de "t", podendo produzir até 2.640litros de vinho espumante/h, 4.400 litros de vinho tranquilo/h, velocidade de 1.200 até 6.000 garrafas/h; maquina gabietadora (gaioladora) automática, para a distribuição e amarração de gaiolas de arame de 4 fios com tampas para garrafas de espumante para uma produção máxima de 7.000g/h, incluindo velocidade linear do transportador 41m/min, tensão de 380/400V; máquina para capsulagem de vinho e espumante, monobloco, para a distribuição das capsulas, formação dos 4 vincos e alisamento das capsulas de espumante com posicionamento personalizado de capsula ao máximo de 6.000g/h, para a produção de 3.000 a 40.000b/h, tensão de 380/400V; maquina rotuladora rotativa automática, para rótulos autoadesivos, com ajuste motorizado nas laterais, ajuste elétrico de altura do carrossel.
8422.30.10	133	Máquinas automáticas rotativas (roll-fed) para aplicação de rótulo e contrarrótulo autoadesivos, e/ou colarinho e/ou medalha autoadesiva e/ou selo fiscal a cola em ambas extremidades do filme, em recipientes de plástico (PET), com capacidade de 29.000unid de garrafas/h de 500mL ou superior, dotadas de 18 pratos porta-garrafas, prendedor das garrafas na entrada e fotocélulas para controle de acúmulo, com estações autoadesivas, dispositivo de soltura de rótulo com funcionamento eletrônico, com ou sem estação de cola para o selo fiscal, com ou sem dispositivo de aperto do selo na estrela de saída, com variação de velocidade por meio de inversor de frequência, controlado por controlador lógico programável (CLP) e tensão de 380V.
8422.30.29	922	Máquinas automáticas rotativas para envase, inertização, selagem e pesagem de cápsulas de café, tipo "monodose" com capacidade de produção de 240 ou 400cápsulas/min, divididas em 4 fileiras, trabalhando com 60 ou 100ciclos/min.
8422.30.29	923	Máquinas recravadeiras de lata especiais para formatos não cilíndricos, diagonal máxima 160mm, largura mínima/máxima de 45 e 110mm, capacidade até latas/min, 4 cabeçotes de recravação duplos, sistemas lubrificação centralizados, sistema de elevação eletrônicos para distintas alturas de latas, sistema de "pre clinche" com came progressivo de ajuste da tampa, alimentação de tampas longitudinal, com motor 5,5CV.
8422.30.29	924	Máquinas encaixotadoras de saches de ração animal úmida, automáticas, com Controlador Lógico Programável (CLP), acionadas por servomotores, com capacidade máxima maior ou igual a 500saches/min (variável de acordo com os tamanhos dos saches), configuráveis para operarem com saches de diferentes dimensões, dotadas de: estação de sincronização dos produtos a serem embalados, estação de alimentação de caixas não dobradas, dispositivo de pré-alinhamento vertical do correto número de saches por caixa, dispositivo de posicionamento dos saches sobre as caixas ainda não dobradas, dispositivos de montagem e fechamento das caixas e transportadores em geral.
8422.30.29	925	Máquinas automáticas, verticais e rotativas, para envasar e selar sachês autoclaváveis de ração animal úmida, com controlador lógico programável e servo motores, capacidade mecânica igual a 160sachês/min, dotadas de: estação dupla de alimentação de embalagens com capacidade para 1.600 sachês; estação dupla com acoplamento de impressora de códigos de identificação por jato de tinta; estação dupla pneumática de abertura dos sachês; estação dupla de envase de sólidos; estação dupla de envase de líquidos, com tanque, agitador e sensor de nível; estação dupla de injeção de vapor; estação dupla para o primeiro estágio de termosselagem, com dispositivo de retirada de ar do interior dos sachês e controle de temperatura (50 a 250 graus celsius); estação dupla para o segundo estágio de termosselagem; estação dupla de estabilização e resfriamento da área selada por circulação indireta de água; estação dupla de retirada de sachês envasados; sistema de automação com capacidade de integração de várias máquinas com controle central via servidor, coleta de dados para rastreabilidade e gestão de performance e monitoramento via tablet sem fio.
8422.40.90	105	Dispositivos de cintamento com acionamento elétrico de unitização de paletes com cintas de plástico PET ou PP; regulado eletronicamente através de um "joystick", sem dispositivo arqueador, com controle de distância de posicionamento da máquina em relação ao palete por meio de feixe laser; velocidade máxima da corrente na horizontal de 65m/min e vertical de 76m/min; conjunto de baterias de 36V, 4,5 A; feixe de laser categoria 2, potência de 10mW e comprimento de onda de 635nm; comprimento 665mm, largura 770mm e altura 1.200mm.
8422.40.90	106	Máquinas automáticas para embalar tubos plásticos flexíveis corrugados, com diâmetro de 12, 16, 20 e 32mm, com capacidade para produzir rolos com diâmetro externo máximo de 720mm, diâmetro interno variável compreendido de 160, 190, 220, 250 e 280mm e largura variável compreendida de 100 a 300mm, contendo carretel de enrolamento com 6 braços suporte, sistema de empacotamento automático com filme PE com espessura compreendida de 20 a 25 mícrons, medidor de comprimento, dispositivo de corte adequado para tubos com fio metálico interno, estabilizador e controlador de velocidade com roletes guia, máquina etiquetadora e painel de controle com monitor sensível ao toque e controlador lógico programável.
8422.40.90	107	Máquinas que embalam caixas com modelos distintos de injetores diesel, caixas com 18 ou 24 injetores, em plástico ou papelão; os injetores são dispostos em três camadas, separados por papel VCI; em caixas pequenas que verificam a existência da quantidade correta de peças em cada embalagem, com nível de automação aproximado de 80%; com estação e painel de comando projetado especificamente para linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente, projetada especificamente para os injetores de combustível diesel tipo "common rail"; com balança com limites definidos com máximo de 18% de peso e desvio máximo de 40% do peso; com sistema de contagem de peças de acordo com a especificação da embalagem; com esteira de transporte tubular projetada para caixas plásticas e de papelão.
8422.40.90	108	Máquinas termoformadoras modulares automáticas, com construção em aço inoxidável e grau de proteção IP65, para formação e fechamento de embalagens flexíveis para embalar massa de presunto cozido (cook in), dotadas de: sistemas de elevação motorizados "ou pneumáticos" para as estações de formação, "alimentação" e selagem, máquina controlada por um PC industrial e comando em tela "touchscreen" colorida, dotada de sistema de evacuação cíclica MHP (Multivac Ham Packing), com avanço de molde de 280mm ou superior, profundidade da embalagem ajustável, com altura máxima de 130mm ou superior, diâmetro máximo das bobinas superior e inferior maior ou igual a 450mm, com capacidade de produção igual ou superior a 700peças/h.
8424.30.10	076	Máquinas lavadoras verticais, confeccionadas em aço inoxidável, para limpeza por jato de água, de chapas de vidro com altura máxima compreendida entre 2.000 e 3.300mm, dimensões mínimas de 350 x 100mm ou 400 x 100mm, espessura compreendida entre 3 e 20mm ou entre 3 e 25mm, capacidade máxima de carga 300 ou 500kg, velocidade compreendida entre 0,5 e 5m/min; dotadas de: esteiras transportadoras de entrada e saída motorizadas; pré-lavagem a agua quente; seção de lavagem com 4 ou 6 escovas rotativas de limpeza; seção de secagem através ventiladores de alta pressão; sensor para detecção automática da espessura do vidro; sensor para travamento antiqueda do vidro.
8424.30.90	134	Combinações de máquinas para pintura e secagem de peças de madeira processadas com velocidade máxima de avanço igual a 20m/min e largura útil máxima igual a 1.500mm, compostas de: máquina de escovar e lixar dispondo de 5 conjuntos de escovas com rotação variável; máquina de limpeza dispondo de escova rotativa e conjunto de injetores de ar; máquina de pintura dispondo de 2 braços tendo cada braço um suporte para alojar 6 pistolas aplicadoras de tinta, com sistema de medição de peças na entrada da cabine, com sistema de recuperação de tinta, com 2 sistemas de limpeza da correia transportadora de peças, com sistema de gerenciamento de tintas com misturador de 3 componentes preparado para trocas rápidas de cores, com um separador de pó tipo ciclone; túnel de evaporação de solvente por ventilação, dispondo de sopradores e elementos de sucção de ar; painéis elétricos e de controle para fornecimento de energia e funcionamento lógico entre as máquinas; secador formado por 8 níveis com equipamento para elevação e abaixamento entre os níveis, com sistema de ventilação, com sistema de aquecimento com temperatura máxima igual a 30 graus Celsius; 3 secadores verticais formados cada um por uma câmara de secagem com 62 prateleiras, com transportador vertical, com secagem por ventilação e aquecimento com temperatura máxima igual a 40 graus Celsius; um túnel de resfriamento dispondo de sistema de ventilação forçada com condutores que distribuem o ar sobre as peças de madeira processadas; transportador de entrada e transportadores de interligação entre máquinas.
8424.89.90	466	Equipamentos para aplicação de revestimentos com resina orgânica ou esmalte inorgânico em pó eletrostático, manuais ou automáticos, dotados de central de comando para gerenciamento e monitorização de todas as funções dos aplicadores, sendo: Alta-tensão (10 a 100kV), corrente corona (5 a 120 Microampère), auto-limpeza do eletrodo de alta-tensão, válvulas pneumáticas para saída de pó com ajuste proporcional digital, com "software" para gerenciamento e controle remoto combinado com disponibilidade de acesso por dispositivos móveis.
8424.90.90	117	Bulbos de vidro termosensíveis para acionamento de chuveiros automáticos para pulverização de água em sistemas de combate a incêndios, com diâmetro nominal do corpo compreendido de 3 a 5mm, comprimento nominal do corpo compreendido de 16 a 20,8mm sem contar o segmento capilar, contendo líquido de cores variadas, sem mercúrio, para ativação a temperaturas compreendidas de 57 a 260 graus celsius.
8424.90.90	118	Anéis de vedação para chuveiros automáticos para pulverização de água em sistemas de combate a incêndios, cônicos, constituídos de níquel-berílio com revestimento de teflon, com diâmetro nominal externo compreendido de 13,6 a 18,75mm, diâmetro nominal do orifício interno de 5,2mm, altura nominal compreendida de 1 a 1,36mm e camada de teflon com espessura nominal de 0,09mm.
8425.11.00	005	Talhas para içamento de ferramentas e componentes para manutenção de turbinas eólicas; dotadas de motor elétrico de 1,5kW de potência, corrente elétrica máxima de 7.9A em máxima capacidade de içamento, frequência de 60Hz, trifásico; capacidade máxima de içamento de 250kg; velocidade de içamento de 21m/min (+ /-1m/min); temperatura de operação de -30 a 50 graus celsius.
8425.11.00	006	Talhas elétricas de corrente com trole elétrico, capacidade máxima entre 500 e 5.000kg com painel elétrico acoplado, grau de proteção IP55, botoeira pendente anexa ao painel, alimentação trifásica 220 ou 380V, 50/60Hz, corrente de aço liga grau 8, elevação de 6 a 12m, dupla velocidade de elevação, sistema de freio por indução, velocidade simples ou dupla de direção, sistema de freio por indução, sistema de segurança de sobrepeso por embreagem e classificação do equipamento M4 ou M5.
8425.11.00	007	Talhas elétricas de corrente, capacidade máxima de carga entre 500 e 3.000kg, com painel elétrico acoplado, grau de proteção IP55, botoeira pendente anexa ao painel, alimentação trifásica 220 e 380V, 50/60Hz, corrente de aço liga grau 8, elevação de 6 a 12m, dupla velocidade de elevação, sistema de freio por indução, sistema de segurança de sobrepeso por embreagem e classificação do equipamento M4 ou M5.

8425.31.10	018	Guinchos, de motor elétrico, 12V ou 24V, DC, consumo de corrente em carga máxima de 360A, acionados por controle remoto com fio, potência 4.000W, grau de proteção ip67, capacidade máxima de tração de 9.000 libras (4.080kG), fator de redução 218:1, velocidade de retração sem carga de 7,2m/min, com cabo de aço ou sintético, comprimento até 32m.
8427.10.11	010	Empilhadeiras autopropulsadas, de motor elétrico, para elevação, transporte e armazenagem de cargas, com capacidade máxima nominal de carga entre 6.500 e 60.000kg, com ou sem: garfos, "spreader" ou acessórios.
8427.10.19	159	Empilhadeiras elétricas pantográficas de dupla profundidade para corredores estreitos, autopropulsadas, sistema de tração em corrente alternada (AC) regenerativo com controle automático que impede a derrapagem, sistema de elevação em corrente alternada (AC) regenerativo, sistema de direção eletrônica, alimentada por baterias de 36V, com banco retrátil que permite ao operador embarcado utilizá-la nas posições sentado ou em pé, capacidade máxima de carga igual a 1.450kg, altura máxima de elevação dos garfos igual ou superior a 4.875mm, mas inferior ou igual a 12.825mm, mantendo a capacidade total de carga na posição de dupla profundidade do porta palete de 1.450kg até a altura de 10.695mm, ou residual de carga de 1.292kg, para torre de 11.225mm de elevação, ou residual de carga de 1.020kg para torre de 12.065mm de elevação, ou ainda, residual de carga de 793kg para torre de 12.825mm de elevação máxima, com torre monolítica de três estágios, com pré-selecionador programável de alturas de parada automática dos garfos, com deslocador lateral incorporado ao porta-garfos e sistema de nivelamento eletrônico dos garfos, com largura de chassis de 1.220mm, altura do degrau de entrada na máquina em relação ao solo de 251mm, altura livre do solo de 25 ou 51mm e altura dos roletes de retirada da bateria em relação ao solo de 181mm, largura externa das patolas igual ou maior que 1.081mm mas inferior ou igual a 1.550mm.
8427.10.90	227	Plataformas de trabalhos aéreos, tipo tesoura, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias livres de manutenção, recarregáveis a partir de carregador bivolt unicamente, autopropulsadas sobre rodas, mesmo quando elevadas, com controle automático de tração e tração hidráulica 4 x 2, freios hidráulicos nas rodas motrizes por fricção, dotadas ou não dotadas de patola de segurança, e capacidade de inclinação longitudinal sobre rampas, igual ou superior a 25% mas inferior ou igual a 30%, controladas por 2 painéis de controle, 1 móvel contendo alavanca de controle "joystick", e outro localizado na base da plataforma, com altura máxima de trabalho da plataforma igual ou superior a 6,57m, mas inferior ou igual a 11,75m, equipadas com "deck" extensível da plataforma com alcance inferior ou igual a 1,52m, capacidade de carga sobre o cesto da plataforma igual ou superior a 227kg, mas inferior ou igual a 544kg, e sobre o "deck" extensível da plataforma inferior ou igual a 136kg.
8427.90.00	020	Plataformas elevatórias com motor rotativo estável de movimentação automática, rotação não contínua de 360 graus, com baterias recarregáveis, alcance horizontal de 5 a 12m, alcance vertical de 10 a 24m, capacidade máxima de elevação de 200kg, velocidade máxima de trabalho de 40km/h, múltiplas opções de motor, como energia elétrica, bateria, diesel, gasolina e combinações.
8428.33.00	094	Equipamentos rotativos pastilhadores de parafinas, com capacidade de produção máxima de 2.000kg/h, para pastilhas com diâmetro compreendido entre 5 a 7mm, temperatura de entrada máxima de 50 a 60 graus celsius, dotados de esteira de resfriamento construída em aço inoxidável, medindo 23m de comprimento e 1.500mm de largura, com sistema de resfriamento a água de 20m de comprimento e 1.500mm de largura.
8428.39.90	310	Estantes de movimentação com bases autodeslizantes sobre trilhos, acionadas por 2 motoredutores rotor de gaiola de 0,75kW em cada base em cada base, com controle de tração, para armazenamento de cargas paletizadas em armazém frigorificado, com automação de seleção de pedidos (comissionamento), comando lógico programável acoplado (PLC), controladas automaticamente por sistema de gerenciamento WMS (warehouse management system - sistema de gerenciamento de armazéns), com estrutura em aço carbono com comprimento de 28.232 mm e profundidade de 50.230 mm, dotados de: 2 conjuntos de trilhos guia com 21.800 mm de comprimento e 7 conjuntos de trilhos para movimentação com 21.800 mm de comprimento; 2 conjuntos de trilhos guia com 24.400 mm de comprimento e 7 conjuntos de trilhos para movimentação com 24.400 mm de comprimento; 15 conjuntos de bases deslizantes formados por perfis laminados, rodas, motores e sistemas de conexão e 3 conjuntos de estruturas de porta pallets estática; dotada de sensor de movimento óptico, pré-aviso sonoro de movimento, receptor via rádio frequência, transmissor portátil via rádio frequência, dispositivo para pré-ativação de iluminação do corredor, função de ventilador (estacionamento noturno com espaçamento pré-determinado e painel de controle/comando, com capacidade nominal de armazenagem de 3.960 paletes com altura máxima dos paletes de 2.000 mm e altura máxima do último palete de 11.596mm com 5 níveis de altura.
8428.39.90	311	Esteiras transportadoras de peças de ação contínua e para integração de centros de usinagem, com uma ou mais estações de carga e descarga de peça de alumínio denominada placa de rolamentos, utilizadas em caixas de câmbio automotivo, transportadores paletizados com pontos indexados de carga e descarga, resistentes a líquidos refrigerantes e cavacos metálicos e com 4 conjuntos de transferência aérea de peças, sendo que cada conjunto tem movimentos em eixos independentes com velocidade e aceleração controlada, sendo cada conjunto é composto por 2 carros com deslocamento vertical (eixo Z) e até 20m de deslocamento no eixo X, capacidade de transporte de cargas de peças do sistema de até 10kg, com ou sem controle eletrônico (PLC e CNC), com ou sem servo motores e seus respectivos controladores, com capacidade de transportar de 30 a 240peças/h.
8428.70.00	010	Máquinas automáticas robotizadas de movimentação de amostras de chapas galvanizadas ou laminadas a frio para identificar e armazenar materiais com largura entre 700 e 1.875mm e espessura entre 0,4 e 3mm, dotadas de: mesa transportadora, braço automático com dispositivo de içamento, gerador de identificação para as amostras e mesas de armazenagem.
8428.90.90	758	Combinações de máquinas para movimentação, carregamento e descarregamento de bobinas de matéria prima e material laminado (master roll), podendo ser de papel ou filme, compostas de: painéis elétricos para alimentação de energia e comando operacional; sistemas semi-automáticos para carregamento e descarregamento de bobinas com diâmetro de até 1300mm e pesando até 2.560kg, com mesas elevatórias hidráulica, tipo tesoura, com trilhos horizontais e transportadores motorizados, conjunto transportadores composto por trilhos e patins, conjunto de cilindros para rotação das bobinas, composto por cilindros motorizados e mecanismo pneumático para elevação dos cilindros motorizados.
8428.90.90	759	Máquinas próprias para paletização automática de pisos em borracha de pneus de carros de passeio, com capacidade para pisos com comprimento de até 2.500mm, largura de até 350mm, espessura de até 25mm e peso máximo de até 10kg, dotadas de: transportador de alimentação por correias (declínio e nível inferior); dispositivo de virada (boomerang); esteira com roletes angulares embutidos para transferência do piso de pneu; transportador de correia para paletização manual de pisos reprovados e transportador de rolos não tracionados; conjunto transportador de pisos cruzado para formação de lotes e acumulação; mecanismo esteira transportadora do tipo bandeja com capacidade de movimentação horizontal para transferência de pisos e movimentação vertical para possibilitar o correto alinhamento de nível ao inserir os pisos nas bandejas dos carros transportadores; braço robótico com ventosas de sucção a vácuo para segurar e abaixar as bandejas dos carros transportadores; estação trilho para recebimento e acomodação dos carros transportadores com capacidade para 3 lugares; gabinete elétrico e sistema de controle.
8428.90.90	760	Carros ("trolleys") de movimentação de rodeiros ferroviários para aplicação em mesa falsa, podendo conter 1 ou mais dispositivos de elevação independentes, dotados de rodas para movimentação sobre trilhos, sistema anticolisão, automação completa para operação em modo manual e automático, e uma estrutura de montagem central removível contendo um painel de acionamento principal.
8428.90.90	761	Gôndolas automáticas permanentes para manutenção e limpeza de fachadas prediais, constituídas por cesta paralelepipedal içada por cabos de aço acoplados a carro guincho móvel com bitola entre trilhos metálicos de 3m, rodas pivotantes, lança telescópica com alcance máximo de 19,70m, altura de elevação de 102m, carga útil da cesta de 240kg, guincho auxiliar de 1.000kg, coroa giratória, enrolador automático, controladores lógicos programáveis (CLP), sensoriamento e dispositivos de segurança para gerenciamento inteligente, dispositivo automático para paradas verticais para controle de estabilidade da cesta controladas via CLP, controle automático de limite de carga e controle de estabilidade horizontal com dispositivo para parada em sobre velocidade.
8428.90.90	762	Transportadores da ducha dotados de paneis de comando elétrico controlado por um computador industrial; com esteira transportadora plástica e material CSI (Acetal de alta performance); capacidade de carga para veículos de 2,5t com resistência elétrica e antiestática; capacidade de absorver expansão e contração devido à temperatura e pressão tracionada por engrenagens com controle de velocidade variável que pode transportar 72veículos/h; motor de tração com potência de 0,25 à 1,5kW; conjunto montado com uma estrutura em aço galvanizado.
8428.90.90	763	Equipamentos hidráulicos destinados a centralização e correção da posição da chapa de aço com largura de 750 a 1.875mm e espessura de 1,40 a 6mm no processo de transporte de chapa, incluindo: 2 unidades de centralizadores com atuação mecânica por cilindros hidráulico tipo CPC (Center Positioning Control) com sensores indutivos.
8430.69.90	047	Raspo-transportadores ("Scraper"), rebocáveis, de 4 rodas, com capacidade de carga atingida de 14.1m3 e engate, para raio de giro de 9.1m, para acoplamento em caminhão
8430.69.90	048	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (90 a 120kg/cm²/1.280 a 1.704psi/88 a 117bar); frequência de impacto regulável de 800 a 1.400batidas/min; energia de impacto aproximada de 203J; vazão de óleo regulável de 15 a 25L/min; ponteiro com diâmetro de 40mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, compostos por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	049	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (90 a 120kg/cm²/1.280 a 1.704psi/88 a 117bar); frequência de impacto regulável de 600 a 1.100 batidas/min; energia de impacto de 678J; vazão de óleo regulável de 25 a 50L/min; ponteiro com diâmetro de 53mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	050	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (90 a 120kg/cm²/1.280 a 1.704psi/88 a 117bar); frequência de impacto regulável de 700 a 1.200 batidas/min; energia de impacto de 271J; vazão de óleo regulável de 20 a 30L/min; ponteiro com diâmetro de 45mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	051	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (110 a 140kg/cm²/1.562 a 1.988psi/108 a 137bar); frequência de impacto regulável de 500 a 900 batidas/min; energia de impacto de 800J; vazão de óleo regulável de 40 a 70L/min; ponteiro com diâmetro de 68mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	052	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (120 a 150kg/cm²/1.704 a 2.130psi/118 a 147bar); frequência de impacto regulável de 400 a 800 batidas/min; energia de impacto de 1.356J; vazão de óleo regulável de 50 a 90L/min; ponteiro com diâmetro de 75mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	053	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (150 a 170kg/cm²/2.130 a 2.414psi/147 a 166bar); frequência de impacto regulável de 350 a 700 batidas/min; energia de impacto de 3.186J; vazão de óleo regulável de 80 a 110L/min; ponteiro com diâmetro de 100mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	054	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (160 a 180kg/cm²/2.272 a 2.556psi/157 a 177bar); frequência de impacto regulável de 400 a 600 batidas/min; energia de impacto de 4.270J; vazão de óleo regulável de 130 a 150L/min; ponteiro com diâmetro de 135mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	055	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (160 a 180kg/cm²/2.272 a 2.556psi/157 a 177bar); frequência de impacto regulável de 350 a 700 batidas/min; energia de impacto de 6.128J; vazão de óleo regulável de 150 a 190L/min; ponteiro com diâmetro de 150mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	056	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (170 a 200kg/cm²/2.414 a 2.840psi/167 a 196bar); frequência de impacto regulável de 250 a 380 batidas/min; energia de impacto de 11.500J; vazão de óleo regulável de 200 a 250L/min; ponteiro com diâmetro de 165mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8430.69.90	057	Rompedores hidráulicos para desmonte e perfuração de pedras ou obras civis, com válvula reguladora de fluxo de óleo; câmara de amortecimento por nitrogênio; pressão de trabalho (180 a 210kg/cm²/2.556 a 2.982psi/176 a 206bar); frequência de impacto regulável de 200 a 350batidas/min; energia de impacto de 15.565J; vazão de óleo regulável de 200 a 260L/min; ponteiro com diâmetro de 175mm acionamento por máquinas bases propulsoras hidráulicas, composto por 2 mangueiras hidráulicas para ligação, 1 caixa com ferramentas diversas, 2 ponteiros, 1 "kit" de vedações, 1 cilindro de nitrogênio vazio, 1 manômetro com mangueira de conexão e manuais de peças, manutenção e operação.
8431.31.10	070	Máquinas para tração de elevadores sem engrenagens, com motor síncrono de imãs permanentes, de corrente alternada trifásica, potência nominal de 4,2 até 10,7kW, isolamento classe F, sensores de temperatura do tipo termistores PTC, polia integrada montada diretamente no eixo do motor elétrico, velocidade de tração até 1,75m/s, capacidade de carga até 1.800kg, sistema de freio de segurança integrado, contador de pulsos eletrônicos (encoder) absoluto.
8431.31.10	096	Máquinas para tração de elevadores sem engrenagens, com motor síncrono de imãs permanentes, de corrente alternada trifásica, potência nominal de 5 até 26kW, isolamento classe F, sensores de temperatura do tipo termistores PTC, polia integrada montada diretamente no eixo do motor elétrico, velocidade de tração de 1 até 1,75m/s, capacidade de carga de 1.000 até 2.250kg, sistema de freio de segurança integrado, contador de pulsos eletrônicos (encoder) absoluto.
8431.31.10	144	Máquinas de tração sem engrenagens para elevadores, com motor síncrono de imãs permanentes de 20 polos; corrente alternada trifásica; potência nominal de 6.3 ou 11.1kW; isolamento classe F; grau de proteção IP41; regime de serviço S5-40%; sensores de temperatura do tipo termistores PTC; polia de tração integrada com 240mm de diâmetro, montada diretamente no eixo do motor, para 10 cabos de aço 6.5mm de diâmetro; velocidades de tracionamento de 1.0 ou 1.75m/s; capacidade de carga nominal 1.000kg; capacidade de carga estática máxima de 2.200kg; dotadas de um sistema de freio duplo operando com tensão nominal 110Vcc e corrente nominal de 1.0A; contador de pulsos eletrônicos (encoder) absoluto com 2.048 pulsos e alimentação 5Vcc; dimensões máximas da máquina 345 x 405 x 650mm.
8435.10.00	032	Prensas helicoidais herméticas para pectina lavada com soluções de álcool e ácidos, com capacidade produtiva de 4.500kg/h, velocidade de rosca a 7,5rpm a 60Hz, e dotadas de: roscas com 4 estágios de compressão e eixo cônico, telas em aço inox divididos em 2 partes para fácil manutenção, fabricado em aço inoxidável 304 ou 316 nas partes em contato com produto, cone de descarga com pressão autoajustável, sistema de spray para limpeza CIP, "encoders" para indicação de velocidade dos eixos, 4 barras de resistência, portas de inspeção de policarbonato, sendo acionado por motor elétrico de alta eficiência IE3 com 30kW, NEMA IP55, equipado com termistores.
8436.29.00	049	Combinações de máquinas interligadas por esteiras transportadoras para vacinar ovos e transferir seletivamente apenas os ovos de embriões com batimento cardíaco (embriões vivos), com capacidade de 80 a 800bandejas/ha, de 80 a 200 ovos por bandeja, compostas de: módulo para detecção de batimento cardíaco (embriões vivos), com painel de controle; módulo para vacinação com ou sem sistema de alinhamento dos ovos com embriões vivos, com painel de controle; módulo para transferência à bandeja de nascimento exclusivamente para os embriões vivos.
8438.10.00	321	Aplicadores de biscoitos, compostos por sistema de tambor rotativo servomotorizado, com capacidade de aplicação de 16 até 21moldes/minuto (840 biscoitos), com sistema de movimento contínuo acionados por servomotores, prensa em alumínio para nivelamento da altura dos biscoitos, 10 magazines, rolo raspador, comando por controlador lógico programável, painel de operação e sistema 380V/60Hz.
8438.10.00	322	Máquinas a vapor para lavagem de canas/bastões utilizados na fabricação de massas longas da indústria de alimentos (massas alimentícias), realizando lavagem a temperatura máxima de 178 graus celsius a 9bar, com consumo elétrico de 32kW/h, e com velocidade de lavagem de 20s/m, e consumo de sabão de 1L/h e consumo de água de 38L/h, dotadas de um gerador elétrico de pressão, carregador de varas em aço inoxidável de capacidade aproxima de 100 varas de 2.500mm, jogo de escovas para limpeza de canas de 2.500mm, jogo de rodas de deslocamento das canas, ventilador para extração do excesso de vapor, painel elétrico de potência, carrinho transportador de canas.
8438.10.00	323	Equipamentos compostos por lâmina de corte rotativa, esteira transportadora e rolo de macarrão de troca rápida, para corte contínuo e dobra de massas de macarrão instantâneo, com capacidade de 208peças/min.
8438.10.00	324	Equipamentos compostos por tubulação de vapor, rede de corrente transportadora e sistema de exaustão na entrada e a saída, para cozimento contínuo à vapor de massas para macarrão instantâneo com tempo de vapor de 87s e capacidade de 208peças/min.
8438.10.00	325	Equipamentos compostos por módulo de 7 cilindros de compressão continua, com largura de 900mm de inox 304, para comprimir de forma gradual massas para macarrão instantâneo em espessuras pré especificadas.
8438.20.90	090	Equipamentos para aquecedor e manter chocolate quente, feito em policarbonato e aço inoxidável, com capacidade para 5 litros e controle para temperatura de + 30 a + 90 graus celsius, potência de 600W com proteção contra superaquecimento, dotados de: "display" de controle digital; misturador com lâmina em plástico; torneira para retirada de chocolate quente; bandeja de gotejamento.
8438.50.00	434	Moedores automáticos angulares para o processamento de produtos cárneos frescos e/ou congelados, construídos preponderantemente em aço inoxidável, aptos ao processamento de blocos de carne congelada à temperaturas de até -22 graus celsius, capazes de finalizar o processamento dos produtos cárneos com discos de diferentes diâmetros de furo (3/5/8/13/20/25mm), com roscas de alimentação e moagem, diâmetro da rosca de moagem igual a 200mm, rosca de alimentação com três velocidades (5/8/11rpm), caçamba de carga com capacidade de 600 litros, com empurrador hidráulico para remoção da rosca de moagem, suporte porta rosca de moagem e ferramentas de corte, e sistema de controle microprocessado.
8438.50.00	435	Equipamentos para embutimento de produtos cárneos, com bombeamento contínuo de aproximadamente 9.000kg/h com válvula de carga pneumática, "4.0. MQC_Data", com interpretação de dados, alarmes e dados em tempo real, dosagem graduável independente ou por sinal externo, alimentação automática do compartimento por transporte a vácuo com detector de nível de carne por fotocélula de infravermelhos, guilhotina de corte, acessório automático de dosagem vertical para alimentação de termoformadoras para carregamento de porções de maneira alternada sem estrangulamentos, deslocamentos ou rotações e sem limitação no tamanho de porções para dosagem de produtos de músculo inteiro, carnes moídas e outras massas.

8438.50.00	436	Combinações de máquinas para processamento de proteína animal congelada em blocos, compostas de: 1 dispositivo de elevação para pallets de até 1t; 1 quebrador de blocos com 2 eixos com diferentes níveis de velocidade e capacidade de produção de até 30t/h com alimentação contínua; 1 transportador tipo rosca dupla com dimensões de 500mm de largura x 6.400 comprimento; 1 transportador de correia 800 x 5.500mm; 1 transportador de correia 500 x 3.500mm; 2 sistemas de rejeito com 4 tanques para captação; 2 silos de alimentação com eixo de nivelamento com facas pré-cortantes com injeção de vapor com aquecimento até 90 graus celsius, pressão máxima de 3,5bar; 2 emulsificadores com 3 estágios de corte; 5 pallets em aço inox; acionamento com motoredutores.
8438.50.00	437	Máquinas de preparação de salmoura com conjunto de válvulas com componente triturador para preparação de salmoura de 3.000rpm (50Hz) e 3.600rpm (60Hz), sistema de depósito de acumulação de salmoura com agitador e tanques de acumulação isolados e refrigerados com "display" tátil de controle, construção modular integrável em linhas completas de preparação de salmouras, com ligações sanitárias tipo "clamp" e válvulas tipo borboleta, com nível óptico externo e controle do nível mínimo e máximo da salmoura e sensor de temperatura com sinais de saída para abertura ou fechamento das válvulas de refrigeração.
8438.50.00	438	Máquinas de injeção de produtos cárneos com efeito atomizador com 2.024 pontos de injeção pulverizando com pressão constante e injeção graduável de 10 a 100%, dotadas de: sistema de filtragem automática autolimpante pré-filtro cilíndrico com grades e filtro cilíndrico de chapa perfurada, e sistema de limpeza e higienização simultânea de agulhas para injetoras.
8438.50.00	439	Máquinas tenderizadoras para múltiplos cortes no músculo da carne com produção de 20.000kg/h, para aumento da superfície de extração de proteínas miofibrilares com lâminas de 150mm de diâmetro e largura de rodo de 530mm, duplo jogo de rodos de regulação automática de -20 a + 50mm para corte de tendões e nervos.
8438.80.90	121	Máquinas tipo monobloco, automáticas ou semi-automaticas, em aço inoxidável, de degorgiar (retirar a tampa tipo corona e bidul da garrafa), retirar o excesso, dosar e nivelar o líquido em garrafas de espumante do método champenoise (tradicional), equipadas com 1 ou 2 ou 3 garras de "degorge", com 1 ou 2 ou 3 bicos de vácuo, com 1 ou 2 ou 3 bicos de dosagem, com 1 ou 2 ou 3 bicos de reenchimento, com produção máxima de 1.600garrafas/h, com sistema automático ou manual e descarga das garrafas.
8438.80.90	122	Máquinas dosadoras em aço inoxidável para dosar molhos bombeáveis e homogêneos, sem separação, com temperatura de até + 90 graus celsius, com ou sem partículas, equipada com 7 bicos e 7 cilindros para dosagem simultânea e precisa, acionamento por servo-motores, painel de operação com memória para 100 receitas, movimento do cabeçote vertical para melhor dosagem com produtos viscosos e movimento horizontal para sincronismo com linha em movimento contínuo, incluindo reservatório de 120 litros com sensor de nível e capacidade de produção de até 210sanduiches/min, dependendo da consistência, viscosidade e volume de dosagem.
8438.80.90	123	Máquinas automáticas para emulsificação de carnes e seus aditivos, construídas preponderantemente em aço inoxidável, para utilização em linhas de produção de ração animal úmida, dotadas de 5 estágios, com discos perfurados com diâmetros de 8, 5, 3, 2,5 e 2mm, intercalados por 5 facas rotativas; capacidade de produção de 7.500 a 15.000kg/h (dependendo do material processado); sistema de limpeza "Clean-in-Place"; sistema de gerenciamento central com controlador lógico programável (CLP) e memorização para 20 programas distintos.
8439.30.90	058	Máquinas para acabamento de papel/cartão para controlar a umidade, umidificando uniformemente o papel/cartão, dotadas de rolo aplicador de água com revestimento de borracha de 324mm e dureza P&J de 0-5, rolo de contato para movimentação do papel, barra dosadora de água e depósito/tanque de água em aço inox com sensores de nível, incluindo tela sensível ao toque dupla e bomba de recirculação com filtro, controladas por controlador logico programável (CLP).
8441.10.90	158	Máquinas cortadeiras automatizadas, próprias para utilização em indústria de papel, para corte de papel "folio size" revestido e não revestido com velocidade de produção nominal igual ou inferior a 300m/min (dependendo do tamanho e gramatura), preparadas para trabalhar com papéis com gramatura compreendida entre 60 e 350g/m², folhas de largura compreendida entre 350 e 1.650mm e comprimento compreendido entre 450 e 1.650mm, dotadas de 4 porta bobinas (8 desenroladores) para bobinas de peso máximo de 3.400kg, diâmetro máximo de 1.600mm e largura entre 400 e 1.700mm.
8441.10.90	159	Unidades funcionais para corte e empilhamento de folhas de celulose do tipo "kraft" próprias para folhas com largura nominal de entrada igual ou superior a 9.500mm e com capacidade variável de formação de lotes de até 15 pilhas de folhas; compostas de: dispositivo automático de passagem de ponta; cortadora automática de folhas de celulose; empilhadora automática de folhas de celulose; mesa de formação de lotes com dispositivo de elevação; central de lubrificação automática; passarelas, estruturas metálicas e dispositivos de segurança.
8441.10.90	160	Máquinas cortadeiras digitais, para trabalhos rolo a rolo, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com 2 a 8 cabeças de corte, velocidade máxima de corte de 6 ou 8 ou 9 ou 18m/min, diâmetro máximo de rolo 290 ou 450mm, largura máxima de substrato de 240 ou 340 ou 350mm, para corte de rótulos de tamanho máximo de 230 x 300mm, 310 x 400mm (segmentado até 1.200mm) ou 330 x 600mm, lâminas de corte de aço de tungstênio, precisão de corte de 0,1mm, com ou sem laminação a frio.
8441.20.00	058	Máquinas automáticas formadoras de embalagens tipo sache, a partir de bobinas de filme aluminizado, utilizadas para o embalo de ração animal úmida, para produção de saches com selagem em 3 lados (Pillow Pouch) ou saches com base de apoio (Stand-up Pouch), com controlador lógico programável (CLP), capacidade de produção máxima maior ou igual a 800saches/min (variável de acordo com o tipo, material e dimensões dos saches), dotadas de: estações de desbobinamento, dobra, selagem, resfriamento, corte e empilhamento.
8441.30.90	102	Combinações de máquinas para fabricação de caixas, utilizadas para conversão de chapas de papelão ondulado em caixas maletas e caixas corte e vinco, tipo "FFG" (flexo folder gluer) para a fabricação em passagem única de caixas de papelão ondulado em alta gráfica, tanto em parede simples como em dupla, tanto de aba colada como não dobradas, impressas, "slotteadas" ou em "corte-e-vinco rotativo", para folhas de papelão ondulado com tamanho mínimo de 250 x 405mm e máximo de 970 x 2.400mm, velocidade mecânica máxima de 20.000caixas/h, espessura de papelão ondulado de 1,5 a 10mm, compostas de: Alimentador "Lead Edge Feeder" a vácuo equipado com sistema de filtragem de ar, com regulagem automática de vácuo dependendo da área da chapa, sem esmagamento do papelão ondulado e sistema de sucção de pó e fibra na parte superior da chapa e sistema "skip-feed" para um comprimento superior ao comprimento da máquina até um comprimento de folha de 1.700mm; 4 unidades móveis de impressão por baixo com: tensionamento dos clichés com sistema "Quicklock", correção de comprimento, variação da espessura do cliché de impressão, ajuste de enviesamento, preparadas para a integração de secadores, controles de tinta, dispositivo de limpeza de clichés, com Rolo "Anilox" Cerâmico com Câmara Raspadora Simples Ângulo Reverso, baseado no conceito de câmara fechada e área máxima de impressão 890 x 2.400mm; "slotter" com 4 pares de eixos porta-ferramentas, pré-vinco - faca - vinco - faca e "extended-o-box"sistema servo motorizado para extensão do corte; unidade de corte-e-vinco com: sistema de travamento rápido da forma, trava-rápida da contrapartida, sistema de retifica automatizada, velocidade variável da contrapartida, com controle de corte que permite o corte pontual das caixas com comprimento superior ao comprimento da máquina até um comprimento de folha de 1.700mm; destacador para limpeza dos recortes da chapa; dobradeira-coladeira com 2 correias síncronas com roldanas motorizadas, correias síncronas do tipo "multi-Contact", correias a vácuo, sistema "multifold" que aumenta a produção para 24.000caixas/h; empilhador/contador-ejetor servo controlado e motorização independente, para contagem e formação por cima de pacotes de caixas com ejeção automática e interface homem-máquina para controle total da máquina com tela sensível ao toque, com controle automático do módulo diagnóstico de falhas, motores síncronos e assíncronos com "encoder" absoluto próprio, completa, com suas partes e unidades necessárias para seu total funcionamento, com todos seus componentes e acessórios de uso.
8441.90.00	013	Peças produzidas em ferro fundido nodular EN-GJS-600, pelo processo de areia perdida, com peso bruto médio de 3.960kg, com dimensões de 1.437 x 1.116 x 902mm, usinadas em máquinas CNC de alta precisão, com tolerâncias de forma e posição na ordem de até 0,02mm, utilizadas como suporte em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8441.90.00	014	Peças produzidas no material ferro fundido nodular EN-GJS-600, pelo processo de areia perdida, com peso bruto médio de 2.850kg, com dimensões de 1.399 x 475 x 796,5mm, usinadas em máquinas CNC de alta precisão, com tolerâncias de forma e posição na ordem de até 0,02mm e retificada em sua superfície de maior área, utilizadas como suporte em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8441.90.00	015	Conjuntos de joelhos de articulação, compostos de 4 jogos fabricados em ferro fundido EN-GJL-300 usinados e rasqueteados para alojamento de eixo; eixos em aço liga 42CrMo4 + QT, usinado, temperado na dureza 54 + 4 HRC, retificado Ra 0,2 e acessórios para fixação dos elementos, utilizados como elemento mecânico auxiliar na transmissão de movimento em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8441.90.00	016	Guias de corrente de introdução fabricado em ferro fundido nodular EN-GJS-1400-1 com tratamento térmico austêmpera, dureza média de 440HB nas dimensões de 307 x 190 x 13mm, elementos mecânicos utilizados como guia de corrente em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8441.90.00	017	Conjuntos da biela direita dotados de corpo em polímero injetado, rolamento tipo 608-9 RSRL com dupla vedação de baixa fricção INA 2BRS, velocidade máxima 4.250rpm, lubrificados com graxa de alto desempenho, montados no conjunto com eixos em aço ETG 100 e roldana em material PA6 diâmetro 30mm x altura 25mm, utilizados como elemento mecânico de guia da embalagem de cartão em máquinas dobradeiras/coladeiras automáticas.
8441.90.00	018	Jogos de rodízios dotados de haste em polímero injetado POM-H + 20% PTFE/Silicone e rolamentos 6201-2RS, nas dimensões 26 x 102,5 x 32mm, utilizados como elemento mecânico auxiliar no transporte do papel cartão em máquinas dobradeiras/coladeiras automáticas.
8441.90.00	019	Roletes transportadores dotados de corpo em polímero injetado POM-H + 20% PTFE/Silicone, haste em polímero injetado PA6 + 30% fibra de vidro, rolamentos classe 6001 folga C4 com dupla vedação de baixa fricção INA 2BRS, velocidade máxima 5.350rpm, lubrificados com graxa de alto desempenho, montados no conjunto com eixos em aço ETG 100, utilizados como auxiliar na pressão da correia para transporte do cartão em máquinas dobradeiras/coladeiras automáticas.
8443.13.90	063	Impressoras "offset" a seco, próprias para a parte superior plana de tampas rosqueáveis de garrafas; com até 4 cores; com pré-tratamento de chama com queimador duplo e detecção eletrônica de chama; altura máxima da tampa 22mm; diâmetro máximo da tampa 33mm, velocidade de produção de até 5.000tampas/min e controle de todas as funções da máquina por meio da Interface Homem Máquina (IHM) com tela de toque.
8443.19.10	070	Duplicadores coloridos de alta velocidade com tecnologia de impressão por "stencil" de um cilindro totalmente automático, atingindo velocidade de impressão de até 90 páginas por minuto, resolução máxima de 300 x 300dpi, contendo sistema de ampliação e redução pré definida com escala de ampliação de 121, 129, e 155% e escala de redução de 65, 74, 77 e 93%, trabalhando com papeis de formato mínimo de 90 x 140mm e máximo de 275 x 395mm, e gramatura de 35,0 a 127,9g/m, sistema de alimentação com detecção automática de atolamento, sistema de edição direta de documentos sem necessidade de PC com 3 modos de imagem (texto, foto e foto/texto), mesa de saída com capacidade de 500folhas (80g/m²), sistema de reprodução por cilindro monocromático ou colorido, alimentados por bombas de tinta nas cores Preto (modo monocromático) e vermelho, azul, amarelo, verde roxo, azul escuro, castanho, cor de vinho, laranja, verde-azulado (modo colorido padrão) e cores ilimitadas de tintas personalizadas, com ou sem interface opcional para PC.
8443.19.90	176	Máquinas automáticas para impressão rotativa por rotogravura de películas flexíveis, para impressões em até 10 cores, largura máxima de impressão de 1.250mm, velocidade máxima de impressão de 500m/min, dotadas de: 1 desbobinador duplo com sistema de troca automática, para bobinas com diâmetro externo máximo de 1.020mm, controle de tensão da película; sistema de alinhamento e controle tensional do substrato, tratamento da superfície do substrato por sistema "Corona"; 10 estações de impressão com cilindros gravados shaftless, sistemas de troca rápida dos conjuntos de impressão (cilindros de impressão e sistema de tintagem), carros para transporte e acoplamento dos conjuntos das estações de impressão, com controle automático de viscosidade em cada unidade; estufas de secagem para cada unidade de impressão com sistema de exaustão de alta performance; barra inversora nas duas últimas unidades de impressão; sistema de inspeção de qualidade da impressão com controle automático de registro das cores; 1 rebobinador duplo para bobinas com diâmetro externo máximo de 1.020mm, com troca automática e controle de tensão do substrato com alinhamento automático, gerenciado por controlador lógico programável (CLP).
8443.19.90	177	Máquinas para impressão em rotogravura, alimentadas por bobinas, especificamente projetadas para a impressão de alumínio puro ou envernizado, com espessura de 10 a 100 mícron, largura máxima de impressão igual a 850mm, velocidade mecânica de 300m/min, dotadas de: 2 desbobinadores e 2 rebobinadores tipo "flying splice" com dispositivo de troca e emenda automática, sistema de controle de tensão de entrada e saída especificamente projetado para folhas de alumínio, 1 unidade de tratamento de superfície tipo "Corona", 10 unidades de impressão, com capacidade de impressão frente e verso em registro, em todas as colunas, sistema de registro automático em todas as cores, com registro entre cores e entre frente e verso, com ajuste lateral e longitudinal, 4 unidades de impressão com secagem dupla, 20 dispositivos tipo "carrinho" para troca rápida do cilindro e do sistema de entintagem, sistema de controle automático da viscosidade da tinta, independente em cada unidade, sistema de vídeo monitoramento frente e verso, e sistema de controle de concentração de solvente no ar tipo LEL (Limite Inferior de Explosividade).
8443.39.10	417	Máquinas de impressão digital por jato de tinta, tipos "flatbed" (mesa plana), híbridas (mesa plana e rolo a rolo) ou "RTR" (rolo a rolo), operando com tecnologia de cura UV, capazes de imprimir em materiais rígidos, semirrígidos e flexíveis, tais como acrílico, PVC, vinil, lona, papel, metais em geral, vidro, couro, borracha, madeira e etc, com ou sem carregamento e descarregamento de mídia automático, com velocidade máxima de impressão de até 312m²/h, equipadas com no mínimo 2 e no máximo 18 cabeças de impressão instaladas em até 3 linhas, com impressão em até 8 cores (CMYKLcLmVW), com dimensão da mesa de impressão compreendida entre 1,6 x 1,0m até 3,2 x 2,05m ou largura máxima de impressão de até 5m, espessura máxima da mídia de até 400mm com dispositivo de medição automatizada, com resolução máxima até 1.200 x 3.600dpi, podendo imprimir em "grayscale", com gotas de tamanhos de 4 a 21 picolitros, refil de tinta por sub tanque, sistema contra colisão do carro de impressão e sistema de vácuo para fixação da mídia configurável por até 5 zonas de atuação.
8443.39.10	418	Máquinas impressoras digitais industriais, operando por jato de tinta, com 4 cores, para impressão de folhas de papelão corrugado, e outros, utilizados no processo de manufatura de caixas ou "displays", com resolução de 1.200dpi, largura de impressão de 215, 430, 645, 860, 1.075 ou 1.290mm, com 1 a 6 cabeças de impressão, largura máxima do papelão de 120, 160, 200 e 250cm, velocidade de até 30m/min, com alimentação automática de papelão (opcional), ou papel, por sistema próprio para este tipo de material, com ou sem empilhador de saída, com ou sem secador IR.
8445.90.10	015	Máquinas urdideiras diretas para enrolamento de fios, com cabeceira SDW, para rolos com largura útil entre flanges de 2.000mm de largura e diâmetro de 1.000mm, com controle central de tensão, bitola horizontal de 240mm e bitola vertical de 435mm, com gaiola de fios em "V" para 720 posições.
8445.90.90	032	Máquinas têxteis automáticas para engomar fios, equipadas com PLC (Controlador Lógico Programável) e IHM (Interface Homem Máquina), dotadas de: 1 gaiola para 20 rolos de até 2.000mm de largura e até 1.000mm de diâmetro do flange, 2 caixas de goma com alimentação e circulação positiva, 1 secador com 16 cilindros de secagem, cabeceira para rolos de até 2.800mm de largura de 1.100mm de diâmetro e tanque de armazenamento com capacidade de até 1.250 litros.
8451.29.90	010	Máquinas rotativas para secagem de peças de roupas confeccionadas, meias e roupas sem costura, com tambor e bobinas em aço inoxidável tratado e perfuração especial no cesto para collants e microfibra, grupo de aquecimento a vapor com injeção direta e recirculação de ar, execução do carregamento e descarregamento fixo ou basculante, equipadas com inversão de senso de rotação do tambor e instrumentos eletrônicos para controle dos tempos e temperaturas do ciclo, resfriamento final automático e dispositivo de injeção de amaciantes e produtos químicos, com possibilidade de sistema completamente automático com modelo de passagem para carregamento frontal e descarregamento posterior, diâmetro do tambor de 900 a 1.750mm, profundidade tambor de 900 a 2.450mm, capacidade de carga de 25 a 300kg, aquecimento vapor de 45 a 600kg, motor de 1,5 a 21kW, grupo de ar comprimido e painel de controle completo com programador.
8451.40.29	029	Máquinas rotativas automáticas para lavagem, tingimento e centrifugação de peças confeccionadas, meias, e peças sem costura, com temperatura igual ou inferior a 135 graus celsius, construídas em aço inoxidável, dotadas de: cesto dividido em 3 compartimentos, com capacidades de carregamento nominal de 60 a 240kg e velocidade igual ou inferior a 550rpm, polimento eletrolítico em cada compartimento, centrífuga de alta velocidade, com balanceamento hidráulico, velocidade de rotação do cesto regulada por inversor, com função de reintegração automática a nível mínimo e função de reutilização da água de resfriamento para o início da lavagem, compostas por ""kit"" de monitoramento do consumo e nível da qualidade do banho, painel de comando em aço inoxidável, computador para assistência remota "online", visualização do nível do banho, tanque bivalente para a solução de sulfato e predisposição para conexões térmicas e hidráulicas.
8451.40.29	030	Combinações de máquinas para tratamento e acabamento em tecidos, vestuário e peças de vestuário, por processos de lavagem, branqueamento e customização, por meio de gás ozônio (O3), compostas de: gerador de oxigênio (O2) com tecnologia de absorção por variação de pressão (psa); com uma ou duas máquinas de tratamento (denominada: "tambor") com cesto interno em aço inoxidável, com sistema de destruição de moléculas do gás ozônio (O3) residual e conversão em oxigênio (O2), por meio de catalizador químico "carulite", com dispositivo acionado por cilindro hidráulico para inclinação do cesto; painel elétrico geral e gerador de gás ozônio (O3) por efeito corona (coroa) com circuito fechado interno de refrigeração a água; mesa de controle do sistema automatizado, com analisador e medidor de gás ozônio, com controlador lógico programável (clp) e "interface" homem-máquina (hmi) com tela sensível ao toque
8451.40.29	031	Máquinas rotativas automáticas a cesto de compartimento único para tingimento, lavagem e centrifugação de peças confeccionadas, meias, e peças sem costura, construídas completamente em aço inoxidável AISI 316/L de alta espessura, filtro e painel de controle em aço inoxidável, cesto com polimento eletrolítico, com dentes basculantes abertos na frente para carregar e descarregar o material, com predisposição para conexões térmicas e hidráulicas, carga nominal de 10 a 30kg, velocidade mínima do cesto de 5rpm e máxima igual ou menor que 600rpm, regulada por inverter, temperaturas igual ou inferior a 110 graus celsius, permutador externo de aquecimento e refrigeração equipado com sistema de controle automático, bomba de circulação, válvulas pneumáticas número de tanques de 1 a 2, com adição suplementar, volume do cesto de 170 e 650 Litros, com contador de litros, diâmetro do cesto de 700 e 1.050mm, com potência média absorvida de 2 e 4kWh/h, equipada com PC industrial com assistência remota "online".
8452.29.10	001	Máquinas de costura industrial, de coluna com motor horizontal, para costurar artefatos de couro na fabricação de calçados, com 1 ou 2 agulhas, 2.500ppm, altura do calcador 15mm, comprimento máximo do ponto 7mm, comprimento do ponto com ajuste eletrônico, corta fio, calcador e retrocesso automáticos, motor de acionamento direto, com ajuste de pressão com botão, e caixa de controle elétrico e comando por tela "touchscreen".
8453.10.90	118	Conjuntos de tambores rotativos de aço inox para testes de laboratório para tingimento de tecidos e couros, com uma parede lateral em material transparente, montados sobre estrutura, com medidas mínimas de 250mm de diâmetro por 110mm de largura, com resistências para aquecimento, e barra inferior de apoio, com controle da temperatura e rotações, composto por 4 ou mais tambores.

8453.10.90	119	Máquinas para aplicação de tintas em couros com ponte porta rolos tipo "revólver", para troca rápida dos rolos, levantamento pneumático e ajuste centesimal da espessura, geometria variável da posição do tapete de transporte, régua motorizada para aproximação e afastamento do rolo aplicador, variação de velocidade dos rolos, sistema de duplas esteiras de introdução removível, sem sistemas de descolamento dos couros do rolo aplicador e do tapete de transporte, com largura útil igual ou superior a 3.000mm.
8454.30.90	097	Combinações de máquinas para granulação de metal e conversão de Ferro Níquel refinado e derretido em grânulos por solidificação em água, com capacidade nominal de granulação de 1,5t/min (90tph); compostas de: sistemas de manuseio de metais líquidos, sistema de granulação, sistema de secagem de produtos e secadora rotativa, equipamento de serviço de granulação, instrumentação, sistema de controle, sistema elétrico e refratário.
8455.21.10	004	Laminadores a quente automatizados, com controle eletrônico via CLP combinado com CNC e rolamentos acionados por servomotor, sendo equipamento para laminação de lâminas de feixes de molas, capacidade máxima do rolo horizontal de 76t diâmetro de trabalho do rolo horizontal 220 a 200mm, diâmetro de trabalho do rolo vertical 120 a 100mm, velocidade do processo de laminação 500mm/s, velocidade sem carga de 1.000mm/s, "espessura antes da laminação 9 a 60mm", espessura mínima depois de laminado 4mm, largura da lâmina 50 a 120mm, comprimento da lâmina antes da laminação 600 a 2.200mm, comprimento da lâminas após laminação 660 a 2.500mm, máximo comprimento laminado de cada extremidade 1.400mm, tolerância de laminação (+ /- 0,15mm na espessura e + /- 0,5mm na largura), eficiência de 3 passes menor ou igual a 30sec para comprimento de laminação em torno de 1.000mm, curso máximo do cilindro do carro 1.900mm, relação máxima 1:4 (espessura de laminação x comprimento).
8455.30.90	034	Cilindros de aço forjado especial AISI 4010 para laminação contínua de chapas de alumínio, com diâmetro da mesa cilíndrica de 450 a 565mm, comprimento nominal da mesa cilíndrica de 1.850 a 1.852mm e comprimento nominal total do cilindro de 3.561mm.
8457.10.00	569	Centros de usinagem universal de 5 eixos simultâneos, contendo estrutura apoiada sobre 3 pontos, colunas simétricas com sistema de resfriamento por barras dentro da coluna, com sistema de medição do eixo Y termicamente desacoplado da base da máquina (por rolamentos de carbono), mesa especial rotativa NC até 40RPM com furo no centro com 235mm de diâmetro e 410mm de profundidade, com 5 eixos para operações de fresamento, mandrilagem, rosqueamento, furação e opcionalmente torneamento, controlados por comando numérico computadorizado (CNC) e operada por painel eletrônico "touchscreen" de 21,5 polegadas, cursos nos eixos X de 800mm, Y de 1.050mm e Z de 850mm, capacidade máxima de peso sobre a mesa de 1.800kg, para peças com dimensões de diâmetro até 950 x 1.450mm de altura, com área de fixação de diâmetro 900 x 700mm, possui avanço rápido de 60m/min, força de avanço que varia de 13 até 25kN, aceleração de até 7m/s², tolerância de posicionamento nos eixos X, Y, Z menor ou igual a 0,0005mm conforme ISO230-2, campo de giro do eixo A de -125 até + 35 graus, eixo árvore com potência máxima de 35kW e torque máximo de 130Nm em regime 40%, rotação máxima de 20.000rpm, capacidade para ferramentas de 80mm de diâmetro de no máximo 450mm de comprimento, magazine de 40 posições com tempo de troca de ferramenta inferior a 5,6 segundos, equipado com tanque de refrigeração com capacidade de 980 litros, uma unidade de alta pressão programável pelo controle CNC, transportador de cavacos, possui kit ferramenta 3D quickSET para checagem e correção da precisão cinemática da máquina, software gearMill para realização de cálculos e perfis para usinagem de dentes de engrenagens retos, cônicos e sem fim e módulo "gearMill pacote básico de controle da qualidade" para medição dos dentes e geração de relatórios de geometria e precisão da usinagem, garantindo padrão DIN menor ou igual a 6 para engrenagens de dentes retos e DIN menor ou igual a 5 para engrenagens de dentes cônicos.
8457.10.00	570	Centros de usinagem vertical de dupla coluna tipo portal, com comando numérico (CNC), com curso no eixo X de 2.200mm, eixo Y de 1.700mm e eixo Z de 700mm, carga máxima sobre a mesa de 8.000kg, com velocidade de avanço de 24m/min no eixo X, 24m/min no eixo Y e 15m/min no eixo Z, eixo Z com estrutura em ferro fundido, dimensões de 380 x 380mm e movimento do eixo Z realizado através de barramentos com apoio em 8 lados e material de anti-atrito "ROLON", movimento do carro do eixo Y realizado por meio de 3 guias lineares de rolos sendo 2 guias no topo e 1 guia frontal, mandril com 12.000rpm, com trocador automático de ferramentas com 24 posições, interface homem-máquina com tela colorida de LCD sensível ao toque e controlador lógico programável (CLP).
8458.11.99	269	Centros de torneamento horizontais multitarefas, de alta precisão, para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com tela de LCD de 15 polegadas, podendo tornear, fresar, mandrilar, ranhurar, furar, alargar e roscar; com diâmetro admissível de 680mm, capacidade de barras de diâmetro de 51mm, comprimento máximo torneável de 700 ou 900mm; possibilidade de controlar de 5 a 9 eixos; cursos dos eixos X, Y, iguais a 450, 170mm respectivamente e avanço rápido dos eixos X, Y, iguais a 36, 26m/min respectivamente; com curso do eixo Z igual a 735 ou 935mm e avanço rápido igual a 36m/min; com ou sem eixo X2 com curso igual a 165mm e avanço rápido igual a 24m/min; com ou sem eixo Z2 com curso igual a 725 ou 925mm e avanço rápido igual a 36m/min; com ou sem eixo A com curso igual a 735 ou 935mm e avanço rápido igual a 30m/min; dotados de: sistema de compensação térmica para minimizar as deformações através de sensores; sistema de refrigeração a óleo dos cabeçotes (fusos) esquerdo, direito; cabeçote (fuso) esquerdo com rotação máxima de 6.000rpm, potência máxima de 15kW, torque máximo de 208Nm, nariz do eixo árvore conforme norma ASA A2-5", placa hidráulica com diâmetro de 6 polegadas (175mm), incremento mínimo de indexação de 0,0001 graus; podendo ou não conter o cabeçote (fuso) direito om rotação máxima de 6.000rpm, potência máxima de 15kW, torque máximo de 208Nm, nariz do eixo árvore conforme norma "ASA A2-5", placa hidráulica com diâmetro de 6 polegadas (175mm), incremento mínimo de indexação de 0,001 graus; cabeçote fresador dotado de eixo angular B com campo de + /- 120 graus, incremento mínimo de indexação de 0,001 graus, através de sistema de posicionamento angular "roller gear", com rotação máxima de 12.000 ou 18.000rpm, potência máxima de 9kW e torque máximo de 49Nm; com ou sem torre inferior de 8 ou 16 posições (estações) padrão tipo BMT 45P, rotação máxima da ferramenta acionada de 6.000rpm, tempo de indexação de 0,2 ou 0,35s; possibilidade de trabalho simultâneo do cabeçote fresador e torre inferior; construção altamente rígida utilizando análise estrutural através de elementos finitos; guias lineares de rolos nos eixos X, Y e Z; podendo ou não conter contraponto servo acionado, com curso de 735 ou 935mm, força axial de 3,5kN e ponto rotativo incorporado tipo "built-in" CM-4; magazine com capacidade compreendida de 40 e 80 ferramentas, para ferramentas de diâmetro máximo de 95mm (sem ferramentas adjacentes), comprimento máximo de 200mm, momento máximo de 3,9Nm, peso máximo de 4kg, trocador automático de ferramentas com tempo de troca "ferramenta-ferramenta" de 2,1s, dotada de cone de fixação da ferramenta "CAPTO C5"; sistema automático para redução danos de colisão através de detecção de mudanças bruscas da carga dos eixos X, Z, B e Y.
8458.91.00	110	Centros de torneamento verticais 5 eixos, tipo multitarefa para tornear, furar, fresar e rosquear, com capacidade para suportar peças com o diâmetro máximo de 730mm e altura máxima de 1.000mm; cursos dos eixos X=1.100mm, Y = 800mm e Z = 900mm; cabeçote fresador com rotação máxima de 12.000rpm e potência máxima de 22kW; eixo B com inclinação de 150 graus; magazine para 40 ferramentas; placa de torneamento com 610mm, rotação máxima de torneamento de 1.000rpm; trocador duplo de palete; capacidade de carga incluindo o palete de 880kg, com comando numérico computadorizado (CNC).
8458.91.00	111	Tornos verticais automáticos para produção de panelas de pressão de alumínio, com comando numérico computadorizado (CNC), com 5 eixos, sendo 3 estações uma para corte de perfil e dobra de borda, uma para corte oval e uma para perfuração, com capacidade de produção de 300peças/h, com velocidade do fuso de 300 a.4.000rpm, dotados de sistema automático de carga e descarga para peças com diâmetro máximo de 360mm, sistema de centralização e sincronização de peças, esteiras transportadoras, compactador de cavaco e proteções de segurança perimetral.
8460.19.00	010	Máquinas-ferramentas do tipo retifica de face, automáticas, com eixo vertical com rebolo tipo copo e eixo porta peça com placa fixação magnética, para micro acabamento de superfícies planas ou levemente convexas ou côncavas, diâmetro máximo da peça de trabalho de 250mm, altura máxima de peça de trabalho 60mm, velocidades do eixo do rebolo variável de 0 até 3.000rpm, motor do eixo do rebolo de 5,65kW AC e velocidades do eixo porta peça variável de 0 até 1.500rpm, motor do eixo porta peça de 2kW AC, ar comprimido com pressão requerida de 4,5bar, com sistema automático de extinção de incêndio e com Controle Logico Programável (PLC).
8460.23.00	055	Máquinas para retificar superfícies cilíndricas, com controle de comando numérico computadorizado (CNC), destinadas a retificação da face da cabeça de válvulas automotivas por meio de rebolos abrasivos, dotadas de sistema de carga e descarga automática por carregador pneumático específico para válvulas automotivas, com 3 eixos de comando, sendo o eixo X para avanço do rebolo em direção a cabeça da válvula a ter a face retificada, eixo Y de avanço do rolo diamantado em direção ao rebolo, eixo Z de passagem do rolo diamantado sobre o rebolo, deslocamento no eixo X de 100mm, eixo Y de 100mm, eixo Z de 60mm, precisão de 0,001mm nos eixos X, Y e Z; tempo de ciclo entre 6 e 9 segundos; velocidade periférica de até 100m/s no rebolo; giro das peças de trabalho com velocidade de até 2.000rpm.
8460.31.00	206	Máquinas automáticas, com comando numérico computadorizado (CNC), para afiação de serras de fita de ponta de dente de metal duro, para operação com refrigeração via rebolos tipo diamante (DIA) com diâmetro de 200mm e furo de 32mm, com 4 eixos controlados.
8461.50.20	037	Equipamentos automáticos para corte de pontas de tubos de aço sem costura, com capacidade para tubos de diâmetro externo de (2polegadas) 60,3mm - (7 polegadas) 177,8mm, com placa circular com 4 ferramentas de corte através de usinagem, velocidade da ferramenta de corte com máximo de 1.000rpm, velocidade de avanço de corte de 0 a 0,8mm/rotação, acionados por motor principal de potência 40kW, com sistema para retirada das pontas cortadas, com sistema de transporte motorizado para posicionar o tubo a ser cortado no centro do equipamento, com esteira para transporte da limalha, unidade hidráulica e painel de comando com controlador logico programável (CLP).
8462.29.00	312	Máquinas para conformação mecânica a frio para produção automática de molas de arame aço mola de diâmetro 1,65mm para montagem de dobradiças utilizadas em móveis, com lógica de controle (PLC), dotadas de painel de operação com módulo, módulos de entrada analógicos, cames eletrônicos, avanço contínuo por motor elétrico e movimentação dos cames para dobras e corte, e servo motor para torção do arame, velocidade da máquina de 40 a 45pcs/min, trifásica, 380V
8462.42.00	012	Combinações de máquinas para fabricação de dutos retangulares da linha HVAC, com corte e dobra e conformação de aço galvanizado, capacidade de processar bobinas com larguras até 1.300 ou 1.500mm, espessura até 0,4 até 1,2mm ou superiores, velocidade máxima de alimentação de 12m/min e capacidade de fabricação de 1.000m2/dia, compostas de: desbobinadeiras com capacidade de carga máxima até 10t, niveladora, vincadeira, puncionadeira de cantos TDC/F, perfiladeiras "Pittsburgh" e "tdc/f" dobradeira e guilhotina hidráulicas; com comando numérico computadorizado (CNC) e IHM; tensão 380V/3F/60Hz.
8462.59.00	031	Máquinas para conformação de extremidades de tubos metálicos com capacidade de processamento entre 6 e 42mm de diâmetro controlado por um PLC, com mordentes por acionamento hidráulico e alimentação elétrica, com movimento horizontal das ferramentas sobre guias lineares através de servomotor, movimento de avanço das ferramentas em direção ao tubo através do sistema hidráulico com velocidade ajustável, com pressão máxima 250bar (= kgf 254cm²), com pressão hidráulica de trabalho 200bar (=203kgf cm²), com unidade de micro lubrificação mínima sem ofuscação de óleo, com interface homem máquina através de tela colorida sensível ao toque, totem de segurança, acionamento simultâneo 2 botões, com sistema de refrigeração a ar do óleo hidráulico
8462.90.00	052	Alicates hidráulicos de cabeçote em aço forjado, para crimpagem de terminais, luvas e conectores de cobre e alumínio compreendidos na faixa entre 6 e 400mm² (incluindo os limites), pressão máxima compreendida entre 8 e 16t (incluindo os limites), operando com matrizes de aço temperado intercambiáveis e em múltiplas bitolas, acionadas ou não por bomba hidráulica.
8464.90.19	240	Aparelhos para copiar o formato da lente Oftálmica, com método binocular em 3D, com variação de medição para armações de 18 a 80mm, altura máxima 78mm, e para lentes de 20 a 80mm, altura mínima de 15mm.
8464.90.90	152	Máquinas para esquadrejar (retificar), à seco, placas de revestimento cerâmicos, dotadas de 3 módulos (unidades) de corte sendo, cada um, com 14 ou mais conjuntos de cabeçotes de cortes e respectivos motores de acionamento, controladas, individualmente, por controladores lógicos programáveis (PLC) com tela tipo "touch screen" e "interface" homem/máquina (HMI), com capacidade produtiva igual ou superior a 6.000m²/dia, para a produção de formatos de até 1.600 x 3.200mm e equipadas com medidor digital de corrente das cabeças de alimentação, dotadas de esteiras transportadoras de duplo acionamento para conexão entre os módulos, com respectivos motores e inversores, mesas de transmissão por rolos dotadas de dispositivos giratórios e respectivos motores e inversores e esteira de saída.
8464.90.90	153	Combinações de máquinas para tratamento de superfície de placas de revestimentos cerâmicos (grés porcelanato esmaltado) de dimensões de 3.200mm de comprimento por 1.600mm de largura, compostas de: transportadores de rolos motorizados de 3.200mm de comprimento e largura útil de 1.650mm, dotado de mesa de rolos motorizados para entrada de material, sendo quatro dotados de dispositivo de centragem pneumático e um dispositivo de sopro para secagem com velocidade de 4,5 a 18m/min com respectivos sistemas elétricos para conexão entre as máquinas de polimento; 3 máquinas para alisar, acetinar e polir revestimentos cerâmicos em uma única base com ponte dupla superior oscilante cada uma com 10 fusos e equipadas com respectivos moto redutores, hastes e pinhões e com ajuste da velocidade de translação por meio de um inversor, painéis de controle geral elétrico e pneumático e armário elétrico com PLC e ar condicionado; 1 polidora de ponte móvel para acabamento final (polimento lapado) através de tratamento termomecânico, à seco, dotada de cabeças de limpeza à água, de placas de revestimentos cerâmicos; 2 transportadores de rolos motorizados de 3.200mm de comprimento e largura útil de 1.650mm, com sistema de secagem dotados de ventiladores, cada um com respectivos filtros de ar e inversor de controle e tubos com lâminas de ar.
8465.10.00	947	Máquinas-ferramentas esquadrabordas automáticas, para painéis de madeira, aglomerado, MDF e sintéticos, com ponto de acionamento dos grupos operacionais controlados pelo "encoder" do sistema principal de transporte, com ou sem gira peças, com funções cumulativas de dar acabamento em painéis de madeira e aglomerados com espessura entre 12 e 60mm, equipados com 2 grupos trituradores com 2 motores cada, dispostos no sentido vertical em cada lado da máquina ou com 2 fresadores, com aplicação de bordas com espessura entre 0,3 e 3mm a partir de bobinas com velocidade de avanço máximo de 50m/min, com 2 magazines para alimentação da borda com troca automática controlados pelo programa operacional, com ajuste eletrônico da sobra da borda dianteira e traseira da peça, com acionamento sincronizado dos grupos de trabalho com o sistema de transporte, controlados por um comando numérico computadorizado, com dispositivo de extração de cavacos com aspiração dirigida para o interior da ferramenta de corte.
8465.93.10	017	Máquinas de bancada, para lixar e dar acabamento em peças de madeira, dotadas de: mesa de trabalho em ferro fundido ou alumínio; corpo confeccionados em plástico ABS; cabeçote oscilante de movimento vertical com capacidade para trabalhar lixas abrasivas tubulares de diâmetro compreendido entre ½ e 3 polegadas, podendo ou não conter cinta abrasiva de 101,6 x 609,6mm (4 x 24 polegadas); potência do motor de 450W.
8465.93.90	031	Equipamentos para lixamento e polimento automático com diâmetro de prato de 300mm e/ou 350mm, sistema de aplicação de força central com medição eletrônico de 50 a 750N, suporte de amostra com diâmetro entre 160 e 204mm com velocidade do prato de 50 - 600rpm, velocidade do suporte de amostras de 50 a 350rpm, sentido horário e anti-horário, função centrifugação com rotação de 800rpm, sistema de remoção com precisão de 0,1mm, área de trabalho totalmente enclausurada com abertura automática da tampa de proteção. Pode ou não acompanhar sistema automático de dosagem de solução de lixamento e polimento, estação de limpeza, sistema de recirculação de líquido de resfriamento.
8465.93.90	032	Lixadeiras planas automáticas com diâmetro de prato de no máximo de 356mm, velocidade do rebolo com velocidade variável de 1.000 a 2.000rpm, suporte de amostra com diâmetro de 160 até 204mm com velocidade de 30 a 160rpm, e com função de rotação no sentido horário e anti-horário, sensor de remoção de 0,1 a 10mm com precisão de 0,1mm, função centrifugação com rotação de 30 até 800rpm, área de trabalho totalmente enclausurada com abertura automática da tampa de proteção, pode ou não acompanhar estação de limpeza, pedra de lixamento, sistema de recirculação de líquido de resfriamento.
8465.94.00	057	Conjuntos com 2 prensas hidráulicas independentes para a prensagem, colagem e curvatura de lâminas de madeira e outros derivados de madeira, podendo prensar a peça trabalhada em 3 direções, contendo cilindros hidráulicos na vertical e horizontal controlados através de central hidráulica, dotadas de mesa superior móvel de 1.500 x 800mm ou maior, com mesa inferior de 1.500 x 800mm ou maior, com gerador de alta frequência com potência de saída de 20kW ou superior de secagem da cola.
8466.93.40	028	Ferramentas de corte de carboneto de tungstênio (diâmetro 4mm e comprimento 8,3mm), comercialmente denominadas rosetas, usadas no tambor rotativo de máquinas cortadoras de pisos, em pequena escala, equipadas com 8 pontas de carboneto de tungstênio para aplicação de fresamento, remoção ou reciclagem de pisos e superfícies com concreto/epóxi.
8466.94.20	010	Prismas de dobras utilizados em máquinas perfiladoras operadas por programação de controle numérico computadorizado para realizar dobras com precisão em peças de aço pintado, prisma com comprimento de 2.550mm e ângulos de conformação de 15 a 180 graus usinados em CNC.
8466.94.90	009	Conjuntos de ferramental para conformação da máquina conificadora de 28 estações, para produção de garrafas de alumínio rosqueada, constituídos de dispositivo de troca rápida, adaptador de troca rápida para o sistema de lubrificação.
8466.94.90	010	Conjuntos de ferramental para conformação de máquina conificadora de 28 estações para produção de garrafas de alumínio, constituídos de 30 pinças pneumáticas com formadores de fundo e extratores para garrafas com 59mm de diâmetro, 1 tambor de carregamento de garrafas, 1 tambor de descarregamento de garrafa e 1 empurrador do formador de fundo.
8466.94.90	011	Cilindros principais para prensa de forjaria, fabricados em aço fundido, maciços de 35t sem soldas, tratados termicamente, acabamento usinado e pintado, com uma bucha de ferro fundido com capacidade para 35t montada no interno do cilindro para fixar o cilindro na prensa.
8467.29.93	007	Marteletes eletropneumáticos perfuradores com impacto, sem impacto e rompedor, com encaixe "SDS PLUS" 1 polegada (26mm), com potência de 800W, com energia de impacto de 2,8 Joules, com impactos por minuto de 5.540IPM, com controle de velocidade até 1.500rpm, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de 1 limitador de profundidade, 1 mandril de aperto rápido de ½ polegada, 1 empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	008	Marteletes eletropneumáticos perfuradores com impacto, sem impacto e rompedores, com encaixe SDS PLUS 1 polegada (26mm), com potência de 800W, com energia de impacto máximo de 2,6 Joules, com impactos por minuto máximo de 5.500IPM, com controle de velocidade de até 1.500rpm, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de 1 limitador de profundidade e maleta plástica.
8467.29.93	009	Marteletes eletropneumáticos perfuradores com impacto, sem impacto e rompedores, com encaixe SDS PLUS 13/16 polegadas (30mm), com potência de 950W, com energia de impacto de 3,5 Joules, com impactos por minuto de 5.200IPM, com controle de velocidade máxima de até 1.150rpm, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de 1 limitador de profundidade, 1 mandril de aperto rápido de ½ polegada e maleta plástica.

8467.29.93	010	Martelos eletropneumáticos demolidores, com encaixe SDS MAX, com potência de 1.600W, com energia de impacto de 24 Joules, com impactos por minuto de 1.620IPM, com 12 posições de ângulo para talhadeira, com controle de velocidade, com sistema anti-vibração, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de um ponteiro 400mm, empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	011	Martelos eletropneumáticos perfuradores e rompedores, com encaixe SDS MAX 1-3/4" (45MM), com potência de 1.350W, com velocidade máxima de 390RPM, com energia de impacto de 10,5 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.900IPM, com sistema SHOCKS para controle da vibração, com sistema E-CLUCH para reduzir riscos de contra golpe durante a operação do equipamento, com caixa de engrenagem em alumínio, para perfurar e romper estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de empunhadura lateral e uma maleta plástica.
8467.29.93	012	Martelos eletropneumáticos demolidores, com encaixe SDS MAX, com potência máxima de 1.550W, com energia de impacto máxima de 28 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.100IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	013	Martelos eletropneumáticos perfuradores e rompedores, com encaixe SDS MAX 19/16 polegadas (40mm), com potência de 1.050W, com velocidade máxima de 540RPM, com energia de impacto de 6,1 Joules perfurando e 7 Joules rompendo, com impactos por minuto máximo de 3.150IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	014	Martelos eletropneumáticos demolidores, com encaixe hexagonal 1polegadas (28mm), com potência de 1.600W, com energia de impacto de 35 Joules, com impactos por minuto de 1.450IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de 1 ponteiro 400mm, empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	015	Martelos eletropneumáticos demolidores, com encaixe hexagonal 1polegadas (28mm), com potência de 2.100W, com energia de impacto de 62 Joules, com impactos por minuto de 960IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos.
8467.29.93	016	Martelos eletropneumáticos rompedores, com encaixe SDS PLUS, com potência de 1.050W, com energia de impacto de 7 Joules, com impactos por minuto de 3.150IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	017	Martelos eletropneumáticos demolidores, com encaixe hexagonal 1polegadas (28mm), com potência de 1.600W, com energia de impacto de 35 Joules, com impactos por minuto de 1.450IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de empunhadura lateral.
8467.29.93	018	Martelos eletropneumáticos rompedores, com encaixe hexagonal 17mm, com potência de 1.050W, com energia de impacto de 7 Joules, com impactos por minuto de 3.150IPM, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	019	Martelos eletropneumáticos rompedores, com encaixe SDS MAX, com potência de 1.350W, com energia de impacto de 10,5 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.900IPM, com sistema anti-vibração, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de maleta plástica.
8467.29.93	020	Martelos eletropneumáticos perfuradores com impacto e rompedor 2 polegadas (52mm) , com encaixe SDS MAX, com potência máxima de 1.700W, com velocidade máxima de 290rpm, com energia de impacto máximo de 19,4 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.210IPM, com 7 controles de velocidade, com sistema para controle da vibração, com sistema para reduzir riscos de contra golpe durante a operação do equipamento, com caixa de engrenagem em alumínio, para perfuração de concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhado de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	021	Martelos eletropneumáticos perfuradores com impacto e rompedor 1-7/8 polegadas (48mm), com encaixe SDS MAX, com potência máxima de 1.600W, com velocidade máxima de 355rpm, com energia de impacto máximo de 13,3 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.705IPM, com 7 controles de velocidade, com sistema para controle da vibração, com sistema para reduzir riscos de contra golpe durante a operação do equipamento, com caixa de engrenagem em alumínio, para perfuração de concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, acompanhados de empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.29.93	022	Martelos eletropneumáticos perfuradores com impacto e rompedor, com encaixe "SDS MAX", com potência de 1.700W, com energia de impacto de 19,4 Joules, com impactos por minuto máximo de 2.210IPM, com sistema para controle da vibração, com caixa de engrenagem em alumínio, para demolição de estruturas em concreto e alvenaria, pisos, pavimentos e remoção de revestimentos, com empunhadura lateral e maleta plástica.
8467.89.00	082	Cilindros expansores hidráulicos, tipo macaco telescópico com 2 êmbolos, para expansão de estruturas, utilizados em resgate e salvamento, pressão de trabalho máxima 540bar, comprimento retraído igual a 578mm, comprimento expandido igual a 1.365mm, curso de espalhamento total de 787mm, acionamento por bateria, com iluminação de LED integrada.
8467.89.00	083	Ferramentas hidráulicas combinadas, tipo tesoura multiuso utilizadas em resgate e salvamento, para cortar, separar, tracionar estruturas com pressão de trabalho máxima de 720bar, força de separação igual a 1.860kN, força de corte teórica igual a 670kN, acionamento por bateria, com iluminação de LED integrada.
8474.10.00	129	Equipamentos para separação de partículas de cimento, com capacidade de finos de no mínimo 150t/h, com capacidade de alimentação mínima 338t/h, com um ou mais ciclone com volume ar nominal igual ou superior de 187.550 AM3/h à 100 graus celsius, com conteúdo de poeira no gás cru máximo de 800g/m2, com calha de transporte de material com capacidade de, 400t/h com comprimento de até 11m, com no mínimo um coletor de corpos estranhos , com no mínimo um ventilador de processo com vazão de ar igual ou superior 187.550am3/h, com no mínimo um filtro de mangas para despoeiramento, com no mínimo um ventilador radial, com calha de transporte de material com capacidade de transporte de até 400t/h de no máximo 14m, com balança de impacto de capacidade igual ou superior a 350t/h.
8474.20.90	189	Combinações de máquinas para moagem de pedras de gipsita, empregadas na produção de estuque, utilizado no processo de fabricação de placas de gesso acartonado, compostas de: moinho de martelos com tremonha, transportadores para a transferência e alimentação de gipsita, dispositivos de pesagem e detecção de metais e equipamentos para filtragem e reaproveitamento de resíduos do processo de moagem; transportadores para descarga e transferência da gipsita tratada, dispositivos de pesagem e detecção de metais, distribuidor bidirecional e equipamentos para filtragem de resíduos no processo de transferência; dutos, estruturas e suportes; conjunto de instrumentos de monitoramento, segurança e controle (plc).
8474.20.90	190	Britadores de mandíbula para processamento de minérios, granulometria inicial menor que 130mm e final menor de 5mm, abertura da mandíbula de 138 x 198mm e ajuste da fenda de 1 a 40mm com indicação de largura de fenda através de escala, funil basculante, capacidade para trabalhar com mandíbulas em aço manganês, aço inoxidável, carbeto de tungstênio, aço 1.1750, com ajuste do zero, coletor de 27,5 e/ou 35,4 litros, grau de proteção IP 54.
8474.20.90	191	Combinações de máquinas para produção de estuque, por meio de um processo de moagem de minerais sólidos, utilizado no processo de fabricação de placas de gesso acartonado, compostas de: silo de armazenamento com coletor de poeira e equipamentos para descarga e mistura dos materiais armazenados; transportador de correia com dispositivo de pesagem e válvula rotativa; moinho de martelos para produção de estuque, através da moagem de gipsita e gesso, com sistema de geração de ar quente; classificador granulométrico, com dispositivo de recirculação de estuque e válvula rotativa; sistema de filtragem de estuque; conjunto de dutos, calhas e suportes; conjunto de instrumentos de monitoramento, segurança e controle (plc).
8474.20.90	192	Britadores cônicos de alta capacidade para etapa de britagem terciária de minério; com ajuste hidráulico do eixo, controlados automaticamente por alívio e travamento automático inteligente; com dotas de processamento com tamanho máximo de trituração 239mm; capacidade nominal de 80 a 90/h, com regulagem do lado fechado em 20mm acompanhado por compensação automática de desgaste acionamento por motor elétrico de potência de 125Hp (90kW) com sistema de lubrificação.
8474.39.00	022	Combinações de maquinas automáticas para abastecimento e controle de fluxo de matérias primas utilizadas na fabricação de embalagens de vidro, com ciclo continuo de produção, compostas de: tremonhas de recebimento, vibradores, alimentadores de bandeja vibratória, elevadores de canecas com até 650mm de largura e capacidade mínima de 50m3/h e capacidade máxima de 60m3/h, misturador, válvulas de controle e distribuição de fluxo, sensores de níveis, transportadores, alimentadores com rosca dosadora, balanças de pesagem de até 2.000kg, sistemas despoeiramento, separadores magnéticos, painéis elétricos, CLP's e controladas por sistemas informatizados integrados.
8474.80.90	209	Combinações de máquinas para a fundição (colagem) de barbotina ("slip"), para produção de louças sanitárias, com pressão de fundição igual ou superior a 8bar, com capacidade para alojar 1 ou mais moldes, compostas de: Tanque de barbotina ("slip"), com capacidade igual ou superior a 800 litros; Tanque de água, com capacidade igual ou superior a 250 litros; 1 ou mais painéis elétricos; Robô; 1 ou mais ferramentas para desmoldar; Ferramenta de corte; Sistema de transporte por correia; Placas ("wareboard"); Dispositivo para transporte de placas.
8474.80.90	210	Britadores-divisores de amostra automáticos para minério de níquel, combinando um britador de amostra com 2 mandíbulas móveis de 300mm de largura, com capacidade de redução de até 25 vezes o tamanho da amostra, e um divisor de amostras rotativo com capacidade de tamanho da amostra de até 10mm.
8474.80.90	211	Caçambas processadoras utilizadas para peneiramento, trituração, aeração e mistura de diversos tipos de materiais, equipadas com eixos rotativos equipados com martelos ou lâminas, com vazão hidráulica de 40 a 440L/min e volume entre 0,27 e 5,50m³ utilizadas em conjunto com máquinas como escavadeiras, pás-carregadeiras ou retroescavadeiras.
8474.90.00	076	Rolos de britagem rotativos, feitos em liga de aço (30Cr2Ni2Mo), dotados de eixo e rolamentos incorporados, de diâmetro igual ou superior a 1.000mm e comprimento igual ou superior a 600mm, para aplicação em britadores de rolos de alta pressão.
8474.90.00	077	Conjuntos de moagem por atrição e abrasão, em aço GGr15SiMn, para moinho de rolos para moagem de minérios ultrafinos, compostos por 2 anéis com 1.110mm de diâmetro, para moagem através de 28 rolos, sendo 12 rolos com 245mm de diâmetro e 16 rolos com 230mm de diâmetro; e 14 pinos para fixação dos rolos nos rotores com cerca de 67mm de diâmetro e 340mm de comprimento, acompanhado por placas divisórias entre camadas de 890mm e 900mm de diâmetro.
8475.29.90	019	Unidades funcionais para fabricação de malha POP em fibra de vidro com largura total de 2.000mm com espessura de barras de 1 a 8mm e produtividade de até 300mil m²/mês e malhas quadradas com dimensões de 25 a 250mm, compostas e: estante de alimentação das fibras de vidro, banho de impregnação de filamento de vidro, alimentador transversal, unidade de tecelagem, dispositivo de enrolamento em espiral com mecanismo de torção embutido, forno em túnel de 3 ou 4 seções e 4 aquecedores por seção, banho de resfriamento de água, suporte de brochamento de perfil, mecanismo de corte, cabine de controle e suporte auxiliar.
8475.29.90	020	Equipamentos de lubrificação e resfriamento do mecanismo de corte de gota de vidro a quente para conformação de embalagens de vidro dotado de misturador de água e óleo com até 2.000:1, dosador de precisão, bomba de injeção automática, sensor eletrônico do controle de fluxo de água e óleo, com sistemas informatizados para controle, segurança e alarme integrados ao processo produtivo.
8475.29.90	021	Equipamentos de aplicação de revestimento a quente em embalagens de vidro dotados de sistema de refrigeração e exaustão, bomba dosadora, sensor detector de garrafas com altura máxima de 350mm, velocidade de linha de até 900garrafas/min, com túnel de 1.980mm comprimento, e sistemas de controle, segurança e alarme integrados ao processo produtivo.
8477.10.11	168	Máquinas para moldar por injeção de alta performance, para produção de pré-formas de politereftalato de etileno (PET), compostas de: injetora hidráulica horizontal de força de fechamento de 225t métrica, distanciamento entre as colunas igual a 660 x 660mm; calibração automática de altura do molde, controle independente das servo válvulas de fechamento, tonelagem e injeção; unidade de potência hidráulica enclausurada com motor elétrico refrigerado à água, unidade de injeção de 1 estágio com funções de injeção e plastificação conjuntas; braço robotizado integrado com 3 estágios de resfriamento e acionamento por servomotor duplo; sistema pneumático de refrigeração forçada das pré-formas com ou sem desumidificador de ar dedicado; com ou sem molde de 32 cavidades; capacidade produtiva igual ou superior a 5.200 pré-formas de 72g/h, controle baseado em PC industrial; disponibilidade de monitoração e diagnóstico remoto; transdutores de posição com resolução de 5 mícron; comunicação com protocolo "Profibus" e "EtherCAT" para os circuitos de entradas e saídas, com ou sem sistema de secagem de resina montado sobre plataforma, com ou sem sistema de transferência de pré-formas para caixa.
8477.10.21	101	Máquinas Injetoras verticais automáticas de termo polímeros para moldar peças para o ramo de construção civil em materiais, com capacidade de injeção igual ou superior a 350cm³/s, capacidade para operar com moldes de até 1.200 (H) x 1.600mm (V), com rosca vertical com diâmetro de 90mm, razão 22:1L/D, deslocamento máximo de 360mm e torque máximo de 6.350Nm, pressão de injeção regenerativa de 2.180bar e pressão máxima de injeção de 2.300bar, com sistema de fechamento exclusivo "Flex - Link" sobre guias lineares, sem colunas para possibilitar uso de sistema de automação com movimentos ilimitados, força de fechamento de 3.000kN, dotadas de mesa rotativa com capacidade de carga de 2.000kg, curso de placa ajustável, auto regulação de espessura, 7 zonas de aquecimento, sistema de cortinas de segurança e dispositivo de controle bi manual, auto lubrificação, planejamento de pré-aquecimento de óleo hidráulico com exibição de temperatura, planejamento de linha de alarme para temperatura aberta de óleo hidráulico, bomba hidráulica operada por motor com inversor de energia, microprocessador e interface homem-máquina (IHM) com tela sensível ao toque.
8477.20.10	352	Combinações de máquinas para produção de tubos de polietileno com diâmetro externo de 20 e 32mm, com capacidade máxima de produção de 300kg/h, compostas de: misturador secador de matéria prima com capacidade de 500kg, sistema de dosagem gravimétrica para alimentação da extrusora contendo funil, dispositivos de controle, sensores e suporte para estrutura; extrusora mono rosca com capacidade de produção máxima de 300kg/h, rosca com diâmetro nominal de 60mm e razão L/D nominal de 38:1, motor principal de 75kW, acionado por inversor de frequência , com sistema de alimentação de matéria prima a vácuo, funil de alimentação; sistema de controle com controlador lógico programável (CLP), painel de operação com tela (IHM) acionado ao toque e gabinete elétrico com ar-condicionado; um cabeçote de extrusão com ferramentais para produção de tubos com diâmetros externos de 20 e 32mm ; suporte de sustentação para cabeçotes; co-extrusora com capacidade de produção de 1,5kg/h, rosca com diâmetro nominal de 25mm e razão LD de 25:1; tanque de calibração de 9.000mm com câmara de vácuo, incluindo conjunto de calibradores, dispositivos de vedação; dispositivo para fixação e correção de ovalização de tubos; 2 tanques de resfriamento por "spray" de água com comprimento nominal de 9.000mm cada um, com dispositivos de vedação; puxador com 2 lagartas tracionado por servo motores, com força de 2.000N e velocidade de 0 a 25m/min com serra de corte rápido orbital integrada para bitolas de 20 e 32mm; estação dupla automática de bobinamento e amarração por arqueamento de bobinas, com velocidade máxima 60m/min.
8477.20.10	353	Sistemas modulares de extrusão com testador de filtro computadorizado para processamento de materiais termoplásticos para determinação da qualidade da dispersão de pigmentos em "masterbatch", compostos de: extrusora de laboratório de rosca simples, rosca com diâmetro nominal de 20mm, razão l/d 30, montadas em pilar telescópico, testador de filtro computadorizado, com visualização instantânea de todos os dados de teste, com computador de bordo com tela LCD (tela de cristal líquido), teclado com mouse esférico, memoria com cartão "flash" de 2GB, com controlador lógico programável (PLC) incorporado.
8477.20.10	354	Combinações de máquinas para coextrusão de filmes de polipropileno ou polietileno de 3 camadas, interligadas automaticamente e do tipo filme plano -CAST, com produtividade máxima de 500kg/h para matriz com largura de 1.800mm, espessura do filme compreendida entre 20 e 100 micras, filme com largura útil de 1.500mm, saída do filme coextrudado em bobinas de até 800mm de diâmetro, com velocidade de trabalho de até 300m/min, compostas de: 2 extrusoras para camada A e C com 70mm de rosca, 1 extrusora para a camada central B com 110mm de rosca, bloco para distribuição da massa e matriz automática, torre e plataforma, sistema de medição de espessura automático (visualização e controle), sistema de cilindro resfriado (Chill Roll) com: estação de resfriamento; câmara de vácuo; sistema de faca de ar e controle de temperatura do cilindro resfriado, "nip Roll" e corte de refile com reciclagem do refile, tratador de corona, bobinador (rebobinador) com troca de bobina automática para filmes de largura de 1.500mm, com controle por CLP, painéis para distribuição elétrica, painéis para acionamento/comando.
8477.20.90	139	Equipamentos automáticos para produção de piso vinílico com largura nominal de 970 + /- 12mm, espessura de 2mm e/ou 3mm, para composto com densidade entre 1.700 e 1.800kg/m³, com capacidade de extrudar 900 a 1.100kg/h de composto, dotados de: misturador com resfriamento, misturador com aquecimento, silo de 5m³, alimentador parafuso com diâmetro nominal de 102mm e comprimento de 6.000mm, extrusora dupla rosca cônica modelo 110/220, calandra com 5 rolos e laminação a quente, 2 desbobinadores com controle de torque e velocidade, aplicação de filme decorativo, estação de retificação, aquecimento de rolos à óleo, estação de corte, sistema de resfriamento de pisos com 2 banheiras de imersão a água, secador, transportadores de pisos com ou sem sucção, sistema de cálculo de comprimento em metros de pisos, interface homem-máquina (IHM) e controle lógico programável (CLP).
8477.20.90	140	Combinações de máquina para fabricação de chapas de Nylon (Poliamida), Poliacetal e outros plásticos de engenharia, com capacidade de extrusão de chapas de 1m de largura, espessura compreendida entre 6 até 60mm e comprimento de até 3m, compostas de: Máquina extrusora monorosca, com rosca de 60mm de diâmetro, para trabalhar em temperatura até 380 graus celsius , com sistema eletrônico interno para controle de variação de velocidades e pressões necessária ao processo de plastificação de polímeros, conformadora de chapas, composto de placa de zona quentes, com placas calibradoras para espessuras de 8 até 35mm e de 40 até 65mm, conjunto de zona fria com placas de ajuste e calços para definirem a espessura final das peças de 6 mm até 60mm, Unidade transformadora e porta ferramentas, acoplada a extrusora para suportar os moldes e dar forma retangular ao produto extrudados, com placas de fixação para conformação, 24 pinças metálicas para regulagem milimétrico de altura das chapas, com sistema de refrigeração d'água, interligado a termorreguladores e fixada hidraulicamente, Unidade tracionadora, para auxiliar na remoção das chapas de dentro da matriz com interface eletrônico com extrusora para controle de velocidade, Câmara de tratamento térmico compostas de 4 módulos, sendo os dois primeiros módulos de aquecimento, controlados pôr resistências elétricas e o terceiro e quarto módulos para o resfriamento das chapas, através de termorreguladores com água, Painel de controle com comando lógico programável, Plataforma para movimentação de chapas, com acionamento hidráulico de movimentação vertical, para permitir a remoção das chapas cortadas.
8477.20.90	141	Equipamentos automáticos para produção de piso vinílico com largura nominal de 970 + /- 12mm, espessura de 2mm e/ou 3mm, para composto com densidade entre 1.700 e 1.800kg/m³, com capacidade de extrudar 900 a 1.100kg/h de composto, dotados de: misturador com aquecimento, misturador com resfriamento, silo de 5m/³, alimentador de parafuso com diâmetro nominal de 102mm e comprimento de 6.000mm, extrusora com dupla rosca cônica 110/220, conjunto de calandra com 5 rolos de laminação com rolos aquecidos a óleo , 2 desbobinadores com controle de torque e velocidade para aplicação do filme decorativo e filme protetivo, estação de retificação, sistema de resfriamento de pisos com 2 banheiras de imersão em água, secador por sopro e rolos de absorção, máquina de tração, máquina de corte com sistema de cálculo de comprimento em metros de pisos, descarregador automático de pisos com sucção, painéis elétricos de força e comando, interface homem-máquina (IHM) e controle lógico programável (CLP).

8477.40.90	061	Máquinas automáticas para fabricação de capsulas (lacres) para garrafas, com capacidade produtiva de 150 a 180peças/min, com diâmetro de 28 a 40mm medidos no topo, com altura de 55 a 80mm; diâmetro de 29 a 41mm na base e espessura de 0,06 a 0,075mm, com potência de 25kW; perfuração horizontal para abre fácil (laminadas); colocação de fita para abre fácil (termo encolhivel); aplicador de cola; impressão em "hot stamping" em até 2 cores no corpo e saia, podendo ou não ter impressão em alto relevo com uma cor no topo; fotocélula para registro de impressão feita antes (em rotogravura) casada com o "hot stamping" 2 cores.
8477.59.11	046	Equipamentos automáticos para conformação a quente de peças em compósitos termoplásticos e ou termofixos com capacidade de compressão de até 20.000kN, com CLP e com controle eletrônico de velocidade de fechamento inicial, fechamento intermediário e final de conformação, possui controle de velocidade de abertura inicial em baixa velocidade, abertura intermediaria e a abertura final com velocidade controlada, nivelamento do sistema de 4 cantos com paralelismo de velocidade mínima de ajuste para 1mm/s e precisão máxima de + /-0,08mm e velocidade máxima de ajuste de paralelismo de 20mm/s e precisão mínima de + /-0,25mm, equipamento com processo IMC, mesa de trabalho com dimensões de 3.500 x 2.500mm e capacidade de produção de até 20pçs/h.
8477.59.90	171	Equipamentos para prototipagem rápida de modelos tridimensionais físicos, a partir de modelos virtuais, através de tecnologia de jateamento de polímeros fotossensíveis curáveis por exposição à luz ultravioleta, que operam com câmara fechada, utilizando um ou mais tipos de material, e resolução com capacidade de até 600dpi nos eixos X e Y, e resolução de até 1.600dpi no eixo Z, com espessura da camada de montagem de 14 mícrons (0,0004 pol.) ou mais.
8477.59.90	172	Impressoras 3D, com tecnologia DLP por projeção de luz UV em comprimento de onda de 405 ou 385 nanômetros com área de impressão de 150 x 84,4 x 120mm e resolução X e Y de 58 micrometros igual a + /-29 micrometros.
8477.80.90	725	Máquinas automáticas para raspagem de decalques dos flancos de pneus de turismo e caminhonete com letras brancas em relevo, com diâmetro interno do talão entre 13 e 24 polegadas, diâmetro externo entre 508 e 1.066mm, largura entre 185 e 335mm e peso máximo de até 60kg, com ciclo de 2,4pneus/min, dotadas de sistema de câmeras para leitura direta de código de barras sem interrupções no fluxo, com taxa de leitura das câmeras de 99,7%; transportadores de correia para entrada e saída dos pneus, ajustáveis em função do diâmetro; braços centralizadores com atuadores e ajuste mecânico de largura para posicionar os pneus no centro da máquina; cabeçote central superior e inferior rotativo, para inflagem, rotação e posicionamento dos pneus para o processo de raspagem; braço e cabeçote de raspagem de desbaste; braço e cabeçote de raspagem de acabamento; braço para remoção da rebarba no ombro do pneu; sistema para aplicação do verniz de proteção na lateral do flanco após a raspagem; grades de proteção com portas de segurança e sistema de intertravamento; armários elétrico e pneumático, com painel de comando e controle por IHM.
8477.80.90	726	Combinações de máquinas para produção de mídias de biofiltro (elemento randômico) a partir de plástico tipo PE(polietileno) e PP(polipropileno), capazes de produzir mídias de múltiplas cavidades e com diâmetro máximo igual ou inferior a 25mm, com velocidade máxima de produção igual ou inferior 150kg/h, compostas de: extrusora com diâmetro da rosca igual ou inferior a 150mm; cabeçote de extrusão simultânea de 3 ou mais saídas; sistema de vácuo e resfriamento com comprimento máximo igual ou inferior a 15m; mecanismo puxador de fluxo; e dispositivo de saída com corte integrado.
8477.80.90	727	Combinações de máquinas para fabricação de peças de borracha por extrusão concebidas para produção de difusores de ar tubulares com diâmetro máximo igual ou inferior a 150mm, compostas de: extrusora com diâmetro da rosca igual ou inferior a 300mm, com alimentação de material a frio, equipadas com 10 ou menos unidades de controle de temperatura; forno tipo túnel para vulcanização por micro-ondas; forno tipo túnel para vulcanização por ar quente isolado podendo conter 20m ou menos; unidade de resfriamento com utilização de água e sopro de ar; estação puxadora de fluxo com velocidade máxima igual ou inferior a 100m/min; cortador de peças prontas equipado com motor de potência máxima igual ou inferior a 1.100W; e controlador lógico programável (CLP).
8477.80.90	728	Combinações de máquinas para produção de fitas de material plástico, dos tipos utilizadas para arqueação e embalagens, com partes interdependentes, conectadas estruturalmente entre si e geridas por controle único, com capacidade máxima de produção igual ou inferior 500kg/h de fitas, para produção de fitas com largura máxima igual ou inferior a 32mm, compostas de: conjunto extrusor para fusão de resina plástica, capazes de gerar vazão máxima igual ou inferior de 500kg/h; sistemas de refrigeração por água, compostas de banheira primária e secundária; unidades de estiramento de alta e baixa velocidade com termorregulação de óleo; forno de estiramento com 3 passagens com velocidade máxima de 160m/min; forno secundário de estabilização com controle de temperatura; cilindros motorizados de impulsão das fitas com módulos contendo 4 ou menos cilindros; unidade de bobinamento das fitas com 8 fusos independentes; e unidade de arrefecimento com sistema de recirculação.
8477.80.90	729	Combinações de máquinas para reciclagem de materiais PET com tecnologia denominada "superclean" ou "bottle-to-bottle" para a produção de granulado PET grau alimento, compostas de: espirais transportadores com dispositivos para a detecção de peças metálicas, unidade de secagem a ar quente e uma unidade de pré-secagem à ar quente e ar seco, espiral transportadora, extrusora equipada com rosca com diâmetro de 165, com capacidades de extrusão igual ou superior a 1.600kg/h, com sistema de degasagem, filtro automático com sistema de retrolavagem, equipados com 4 telas metálicas, granulador debaixo d`água, unidades de cristalização e pós-cristalização abastecidas por sistemas de transporte a vácuo, unidades de pré-aquecimento e reator de policondensação em estado sólido (SSP) para aumento da viscosidade com volume de 18m³, unidade de resfriamento, "kit" para a recuperação de energia, silo para armazenamento do material final.
8477.80.90	730	Máquinas para fabricação de sacos plásticos fitados de até 1.000mm de comprimento, soldados por barra aquecida, a partir de filmes tubulares termoencolhíveis PVDC, dotadas de: desbobinador duplo alternado com controle de tensão e alinhador de borda, com largura de trabalho máxima de até 600mm, cabeçote com solda de espessura de até 1,5mm, com capacidade de produção de até 180sacos/min (sacos de 500mm) e controlador lógico programável.
8477.80.90	731	Máquinas automáticas microprocessadas para produção de bobinas de filmes plásticos, com tubetes com capacidade de desbobinamento de bobinas com largura mínima de 400mm e máxima de 750mm, diâmetro máximo de 550mm e espessura entre 6 e 30 micras; capacidade de rebobinamento de bobinas com larguras variando de 100 a 750mm e diâmetro interno entre 38 e 76mm. com velocidade máxima de rebobinamento de até 1.500m/min; dotadas de painel de controle, com controlador lógico programável (CLP) e com tela sensível ao toque colorida.
8477.80.90	732	Máquinas de injeção de poliuretano para baixas vazões de 50 a 800g, dotadas de: 1 unidade dosadora de materiais com 2 tanques de armazenamento de materiais, 2 bombas de dosagem em alta pressão, filtros de circulação de produtos, válvulas de controle de fluxo, unidades pneumáticas para acionamento dos cabeçotes e válvulas, sistema de monitoramento de nível com sensores eletrônicos, visor iluminado nos tanques, agitador interno no tanque, filtro desumidificador de ar, painéis de controle com controlador lógico programável (CLP), controladores eletrônicos de pressão e temperatura, motores elétricos controlados por inversor de frequência, painéis elétricos protegidos à prova de explosão, com alarme sonoro e visual de emergência.
8477.90.00	482	Elementos de roscas para máquinas extrusoras de dupla roscas para trabalhar plástico; peças com diâmetros entre 19 a 170mm utilizado em 3 zonas de trabalho diferentes: zona de alimentação, e ou zona de mistura, e ou zona de transporte, formado por material base de M2 (W6Mo5Cr4V2) aço rápido, ou WR5 aço sinterizado, acabamento jateado com dureza entre 58 a 62 HRC.
8479.10.90	103	Transportadores de aduelas de concreto com ou sem acessório para transporte de material e módulo de transporte para até 12 pessoas, autopropelidos, para serem utilizados em túneis escavados por máquinas tuneladoras (tunnel boring machine), contendo 8 ou mais rodas com pneumáticos, sendo 4 delas ou mais direcionáveis; sistema de câmera reversa, com sensores de inclinação e bloqueio; motor diesel; com sistema de proteção contra incêndio; de potência igual ou superior a 200kW; 2 cabines de direção; comprimento igual ou superior a 17.000mm; largura igual ou inferior a 2.100mm; capacidade máxima de carga igual ou superior a 50t e capazes de trabalhar, quando carregados, em pisos com inclinações máximas iguais ou superiores a 7%.
8479.10.90	104	Combinações de máquinas para concretagem automática de elementos pré-fabricados de concreto, compostas de: distribuidor de concreto automático projetado sob pórtico com comportas operadas individualmente ou em conjunto de acordo com a geometria importada diretamente do "software" BIM/CAD, sistema de acabamento do concreto por régua sarrafiadora, dispositivo de desbaste e compactador automático por oscilação de baixa frequência e baixo ruído (70db) incorporados; sistema de controle central (hardware e "software") e gerenciamento automático das operações de concretagem e compactação.
8479.10.90	105	Combinações de máquinas para estocagem automática e cura de elementos pré-fabricados de concreto, compostas de: câmara de cura com porta segmentadas, dispositivos de segurança por freios de travamento das mesas e barreiras de luz incorporados, transelevador automático com sistema de otimização da vida útil do cabo de içamento e abertura automática das portas segmentadas incorporados; sistema de controle central (hardware e "software") de todas as unidades e gerenciamento automático das operações do transelevador e ocupação da câmara de cura.
8479.10.90	106	Combinações de máquinas para conformação de elementos pré-fabricados tipo paredes-duplas, compostas de: virador de mesas para conformação de paredes duplas com elevação por cilindros hidráulicos, com sistema de vibração incorporado (compactação); sistema de controle central ("hardware" e "software") de todas as unidades e gerenciamento automático das operações de giro e compactação.
8479.60.00	008	Equipamentos do tipo climatizador evaporativo com 3 velocidades, com funções de ventilar, resfriar e umidificar ambientes fechados ou abertos de até 40m², com ventilador, tanque com capacidade para 45 litros de água e placa evaporativa, potência de trabalho de 103W, tensão de entrada de 127V/60Hz, fluxo de ar de 2.400m³/h, com reservatório superior contendo 2 frascos de gel com 250ml, rodas plásticas para movimentação de 360 graus com trava, aletas verticais direcionadoras motorizadas com inclinação de 60 graus e timer de programação de até 2h para o desligamento da unidade.
8479.60.00	009	Equipamentos do tipo climatizador evaporativo com 3 velocidades, com funções de ventilar, resfriar e umidificar ambientes fechados ou abertos de até 40m², com ventilador, tanque com capacidade para 45 litros de água e placa evaporativa, potência de trabalho de 107W, tensão de entrada de 220V/60Hz, fluxo de ar de 2.400m³/h, com reservatório superior contendo 2 frascos de gel com 250ml, rodas plásticas para movimentação de 360 graus com trava, aletas verticais direcionadoras motorizadas com inclinação de 60 graus e timer de programação de até 2 horas para o desligamento da unidade.
8479.60.00	010	Equipamentos do tipo climatizador evaporativo com 3 velocidades, com funções de ventilar, resfriar e umidificar ambientes fechados ou abertos de até 60m², com ventilador, tanque com capacidade para 65 litros de água e placa evaporativa, potência de trabalho de 177W, tensão de entrada de 127V/60Hz, fluxo de ar de 3.500m³/h, com reservatório superior contendo 2 frascos de gel com 500ml, rodas plásticas para movimentação de 360 graus com trava, aletas verticais direcionadoras motorizadas com inclinação de 60 graus e timer de programação de até 2h para o desligamento da unidade.
8479.81.90	477	Equipamentos (tanques) de decapagem de bobinas de aço de baixo carbono, com espessura máxima 750 e 1.875mm de largura em processo contínuo velocidade máxima de 200m/mim, através de imersão em ácido clorídrico (HCL) a 90 graus celsius, com sistema de recirculação através de bombas, tanque e de reaquecimento do ácido.
8479.82.10	310	Combinações de máquinas para mistura, granulação e secagem automática de produtos farmacêuticos (pós), para a formação de grãos de baixa e alta densidades, com controlador lógico programável (CLP), compostas de: Misturador/Granulador úmido de pós farmacêuticos, capacidade útil de trabalho de 480 litros com 1 Plataforma de acesso; dotado de recipiente fabricado em aço inoxidável, misturador/agitador com 3 laminas em formato Z, Picadora/triturador, bomba de vácuo de 160m3/h, sensor de temperatura do produto, sistema de pulverização de solução aglutinante; Moinho com tela cônica para moagem do produto úmido após a granulação acionado por motor de 5,5kW; leito fluidizado, moinho de peneira cônica para moagem de produto seco com capacidade de 2.000kg/h (dependendo do produto), 2 válvulas anti-explosão, sistema de pulverização de solução aglutinante dotado de bomba peristáltica, medidor de vazão e pistola de pulverização; unidade de tratamento e condicionamento do ar admitido, sistema de exaustão com coletor de pó, caixa de filtros, ventilador de exaustão e silenciador; sistema de alimentação a vácuo, sistema automático de limpeza do equipamento; dispositivo de içamento, com interface homem máquina de tela sensível ao toque, controlador lógico programável e painel elétrico ;01 sistema de transferência pneumática de produto; Moinho com tela cônica para moagem do produto após a secagem, acionado por motor de 5,5kW.
8479.82.10	311	Sistemas para homogeneizar o banho de aço líquido na panela por meio da injeção de gás inerte com acoplamento automático com flexibilidade de movimentação horizontal de 85mm, flexibilidade de movimentação vertical de 40mm, temperatura máxima de operação 600 graus celsius, pressão máxima de 25bar, vazão máxima de 2.500L/min, vedação metal/metal, dotados de: 20 acoplamentos fêmea nas dimensões 250 x 250 x 275mm, 10 acoplamento macho nas dimensões 250 x 250 x 695mm.
8479.82.90	241	Combinações de máquinas para a fabricação de tinta em pó e revestimentos através de moagem de material extrudado, de funcionamento em rede trifásica 380V ou monofásica de 220V e frequência de 60Hz, compostas de: misturador com capacidade de até 600 litros e com suporte de descarga, alimentador de rosca única, extrusora com dupla rosca de 65 mm de diâmetro com relação 18:1 e velocidade de 0 a 600rpm; esteira de correia com capacidade de 500 a 600kg/h de processamento nominal, com resfriamento local, moedor do tipo moinho com velocidade entre 0 e 22.000rpm, com vazão total de produção nominal de 500kg/h, sistema de controlador lógico programável (PLC), com motores principais da misturadora, alimentadora, extrusora, esteira e moinho de 18kW, 0,75kW, 75kW, 2,2kW e 1.500W respectivamente; com ou sem tigela para misturador extra.
8479.82.90	242	Trituradores de resíduos de baixa rotação, autopropulsados sobre esteiras, com eixo único de torque nominal 440kNm, equipados com motor diesel com potência nominal até 399kW, utilizados em diversas aplicações de trituração de resíduos e equipados com rotor de 33 ou 44 facas, com comprimento do rotor de 3.000mm e velocidade máxima do rotor de 28rpm, dotado de parede lateral móvel para fácil acesso e manutenção, com 23 contra facas e controlado por sistema eletrônico com tela colorida para visualização de informações de operação e manutenção em tempo real com envio de relatórios.
8479.82.90	243	Peneiras vibratórias de seleção e separação de resíduos, autopropelidas, sobre esteiras, de dimensões de transporte igual a 13.738mm de comprimento, 3.052mm de largura, 3.435 de altura dotadas de tremonha de alimentação com capacidade máxima igual ou superior a 3,2m3, módulo de peneiramento de 2 "decks"; "Deck" superior de dimensões 5.000 x 1.500mm; "Deck" inferior com sistema de manta vibratória perfurada; Exaustor com tambor de separação de ar com velocidade variável e ajustado hidraulicamente; Gerador a diesel com potência igual ou superior a 110kVa.
8479.89.99	546	Sistemas ou partes de sistema de coleta pneumática de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo à vácuo), compostos de rede de tubulação subterrânea de diâmetro igual a 500mm, com capacidade total de sucção de 3 a 7m3/s, através do esvaziamento automático dos recipientes de armazenamento por válvula, instalados dentro de edificações, com pontos de recolhimento no nível da rua e pavimentos, sendo que os resíduos caem na linha tronco da rede externa e são sugados a uma velocidade máxima de 22km/h para a estação de armazenamento de resíduos, onde são aspirados e separados do ar de transporte, sendo a seguir o material comprimido e introduzido em um recipiente selado, com capacidade de 16 a 30m³, sendo o ar de transporte libertado através de um condutor de evacuação, passando primeiramente por filtros de limpeza e silenciadores.
8479.89.99	547	Combinações de máquinas para montagem e teste de conjuntos de componentes para gerenciamento de baterias de íons de lítio, para veículos automotores de transporte coletivo, dotadas de sistema supervisório de rastreabilidade e orientação do trabalhador (ELAM), com capacidade máxima de produção de 5.625conjuntos/ano, compostas de: estação de trabalho para montagem do sistema de gerenciamento (BMS), unidade de carga de corrente direta (DCCU), caixa de junção (JUNCTION BOX) e unidade de controle de acionamento elétrico (EDCU); estação de teste elétrico e de isolamento do controle da bateria e da interface carregadora da unidade de carga de corrente direta; estação de montagem do sistema na bateria; equipamento computadorizado de teste de vazamento a vácuo do compartimento do sistema de bateria; estação de teste elétrico final e de isolamento do sistema de bateria; estação de gravação de "software" e teste final; e caixa construída em aço inoxidável para armazenamento das baterias que apresentem superaquecimento e potencial início de incêndio.
8479.89.99	548	Obturadores de produção, para isolamento de zonas produtoras de petróleo em poços revestidos, podendo serem utilizados também em operações de bombeamento de poços de petróleo, acionados mecanicamente, com faixa de temperatura de 70 até 300 graus fahrenheit; pressão de trabalho mínima 4.500psi máxima 5.000psi.
8479.89.99	549	Combinações de máquinas para o tratamento da superfície e reforço estrutural das chapas de rochas ornamentais, compostas de: até 4 cavaletes duplos de suporte de chapas com plataforma motorizada rotativa com capacidade de 68t; carregador e descarregador automático de entrada, com ventosas e sistema de sucção por bombas à vácuo dotado de suporte à pente giratório basculante para posicionamento vertical das chapas e proteções de segurança; transportador a pente fixo com rolos transversais e elevador; transportador motorizado com elevador à pantógrafo para transferência lateral das bandejas de suporte chapa; transportador duplo com plano superior fixo e esteira rolante inferior basculante; câmara desidratadora horizontal de chapas com sistema de aquecimento de ar equipada com até 50 metros de painéis de isolamento, e tubos de conexão; escova motorizada em formato helicoidal para a limpeza das chapas; elevador, à pantógrafo para a manutenção do ciclo continuo das bandejas no circuito; até 10 mesas de transporte motorizado das bandejas com dois andares para conexão entre as unidades; câmara de micro-ondas horizontal com potência de 16kW equipada com transporte motorizado para bandejas de suporte das chapas e tubos de conexão; elevador para o deslocamento vertical das bandejas na câmara de catálise operando em quatro colunas de aço com movimento controlado por inversor e mecanismo de inserção e extração das bandejas; câmara de catálise multinível com duas torres de 40 andares para armazenagem de chapas com tubos de conexão; transportador motorizado combinado com mesa à pente fixa com rolos transversais para a movimentação lateral das bandejas; carregador e descarregador automático de saída, com ventosas e sistema de sucção por bombas à vácuo e proteções de segurança; até 110 bandejas metálicas com grelhas para o suporte e transporte das chapas no circuito; painéis elétricos com PLC de comando por monitor "touch screen" para o controle das unidades.
8479.89.99	550	Máquinas para enrolagem dupla de mantas de borracha não vulcanizada utilizadas no processo de fabricação de pneumáticos, com comprimento de 500mm, largura de 300mm e altura de 10mm, em dispositivos de acondicionamento do tipo cassete, com capacidade de enrolagem de até 20m/min e controle de tensionamento, dotadas de tapete transportador direcional; estação com carro transportador, circuito elétrico e circuito pneumático, para receber, posicionar, tensionar e acionar o dispositivo de enrolagem; armário elétrico e de comando.
8479.89.99	551	Máquinas para prensagem do anel de apoio, anel de vedação e jogo de válvulas dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com monitoramento automático de força de prensagem; com limite inferior =10N e limite superior =1.000N para anel de vedação com anel de apoio; com limite inferior =60N e limite superior =1.000N para anel de vedação; prensagem hidráulica do jogo de válvulas para o monitoramento do deslocamento; com alimentação automática do jogo de válvulas através de "pallets" específicos com capacidade de 100 peças; com 4 panelas vibratórias atrás da estação; com uma panela vibratória para anel de vedação.

8479.89.99	552	Máquinas para prensagem automática do anel de vedação de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com pressão de 3bar para a prensagem do anel de vedação de cobre no bico; com prensa; com painel de comando projetado especificamente para linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de rede de comunicação independente.
8479.89.99	553	Máquinas para ajustar a força da mola do induzido de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com magazines de grupos seletivos automatizados; com sistema de medição de compressão de molas; com alimentador vibratório de molas; máquina com sensor de toque com resolução de 0,1 mícrons; com aplicação de força do sensor de toque de 251,5N + /-198,5N.
8479.89.99	554	Equipamentos para produção de óxido de chumbo, utilizados na fabricação de acumuladores (baterias), com capacidade nominal de até 1.200kg/h de óxido de chumbo em pó, compreendido entre 1,2 e 1,8g/cm² e 3,5 e 4,5 mícron médio, dotados de cadinho de derretimento de chumbo, reator com agitação constante, exaustor, sistema de filtragem PTFET, e controlador lógico programável (CLP).
8479.89.99	555	Máquinas para torque da porca do grupo magnético de injetores de combustível diesel do tipo "Common Rail", com nível de automação aproximado de 90%; com sistemas de parafusamento eletrônico com controle de torque entre 19 e 43Nm e ângulo entre 10 e 95 graus.
8479.89.99	556	Máquinas para montagem do bico, porca e parafusamento em injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com sistema de visão automático para detectar a altura do bico incorreta; com sistema de parafusamento automático com controle de torque entre 38 e 105Nm e ângulo entre -160 e 155 graus.
8479.89.99	557	Máquinas para inspecionar o interior de embalagens cheias de vidro, plástico ou papelão, através da utilização de tecnologia de raios-x pulsados, dotadas de controle eletrônico com sistema automático de rejeição, capazes de atingir velocidades de inspeção inferiores ou iguais 1.200recipientes/min ou 1,1m/s.
8479.89.99	558	Máquinas de limpeza de lentes oftálmicas, com diâmetro da lente entre 40 e 80mm, dotadas de estação de lavagem com escovas e enxágue, com ou sem secagem, com capacidades de até 300 lentes/h, com controlador lógico programável (CLP), painel de comando "touch screen", com ou sem robô para carga e ou descarga de lentes.
8479.89.99	559	Máquinas para ajuste do curso do induzido e parafusamento do parafuso de tensão em injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com magazine automático de grupos seletivos de arruelas de 2 mícrons; com cabeçotes de medição com controle de força para medir o grupo magnético e o corpo; com força aplicada no corpo do injetor pelo dispositivo de fixação de 1.200N + /-100N; com mesa giratória automática de alimentação da esfera de válvula; com sistemas de parafusamento eletrônico com controle de torque entre 35 e 114Nm e ângulo entre 12 e 95 graus; máquina com sensor de toque com resolução de 0,1 mícron; com sistema de visão para detectar parafuso de tensão incorreto.
8479.89.99	560	Máquinas para prensagem do grupo magnético na porca e montagem do anel de vedação da porca do grupo magnético em injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com panela vibratória; com monitoramento de força e deslocamento; com painel de comando; com temperatura de armazenamento do painel de comando de -20 a 60 graus celsius; com resistência a vibração do painel de comando de 10 a 150Hz; com tensão do painel de comando de 24 VDC; com corrente elétrica do painel de comando máxima de 5A.
8479.89.99	566	Máquinas para destorque e desmontagem da bucha de proteção em injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com sistema de desparafusamento com controle de torque; com sistema de limpeza a vácuo da superfície de alta pressão; com painel de comando para operar a estação e realizar interfaces de comunicação; com temperatura de armazenamento do painel de comando de -20 a 60 graus Celsius; com resistência a vibração do painel de comando de 10 a 150Hz; com tensão do painel de comando de 24VDC; com corrente elétrica do painel de comando máxima de 5A.
8479.89.99	568	Máquinas para montagem do anel de vedação e prensagem do pino elástico no corpo de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com altura do pino elástico de 2,5 + /-0,2mm; com monitoramento automático de força e do deslocamento da prensagem da esfera; com panela vibratória.
8479.89.99	572	Máquinas automáticas para fresagem ou brochamento dos canais internos da haste de cadeado, controladas por painel PLC, empilhador automático, usinagem por lâmina dentada escalonada, encaixe das hastes no corpo do cadeado e descarga automática do produto acabado.
8479.89.99	573	Máquinas para ajuste da folga entre corpo, grupo magnético e arruela em injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com magazines de grupos seletivos automatizados; com correção do valor da folga de -0,5 + /-4,5 mícrons; máquina com sensor de toque com resolução de 0,1 mícron; com aplicação de força do sensor de toque de 656 N + /-644N.
8479.89.99	574	Máquinas para ajuste da força da mola do bico de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; magazines de grupos seletivos automatizados; com sistemas de medição de compressão de molas; com alimentador vibratório de molas; com cabeçotes de medição com precisão de 0,1 mícron para medir a câmara da mola no "pallet"; com calibrador com resolução de 0,1 mícron; com aplicação de força do calibrador de 229N + /-221N.
8479.89.99	575	Máquinas para montagem da bucha de proteção e prensagem da esfera no corpo de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com "digiforce 9306" para monitoramento automático de força em processo; com força-limite de pressão do dispositivo de 5kN; com caneta "ropex" para monitoramento de deslocamento da prensagem da esfera; esfera com diâmetro de 1,3 a 1,5 mm.
8479.89.99	576	Máquinas para ajuste do curso do induzido e sobre curso para injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com magazines de grupos seletivos automatizados; com sensor de toque com resolução de 0,1 mícron; com força máxima do sensor de toque no parafuso com armadura de 10N + /-5N.
8479.89.99	579	Máquinas para ajuste da força da mola do grupo magnético para injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com sensor de toque com resolução de 0,1 mícron; com força de retenção do sensor de toque de 60N + /-2N; com força de retenção contra o ímã de 400 N + /-50 N; com magazines de grupos seletivos automatizados; com panela vibratória para montagem do anel de vedação do grupo magnético; com sistema de visão de neuro check para inspeção e garantia da montagem; com panelas vibratórias para alimentação de molas.
8479.89.99	580	Máquinas para montagem do grupo magnético com precisão no interior do corpo de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com um sistema de abastecimento que utiliza recipientes com coordenadas de precisão; com painel de comando para operar a estação e realizar interfaces de comunicação; com temperatura de armazenamento do painel de comando de -20 a 60 graus Celsius; com resistência a vibração do painel de comando de 10 a 150Hz; com tensão do painel de comando de 24VDC; com corrente elétrica do painel de comando máxima de 5A.
8479.89.99	581	Máquinas para montagem de conexão plástica orientadas por coordenadas de posição no grupo magnético dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação de 100%; com mecanismos automatizadas para realizar montagens de precisão de componentes plásticas de dimensões reduzidas; com centrífuga alimentadora de componentes com coordenadas de posicionamento; com um câmera de gravação do topo para checagem; com tempo de resposta de câmera de aproximadamente 3.000ms; com panela vibratória que trabalha com pressão de 6 a 7bar; com painel de comando projetado especificamente para linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente, projetada especificamente para os injetores de combustível diesel do tipo "common rail".
8479.89.99	582	Máquinas para montagem da flange que auxilia na fixação dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail" no bloco de motores diesel a fim de garantir a correta posição angular e torque correto de fixação, com nível de automação aproximado de 70%; com diâmetro maior da flange 26,8 + 0,15 mm; com diâmetros menores da flange de 7 + /-0,1mm; com estação e painel de comando projetado especificamente para a linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente, projetada especificamente para os injetores de combustível diesel do tipo "common rail"; com sistema de prensagem com controle de força e deslocamento.
8479.89.99	583	Máquinas para eliminar resíduos de óleo de teste ISO4113 proveniente dos testes funcionais dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail", também realiza a montagem manual de capas de proteção das regiões externas dos injetores diesel e das regiões de alta e baixa pressão a fim de evitar a contaminação de partículas no interior dos injetores diesel, com nível de automação aproximado de 10%; com sistema de vácuo para eliminar resíduos de óleo, com pressão de trabalho do vácuo de 6,5bar; com painel de comando projetado especificamente para linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente.
8479.89.99	586	Máquinas de autoatendimento para o varejo, denominadas Terminais Inteligentes de Autoatendimento TIA, dotadas de estrutura eletromecânica em chapa metálica galvanizada 1,2mm, com sistema integrado que inclui unidades de entrada, controle, comando e saída de dados através de computador industrial, monitor com tela de toque e dispositivos de comunicação destinada a armazenar e disponibilizar ao usuário qualquer produto identificável por meio de leitor de código de barra mono ou bidimensional, bem como identificar o usuário através de codificação (geração e digitação de senhas de segurança, ou leitura de QR Codes), denominado armários inteligentes com funcionalidade semelhante a cofre para guarda de produtos e/ou documentos em hotel.
8479.89.99	587	Ferramentas da unidade de trava para instalação e retirada do SCM com peso bruto máximo de 5t faixa de temperatura entre -18 e 55 graus celsius.
8479.89.99	588	Estações (Unidades) móveis de separação e classificação de diversos tipos de materiais, montadas sobre eixos rebocáveis, de dimensões de comprimento de transporte igual a 17.907m, largura igual a 3.061m, altura igual a 3.998m; dotadas de painel de controle; Cabine com janelas com até 8 aberturas para disposição dos materiais classificados, com cinta (correia) transportadora de 1.200m, cinta de separação de metais ferrosos, Sistema de Aspiração e Ventilação com motor elétrico de 11kW, volume de entrada: 4m³/s, velocidade de 2.900rpm; 4 cilindros hidráulicos para elevação da cabine de separação, com ou sem esteira transportadora, com ou sem calha de alimentação, com ou sem sistema de descarga, podendo funcionar com rede elétrica ou gerador a diesel (opcional).
8479.89.99	589	Máquinas para desmontagem de componentes porca do bico, componentes magnéticos, componentes internos e corpo do injetor dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail"; possui dispositivos de desmontagem de válvulas e anéis de alta pressão; efetua gravação por meio de caneta elétrica; com peças de "setup" de injetores.
8479.89.99	590	Alimentadores centrífugos para posicionamento de peças, potência HP: 1/8 x 2, com velocidade de 25 a 100peças/min, diâmetro de trabalho do parafuso de 6 a 20mm, comprimento de trabalho do parafuso máximo de 200mm, podendo trabalhar com componentes de diferentes geometrias, por meio de força centrifuga seja no sentido horário ou sentido anti-horário, equipados com painel elétrico, com possibilidade de adequar a velocidade de acordo com o equipamento a ser alimentado.
8479.89.99	591	Equipamentos de enchimento automático combinado, para gás refrigerante de ar condicionado e fluido de freio, aplicados na linha de produção de veículos automotores, com capacidade de enchimento de 25unid/, capacidade de enchimento máximo de 100g/s para gás refrigerante e de 5L/min para fluido de freio, compostos de bombas de vácuo com capacidade de 16m3/h, sensor de vácuo, estação móvel equipada com motor elétrico de potência de 1,1kW, com inversor de frequência "encoder" para movimentação, reservatórios, adaptadores ergonômicos com tubulação de enchimento e cabos, computador portátil para comunicação entre a máquina de enchimento com os módulos ABS dos veículos, painéis elétricos, PLC, IHM e impressora.
8479.89.99	595	Máquinas automatizadas, para corte e/ou perfuro de tecidos, couro, materiais sintéticos e papelões, utilizados na produção de calçados, artefatos, vestuário e estofamentos, dotadass de: 1 cabeçote fixado em um braço telescópico, sem apoio na parte frontal e que possui apoio na parte traseira com movimento tipo bandeira, faca oscilante, 4 ou mais perfuradores, projetor, área de corte máxima de 1.100 a 1.400mm de largura e de 500 a 700mm de comprimento, modalidade da mesa de trabalho: estática.
8479.89.99	596	Mesas para aplicação cola em cartão, papelão, plásticos, EVA, espumas e outros materiais de colagem, com comando numérico computadorizado (CNC), carga máxima da mesa de 300kg, com sistema de carga e descarga semiautomático, velocidade de aplicação de cola de até 2,5m/s e empilhamento máximo de material de 500mm.
8479.90.90	388	Amortecedores "Dampers" de oscilações de painéis fotovoltaicos, usados exclusivamente em seguidores solares de um eixo "Trackers", com comprimento estendido máximo igual ou superior a 1.119mm, velocidade máxima inferior ou igual a 500mm/s, força de amortecimento máxima superior a 8.000N e inferior a 10.000N e temperatura de operação de -40 a + 50 Graus Celsius.
8480.71.00	307	Moldes para moldagem por injeção do tipo HTV de material de borracha, compactos ou expandidos, para fabricação de isoladores poliméricos com até 8 aletas, com 8 estações, com unidade de alimentação de até 8 bicos compatível com plano frio e plano quente, em material 2.083HH polido.
8480.71.00	308	Câmaras ultra quente até 144 cavidades, para uso em moldes (cold half) até 144 cavidades na injeção de resinas PET com densidade de 0,70 a 0,90kg/dm³,processo de moldagem de preformas de politereftalato de etileno (PET), distância entre os centros das cavidades de 60 x 152mm, em aço especial resistente à corrosão, dotados de sistema de bocais de ponta aquecidos com acionamento de agulha integrado, diâmetro dos bicos de 3,4 até 4,0mm, sistema pneumático de fechamento das agulhas, sistema automático de extração à vácuo de poeira, sistema de aquecimento com resistências tubulares e de banda, sistema de resfriamento de múltiplos "manifolds".
8480.71.00	309	Moldes de 96 cavidades, para fabricação de tubos com rosca, de politereftalato de etileno (pet); com machos, cavidades e demais componentes moldantes produzido em aços especiais; dividido em uma parte fria e uma câmara quente onde está câmara quente mantem o pet fundido e equipada com bico valvulado, energizada por cabos conectados diretamente a injetora; com capacidade de pressão de injeção igual ou superior a 1.000bar; quando o molde é montado a uma máquina injetora compatível, tem a capacidade de produção de 50.000tubos/h, e capacidade de suportar um fechamento com força de 380t.
8481.80.39	012	Kits para uso do gás natural veicular (GNV), para gerenciar o fluxo de gás em motores de até 180HP, temperatura de operação de -40 a 120 graus Celsius, com ou sem válvulas de cilindro e de abastecimento, com ou sem cilindro em fibra com aço para armazenamento de GNV TIPO 2, dotados de válvula redutora de pressão que reduz a pressão de 220bar para a pressão da linha, permitindo a variação de pressão de 0,8 a 4.000mbar e fluxo de GNV até 43m3/h para alimentação de motores, manômetro/indicador de pressão e nível, flauta com os bicos injetores sequenciais e sensores de temperatura e de pressão para gás, e sensor de temperatura para água, gerenciador eletrônico do sistema com microcontrolador, chave comutadora, filtro de baixa pressão, cabos elétricos e conexões de interligação.
8481.90.90	081	Discos internos para aplicação em válvulas de bloqueio e controle de pressão de vapores de turbinas a vapor; forjados em aço liga, com diâmetro nominal de 20 polegadas, comprimento de 26 7/16 polegadas (vinte seis e sete dezesseis avos de polegada), com furação para balanceamento de pressão interna da válvula e superfície esférica de vedação; com capacidade de operação sob pressão nominal de 24bar e temperatura nominal de 565 graus celsius.
8481.90.90	082	Cabeçotes multifuncionais para controle de fluxo e etapas de operação em tratamento de água aplicáveis em filtros, abrandadores e desmineralizadores por troca iônica, operação manual ou automática, controle de operação por tempo ou por vazão e vazão de operação de 2 a 50m³/h.
8483.40.10	383	Reversores marítimos fabricados com carcaça externa em ferro fundido, com razão de redução de 6,053:1 e "offset" de 346mm, para acoplamento em motores à diesel com potência máxima de 1.049HP e rotação máxima de 2.300rpm destinados à aplicação de trabalho contínuo em embarcações de uso comercial.
8483.40.10	384	Conjuntos de transmissão para movimentação de veículos guiados automaticamente (AGV), com corrente alternada, sensor de velocidade de 32pulsos/revolução, potência de 3kW, torque 3.000Nm, freios de estacionamento de 70Nm, tensão de 24V, carga estática da roda de 30.000N, rodas com diâmetro de 343mm e estator de 130mm.
8483.40.10	385	Conjuntos de transmissão para movimentação de veículos guiados automaticamente (AGV), com corrente alternada, sensor de velocidade de 32pulsos/revolução, potência de 600W, torque 46Nm, freios de estacionamento de 180Nm, tensão de 24V, rodas com diâmetro de 198mm.
8483.40.90	238	Embreagens pneumáticas a membrana, fabricadas em ferro fundido nodular e membrana em borracha especial nas dimensões diâmetro 352 x 725mm, utilizadas como elemento de transmissão de potência em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8483.90.00	105	Cubos dentados do acoplamento, fabricados em ferro fundido EN-GJS-1000-5, nas dimensões diâmetro 224 x 145,5mm, utilizados como elemento de transmissão mecânica em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8483.90.00	106	Coroas fabricadas em ferro fundido EN-GJS-1000-5, nas dimensões diâmetro 285 x 45mm, utilizados como elemento de transmissão mecânica em máquinas de corte e vinco de papel cartão.
8502.13.19	040	Combinações de máquinas, montadas em contêiner, para geração de energia eléctrica de emergência trifásica, com tensão de saída de 480V, capacidade de potência de 1.500 a 2.000kVA, e fator de potência de 0,8, montadas sobre uma base metálica horizontal, constituídas por motor diesel de 8 ou 12V, com velocidade de rotação de 1.800rpm, refrigerado a água; gerador, sistema de arrefecimento com ventilador; painel de controle; sistema de escape de gás, e depósito de combustível.
8502.20.11	071	Grupos eletrogêneos de corrente alternada dotados de inversor de frequência, com motor de pistão de ignição por centelha a gás natural (ciclo Miller), potência nominal máxima de 35kVA, para geração de energia elétrica, reaproveitamento dos gases de exaustão através de trocador de calor interno ao gabinete, com aquecimento simultâneo de água até a temperatura de 88 graus Celsius a uma vazão de 172L/min e até a temperatura de 80 graus Celsius a uma vazão de 176L/min, com ou sem painel de controle da operação, com ou sem dispositivo para permitir monitoramento remoto da operação.

8502.39.00	017	Unidades funcionais para geração eléctrica trifásica, com tensão nominal de saída de 22 kV de potência nominal de 653 MVA em condições de referência (25,9°C/76,4% RH, 1,015 bar ambiente) e fator de potência de 0,90, rotação 3.600rpm, frequência 60Hz, equipado com turbina a vapor, gerador síncrono refrigerado a hidrogénio; sistema de refrigeração; sistema de condensação; sistema de vácuo; sistema de drenagem; sistema de controle e monitoramento e os seus sistemas de alimentação AC/DC, com banco de baterias; abrigos de ambiente e supressão de ruído; sistema hidráulico; sistemas de vedação; sistemas de by-pass; bombas; dutos; válvulas; instrumentação; dutos de isolamento de fase; transformador; sistema de hidrogénio; sistema de lubrificação; estruturas metálicas para fixação, proteção, acesso e plataformas; tubagem; isoladores térmicos e acústicos; sistema de proteção catódica; sistema evaporador de CO2 e sistema de sobreaquecimento de vapor.
8503.00.90	083	Extensores para rolamentos de "pitch" de aerogeradores; fabricados em aço S355NL; com diâmetro externo de 2.375mm, diâmetro interno de 2.225mm, espessura de 45mm, com 92 furos de 35mm de diâmetro centrados numa circunferência de 2.300mm; massa de 156,54kg.
8503.00.90	084	Batentes para portas de aerogeradores, fabricados em aço carbono; com raio interno de 922mm e raio externo de 1.049mm com espessura total de 67mm; massa aproximada de 8,6kg.
8503.00.90	085	Batentes para portas de aerogeradores, fabricados em aço carbono; com raio interno de 922mm e raio externo de 1.049mm com espessura total de 67mm; massa aproximada de 8,3kg.
8503.00.90	086	Conjuntos radiadores verticais com duplo sistema de refrigeração de alta e baixa temperaturas aplicados em motor diesel para grupos geradores ds2.000-ds2.250 com capacidade de operação de até 45 graus celsius temperatura ambiente, utilizando fluido de arrefecimento com etileno glicol com volume total de abastecimento 322 litros, capacidade de dissipação térmica total de 9.1860 btu/min em uma área de troca térmica total de 4,75m2, pressão interna de operação de até 1bar, com forma construtiva com núcleo por tubos e aletas e estrutura por carcaça externa em aço carbono com pintura de acabamento, com dimensões l2,3 x p0,98x a2,8m, peso aprox. 1.570kg seco e 1.890kg abastecido, equipados com tanque de expansão superior, operando com ventilador de acionamento mecânico pelo motor diesel com diâmetro de 2.057mm com fluxo de ar soprante.
8503.00.90	087	Painéis acústicos para aplicação em transformadores de turbinas eólicas; dotados de material acústico de lã de vidro, com capacidade de operação em temperaturas de até 290 graus celsius, condutividade térmica de 0,038W/mK a uma temperatura de 50 graus celsius, com revestimento de tecido de fibra de vidro preto; com estrutura em alumínio AW-5754-O ou material equivalente; espessura de 60mm, altura máxima de 647mm e comprimento de 1.180mm.
8504.40.90	757	Inversores para sistema fotovoltaicos do tipo microinversor, para rede monofásica, com potência nominal de saída de 1.500VA a 40 graus celsius, com potência máxima de saída de 1.550VA a 40 graus celsius, e tensão nominal de saída de 220/230/240V.
8504.40.90	758	Inversores para sistema fotovoltaicos do tipo microinversor, para rede monofásica, com potência nominal de saída de 2.000VA a 40 graus celsius, com potência máxima de saída de 2.100VA a 40 graus celsius, e tensão nominal de saída de 220/230/240V.
8504.40.90	759	Inversores para sistema fotovoltaicos do tipo microinversor, para rede monofásica, com potência nominal de saída de 18.000VA a 40 graus celsius, com potência máxima de saída de 1.880VA a 40 graus celsius, e tensão nominal de saída de 220/230/240V.
8504.40.90	760	Inversores para sistemas fotovoltaicos tipo "on grid" microinversor, para rede monofásica, com potência nominal de saída de 2.500W a 40 graus celsius, potência máxima de saída (VA) de 2.500 a 40 graus celsius, tensão nominal de saída 175 a 270V, corrente máxima por entrada 18,5A, corrente máxima de saída 12A, tensão máxima por entrada 60V, potência recomendada por painel de 480 a 800W, com sistema de comunicação módulo WI-FI 2.4GHz integrado, 4MPPTs, 4 entradas para 4 painéis, eficiência máxima do inversor 97%, nível de proteção IP67, sistema de refrigeração por convecção natural, range de temperatura ambiente operacional -25 a + 65 graus celsius, frequência de 50/60Hz.
8504.40.90	761	Fontes de tensão, até 72W de potência, com tesão de entrada entre 75 e 264Vac e saída em tensão contínua de 12Vdc de montagem em trilho DIN de 35mm.
8514.19.00	043	Fornos horizontais de aquecimento indireto, por resistências elétricas, para tempera de vidros planos jumbo, com espessura de 3 até 25mm e dimensões máximas até 6.000 x 2.800mm, desenvolvidos também para processamento de vidros de baixa emissividade "low-e", dotados de mesa de entrada para carregamento, câmara de aquecimento por radiação e convecção por resistências elétricas, zona de resfriamento por ar comprimido, mesa de saída e retirada dos vidros e armários elétricos para controle, de potência igual a 1.797kW, com sistemas de circulação de ar, com ou sem detectores automáticos de quebra de vidro, "software" para monitoramento e controle, com ou sem módulos para tempera de vidros curvos.
8514.19.00	044	Fornos elétricos, horizontais, para têmpera de vidros planos com dimensões máximas entre 1.700 e 4.000mm, dotados com célula para vidros curvos nas espessuras entre 4 a 6mm, com comprimento de 1.700mm, com largura mínima de 400mm e maximo 1.000mm, com raio entre 350 e 8.000mm dependendo da espessura do vidro, para processar vidros planos nas espessuras entre 3,0 e 19mm, tipos "float", coloridos, refletivos, serigrafados e de baixo emissivo (Low-E), de camadas "hard" e "soft", de emissividade 0,01, configurados com câmara dupla sendo o primeiro estágio de até 400 graus celsius e segundo estágio de até 700 graus celsius, câmara de resfriamento, sistema de circulação de ar forçada inferior e superior, gerenciamento por CLP e "software" dedicado, equipados com 3 ventiladores centrífugos elétricos com sistema de inversão de velocidade acoplados para vidros planos e 1 ventilador para o curvo, "no-break", quadro de comando dos sistemas, painel de controle e estações de entrada e saída dos vidros.
8514.19.00	045	Fornos de tratamento térmico e termoquímico, classe de resistências elétricas, com opção de revenimento, alívio de tensão e oxinitretação através de princípio de oxidação por vapor d'água e dissociação de amônia por alta temperatura e baixa pressão, permitindo a formação de camada nitretada (NHT(550)) da ordem de 0,3 a 0,6mm; dotados de uma câmara externa com resfriamento à água industrial, câmara de tratamento com injetores de amônia, nitrogênio, água e endogás; temperatura de trabalho de 150 à 750 graus celsius e pressão máxima de trabalho de 10.500mbar; Tamanho da câmara 600 x 900 x 600mm, volume da carga 324L; tensão de alimentação de 400V (50Hz) e 16A de corrente.
8514.39.00	012	Equipamentos para refinaria de ferro-níquel proveniente de forno elétrico, através da estação de sopro de oxigênio para remoção do silício, carbono e fósforo e forno panela para dessulfurização e refinação; compostos por: sistema condutor secundário de cobre refrigerado com água, sistema de alimentação de energia de cobre eletrolítico com carga de design máxima de 5.0 A/mm2, braços de eletrodos triangulados de aço revestidos de cobre, sistema de medição de temperatura e amostragem para temperaturas entre 400 e 1.800 graus celsius, carro de escória com estrutura de aço e capacidade máxima de 10t, estação de sopro de oxigênio com taxa de sopro de 1.000m³/h, capô de sucção com acionamento, sistema de aditivo de cal estruturado de aço, caixa de cal, estrutura de pesagem e alimentador vibratório com capacidade de alimentação de 35t/h, manipulador 2-Lance com bico de cobre, componentes para água de resfriamento, suporte da válvula de oxigênio com faixa de fluxo de 1.000m³/h, gás nitrogênio com faixa de fluxo de 12 a 600Nl/min, sistema de instrumentação, sistema de controle, transformador do forno panela com capacidade nominal de 6 MVA e disjuntor a vácuo retrátil com capacidade de até 100 operações completas de comutação de carga/dia.
8515.31.90	185	Máquinas automáticas de solda por arco em atmosfera inerte (MIG - Metal Inert Gas), para tiras de aço inoxidável em bobinas, com controlador lógico programável (CLP).
8515.31.90	186	Robôs de solda orbital TIG computadorizado com cabeçote fechado para soldagem de ½ até 4 polegadas.
8515.39.00	021	Fontes inversoras para soldagem TIG (GTAW) e MMA(SMAW), com tensão de alimentação 220V/380V trifásico, corrente de saída AC (corrente alternada) e DC (corrente direta), com função pulsada com ajuste de frequência em até 250Hz, opção de alta frequência e "lift arc" para ignição do arco, 2t e/ou 4t na tocha, rampa de subida e descida, pré e pós fluxo de gás e função para pedal, com corrente máxima de saída entre 315 a 500A e ciclo de trabalho de até 60% na corrente máxima, frequência de entrada 50/60Hz.
8515.39.00	022	Fontes inversoras para soldagem TIG (GTAW)e MMA (SMAW), com tensão de alimentação 220V monofásico, ou 220V trifásico, ou 380V trifásico, com 50/60Hz, com corrente de saída AC (corrente alternada) e DC (corrente direta), com corrente máxima de saída entre 180 e 300A com ciclo de trabalho a partir de 40% em amperagem máxima, com função pulsada, pós fluxo de gás, alta frequência, função para pedal, ajuste de corrente de partida e saída e 4t para acionamento da tocha.
8515.39.00	023	Fontes inversoras para soldagem TIG (GTAW), com tensão de alimentação 220V monofásico, com corrente de saída DC (corrente direta), com corrente máxima de saída entre 180 e 250A com ciclo de trabalho a partir de 40% em amperagem máxima, com função de pós fluxo de gás, ajuste de corrente de saída e alta frequência para abertura do arco.
8515.39.00	024	Equipamentos inversoras de corte a plasma manual com tensão de entrada de 110 e/ou 220V monofásico, com corrente de saída entre 35 e 45A. com ciclo de trabalho a partir de 40% na amperagem máxima, 50/60Hz, para corte em espessura máxima entre 10 e 16mm, com compressor de ar integrado ao equipamento, não necessitando de rede de ar externa, com função de teste de gás, 2t/4t e trava de segurança para tocha.
8515.39.00	025	Equipamentos inversoras de corte a "Plasma Manual" com tensão de entrada de 110 e/ou 220V monofásico, com corrente de saída entre 35 e 45ª, com ciclo de trabalho a partir de 40% na amperagem máxima, 50/60Hz, para corte em espessura máxima entre 10 e 16mm, com função de teste de gás e função 2t/4t.
8515.39.00	026	Equipamentos inversoras de corte a "Plasma Manual" com tensão de entrada trifásica de 220 e/ou 380V, com corrente de saída entre 75 e 120A, com ciclo de trabalho a partir de 40% na amperagem máxima, 50/60Hz, para corte em espessura máxima de 25 a 42mm e separação máxima entre 31 e 48mm, com "pilot arc" e funções de teste de gás, 2t/4t, ajuste de retorno de gás e trava de segurança para tocha, permite a integração com sistemas CNC.
8515.39.00	027	Equipamentos inversoras de corte a plasma manual com tensão de entrada trifásica de 220V e/ou 380V, com corrente de saída entre 75 e 120A, com ciclo de trabalho a partir de 40% na amperagem máxima, 50/60Hz, para corte em espessura máxima de 25 a 42mm, e separação máxima entre 31 e 48mm, com "pilot arc" e funções de teste de gás, 2t/4t e ajuste de retorno de gás, permite a integração com sistemas CNC.
8515.80.90	173	Máquinas industriais de soldagem a ultrassom por pontos, com rolete de soldagem com ou sem mesa e estante, para soldagem de materiais plásticos, falsos tecidos e tecidos sintéticos, acionamento por pedal, para funcionar em corrente de 220V, 50/60Hz, velocidade de soldagem de 2 e 3s, temperatura de trabalho de 10 a 28 graus celsius, potência de até 3.000W, frequência entre 10 e 20kHz.
8515.80.90	174	Máquinas industriais de soldagem a ultrassom por pontos, prensa ou prensagem de 52mm de diâmetro, 70mm de diâmetro ou 14 x 3,8cm, com ou sem rolete de 50, 75, 100, 150 ou 200mm de soldagem com ou sem mesa e estante, para soldagem de materiais plásticos, falsos tecidos e tecidos sintéticos, PVC, Nylon, Polinylon e TNT, acionamento por pedal, para funcionar em tensão de 110 ou 220V, 50/60Hz, velocidade de soldagem 2 a 3 segundos, potência 500, 1.000, 1.500, 2.000 ou 2.600W, frequência 15, 20 ou 30kHz.
8607.30.00	012	Caixas porta contatos automática de acoplamento mecânico dos engates ferroviários, consistindo de caixa de botoeira, tampas frontal e traseira, em aço liga ou alumínio, blocos de isolamento e vedações, com acionamento automático das tampas no momento do acoplamento e desacoplamento dos engates ferroviários protegendo os contatos de sinais e/ou dados garantindo grau de proteção contra entrada de agua e partículas solidas, variando de IP 54 até IP 56.
8607.99.00	012	Módulos supercapacitores, 65V, 385 Farads, compostos de 24 células de 9.250 Farads, conectadas em série e equipadas com circuitos de balanceamento ativos e passivos (resistivo) em célula individual, alarme de sobretensão de células, sensor interno de temperatura de "Hot Spot" e dissipador de calor, próprios para aplicação em sistema de armazenamento de energia com base na tecnologia de supercapacitores de malha ferroviária.
8709.19.00	010	Veículos utilitários, "off road", equipados com motor a diesel, 4 tempos, potência de até 24,8HP, 3 cilindros, com sistema de arrefecimento líquido, transmissão continuamente variável (CVT) com embreagem fechada, sistema de tração nas 4 rodas (4 x 4), freio a disco hidráulico nas 4 rodas, cabine aberta com 2 ou 4 assentos, caçamba com capacidade de carga de até 500kg.
9014.80.10	034	Unidades de visualização (displays) com sistema de tecnologia para localização de peixes e GPS integrado de alta sensibilidade, para uso em embarcações de pesca, militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 3.5 ou 4 ou 4.3 ou 5.0 ou 6.0 ou 6.2 ou 7.0 ou 9.0 ou 10 ou 12 ou 12.1 polegadas, com resoluções de 480 x 320 ou 272 x 480 ou 800 x 480 ou 1.280 x 800 pixels, com antena interna de GPS, com sonar tradicional com tecnologia "CHIRP", com ou sem compatibilidade "NMEA 2000", controladas por botões, com ou sem tela "touchscreen", com ou sem sensor transdutor de sonar de popa.
9015.80.90	098	Sensores de corda vibrante com alcance de 0,35 a 2,0Mpa para medir pressão em poços e tubos verticais - linearidade 0,5% fs YSI 44005 Termistor em aço inox.
9015.80.90	099	Equipamentos autônomos de medição de condutividade e coleta de dados do solo; com 4 bobinas de medição de condutividade do solo através de sinais eletromagnéticos; pode ser acoplado veículos diversos; dimensões aproximadas de 175 x 56 x 60cm e peso aproximado de 35kg.
9018.20.90	032	Equipamentos irradiadores de luz ultravioleta emitida por LED para polimerização de resina fotocurável com pico de irradiação ou intensidade de luz 1.000 a 1.700mW/cm2, comprimento de onda nas faixas de 440 a 490nm e com refletor de foco centralizado, tensão de entrada de 100 a 240Vca e frequência 50/60Hz, tensão de saída 5Vca, bateria de lítio de até 2.200mAh e potência de até 5W.
9018.20.90	033	Aparelhos com sistema de laser para redução permanente de pelos, fonte de luz por diodo, lente de safira, com comprimento de onda de 808nm; com fluência de 1 a 120Joules/cm², com duração dos pulsos entre 5 e 400 milissegundos e frequência do pulso entre 1 e 10Hz.
9018.50.90	193	Equipamentos oftalmológicos destinados a visualização do segmento anterior e posterior do olho humano, fonte de iluminação LED, fenda com ajuste contínuo de largura entre 0 a 14mm, luz de fixação externa LED, opção de 3 ou 5 aumentos com ampliação de 10x, 16x, 25x; 6.3x, 10x, 16x, 25x e 40x ou 6x, 10x, 16x, 25x e 40x.
9018.50.90	194	Equipamentos oftalmológicos destinados a visualização do segmento anterior e posterior do olho humano, sistema de iluminação direta, fonte de luz LED, controle de iluminação em 9 etapas, campo de iluminação 60 ou 55mm, opção de binocular ajustável ou fixa, filtros de absorção de calor, correção do azul, amarelo e proteção retiniana, opcional sistema de vídeo de alta definição (Full HD) com resolução de 1.920 x 1.080.
9018.50.90	195	Equipamentos oftalmológicos de diagnóstico destinados a realização do exame de refração, escala de medição de -19.00 a + 16.75D, medição do cilíndrico de 0.00 a 6.00D e do eixo de 0 a 180 graus e ajuste da distância interpupilar de 48 até 80mm.
9018.50.90	196	Equipamentos de diagnóstico oftalmológico destinados a realização de exames de refração, topografia, aberrometria, retroiluminação, com os opcionais: paquimetria, olho seco e retinografia, intervalo de medição da paquimetria entre 150 a 1.30 micron, topografia por 24 anéis de Plácido com medida de 6.144 pontos e mais de 100.000 pontos analisados e método "Shack-Hartamann".
9018.50.90	197	Equipamentos de diagnóstico oftalmológicos destinados a realização de exames de refração, ceratometria e diâmetro pupila, retroiluminação para avaliação de opacidade interna, intervalo de medida de + 20 a -20D, tamanho mínimo de pupila 2.5mm, tela "touchscreen" de 7 polegadas (800 x 480), impressora térmica interna com opção de comunicação externa por RS-232 e Wifi.
9018.50.90	198	Equipamentos para medição de lentes automáticos de última geração com sensor "Hartman" de 130 pontos, tela "touch screen" de 800 x 400, impressora térmica 57mm, medição simultânea de ultravioleta e a luz azul, dioptrias (esférico): -25 + 25 D, dioptrias (cilíndrico): -10 + 10D, distância Interpupilar: 42 a 82mm, prisma: 0 a + 20.
9018.50.90	199	Equipamentos oftalmológicos de diagnóstico para córnea, mapas topográficos com região de cobertura de 0.25 a 11mm e TCC compostas de limbo a limbo, disco com 32 anéis e análise em mais de 102.000 pontos, topografia "limbus to limbus", com campo de visão da topografia 17.5mm (H), fluoresceína 20.0mm(H) e imagem anterior 26.0mm(H).
9018.50.90	200	Equipamentos de diagnóstico oftalmológico destinados a visualização do pólo posterior do olho humano, retinografia colorida, não-midriático, tamanho mínimo da pupila de 4mm, distância de trabalho 25mm, intensidade do "flash" em 10 níveis, fixação em 10 pontos internos, campo de visão 45 graus e imagem de 12MP.
9018.50.90	201	Equipamentos de diagnóstico oftalmológico destinado ao exame do segmento anterior e posterior do olho humano, velocidade de varredura 120.000scans/s, resolução Axial 5 micron, profundidade "A-Scan" 3mm (regular) e 6.25mm (full range), tamanho mínimo da pupila acima de 2.0mm e intervalo de dioptria + 15 a -15.
9018.50.90	202	Equipamentos de diagnóstico oftalmológico destinados à medição da pressão intraocular (PIO), escala de medição de 5 a 50mmHg, sistema de iluminação LED infravermelho, impressora térmica embutida, alinhamento manual e distância de trabalho 20mm.
9018.50.90	203	Aparelhos de diagnóstico oftalmológico, destinados a realização de exame da superfície da córnea e olho seco, com iluminação de led branco, vermelho e azul, resolução de imagem em 5 MPX, câmera colorida sensível ao infravermelho (NIR) com filtro amarelo.
9018.50.90	204	Facoemulsificadores com irrigação e aspiração para cirurgias oftalmológicas com módulos fluídicos, ultrassônicos e pneumáticos.
9018.50.90	205	Aparelhos a laser para intervenções microcirúrgicas oftalmológicas, com lâmpada de fenda e refrigeração por convecção de ar, com possibilidade de 1, 2 ou 3 pulsos em cada sequência ou pulso único; comprimento de onda de 1.064 ou 532/1.064 nanometros; energia máxima de saída em pulso único de 10 ou 2,6/15mJ; duração do pulso unitário de 4 nanosegundos(típica) ou 3/4 nanosegundos.
9019.20.20	013	Nebulizadores para a administração de medicamentos em tratamentos respiratórios, à base de vibração ultrassônica em frequência de 2,4mHz e geração de partículas de aerossol com diâmetro menor que 5 mícrons; com 3 níveis de intensidade de névoa e taxa de nebulização entre 0,20 e 0,70ml/min, próprios para uso com máscaras de PVC adulto e infantil, contendo reservatório de medicamentos de 5ml, ligação bivolt automática 100-240V, proteção classe II a choques elétricos e proteção IP 21 a sólidos e líquidos.
9019.20.20	014	Nebulizadores compactos, para administração de medicamentos em tratamentos respiratórios, à base da ação de um compressor de ar e geração de partículas de aerossol com diâmetro menor que 10 mícrons, com taxa de nebulização de 0,20 ml/min e faixa de fluxo de ar de 3 a 5 l/min, próprios para uso com máscaras de PVC adulto e infantil, contendo câmara de nebulização em poliestireno e polipropileno e tubo de ar em polietileno, reservatório de medicamentos de 6ml, ligação bivolt automática 100- 240V a frequências de 50/60 Hz, consumo de 0,4 A e nível de ruído menor ou igual a 55 dB.
9022.14.19	071	Aparelhos de raios-X móvel para aquisição de radiografias, de uso manual, contando com bateria de polímero de lítio embutida, capacidade de até 100 imagens por carga, para atendimento humano ou veterinário, alimentação de 100 a 240V.

9022.14.19	072	Aparelhos de Raios-X fixo para aquisição de radiografias digitais, para uso diagnóstico e soluções multifuncionais, dotados de gerador de raios-x, mesa de pacientes com tampo tipo flutuante, "Bucky" de mesa e "Bucky" mural, tubo de Raios-x e colimador, classificação de saída do gerador de 32 a 82kW.
9022.90.80	008	Equipamentos de Difração de Raios X (DRX) com um compartimento superior à prova de radiação, com um goniômetro sem contrapesos, com engrenagens harmônicas permitindo um range angular de -95 a 162,5 graus, fonte de raios-X de tubo selado, ótica avançada de raios-X, detector de raios-X de contagem de fótons híbridos com resolução espacial de 55 micron para detectores 1D com estágios e porta-amostras para diferentes aplicações como DRX em pó, em transmissão, com ângulo rasante, análise PDF, DRX não ambiente, SAXS e análise de tensão residual, possuindo um raio de goniômetro de 360 ou 400mm (permutável) e unidades ópticas evacuadas com comutação automática de até três geometrias de feixe, automação completa de todas as ópticas e rotinas automáticas de alinhamento do equipamento e amostras, com capacidade de medir dados de DRX com resolução de 0,021 graus (FWHM) para um padrão NIST LaB6 em modo de varredura 0D ou 1D, com opções de diferentes estágios ambientes para amostras em geometria de reflexão e transmissão, medição de amostras em capilares, amostras sólidas ou com um trocador de amostras para até 12 amostras, opcional de câmara a vácuo para análise em SAXS com capacidade de qmin = 0,05nm-1, opção de estágios não-ambientes cobrindo uma faixa de temperatura de -190 a 2.300 graus celsius, com opcional de alta pressão até 10bar, ou sob vácuo, ou atmosferas de gás reativas ou úmidas.
9024.10.90	017	Dispositivos para medição de tensão mecânica em objetos metálicos, comercialmente denominados como tensiômetros, com capacidade de medida igual ou superior a 2kN e igual ou inferior a 24kN, com as seguintes dimensões (CXLXA) 250, 89 e 125mm.
9024.10.90	018	Dispositivos para medição de tensão mecânica em objetos metálicos, comercialmente denominados como tensiômetros, com capacidade de medida igual ou superior a 2kN e igual ou inferior a 32kN, com as seguintes dimensões (CXLXA) 300, 89 e 125mm.
9024.10.90	019	Dispositivos para medição de tensão mecânica em objetos metálicos, comercialmente denominados como tensiômetros, com capacidade de medida igual ou superior a 4kN e igual ou inferior a 60kN, com as seguintes dimensões (CXLXA) 375, 100 e 125mm.
9024.10.90	020	Dispositivos para medição de tensão mecânica em objetos metálicos, comercialmente denominados como tensiômetros, com capacidade de medida igual ou superior a 4kN e igual ou inferior a 80kN, com as seguintes dimensões (CXLXA) 460, 100 e 125mm.
9024.10.90	021	Equipamentos automáticos para ensaio através de teste hidrostático em tubos de aço sem costura, na faixa de diâmetros entre (2polegadas) 60,3mm e (7 polegadas)177,8mm, com ponta lisa ou recalcada, não-rosqueado, através do enchimento do tubo com emulsão (água + óleo solúvel), com a vedação completa do mesmo, aplicando uma pressão interna de 4,8 até 150mpa, mantendo a pressão durante um tempo de 5 a 20s, com comandos através de processador lógico programável dotados de um sistema de transporte de entrada para alimentação e posicionamento de tubo no equipamento; um sistema de circuito fechado de agua para lavagem (flushing) interna e enchimento do tubo para o teste, uma unidade de teste hidrostático; uma cabine de operação e monitoramento com púlpito de comando; cobertura metálica de proteção para a região de execução do teste hidrostático com pórtico interno para manutenção do equipamento; um sistema de basculamento de tubos para drenagem da emulsão após o teste; painéis de comando elétrico com controlador logico programável (CLP) e unidade hidráulica para alimentação do equipamento.
9024.80.29	012	Máquinas para realizar medidas de fluidez em amostras de misturas de borracha não vulcanizada, dotadas de prensa de corte de amostras de volume constante, com diâmetro da matriz de 40mm, tempo de pré-moldagem de 38,4 segundos e temperatura de aquecimento parametrizável de 20 a 120 graus celsius; circuito elétrico de aquecimento de água com temperatura de 90 graus celsius; posto de medida de fluidez com conjunto marcador matriz, conjunto bomba-acumulador, sensor de deslocamento e conjunto de 12 taras, com tempo de transferência de 10 segundos, tempo de relaxamento de 28,2 segundos e tempo de medida de 11 segundos; painel elétrico e de comando, sistema de automatismo com modo manual ou automático e interface homem-máquina com informação dos parâmetros e seleção da tara.
9027.10.00	250	Analisadores para medição em amostras gasosas, próprios para serem aplicados diretamente no processo, utilizando a tecnologia laser (TDLAS - Tunable Diode Laser Absorption Spectroscopy), verificação de medição através de célula de referência, ajuste de leitura através de recurso "line lock", faixa de medição de 5 a 2.500ppmv, precisão de 2% na leitura ou + /- 4ppmv.
9027.10.00	251	Analisadores portáteis de gás, para medição e controle dos gases oriundos de biogás, biogás de esgoto, gases de aterro ou outros gases que contenham: CH4, CO2, O2. H2S, podendo conter sensores para medição dos gases de escape: CO, NO, NO2 (opcional), faixas de medição entre 0 e 100% do volume para CH4, entre o e 100% do volume para CO2, entre 0 e 25% do volume para O2, entre 0 e 2.000ppm para H2S; pressão nos pontos de medição de 250 até 250mbar, podendo conter capacidade de medição de vazão por pressão diferencial usando tubo de "pitot" e sonda de detecção de vazamentos de hidrocarbonetos combustíveis (opcional); acompanha bateria de ion-lítio.
9027.10.00	252	Analisadores fixos de gás, para medição e controle dos gases oriundos de biogás, biogás de esgoto, gases de aterro ou outros gases que contenham: CH4, CO2, O2. H2S, podendo conter sistema de diluição de H2S para concentrações de até 50.000ppm (opcional); faixas de medição entre 0 e 100% do volume para CH4;, entre o e 100% do volume para CO2; entre 0 e 25% do volume para O2; entre 0 e 2.000ppm para h2s (padrão); dotadas de: entradas e saídas analógicas e digitais, comunicação padrão "modbus rtu"; conexão "ethernet" e opcionais profinet, "modbus" e outros; painel de controle com "display" gráfico; menu de navegação multilinguistica; conexões para múltiplos pontos de medição (opcional); sistema de monitoramento interno; interface de máquina; com sensores de temperatura, controle de fluxo e bomba de gás interna, resfriador de gás tipo "peltier", com bomba de extração de condensados.
9027.50.20	145	Sistemas automatizado para extração e purificação de ácidos nucleicos (DNA e RNA), amplificação e detecção de DNA e RNA por PCR em tempo real por fluorescência e interpretação de resultados, com capacidade de processamento de 1 a 12 amostras em 12 faixas paralelas, compostos por: 12 módulos de extração com 3 volumes de eluição; 12 unidades de RT-PCR com até 6 canais fluorescentes por unidade e volume de PCR em tempo real de 20 a 50ul; pipeta com boca único, e faixa de pipetagem de 5 a 300ul; "software" dedicado com acesso através de tela sensível ao toque com conectividade LIS bidirecional.
9027.89.99	389	Analisadores elementares para carbono e/ou enxofre por combustão em forno cerâmico horizontal com capacidade de controlar a temperatura até 1.550 graus celsius, com até 4 detectores de infravermelho, até 2 detectores infravermelho otimizados para carbono, e até dois detectores de infravermelho otimizados para enxofre, com ou sem balança, carregador automático de acesso aleatório para utilização de em cadinho cerâmico, módulo de TIC, computador dedicado ou com sistema de tela "touchscreen".
9027.89.99	390	Analisadores automatizados de morfologia celular digital para imagens de células sanguíneas nos esfregaços de sangue periféricos, destinados à apresentação, classificação e contagem diferencial de todas as células brancas (WBC) e à caracterização da morfologia das células sanguíneas vermelhas (RBC) e estimativa plaquetária, com velocidade de 60lâminas/h, com gotejamento automático de óleo de imersão, "software" "labXpert" e capacidade de armazenamento de 80.000 amostras.
9030.33.90	025	Máquinas para realizar exames de resistência e isolação em injetores eletrônicos de combustível diesel do tipo "common rail" para motores de combustão, com nível de automação aproximado de 90%; com temperatura dos testes entre 10 e 60 graus celsius; com corrente máxima de medição de 10mA DC para o teste de resistência da bobina; com alcance de medição da resistência de isolação entre 100 kOhm até 100 MOhm; realizar também a inscrição a lasers relacionados aos dados de rastreabilidade do processo e do produto através de uma rede de comunicação interna de dados; com aparelhos para a medição de resistência com interface de rede interna de comunicação; com aparelhos para realização de testes de curto-circuito com interface de rede interna de comunicação; com cabeçotes de gravação a laser com interface de rede interna de comunicação; com câmera de leitura para inscrições de "Data Matrix Code" (uma identificação da peça) com interface de rede interna de comunicação; com painel de comando projetado especificamente para a linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente, projetada especificadamente para injetores de combustível diesel do tipo "common rail".
9030.39.90	070	Instrumentos eletrônicos digitais de medição de grandezas elétricas do motor, para diagnósticos de defeitos mecânicos e elétricos em máquinas rotativas com inteligência artificial integrada, dotados de características técnicas de medição de espectro, de tensão e corrente, medição de espectro de densidade de potência através de sinais de tensão e corrente das fases R, S e T na alimentação do motor, ajustado para motores e geradores trifásicos de baixa, média e alta tensão, em um range de frequência de 20 a 120Hz, range de medição de 2,5 a 600A, com resolução de 0,5%.
9030.39.90	071	Equipamentos de monitoramento "on-line" para supervisão de falhas de isolamento em sistemas de geração de energia fotovoltaicas que utilizam sistemas de aterramento flutuante, monitora continuamente a resistência através da injeção de corrente elétrica no circuito e analisa a resistência entre as fases do circuito e o aterramento; provido de dispositivo registrador, dotado de dois alarmes configuráveis e um sistema de adaptação automática de acordo com a capacitância do sistema; com faixa de medição de 0 a 1.500VDC; tolerância de medição de até 6% da tensão nominal; tensão de alimentação de 18 a 30VDC; consumo máximo de potência de até 7W; temperatura de operação de -40 até + 70 graus celsius; resistência interna de 70kω; impedância interna na frequência de 50 de 70kω; permite a medição em sistemas com capacitância de até 2.000µf; com tempo de resposta de 30 a 600 segundos; com alarmes configuráveis de 200ω até 1mω; com sinalização luminosa em "led" para indicação de alarmes e estados de operação; possui comunicação do tipo rs-485; com 3 contatos secos para alarmes e erros no equipamento; possui duas entradas digitais com dois níveis, sendo o nível alto de 10 a 30V e o nível baixo de 0 a 0,5V; conexão com o sistema a ser medido através de conectores do tipo "push-in" para cabos até 2,5mm²; concebido para aplicações com até 4.000m de altitude; nível de proteção dos componentes ip30; nível de proteção dos terminais ip30; denominado comercialmente de "supervisor de isolamento para sistemas fotovoltaicos de até 2.000µf"; em conformidade com os padrões internacionais iec 60664-1 e iec 60664-3 e com as classificações climáticas e mecânicas da norma internacional iec 60721.
9031.10.00	153	Máquinas automáticas para calibração de conjuntos de núcleos turbocompressores de diversos tipos, com precisão para o fluxo de ar de aproximadamente 1kg/h, para medição de volume de ar máximo de 380m3/h e massa máxima de ar de 900kg/h e pressão máxima de admissão da turbina de 250kPa, com sistema com pressão de 8bar.
9031.20.90	254	Bancos de testes "ADAS" dotados de painéis de comando elétrico controlados por computador industrial; com plataforma para centralização dos veículos e dispositivos (Target); Target com dimensões diferentes e utilizado para calibração de câmeras e radares com tecnologia "ADAS" (Sistema de Assistência ao condutor) instalados em veículos e em tempo de ciclo de cerca de 3 minutos (Controle de qualidade).
9031.20.90	255	Bancadas para teste funcional automático de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com monitoramento e controle de volume, pressão, temperatura, tensão e corrente dos injetores; com nível de automação de 100%; compostas por comando lógico programável (CLP), conexão automática com servidor para registro e armazenamento de dados de cada peça medida, 4 cabeçotes de medição que atuam de forma independente, capazes de simular as condições de funcionamento do injetor em aplicações de motores diesel à combustão interna, com tempos de injeção pré-definidos, submetidos à pressão de até 1.800bar.
9031.49.90	591	Dispositivos para inspeção por imagem de superfícies em processos industriais, dotados de equipamentos de aquisição de imagem, compostos por: 2 fontes de luz LED de alta intensidade de campo crepuscular, 2 câmeras com resolução 8K, ângulo de inspeção de 29 graus (+ -1 grau) e lentes de 60mm, 1 câmera de borda/orifício com resolução 8K, ângulo de inspeção de 0 grau (+ -1 grau) e lente de 60mm, fonte de alimentação com cabos especiais de 10m, tacômetro de pulso programável de alta resolução com fonte de alimentação associada; equipamento para processamento de dados.
9031.49.90	592	Dispositivos para medição de espessura de chapas de aço utilizadas em processos industriais, operados por meio de espectro eletromagnético (Raio-X); dotados de: computador de aferição instalado no gabinete de equipamentos eletrônicos, estação para operador (EPOS), 2 unidades C-frame com acionamento elétrico para medição (frame duplo), 2 cabeçote de medição, 2 unidades de resfriamento de circuito fechado (água-ar), caixa de serviço para comutação manual entre as unidades de resfriamento, 2 painéis para operação do medidor local, dois conjunto de lâmpadas de alerta de radiação.
9031.49.90	593	Dispositivos para medição de peso de revestimentos de materiais (zinco/magnelis) em linha de processos industriais de galvanização por imersão a quente, operados por meio de espectro eletromagnético (Raio-X); dotados de: computador de aferição instalado no gabinete de equipamentos eletrônicos, estação para operador (EPOS), 2 "scanners" de feixe único, 2 cabeçotes de medição XRF (feixe de raio-X), 2 unidades de resfriamento de circuito fechado (água-ar), caixa de serviço para comutação manual entre as unidades de resfriamento, 2 painéis para operação do medidor local, 2 conjuntos de lâmpadas de alerta de radiação, barômetro, cabos, 2 caixas de junção e mangueiras.
9031.49.90	594	Dispositivos para medição de espessura de chapas de aço utilizadas em processos industriais, operados por meio de espectro eletromagnético (Raio-X); dotados de: computador de aferição instalado no gabinete de equipamentos eletrônicos, estação para operador (EPOS), C-frame com acionamento elétrico para medição (frame único) , cabeçote de medição, 2 unidades de resfriamento de circuito fechado (água-ar), caixa de serviço para comutação manual entre as unidades de resfriamento, painel para operação do medidor local, conjunto de lâmpadas de alerta de radiação.
9031.49.90	595	Equipamentos ópticos para controle automático de impressão 100% em tempo real, para inspeção e detecção de defeitos nos substratos impressos, com sistema fotográfico com duas câmeras de 8.000 Pixels, 80MHz, iluminação de led com difusor de transmissão especular, uma câmera de alta performance com resolução de 1.280 x 960, zoom ótico digital de 18 vezes, iluminação estroboscópica de alta intensidade em xênon de longa duração, controlados por uma unidade de processamento de sinais com 3 monitores de 24 polegadas, sendo 2 deles "touch screen", teclado integrado "encoder" rotativo, sinaleiro luminoso de alarme visual e acústico e "interface" do operador por toque de tela via monitor, com motor para posicionamento automático da câmera e sensor de proximidade para sincronismo dos equipamento.
9031.49.90	596	Máquinas para avaliação de existência de componentes e verificação de possíveis montagens incorretas de componentes de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", através de um sistema de inteligência artificial que utiliza imagens, com nível de automação de 100%; com sistema de visão projetado especificamente para linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente; faz a leitura de capas de 2 a 6mm com largura de 25 a 26mm; faz a leitura de flanges de espessura 12 a 26mm e comprimento de 64 a 73mm; faz a leitura de porca de bico de distância 17,95 a 19,55mm; faz a leitura de anel de vedação de cobre de 0,20 a 0,60mm; projetadas especificamente para os injetores de combustível diesel do tipo "common rail".
9031.80.99	242	Aparelhos próprios para teste de sensibilidade de impacto em materiais explosivos sólidos ou líquidos, com conjunto de peso de queda padrão de 0,25; 0,5; 1; 2; 5 e 10kg, regulagem de energia de impacto compreendida entre 0,25 e 100 Joules e altura máxima de queda para teste de 1m.
9031.80.99	243	Máquinas para exame de vedação de baixa pressão para injetores de combustível diesel do tipo "Common Rail", com nível de automação aproximado de 90%; com sistema de vedação interna com ar com pressão limite para testes de 3 + /-0,15bar; com tempo de alimentação, estabilidade e medição durantes os testes do injetor de 3 segundos para cada etapa; com bancada para teste de vazamento de pressão.
9031.80.99	244	Máquinas para remedir o curso da agulha do bico de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com magazines de grupos seletivos automatizados (pile); com sistemas de medição de compressão de molas; com alimentador vibratório de molas; com cabeçotes de medição com precisão de 0,1 mícron para medir a profundidade do corpo do injetor; com curso da agulha do bico de 0,200 + /-0,010mm; com força aplicada pelo rastreador de medição no pistão da válvula de 15N + /-5N; com força aplicada pelo instrumento de medição na superfície de assentamento do bico de 400N + /-50N.
9031.80.99	245	Conjuntos de dispositivos de medição por padrão, aferição e calibração em alumínio, aço inox e fibra de carbono, com ou sem rodas de poliestireno, de uso manual, com diversas operações, para utilização na linha de produção, como controle de precisão e qualidade na montagem de partes de veículos; capô, para-lamas, lanternas traseiras, partes das portas e teto, com aferição 99% nas coordenadas, com as dimensões média de até 1.026 x 1.795 x 519,9mm, aplicados a veículos automotivos.
9031.80.99	246	Máquinas automáticas para teste de micro vazamento e resistência mecânica a alta pressão em latas (ou embalagens metálicas) de aerossóis vazias no diâmetro igual ou superior a 57mm, rotativa com 36 estações de teste, pressão máxima ajustável igual ou superior a 10bar, com "display" gráfico colorido, incluindo sistema de rejeição integrado e transportador(es) de entrada e saída, com capacidade máxima igual ou superior a 400 latas/min.
9031.80.99	247	Cabines de simulação de tempestade para teste de estanqueidade de veículos dotados de painéis de comando elétrico controlados por computador industrial; com cabine de aspersão de água com vazão de aproximadamente 90m³/h contendo reservatório de 32m³ de água e filtros para limpeza com sistema hidráulico para bombeamento de água; e cabine de secagem de veículos até 3,5gramas/m² de superfície.
9031.80.99	248	Máquinas para avaliar os modos de falhas dos injetores de combustível diesel do tipo "common rail" reprovados no exame funcional, verificando o volume de injeção em função do tempo e da pressão, com nível de automação aproximado de 20%; com estação e painel de comando projetado especificamente para a linha de acabamento de injetores diesel e interligado entre todas as estações da linha de exames dos injetores diesel, através de uma rede de comunicação independente, projetada especificamente para os injetores de combustível diesel do tipo "common rail"; com sistema projetado para a avaliação dos tipos de reprovação dos injetores.
9031.80.99	249	Máquinas para medição de vedação de injetores de combustível diesel do tipo "common rail", com nível de automação aproximado de 90%; com capacidade de detectar a presença de vazamento interno na região de baixa pressão do injetor, entre o grupo magnético montado e a região de acoplamento do bico pulverizador de diesel do injetor; posicionar o injetor de forma automática conforme geometria e configuração do produto; acoplamento automático dos engates de conexão no furo de retorno e região de vedação do injetor; aplicação de pressão pneumática de 3 + /-0,5bar com controle automático do tempo de enchimento, tempo de estabilização e tempo de inspeção; controle do diferencial de pressão pneumática durante tempo de inspeção e calculo automático do valor encontrado em relação ao padrão de referência; com capacidade de executar operação em 6 peças de forma simultânea com tempo de ciclo máximo de 12s/peça; conexão automática com servidor para registro e armazenamento de dados de cada peça medida.

9031.80.99	250	Equipamentos de medição de estanqueidade do sistema de arrefecimento de veículo automóvel, com capacidade de validação de até 60veículos/h, com tempo de ciclo/máquina de 38seg e pressão de 1.35 até 1.75bar, delta de vazamento de 1 a 5mbar, compostos por adaptador para conexão no reservatório de arrefecimento veicular, motor elétrico de potência de 1.1kW, com inversor de frequência, sistema de radar para monitoramento do movimento de retorno do equipamento através de laser, com capacidade de programação de duas zonas de atuação e alcance de até 3m e ângulo de varredura de 270 graus, PLC, IHM, impressora, cabos e válvulas pneumáticas.
9031.80.99	251	Máquinas para analisar falhas de injetores eletrônicos "common rail" de combustível diesel e verificar retrabalho através de sensor de leitura de "chips" de memória; com nível de automação de 90%; com painel de comando CPS21; com sistema de rede de comunicação interna; com servidor de dados; com temperatura de armazenamento do painel de comando de -20 a 60 graus celsius; com resistência a vibração do painel de comando de 10 a 150Hz; com tensão do painel de comando de 24VDC; com corrente elétrica do painel de comando máxima de 5A.
9031.90.90	039	Estruturas bilaterais de suporte e referência para equipamento automático de calibração de sensores de presença laterais utilizados em veículos caminhões, baseadas em placas metálicas com dimensões de 500 x 500mm, espessura inferior a 100 micrometros, planicidade inferior a 0,4mm, atenuação de ruído das bordas e do suporte das placas superior a 40dB e com ângulo azimute no eixo Z (Rz) e ângulo de elevação no eixo Y (Ry) das placas metálicas de 90 graus (precisão de + -0,15 grau), e através da comunicação entre os programas ("softwares") do veículo caminhão e dos sensores de presença laterais com a rede do usuário, compostas de: 2 eixos para montagem de até 3 Robôs Colaborativos (Cobots) universais para movimentação precisa das placas metálicas durante a calibração, com carros equipados com servomotores de deslocamento lateral comandados via painel do servo drive; 4 pilares de sustentação fabricados em aço; 2 vigas treliçadas com comprimento máximo de até 10m cada uma; conjunto de cabos específicos e esteiras porta-cabos; painel elétrico central equipado com sistema de controle e automação e painel IHM (interface homem-máquina); sensores de calibração para zeramento do sistema de coordenadas com a utilização de carrinho de referência de calibração existente no usuário; trocadores rápidos de placas metálicas nos Robôs Colaborativos (Cobots) Universais.

ANEXO IV

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8408.90.90	109	Motores de combustão interna a pistão e ciclo diesel, de 4 tempos, refrigeração líquida (água), de ignição por compressão, injeção direta, com 4 cilindros verticais de aspiração natural, com diâmetro e curso do embolo de 95 x 105mm, cilindrada de 2.900 a 3.000cm3, potência do motor de 26 a 32kW na rotação de 1.800rpm e volante com carcaça sae 4/7,5 polegadas, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 8.485,99.
8414.10.00	085	Bombas de vácuo de palhetas rotativas, lubrificadas a óleo, com ou sem motor, velocidade de bombeamento (60Hz) compreendida entre 25 a 39m3/h, vácuo máximo sem lastro de gás igual 7,4 x 10-4 ou 7,5 x 10-4torr, capacidade de vapor de água compreendida entre 300 a 700g/h, potência nominal do motor (60Hz) compreendida entre 0,75 a 0,90kW, nível de ruído igual a 57db(A), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 6.976,20.
8422.40.90	103	Máquinas, para embalagem a vácuo de produtos alimentícios (carne fresca, embutidos, queijos inteiros ou em fatias, cortes de aves e de suínos, peixes, frutas, vegetais etc.), em embalagens termo encolhível, dotadas de controlador lógico programável (CLP), esteira para saída de produtos com velocidade de 30m/min, 2 barras de selagem bi ativa de 1.300mm (selagem em cima e em baixo) com distância entre as barras de 800mm e altura da câmara 160mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 457.086,30.
8422.40.90	104	Máquinas para embalagem a vácuo de produtos alimentícios (carne fresca, embutidos, queijos inteiros ou em fatias, cortes de aves e de suínos, peixes, frutas, vegetais etc.), em embalagens termo encolhível, dotadas de controlador lógico programável (CLP), esteira para saída de produtos com velocidade de 90m/min, 2 barras de selagem de 1.000mm cada, com solda superior por meio de 2 resistências de 2,5mm cada e inferior por meio de uma resistência de 10mm, com distância entre as barras de 1.000mm e altura da câmara 220mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 491.652,63.
8441.30.90	103	Combinações de máquinas para conversão de chapas de papelão ondulado em caixas corte e vinco, tipo RDC (Rotary Die Cutter) para a fabricação em passagem única das caixas de papelão ondulado em alta gráfica, tanto em parede simples como em dupla, impressas, cortadas e vincadas em "corte-e-vinco rotativo" para folhas de papelão ondulado com tamanho mínimo de 450 x 580mm e máximo de 1.535 x 2.800mm, velocidade máxima de 10.500caixas/h, espessura de papelão ondulado de 1,5 a 14mm, compostas de: alimentador "Lead Edge Feeder" assistido a vácuo equipado com sistema de filtragem de ar, com regulagem automática de vácuo dependendo da área da chapa, com "skip-feed", cilindros de arrastre (Inferior de aço, com tratamento de adesão especial e o superior revestido em borracha, de troca rápida), folha máxima com "skip-feed" 1.900 x 2.800mm, sistema de sucção de pó e fibra na parte traseira do alimentador; 4 unidades móveis de impressão flexográficas, com tensionamento dos clichés com sistema de travamento rápido, transferência a vácuo, com sistema de filtragem de pó, com regulação automática do fluxo e zonas de vácuo pendentes da largura da chapa, Impressão inferior, rolo "anilox" cerâmico com câmara raspadora simples angulo reverso, baseado no conceito de câmara fechada com duplo sistema de pulverização de água, um na câmara e outro ao longo do rolo "anilox", Sistema de 2 bombas de tinta tipo membrana para circulação de tinta com regulagem de pressão e fluxo, controle automático da bomba de retorno, com detectores de nível no tanque interno, controle automático de registro radial e registro axial, elevação/descida do rolo "anilox" por meio de um servomotor quando a máquina para, "anilox" servo motorizado para operação e parada da linha, controle motorizado da pressão entre o rolo "anilox" e o rolo porta-clichês e sua visualização na tela, controle automático de pressão entre o rolo porta-cliché e a unidade de transferência a vácuo, cilindro porta-clichês motorizado e registro total de 360 graus com 2 zonas de fixação para acoplamento do sistema de travamento rápido, Sistema automático de detecção de atolamento, Correção lateral do porta clichê + /-8mm, variação da espessura do cliché de impressão, troca rápida do rolo "anilox" controle de registro de impressão para impressão pontual de caixas de medidas maiores que o desenvolvimento da linha, preparadas para a integração de secadores e controles de tinta; módulo de transferência a vácuo, com sistema de filtragem de pó, com regulação automática do fluxo das zonas de vácuo pendentes da largura da chapa, movimento longitudinal motorizado; unidade de corte-e-vinco rotativa robusto composto por um cilindro porta-matriz superior e outro cilindro inferior, ambos com motorização independente e sincronizados com a velocidade da linha, sistema de compensação de velocidade de contrapartida, Sistema de insertos roscados "Interbis" no porta-matriz, controle automático de registro radial e registro axial, controle automático da espessura do papelão, eixos com motorização independente para um registro perfeito do corte, largura de corte máximo 2.800mm, curso lateral do corte 50mm, "cyclone": sistema de aspiração de pó resultante do corte e vinco, sistema de fixação rápida da matriz, controle de registro de corte e vinco para corte pontual de caixas com medidas superiores ao desenvolvimento da linha, trava-rápida da contrapartida, sistema de retifica automatizada, velocidade variável da contrapartida; motores síncronos e assíncronos com "encoder" absoluto próprio, interface homem máquina e CLP controlador lógico programável, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 6.401.716,49.
8445.19.22	003	Máquinas alimentadoras de caroço de algodão de 96 polegadas de largura com capacidade de até 15toneladas de algodão em caroço por hora de processamento, com 2 rolos de alimentação de velocidade variável acionados por um motorredutor de 1HP, 4 cilindros de pinos sobre a grade de tela para abrir o algodão, 2 cilindros de serrilha, extrator para limpar, segundo rolo recuperador com seções de grade tubular que remove cascas e lixo fino, cilindro de escovas, sistema de tração independente, rosca de impurezas e imã para a bica alimentadora, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 292.613,47.
8457.10.00	250	Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000rpm e torque máximo de 40Nm, tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção de conter 4° eixo sobre sua mesa, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 568.469,00.
8457.10.00	251	Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000rpm e torque máximo de 92Nm, tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca de até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção conter 4° eixo sobre sua mesa, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 568.469,00.
8457.10.00	252	Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 16.000rpm, tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção conter 4° eixo sobre sua mesa, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 568.469,00.
8462.61.00	049	Prensas verticais hidráulicas, de 4 colunas e 2 estações, para calibração através de forjamento/extrusão à frio, utilizadas na produção de peças automotivas forjadas, com capacidade igual 500t, curso de 500mm, abertura máxima igual a 1.250mm, distância central entre estações igual a 340mm, passagem entre colunas de aproximadamente 860mm (da esquerda para direita), passagem entre colunas de aproximadamente 250mm(da frente para trás), velocidade de aproximação igual a 200mm/s + /- 10%, velocidades de prensagem iguais a 24mm/s + /- 10% (com 50% de carga) e 12mm/s + /- 10% (com 100% de carga), velocidade de retorno igual a 220mm/s + /- 10%, com sistema de deslizamento por guias para facilitar o carregamento do porta-ferramentas, com ou sem dispositivos de fixação hidráulica para porta-ferramentas, com ou sem braço de manipulação/carregamento, sistema de proteção com cortina de luz, painéis e quadros elétricos, sistema de automação com controlador lógico programável (CLP) com "software" dedicado e painel de interação homem máquina (HMI), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.087.319,50.
8467.81.00	014	Motosserras com motor de combustão interna a gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com potência máxima de 2,8HP, cilindrada de 49,2cc (cm³), 4 pontos de fixação do silencioso do escapamento, sendo 2 na carcaça e 2 no cilindro, filtro de ar de fácil remoção sem o uso de ferramentas, tensor lateral de corrente, alavanca de acionamento do afogador independente do interruptor liga e desliga, bomba de óleo ajustável, tampas do tanque de combustível e do reservatório de óleo de corrente com rosca externa, cabo arqueado emborrachado demarcado em baixo relevo para maior firmeza no manejo, com transmissão do tipo CCT (conjunto coroa e tambor) para passo da corrente de 3/8 polegadas, com ou sem ferramenta de corte, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 245,96.
8467.81.00	015	Motosserras com motor de combustão interna a gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com potência máxima de 3,2HP, cilindrada de 54,5cc (cm³), 4 pontos de fixação do silencioso do escapamento, filtro de ar de fácil remoção sem o uso de ferramentas, tensor lateral de corrente, alavanca de acionamento do afogador independente do interruptor liga e desliga, bomba de óleo ajustável, tampas do tanque de combustível e do reservatório de óleo de corrente com rosca externa, cabo arqueado emborrachado demarcado em baixo relevo para maior firmeza no manejo, com transmissão do tipo CCT (conjunto coroa e tambor) para passo da corrente de 3/8 polegadas, com ou sem ferramenta de corte, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 202,37.
8474.20.10	038	Moinhos de bolas para moagem de pegmatito, com capacidade de moer material com granulometria menor que 2.900 mícron e produzir material com granulometria menor que 450 mícron, a partir de polpa com aproximadamente 70% de sólidos, com capacidade nominal de processamento de 150t/h, incluindo classificador (Trommel), motor, reostato (LRS), caixa redutora de velocidade, unidades auxiliares (hidráulica e de lubrificação), instrumentação, painéis de controle, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 5.202.132,64.
8477.10.11	169	Máquinas de injeção para moldar peças termoplásticos com alta precisão, horizontal, monocolor, controladas por computador lógico programável (CLP), diâmetro da rosca de 105mm, volume de injeção de 4.330cm³, peso de injeção (PS) de 3.940g, pressão de injeção de 133Mpa inclusive, velocidade da rosca de 0 a 134rpm, curso de injeção de 500mm, curso da unidade de injeção 675mm, força de fechamento 5.000kN, curso de abertura 850mm, distância entre colunas 840 x 840mm, altura mínima-máxima do molde de 300-850mm, curso de extração 250mm, força de extração 111,3kN, quantidade de extratores 8 + 4 + 1, placa com rasgo T e furação, monitoramento (todos os parâmetros do ciclo de injeção inclusive contrapressão) no painel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, bomba para lubrificação manual na unidade de injeção, lubrificação automática na unidade de fechamento e nas colunas, bloqueio de segurança hidráulico, memorização do molde com 140 memorias (comando KEBA 1075), acionamento com bomba de engrenagem comandada por servo driver com "CLOSED LOOP" total do sistema, equipadas com servo motor, servo driver e servo bomba dimensionados para redução de consumo de energia elétrica, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 489.328,80.
8501.52.90	025	Servomotores síncronos de baixa inércia, com rotor de ímãs permanentes, classe 400V, com rotações nominais de 4.500 a 6.000rpm, potências nominais de 1,65 a 1,86kW, faixa de torque contínuo de 3,39 a 4,18Nm, torque de pico de 7,82 a 11,15Nm, sem freio, grau de proteção até IP66, alimentados em tensão de 480VAC e dotados de "Encoders" Digitais multivoltas, eixo não chaveado e cabo único com conector "SpeedTec" DIN, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.671,50.
8504.23.00	001	Transformadores de dielétrico líquidos (óleo mineral), tipo: elevadores de alta tensão, trifásicos, com potência de 95.000kVA, tensões nominais de 13,85kV/138kV (+ - 8x1,25%), frequência de rede de 60Hz, grupo de ligação: YNd11, refrigeração por convecção natural (ONAN) e ventilação forçada (ONAF), dotados de conexões elétricas e instrumentos de controle e medição, com valor CIF não superior a R$ 4.060.024,43.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 407, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14, 25/15 e 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 198ª Reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica excluído do Anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, o Ex-tarifário listado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução Gecex nº 323, de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

NCM	Nº Ex
8471.50.10	033

ANEXO II

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8471.30.90	002	Unidades de processamento de dados, portáteis, com capacidade de funcionar somente com fonte externa de energia, destinadas especificamente à programação e diagnósticos de módulos de controle eletrônico dos sistemas de câmaras quentes, com peso de 1,2kg, tensão de alimentação de 24VCC e porta de comunicação e energia, padrão "Pushpull".
8471.60.52	008	Teclados numéricos de acesso e liberação de transpaleteiras elétricas, com 12 teclas e com dígitos de 0 a 9, com dimensões de 110mm de comprimento por 70mm de largura.
8471.60.54	001	Mesas digitalizadoras para "design" gráfico, conectada a máquina automática de processamento de dados por "bluetooth" e/ou porta usb, medindo até 430 x 287mm, área ativa de até 311 x 216mm, contendo caneta ergonômica sem fio.
8471.60.59	007	Telas sensíveis ao toque para "design" gráfico com resolução "full hd" (1.920 x 1.080) ou "ultra hd" (3.840 x 2.160), com caneta sem fio.
8471.60.90	005	Painéis interativos (lousas digitais) próprios para redigir, desenhar, editar, mudar o tamanho, mover e salvar informações, capazes de trabalhar com arquivos JPG, PNG, BMP, MP4, MKV, AVI, entre outros, com dimensões variáveis de 50 até 100 polegadas, atingindo resolução máxima de 3.840 x 2.160 contendo funções de revisão, edição e compartilhamento de apresentações, sistema de autenticação de código PIN para usuário remoto, sistema opcional de videoconferência com capacidade de conectar até 20 usurários ao mesmo tempo via internet, capacidade de conexão com projetores, monitores, TV´s, Tablets e "Smartphones" (via QR code) entre outros dispositivos para plateias maiores, sistema de digitalização de apresentações em arquivo PDF (incluindo notas manuscritas), sistema de proteção de arquivos por nome e senha e função de envio de arquivos via e-mail diretamente do quadro para os participantes, e capacidade de instalação de APP.
8471.70.10	010	Unidades de discos magnéticos rígidos, com "interface" SATA de 6 Gb/s, MTBF (Tempo médio entre falhas) igual ou superior a dois milhões de horas, capazes de operarem no mínimo 8.760h/ano, memória cache de no mínimo 256 megabytes, destinados a soluções de vigilância habilitadas para inteligência artificial.
8471.70.10	011	Unidades de discos magnéticos rígidos, com "interface" SATA de 6 Gb/s, MTBF (Tempo médio entre falhas) igual ou superior a um milhão de horas, ciclo de operação 24 x 7 (vinte e quatro horas diárias, operando sete dias por semana), memória cache de no mínimo 64 megabytes, destinados ao armazenamento de dados de áudio e vídeo de até 64 câmeras HD (alta definição).
8471.70.10	012	Unidades de memórias em disco magnético rígido destinados ao armazenamento em unidades nas e/ou "datacenters", com capacidade de armazenamento de no mínimo 1 terabyte, memória cache de no mínimo 64 megabytes, tempo médio entre falhas (mtbf) de no mínimo 1.000.000 de horas, capazes de operar 8.760 horas por ano em regime 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).
8471.80.00	031	Unidades de distribuição de energia do tipo PDU, chaveadas, PIPS/POS, com até 30 saídas com conectores IEC 320 C13 e com até 6 saídas com conectores IEC 320 C19, entrada com conector IEC 230V/de até 63A 2P + PE 6Hr, 230VAC, 32A, comunicação 10/100/1000 Mbps Ethernet (RJ-45), RS-232 serial (RJ-45).
8471.90.90	016	Mecanismos de coleta e expedição de cartões RFID para aplicação em "totens" de controle de acesso veicular e portarias, com leitor RFID UHF, comunicação RS-232 e capacidade de armazenamento de 200 cartões RFID, alimentação 24V, 2,4A.
8504.40.40	030	Unidades de fornecimento ininterrupto de energia para alimentação de instalações de processamentos de dados com capacidade de 1.000kVA/1.000kW; tensão de entrada trifásico em 480V e tensão de saída trifásico em 480V; controle geral micro processado, dupla conversão "on-line"; fator de potência de entrada 0,99; distorção harmônica de corrente de entrada (THDI) menor que 3%; fator de potência de saída 1; "display" de cristal líquido gráfico com tela sensível ao toque ("touchscreen"); eficiência de 99% no modo "ECOVERSION", tecnologia "transformer-free"; retificado e tecnologia de inversores de 4 níveis; possibilidade de paralelismo de até 4 unidades; capacitores de potência dos filtros AC e DC com expectativa de vida útil de 15 anos; compatível com baterias VRLA, íon-lítio, Ni-Cd, "Flywheel", e "Wet Cell", com a possibilidade de teste de potência sem a necessidade de utilizar bancos de carga externo, com certificação CE.
8517.62.59	132	Módulos adaptadores de comunicação, "interface" de rede industrial EtherNet/IP para transmissão e recepção de dados por fio com suporte a taxas de dados de 10 e/ou 100Mbps Half/Full Duplex e limite de 30 conexões TCP, em formato de placas de circuito impresso montadas com conexões próprias para instalação em "Slots" de sistemas de alimentação elétrica, para operação em faixa de temperatura de -10 a + 50 graus celsius, contendo 2 ou mais portas RJ45 de cobre e indicadores luminosos que relatam o "status" dos adaptadores e das comunicações de rede, com consumo de 250mA em tensão de alimentação de 14VDC.
8517.62.77	051	Módulos de comunicação de dados e áudio digital, frequência de operação 915MHz, montagem em placa de circuito impresso em fibra de vidro, para a aplicação em comunicação de sistemas sem fio para uso industrial, comercial ou predial, protocolo de comunicação 232ttl.
8517.69.00	011	Unidades de transferência de dados entre microinversor fotovoltaico e sistema de monitoramento utilizando wi-fi ou rede movel 4G ou superior, tensão de entrada de 100 a 240VCA, capazes de operarem em temperaturas na faixa de -20 a 55 graus celsius.
8517.69.00	012	Unidades de transferência de dados entre microinversor fotovoltaico e sistema de monitoramento utilizando sinal de rádio frequência de 2,4GHz, tensão de entrada de 100 a 240VCA, capazes de operarem em temperaturas na faixa de -20 a 55 graus celsius.
8517.79.00	100	Subconjuntos de capturas de imagem para uso em telefones inteligentes (smartphones), com recursos ópticos e eletrônicos para obtenção, processamento e encaminhamento da imagem codificada, contendo tecnologia infravermelha e projeção de pontos para detecção e reconhecimento facial, além de elementos de conexões.
8517.79.00	101	Subconjuntos montados em suporte plástico e metálico, próprios para terminal portátil de telefonia celular, contendo os seguintes elementos: câmera frontal, câmera infravermelha e projetor com função de reconhecimento facial, alto-falantes, antenas, conectores, microfones, calços, protetores, contatos elétricos, visores da câmera e do flash , botões, sensores, cabos, placas de circuito impresso flexíveis montadas com componentes elétricos que implementem quaisquer funções que não a principal do terminal portátil de telefonia celular.
8528.52.00	017	Monitores tipo "display D-LED" com suporte para banda e sistema duplos, com tela sensível ao toque tipo ponto ou multiponto, com capacidade para operação com até 5 sistemas operacionais e para conexão e transmissão de tela com até 9 dispositivos simultâneos em até 5 sistemas operacionais, com resolução 4K de 3.840 x 2.160 UHD com RGB e tecnologia IPS, com suporte para até 14 "interface" (HDMI "In", DP "In", VGA "In", OPS, Tipo-c, USB "Android", USB público, USB "touch", PC-Áudio "In", HDMI "Out", S/PDIF "Out", Áudio "out", RS232 "In" e porta de rede dupla LAN com função "switch), para videoconferências, apresentações profissionais, educativas, interações, treinamentos e propagandas, de 65 até 86 polegadas, com ângulo de visão de 178 graus vertical ou horizontal, com proteção da superfície em vidro temperado de 3,2mm, revestimento anti-impressão digital, camada de anti-reflexo e proteção aos olhos "eye-protection", com sistema tátil infravermelho com precisão de toque de + /-1mm e capacidade de até 20 toques simultâneos (ponto e multiponto) com caneta ou qualquer objeto opaco, brilho até 400cd/m², contraste de 1.200:1, tempo de resposta menor que 8ms, suporte de cores 1.07B e gama de cores 8bit + FRC, com memória interna de 3GB ou superior e armazenamento interno de 65GB ou superior, controlados por sistema operacional interno com "software" WPS, com "softwares" de reconhecimento, pesquisa e de operação remota e interconexão com 2 ou mais acessos, com conexão OPS para suporte de sistemas operacionais, câmera HD panorâmica integrada de 13 megapixel, microfone integrado de 8 matrizes, dispositivos de áudio estéreo, placa de rede integrada de banda dupla de 2.4G e 5.8G com uso simultâneo de acesso à Internet sem fio e ponto "Wi-Fi", suporte e integração NFC com sistema de espelhamento, suporte "bluetooth" e "QR code", conexões "plug and play", com suporte para comunicação e conexão sem fio com impressora, acompanhados de caneta de ponta única, caneta de ponta dupla, controle remoto, receptor USB, parafusos de instalação e cabos de alimentação, USB e HDMI.
8528.52.00	018	Telas interativas LED com ou sem 4K, com vidro da tela de 3mm de alta resistência e baixa reflexividade de luz externa, de tamanhos de 65 polegadas (1,660 ´ 1,045 ´ 245mm), 75 polegadas (1,880 ´ 1,160 ´ 280mm) ou 86 polegadas (2,140 ´ 1,340 ´ 280mm) , com sistema tátil com sensor infravermelho ou capacitivo (P-cap), com 20 toques simultâneos, com toque na tela com dedo ou qualquer objeto opaco, com sensor da tela blindado contra umidade e poeira, com sistema operacional instalado na própria tela, com "slot" na tela para conexão de PC, com conectividade "hotspot" padrão 802.11ac, com sistema operacional, seja de maneira embarcada à tela ou por meio de módulo adicional integrável à solução (via SSD SATA), com tecnologia para reduzir a reflexão óptica e melhorar a experiência de escrita (Zero Air Gap ou equivalente técnico). Com memória não volátil de no mínimo 32GB e memória RAM de no mínimo 4GB, com CPU Dual-core, com tempo de resposta da tela deve ser inferior 10ms e distância válida para reconhecimento do toque de 2mm.
8541.43.00	861	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício policristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 40W, para sistemas com tensão máxima superior ou igual a 50V, dimensões de 2.052 x 202 x 35mm, (eficiência de 97Wp/m², equivalente a 9,7%).
8541.43.00	862	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico frontal de 445Wp para sistema com tensão máxima de 1.500VCC, dimensões de 2.094 x 1.038 x 30mm (eficiência de 206,2Wp/m², equivalente a 20,62%).
8541.43.00	863	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 580Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 224,5Wp/m2, equivalente a 22,5%).
8541.43.00	864	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 555Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.261 ´ 1.134mm (eficiência de 216,5Wp/m2, equivalente a 21,6%).
8541.43.00	865	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 535Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.266 x 1.134mm (eficiência de 208,2Wp/m2, equivalente a 20,8%).
8541.43.00	866	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 540Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.266 x 1.134mm (eficiência de 210,1Wp/m2, equivalente a 21,0%).
8541.43.00	867	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 440Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 225,3Wp/m2, equivalente a 22,5%).
8541.43.00	868	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 445Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 227,9Wp/m2, equivalente a 22,8%).
8541.43.00	869	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 450Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 230,4Wp/m2, equivalente a 23%).
8541.43.00	870	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 455Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 233Wp/m2, equivalente a 23,3%).
8541.43.00	871	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 580Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 224,5Wp/m2, equivalente a 22,5%).
8541.43.00	872	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 585Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 226,5Wp/m2, equivalente a 22,6%).
8541.43.00	872	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 585Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 226,5Wp/m2, equivalente a 22,6%).
8541.43.00	873	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 590Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 228,4Wp/m2, equivalente a 22,8%).
8541.43.00	874	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 595Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 230,3Wp/m2, equivalente a 23%).
8541.43.00	875	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 600Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 232,3Wp/m2, equivalente a 23,2%).
8541.43.00	876	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 605Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 ´ 1.134mm (eficiência de 234,2Wp/m2, equivalente a 23,4%).
8541.43.00	877	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 585Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 226,5Wp/m2, equivalente a 22,6%).
8541.43.00	878	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 590Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 228,4Wp/m2, equivalente a 22,8%).
8541.43.00	879	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 595Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 230,3Wp/m2, equivalente a 23%).
8541.43.00	880	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 600Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 232,3Wp/m2, equivalente a 23,2%).
8541.43.00	881	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 605Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134mm (eficiência de 234,2Wp/m2, equivalente a 23,4%).
8541.43.00	882	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 530Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.266 x 1.134mm (eficiência de 206,3Wp/m2, equivalente a 20,6%).
8543.70.99	316	Carregadores portáteis para abastecimento elétrico veicular em corrente alternada, com conector Tipo 1, Tipo 2 ou GB/T, potências de 3,7 ou 7,4 ou 22kW, com ajuste manual de corrente, corrente máxima 16 ou 32A, com "display" LCD e indicador LED para indicação dos parâmetros de carga e consumo de energia, detecção automática de aterramento e temporizador (timer) para o processo de carga, tensão de alimentação de até 380VAC.
8543.70.99	317	Aparelhos de comutação e segurança em CC, para integração elétrica entre painéis solares e inversores de corrente, dotados de invólucro não metálico, podendo conter 1 sistema de monitoramento de energia para no máximo 32 entradas, 1 módulo de proteção contra surtos 'DPS', chave seccionadora de até 500A para saída, contendo até 32 porta-fusíveis dotados de fusíveis de até 80A, para tensão até 1.500V, com saída única.
8543.70.99	318	Módulos personalizados capacitador de resfriamento ativo para uma tensão de 131V com 6.7F de capacitância responsável por suprimir e absorver transientes e picos de tensão em aparelhos médicos.
8543.70.99	319	Módulos amplificadores de sinais elétricos para uso industrial, capacidade para 2 sensores, saídas analógicas selecionáveis pelo usuário como corrente ou tensão, indicação de limite de nível de carga, calibração através de resistores de derivação selecionáveis, correção de tara, zero remoto, diagnóstico "online" com indicação de falha, operação de célula de carga única, filtros "passa-baixa" selecionáveis pelo usuário, "interface" ethernet, "interface" Profibus DP; excitação do sensor: 10/20VDC, Entrada do Módulo de Fonte de Alimentação de 85 a 264VCA, 0,65 a 0,25A, 45 a 65Hz, com saída do módulo de fonte de alimentação de 24VCC, 0,75A.
8543.70.99	320	Aparelhos elétricos robotizados com função própria, para mapeamento de ambientes 3D para navegação, locomoção, entregas em ambientes internos, desvio de obstáculos e interação com humanos, com 2 motores de corrente continua (CC) de 50W com sistema de amortecimento para evitar derramamento de substâncias, uma CPU para armazenamento das funções e operação e 3 placas concentradoras de dados, tela de LCD HD de 18,5 polegadas sensível ao toque, alto falantes de 20W, sensores de proximidade com comunicação entre robôs para evitar colisões, conectividade sem fio "WiFi" e "Bluetooth", bateria para até 13h de operação por carga, além de 2 bandejas com capacidade de carga de até 13kg/bandeja.
9032.89.89	069	Módulos eletrônicos controladores automáticos de pontes rolantes transportadoras de cargas de metal líquido igual ou superior a 130t, responsável pela lógica de intertravamento, de bloqueios de segurança e de sincronização de movimentação das elevações (principal, auxiliar e talha) com movimentação da ponte, módulo com processamento dedicado, com "interface" elétrica e eletrônica dos acionamentos da ponte rolante em conjunto a instrumentação, controle remoto de operação da ponte rolante, integração com módulos eletrônicos controladores e módulos controladores de frequência.

ANEXO III

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8471.49.00	035	Servidores de 2U de altura, com capacidade de armazenamento de 24TB em 12 unidades SSD NVMe de 2 TB cada, capacidade de memória RAM de 256GB em 8 unidades de 32GB DDR4 RDIMM, 4 portas ethernet de 100G (4XQSFP28); fonte de energia AC ou DC de 360W e gabinete com dimensões de 2U x 43,18cm x 63,5cm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 63.485,88.
8471.49.00	036	Servidores com 2U de altura, com capacidade de transmissão de 20G, capacidade de armazenamento de 112TB em 14 discos rígidos de 8TB cada e em 8TB em 4 discos NVMe SSD, "dual actuator" HDD de 14 polegadas, 4 interfaces de rede de 10Gbps cada (configurada em LACP), dotado de 2 fontes de alimentação de 320W AC ou DC, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 32.585,04.
8473.30.41	007	Placas-mãe com um soquete para microprocessador, projeto de resistores anti-enxofre, com capacidade para memória "Dual Channel" (canal duplo), com processador gráfico integrado, 6 conectores USB 2.0/1.1, 4 conectores USB 3.2 Gen1 e "form factor" Micro-ATX (24,4 X 21cm), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 301,30.
8473.30.41	008	Placas-mãe com um soquete para microprocessador, projeto de resistores anti-enxofre, com capacidade para memória "Dual Channel" (canal duplo), com processador gráfico integrado, 6 conectores USB 2.0/1.1, 4 conectores USB 3.2 Gen1 e "form factor" Micro-ATX (22,6 X 18,5cm), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 270,66.
8541.43.00	845	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 505W, eficiência de 21%, para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.187 x 1.102 x 35mm (equivalente a 209,54Wp/m2), com classificação IP68, com valor CIF não superior a R$ 608,80.
8541.43.00	846	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 555W, eficiência de 21,2%, para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 x 1.096 x 35mm (equivalente a 212,41Wp/m2) classificação IP68, com valor CIF não superior a R$ 678,31.
8541.43.00	847	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 535W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134 x 35mm (eficiência de 207,36 Wp/m2, equivalente a 20,7%), com valor CIF não superior a R$ 713,80.
8541.43.00	848	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 540W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134 x 35mm (eficiência de 209,30 Wp/m2, equivalente a 20,9%), com valor CIF não superior a R$ 719,82.
8541.43.00	849	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) n de 545W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.278 x 1.134 x 35mm (eficiência de 211,24 Wp/m2, equivalente a 21,1%), com valor CIF não superior a R$ 725,84.
8541.43.00	850	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 590W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.172 x 1.303 x 35mm (eficiência de 208.48 Wp/m2, equivalente a 20,8%), com valor CIF não superior a R$ 792,18.
8541.43.00	851	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 595W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.172 x 1.303 x 35mm (eficiência de 210.25Wp/m2, equivalente a 21,0%), com valor CIF não superior a R$ 799,74.
8541.43.00	852	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 395Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 202,3Wp/m2, equivalente a 20,2%), com valor CIF não superior a R$ 494,82.
8541.43.00	853	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 400Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 204,8Wp/m2, equivalente a 20,5%), com valor CIF não superior a R$ 501,09.
8541.43.00	854	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 405Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 207,4Wp/m2, equivalente a 20,7%), com valor CIF não superior a R$ 507,35.
8541.43.00	855	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 410Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.722 x 1.134mm (eficiência de 210,0Wp/m2, equivalente a 21%), com valor CIF não superior a R$ 513,61.
8541.43.00	856	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 650Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384x1.303mm (eficiência de 209,2Wp/m2, equivalente a 20,9%), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 713,35.
8541.43.00	857	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 655Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 x 1.303mm (eficiência de 210,8Wp/m2, equivalente a 21,1%), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 718,86.
8541.43.00	858	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 660Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 x 1.303mm (eficiência de 212,4Wp/m2, equivalente a 21,2%), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 724,31.
8541.43.00	859	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 435W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 1.762 x 1.134mm (eficiência de 21,8%, equivalente a 217,7Wp/m2), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 648,10.
8541.43.00	860	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 580W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 x 1.1134mm (eficiência de 21,5%, equivalente a 214,5Wp/m2), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 875,98.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 408, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Reduz a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre veículos desmontados ou semidesmontados, sem produção nacional equivalente, na condição de Ex-tarifário.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nos Trigésimo Oitavo e Quadragésimo Quarto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica - ACE nº 14, entre os Governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, anexos aos Decretos nº 6.500, de 2 de julho de 2008, e nº 10.343, de 08 de maio de 2020, respectivamente, na Resolução Gecex nº 314, de 24 de fevereiro de 2022, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica alterada, nos termos da Resolução Gecex nº 314, de 24 de fevereiro de 2022, a alíquota do Imposto de Importação para o produto conforme segmento de produto automotivo, nível de montagem, código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), descrição, alíquota, quota e prazo discriminados no quadro abaixo:

Segmento de produto automotivo	Veículo utilitário esportivo grande, acima de R$ 300.000,00
Nível de Montagem	Semidesmontados (SKD)
NCM	8703.23.10
Nº Ex	001
Descrição	Veículos automóveis de passageiros semidesmontados, com carroceria montada e pintada, 5 portas, capacidade de transporte de até 5 pessoas sentadas incluindo o motorista, motor de ignição por centelha, com capacidade volumétrica de 1.984 centímetros cúbicos, potência de 231 cavalos vapor, com injeção eletrônica direta de combustível, transmissão automática de 8 velocidades, sistema automático de tração integral e permanente nas quatro rodas com distribuição automática de força e potência entre os eixos dianteiro e traseiro, distância entre eixos de 2.680 milímetros, suspensão dianteira do tipo mcpherson,
	com braço da suspensão tipo wishbone e barra tubular antirrolagem, suspensão traseira do tipo multilink, amortecedores dianteiros e traseiros hidráulicos de tubo duplo, e relação potência/peso maior do que 95.
Alíquota (%)	18
Quota	4.500 unidades, limitada a 4.000 unidades por ano.
Início da Vigência	01/11/2022
Término da Vigência	31/10/2024

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Presidente do Comitê-Executivo

Substituto

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

4ª CÂMARA

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta Suplementar de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

Observações:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 6 de outubro de 2022, às 14:00 horas

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA

127 - Processo nº: 10380.012903/2009-14 - Recorrente: PRONTO SOCORRO INFANTIL LUIZ FRANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES

Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF

Substituto

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta Suplementar de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 6 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

51 - Processo nº: 15374.720357/2010-17 - Embargante: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES

Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

Presidente da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU/ME Nº 67, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos para cobrança em razão de sua utilização.

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 20 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007, no art. 1º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e na Lei 14.011, de 10 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º A avaliação de imóveis da União, ou de seu interesse, assim como a definição de parâmetros técnicos avaliatórios para cobrança em função da utilização desses bens obedecerão aos procedimentos técnicos e administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa - IN, em consonância com a referência normativa sobre o tema e a legislação vigente.

§ 1º Esta Instrução Normativa aplica-se a todos os órgãos e entidades que tenham sob sua gestão imóveis da União, inclusive entidades conveniadas ou contratadas - chamadas de Unidades Gestoras para fins desta norma.

§ 2º Consideram-se imóveis de interesse da União aqueles de propriedade de terceiros, que mediante contrapartida onerosa sob qualquer título, a União pretenda utilizar.

§ 3º As avaliações de imóveis da União deverão estar em consonância com as seguintes referências normativas:

I - Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas da ABNT, em especial as NBR nº 12.721/2006 e NBR nºs 14.653-1/2019, 14.653-2/2011, 14.653-3/2019 e 14.653-4/2002;

II - Legislação municipal ou estadual referente ao assunto;

III - Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia- CONFEA nº 218, de 26 de junho de 1973 e nº 345, de 27 de julho de 1990;

IV - Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU n° 21, de 5 de abril de 2012; e

V - Procedimentos específicos ao tema estabelecidos pelos normativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

§ 4º Para todos os efeitos, as referências normativas de que trata o §3º estender-se-ão às atualizações ou alterações das normas e procedimentos mencionados, sempre que não contrariarem a legislação patrimonial vigente.

§ 5º As avaliações dos bens imóveis de uso especial da Administração Pública Federal para fins contábeis deverão observar ao disposto na Portaria Conjunta STN-SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

§ 6º Os procedimentos operacionais relativos à avaliação de imóveis junto aos sistemas corporativos da SPU deverão ser observados em suas instruções respectivas.

Art. 2º A avaliação de bens, no âmbito da União, será realizada por profissional ou servidor habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

Parágrafo único. No âmbito da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, as avaliações de bens serão definidas por seu valor de mercado, valor da terra nua, valor venal, valor de referência ou, ainda, valor de liquidação forçada.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Das Definições

Art. 3º Para fins do disposto nesta IN, considera-se:

I - área urbana: aquela definida como zona urbana e de expansão urbana ou urbanizáveis pela legislação municipal;

II - área rural: aquela não definida como área urbana pela legislação municipal;

III - avaliação de bem imóvel: atividade desenvolvida por profissional ou servidor habilitado para identificar o valor de bem imóvel, os seus custos, frutos e direitos, e determinar os indicadores de viabilidade de sua utilização econômica para determinada finalidade, por meio do seu valor de mercado, do valor da terra nua, do valor venal ou do valor de referência, consideradas as suas características físicas e econômicas, a partir de exames, vistorias e pesquisas;

IV - avaliador habilitado: profissional habilitado com registro regular no CREA ou no CAU e com formação acadêmica compatível com os trabalhos técnicos realizados, conforme Lei nº 9.636, de 1998;

V - avaliação intervalar: é aquela que tem como objetivo estabelecer, quando solicitado, um intervalo de valores admissíveis em torno da estimativa de tendência central ou do valor arbitrado;

VI - avaliação em massa: é aquela realizada a partir de um lote padrão para uma região homogênea e geralmente utilizada na elaboração de Planta de Valores;

VII - arrendamento: de acordo com os arts. 64, § 1º, e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, o arrendamento seria a locação, mediante condições especiais, quando objetivada a exploração de frutos ou prestação de serviços, podendo ser adotado como regime de cessão de imóvel, conforme art. 21 da Lei nº 9.636, de 1998, na qual se admite a execução de empreendimento com objetivo lucrativo, sem a limitação do Decreto-Lei 9.760, de 1946;

VIII - arbitramento: é a atividade que envolve a tomada de decisão ou posição entre alternativas tecnicamente controversas ou que decorrem de aspectos subjetivos, conforme definição do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE;

IX - banco de dados imobiliários: arquivo físico ou digital para armazenamento de informações de elementos amostrais de determinada tipologia e época de um mercado imobiliário local;

X - benfeitoria: resultado de obra ou serviço realizado em um bem e que não pode ser retirado sem destruição, fratura ou dano;

XI - cessão: ato de destinação de imóvel da União para fins específicos ao uso de terceiros, quando pressuposto o interesse público nos termos do art. 64, § 3º, do Decreto-Lei 9.760, de 1946, e art. 18, incisos I e II, da Lei nº 9.636, de 1998, e da administração, a título oneroso ou gratuito, mediante contrato;

XII - custo unitário básico (CUB): conforme Norma Brasileira ABNT NBR 12.721/2006, é o custo por metro quadrado de construção do projeto-padrão considerado, calculado e divulgado pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e que serve de base para avaliação de parte dos custos de construção das edificações;

XIII - dados de mercado contemporâneos: para a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, são preços de oferta ou transação de até 2 (dois) anos da data de realização da avaliação;

XIV - depreciação do imóvel: perda de valor em função do desgaste das partes constitutivas e benfeitorias, resultante de decrepitude, deterioração, obsoletismo ou mutilação;

XV - engenharia de avaliações: conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de bens por arquitetos e engenheiros;

XVI - estabilidade estrutural: estado de conformidade de vigas, lajes e pilares observados de forma visual e sensorial durante uma vistoria, ressaltando que a existência de estabilidade e solidez está atrelada à integridade estrutural dos imóveis, assim como a falta de estabilidade e solidez decorre da existência de comprometimento de elementos tais como fundações, estruturas, alvenarias estruturais e muros de arrimo, que venham ensejar riscos de desabamento das edificações;

XVII - ficha de cálculo de cessão: documento de detalhamento de cálculo para se determinar o valor de retribuição pelo uso de espaço físico em águas públicas, expedida pelo sistema corporativo da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União;

XVIII - ficha de cálculo de laudêmio: documento de detalhamento de cálculo para se determinar o valor de laudêmio, expedida pelo sistema corporativo da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União;

XIX - habitabilidade: qualidade, estado ou condição do que é habitável, pressupondo-se a existência de condições satisfatórias de conforto, segurança e salubridade na edificação;

XX - homologação: verificação de conformidade realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União quanto às avaliações realizadas por terceiros, observando-se os preceitos obrigatórios da Norma Brasileira de Avaliação de Bens da ABNT- NBR 14.653 e suas partes, bem como ditames normativos específicos da Administração Pública Federal;

XXI - intervalo de valores admissíveis: é o intervalo calculado pelo profissional da engenharia de avaliações, com utilização de critérios prescritos na norma ABNT 14.653, dentro do qual a adoção de qualquer valor nele contido pelo solicitante do laudo, tem respaldo da avaliação;

XXII - imóvel estressado: aquele que possui uma ou mais características que possam dificultar a sua destinação ou sua avaliação, como imóvel com ocupação irregular, em litígio judicial, litígio ambiental, sem registro cartorial, entre outros;

XXIII - laudo de avaliação: relatório com fundamentação técnica e científica elaborado por profissional ou servidor habilitado, em conformidade com a NBR 14653, para avaliar um bem imóvel de acordo com seu valor de mercado ou outro valor compatível com a finalidade da avaliação;

XXIV - locação: instrumento de destinação aplicado quando houver conveniência em tornar o imóvel produtivo, conservando, porém, a União, sua plena propriedade, considerada arrendamento mediante condições especiais, quando objetivada a exploração de frutos ou prestação de serviços;

XXV - locação de terceiros: ato pelo qual um terceiro se obriga a ceder à União, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de um imóvel, mediante certa retribuição;

XXVI - lote padrão: aquele cujas características são definidas pela legislação municipal ou aquele em que esses aspectos apresentam maior representatividade em uma região em estudo;

XXVII - planta de valores: é a representação gráfica ou a listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel de uma mesma data, conforme a NBR 14653-2

XXVIII - planta de valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União: trata-se do resultado de uma avaliação em massa e sistemática para a definição do valor unitário da parcela terreno nos imóveis caracterizados e distribuídos espacialmente em trechos de logradouros, referenciada a uma determinada data, usando-se procedimentos padronizados e normalizados, sem, necessariamente, vistoriar os imóveis;

XXIX - passivo: fato que incide negativamente sobre a condição física ou valoração do imóvel e que tenha caráter jurídico, ambiental, administrativa ou cartorial;

XXX - preço: é uma expressão monetária que define uma transação de um bem, do seu fruto, de um direito, ou da expectativa de sua transação, podendo-se coincidir com o valor estimado;

XXXI - relatório de valor de referência (RVR): relatório técnico elaborado por profissional ou servidor habilitado para determinar o valor de referência de um bem imóvel;

XXXII - revalidação: ato administrativo da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, que tem por objetivo a análise técnica com vistas fundamentalmente à verificação quanto à possibilidade de extensão de sua validade, não devendo, portanto, confundir-se com o ato administrativo da homologação de laudos;

XXXIII - servidor habilitado: servidor público com formação acadêmica em arquitetura ou engenharia, observadas as especialidades e suas respectivas áreas de atuação, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU. Quando o cargo do servidor não exigir tal formação, este será habilitado para as atividades desta Instrução Normativa, considerando sua formação acadêmica, nas seguintes condições:

a) ocupe cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou equivalente; ou

b) exerça função técnica - FT ou equivalente.

XXXIV - situação paradigma: situação hipotética adotada como referencial para avaliação de um bem, devendo ser acordada entre as partes e explicitada no laudo ou RVR;

XXXV - testada molhada: fronteira entre a área de imóvel em terra firme e a superfície aquática (área molhada);

XXXVI - terceiro: profissional ou empresa que não seja vinculado à Administração Pública Federal, que, por seu interesse ou contratação, realize o serviço especializado de engenharia de avaliação;

XXXVII - unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;

XXXVIII - unidade padrão tipo: unidade autônoma dentro de um conjunto/condomínio que detém as características comuns a um universo de unidade da mesma natureza;

XXXIX - valor arbitrado: valor pontual adotado como resultado final da avaliação dentro dos limites do campo de arbítrio estabelecido pela NBR 14.653-2 e utilizado para fins de registro nos sistemas;

XL - valor depreciável: diferença entre o valor do bem na condição de novo e o seu valor residual;

XLI - valor de liquidação forçada: valor de um bem, na hipótese de uma venda compulsória ou em espaço de tempo menor do que o normalmente observado no mercado, adotando-se critérios previamente estabelecidos;

XLII - valor de mercado: é a quantia mais provável, oriunda sempre de um laudo de avaliação em conformidade com a NBR 14653, pela qual se negociaria voluntária e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente;

XLIII - valor de referência: é a quantia aceitável, oriunda de um relatório de valor de referência, pela qual a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União referencia o valor de um bem imóvel, determinada por profissional ou servidor habilitado, em uma data de referência;

XLIV - valor de terra nua: é a quantia aceitável, oriunda de órgão ou entidades federais, estaduais, distritais ou municipais, que compreende o solo com sua superfície e respectiva floresta nativa, despojado das construções, instalações e melhoramentos, das culturas permanentes, das árvores de florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas, que se classificam como investimentos (benfeitorias);

XLV - valor justo: é aquele determinado a partir de laudo de avaliação ou Relatório de Valor de Referência para fins contábeis;

XLVI - valor venal: valor de imóvel fornecido pelos Municípios e Distrito Federal, para subsidiar a base de dados da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, que zelará por sua atualização em relação aos valores de mercado;

XLVII - vistoria: atividade para constatação local dos fatos, mediante observações criteriosas em um bem imóvel, nos elementos e nas condições que o constituem ou o influenciam;

XLVIII - zonas homogêneas: regiões que possuem, genericamente, uma mesma valorização imobiliária, podendo ser definidas como distrito, bairro, conjunto de bairros, logradouros, centro administrativos, comerciais e/ou industriais; e

XLIX - imóveis atípicos: aqueles que destoam do padrão do logradouro ou região em análise.

Seção II

Dos Objetivos e Finalidade

Art. 4º São objetivos da normatização das atividades de avaliação de imóveis no âmbito da União e de seu interesse, bem como da definição de parâmetros técnicos avaliatórios para cobrança pela utilização desses bens:

I - dotar de maior segurança jurídica, transparência, simplicidade e celeridade os atos e procedimentos de avaliação imobiliária;

II - auxiliar o controle eficiente e eficaz da carteira de imóveis da União;

III - possibilitar a consolidação dos parâmetros objetivos das avaliações de imóveis da União e daqueles de seu interesse; e

IV - contribuir para o uso racional dos recursos públicos.

Art. 5º A avaliação de imóveis da União e de seu interesse, bem como a definição de parâmetros técnicos para cobrança pela utilização desses bens será realizada para fins de:

I - adjudicação;

II - aforamento e sua remição;

III - alienação de domínio pleno ou útil;

IV - aquisição compulsória ou voluntária, tais como compra, permuta, sucessão e usucapião;

V - atualização de valor patrimonial;

VI cessão gratuita ou onerosa;

VII - dação em pagamento;

VIII - determinação da base de cálculo das receitas patrimoniais e multas previstas em lei;

IX - elaboração das plantas de valores genéricos - PVG;

X - indenização por ocupação ilícita;

XI - locação e arrendamento de imóveis da União a terceiros;

XII - locação de imóveis de terceiros pela União;

XIII - permissão de uso; e

XIV - reavaliação de valor patrimonial.

Seção III

Das Competências

Art. 6º As competências das unidades gestoras e da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, distribuídas por sua unidade central e Superintendências, na execução das atividades de avaliação dos imóveis da União e de seu interesse, bem como a definição de parâmetros técnicos avaliatórios para cobrança em função da utilização desses bens, deverão observar o seu regimento interno específico.

Parágrafo único. Para a competência específica do Comitê Consultivo de Engenharia de Avaliações da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União observar-se-á a Portaria nº 86, de 4 de setembro de 2019.

Art. 7º As avaliações dos imóveis da União e de seu interesse poderão, a critério das unidades gestoras e da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ser realizadas:

I - pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União;

II - pelas Unidades Gestoras responsável pelo imóvel, observados os arts. 11-C e 24-C da Lei nº 9.636, de 1998;

III - por banco público federal, empresas públicas, órgãos ou entidades do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios por meio de dispensa de licitação, observados os arts. 11-C e 24-C da Lei nº 9.636, de 1998; ou

IV - por empresa especializada ou avaliador habilitado nos termos dos arts. 11-C e 23-A da Lei nº 9.636, de 1998, Portaria nº 8.700, de 27 de agosto de 2018, e da Portaria 11.488, de 22 de setembro de 2021, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, quando couberem.

Art. 8º Não compete à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União a avaliação de bens imóveis nas seguintes situações:

I - locação de imóveis de terceiros por órgão da administração direta e por entidade da administração indireta, para utilização própria;

II - aquisição ou alienação de imóveis de interesse ou propriedade de entes da administração pública indireta;

III - locações ou arrendamentos previstos no inciso III do art. 19 da Lei n° 9.636, de 1998;

IV - aquisição de imóveis pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União desde que os recursos financeiros não sejam oriundos do Poder Executivo;

V - cessão onerosa a terceiros de áreas para exercício de atividade de apoio de imóveis da União entregues a órgãos da administração;

VI - imóveis entregues a órgãos e cedidos a entidades que tenham, por qualquer fundamento, que mantê-los sob sua administração na qualidade de unidades gestoras;

VII - aquisição ou alienação de imóveis de interesse ou propriedade dos poderes legislativo e judiciário;

VIII - aquisição ou alienação de imóveis sob a jurisdição das Forças Armadas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante solicitação da unidade gestora interessada e anuência expressa do Superintendente da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, poderá ser feita avaliação do imóvel para as hipóteses elencadas nos incisos do caput e subsidiada por informações mínimas necessárias para o procedimento avaliatório.

Art. 9º No que se refere às informações originadas das avaliações de imóveis da União e seu lançamento no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial - SPIUnet, devem:

I - a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União:

a) manter disponíveis as regras de avaliação em conformidade com os atos normativos sobre a matéria; e

b) orientar e capacitar os órgãos e entidades para operação do sistema acerca do correto cadastramento dos valores dos imóveis.

II - as demais unidades gestoras:

a) responsabilizar-se pelas despesas e corpo técnico necessários ao cumprimento das obrigações previstas nesta Instrução Normativa; e

b) manter atualizados os dados referentes aos respectivos bens imóveis.

Parágrafo único. Demais orientações específicas deverão ser verificadas na Portaria Conjunta nº SPU-STN nº 703/2014.

Seção IV

Da Responsabilidade Técnica

Art. 10. Para os bens imóveis da União, as atividades no âmbito da Engenharia de Avaliações serão realizadas por servidores habilitados, consideradas indevidas aquelas realizadas por servidor ocupante de cargo de nível médio ou cargo de nível superior não compatível com as atribuições do cargo, ainda que habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

§ 1º Considera-se por servidor habilitado o servidor público com formação acadêmica em arquitetura ou engenharia, observadas as especialidades e suas respectivas áreas de atuação, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

§ 2º Quando o cargo do servidor não exigir tal formação, este será habilitado para as atividades desta Instrução Normativa, considerando sua formação acadêmica nas seguintes condições:

I - Ocupe cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou equivalente; ou

II - exerça função técnica - FT ou equivalente.

Art. 11. Para as avaliações realizadas por terceiros e avaliadores habilitados, o valor atribuído é de inteira responsabilidade do autor do laudo.

Art. 12. Cabe ao servidor ou avaliador habilitado fornecer o intervalo de valores admissíveis ou o valor de liquidação forçada, quando provocado, para a devida análise de tomada de decisão do gestor do imóvel.

CAPÍTULO II

DAS AVALIAÇÕES DE BENS IMÓVEIS DA UNIÃO OU DE SEU INTERESSE

Seção I

Das Modalidades, Elaboração e Apresentação das Avaliações

Art. 13. As modalidades de avaliação individual de imóvel realizadas para imóveis da União serão:

I - laudo de avaliação; e

II - relatório de valor de referência - RVR.

Art. 14. O valor de mercado será determinado por meio de laudo de avaliação, o qual deverá atender às prescrições contidas na NBR 14.653 e suas partes e NBR 12.721.

Art. 15. O laudo de avaliação, quando não realizado diretamente nos sistemas corporativos da administração patrimonial da União, deverá ter todas as suas páginas rubricadas e/ou assinadas, sendo a última obrigatoriamente assinada por responsável técnico com a indicação do seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, admitida assinatura digital certificada.

§ 1º Os laudos elaborados pelos técnicos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União serão realizados em documento próprio presente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/ME, cuja assinatura será digital.

§ 2º Os laudos elaborados por terceiros e avaliadores habilitados deverão ser acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e deverão observar os procedimentos previstos no Capítulo II, Seção V desta IN.

Art. 16. O valor de referência será determinado pelo Relatório de Valor de Referência-RVR, elaborado por servidor habilitado.

Art. 17. Os relatórios de valor de referência serão realizados em documento próprio presente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/ME cuja assinatura será digital.

§ 1º O Relatório de Valor de Referência - RVR é caracterizado como uma avaliação simplificada, podendo se embasar em fotografias do processo ou outras fontes, uma vez que não é obrigatória a vistoria do imóvel avaliando, desde que adotada situação paradigma nos termos da NBR 14.653.

§ 2º O valor informado por um Relatório de Valor de Referência - RVR deve estar referenciado o mais próximo possível ao valor de mercado, podendo se utilizar para isso as plantas de valores genéricos do município, do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, da EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural ou da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, desde que atualizadas, ou ainda, pesquisa de mercado de imóveis semelhantes, com tratamento de ao menos uma estatística descritiva, devendo informar no relatório o meio utilizado.

§ 3º Quando existirem benfeitorias, e estas forem calculadas em separado do terreno, a definição de seus valores deve levar em conta a depreciação, o CUB com os custos que não estejam contemplados e, preferencialmente, a área equivalente.

Art. 18. Para a identificação do valor do imóvel, independentemente da modalidade adotada, cada avaliação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da pessoa física ou jurídica que tenha solicitado o trabalho;

II - objetivo e finalidade da avaliação;

III - identificação e caracterização do bem avaliando;

IV - localização do avaliando por meio de coordenadas geográficas em graus decimais

V - levantamento fotográfico, no qual conste a data e autoria da vistoria;

VI - especificação da avaliação indicando a metodologia utilizada;

VII - resultado da avaliação e sua data de referência; e

VIII - assinatura do responsável.

§ 1º A documentação dominial/cartorial do imóvel deverá ser anexada à avaliação.

§ 2º Os laudos de avaliação deverão ser entregues na sua modalidade completa, conforme NBR 14.653, de modo que a entrega de laudos na modalidade simplificada deverá ser devidamente justificada.

§ 3º Na impossibilidade de serem incluídos os anexos e informações mencionadas neste artigo, o avaliador deverá consignar as devidas justificativas no item "Pressupostos, Ressalvas e Fatores Limitantes" da avaliação.

§ 4º Os laudos com utilização do tratamento por fatores só serão permitidos se, obrigatoriamente, atenderem ao disposto no item B.1 do Anexo B da NBR 14.653 parte 2, se urbano, e parte 3, se rural.

§ 5º Para a modalidade Relatório de Valor de Referência, não são obrigatórios os itens previstos nos incisos V e VI.

Seção II

Da Aplicação das Modalidades

Art. 19. A aplicação das modalidades das avaliações para imóveis da União será definida conforme a finalidade da avaliação.

Art. 20. O laudo de avaliação será exigido para as seguintes finalidades:

I - alienação onerosa de domínio pleno, domínio direto ou domínio útil;

II - aquisição compulsória ou voluntária, quando onerosa;

III - locação e arrendamento de imóveis nas condições previstas;

IV - adjudicação; e

V - doação com ou sem encargos de imóveis da União.

Art. 21. O Relatório de Valor de Referência - RVR será admitido para as seguintes finalidades:

I - reavaliação de bens para fins contábeis;

II - cessão gratuita;

III - aforamento gratuito; e

IV - todos os demais casos não especificados no art. 20.

Art. 22. O Laudo de avaliação e o RVR serão admitidos, também, para a finalidade de construção da Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, nos termos do art. 41.

Art. 23. A modalidade de avaliação poderá ser alterada mediante a justificativa do avaliador e autorização da chefia imediata das respectivas unidades gestoras.

Parágrafo único. Independente da modalidade adotada, o valor de avaliação do imóvel deve ser obtido, preferencialmente, fundamentado em pesquisa de mercado, sem prejuízo à aplicação de métodos indiretos de avaliação.

Art. 24. Independentemente da modalidade, sempre que for elaborada a avaliação do imóvel, seu valor deverá ser inserido no sistema corporativo da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União a título de mensuração ou reavaliação.

Parágrafo único. A alteração do valor de um imóvel nos sistemas corporativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União requer, obrigatoriamente, a aplicação de uma das modalidades de avaliação previstas no art. 13.

Seção III

Da Documentação para Avaliação

Art. 25. Os documentos mínimos necessários ao início dos trabalhos de avaliação são:

I - Certidão de Inteiro Teor da Matrícula dos imóveis no RGI;

II - em caso de imóveis com cadastro nos sistemas corporativos da SPU, espelho do respectivo sistema.

§ 1º Quando a documentação básica não contiver informações suficientes à realização do trabalho de avaliação, serão solicitados às unidades demandantes documentação complementar como:

I - projetos;

II - memoriais descritivos;

III - cadastro territorial urbanos ou rural do imóvel; ou

IV - outros documentos que o avaliador julgar necessário.

§ 2º Na avaliação de unidades residenciais ou comerciais em prédios condominiais, quando constatada a existência física de vagas de garagem não autônomas associadas às unidades avaliadas, sem que figure explicitamente nas Certidões de Matrícula a existência da vinculação, essa vinculação das vagas deverá ser comprovada através de outros documentos, como Convenção de Condomínio, Memorial de

Incorporação e Certidão de Inteiro Teor da Matrícula do Terreno contendo a averbação do Memorial de Incorporação.

§ 3º Em casos excepcionais e devidamente acordado com o demandante, e consignado como ressalva na avaliação, o trabalho avaliatório poderá ser feito sem a comprovação de dominialidade do imóvel.

§ 4º Cabe ao demandante o fornecimento da documentação para a avaliação dos imóveis, bem como viabilizar o acesso do avaliador às suas dependências.

Art. 26. Na impossibilidade de o demandante fornecer toda a documentação necessária, ou esclarecer eventuais incoerências, caberá ao avaliador, levando em consideração a instrução dos autos ou documentos juntados aos autos, decidir pela viabilidade da elaboração ou não da avaliação.

§ 1º Caso conclua pela viabilidade de elaboração da avaliação, o avaliador deve deixar consignadas as ressalvas relativas à insuficiência ou incoerência das informações, bem como, relatar os pressupostos assumidos em função dessas condições.

§ 2º Caso conclua pela inviabilidade da elaboração da avaliação, o avaliador deve informar de forma clara e objetiva ao demandante as pendências existentes que impedem a realização do trabalho.

Art. 27. Não é responsabilidade do avaliador analisar a legitimidade da documentação jurídica do bem nem a realização de estudos, auditorias, exames, medições e inspeções prévias para o desenvolvimento da avaliação.

Seção IV

Dos Procedimentos Gerais

Art. 28. As avaliações deverão ser sempre realizadas para o imóvel como um todo, ainda que este pertença parcialmente à União.

§ 1º Nos casos em que o imóvel e/ou a benfeitoria não estiverem integralmente em área da União, deverão ser aplicadas sobre os valores globais das avaliações dos imóveis as cotas proporcionais de acordo com a legislação vigente.

§ 2º Em caso de imóveis com benfeitorias, as mesmas poderão ser desconsideradas na avaliação mediante solicitação do demandante ou justificativa do avaliador, devendo essa ser consignada como ressalva na avaliação.

§ 3º Mediante solicitação do demandante e autorização do responsável pela unidade gestora do imóvel, poderá ser realizada avaliação para parcela daquele bem, o qual esteja em análise para possível desmembramento.

§ 4º A solicitação que trata o parágrafo anterior dever ser acompanhada da devida identificação e caracterização da parcela a ser avaliada, conforme art. 25 desta Instrução Normativa.

Art. 29. A avaliação terá como base o terreno registrado em matrícula, não considerando eventuais invasões que possam ocorrer.

Parágrafo único. Eventuais irregularidades constatadas no imóvel, durante a vistoria, devem ser comunicadas à área de fiscalização.

Art. 30. Os valores das benfeitorias deverão ser considerados nas avaliações na medida em que estas sejam parte do instrumento negocial da União, observadas as prescrições legais

§ 1º As benfeitorias que porventura estejam fora do terreno registrado em matrícula poderão ser desconsideradas no momento da avaliação, nos termos do art. 28, § 2º.

§ 2º Se na matrícula do imóvel avaliando contiver a averbação da existência de construção, porém, sem a caracterização do imóvel, inclusive em termos de área construída averbada, o imóvel será descrito e avaliado, em princípio, como se toda a área construída estivesse averbada, sendo tal condição descrita no tópico de pressupostos, ressalvas e fatores limitantes do laudo.

§ 3º Quando houver a necessidade por parte do setor demandante, eventualmente em função de situação específica, de que seja realizada a avaliação do imóvel, considerando-se apenas a parcela de construção averbada, a avaliação será considerada como situação paradigma, cujo objeto de avaliação não corresponde à realidade do imóvel como um todo.

Art. 31. Nas situações em que a avaliação se referir somente ao terreno, mesmo existindo edificações e outras benfeitorias sobre ele, considerar-se-á, hipoteticamente, como se o terreno vazio estivesse.

§ 1º Quando as benfeitorias existentes forem desvalorizantes, a avaliação poderá contemplar o levantamento de custo de demolição, remoção e regularização.

§ 2º As informações a serem lançadas, nos termos do presente artigo, devem-se constar, obrigatoriamente, no campo "pressupostos, ressalvas e fatores limitantes" do documento no qual se materializa a avaliação.

Art. 32. A metodologia avaliatória adotada é função basicamente da natureza do bem avaliando, da finalidade da avaliação, da qualidade e da quantidade de informações obtidas.

§ 1º São métodos para identificação do valor de um bem, de seus frutos e direitos, e suas definições segundo a NBR 14.653-1:

I - método comparativo direto de dados de mercado, aquele que identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra;

II - método involutivo, aquele que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto;

III - método evolutivo, aquele que identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização; e

IV - método da capitalização da renda, aquele que identifica o valor do bem, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.

§ 2º São métodos para identificar o custo de um bem e suas definições segundo a NBR 14.653-1:

I - método comparativo direto de custo, aquele que identifica o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra; e

II - método da quantificação de custo, aquele que identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.

§ 3º Conforme orientação da NBR 14.653, recomenda-se que, preferencialmente, seja utilizado para avaliação o método comparativo direto de dados de mercado.

§ 4º Nas avaliações que adotem o método da quantificação de custo de benfeitorias, recomenda-se preferencialmente a utilização de orçamento, no mínimo sintético, ou das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, do Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON ou da Tabela de Composição de Preços para Orçamento da editora PINI, para obtenção do custo unitário básico.

Seção V

Dos Requisitos Técnicos

Art. 33. São requisitos mínimos para os laudos de avaliação de imóveis com benfeitoria da União ou de seu interesse:

I - a estimativa da idade aparente e vida útil de cada benfeitoria do imóvel;

II - a classificação de cada benfeitoria quanto ao tipo de projeto padrão do CUB-Sinduscon; e

III - a separação do valor global do imóvel em parcela do terreno e benfeitoria, quando a metodologia utilizada permitir essa separação.

Parágrafo único. Nos casos em que a metodologia adotada na avaliação não apresente claramente a separação do valor do imóvel em parcela do terreno e benfeitoria, para fins contábeis, esses valores poderão ser aferidos das seguintes maneiras:

a) o valor a ser definido para o terreno tomará como base o valor da Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União ou do município se urbano e INCRA se rural;

b) o valor do imóvel referente à benfeitoria será o valor adotado no laudo de avaliação diminuído do valor definido para o terreno conforme item "a", considerando Fator de Comercialização (FC) igual a 1;

c) pelo custo de reedição da benfeitoria, aplicando-se o CUB depreciado pelo modelo ROSS-HEIDECKE, ou outro método consagrado em literatura técnica ficando esse a critério do avaliador

d) por meio de orçamento necessário à recomposição do imóvel na condição de novo, depreciado pelo modelo ROSS-HEIDECKE, ou outro método consagrado em literatura técnica ficando esse a critério do avaliador;

e) por meio da aplicação de coeficiente de depreciação, que leve em conta a idade e o estado de conservação, sendo esse coeficiente aplicado sobre o valor depreciável;

f) outras formas, desde que justificadas tecnicamente pelo avaliador.

Art. 34. Os laudos devem ser especificados quanto à fundamentação e precisão de acordo com tabelas de referência da NBR 14.653.

§ 1º É recomendável que se busquem os mais elevados graus de fundamentação e precisão possíveis do valor estimado para a elaboração do laudo.

§ 2º Para laudos com a finalidade de alienação onerosa do imóvel, é recomendado o atingimento de pelo menos grau II de fundamentação, devendo ser justificado pelo avaliador quando da sua impossibilidade.

§ 3º Para as demais finalidades, é recomendado o atingimento de pelo menos grau I de fundamentação.

Art. 35. São requisitos desejáveis para os laudos de avaliação:

I - coeficiente de correlação do modelo de, no mínimo, 0,75 para os laudos de avaliação elaborados com tratamento científico de dados de mercado;

II - dados de mercado contemporâneos em relação à data de referência do laudo; e

III - apresentação de endereço completo e pelo menos uma foto de cada elemento pesquisado para sua verificação quanto a similaridade em relação ao imóvel avaliando.

Parágrafo único. A critério da unidade gestora, os requisitos mínimos poderão ser pré-combinados por meio de condições específicas.

Seção VI

Da Avaliação Intervalar

Art. 36. Os laudos de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, para fins de alienação ou aquisição, deverão indicar, além do valor adotado, o intervalo de valores admissíveis.

§ 1º O intervalo de valores admissíveis deverá ser identificado com os valores mínimo, médio, máximo e o adotado.

§ 2º Sendo percebida qualquer característica no bem avaliando que não esteja contemplada no modelo por não ter representatividade na amostra, seja esta característica valorizante ou não, o avaliador pode adotar um valor diferente daquele de estimativa de tendência central, desde que limitado pelo campo de arbítrio.

§ 3º Quando o valor arbitrado não for coincidente com a estimativa de tendência central, ressalvados arredondamentos, deverá ser incluída justificativa técnica pelo responsável do laudo, conforme determina a NBR 14.653 e suas partes.

§ 4º Para fins contábeis, o valor arbitrado no laudo deverá ser cadastrado nos sistemas corporativos da SPU, respeitadas as necessidades de adequação conforme Seção IX.

§ 5º O valor arbitrado no laudo não obriga sua utilização para alienação, podendo o imóvel ser precificado por qualquer valor contido no intervalo de valores admissíveis, devendo ser devidamente justificado pelo responsável pela unidade gestora do imóvel, considerando a atratividade negocial para União.

Seção VII

Do Valor de Liquidação Forçada

Art. 37. As avaliações poderão utilizar o valor estimado nos laudos de avaliação para fins de venda do imóvel em prazo menor do que a média de absorção do mercado, nos termos desta Seção.

Parágrafo único. O valor de liquidação forçada somente poderá ser utilizado como base para alienações por meio de certame licitatório.

Art. 38. O valor de liquidação forçada corresponde ao valor presente líquido de um fluxo de caixa resultante de receitas e despesas inerentes ao bem, descontado a uma taxa mínima de atratividade e considerando um prazo de comercialização usual de mercado.

§ 1º A apuração do valor de liquidação forçada de um imóvel da União, ou de seu interesse, pode ser solicitado por responsável do órgão demandante.

§ 2º A aplicação desse método é recomendada para imóveis passíveis de alienação em ao menos uma das seguintes situações:

I - imóveis com histórico de pelo menos dois certames de licitação deserta ou fracassada;

II - ocupados irregularmente, quando demonstrada a dificuldade de promover a desocupação;

III - em crescente degradação;

IV - suscetíveis a invasões; ou

V - com despesas anuais ao erário, equivalentes a 20% (vinte por cento) em relação ao valor do imóvel.

§ 3º A apuração do valor de liquidação forçada deve ser realizada por profissional habilitado.

§ 4º O horizonte do fluxo de caixa corresponde ao prazo esperado de absorção pelo mercado em condições normais, inclusive de preço.

§ 5º A receita é alocada no último período do fluxo de caixa e corresponde ao valor de mercado do bem, identificado pelo profissional habilitado através de trabalhos avaliatórios.

§ 6º As despesas correspondentes aos custos de manutenção, gerenciamento, impostos e outros, também devem ser alocadas no fluxo de caixa.

§ 7º A taxa mínima de atratividade é a taxa de desconto do fluxo de caixa, compatível com a natureza e características do empreendimento, bem como com a expectativa mínima de emulação do empreendedor, em face da sua carteira de ativos.

Art. 39. O fornecimento das informações necessárias a apuração do valor de liquidação forçada, a exemplo do prazo esperado de comercialização, taxa mínima de atratividade, custo de oportunidade e despesas correntes, é de competência do responsável pelo órgão demandante.

Parágrafo único. A apuração do valor de liquidação forçada poderá ser solicitada em conjunto com o pedido de avaliação do imóvel ou durante a vigência do laudo de avaliação.

Art. 40. Custos associados a passivo jurídico, administrativo, cartorial ou ambiental não são contemplados na apuração do valor de liquidação forçada, devendo ser averiguados pelo órgão demandante quando da definição do valor, de acordo com a finalidade que se pretende.

Seção VIII

Da Planta de Valores da SPU

Art. 41. Planta de Valores é a representação gráfica ou a listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel de uma mesma data, conforme a NBR 14653-2.

Parágrafo único. No âmbito da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, trata-se do resultado de uma avaliação em massa e sistemática para a definição do valor unitário da parcela terreno nos imóveis caracterizados e distribuídos espacialmente em trechos de logradouros, referenciada a uma determinada data, usando-se procedimentos padronizados e normalizados, sem, necessariamente, vistoriar os imóveis.

Art. 42. Compete às Superintendências do Patrimônio da União, no tocante às áreas técnicas de avaliação, manter atualizadas as suas respectivas Plantas de Valores, em conformidade ao art. 11-B, §9º, da Lei nº 9.636, de 1998.

§ 1º A atualização a que se refere o caput poderá ser realizada das seguintes formas:

I - subsidiada pelas informações municipais fornecidas nos termos do art. 11-B, §4º, da Lei 9.636, de 1998;

II - subsidiada pelos valores de terra nua fornecidos pelo INCRA, EMATER, ou outro órgão que disponibilize tais informações;

III - por meio de avaliação realizada por pesquisa mercadológica e baseada em métodos estatísticos; ou

IV - pela aplicação de índice econômico.

§ 2º Para as informações fornecidas nos termos do inciso I, sua adoção obedecerá aos condicionantes regulamentados pelo Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018.

§ 3º Para as informações fornecidas nos termos do inciso II, sua adoção obedecerá a confirmação de que a área em análise se denomina como rural nos termos da legislação municipal pertinente.

§ 4º Para a avaliação de que trata o item III, recomenda-se a adoção do método comparativo direto de dados de mercado, em que são buscados modelos de regressão linear ou de regressão espacial, representativos do comportamento de mercado para um lote padrão com as diversas tipologias e situações de mercado existentes.

§ 5º O modelo resultante da avaliação a que se refere o parágrafo anterior deverá ter abrangência atrelada apenas às zonas homogêneas previamente definidas em suas características mercadológicas.

§ 6º A atualização a que se refere o caput também contempla atividades relacionadas a:

I - cadastramento de novos logradouros e trechos e seus valores;

II - inclusão de valores unitários pretéritos de na base; e

III - controle e atualização do Fator Corretivo Total - FCT dos imóveis cadastrado.

§ 7º A limitação imposta pelo art. 11-B, § 8º, II, da Lei nº 9.636, de 1998, vinculada aos valores de cobrança, não incide sobre os valores unitários cadastrados e a serem atualizados na Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

Art. 43. Para a elaboração ou atualização da Planta de Valores na base dos sistemas corporativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, compete:

I - à Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio - CGCAV:

a) publicar, até a primeira quinzena do mês de março de cada ano, as comissões indicadas pelas Superintendências conforme inciso II, a);

b) encaminhar, até o final do mês de agosto, ao Departamento de Receitas Patrimoniais relatório consolidado das declarações envidas pelas Superintendências conforme inciso II, b);

c) analisar, até o final do mês de setembro, caso existam, os planejamentos elaborados pelas Superintendências conforme III, c);

d) indicar o índice de correção conforme §1º, até o fim da primeira quinzena de janeiro;

e) analisar os relatórios finais enviados pelas Superintendências, até o fim do mês de janeiro;

f) publicar o resultado dos trabalhos de atualização até o fim do mês de janeiro, por meio de portaria específica no Diário Oficial da União, assinada pelo Secretário da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

II - às Superintendências do Patrimônio da União/UF:

a) indicar, até o final do mês de fevereiro de cada ano via processo SEI, à CGCAV, os integrantes que comporão a comissão específica da Planta de Valores;

b) encaminhar, até o final do mês de julho, à Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio - CGCAV, declaração discriminando os entes que prestaram as informações, nos termos inciso III, b;

c) enviar, até o final do mês de dezembro, à Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio - CGCAV, relatório final, materializado em nota técnica, elaborada pelas comissões, o qual deve conter os objetivos e abrangência dos trabalhos, a análise das informações enviadas pelos entes e o detalhamento dos estudos técnicos, quando realizados.

III - às Comissões Específicas da Planta de Valores:

a) enviar, até o final do mês de março de cada ano, ofícios aos municípios e ao Distrito Federal solicitando o envio de suas plantas de valores, a fim de subsidiar o processo de atualização;

b) recepcionar, até 30 de junho de cada ano, nos termos do art. 11-B, § 4º, da Lei nº 9.636, de 1998, as informações solicitadas aos Municípios e ao Distrito Federal;

c) quando necessário, elaborar, até o final do mês de agosto, planejamento de atualização da planta de valores, os quais devem conter os objetivos e abrangência dos trabalhos;

d) inserir, até a primeira quinzena do mês de dezembro, no sistema da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, as informações resultantes do trabalho de elaboração ou atualização da Planta de Valores.

Parágrafo único. Os trechos de logradouros que não tenham sido objeto do processo de atualização descrito no presente artigo terão seus valores corrigidos por meio de índice econômico a ser indicado pela Unidade Central da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

Art. 44. A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, obrigatoriamente, deverá dar publicidade aos critérios e ao processo administrativo de atualização da PVG.

Parágrafo único. A atualização da PVG não se confunde, necessariamente, com os valores de emissão referente às cobranças das taxas patrimoniais, as quais devem observar as limitações do art. 11-B, § 8º, II, da Lei nº 9.636, de 1998.

Seção IX

Dos Trechos e Regiões Específicos

Art. 45. Poderá ser realizado procedimento de cadastramento e atualização da PVG por trechos e/ou regiões específicas para fins de:

I - alienações que tenham como objeto a remição do aforamento ou a venda do domínio pleno ou útil, para os ocupantes ou foreiros regularmente cadastrados na SPU, conforme art. 11-C, § 3º, da Lei 9.636/98;

II - atendimento do estabelecido no art. 11-B, § 9º, da Lei 9.636, de 1998.

§ 1º A comissão da PVG da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União indicada nos termos do art. 43, I, verificará se os valores inseridos nos trechos originalmente cadastrados na base dos sistemas corporativos da Secretaria encontram-se atualizados com a média dos valores de mercado contemporâneos para aquele trecho ou região.

§ 2º Deverão ser aceitos os valores da PVG da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União atualmente cadastrada, caso esses estejam dentro do campo de arbítrio de variação de 15% em torno do valor médio encontrado na pesquisa.

§ 3º Caso o valor não atenda o requisito previsto no parágrafo anterior, a atribuição do valor do metro quadrado do terreno deverá ser realizada conforme inciso III, §1º, do art. 42.

§ 4º Nos casos de trechos ou regiões com edificações consolidadas e na ausência de terrenos disponíveis, a atribuição do metro quadrado do terreno será feita com base em estudo técnico devidamente justificado, de acordo com as normas vigentes de avaliação, específica para o trecho ou região em análise, nos termos do item 7.1.2 da NBR 14.653-1.

§ 5º Para avaliação de imóveis considerados atípicos, o estudo técnico, conforme parágrafo anterior, observará o aproveitamento eficiente, o impacto e a relevância do empreendimento no entorno de forma que estes valores tornem justificável a valoração do trecho específico dissociado dos valores dispostos nos trechos contíguos.

Seção X

Da Vistoria Técnica

Art. 46. Para fins de avaliação, a vistoria técnica é uma atividade exclusiva dos profissionais habilitados e fundamental para a avaliação, visando caracterizar o imóvel avaliando e o contexto imobiliário em que está inserido, resultando na adequada orientação da coleta de dados.

Parágrafo único. Recomenda-se que a vistoria seja realizada pelo profissional responsável pela avaliação.

Art. 47. Na vistoria técnica, verificam-se as condições intrínsecas e extrínsecas do imóvel avaliando, na data de referência do laudo, na qual são analisados, principalmente, entre outros fatores apreciados para determinar o valor de um bem:

I - a localização do imóvel;

II - as características da região e do respectivo entorno;

III - a legislação de uso e ocupação do solo;

IV - a proximidade de polos valorizantes ou desvalorizantes;

V - os vícios construtivos;

VI - as condições de habitabilidade;

VII - o estado de conservação; e

VIII - as características do terreno e a tipologia construtiva.

Art. 48. Em casos excepcionais, quando impossibilitada a vistoria técnica no local, ou quando não for possível o acesso do avaliador ao interior do imóvel, mesmo que parcialmente, admitir-se-á adoção de uma situação paradigma nos termos da NBR 14653, desde que acordada entre as partes e explicitada no laudo.

§ 1º O motivo deverá ser justificado no laudo e a avaliação poderá prosseguir com base nos elementos que forem possíveis obter, ou que estejam disponíveis ao avaliador, tais como:

I - descrição interna;

II - no caso de apartamento, escritório e conjuntos habitacionais, a vistoria externa de áreas comuns, a vistoria de outras unidades do mesmo edifício e informações da respectiva administração; ou

III - no caso de unidades isoladas, vistoria externa.

§ 2º Os fatores previstos nos incisos V a VIII do art. 47 serão inferidos com base nos subsídios disponíveis.

§ 3º Não se dispondo de subsídios suficientes para a formação de convicção e não havendo indícios em contrário, os imóveis poderão ser considerados com estado regular de conservação, sem vícios construtivos graves, com estabilidade, solidez e condições de habitabilidade.

§ 4º Mesmo não sendo possível a vistoria interna, os registros fotográficos externos do imóvel, inclusive tal como se encontra, compõem os laudos de avaliação, independentemente, da situação paradigma hipotética que venha a ser adotada.

§ 5º Independentemente da situação paradigma apontada, devem constar no laudo as características intrínsecas reais do imóvel que tenham sido verificadas visualmente.

§ 6º As condições hipotéticas sobre o imóvel, que configuram situação paradigma, devem estar claramente explicitadas no laudo de avaliação.

Art. 49. Para Unidades Padrão Tipo poderá ser dispensada a obrigatoriedade de vistoria das demais unidades do grupo por elas representadas.

§ 1º Para caracterização do Padrão Tipo, deverão ser vistoriadas, no mínimo, 10% do total de unidades.

§ 2º Quando o número total de unidades for menor ou igual a 30, serão vistoriadas, no mínimo, 3 unidades.

Art. 50. Na definição das Unidades Padrão Tipo e do grupo de unidades representadas, considerar-se-á não somente aspectos intrínsecos, nos termos do art. 47, mas também aspectos com relevante influência nos valores, mesmo para imóveis de mesma tipologia.

Art. 51. As unidades que, à exceção de diferenças de áreas, sejam assemelhadas para efeito de avaliação, poderão ser representadas por uma mesma Unidade Padrão Tipo e, ao final do trabalho avaliatório, atribuído o mesmo valor de avaliação.

Art. 52. Não sendo possível uma mínima caracterização do imóvel, nem mesmo por situação paradigma, seja pela insuficiência ou pela deficiência de subsídios, restará inviabilizada a avaliação do imóvel.

Parágrafo único. Caberá ao demandante, ou Unidade Gestora, a devida caracterização do imóvel ou a disponibilização das informações mínimas conforme art. 26.

Seção XI

Do Banco De Dados

Art. 53. Com o objetivo de fornecer subsídios para as avaliações, cada Superintendência do Patrimônio da União poderá armazenar de forma padronizada dados referentes a valores de oferta e transação imobiliária coletados no âmbito de sua circunscrição, mantendo sua atualização periódica, cujos valores deverão ser expressos em moeda nacional.

§ 1º O armazenamento dos dados coletados deverá ser realizado por meio de planilha eletrônica.

§ 2º O catálogo dos dados coletados deve conter preferencialmente as seguintes informações:

I - tipologia do imóvel;

II - área do imóvel;

III - natureza do imóvel;

IV - endereço do imóvel;

V - um par de coordenadas, em graus decimais, da localização do imóvel.

VI - fonte do dado, com possibilidade de rastreio;

VII - pelo menos uma foto do dado coletado;

VIII - data da coleta do dado;

IX - tipo do dado, se unitário ou total;

X - tipo do contrato, se venda ou aluguel;

XI - tipo do valor, se de transação ou de oferta.

§ 3º Todos os dados coletados para elaboração de uma avaliação poderão ser armazenados pelas Superintendências na forma do caput.

Art. 54. A coleta de dados relativos ao art. 53, far-se-á por meio de pesquisa de mercado, mediante consulta a:

I - corretores de imóveis;

II - prefeituras;

III - cartórios;

IV - imobiliárias;

V - anúncios classificados em jornais;

VI - revistas e periódicos especializados;

VII - base de dados dos sistemas corporativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União; e

VIII - outras fontes pertinentes.

Seção XII

Do Prazo de Validade das Avaliações

Art. 55. Os laudos de avaliação e os relatórios de valor de referência terão prazo de validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua elaboração.

Parágrafo único. Nas cessões, locações e arrendamentos, as avaliações deverão estar válidas por ocasião da assinatura dos contratos, cujas cláusulas determinarão os procedimentos de atualização dos valores.

Art. 56. A revalidação da avaliação é um procedimento que visa a análise econômica e do mercado imobiliário em que está inserido o imóvel, estendendo o prazo de validade de uma avaliação por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data final de sua validade anterior.

§ 1º As avaliações poderão ser revalidadas, obedecidos os critérios presentes no art. 57, limitadas a:

I - 3 (três) anos para a finalidade de alienação e atualização da Planta de Valores da SPU, nos termos do art. 11-B, §9º, da Lei nº 9.636, de 1998; e

II - 5 (cinco) anos para as demais finalidades, conforme artigos 20 e 21.

§ 2º. A revalidação de uma avaliação para planta de valores, objetiva apenas a extensão de sua validade, não devendo ser confundida com o ato administrativo da atualização anual da planta de valores da SPU, prevista pelo art. 11-B, § 9º, da Lei nº 9.636, de 1998.

Art. 57. As avaliações poderão ser revalidadas se a variação dos preços dos imóveis assemelhados no mercado imobiliário, e/ou os índices econômicos de mercado, não ultrapassar 15% (quinze por cento) no acumulado desde a data da avaliação até a de revalidação.

§ 1º As revalidações deverão ser devidamente fundamentadas e justificadas por meio de nota técnica elaborada por servidor habilitado, observando, no que couber:

I - os dados amostrais dispostos nas avaliações;

II - a estabilidade mercadológica de imóveis na região no período;

III - a existência de imóveis similares ofertados; ou

IV - a variação de índices oficiais no período mencionado.

§ 2º Verificar se alguns dos elementos da amostra, na época em oferta, continuam válidos com o mesmo preço ou variação dentro do limite estabelecido, para a forma prevista no inciso I, §1º.

§ 3º Consultar periódicos e boletins locais, que de alguma forma justifiquem o preço do imóvel que fora avaliado dentro do limite estabelecido, para a forma prevista no inciso II, §1º.

§ 4º Pesquisar amostra de imóveis assemelhados para verificação de que os preços em oferta ou transação recente encontram-se dentro do limite estabelecido, para a forma prevista no inciso III, §1º.

§ 5º No que tange aos índices oficiais, para a forma prevista no inciso IV, §1º, é recomendável analisar, agrupados ou desagrupados, a critério do avaliador:

I - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

II - Índice de preço ao Consumidor Amplo - IPCA;

III - Índice Geral de Preços Médio - IGPM;

IV - Índice Nacional da Construção Civil - INCC;

V - Custo Unitário Básico - CUB - (exemplo: SINDUSCON/PINI/SINAPI); e

VI - Índice FIPEZAP, quando couber para região de análise.

§ 6º Optando-se pela forma prevista no inciso IV, §1º, não há qualquer imposição quanto a sua utilização isolada ou composição média dos índices, cabendo ao técnico que está analisando, a verificação de qual ou quais índices estão coerentes com o mercado de imóveis da localidade.

Art. 58. Em caso de oscilações significativas de mercado, e sempre que solicitado pelo responsável da unidade gestora, com as devidas justificativas, as avaliações efetuadas, independentemente da finalidade para a qual tenham sido elaboradas, poderão ser revistas antes do término dos prazos fixados nesta Seção.

Seção XIII

Da Revisão de Valores das Cobranças Patrimoniais

Art. 59. Os pedidos de revisão de valor das cobranças patrimoniais serão requeridos no portal de atendimento da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e devem conter laudo de avaliação do imóvel elaborado por profissional habilitado acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T. expedida pelo órgão de classe do profissional.

§ 1º O laudo de avaliação de que trata o caput deverá se referenciar ao valor unitário base para realização da cobrança patrimonial.

§ 2º O laudo de avaliação de que trata o caput deverá ser submetido à apreciação da Superintendência responsável pelo imóvel, com vistas a sua homologação nos termos do art. 62 desta IN.

Art. 60. Homologado o laudo de avaliação, e mediante análise da área técnica da Superintendência, seu valor unitário deverá ser atualizado na base dos sistemas corporativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, de acordo com uma das seguintes situações:

I - para todo o trecho do imóvel avaliado, caso atenda os critérios de aderência ao lote padrão do trecho;

II - individualmente para o imóvel avaliado, mediante ajuste em seu FCT; e

III - individualmente, e no caso da impossibilidade de aplicação dos incisos I e II, por meio da criação de trecho exclusivo para o imóvel avaliado.

Art. 61. Em caso de não homologação do laudo, a Superintendência comunicará sua decisão ao interessado com cópia da análise, que poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso administrativo da decisão proferida pelo Superintendente, na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 1º A comunicação ao interessado deverá evidenciar as deficiências que ensejaram o indeferimento do pedido, de modo a possibilitar que o recurso a ser apresentado contenha os acertos devidos.

§ 2º Apresentado recurso pelo interessado, e desde que não contenha fato novo ou apresente argumentação descabida, a Superintendência não reformará a sua decisão e enviará a peça para análise do Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, a quem caberá deferir ou não o pedido, na qualidade de última instância administrativa superior.

§ 3º Diante a atipicidade do imóvel avaliado e a laudos de elevada complexidade, o Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União poderá acionar o Comitê Consultivo de Engenharia de Avaliação (CCEA), instituído pela Portaria SPU nº 86, de 4 de setembro de 2019, para análise do recurso a fim de subsidiar a sua decisão.

§ 4º Acionado, o CCEA analisará, por meio de nota técnica, o laudo de avaliação, destacando os pontos discordantes entre a parte interessada e as instâncias administrativas, e opinando acerca do deferimento ou não do recurso.

§ 5º Mediante concordância do interessado, e após análise do CCEA, o Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União poderá ainda propor a elaboração de um terceiro laudo de avaliação, o qual poderá ser proveniente do próprio CCEA, da Caixa Econômica Federal ou de outro Banco Público, ficando, nesses dois últimos casos, seus custos às expensas do interessado.

§ 6º Deferido o recurso pelo Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, a Superintendência procederá com a atualização do valor unitário na base dos sistemas corporativos da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União nos termos do art. 60.

Seção XIV

Do Laudo de Avaliação e Da Homologação

Art. 62. As avaliações de imóveis, efetuadas por avaliador habilitado, deverão ser submetidas à apreciação da unidade gestora responsável pelo imóvel da União, com vistas a sua homologação.

§ 1º Os laudos de avaliação para análise com vista à homologação devem ser apresentados na modalidade completa, contendo todas as informações necessárias e suficientes para ser auto explicável, conforme disposto na Norma Brasileira de Avaliação de Bens da ABNT-NBR 14.653.

§ 2º A normatização prevista nos arts. 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SPU/ME Nº 43, de 31 de maio de 2022, também se aplica aos laudos de avaliação, e respectivas homologações, nos demais casos previstos no art. 21 desta IN.

Art. 63. Caso não se verifique o atendimento de alguma das informações obrigatórias a serem apresentadas, o laudo não será homologado e a área técnica responsável comunicará tais inconsistências ao interessado.

§ 1º O apontamento de inconsistências, complementações e/ou esclarecimentos do laudo em análise deve se ater a questões objetivas.

§ 2º A comunicação a que se refere o caput, da qual o interessado disporá de 30 dias para apresentar resposta, realizar-se-á via processo SEI e preferencialmente por meio de correio eletrônico ou Ofício.

§ 3º Recepcionada resposta, esta deverá ser analisada pela área técnica responsável, a qual por intermédio de nota técnica recomendará ao responsável pela unidade gestora a homologação ou não do laudo de avaliação.

§ 4º O responsável pela unidade gestora do imóvel comunicará sua decisão final ao interessado, acompanhada de cópia da última análise realizada, momento no qual se encerra o processo de análise de homologação.

§ 5º O presente artigo se aplica aos casos previsto no art. 21, a exceção do previsto na Instrução Normativa SPU/ME Nº 43, de 31 de maio de 2022.

Art. 64. Com a homologação do laudo de avaliação, este passa a ser considerado como laudo de avaliação válido.

Parágrafo único. O laudo de avaliação válido poderá ser submetido a análise de revalidação pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União ou unidade gestora com vista a prorrogação de seu prazo de validade.

Art. 65. É dispensada a homologação dos laudos de avaliação nas seguintes situações:

I - avaliações efetuadas por servidores habilitados das unidades gestoras;

II - avaliações atribuídas por ato legal à Caixa Econômica Federal;

III - avaliações realizadas por militares ou servidores civis habilitados das Forças Armadas;

IV - avaliações para locação de imóvel de terceiros por órgão da Administração Pública Federal;

V - avaliações para aquisição ou locação de imóvel no exterior, a serem providenciadas pelo órgão que nele se instalará ou no outro hierarquicamente superior, o qual deverá atestar que o laudo observou as normas técnicas locais;

VI - avaliações realizadas por ente público para fins de doação de imóvel à União;

VII - avaliações realizadas por Bancos públicos federais e empresas públicas, para fins de alienação onerosa, observado o art. 11-C, § 8º, da Lei nº 9.636, de 1998; ou

VIII - avaliações realizadas por bancos públicos federais, bem como empresas públicas, órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios cuja atividade-fim seja o desenvolvimento urbano ou imobiliário, mediante celebração de instrumentos previsto no art. 24-C da Lei nº 9.636, de 1998.

Art. 66. As avaliações necessárias ao aforamento de áreas da União, abrangidas pelo art. 12 da Lei nº 9.636, de 1998, quando efetuadas por terceiros, serão homologadas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União ou pela Caixa Econômica Federal, incumbindo tal encargo a quem tenha contratado os correspondentes serviços.

CAPÍTULO III

DOS PARÂMETROS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO PARA COBRANÇA PELA UTILIZAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO

Seção I

Dos Espaços Físicos em Águas públicas

Art. 67. As estruturas náuticas de uso restrito ou de uso misto onde houver cobrança para circulação de pessoas, atracação ou ancoragem de embarcações, terão o valor do preço anual pelo uso do espaço físico em águas públicas federais calculado através da aplicação de percentual de 2% sobre o valor da receita bruta auferida pela exploração econômica da área de espelho dágua.

§ 1º A renda bruta auferida pela exploração econômica da estrutura náutica em águas públicas poderá ser demonstrada por meio do último balanço tornado público pelo cessionário, por meio de receita declarada na declaração anual de imposto de renda, ou por meio de demonstrativos contábeis assinado por profissional contabilista reconhecido pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º No caso de impossibilidade de comprovação da receita bruta auferida conforme o §1º, não se aplicará a cobrança calculada na forma deste artigo.

§ 3º Nos casos de aplicação da cobrança calculada na forma deste artigo, fica o cessionário autorizado a estabelecer restrições ao acesso e ao uso das áreas de píeres, marinas, atracadouros, embarcadouros, cais e molhes, acrescido da área de fundeio de embarcações correspondente a uma distância de vinte metros adjacentes às estruturas náuticas utilizadas, respeitados os limites de empreendimentos vizinhos.

§ 4º É facultado ao cessionário solicitar o estabelecimento de restrições de acesso a áreas adicionais adjacentes ao empreendimento, respeitados os limites de empreendimentos vizinhos, mediante apresentação requerimento e justificativa para inclusão no contrato de cessão, cujo cálculo de cobrança por uso de área adicional se dará na forma do art. 68.

Art. 68. As estruturas náuticas nas quais não exista exploração econômica, terão o valor do preço anual pelo uso do espaço físico em águas públicas federais calculado conforme a seguinte equação:

Vcuo = (Vefap x A x FC) x 0,02

Onde:

I - Vcuo = Valor do preço público anual da cessão de uso onerosa em Reais;

II - Vefap = Valor do espaço físico em águas públicas em Reais por metro quadrado;

III - A = Área de utilização privativa do espaço físico em águas públicas federais, em metros quadrados; e

IV - FC = Fator de correção da área.

§ 1º Nas áreas contíguas ou distantes até 1.500m (mil e quinhentos metros) da terra firme onde existe um imóvel de dominialidade da União, o valor do metro quadrado atribuído ao espaço físico em águas públicas (Vefap) será igual ao valor do metro quadrado do terreno em terra firme de dominialidade da União que esteja mais próximo do local onde se localiza o empreendimento.

§ 2º O valor do metro quadrado do terreno de dominialidade da União localizado em terra firme será obtido na Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, na base de dados da Secretaria, tomando-se por referência o valor do trecho de logradouro do referido imóvel.

§ 3º Quando se tratar de estruturas instaladas além de 1.500m (mil e quinhentos metros) da terra firme, o valor do metro quadrado atribuído ao espaço físico em águas públicas (Vefap) será obtido pela média dos valores dos trechos de logradouro do Município onde se localiza o empreendimento, obtidos pela Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União na base de dados da Secretaria.

§ 4º Em se tratando de estruturas instaladas além de 1.500m (um mil e quinhentos metros) da terra firme, ao Valor do preço público anual da cessão de uso onerosa em reais (Vcuo) será calculado conforme a seguinte fórmula:

Vcuo = (Vefap x A x FC) x 0,016

Onde:

I - Vcuo = Valor do preço público anual da cessão de uso onerosa em Reais;

II - Vefap = Valor do espaço físico em águas públicas em Reais por metro quadrado;

III - A = Área de utilização privativa do espaço físico em águas públicas federais, em metros quadrados; e

IV - FC = Fator de correção da área.

§ 5º Nas áreas rurais, quando ausente valor de Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, o valor do metro quadrado do terreno em terra firme de dominialidade da União que esteja mais próximo do local onde se localiza o empreendimento poderá ser obtido pelo valor de terra nua, preferencialmente por meio da Planilha de Preços Referenciais de Terras elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 6º Quando não houver disponibilidade de trechos de logradouro de Planta de Valores do município onde se localiza o empreendimento, o valor do metro quadrado atribuído ao espaço físico em águas públicas (Vefap) poderá ser obtido pela média dos valores dos trechos de logradouro do município mais próximo, obtidos pela Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União na base de dados da Secretaria.

§ 7º Nos casos em que a identificação do Município mais próximo seja controversa, poderá ser utilizada a Planta de Valores da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União daquele para o qual é/será recolhido o imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN oriundo da atividade do empreendimento.

§ 8º O fator de correção da área - FC deve ser calculado conforme as seguintes fórmulas:

FC = $(A_{LTPVG} / Aefap)^{0,25}$, quando a diferença entre A_{LTPVG} e Aefap for inferior a 30%;

FC = $(A_{LTPVG} / Aefap)^{0,125}$, quando a diferença entre A_{LTPVG} e Aefap for superior a 30%;

Onde:

I - FC = fator de correção da área;

II - A_{LTPVG} = área do lote paradigma utilizado na formação do valor de Vefap; e

III - Aefap = área do espaço físico em águas públicas objeto da cessão.

§ 9º Quando não for possível averiguar a área do lote paradigma utilizado na formação do valor de Vefap, deverá ser adotada a área do lote padrão instituído pelo poder público municipal.

§ 10º Nos casos em que a licitação seja exigível, o valor mínimo estipulado para o certame será definido nos termos do caput.

§ 11º Para fins de incorporação e cadastro nos sistemas corporativos da SPU, e respeitando o estabelecido nos §§1º ao 9º, o espaço físico em águas públicas da União terá seu valor de avaliação calculado conforme a seguinte equação:

Vavef = Vefap x A x FC

Onde:

I - Vavef = Valor de avaliação de espaço físico em águas públicas da União;

II - Vefap = Valor do espaço físico em águas públicas em Reais por metro quadrado;

III - A = Área de utilização privativa do espaço físico em águas públicas federais, em metros quadrados; e

IV - FC = Fator de correção da área.

§ 12º O valor mínimo anual admitido para os casos de cessão de uso de espaço físico em águas públicas federais corresponderá a um mil e duzentos e doze reais, independentemente do valor calculado na forma deste artigo.

Art. 69. Os procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido a título de retribuição à União serão estabelecidos pela Portaria SPU/ME nº 5.629, de 23 de junho de 2022.

Seção II

Dos Espaços Físicos em Terras Públicas da União

Art. 70. Para determinação do valor da cessão de uso onerosa em terras de domínio da União, com fins de implantação e exploração de empreendimentos de interesse econômico ou particular, será considerada a equação:

Vcuo = Veftp x A x Fa x 0,02

Onde:

I - Vcuo = Valor do preço público anual da cessão de uso onerosa em reais;

II - Veftp = Valor do espaço físico em terras públicas em reais por metro quadrado;

III - A = Área de utilização privativa do espaço físico em terras públicas federais, em metros quadrados; e

IV - Fa = Fator área.

§ 1º Mediante análise técnica da Superintendência, e sem prejuízo da aplicação do Fa, poderão ser aplicados outros fatores na calibração do Vcuo, devidamente fundamentados.

§ 2º Nas áreas contíguas onde existe um imóvel de dominialidade da União, o valor do metro quadrado atribuído ao espaço físico em terras públicas (Veftp) será igual ao valor do metro quadrado do terreno de dominialidade da União que esteja mais próximo do local onde se localiza o empreendimento ou do valor venal do trecho de logradouro correspondente fornecido pelo Município, se urbano, ou valor de terra nua fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER ou outros órgãos especializados no assunto, se rural, prevalecendo o que for maior.

§ 3º O valor do metro quadrado do terreno de dominialidade da União será obtido na Planta de Valores Genéricos - PVG, na base de dados do Sistema Imobiliário de Administração Patrimonial - SIAPA, tomando-se por referência o valor do trecho de logradouro do referido imóvel.

§ 4º Quando não houver disponibilidade de trecho específico de logradouro onde se localiza o empreendimento, o valor do espaço físico em terras públicas (Veftp) poderá ser obtido pela média dos valores dos trechos de logradouro do Município onde se localiza o empreendimento, obtidos pela PVG na base de dados do SIAPA.

§ 5º Nos casos em que a licitação seja exigível, o valor mínimo estipulado para o certame será definido nos termos deste artigo.

§ 6º As cessões que possibilitarem o uso misto, caracterizado pelo uso do imóvel, em parte pelo uso econômico ou privado e, em outra parte possibilite o acesso e uso, franco e irrestrito da população em geral ou para uso de entes públicos em atividades não econômicas, serão caracterizadas como em condições especiais, descontando-se no cálculo do preço, a área reservada ao uso público.

§ 7º Em caso de terras públicas com benfeitorias da União, o cálculo do Vcuo deve englobar o valor das mesmas conforme a seguinte equação:

Vcuo = [(Veftp x A) + (Ab x CUB x Kp x Kd)] x 0,02

Onde:

I - Vcuo = Valor do preço público anual da cessão de uso onerosa em reais;

II - Veftp = Valor do espaço físico em terras públicas em reais por metro quadrado;

III - A = Área de utilização privativa do espaço físico em terras públicas federais, em metros quadrados.

IV - Ab = Área em metro quadrado da benfeitoria da União a ser ocupada;

V - CUB = Custo unitário básico, em reais por metro quadrado, fornecido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON ou outra entidade de referência, adequado às características da benfeitoria e a data de referência;

VI - Kp = Coeficiente de valor pleno, corresponde às despesas não consideradas na composição do CUB; e

VII - Kd = Coeficiente de depreciação referenciada pela tabela de Ross-Heideck ou outra metodologia consagrada, desde que referenciado pelo avaliador.

Art. 71. Em casos especiais e a critério da Superintendência do Patrimônio da União, o valor do espaço físico em terras públicas (Veftp) poderá ser calculado mediante laudo de avaliação ou relatório de valor de referência.

Seção III

Da Cessão Onerosa para Terrenos Afetados por Linha de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

Art. 72. Para a determinação do valor da cessão onerosa para as Linhas de Transmissão e Linhas de Distribuição deverá ser observada a Portaria Interministerial MP-MMA-MME nº 37, de 3 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. Para os demais casos de empreendimentos de Linhas de Transmissão e Linhas de Distribuição em áreas da União fora de Unidades de Conservação, o valor da cessão onerosa deverá ser obtido conforme a série de Normas NBR ABNT 14.653.

Seção IV

Da Permissão de Uso

Art. 73. As permissões de uso terão o valor calculado a partir da disponibilização da área da União, considerando o interregno de noventa dias conforme a seguinte equação:

Vpu = [(Vef x A x 0,01) x (Nd/90)] x Ft

Onde:

Vpu = Valor do preço público diário com prazo de até noventa dias pela permissão de uso em reais;

Vef = Valor do espaço físico em reais por metro quadrado;

A = Área de utilização do espaço físico em área de uso comum do povo, em metros quadrados;

Nd = número de dias de utilização contados a partir da disponibilização da área até sua completa liberação;

Ft = Fator de uso de acordo com a exploração da área

§1º O valor do espaço físico (Vef) será igual ao valor do metro quadrado medido horizontalmente para a parte da terra de imóvel de domínio da União que esteja mais próximo do local onde se realizará a permissão, obtido da Planta de Valores Genéricos - PVG, na base de dados do Sistema Imobiliário de Administração Patrimonial - SIAPA, tomando-se por referência o valor do trecho de logradouro do referido imóvel.

§2º Quando não for possível atribuir o valor horizontalmente mais próximo, o valor do espaço físico (Vef) será igual à média dos valores dos trechos de logradouro do município onde se localiza a permissão, obtidos pela PVG na base de dados do SIAPA.

§3º Caso inexista qualquer informação de PVG na base de dados do SIAPA para o município onde se localiza a permissão, o valor do espaço físico (Vef) poderá ser estabelecido por meio de adoção da PVG municipal observando-se os parágrafos acima, ou por meio de avaliação, a ser realizado por técnico habilitado, observando-se o valor médio da terra na região.

§4º Quando necessária a realização de uma avaliação expedita, esta deverá ser feita, preferencialmente, por levantamento de preços médios de terrenos na região, devidamente homogeneizados.

§5º As alíquotas do fator de uso (Ft) correspondem ao enquadramento da exploração de uso, conforme abaixo:

I - 1,00 (sem acréscimo) - quando se tratar de uso promovido por ente público com exploração econômica/comercial, desde que não haja restrição de acesso ao evento.

II - 1,00 (sem acréscimo) - quando se tratar de uso por ente privado, desde que não haja exploração econômica/comercial e que haja restrição de acesso ao evento.

III - 1,50 (cinquenta por cento) - quando se tratar de uso por ente privado, com exploração econômica/comercial desde que não haja restrição de acesso ao evento.

IV - 2,00 (cem por cento) - quando se tratar de uso por ente público ou privado, que haja exploração econômica/comercial e restrição de acesso ao evento.

§ 6º Para os fins deste artigo, considera-se exploração econômica/comercial as atividades que expõem marcas e patrocínio privado, bem como a comercialização de produtos ou serviços.

§ 7º Para os fins deste artigo, considera-se restrição de acesso à área a comercialização de ingresso, pagamento de inscrição ou exigência de convite específico.

§ 8º A retribuição estabelecida será devida pelos dias de disponibilização da área de domínio da União, incluindo na contagem o período de montagem e desmontagem dos equipamentos.

§ 9º O valor mínimo admitido para os casos da permissão de uso onerosa será de R$ 500,00 (quinhentos reais), independentemente do valor calculado pela equação do caput, além do valor correspondente às despesas de publicação, conforme estabelecido no § 12 do presente.

§ 10º O valor cobrado para a permissão de uso será recolhida por meio de DARF, código de receita nº 046, e o valor referente aos custos administrativos com a publicação no Diário Oficial da União, por meio de GRU.

§ 11º Os pagamentos deverão ser efetuados com a antecedência mínima de cinco dias úteis da disponibilização da área, sob pena de arquivamento do processo de Permissão de Uso.

§ 12º O valor a ser cobrado referente aos custos administrativos com a publicação em Diário Oficial da União será de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), obedecendo aos critérios estabelecidos pela Imprensa Nacional, na Portaria IN nº 117, de 13 de maio de 2008, e será atualizado sempre que houver alteração por esse órgão.

§ 13º Caso o solicitante tenha algum débito junto à SPU, a outorga da permissão de uso ficará condicionada à extinção desse débito, desde que o valor seja exigível.

Seção V

Do Domínio Útil, Domínio Pleno, Taxa de Ocupação, Foros e Laudêmios

Art. 74. Para o cálculo das receitas patrimoniais, será adotado como base o valor atual de domínio pleno cadastrado nos sistemas corporativos da SPU ou mediante avaliação do imóvel, conforme cada caso

§ 1º O valor atual será aquele referido à data de vigência da avaliação conforme art. 55 desta IN.

§ 2º Não serão efetuadas avaliações pretéritas, exceto nos casos de determinação dos valores de laudêmio e de multa de transferência, nos quais a base de cálculo será o valor do imóvel na época da lavratura do título de transferência, aplicando-se a atualização monetária por meio do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA

§ 3º Caso o fato gerador do laudêmio seja anterior à entrada em vigor da Lei nº 13.240, de 2015, as benfeitorias serão consideradas na avaliação.

§ 4º Quando necessário, e a critério da Superintendência do Patrimônio da União, o valor do domínio pleno do terreno da União, para fins de cobrança retroativa, poderá ser fixado com base nos valores de mercado à época, com a posterior aplicação de correção monetária.

§ 5º Para fins de correção monetária, das quais tratam esse artigo, deve ser aplicado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo- IPCA.

Art. 75. O valor do domínio útil de terreno da União, corresponderá a 83% (oitenta e três por cento) do valor do domínio pleno do terreno, nos termos do art. 103, §2º, do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

Parágrafo único. Se o terreno avaliado for composto de parte da União e parte alodial, a avaliação será realizada para o imóvel como um todo, conforme art. 28 desta IN.

Art. 76. Para a determinação do valor de remição do foro (venda do domínio direto), quando autorizada, o valor considerado será igual a 17% (dezessete por cento) do valor do domínio pleno do terreno.

Art. 77. Para a determinação do valor de base para cálculo de taxas de ocupação e foros, considerar-se-á o valor do domínio pleno do terreno da União.

Art. 78. Para a determinação da base de cálculo do laudêmio observar-se-á o valor do domínio pleno do terreno da União, excluídas as benfeitorias, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 1987.

Art. 79. Para a determinação do valor de imóvel parcialmente da União e parcialmente alodial, a proporcionalidade (r) a ser adotada corresponde à razão entre a área do terreno da União (Atu) e a área do terreno total (Att).

§ 1º Nos casos de benfeitorias localizadas parcialmente na área de terreno da União, será adotada a proporcionalidade referida.

§ 2º As informações a respeito da localização das benfeitorias em área alodial ou da União, constantes dos registros da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, poderão ser revistas e corrigidas por requerimento do interessado, devidamente justificado, mediante apresentação de documentação comprobatória ou por iniciativa da própria Secretaria.

Art. 80. Na inexistência de matrícula individualizada no Cartório de Registro de Imóveis, as áreas que integram loteamentos e condomínios devem ser consideradas globalmente, excluindo-se as áreas afetadas ao uso comum do povo.

§ 1º Somente após o registro dos imóveis no Cartório de Registro de Imóveis competente, com a correspondente abertura de matrículas individualizadas, as unidades serão avaliadas individualmente, ainda que não estejam vendidas.

§ 2º Para os imóveis já registrados no Cartório de Registro de Imóveis, cujas matrículas individualizadas tenham sido abertas, mas não regularizados perante a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, as unidades serão também avaliadas individualmente.

Art. 81. No caso específico de condomínio, o imóvel será avaliado como um todo (área privativa, acrescida da área comum), e a cada unidade corresponderá parcela proporcional a sua fração ideal em relação à área da União.

Art. 82. Para a fixação dos valores de laudêmio, deverá ser utilizada a Ficha de Cálculo de Laudêmio - FCL, expedida automaticamente pelo Sistema de Administração Patrimonial - SIAPA.

Seção VI

Dos Arrendamentos e das Locações

Art. 83. Os valores das locações e arrendamentos deverão ser fixados de acordo com o mercado imobiliário local, por meio de laudo de avaliação.

§ 1º Para avaliação das locações de bens, deverá ser utilizado, preferencialmente, o método comparativo direto de dados de mercado locativo.

§ 2º Para avaliação dos arrendamentos de bens deverá ser utilizado, preferencialmente, o método da renda.

§ 3º Mediante justificativa do avaliador, poderá ser adotada outra metodologia prevista na NBR 14.653 e suas partes.

Art. 84. No caso de locações ou arrendamentos de imóveis rurais da União para atividades agropecuárias, a avaliação poderá ser feita com base na renda, através de pesquisa atualizada de preços obtidos pelas cotações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER ou de outros órgãos especializados no assunto.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 85. Outras orientações de caráter operacional deverão ser consultadas no Manual de Procedimento Operacional Padrão - POP em sua versão vigente, elaborado pela Coordenação Geral de Avaliação e Contabilidade da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

Art. 86. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 5, de 28 de novembro de 2018; e

II - a Portaria nº 8.700, de 27 de agosto de 2018.

Art. 87. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 03 de outubro de 2022.

FABIANA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/ME Nº 8.472, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Tipo de Imóvel	Área (m²)
1	CE	Crato	Estrada Malhada-ponta da Serra, s/n. Sítio Palmeirinha	4.343	2º Registro de Imóveis e Hipotecas de Crato	Terreno	1.200,00
2	CE	Fortaleza	Rua São Paulo, 32, Sala 1304, Centro	8.919	Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca de Fortaleza	Sala Comercial	32,95
3	DF	Brasília	SQN 106, Bloco H, Apartamento 201, Asa Norte,	46.808	2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal	Apartamento	Privativa: 154,07
4	MS	Campo Grande	Rua Wagner Jorge Borttoto, Lote 04, Quadra 51, Bairro Jardim Veraneio	2.086	Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição	Gleba Urbana	10.010,00
5	MS	Campo Grande	Rua Fortaleza, Lote 26, Quadra 04, Jardim Imá	55.351	Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição	Terreno	416,00
6	MG	Divinópolis	Rua Engenheiro Benjamin de Oliveira S/N, Bairro Esplanada	147.661	Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis	Terreno	10.801,49
7	MG	Pirapora	Rua Montes Claros, 1A e 3B	33.247	Ofício do Registro de Imóveis de Pirapora	Terreno	3.364,55
8	PR	Maringá	Avenida Cerro Azul, 1342, ap. 302 - Jardim Novo Horizonte	17.332	Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá	Apartamento	Privativa: 108,00

Art. 2º Art. 2º Retifica-se o item 4 da Portaria 8.342, publicada no dia 20/09/2022, referente ao número da matrícula do imóvel descrito como Rua João Gomes do Prado s/nº, Vila São Jorge, Paranaguá-PR. Onde se lê matrícula 159.196 leia-se matrícula 62.311.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa RFB nº 2104, de 21 de setembro de 2022, publicada no DOU nº 181, de 22 de setembro de 2022, seção 1, página 51,

Onde se lê:

Art. 1º .....

"Art. 16. .....

§ 1º A fiscalização aduaneira poderá solicitar assistência técnica para a identificação e quantificação da mercadoria.

Leia-se:

Art. 1º .....

"Art. 16. .....

§ 1º A fiscalização aduaneira poderá solicitar serviço de perícia para a identificação e quantificação da mercadoria.

Onde se lê:

Art. 2º .....

"Art. 15. .....

.....

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput, configura-se a chegada da carga no momento em que ocorre a chegada do veículo transportador no destino final informado no conhecimento de transporte." (NR)

Leia-se:

Art. 2º .....

"Art. 15. .....

.....

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput, configura-se a chegada da carga no momento em que ocorre a chegada do veículo transportador no destino final informado no conhecimento de carga." (NR)

Onde se lê:

Art. 2º .....

"Art. 62-C. .....

.....

§ 4º .....

.....

II - as indicações do lugar de destino e do preço do frete devem ser efetuadas pelo transportador no CE a que se refere a alínea "c" do inciso I do § 2º do art. 18, no caso de ausência dessas informações na via original do conhecimento de transporte." (NR)

Leia-se:

Art. 2º .....

"Art. 62-C. .....

.....

§ 4º .....

.....

II - as indicações do lugar de destino e do preço do frete devem ser efetuadas pelo transportador no CE a que se refere a alínea "c" do inciso I do § 2º do art. 18, no caso de ausência dessas informações na via original do conhecimento de carga." (NR)

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º do Ato Declaratório Executivo n° 75, de 20 de setembro de 2022, publicado no DOU nº 180, de 21 de setembro de 2022, seção 1, página 114:

Onde se lê: "de que trata o Laudo Constitutivo n° 0174/2020"

Leia-se: "de que trata o Laudo Constitutivo n° 0104/2021"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF02 Nº 178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, Edição Extra, e tendo em vista o disposto no inciso VI do § 1º artigo 67 e no §1º do artigo 97 da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, publicada no DOU de 20 de julho de 2022:, resolve:

Art. 1º Designar aos Delegados e respectivos Adjuntos das unidades administrativas da 2ª Região Fiscal que administram Depósitos de Mercadorias Apreendidas (DMA) as atribuições de apreciar solicitações de incorporação ou doação de mercadorias apreendidas e de autorizar o respectivo atendimento.

Art. 2º As incorporações ou doações de mercadorias apreendidas autorizadas nos termos desta Portaria devem atender ao disposto na Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022.

Art. 3º Ficam subdelegadas ao Superintendente-Adjunto Substituto as competências dos Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil para destinar mercadorias, respeitado o seguinte:

I - no caso de incorporação ou doação, observará os seguintes limites:

a) 30 (trinta) veículos por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, quando se tratar de incorporação a órgãos da administração pública federal e estadual ou do Distrito Federal;

10 (dez) veículos por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, quando se tratar de incorporação a órgãos da administração pública municipal ou doação à OSC; e R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no caso de doação à OSC, por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, exceto por conveniência e oportunidade quando se tratar de entidade de notória reputação e atuação social, mediante juntada de justificativa ao correspondente processo de destinação.

II - no caso de incorporação ou doação de veículo, o disposto no inciso I e o seguinte:

a) o valor unitário máximo de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de veículos do tipo ônibus, caminhão, trator, embarcação e aeronave; e

b) o valor unitário máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso dos demais tipos de veículos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.01 - SRRF04/DISIT, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OU SEGURANÇA, QUE TENHAM POR FINALIDADE A GARANTIA DA INTEGRIDADE FÍSICA DE PESSOAS OU A PRESERVAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA. RETENÇÃO. FATURA. NOTA FISCAL. RECIBO. VALOR BRUTO.

As empresas que prestam serviços de segurança de bens, valores ou pessoas por meio de escolta composta por segurança armada devem destacar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços a ser efetuada e recolhida em seu nome pela contratante.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 971, de 2009: art. 117, inciso II.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 304 - COSIT, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS

Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG N° 100, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.295244/2022-69, declara:

Art. 1°. COABILITADA a pessoa jurídica CONSTRUTORA REMO LTDA inscrita no CNPJ n° 18.225.557/0001-96, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pelo o ADE DRF SOR n°188 de 06/07/2021-DOU de 08/07/2021 que aprovou o projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica relativos à Subestação Porto Ferreira e nas Linhas de Transmissão 138 kV Baldin - Porto Ferreira e 138 kV Porto Ferreira - Araras, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.755, de 09/03/2021, aprovado pela Portaria MME nº 661, de 11/05/2021 -DOU 13/05/2021 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista /CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	CONSTRUTORA REMO LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	18.225.557/0001-96
NOME DO PROJETO	Projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica relativos à Subestação Porto Ferreira e nas Linhas de Transmissão 138 kV Baldin - Porto Ferreira e 138 kV Porto Ferreira - Araras, Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.755, de 09/03/2021
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria MME nº 661, de 11/05/2021 -DOU 13/05/2021
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE DRF SOR n°188 de 06/07/2021-DOU de 08/07/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO ESTIMADO DA OBRA PORTARIA MME	De 11/03/2021 a 11/11/2023..

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente coaabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, § 3º e IN1911/2019 -art.588° -§ 6º). Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva coaabilitação

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 101, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.347898/2022-85, declara:

Art. 1°. COABILITADA a pessoa jurídica TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA inscrita no CNPJ n° 03.130.160/0001-43, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pelo ADE DRF/SOR nº 238 de 27/07/2021 -DOU de 02/08/2021 que aprovou o projeto Lote 02 do Leilão nº 01/2020-ANEEL /Contrato de Concessão nº 01/2021-ANEEL, celebrado em 03/03/2021 aprovado pela Portaria SPDE MME nº 739, de 16/06/2021-DOU de 18/06/2021. Matrícula CEI nº 90.006.96207/74 de titularidade de EKTT 7 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S A- CNPJ sob o nº 28.438.834/0001-00 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	03.130.160/0001-43
NOME DO PROJETO	Projeto Lote 02 do Leilão nº 01/2020-ANEEL (Contrato de Concessão nº 01/2021-ANEEL, celebrado em 03/03/2021)
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria MME SPDE nº 739, de 16/06/2021-DOU de 18/06/2021
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE DRF/SOR nº 238 de 27/07/2021 de -DOU de 02/08/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO ESTIMADO DA OBRA PORTARIA MME	De 31/03/2021 a 31/03/2026..

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente coaabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações à ela vinculadas (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, § 3º e IN 1911/2019 -art.588° -§ 6º). Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva coaabilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA ALF/VIT Nº 6, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Reestrutura a atividade do Plantão Aduaneiro, altera e revoga dispositivos da Portaria ALF/VIT nº 3 de 5 de fevereiro de 2020.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, considerando a necessidade de reestruturar as atividades do plantão aduaneiro no âmbito da Alfândega do Porto de Vitória, e proceder às devidas adaptações normativas, resolve:

Art. 1º Fica constituído o Grupo de Plantão Aduaneiro (GPA) da Alfândega do Porto de Vitória subordinado diretamente ao Gabinete da Alfândega.

§ 1º Os membros do GPA serão designados pelo Delegado da Alfândega em Portaria própria, com localização dos servidores no Gabinete da Alfândega.

§ 2º Quando houver afastamento de algum dos membros do GPA por motivo de férias, licença ou outros, a sua substituição na escala do plantão será determinada pelo Titular da Unidade ou seu Adjunto dentre os analistas ou auditores lotados em qualquer dos setores da Alfândega do Porto de Vitória.

Art. 2º A supervisão do GPA será exercida por servidor designado pelo Delegado da Alfândega de Vitória e terá por atribuições, além de outras que o Titular da Unidade venha a lhe atribuir:

I - aprovar a escala mensal de plantonistas;

II - alterar a escala de plantão conforme as necessidades do GPA;

III - propor alterações no horário de início dos plantões;

IV - dirimir dúvidas encaminhadas pelos plantonistas atinentes às circunstâncias e eventualidades surgidas no âmbito do trabalho;

V - dar as devidas orientações aos plantonistas para a execução das suas tarefas.

Parágrafo único. Na ausência do supervisor do GPA as atribuições referidas neste artigo serão exercidas pelo Supervisor Substituto, e na ausência de ambos, por servidor a ser designado pelo Delegado da Alfândega de Vitória

Art. 3º Os membros do GPA têm as seguintes atribuições, que serão exercidas de forma ininterrupta:

I - verificar a bagagem acompanhada;

II - autorizar a admissão de veículo de viajante não residente, quando adentrada no território aduaneiro por meios próprios, em regime aduaneiro especial de admissão temporária, bem como efetuar a formalização de termo de responsabilidade, o controle do prazo de permanência, a prorrogação e a extinção desse regime;

III - autorizar o ingresso de pessoas a bordo de embarcação não atracada e a movimentação de bens pertencentes à referida embarcação, em casos justificados pelo interessado, observando os procedimentos fixados em norma local específica;

IV - analisar os pedidos de autorização para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes, alimentos e outros produtos, para uso e consumo de bordo em aeronave ou embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, em conformidade com a IN RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017 e demais disposições legais pertinentes;

V - analisar os pedidos de retirada de resíduo de bordo de embarcação atracada, por meio de outra embarcação, assim como a retirada de bordo de resíduo de qualquer natureza de embarcação utilizada exclusivamente no transporte internacional de carga ou passageiro;

VI - analisar os pedidos de autorização de entrega antecipada ou desembaraço de urna funerária;

VII - realizar as ações atribuídas ao plantão no âmbito do trânsito aduaneiro conforme disciplinado pela Portaria ALF/VIT nº 02 de 20 de julho de 2022;

VIII - recepcionar, analisar e deferir ou negar os pedidos de limpeza ou inspeção de cascos de embarcações;

IX - recepcionar e encaminhar ao Gabinete através de processo os pedidos feitos por empresas privadas de utilização de cães de faro a bordo;

X - observadas as competências legais reservadas ao exercício do cargo, lavrar auto de infração e representações fiscais para fins penais, termos de ocorrência, de retenção ou de apreensão, quando cabível e atinente às atividades do GPA;

XI - efetuar quaisquer outras incumbências que venham a ser designadas pelo Delegado da Alfândega do Porto de Vitória ou, após a autorização deste, pelas chefias da Sacit, do Sedad, do Serep ou da Eqrep.

§ 1º Os pedidos a que se referem os incisos VIII e IX deste artigo devem ser de imediato comunicados às chefias do Serep e da Eqrep, independentemente de virem a ser deferidos.

§ 2º Os plantonistas instruirão os solicitantes dos pedidos a que se referem os incisos VIII e IX de que os formulários de solicitação de autorização devem explicitamente declarar que o manuseio ou abertura de cargas ou bagagens fica vedado por parte tanto da empresa que prestará os serviços de inspeção quanto de qualquer tripulante ou funcionário de Agência Marítima, em caso de detecção de drogas, até a chegada de equipe da Alfândega.

§ 3º A autorização mencionada no inc. X deste artigo será dada pelo Titular da Alfândega ou por seu Adjunto mediante qualquer meio à sua disposição.

Art. 4º O parágrafo único do art. 27 da Portaria ALF/VIT nº 3 de 5 de fevereiro de 2020 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27. .....

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições próprias, descritas nos arts. 23 a 25 desta portaria, a execução das atividades outorgadas a cada uma das Equipes pode ser remanejada entre elas, a critério da Chefia do Serviço e, na medida da necessidade, da conveniência ou da oportunidade."

Art. 5º A Portaria ALF/VIT nº 3, de 5 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

VI - O Grupo de Plantão Aduaneiro - GPA/ALF/VIT.

Parágrafo único. As Atribuições do Grupo de Plantão Aduaneiro são aquelas elencadas no art. 3º da Portaria ALF/VIT nº 06/2022."

Art. 6º ficam revogados o inciso III do art. 23 e o art. 26 da Portaria ALF/VIT nº 3 de 5 de fevereiro de 2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS COSTA KOEHLER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 46, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Alfandega até 04/10/2041 a Instalação Portuária de Uso Público administrada pela empresa TES - TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS S/A e revoga os Atos Declaratórios Executivos SRRF08 nº 26/2021 e nº 03/2022.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, com a competência definida no inciso I do artigo 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos termos e condições desta norma e considerando o que consta do processo nº 11128.722274/2016-17, declara:

Art. 1º. Fica alfandegada, a título permanente e em caráter precário, até 04 de outubro de 2041, para operar exclusivamente na movimentação e armazenagem de granéis sólidos na exportação, a Instalação Portuária de Uso Público localizada na Avenida Governador Mário Covas Júnior, s/nº - Armazéns XL e XLII - bairro Estuário - Santos/SP, administrada pela empresa TES - TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 18.845.076/0001-83, arrendada por meio do Contrato de Arrendamento nº 1/2016, firmado em 10 de maio de 2016, cujo extrato está publicado no D.O.U. de 16 de maio de 2016, constituída pela Área 1 - Armazéns XL e XLII, com 30.700 m², e pela Área 2, com 16.100 m², onde estão instalados 11 Silos identificados como SL-3001, SL-3002, SL-3003, SL-3004, SL-3005, SL-3006, SL-3007, SL-3008, SL-3009, SL-3010 e SL-3011, com capacidade estática de armazenagem total de 225.000 toneladas.

Art. 2º. As coordenadas geográficas do Terminal são -23,980857 e -46,293085.

Art. 3º. Estão dispensadas as disponibilizações do escritório exclusivo para a RFB e do equipamento para inspeção não invasiva.

Art. 4º. Permanece atribuído na Tabela Siscomex o código nº 8.93.13.60-7 ao Terminal em questão, o qual está sob a jurisdição da ALF/Porto de Santos, que exercerá a fiscalização aduaneira de forma ininterrupta, podendo estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro.

Art. 5º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 6º. Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos SRRF08 nº 26, de 30 de junho de 2021, publicado no D.O.U. de 07 de julho de 2021, e nº 03, de 23 de março de 2022, publicado no D.O.U. de 25 de março de 2022, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA ALF/SPO Nº 25, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria ALF/SPO nº 548, de 26 de março de 2014.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - ALF/SPO, no uso das atribuições previstas nos artigos 360, 364 e 365 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, resolve:

Art. 1º Alterar a redação da Portaria ALF/SPO nº 548/2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2014, como segue:

"Art. 5º Delegar competência aos Chefes de Serviço, Seção e Equipe e, concomitantemente, aos seus substitutos eventuais, para:

I - requisitar, devolver e encaminhar processos, no âmbito da ALF/SPO, assim como autorizar o arquivamento ou desarquivamento de processos findos, concernentes às matérias de suas atribuições, observadas as regras de temporalidade de documentos; e

II - fixar escala para os agentes públicos integrantes de seu setor, incluindo a localização, para os casos em que esta se dê em local distinto do edifício-sede da ALF/SPO.

§ 1º Aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil com exercício na ALF/SPO, bem como aos alocados nos processos de trabalho de que trata a Portaria SRRF08 nº 230/2022, ficam delegadas as mesmas atribuições do inciso I do caput, à exceção do arquivamento ou desarquivamento de processos.

...

Art. 7º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no SEDAD e suas subdivisões, bem como aos alocados nos processos de trabalho de que trata a Portaria SRRF08 nº 230/2022, concernente à matéria de suas atribuições, para:

...

VI - autorizar o levantamento de depósitos;

VII - autorizar em processo administrativo o registro da declaração de que trata o art. 40 da Instrução Normativa RFB nº 1.291/2012, aplicável após o fim do prazo estabelecido para a vigência do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF);

VIII - autorizar a realização de verificação de mercadoria, total ou parcialmente, no estabelecimento do importador ou outro local adequado, nas hipóteses elencadas no art. 35 da Instrução Normativa SRF nº 680/2006;

IX - autorizar o registro de uma única declaração para mais de um conhecimento de carga nas importações destinadas a um único importador, enquanto não estiver disponível função própria no Sistema Integrado de Comércio Exterior, nas hipóteses elencadas no art. 68 da Instrução Normativa SRF nº 680/2006; e

X - decidir sobre pedido de relevação da inobservância de normas processuais relativas à exportação temporária de bens, observadas as condições dispostas no art. 1º, inc. II, da Portaria SRF nº 1.703/1998.

§ 1º A decisão mencionada no inciso IV do caput, quando for relacionada a auto de infração cujo valor total das mercadorias envolvidas superar o montante de R$ 1.000.000,00, será proferida mediante Despacho Decisório assinado por dois Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

§ 2º As decisões referidas nos incisos VIII a X do caput serão proferidas apenas por Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no Gabinete do SEDAD ou em seu Grupo de Regimes Aduaneiros - GRUREA."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO BALAGUER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 244, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e no processo administrativo nº 13032.303842/2022-17, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0128 ao estabelecimento SERGIO HENRIQUE BOER, CNPJ nº 33.223.379/0001-58, situado na Estrada Velha Rio Claro - Ipeúna, Km 12 - Sítio Serra D´água, s/n - Bairro Zona Rural, Ipeúna/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 33, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Declara prorrogado o alfandegamento da instalação portuária de uso público, localizada dentro do Porto Organizado de Antonina, nos termos e condições normativos vigentes.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos arts. 14 e 15 da Portaria Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, e à vista do que consta do processo nº 13901.000002/99-73, DECLARA:

Art. 1º Fica prorrogado o alfandegamento concedido à instalação portuária de uso público, localizada dentro do Porto Organizado de Antonina, na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, 1520, Antonina (PR), com área total de 263.009,00 m², administrada pelo estabelecimento matriz da empresa PORTO PONTA DO FÉLIX, inscrita no CNPJ sob o nº 85.041.333/0001-11, até 30 de dezembro de 2037, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/95, celebrado pela interessada com a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República, com a interveniência da Administração do Porto de Paranaguá e Antonina - APPA e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. observados os termos e condições da legislação aplicável.

Art. 2º O recinto alfandegado poderá movimentar e armazenar exclusivamente granéis sólidos de origem vegetal ou mineral, nas operações aduaneiras previstas no art. 32, § 1º, incisos I ao VI, da Portaria RFB nº 143, de 2022.

Art. 3º Para utilização no SISCOMEX, fica mantido o código 9.12.13.02-9 ao recinto, sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Paranaguá, que exercerá a fiscalização aduaneira de forma ininterrupta, podendo estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro.

Art. 4º Fica mantida a habilitação do recinto para operar os regimes aduaneiros especiais de entreposto aduaneiro na importação e na exportação e de Depósito Alfandegado (DAC), concedidos anteriormente pelos ADEs SRRF09 nº 15 e 16, de 30 de julho de 2010, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de agosto de 2010.

Art. 5º Nos termos do art. 14, § 12, inciso III, da Portaria RFB nº 143, de 2022, fica o recinto dispensado de disponibilizar escâneres.

Art. 6º Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado.

Art. 7º Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 13, de 30 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 5 de julho de 2010.

Art. 8º Este Ato Declaratório Executivo será publicado no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde o dia 27 de abril de 2022.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 34, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga o alfandegamento de instalações portuárias localizadas dentro da área do Porto Organizado de Paranaguá.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos arts. 14 e 15 da Portaria Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, e à vista do que consta do processo nº 10907.002614/2001-65, declara:

Art. 1º O Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 122, de 20 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de agosto de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alfandegadas, a título permanente, até 15 de fevereiro de 2023, em favor do estabelecimento filial nº 3 da empresa CARGILL AGRÍCOLA S.A., CNPJ 60.498.706/0003-19, as instalações portuárias especializadas na movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais para exportação, localizadas dentro da área do Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Portuária, s/nº. D. Pedro II, Paranaguá (PR), compostas por silos horizontais, moegas, tombadores, e demais estruturas e instalações acessórias, com um montante de área alfandegada de 20.784 m², em conformidade com o Contrato de Transição nº 042/2022, celebrado entre a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e a interessada, em 26 de julho de 2022."

Art. 2º Permanecem válidas e eficazes as demais disposições do supracitado ADE SRRF09 nº 122, de 2021.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde o dia 19 de agosto de 2022.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

PORTARIA SRRF09 Nº 484, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Tornar sem efeito a publicação da Portaria SRRF09 nº 465, de 6 de setembro de 2022, no Diário Oficial da União.

O SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º da Portaria SRRF09 nº 799, de 19 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Torna sem efeito a publicação da Portaria SRRF09 nº 465, de 6 de setembro de 2022 no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2022, Seção 1, Página 35.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO BLONSKI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA ALF/FNS Nº 12, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina procedimentos dos depositários dos recintos alfandegados jurisdicionados pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba, unidade subordinada à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, em relação à abertura e desunitização de unidades de carga na importação.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 364, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Da Abertura e Desunitização de Unidades de Carga na Importação

Art. 1º Os recintos alfandegados jurisdicionados pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRF/IMB, poderão realizar a operação de abertura e desunitização de unidades de carga procedentes do exterior, dispensada a necessidade de anuência prévia da RFB, desde que atendidas as seguintes condições cumulativas:

I - inexista registro no Siscomex Carga de bloqueio total ou relativo à operação de desunitização para o contêiner;

II - a informação da desconsolidação tenha sido concluída no Siscomex Carga, no caso de conhecimento eletrônico genérico;

III - não seja constatada ausência ou divergência dos lacres apostos nas unidades de carga;

IV - não haja restrição por parte dos órgãos anuentes; e

V - não exista ordem judicial em contrário.

§ 1º O adimplemento das condições dos incisos deste artigo não dispensa o depositário das obrigações relacionadas no art. 2º desta Portaria.

§2º O requerimento de desunitização deverá ser encaminhado diretamente ao fiel depositário do recinto aduaneiro, ao qual caberá a responsabilidade sobre o controle da operação e regularidade das informações, inclusive quanto à habilitação e representação do solicitante.

§3º Constatada ausência ou divergência de lacre, conforme inciso III do caput, a IRF/IMB deverá ser imediatamente comunicada do fato, preferencialmente via e-mail, ficando suspensos os procedimentos de abertura e desunitização até manifestação da autoridade aduaneira.

§ 4º Quando o pedido se referir ao armazenamento das mercadorias e à devolução das unidades de carga aos respectivos transportadores, a desunitização de unidades de carga poderá ser requerida diretamente ao fiel depositário do recinto alfandegado em que se encontram depositadas, desde que obedecidas as condições previstas nesse artigo e que não tenha sido aplicada a pena de perdimento.

§ 5º O recinto alfandegado deverá dispor de área própria para armazenamento das mercadorias descritas no parágrafo anterior, ficando vedado armazenamento em áreas não previstas no alfandegamento.

Art. 2º Os recintos aduaneiros deverão manter, pelo prazo de cinco anos, registros acerca dos procedimentos de abertura e desunitização das unidades de carga, os quais conterão as seguintes informações:

I - identificação do órgão ou empresa solicitante;

II - identificação do servidor ou representante do solicitante;

III - identificação da unidade de carga;

IV - data e hora do início e do término do procedimento;

V - identificação do local de abertura ou vistoria;

VI - identificação dos lacres retirados e dos novos lacres apostos, se for o caso;

VII - identificação das pessoas que efetivaram e acompanharam o procedimento; e

VIII - sinais de avaria, constatações de falta ou de acréscimo de volumes porventura observados no procedimento.

Parágrafo único. Os registros efetuados nos termos do caput deste artigo não desobrigam o recinto alfandegado dos demais controles constantes nas normas de alfandegamento.

Art. 3º A abertura e desunitização de unidade de carga para a inspeção de mercadoria pelos órgãos e agências da administração pública federal, conforme estabelecido no art. 6º da IN SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, estará dispensada da anuência prévia da IRF/IMB, desde que atendidas as condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º Caberá ao recinto alfandegado informar à fiscalização aduaneira sinais de avaria, constatações de falta ou de acréscimo de volumes observados no procedimento de desunitização, consignando o fato em relatório.

Art. 5º Toda abertura e desunitização de unidade de carga deverá ser realizada em área coberta por câmeras de segurança que garantam, com qualidade de imagem, o registro do manuseio e movimentação das cargas.

Art. 6º A abertura e desunitização de unidades de carga, para atender a pedido efetuado pelo importador com base no art. 10 da IN SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, deverá ser efetuada somente quando acompanhada da respectiva autorização da equipe responsável pelo despacho aduaneiro e do servidor por ela indicado.

Art. 7º No caso de determinação judicial para devolução de unidade de carga vazia ao proprietário, o recinto aduaneiro deverá promover a desunitização em tempo suficiente para atender à ordem judicial.

§1º Cabe ao recinto alfandegado indicar e providenciar o local adequado para o depósito das mercadorias que requeiram cuidado especial por exigência de órgãos de controle da administração pública.

§2º Após efetivar a desunitização, é responsabilidade do recinto alfandegado comunicar tempestivamente a disponibilidade da unidade de carga vazia ao respectivo proprietário.

§3º O recinto alfandegado responsável pelo procedimento estabelecido no caput comunicará imediatamente à IRF/IMB o término da operação de desunitização bem como a entrega da unidade de carga vazia ao proprietário.

Da Abertura e Desunitização de Unidades de Carga objetos de Trânsito Aduaneiro

Art. 8º Salvo manifestação em contrário da fiscalização aduaneira, na chegada de veículo transportando unidade de carga que contenha mercadorias submetidas ao regime especial de trânsito aduaneiro, a unidade de carga poderá ser descarregada e movimentada para local pré-determinado no interior do recinto alfadengado, onde permanecerá lacrada até a conclusão do trânsito pela autoridade competente.

§ 1º Após a descarga a que se refere este artigo, o veículo transportador poderá ser liberado.

§ 2º O procedimento de que trata o parágrafo anterior somente poderá ocorrer se:

I - o recinto alfandegado dispuser de sistema informatizado de controle de entrada de veículos e mercadorias que possibilite comprovar a data e o horário de chegada do veículo transportador no recinto;

II - for mantida a integridade dos elementos de segurança aplicados na unidade de carga;

III - inexistirem avarias aparentes na unidade de carga, além daquelas eventualmente ressalvadas no local de origem do trânsito;

IV - recinto alfandegado:

a) atestar a entrada do veículo, acompanhar a descarga, a movimentação e o armazenamento da unidade de carga, bem como assumir a custódia das mercadorias;

b) apresentar à fiscalização aduaneira a unidade de carga e respectiva documentação para a conclusão da operação de trânsito aduaneiro, no início do expediente do dia útil subsequente ao procedimento referido neste artigo.

§ 3º Concluído o regime de Trânsito Aduaneiro, aplica-se, no que couber, o que dispõe o art. 1º desta Portaria.

Dispositivos Finais

Art. 9º O servidor da Receita Federal do Brasil que tiver conhecimento de fato ou indício de irregularidade que requeira cautelas fiscais poderá determinar, a qualquer tempo, a sustação do procedimento de abertura e desunitização da unidade de carga, determinando ao recinto alfandegado, ao operador portuário ou a qualquer interveniente responsável as providências acautelatórias necessárias.

Art. 10 O descumprimento do disposto nesta Portaria poderá implicar na aplicação das penalidades previstas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 11 Fica revogada a Portaria IRF/FNS nº 22, de 15 de agosto de 2016.

Art. 12 Esta Portaria entrará em vigor no primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao mês de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

PORTARIA ALF/FNS Nº 13, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina o uso dos equipamentos de inspeção não invasiva de cargas exigidos dos recintos alfandegados jurisdicionados pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba, unidade subordinada à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º O procedimento de inspeção das cargas em recintos alfandegados jurisdicionados pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRF/IMB, através da utilização de equipamento de inspeção não invasiva (escâner), obedecerá ao estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º Ressalvadas as situações de dispensa previstas na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, as administradoras dos locais ou recintos alfandegados deverão disponibilizar, sem ônus para a RFB, durante a vigência do alfandegamento, inclusive no que concerne à manutenção e operação, equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) de cargas, bagagens, veículos e unidades de carga.

Parágrafo Único. O quantitativo de equipamentos de que trata o caput, observadas suas capacidades nominais, deverá ser suficiente para verificação da totalidade da carga movimentada no local ou recinto.

Art. 3º O escaneamento será realizado de forma rotineira e contínua, observando os horários de funcionamento de cada recinto.

§1º O ingresso na sala de operação do equipamento é restrito aos operadores dos escâneres designados pelo recinto, aos servidores da RFB e às pessoas autorizadas por esta.

§2º Os operadores designados pelo recinto efetuarão o registro das pessoas que acessarem a sala de operação, sendo este registro encaminhado mensalmente à RFB, via e-mail.

§3º Em caso de tentativa de entrada de pessoa não autorizada na sala de operação, os operadores deverão comunicar o fato imediatamente ao setor de segurança do recinto e, paralelamente, à RFB, via e-mail.

Art. 4º As imagens geradas pelo equipamento de inspeção não invasiva são protegidas por sigilo fiscal e essenciais ao controle e fiscalização aduaneiros, não sendo permitido aos recintos alfandegados divulgá-las por qualquer meio ao transportador, importador, exportador, ou representantes destes, bem como a terceiros.

Art. 5º As imagens obtidas com o escaneamento de veículos e unidades de carga devem ser disponibilizadas em tempo real, em locais definidos pela RFB, nos termos do artigo 14 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022.

§1º O recinto alfandegado responsável pelo escaneamento deve fornecer computador com software proprietário instalado para a manipulação das imagens por meio de filtros, cores e outros recursos disponíveis, e com capacidade de exportar imagens no formato JPG.

§2º As imagens de que trata o caput devem permanecer disponíveis por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias e, após esse prazo, permanecerem arquivadas no formato proprietário pelo período de 1 (um) ano.

§3º O registro de cada imagem deve identificar o número da unidade de carga, a data e a hora do escaneamento e as placas do veículo transportador, devendo possibilitar a busca por qualquer um dos elementos citados.

§4º O computador de que trata o § 1º deste artigo deverá ser acessível de forma remota, mediante solução a ser aprovada previamente pela RFB.

§5º As imagens geradas pelos equipamentos devem compreender a totalidade da unidade de carga, incluindo suas estruturas, não devendo haver cortes, falhas ou flagrantes interferências de mau funcionamento.

Art. 6º Independentemente de solicitação da RFB, deverão ser escaneadas as unidades de carga:

I - no fluxo de exportação, incluindo as operações de cabotagem, embarque, baldeação ou transbordo, realizadas nos terminais portuários de embarque;

II - declaradas como vazias, tanto no fluxo de importação como de exportação, nos terminais portuários de embarque; e

III - submetidas a trânsito aduaneiro, incluindo o trânsito simplificado.

Parágrafo Único. Estão dispensadas do escaneamento:

a) unidades de carga com tamanho ou formato fora de padrão, cuja passagem pelo equipamento de inspeção possa representar risco de acidente; ou ainda quando medidas de segurança impossibilitem a operação de escaneamento, devendo-se comunicar tal fato à RFB, via e-mail, contendo identificação da unidade e registro fotográfico.

b) cargas embarcadas e desembarcadas por meio próprio (roll on - roll off).

Art. 7º O escaneamento de cargas e unidades de cargas será realizado nos seguintes momentos, condições e circunstâncias:

I - no fluxo de exportação:

a) imediatamente após a entrada no terminal portuário de embarque, inclusive no caso de contêineres declarados como vazios;

b) contêineres vazios, desovados dentro do terminal portuário de embarque, logo ao fim da desova, ou em momento imediatamente anterior ao embarque;

c) imediatamente após a conclusão da operação de estufagem, lacração e pesagem, no caso de unidades de carga unitizadas no terminal portuário de embarque; e

d) imediatamente, quando demandado pela RFB.

II - no fluxo de importação:

a) imediatamente, quando demandado pela RFB, inclusive para as cargas localizadas a bordo da embarcação, mesmo que não destinadas ao terminal portuário demandado;

b) imediatamente após o desembarque, no caso de unidades declaradas como vazias;

c) no momento da chegada das cargas recebidas em regime de trânsito aduaneiro iniciado em outra unidade da RFB, quando se tratar de modal rodoviário, ainda carregadas nos veículos de chegada; e

d) no momento da saída do recinto que realizou a operação portuária, já carregadas nos veículos de saída, para todas as unidades de carga em regime de trânsito aduaneiro, quando se tratar de modal rodoviário.

III - nas operações de transbordo e/ou baldeação de que trata o inciso I do artigo 6º, no momento do embarque.

Art. 8º Os recintos alfandegados que promoverem o escaneamento deverão comunicar imediatamente à RFB, via e-mail, com interrupção de fluxo da operação de movimentação da carga, as seguintes situações:

I - contêiner declarado como vazio em que for detectado qualquer tipo de material ou mercadoria;

II - quando as imagens apontarem suspeitas de algum material escondido nas longarinas, embaixo do piso ou entre as paredes de contêineres e demais unidades de cargas ou do próprio veículo transportador;

III - compartimento oculto em contêineres, unidade de cargas ou no próprio veículo transportador;

IV - quando as imagens apontarem suspeitas de existência de mercadorias consideradas sensíveis tais como armas, munições, explosivos, entorpecentes e material radioativo;

V - animais vivos; e

VI - qualquer irregularidade detectada.

§1º Na ocorrência de qualquer das situações previstas neste artigo, a carga ou unidade de carga será considerada retida, e deverá ser lacrada e segregada até que ocorra manifestação por parte da RFB.

§2º Não havendo manifestação da RFB, ou bloqueio da carga no Siscomex Carga, no prazo de 3 (três) dias úteis após a comunicação prevista no caput deste artigo, considerar-se-á autorizada a continuidade da movimentação da carga, cabendo ao recinto informar sobre a liberação à RFB, via e-mail.

Art. 9º Em caso de inoperância dos equipamentos de inspeção não invasiva que impossibilitem o cumprimento das situações previstas nesta portaria, o recinto deverá informar o fato imediatamente à RFB, e as cargas só poderão seguir seu fluxo com autorização prévia da RFB.

Art. 10 O não escaneamento de carga ou unidades de cargas sujeitas a escaneamento nos termos, momentos e prazos estabelecidos nesta Portaria ou o descumprimento dos demais termos e condições nela estabelecidos sujeitará a aplicação de eventuais sanções nos termos da legislação em vigor.

Art. 11 Fica revogada a Portaria IRF/FNS nº 52, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 12 Esta Portaria entrará em vigor no primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao mês de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

PORTARIA ALF/FNS Nº 16, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga as portarias que especifica.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Portaria IRF/FNS nº 101, de 23 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2009;

II - a Portaria IRF/FNS nº 8, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2015; e

III - a Portaria IRF/FNS nº 17, de 15 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

PORTARIA ALF/FNS Nº 19, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina, no âmbito da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Porto de Imbituba, unidade jurisdicionada à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, os procedimentos relativos ao fornecimento de mercadorias destinadas a uso e consumo de bordo de embarcações e dá outras providências.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Os procedimentos de controle e despacho de exportação de mercadorias destinadas a uso e consumo de bordo em embarcações exclusivamente de tráfego internacional, de bandeira brasileira ou estrangeira, obedecerão ao estabelecido nesta Portaria e no inciso I do art. 52 e art. 53 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994.

Do Cadastro Local para Habilitação das Empresas

Art. 2º As empresas fornecedoras de mercadorias destinadas a uso e consumo de bordo, para operarem nesta modalidade na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba (IRF/IMB), deverão ser habilitadas localmente.

Art. 3º Para fins de habilitação, o pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - cópia dos atos constitutivos da empresa (contrato ou estatuto social) e eventuais alterações, com certidão atualizada da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

§ 1º A habilitação terá validade de 3 (três) anos, salvo se da análise dos documentos constantes no inciso I resultar prazo menor.

§ 2º A habilitação não será concedida, ou poderá ser suspensa a qualquer momento, no caso de verificação da existência de impedimentos decorrentes de sanções administrativas, até o cumprimento de pena eventualmente aplicada.

§ 3º A habilitação concedida nos termos deste artigo não implica autorização para entrada nos recintos alfandegados.

Dos Requerimentos para Operação

Art. 4º A empresa fornecedora de bordo, ou o seu representante legal, deverá apresentar, por meio eletrônico, requerimento de solicitação de fornecimento de bordo, por embarcação, e em cada operação de fornecimento, em formulário definido pela IRF/IMB (Anexo I), acompanhado da Nota Fiscal que acoberte a operação, nos dias e horários de expediente normal da repartição, com prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis de antecedência da operação, informando:

I - agência marítima;

II - nome da embarcação;

III - bandeira da embarcação;

IV - empresa fornecedora de mercadorias destinadas a uso e consumo de bordo;

V - identificação dos veículos envolvidos na operação;

VI - identificação dos motoristas e das pessoas que, efetivamente, participarão da operação;

VII - data e período da operação programada, devendo o horário de início ser agendado na IRF/IMB;

VIII - local de abastecimento;

IX - quantidade e descrição dos produtos;

X - número da Nota Fiscal.

§ 1º Para obter as autorizações necessárias ao fornecimento de bordo, é de inteira responsabilidade do solicitante a apresentação do requerimento aos demais intervenientes envolvidos na operação.

§ 2º Caso o pedido para fornecimento de bordo seja deferido, o servidor da RFB responsável pelo procedimento comunicará à autoridade portuária, que permitirá a entrada, no dia e horário definidos, dos veículos transportadores de mercadorias destinadas a uso ou consumo de bordo no recinto alfandegado em que a embarcação se encontra atracada, bem como a presença no local da empresa fornecedora de bordo, ou seu representante legal, para acompanhamento da operação.

§ 3º Após encerrada a operação de fornecimento de bordo, a autoridade portuária permitirá a saída dos veículos transportadores de mercadorias destinadas a uso ou consumo de bordo, que não poderão conter nenhuma mercadoria em seu interior, exceto em casos de devolução devidamente comprovada.

§ 4º O servidor da RFB responsável pela análise do requerimento poderá definir prazo e horário diferentes dos mencionados no inciso VIII do caput, para que coincidam com os dias e horários de expediente normal na repartição.

§ 5º O fornecimento de bordo de mercadorias para navios em cabotagem ou em operação nacional está dispensado dos procedimentos previstos nesta Portaria, desde que as mercadorias estejam acobertadas por Nota Fiscal destinada ao referido navio e a atracação esteja registrada no Siscomex Carga, sem prejuízo dos controles específicos de outros órgãos.

Art. 5º A cada operação de fornecimento de bordo em embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, serão emitidas, pelo fornecedor, as respectivas Notas Fiscais, que deverão conter:

I - nome do fornecedor;

II - bandeira do navio e nome da empresa a que pertence;

III - identificação do veículo;

IV - quantidade e especificação dos produtos fornecidos;

V - data do fornecimento.

Art. 6º A embarcação deverá atestar o embarque das mercadorias na Nota Fiscal por meio de carimbo e assinatura do seu comandante.

Art. 7º Somente nos casos devidamente justificados, será autorizado o fornecimento de mercadorias para uso e consumo de bordo à embarcação que esteja ao largo, não atracada.

Art. 8º No caso de fornecimento de cigarros e bebidas alcoólicas, o acompanhamento fiscal será determinado pelo Inspetor-Chefe da IRF/IMB sempre que, em razão de sua quantidade ou qualidade representarem riscos ao controle aduaneiro, e nos casos de mercadorias que ofereçam risco à saúde e ao meio ambiente, de acordo com a legislação vigente.

Art. 9º Caso haja necessidade de permanecer depositada aguardando a atracação do navio, a mercadoria destinada ao uso ou consumo de bordo deverá ser recebida pelo representante da Autoridade Portuária.

Parágrafo único. O armazenamento das mercadorias estará condicionado à autorização prévia da IRF/IMB e à disponibilização de estrutura que ofereça condições de segurança e higiene.

Da Verificação Física

Art. 10 A verificação física das mercadorias destinadas ao uso e consumo de bordo será efetuada por servidor da IRF/IMB, mediante a apresentação, pelo fornecedor de bordo ou seu representante, da Nota Fiscal e do requerimento.

§1º O embarque de mercadorias vistoriadas poderá ser efetuado sem o acompanhamento de servidor da IRF/IMB, mediante apresentação ao representante da autoridade portuária da Nota Fiscal e do requerimento autorizado.

§2º No caso de o embarque ocorrer conforme a previsão do §1º, será responsabilidade do representante da empresa responsável pelo fornecimento de bordo comprovar a entrega das mercadorias, nos termos do art. 12 desta Portaria.

§3º A empresa fornecedora de bordo ou seu representante legal poderá embarcar no navio com a finalidade de efetuar procedimentos referentes à prestação do serviço previsto nesta Portaria.

Da Prestação de Contas

Art. 11 A empresa fornecedora deverá, até o último dia da quinzena subsequente àquela em que as mercadorias para uso e consumo de bordo foram embarcadas, registrar Declaração Única de Exportação (DUE) e apresentar à IRF/IMB os documentos que instruem o despacho (inciso I do art. 52 e inciso I do art. 56, da Instrução Normativa SRF nº 28/94), independente do canal de conferência aduaneira, incluindo a nota fiscal com o carimbo e assinatura do comandante da embarcação.

Parágrafo único. Após a prestação de contas, os documentos que instruem o fornecimento de bordo serão arquivados pela IRF/IMB.

Art. 12 O exportador que descumprir os prazos previstos no art. 12 desta Portaria poderá ficar impedido de utilizar o procedimento especial de que trata o inciso I do art. 52, da Instrução Normativa SRF nº 28/1994, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da regularização da prestação de contas referente ao último serviço realizado. Em caso de reincidência, poderá ser suspenso ou excluído do supracitado procedimento especial.

Art. 13 É vedado às empresas fornecedoras de mercadorias destinadas ao uso e consumo de bordo a entrada nos recintos alfandegados bem como o ingresso a bordo de embarcações fora do período definido no inciso VIII do art. 4º desta Portaria.

Art. 14 A ocorrência de ingresso de mercadorias não autorizadas, a não entrega das mercadorias autorizadas sem justificativa durante o período de estada da embarcação na jurisdição da IRF/IMB, bem como a entrega em data diferente da determinada pela IRF/IMB, ensejará a aplicação da penalidade prevista na alínea c, inciso IV, do art. 107 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com redação dada pelo artigo 77 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sem prejuízo de outras previstas em legislação específica.

§ 1º Caso alguma ocorrência de irregularidade seja verificada fora dos horários de expediente normal da repartição, o fato deverá ser comunicado à IRF/IMB no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º Poderá ser solicitado ao recinto alfandegado, a qualquer tempo, para fins de comprovação, o registro de entrada e saída do veículo que efetuou a entrega das mercadorias.

Art. 15 Devem observar, no que couber, os dispositivos desta Portaria, as solicitações para prestação de demais serviços, tais como:

I - entrega de peças à embarcação por meio de Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA (Anexo II);

II - embarque e desembarque de tripulantes (Anexo III);

III - retirada e retorno de peças de embarcação (Anexo IV); e

IV - serviços diversos (Anexo V), como os de fumigação, desinfecção e reparos.

Art. 16 Após o término da prestação dos serviços citados no artigo anterior, a empresa que efetuou o serviço terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para prestação de contas referente à operação realizada, com a entrega dos seguintes documentos:

I - certificado de desembaraço e conhecimento de carga, carimbados e assinados pelo comandante, na entrega de peças à embarcação por meio de DTA;

II - requerimento e, se for o caso, relação das peças, carimbados e assinados pelo comandante, na retirada e no retorno das peças;

III - requerimento e lista de materiais, carimbados e assinados pelo comandante, para os serviços diversos (Fumigação, Desinfecção, Reparos, etc)

Parágrafo único. No caso de embarque e desembarque de tripulantes não há necessidade de prestação de contas.

Art. 16 Os casos omissos serão decididos pelo Inspetor da IRF/IMB.

Art. 17 Fica revogada a Portaria ALF/FNS nº 11, de 18 de março de 2020.

Art. 18 Esta Portaria entrará em vigor no primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao mês de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

ANEXO I

REQUERIMENTO
FORNECIMENTO DE BORDO
À
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRF/IMB/SC

(Nome do fornecedor), inscrita no CNPJ nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX), solicita autorização para efetuar o FORNECIMENTO DE BORDO, conforme os dados abaixo:

1 - Agência Marítima:
2 - Nome da Embarcação:
3 - Bandeira da embarcação:
4 - Categoria de navegação (longo curso ou cabotagem):
5 - Empresa fornecedora de mercadorias:
6 - Identificação dos veículos envolvidos na operação:
7 - Identificação dos motoristas e das pessoas que, efetivamente, participarão da operação:
8 - Data e horário da operação:
Obs.: deverá ser agendado o horário de início com a IRFB/IMB/SC.
9 - Local do abastecimento:
10 - Descrição dos produtos: (ex. Prod Alimentícios, Prod Limpeza, Óleo Lubrificante, ...)
11 - Número DANFE:
Obs.: O requerimento deverá ser apresentado acompanhado do DANFE que acoberte a operação.

Documentação Anexa:
1 - DANFE que acoberte a operação;
2 - Procuração outorgada ao signatário, se for o representante legal do fornecedor;
3 - Cópia do documento de identidade do signatário (Não necessário quando assinatura digital).

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Imbituba/SC, _____

_____
(Nome e assinatura - Responsável legal ou Procurador)
AUTORIZAÇÃO DA RFB
Assinatura e carimbo:
Data: ____/____/_____

ANEXO II

REQUERIMENTO
DECLARAÇÃO DE TRÂNSITO ADUANEIRO
(DTA - Recebida)
À
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRFB/IMB/SC

(Nome do armador ou seu representante legal/Agência Marítima), inscrita no CNPJ nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX), solicita autorização para procedimentos referentes à DTA, conforme os dados abaixo.

1 - Agência Marítima:
2 - Nome da Embarcação:
3 - Bandeira da embarcação:
4 - Categoria de navegação (longo curso ou cabotagem):
5 - Empresa prestadora do serviço:
6 - Identificação dos veículos envolvidos na operação:
7 - Identificação dos motoristas e das pessoas que, efetivamente, participarão da operação:
8 - Data e horário da operação:
Obs.: deverá ser agendado o horário de início com a IRFB/IMB/SC.
9 - Local do serviço:
10 - Número DTA:
11 - Descrição dos produtos (partes, peças, ...):

Documentação Anexa:
1 - Cópia da Consulta detalhada da declaração de trânsito;
2 - Cópia do conhecimento de carga (BL ou AWB).

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Imbituba/SC, _____

_____
(Nome e assinatura - Responsável legal ou Procurador)
AUTORIZAÇÃO DA RFB
Assinatura e carimbo:
Data: ____/____/_____

ANEXO III

REQUERIMENTO
EMBARQUE OU DESEMBARQUE DE TRIPULANTE
À
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRFB/IMB/SC

(Nome do armador ou seu representante legal/Agência marítima), inscrita no CNPJ nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX), solicita autorização para efetuar a TROCA DE TRIPULANTES, conforme os dados abaixo:

1 - Agência Marítima:
2 - Nome da embarcação:
3 - Bandeira da embarcação:
4 - Categoria de navegação (longo curso ou cabotagem):
5 - Identificação do procedimento (embarque ou desembarque):
6 - Especificar o motivo da troca: (início/término de contrato de trabalho ou outra ocorrência, especificar)
7 - Data e horário do procedimento:
Obs.: deverá ser agendado o horário com a IRFB/IMB/SC
8 - Local do procedimento: Porto de Imbituba/SC
9 - Identificação dos tripulantes: (se forem mais tripulantes, apresentar outro requerimento)

Nome	Passaporte	Carteira Marítima

10 - Fica o representante legal responsável por todo o procedimento envolvendo a troca da tripulação.

Documentação Anexa:
1 - Autorização Anvisa - No caso de desembarque;
2 - Lista de Tripulantes - Polícia Federal.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Imbituba/SC, _____/_____/_____.

_____
(Nome e Assinatura-Representante Legal/Agência)
AUTORIZAÇÃO DA RFB
Nome e Assinatura do servidor:
Data: _____/_____/_____

ANEXO IV

REQUERIMENTO
RETIRADA DE PEÇAS DE EMBARCAÇÃO
À
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRFB/IMB/SC

(Nome do Armador ou seu representante legal/Agência Marítima), inscrita no CNPJ nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX), solicita autorização para efetuar a RETIRADA DE PEÇAS, abaixo especificadas, a fim de submetê-las a reparos e, a seguir, devolvê-las a bordo, comprometendo-se, caso não o faça até a saída da embarcação, a recolher, no prazo de 48 horas da notificação, os tributos, multas e demais gravames que forem apurados por esta Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba/SC, conforme os dados abaixo:

1 - Agência Marítima:
2 - Nome da embarcação:
3 - Bandeira da embarcação:
4 - Categoria de navegação (longo curso ou cabotagem):
5 - Empresa que efetuará a retirada:
6 - Identificação dos veículos envolvidos na operação:
7 - Identificação dos motoristas e pessoas que, efetivamente, participarão da operação:
8 - Data e horário de início da operação: (retirada)
Obs.: deverá ser agendado o horário de início com a IRFB/IMB/SC.
9 - Data e horário de término da operação: (devolução)
10 - Local da retirada: Porto de Imbituba/SC
11 - Quantidade e descrição do produto a ser retirado:
12 - Destino do produto retirado:

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Imbituba/SC, _____/_____/_____.

_____
(Nome e Assinatura - Representante Legal - Agência)

As peças/materiais discriminados no item 11 foram descarregados em ____/____/_____ às _____hs.

REPRESENTANTE LEGAL - Agência Marítima	AUTORIDADE FISCAL

As peças/materiais discriminados no item 11 retornaram a bordo em ____/____/____ às _____hs.

REPRESENTANTE LEGAL - Agência Marítima	AUTORIDADE FISCAL

ANEXO V

REQUERIMENTO
SERVIÇOS DIVERSOS
À
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Imbituba - IRFB/IMB/SC

(Nome do armador ou seu representante legal/Agência Marítima), inscrita no CNPJ nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX), solicita autorização para efetuar o SERVIÇO, conforme os dados abaixo:

1 - Agência Marítima:
2 - Nome da Embarcação:
3 - Bandeira da embarcação:
4 - Categoria de navegação (longo curso ou cabotagem):
5 - Empresa prestadora do serviço:
6 - Identificação dos veículos envolvidos na operação:
7 - Identificação dos motoristas e das pessoas que, efetivamente, participarão da operação:
8 - Data e horário da operação:
Obs.: deverá ser agendado o horário de início com a IRFB/IMB/SC.
9 - Local do serviço: Porto de Imbituba/SC
10 - Descrição dos serviços: (Dedetização, Desinfecção, Expurgo de Carga, Fumigação, Reparos, ...)
11 - Descrição dos produtos:
Obs.: Caso a relação seja muito extensa, deverá ser apresentada lista anexa.

Os itens listados deverão entrar e sair do Porto - não deverão ficar no navio.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Imbituba/SC, _____/_____/_____.

_____
(Nome e Assinatura - Representante Legal - Agência)
AUTORIZAÇÃO DA RFB
Nome e Assinatura do servidor:
Data: ____/____/_____

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 39, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune da pessoa jurídica que menciona que desenvolve atividade de Gráfica

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 13906.720033/2014-21, declara:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para a atividade de Gráfica nº GP-09102/00200, concedido através do Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0071/2014, de 16/06/2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 25/06/2014, da pessoa jurídica MITRA DIOCESANA DE APUCARANA - SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CNPJ Nº 78.300.522/0001-04.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0071/2014, de 16/06/2014, publicado no DOU de 25/06/2014.

Art. 3º Desta decisão cabe recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina/PR, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo de cancelamento, sendo definitiva na esfera administrativa a decisão sobre o julgamento do recurso.

Art. 4º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 40, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune para o estabelecimento da pessoa jurídica que menciona, que desenvolve atividades de Usuário e Gráfica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 10930.003557/2003-14, declara:

Art. 1º CANCELADOS, de ofício, os Registros Especiais de Controle de Papel Imune (Regpi) para as atividades de Usuário nº UP-09102/00152 e Gráfica nº GP-09102/00153, concedidos através do Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0041/2011, de 13/06/2011 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 15/06/2011, do estabelecimento do contribuinte EDITORA GAZETA DO POVO S.A., CNPJ Nº 76.530.047/0002-00.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0041/2011, 13/06/2011 e publicado no DOU de 15/06/2011.

Art. 3º Desta decisão cabe recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina/PR, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo de cancelamento, sendo definitiva na esfera administrativa a decisão sobre o julgamento do recurso.

Art. 4º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 41, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune para o estabelecimento da pessoa jurídica que menciona, que desenvolve atividade de Importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 10930.722897/2013-10, declara:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para a atividade de Importador nº IP-09102/00197, concedido através do Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0003/2014, de 28/01/2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 18/02/2014, do estabelecimento do contribuinte EDITORA GAZETA DO POVO S.A., CNPJ Nº 76.530.047/0002-00.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo - DRF/LON nº 0003/2014, de 28/01/2014, publicado no DOU de 18/02/2014.

Art. 3º Desta decisão cabe recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina/PR, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo de cancelamento, sendo definitiva na esfera administrativa a decisão sobre o julgamento do recurso.

Art. 4º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 42, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Restabelece o ADE/DRF/MGA nº 51/2018, que declara excluída do Registro Especial de Controle de Papel Imune a pessoa jurídica que menciona e cancela o ADE/DRF/MGA nº 28/2019.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 10950.726104/2018-08 e em cumprimento da decisão exarada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos da Apelação/Remessa Necessária nº 5014640-81.2018.4.04.7003/PR, declara:

Art. 1º RESTABELECIDO, desde a publicação, o Ato Declaratório Executivo nº 51, de 25/09/2018, publicado no Diário Oficial da União nº 188, de 28/09/2018, pág. 53, que excluiu do Registro Especial de Controle de Papel Imune nº GP-09105/00036, da pessoa jurídica SEGGRAF IMPRESSOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.553.637/0001-66.

Art. 2º SEM EFEITO, desde a publicação, o Ato Declaratório Executivo nº 28, de 02/08/2019, publicado no Diário Oficial da União nº 151, de 07/08/2019, pág. 33, que restabeleceu o Registro Especial de Controle de Papel Imune nº GP-09105/00036, da pessoa jurídica SEGGRAF IMPRESSOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.553.637/0001-66.

Art. 3º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 43, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune da pessoa jurídica que menciona que desenvolve atividade de Usuário

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 17921.720050/2016-93, declara:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para a atividade de Usuário nº UP-09103/00041, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 0016/2017, de 24/02/2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 02/03/2017, da pessoa jurídica KICHEL & KICHEL LTDA., CNPJ nº 04.158.841/0001-82.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo nº 0016/2017, de 24/02/2017, publicado no DOU de 02/03/2017.

Art. 3º Desta decisão cabe recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina/PR, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo de cancelamento, sendo definitiva na esfera administrativa a decisão sobre o julgamento do recurso.

Art. 4º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 8.463, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera, mediante antecipação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, IV, V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no inciso I e no inciso III, alíneas "a" e "b" do art. 10 do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante antecipação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, IV, V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos I a VIII desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

Redução no Anexo II do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	6.749	6.749	6.749	6.749
52000 Ministério da Defesa	84.240	84.240	84.240	84.240
Total	90.989	90.989	90.989	90.989

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

Anexo II

Acréscimo ao Anexo II do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	248	248	248	248

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

Anexo III

Acréscimo ao Anexo IV do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
40000 Ministério do Trabalho e Previdência	50.000	30.000	10.000	-
52000 Ministério da Defesa	84.240	84.240	84.240	84.240
Total	134.240	114.240	94.240	84.240

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

Anexo IV

Redução no Anexo V do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.835	1.835	1.835	1.835

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

G2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

Anexo V

Redução no Anexo VI do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR - RECURSOS ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPÇÃO (1)

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	248	248	248	248

1. Fontes: 21 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VI

Acréscimo ao Anexo VIII do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR - EMENDAS DE COMISSÃO (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 8) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 (1)

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	0	0	0	0
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.835	1.835	1.835	1.835
Total	1.835	1.835	1.835	1.835

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VII

Acréscimo ao Anexo IX do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR - EMENDAS DE COMISSÃO (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 8) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 (1)

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.749	1.749	1.749	1.749

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VIII

Acréscimo ao Anexo X do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 9) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.000	5.000	5.000	5.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA SETO/ME Nº 8.475, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 2.259.189.691,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens "1" e "2", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 2.259.189.691,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5017	Assistência Farmacêutica no SUS							22.711.500
		ATIVIDADES							
10 303	5017 4370	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais							22.711.500
10 303	5017 4370 0001	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais - Nacional							22.711.500
			S	3	1	90	6	153	22.711.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.711.500
TOTAL - GERAL									22.711.500

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5017	Assistência Farmacêutica no SUS							65.482.700
		ATIVIDADES							
10 303	5017 4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico							18.970.700
10 303	5017 4368 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico - Nacional							18.970.700
			S	3	1	90	6	153	18.970.700
10 303	5017 4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado							46.512.000
10 303	5017 4705 0015	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Pará							1.600.000
			S	3	1	31	6	153	1.600.000
10 303	5017 4705 0016	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Amapá							100.000
			S	3	1	31	6	153	100.000
10 303	5017 4705 0017	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Tocantins							262.000
			S	3	1	31	6	153	262.000
10 303	5017 4705 0021	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Maranhão							2.400.000
			S	3	1	31	6	153	2.400.000
10 303	5017 4705 0023	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Ceará							1.100.000
			S	3	1	31	6	153	1.100.000
10 303	5017 4705 0025	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado da Paraíba							150.000
			S	3	1	31	6	153	150.000
10 303	5017 4705 0026	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Pernambuco							3.000.000
			S	3	1	31	6	153	3.000.000
10 303	5017 4705 0028	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Sergipe							950.000
			S	3	1	31	6	153	950.000
10 303	5017 4705 0029	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado da Bahia							350.000
			S	3	1	31	6	153	350.000
10 303	5017 4705 0032	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Espírito Santo							1.800.000
			S	3	1	31	6	153	1.800.000
10 303	5017 4705 0035	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de São Paulo							600.000

			S	3	1	31	6	153	600.000
10 303	5017 4705 0041	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Paraná							12.000.000
			S	3	1	31	6	153	12.000.000
10 303	5017 4705 0042	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Santa Catarina							700.000
			S	3	1	31	6	153	700.000
10 303	5017 4705 0043	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Rio Grande do Sul							9.500.000
			S	3	1	31	6	153	9.500.000
10 303	5017 4705 0052	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Goiás							9.000.000
			S	3	1	31	6	153	9.000.000
10 303	5017 4705 0053	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Distrito Federal							3.000.000
			S	3	1	31	6	153	3.000.000
	5019	Atenção Primária à Saúde							1.705.795.491
		ATIVIDADES							
10 301	5019 219A	Piso de Atenção Primária à Saúde							1.705.795.491
10 301	5019 219A 0011	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Rondônia							10.380.479
			S	3	1	41	6	153	10.380.479
10 301	5019 219A 0012	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Acre							17.908.827
			S	3	1	41	6	100	3.886.891
			S	3	1	41	6	153	14.021.936
10 301	5019 219A 0013	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amazonas							133.145.141
			S	3	1	41	6	153	133.145.141
10 301	5019 219A 0014	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Roraima							3.101.995
			S	3	1	41	6	153	3.101.995
10 301	5019 219A 0015	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Pará							97.457.469
			S	3	1	41	6	151	28.848.000
			S	3	1	41	6	153	68.609.469
10 301	5019 219A 0016	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amapá							5.506.975
			S	3	1	41	6	153	5.506.975
10 301	5019 219A 0017	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Tocantins							34.053.251
			S	3	1	41	6	153	34.053.251
10 301	5019 219A 0021	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Maranhão							108.593.941
			S	3	1	41	6	153	108.593.941
10 301	5019 219A 0022	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Piauí							50.683.536
			S	3	1	41	6	153	50.683.536
10 301	5019 219A 0023	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Ceará							93.146.661
			S	3	1	41	6	153	93.146.661
10 301	5019 219A 0024	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							15.542.241
			S	3	1	41	6	153	15.542.241
10 301	5019 219A 0025	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Paraíba							26.692.923
			S	3	1	41	6	153	26.692.923
10 301	5019 219A 0026	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Pernambuco							55.678.597
			S	3	1	41	6	153	55.678.597
10 301	5019 219A 0027	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Alagoas							18.991.014
			S	3	1	41	6	153	18.991.014
10 301	5019 219A 0028	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Sergipe							26.560.356
			S	3	1	41	6	153	26.560.356
10 301	5019 219A 0029	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Bahia							177.657.238
			S	3	1	41	6	153	177.657.238
10 301	5019 219A 0031	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Minas Gerais							289.406.456
			S	3	1	41	6	153	289.406.456
10 301	5019 219A 0032	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Espírito Santo							49.199.368
			S	3	1	41	6	153	49.199.368
10 301	5019 219A 0033	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							41.649.259
			S	3	1	41	6	153	41.649.259
10 301	5019 219A 0035	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de São Paulo							82.689.620
			S	3	1	41	6	153	82.689.620
10 301	5019 219A 0041	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Paraná							115.226.753
			S	3	1	41	6	153	115.226.753
10 301	5019 219A 0042	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Santa Catarina							87.742.715
			S	3	1	41	6	153	87.742.715
10 301	5019 219A 0043	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							26.796.353
			S	3	1	41	6	153	26.796.353
10 301	5019 219A 0051	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso							66.665.479
			S	3	1	41	6	153	66.665.479
10 301	5019 219A 0052	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Goiás							19.483.851
			S	3	1	41	6	153	19.483.851
10 301	5019 219A 0053	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Distrito Federal							38.177.465
			S	3	1	31	6	153	38.177.465
10 301	5019 219A 0054	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							13.657.528
			S	3	1	41	6	153	13.657.528

5023	Vigilância em Saúde								465.200.000
		ATIVIDADES							
10 305	5023 20AL	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde							465.200.000
10 305	5023 20AL 0011	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Rondônia							2.400.000
			S	3	1	41	6	153	2.400.000
10 305	5023 20AL 0012	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Acre							3.600.000
			S	3	1	41	6	153	3.600.000
10 305	5023 20AL 0013	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amazonas							6.600.000
			S	3	1	41	6	153	6.600.000
10 305	5023 20AL 0014	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Roraima							700.000
			S	3	1	41	6	153	700.000
10 305	5023 20AL 0015	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Pará							24.600.000
			S	3	1	41	6	153	24.600.000
10 305	5023 20AL 0016	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amapá							3.200.000
			S	3	1	41	6	153	3.200.000
10 305	5023 20AL 0017	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Tocantins							5.300.000
			S	3	1	41	6	153	5.300.000
10 305	5023 20AL 0021	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Maranhão							20.000.000
			S	3	1	41	6	153	20.000.000
10 305	5023 20AL 0022	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Piauí							12.000.000
			S	3	1	41	6	153	12.000.000
10 305	5023 20AL 0023	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Ceará							33.000.000
			S	3	1	41	6	153	33.000.000
10 305	5023 20AL 0024	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							13.500.000
			S	3	1	41	6	153	13.500.000
10 305	5023 20AL 0025	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Paraíba							13.900.000
			S	3	1	41	6	153	13.900.000
10 305	5023 20AL 0026	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Pernambuco							21.500.000
			S	3	1	41	6	153	21.500.000
10 305	5023 20AL 0027	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Alagoas							12.600.000
			S	3	1	41	6	153	12.600.000
10 305	5023 20AL 0028	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Sergipe							6.500.000
			S	3	1	41	6	153	6.500.000
10 305	5023 20AL 0029	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Bahia							43.400.000
			S	3	1	41	6	153	43.400.000
10 305	5023 20AL 0031	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Minas Gerais							42.500.000
			S	3	1	41	6	153	42.500.000
10 305	5023 20AL 0032	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Espírito Santo							9.500.000
			S	3	1	41	6	153	9.500.000
10 305	5023 20AL 0033	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							35.100.000
			S	3	1	41	6	153	35.100.000
10 305	5023 20AL 0035	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo							58.000.000
			S	3	1	41	6	153	58.000.000
10 305	5023 20AL 0041	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Paraná							23.800.000
			S	3	1	41	6	153	23.800.000
10 305	5023 20AL 0042	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Santa Catarina							7.700.000
			S	3	1	41	6	153	7.700.000
10 305	5023 20AL 0043	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							13.100.000
			S	3	1	41	6	153	13.100.000
10 305	5023 20AL 0051	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso							11.300.000
			S	3	1	41	6	153	11.300.000
10 305	5023 20AL 0052	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Goiás							26.400.000
			S	3	1	41	6	153	26.400.000
10 305	5023 20AL 0053	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Distrito Federal							3.900.000
			S	3	1	31	6	153	3.900.000
10 305	5023 20AL 0054	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							11.100.000
			S	3	1	41	6	153	11.100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.236.478.191
TOTAL - GERAL									2.236.478.191

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5017		Assistência Farmacêutica no SUS							18.970.700
		ATIVIDADES							
10 303	5017 4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico							18.970.700
10 303	5017 4368 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico - Nacional							18.970.700
			S	3	1	90	6	153	18.970.700
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.970.700
TOTAL - GERAL									18.970.700

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							26.600.000
		ATIVIDADES							
10 122	0032 2000	Administração da Unidade							20.000.000
10 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	6	151	20.000.000
10 128	0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							6.600.000
10 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							6.600.000
			S	3	2	90	6	151	6.600.000
	5017	Assistência Farmacêutica no SUS							97.623.500
		ATIVIDADES							
10 303	5017 20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS							28.400.000
10 303	5017 20AH 0001	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS - Nacional							28.400.000
			S	3	2	41	6	153	28.400.000
10 303	5017 4370	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais							22.711.500
10 303	5017 4370 0001	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais - Nacional							22.711.500
			S	3	1	90	6	153	22.711.500
10 303	5017 4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado							46.512.000
10 303	5017 4705 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - Nacional							37.562.000
			S	3	1	90	6	153	37.562.000
10 303	5017 4705 0011	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Rondônia							600.000
			S	3	1	31	6	153	600.000
10 303	5017 4705 0012	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Acre							300.000
			S	3	1	90	6	153	300.000
10 303	5017 4705 0013	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Amazonas							450.000
			S	3	1	31	6	153	450.000
10 303	5017 4705 0022	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Piauí							1.000.000
			S	3	1	31	6	153	1.000.000
10 303	5017 4705 0024	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Rio Grande do Norte							1.500.000
			S	3	1	31	6	153	1.500.000
10 303	5017 4705 0027	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Alagoas							3.600.000
			S	3	1	31	6	153	3.600.000
10 303	5017 4705 0033	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			S	3	1	31	6	153	1.000.000
10 303	5017 4705 0054	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado - No Estado de Mato Grosso do Sul							500.000
			S	3	1	31	6	153	500.000
	5018	Atenção Especializada à Saúde							381.203.600
		ATIVIDADES							
10 302	5018 20QI	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde							2.350.000
10 302	5018 20QI 0001	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde - Nacional							2.350.000
			S	3	2	90	6	153	2.000.000
			S	4	2	90	6	153	350.000
10 302	5018 20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes							6.000.000
10 302	5018 20SP 0001	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes - Nacional							6.000.000
			S	3	2	90	6	153	6.000.000
10 302	5018 21CD	Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde							1.260.000
10 302	5018 21CD 0001	Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde - Nacional							1.260.000
			S	3	2	90	6	153	1.260.000
10 303	5018 21D9	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia							3.810.000
10 303	5018 21D9 0001	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia - Nacional							3.810.000
			S	3	2	30	6	153	905.000
			S	4	2	30	6	153	332.000
			S	4	2	31	6	153	2.573.000
10 302	5018 6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação							2.590.098
10 302	5018 6148 0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação - Nacional							2.590.098
			S	3	2	50	6	153	2.590.098
10 302	5018 6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde							27.750.000
10 302	5018 6217 6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)							4.400.000
			S	3	2	90	6	153	3.100.000
			S	4	2	90	6	153	1.300.000
10 302	5018 6217 6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Bonsucesso)							13.000.000
			S	3	2	90	6	153	6.800.000
			S	4	2	90	6	153	6.200.000

10 302	5018 6217 6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Federal Cardoso Fontes)							3.500.000
			S	3	2	90	6	153	2.300.000
			S	4	2	90	6	153	1.200.000
10 302	5018 6217 6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Ipanema)							950.000
			S	3	2	90	6	153	650.000
			S	4	2	90	6	153	300.000
10 302	5018 6217 6510	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral do Andaraí)							4.400.000
			S	3	2	90	6	153	3.500.000
			S	4	2	90	6	153	900.000
10 302	5018 6217 6511	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral da Lagoa)							1.500.000
			S	3	2	90	6	153	1.200.000
			S	4	2	90	6	153	300.000
10 303	5018 6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia							3.968.000
10 303	5018 6516 0001	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia - Nacional							3.968.000
			S	3	2	90	6	153	3.968.000
10 302	5018 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							193.746.502
10 302	5018 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							193.746.502
			S	3	2	40	6	153	8.000.000
			S	3	2	41	6	153	3.000.000
			S	4	2	40	6	153	2.000.000
			S	4	2	41	6	153	106.576.652
			S	4	2	90	6	153	74.169.850
10 302	5018 8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde							22.329.000
10 302	5018 8721 0001	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional							22.329.000
			S	3	2	90	6	153	22.329.000
10 302	5018 8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC							5.000.000
10 302	5018 8755 0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC - No Estado do Rio de Janeiro							5.000.000
			S	4	2	90	6	153	5.000.000
10 302	5018 8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA							9.000.000
10 302	5018 8758 0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA - No Estado do Rio de Janeiro							9.000.000
			S	4	2	90	6	153	9.000.000
10 302	5018 8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO							5.000.000
10 302	5018 8759 0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO - No Estado do Rio de Janeiro							5.000.000
			S	4	2	90	6	153	5.000.000
10 302	5018 8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial							97.400.000
10 302	5018 8933 0001	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - Nacional							97.400.000
			S	4	2	41	6	153	17.400.000
			S	4	2	90	6	153	80.000.000
		PROJETOS							
10 302	5018 15EG	Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC							1.000.000
10 302	5018 15EG 3341	Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.000.000
			S	4	2	90	6	153	1.000.000
	5019	Atenção Primária à Saúde							1.362.036.891
		ATIVIDADES							
10 301	5019 20YL	Estruturação de Academias da Saúde							3.886.891
10 301	5019 20YL 7000	Estruturação de Academias da Saúde - Construção de Academias da Saúde - Recife - PE							3.886.891
			S	4	2	41	0	100	2.386.891
			S	4	2	41	0	153	1.500.000
10 301	5019 217U	Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde							10.000.000
10 301	5019 217U 0001	Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde - Nacional							10.000.000
			S	3	2	41	0	153	10.000.000
10 301	5019 219A	Piso de Atenção Primária à Saúde							1.161.000.000
10 301	5019 219A 0001	Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional							1.161.000.000
			S	3	1	41	6	153	1.161.000.000
10 301	5019 21BG	Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde							60.000.000
10 301	5019 21BG 0001	Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde - Nacional							60.000.000
			S	3	2	90	6	153	60.000.000
10 301	5019 21CE	Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde							104.900.000
10 301	5019 21CE 0001	Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde - Nacional							104.900.000
			S	3	2	80	6	153	20.000.000
			S	3	2	90	6	153	84.900.000
10 301	5019 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde							22.250.000
10 301	5019 8581 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Nacional							20.000.000
			S	4	2	41	6	153	20.000.000

10 301	5019 8581 7033	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Piauí							250.000
			S	4	2	31	6	153	250.000
10 301	5019 8581 7035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Aquisição de Equipamentos e Veículos para Transporte Eletivo - No Estado de Goiás							2.000.000
			S	4	2	90	6	153	2.000.000
	5020	Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde							77.300.000
		ATIVIDADES							
10 303	5020 20K5	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS							2.600.000
10 303	5020 20K5 0001	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS - Nacional							2.600.000
			S	3	2	41	6	153	2.600.000
10 572	5020 20K7	Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde							30.900.000
10 572	5020 20K7 0001	Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde - Nacional							30.900.000
			S	3	2	90	6	153	30.900.000
10 571	5020 20QF	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente							9.000.000
10 571	5020 20QF 0001	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente - Nacional							9.000.000
			S	3	2	90	6	153	9.000.000
10 571	5020 21BF	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde							24.800.000
10 571	5020 21BF 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde - Nacional							24.800.000
			S	3	2	90	6	153	24.800.000
10 303	5020 8636	Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS							10.000.000
10 303	5020 8636 0001	Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS - Nacional							10.000.000
			S	3	2	90	6	153	10.000.000
	5021	Gestão e Organização do SUS							150.838.000
		ATIVIDADES							
10 122	5021 20QG	Atuação Internacional do Ministério da Saúde							2.248.000
10 122	5021 20QG 0002	Atuação Internacional do Ministério da Saúde - Exterior							2.248.000
			S	3	2	80	6	151	1.893.000
			S	3	2	90	6	151	355.000
10 128	5021 20YD	Educação e Formação em Saúde							50.000.000
10 128	5021 20YD 0001	Educação e Formação em Saúde - Nacional							50.000.000
			S	3	2	90	6	153	50.000.000
10 126	5021 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							33.250.000
10 126	5021 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							33.250.000
			S	3	2	90	6	153	33.250.000
10 122	5021 20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS							12.040.000
10 122	5021 20YQ 0001	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - Nacional							12.040.000
			S	3	2	90	6	153	12.040.000
10 571	5021 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)							28.300.000
10 571	5021 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							28.300.000
			S	3	2	50	6	153	28.300.000
10 573	5021 21CF	Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS							13.700.000
10 573	5021 21CF 0001	Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS - Nacional							13.700.000
			S	3	2	90	6	153	13.700.000
10 422	5021 6182	Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS							4.300.000
10 422	5021 6182 0001	Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS - Nacional							4.300.000
			S	3	2	90	6	153	4.300.000
10 125	5021 8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde							2.000.000
10 125	5021 8708 0001	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde - Nacional							2.000.000
			S	3	2	90	6	153	2.000.000
10 126	5021 8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde							5.000.000
10 126	5021 8715 0001	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde - Nacional							5.000.000
			S	3	2	80	6	153	2.599.807
			S	3	2	90	6	153	2.400.193
	5022	Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena							100.000.000
		ATIVIDADES							
10 423	5022 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							3.000.000
10 423	5022 20YP 7002	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Serviços, Reformas e Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Mato Grosso do Sul							3.000.000
			S	3	2	90	6	100	500.000
			S	4	2	90	6	100	1.000.000
			S	4	2	90	6	153	1.500.000
10 511	5022 21CJ	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos							97.000.000
10 511	5022 21CJ 0001	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos - Nacional							97.000.000
			S	3	2	90	6	153	30.000.000
			S	4	2	90	6	153	67.000.000
	5023	Vigilância em Saúde							32.950.000
		ATIVIDADES							
10 305	5023 20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde							32.950.000
10 305	5023 20YJ 0001	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional							32.950.000
			S	3	2	90	6	153	27.050.000
			S	4	2	31	6	153	1.000.000
			S	4	2	41	6	153	3.900.000
			S	4	2	90	6	153	1.000.000
	5033	Segurança Alimentar e Nutricional							11.667.000
		ATIVIDADES							
10 306	5033 20QH	Alimentação e Nutrição para a Saúde							11.667.000
10 306	5033 20QH 0001	Alimentação e Nutrição para a Saúde - Nacional							11.667.000
			S	3	2	41	6	153	11.667.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.240.218.991
TOTAL - GERAL									2.240.218.991

PORTARIA SETO/ME Nº 8.476, DE 22 SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 28.496.351.561,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "d", item "4", e II, alínea "b", item "2", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 28.496.351.561,00 (vinte e oito bilhões, quatrocentos e noventa e seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da incorporação de excesso de arrecadação, a saber:

I - R$ 28.360.306.855,00 (vinte e oito bilhões, trezentos e sessenta milhões, trezentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais) referentes às Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados;

II - R$ 2.694.610,00 (dois milhões, seicentos e noventa e quatro mil, seicentos e dez reais), à Transferência do Imposto Territorial Rural;

III - R$ 1.725.890,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa reais), ao Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro; e

IV - R$ 131.624.206,00 (cento e trinta e um milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e seis reais), ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							28.364.727.355
		Operações Especiais							
28 845	0903 0044	Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)							10.312.544.465
28 845	0903 0044 0001	Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) - Nacional							10.312.544.465
			F	3	1	30	0	101	10.312.544.465
28 845	0903 0045	Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)							12.141.222.406
28 845	0903 0045 0001	Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) - Nacional							12.141.222.406
			F	3	1	40	0	101	12.141.222.406
28 845	0903 0046	Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159)							504.283.554
28 845	0903 0046 0001	Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159) - Nacional							504.283.554
			F	3	1	30	0	101	504.283.554
28 845	0903 006M	Transferência do imposto territorial rural - ITR							2.155.688
28 845	0903 006M 0001	Transferência do imposto territorial rural - ITR - Nacional							2.155.688
			F	3	1	40	0	102	2.155.688
28 845	0903 00H6	Transferência do imposto sobre operações financeiras Incidentes sobre o ouro - IOF Ouro							1.725.890
28 845	0903 00H6 0001	Transferência do imposto sobre operações financeiras Incidentes sobre o ouro - IOF Ouro - Nacional							1.725.890
			F	3	1	30	0	119	517.767
			F	3	1	40	0	119	1.208.123
			F	3	1	30	0	119	517.767
			F	3	1	40	0	119	1.208.123
28 847	0903 0C33	Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB							5.402.795.352
28 847	0903 0C33 0001	Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional							5.402.795.352
			F	3	1	30	0	101	5.402.256.430
			F	3	1	30	0	102	538.922
TOTAL - FISCAL									28.364.727.355
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.364.727.355

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74920 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST - M. Comunicações

ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2205		Conecta Brasil							131.624.206
		Operações Especiais							
24 722	2205 00TT	Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações							131.624.206
24 722	2205 00TT 0001	Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações - Nacional							131.624.206
			F	5	0	50	0	178	131.624.206
TOTAL - FISCAL									131.624.206
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									131.624.206

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.100346/2022-73
Interessado: Município de Itapipoca (CE).
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Itapipoca (CE) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com garantia da República Federativa do Brasil, para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura - Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca/CE.

Despacho: Tendo em vista o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluindo no sentido de que o Município atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 27, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022 , também daquela Casa Legislativa, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca da legalidade e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e a CAF, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Município e a União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo SEI nº 17944.101441/2022-94
Interessado: Município de Costa Rica - MS
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia, relativas à operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Costa Rica - MS e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 20.045.000,00 (vinte milhões, quarenta e cinco mil reais), cujos recursos destinam-se à obra de pavimentação asfáltica no Novo Anel Viário CR-24 entre a MS-135 e MS-223,a obras de construção do Centro de Especialidades Medicas Policlínica Adulto e Infantil, e, ainda, a obras de ampliação da Fundação Hospitalar.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 13036/2022/ME, de 16/09/2022 (Doc SEI nº 28011790), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto no art.2, parágrafo 6, da Portaria ME nº 5.194, de 08 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102427/2022-16
Interessado: Município de Porto Alegre - RS
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia, relativas à operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Porto Alegre - RS e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), cujos recursos se destinam a obras de infraestrutura viária - pavimentação.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 13060/2022/ME, de 16/09/2022 (Doc SEI nº 28022534), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto no art.2, parágrafo 6, da Portaria ME nº 5.194, de 08 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.103015/2022-95
Interessado: Município de Florianópolis-SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Florianópolis-SC e o Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), cujos recursos serão destinados a obras de infraestrutura, equipamentos públicos e de mobilidade, incluindo aquisição de máquinas e equipamentos.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº12529/2022/ME, de 5 de setembro de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.103776/2021-66
Interessado: Estado do Amazonas
Assunto: Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Amazonas e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior - PROSAMIN.

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional concluindo no sentido de que o Estado atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº Resolução nº 28, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2022 , também daquela Casa Legislativa, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca da legalidade e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o referido Banco, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no Convênio ICMS nº 117, de 27 de julho de 2022; e

CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.100896/2022-99, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 1º de outubro de 2022, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL							
ITEM	UF	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	-	**4,6405	-	-	-	-
2	AL	***	**4,5400	**4,4500	-	-	-
3	AM	-	**4,2100	**2,3828	**1,5971	-	-
4	AP	-	**5,3500	-	-	-	-
5	BA	***	***	***	-	-	-
6	CE	-	**4,6000	***	-	-	-
7	DF	-	**3,7700	**6,1900	-	-	-
8	ES	-	**4,2374	-	-	-	-
9	GO	-	**3,2639	-	-	-	-
10	MA	-	***	-	-	-	-
11	MG	***	**3,4957	***	-	-	-
12	MS	***	**3,6921	***	-	-	-
13	MT	***	**3,2475	***	***	-	-
14	PA	-	**4,7867	-	-	-	-
15	PB	***	**3,9900	***	-	***	***
16	PE	-	**4,2500	-	-	-	-
17	PI	***	**4,2700	-	-	-	-
18	PR	-	**3,6590	-	-	-	-
19	RJ	***	***	***	-	-	-
20	RN	-	**4,4300	**4,3600	-	***	***
21	RO	-	***	-	-	***	-
22	RR	***	**5,3220	-	-	-	-
23	RS	-	**4,7875	**5,8558	-	-	-
24	SC	-	***	***	-	-	-
25	SE	***	**4,3830	***	-	-	-
26	SP	-	**3,3400	-	-	-	-
27	TO	**8,6500	**4,5900	-	-	-	-

Notas Explicativas:

a) * valores alterados de PMPF;

b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução; e

c) *** valores não alterados de acordo com os Atos COTEPE/PMPF nºs 38/21, 39/21, 40/21, 1/22, 2/22, 3/22, 4/22, 5/22, 6/22, 7/22, 8/22 e 9/22.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 85, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a base de cálculo do ICMS para as operações com Gasolina Automotiva Comum - GAC, Gasolina Automotiva Premium - GAP, Gás Liquefeito de Petróleo GLP/P13 e GLP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, bem como na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 82, 30 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7164 pelo Min. André Mendonça, e

CONSIDERANDO os valores da média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores a sua fixação, recebidos das administrações tributárias das unidades federadas, registrados no processo 12004.100620/2022-19, torna público:

Art. 1º Fica divulgada, na forma do Anexo Único deste ato, a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a ser adotada pelas unidades federadas a partir de 1º de outubro de 2022, nas operações com Gasolina Automotiva Comum - GAC, Gasolina Automotiva Premium - GAP, Gás Liquefeito de Petróleo - GLP/P13 e GLP, conforme determina a cláusula segunda do Convênio ICMS nº 82, 30 de junho de 2022.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

ITEM	UF	GAC (R$/litro)	GAP (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/kg)	GLP (R$/kg)
1	AC	*5,4465	*5,4465	*7,0710	*7,0710
2	AL	*5,0390	*5,0390	-	*5,7650
3	AM	*4,8954	*4,8954	-	*6,3857
4	AP	*4,3732	*4,3732	*6,9082	*6,9082
5	BA	*5,0638	*5,0638	*5,5600	*5,5600
6	CE	*5,0410	*5,0410	5,8500	5,8500
7	DF	*4,9700	*4,9700	*6,0520	*6,0520
8	ES	*4,9495	*4,9495	5,5149	5,5149
9	GO	*5,1147	*5,1147	*6,3444	*6,3444
10	MA	*4,7995	*4,7995	*6,1372	*6,1372
11	MG	*5,1425	*5,1425	*6,1556	*6,1556
12	MS	*4,8194	*4,8194	5,6770	5,6770
13	MT	*4,9648	*4,9648	*7,9629	*7,9629
14	PA	*5,0348	*5,0348	*6,5485	*6,5485
15	PB	*4,7624	*4,7624	-	*6,0069
16	PE	*4,8844	*4,8844	*5,6155	*5,6155
17	PI	*5,1090	*5,1090	*6,2002	*6,2002
18	PR	*4,7362	*4,7362	5,6000	5,6000
19	RJ	*5,4113	*5,8389	-	*5,5672
20	RN	*5,0984	*5,0984	*6,1067	*6,1067
21	RO	*5,0190	*5,0190	-	*7,0030
22	RR	*4,7140	*4,7200	*7,1020	*7,1020
23	RS	*5,0237	*7,1053	*6,0179	*6,0179
24	SC	*4,7084	*6,3495	*6,3052	*6,3052
25	SE	4,8279	4,8279	5,9029	5,9029
26	SP	*4,6710	*4,6710	*5,9854	*5,9854
27	TO	*5,1410	*5,1410	*6,8257	*6,8257

* valores alterados.

ATO COTEPE/ICMS N° 86, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária, nas operações com Diesel S10 e Óleo Diesel.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, bem como na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, 28 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7164 pelo Min. André Mendonça, e

CONSIDERANDO os valores da média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores a sua fixação, recebidos das administrações tributárias das unidades federadas, registrados no processo 12004.100589/2022-16, torna público:

Art. 1º Fica divulgada, na forma do Anexo Único deste ato, a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a ser adotada pelas unidades federadas a partir de 1º de outubro de 2022, para fins de substituição tributária, nas operações com Diesel S10 e Óleo Diesel conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, e a cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, 28 de junho de 2022.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

ITEM	UF	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)
1	AC	*4,9946	*5,1617
2	AL	*4,3290	*4,2640
3	AM	*4,2570	*4,1496
4	AP	*4,7250	*4,4065
5	BA	*4,2147	*4,1212
6	CE	*4,3181	*4,3104
7	DF	*4,3390	*4,2200
8	ES	*4,1089	*3,9977
9	GO	*4,2719	*4,1748
10	MA	*4,1817	*4,1022
11	MG	*4,2438	*4,1507
12	MS	*4,2858	*4,1635
13	MT	*4,4946	*4,4066
14	PA	*4,4274	*4,4198
15	PB	*4,1453	*4,0606
16	PE	*4,0647	*4,2159
17	PI	*4,2955	*4,2333
18	PR	*3,9732	*3,8862
19	RJ	*4,2996	*4,1844
20	RN	*4,3912	*4,2112
21	RO	*4,4180	*4,2650
22	RR	*4,3190	*4,1903
23	RS	*4,1055	*4,0168
24	SC	*4,0803	*3,9995
25	SE	*3,8998	*3,8987
26	SP	*4,1240	*4,0003
27	TO	*4,1267	*4,0677

* valores alterados.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 8.466, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a possibilidade de apropriar a fonte 95 - Doações de Entidades Internacionais para viabilizar a execução da ação "Cadastro, Recomposição e Produção Florestal", de forma a garantir recursos necessários visando ao atendimento de despesas com a realização dos estudos de habilitação das Florestas Nacionais de Trairão e Jamanxim, no Estado do Pará, dando início ao processo de estruturação dos contratos de concessão florestal das áreas, e a consequente não utilização da fonte 48 - Operações de Crédito Externas - em Moeda, no Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

Considerando a frustração na arrecadação da fonte 70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, relativo à mesma fonte, para a realização da ação "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes", na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Considerando a necessidade de regularizar a inversão na fonte 53 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social e a oportunidade de utilização do excesso de arrecadação da fonte 88 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação, com vistas à implementação de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, no âmbito de diversas unidades do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Seguro Social; e

Considerando a possibilidade de maximização do uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2021, referente à fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, para a consecução da ação "Ativos Civis da União", ora financiada pela fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Saúde; do Trabalho e Previdência; e do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								440.000
	Atividades								
1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal	18 541							440.000
1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional	18 541							440.000
			F	3-ODC	2	90	0	195	440.000
TOTAL - FISCAL									440.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									440.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.310.996
	Atividades								
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 301							2.310.996
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 301							2.310.996
			S	3-ODC	1	90	8	370	2.310.996
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.310.996
TOTAL - GERAL									2.310.996

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								435.885.376
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							342.475.946
0032 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	10 122							342.475.946
			S	1-PES	1	90	6	188	342.475.946
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							12.034.688
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	10 301							12.034.688
			S	3-ODC	1	90	6	188	12.034.688
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							81.374.742
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	10 846							81.374.742
			S	1-PES	0	91	6	188	81.374.742
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									435.885.376
TOTAL - GERAL									435.885.376

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								305.534.996
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							285.080.437
0032 20TP 5027	Ativos Civis da União - No Município de Porto Alegre - RS	10 122							285.080.437
			S	1-PES	1	90	6	188	285.080.437
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							20.454.559
0032 212B 5027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS	10 301							20.454.559
			S	3-ODC	1	90	6	188	20.454.559
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									305.534.996
TOTAL - GERAL									305.534.996

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								98.320.088
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							75.448.110
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	10 122							75.448.110
			S	1-PES	1	90	6	188	75.448.110
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							9.819.026
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	10 301							9.819.026
			S	3-ODC	1	90	6	188	9.819.026
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							13.052.952
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	10 846							13.052.952
			S	1-PES	0	91	6	188	13.052.952
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.320.088
TOTAL - GERAL									98.320.088

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								37.907.248
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							6.462.960
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	10 122							6.462.960
			S	1-PES	1	90	0	188	6.462.960
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							4.330.883

0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	10 301	S	3-ODC	1	90	0	188	4.330.883 4.330.883
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							27.113.405
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	10 846	S	1-PES	0	91	0	188	27.113.405 27.113.405
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									37.907.248
TOTAL - GERAL									37.907.248

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.055.103.416
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							1.491.912.098
0032 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	10 122	S	1-PES	1	90	6	188	1.491.912.098 1.491.912.098
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							151.986.722
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	10 301	S	3-ODC	1	90	6	188	151.986.722 151.986.722
	Operações Especiais								
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							65.963.982
0032 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272	S	1-PES	1	90	0	188	65.963.982 65.963.982
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							345.240.614
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	10 846	S	1-PES	0	91	6	188	345.240.614 345.240.614
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.055.103.416
TOTAL - GERAL									2.055.103.416

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência

UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.454.696.075
	Atividades								
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	09 301							55.254.827
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	09 301	S	3-ODC	1	90	0	188	55.254.827 55.254.827
0032 20TP	Ativos Civis da União	09 122							55.897.798
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	09 122	S	1-PES	1	90	0	188	55.897.798 55.897.798
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	09 301							73.155.417
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	09 301	S	3-ODC	1	90	0	188	73.155.417 73.155.417
	Operações Especiais								
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							1.031.356.758
0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	09 272	S	1-PES	1	90	0	188	1.031.356.758 1.031.356.758
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	09 846							239.031.275
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	09 846	S	1-PES	0	91	0	188	239.031.275 239.031.275
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								298.084.430
	Operações Especiais								
0909 00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	28 846							215.920.972
0909 00S6 0001	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional	28 846	S	1-PES	1	90	0	188	215.920.972 215.920.972
0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	28 846							82.163.458
0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	28 846	S	1-PES	1	90	0	188	82.163.458 82.163.458
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.752.780.505
TOTAL - GERAL									1.752.780.505

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.000.000
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	04 122							2.000.000
0032 20TP 0020	Ativos Civis da União - Na Região Nordeste	04 122	F	1-PES	1	90	0	380	2.000.000 2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								440.000
	Atividades								
1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal	18 541							440.000
1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional	18 541							440.000
			F	3-ODC	2	90	0	148	440.000
TOTAL - FISCAL									440.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									440.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.310.996
	Atividades								
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 301							2.310.996
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 301							2.310.996
			S	3-ODC	1	90	8	170	2.310.996
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.310.996
TOTAL - GERAL									2.310.996

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								435.885.376
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							342.475.946
0032 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	10 122							342.475.946
			S	1-PES	1	90	6	153	342.475.946
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							12.034.688
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	10 301							12.034.688
			S	3-ODC	1	90	6	153	12.034.688
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							81.374.742
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	10 846							81.374.742
			S	1-PES	0	91	6	153	81.374.742
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									435.885.376
TOTAL - GERAL									435.885.376

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								305.534.996
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							285.080.437
0032 20TP 5027	Ativos Civis da União - No Município de Porto Alegre - RS	10 122							285.080.437
			S	1-PES	1	90	6	153	285.080.437
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							20.454.559
0032 212B 5027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS	10 301							20.454.559
			S	3-ODC	1	90	6	153	20.454.559
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									305.534.996
TOTAL - GERAL									305.534.996

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								98.320.088
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							75.448.110
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	10 122							75.448.110
			S	1-PES	1	90	6	153	75.448.110

0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							9.819.026
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	10 301							9.819.026
			S	3-ODC	1	90	6	153	9.819.026
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							13.052.952
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	10 846							13.052.952
			S	1-PES	0	91	6	153	13.052.952
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.320.088
TOTAL - GERAL									98.320.088

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								37.907.248
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							6.462.960
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	10 122							6.462.960
			S	1-PES	1	90	0	153	6.462.960
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							4.330.883
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	10 301							4.330.883
			S	3-ODC	1	90	0	153	4.330.883
	Operações Especiais								
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							27.113.405
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	10 846							27.113.405
			S	1-PES	0	91	0	153	27.113.405
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									37.907.248
TOTAL - GERAL									37.907.248

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.055.103.416
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	10 122							1.491.912.098
0032 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	10 122							1.491.912.098
			S	1-PES	1	90	6	153	1.491.912.098
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10 301							151.986.722
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	10 301							151.986.722
			S	3-ODC	1	90	6	153	151.986.722
	Operações Especiais								
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							65.963.982
0032 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272							65.963.982
			S	1-PES	1	90	0	153	65.963.982
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10 846							345.240.614
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	10 846							345.240.614
			S	1-PES	0	91	6	153	345.240.614
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.055.103.416
TOTAL - GERAL									2.055.103.416

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência

UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.454.696.075
	Atividades								
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	09 301							55.254.827
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	09 301							55.254.827
			S	3-ODC	1	90	0	153	55.254.827
0032 20TP	Ativos Civis da União	09 122							55.897.798
0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	09 122							55.897.798
			S	1-PES	1	90	0	153	55.897.798
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	09 301							73.155.417
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	09 301							73.155.417
			S	3-ODC	1	90	0	153	73.155.417

	Operações Especiais								
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							1.031.356.758
0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	09 272							1.031.356.758
			S	1-PES	1	90	0	153	1.031.356.758
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	09 846							239.031.275
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	09 846							239.031.275
			S	1-PES	0	91	0	153	239.031.275
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								298.084.430
	Operações Especiais								
0909 00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	28 846							215.920.972
0909 00S6 0001	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional	28 846							215.920.972
			S	1-PES	1	90	0	153	215.920.972
0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	28 846							82.163.458
0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	28 846							82.163.458
			S	1-PES	1	90	0	153	82.163.458
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.752.780.505
TOTAL - GERAL									1.752.780.505

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.000.000
	Atividades								
0032 20TP	Ativos Civis da União	04 122							2.000.000
0032 20TP 0020	Ativos Civis da União - Na Região Nordeste	04 122							2.000.000
			F	1-PES	1	90	0	150	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 20.175 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GABRIEL REDIVO FRANQUEIRA, CPF nº 128.942.297-47, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.176 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza EDUARDO NUNES DE SOUSA, CPF nº 317.929.718-26, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.177 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LEONARDO HETTIENE PRATES DE PAULA, CPF nº 795.308.851-72, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.178 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, de ofício, a autorização concedida a LIBRA CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 41.480.250, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.179 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MAX FELIPE BOHM, CPF nº 089.258.207-30, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.180 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ALBERTO RAMOS MADEIRA DA SILVA, CPF nº 081.996.627-43, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.181 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza CAMILA ZABEU BERTOLO, CPF nº 337.173.598-27, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 4, 5, 6 e 7 do mês de julho/2022
(Complementar à Publicada no DOU de 22/8/2022, Seção 1, p.178)
CONSELHO PLENO

e-MEC: 201904226 Parecer: CNE/CP 15/2022 Relator: Wiliam Ferreira da Cunha Interessado: Instituto de Ciências Jurídicas Aplicadas Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 580, de 10 de novembro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 580, de 10 de novembro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ), com sede na Rua Araguari, nº 1.720, 6º andar, bairro Santo Agostinho, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201905813 Parecer: CNE/CP 16/2022 Relator: Gabriel Giannattasio Interessada: Consultoria Educacional e Empresarial Mário Quintana Ltda. - ME - Porto Alegre/RS Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 548, de 7 de outubro de 2021, referente ao reexame do Parecer CNE/CES nº 11, de 27 de janeiro de 2021, que tratou do pedido do credenciamento da Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 548, de 7 de outubro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI), com sede na Avenida Osvaldo Aranha, nº 642, bairro Bom Fim, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201805791 Parecer: CNE/CP 17/2022 Relator: Gabriel Giannattasio Interessada: Faculdade Interativa Apogeu Ltda. - Brasília/DF Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 657, de 8 de dezembro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade Axioma (FAX), com sede em Brasília, no Distrito Federal, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 657, de 8 de dezembro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Axioma (FAX), com sede na Área Especial 12, nº 5A, Lote D, 2º Andar, Setor Sul, Gama, em Brasília, no Distrito Federal Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201930971 Parecer: CNE/CES 441/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: IGD Educacional Ltda. - Goiânia/GO Assunto: Credenciamento do Instituto Goiano de Direito (IGD), a ser instalado no município de Goiânia, no estado de Goiás Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto Goiano de Direito (IGD), a ser instalado na Avenida T-1, nº 1.899, Quadra 80, Lote 7, bairro Setor Bueno, no município de Goiânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro)

anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202112069 Parecer: CNE/CES 442/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia Artur Leão, a ser instalada no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia Artur Leão, a ser instalada na Estrada dos Três Rios, nºs 920/401, bairro Freguesia, Jacarepaguá, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração Pública, bacharelado e Engenharia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202015970 Parecer: CNE/CES 443/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: IPE Educacional Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Credenciamento do campus fora de sede do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), a ser instalado no município de Campina Grande, no estado da Paraíba Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do campus fora de sede do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), com sede no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, a ser instalado na Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, bairro Palmeira, no município de Campina Grande, no estado da Paraíba, nos termos do artigo 31, § 3º, do Decreto nº 9.235/2017, com a oferta inicial do curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Nos termos do § 2º do artigo 32 do Decreto nº 9.235/2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto do Centro Universitário e não gozará de prerrogativas de autonomia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201802473 Parecer: CNE/CES 444/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: JC Sociedade Educacional S/S Ltda. - Campinas/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Prof. Luiz Mário D'Ávila (FADAVILA), a ser instalada no município de Barretos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Prof. Luiz Mário D'Ávila (FADAVILA), a ser instalada na Avenida 29, nº 763, bairro Baroni, no município de Barretos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Letras - Português e Inglês, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901263 Parecer: CNE/CES 445/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. - Cacoal/RO Assunto: Credenciamento do Centro Universitário de Rondônia (UNESC), por transformação da Faculdades Integradas de Cacoal (UNESC), com sede no município de Cacoal, no estado de Rondônia Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário de Rondônia (UNESC), por transformação da Faculdades Integradas de Cacoal (UNESC), com sede na Rua dos Esportes, nº 1.038, bairro Incra, no município de Cacoal, no estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201904699 Parecer: CNE/CES 446/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas Ltda. - Manaus/AM Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FATEC), a ser instalada no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FATEC), a ser instalada na Avenida Margarita, nº 5, bairro Nova Cidade, Quadra 60, no município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Direito, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; Logística, tecnológico e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201932575 Parecer: CNE/CES 447/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Unifama - União das Faculdades de Mato Grosso Ltda. - Guarantã do Norte/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade de Lucas do Rio Verde (UNIFAMA), a ser instalada no município de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Lucas do Rio Verde (UNIFAMA), a ser instalada na Rua Paranapanema, nº 1.637-S, bairro Alvorada, no município de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Enfermagem, bacharelado; Farmácia, bacharelado; Fisioterapia, bacharelado e Odontologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201903530 Parecer: CNE/CES 448/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Sociedade Inteligência e Coração - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento do Instituto de Ensino Superior Agostiniano CASA GAIA, a ser instalado no município de Contagem, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto de Ensino Superior Agostiniano CASA GAIA, a ser instalado na Rua Marte, nº 435, bairro Jardim Riacho das Pedras, no munícipio de Contagem, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Processos Gerenciais, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202015606 Parecer: CNE/CES 449/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: DPM Educação Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Credenciamento da Faculdade DPM Educação, a ser instalada no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade DPM Educação, que seria instalada na Avenida Pernambuco, nº 1.001, bairro Navegantes, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008880 Parecer: CNE/CES 450/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu S.A. - União da Vitória/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Vale do Iguaçu Canoinhas, a ser instalada no município de Canoinhas, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Vale do Iguaçu Canoinhas, a ser instalada na Rua Feres João Sfair, nº 491, bairro Jardim Esperança, no munícipio de Canoinhas, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Direito, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014028 Parecer: CNE/CES 451/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: CFLY Sociedade Educacional Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Escola Superior do Ar (EAR), a ser instalada no município de Guarulhos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Escola Superior do Ar (EAR), a ser instalada na Rua João Romano, nº 313, bairro Vila Flórida, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Pilotagem Profissional; tecnologia em Segurança Privada e tecnologia em Transporte Aéreo, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202112711 Parecer: CNE/CES 452/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina Ltda. - EPP - Petrolina/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Soberana de Cachoeiro de Itapemirim, a ser instalada no município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Soberana de Cachoeiro do Itapemirim, a ser instalada na Rodovia BR 482, Km 5, s/n, bairro Morro Grande, no município de Cachoeiro do Itapemirim, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Odontologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014462 Parecer: CNE/CES 453/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. - Joinville/SC Assunto: Credenciamento da Escola Superior do Sul de Santa Catarina, a ser instalada no munícipio de Criciúma, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Escola Superior do Sul de Santa Catarina, a ser instalada na Avenida Estevão Emílio de Souza, nº 410, bairro Ceará, no munícipio de Criciúma, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; Medicina Veterinária, bacharelado; Odontologia, bacharelado e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201931891 Parecer: CNE/CES 454/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda. - Campina Grande/PB Assunto: Credenciamento do campus fora de sede do Centro Universitário de Patos (UNIFIP), a ser instalado no município de Patos, no estado da Paraíba Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do campus fora de sede do Centro Universitário de Patos (UNIFIP), a ser instalado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 3.333-A, bairro Santa Rosa, no município de Campina Grande, no estado da Paraíba, nos termos do artigo 31, § 3º, do Decreto nº 9.235/2017, com a oferta inicial do curso superior de Direito, bacharelado. Nos termos do § 2º do artigo 32 do Decreto nº 9.235/2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto do Centro Universitário e não gozará de prerrogativas de autonomia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014228 Parecer: CNE/CES 455/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: CESCO - Centro de Ensino Superior do Centro Oeste Ltda. - Brasília/DF Assunto: Credenciamento da Faculdade de Santa Inês (FSI), a ser instalada no município de Santa Inês, no estado do Maranhão Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Santa Inês (FSI), a ser instalada na Avenida Marechal Castelo Branco, s/n, Centro, no município de Santa Inês, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Fisioterapia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201903321 Parecer: CNE/CES 459/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Parnaíba/PI Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Maurício de Nassau de Parnaíba - Uninassau Parnaíba, por transformação da Faculdade Uninassau Parnaíba, com sede no município de Parnaíba, no estado do Piauí Voto da Relatora: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Maurício de Nassau de Parnaíba - Uninassau Parnaíba, por transformação da Faculdade Uninassau Parnaíba, com sede na BR 343, Km 7,5, bairro Floriópolis, no município de Parnaíba, no estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008267 Parecer: CNE/CES 460/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Faculdade Guerra Educação Superior - EaD Eireli - Brasília/DF Assunto: Credenciamento da Faculdade Guerra (FAG), a ser instalada em Brasília, no Distrito Federal Voto da Relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Guerra (FAG), a ser instalada na Quadra QSA 7, nºs 15 a 22, Taguatinga Sul, em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado e Segurança Pública, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014438 Parecer: CNE/CES 461/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. - Joinville/SC Assunto: Credenciamento do Instituto do Sul de Santa Catarina, a ser instalado no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina Voto da Relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto do Sul de Santa Catarina, a ser instalado na Avenida Estevão Emilio de Souza, nº 980, bairro Ceará, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Mecânica, bacharelado; Fisioterapia, bacharelado; Gestão da Tecnologia da Informação, tecnológico; Nutrição, bacharelado e Sistemas de Informação, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202111297 Parecer: CNE/CES 462/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: UniPiaget/Brasil - Suzano/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Piaget - UniPiaget, por transformação Faculdade Piaget (FACPIAGET), com sede no município de Suzano, no estado de São Paulo Voto da Relatora: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Piaget - UniPiaget, por transformação da Faculdade Piaget (FACPIAGET), com sede na Avenida Senador Roberto Simonsen, nº 972, bairro Jardim Imperador, no município de Suzano, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008747 Parecer: CNE/CES 463/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Telos Educacional Ltda. - Campinas/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Telos de Campinas (FATELOS), a ser instalada no município de Campinas, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Telos de Campinas (FATELOS), a ser instalada na Rua Doutor Theodoro Langaard, nº 125, bairro Bonfim, no munícipio de Campinas, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Enfermagem, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023200 Parecer: CNE/CES 464/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro Educacional Hyarte-ML Ltda. - Paracatu/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Atenas Centro de Mato Grosso, a ser instalada no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Voto favoravelmente

ao credenciamento da Faculdade Atenas Centro de Mato Grosso, a ser instalada na Rua Estrada Vicinal, nº 1.199, Sentido Norte, bairro Área de Expansão Urbana, no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927551 Parecer: CNE/CES 465/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho - Penedo/AL Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 644, de 5 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de maio de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Raimundo Marinho (FRM), com sede no município de Maceió, no estado de Alagoas Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 644, de 5 de maio de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Raimundo Marinho (FRM), com sede na Avenida Doutor Durval de Góes Monteiro, nº 8.501, bairro Tabuleiro do Martins, no município de Maceió, no estado de Alagoas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201903105 Parecer: CNE/CES 466/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: União Brasileira de Educação Ltda. - Aracaju/SE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário UNIRB - Aracaju, por transformação da Faculdade UNIRB - Aracaju, com sede no município de Aracaju, no estado de Sergipe Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UNIRB - Aracaju, por transformação da Faculdade UNIRB - Aracaju - UNIRB, com sede na Avenida Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, s/n, bairro Jabotiana, no município de Aracaju, no estado de Sergipe Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820895 Parecer: CNE/CES 467/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: Centro Educacional de Qualificação Profissional e Formação Continuada Castro Alves Ltda. - ME - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 581, de 7 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 8 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Marinho Paulista (FAMP), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), Portaria nº 581, de 7 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Marinho Paulista (FAMP), com sede na Rua Airi, nº 20-A, bairro Vila Gomes Cardim, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201926106 Parecer: CNE/CES 468/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: Centro Educacional de Palmeiras de Goiás Eireli - ME - Palmeiras de Goiás/GO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 628, de 29 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de maio de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Farmácia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Integrada de Palmeiras de Goiás (FAI), com sede no município de Palmeiras de Goiás, no estado de Goiás Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 628, de 29 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Farmácia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Integrada de Palmeiras de Goiás (FAI), com sede na Rua 7 de Setembro, s/n, Q. 9, L. 5, bairro Vila Aurora, no município de Palmeiras de Goiás, no estado de Goiás Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820869 Parecer: CNE/CES 469/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho - Penedo/AL Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 644, de 5 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de maio de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Radiologia, pleiteado pela Faculdade Raimundo Marinho (FRM), com sede no município de Maceió, no estado de Alagoas Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 644, de 5 de maio de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Radiologia, que seria ministrado pela Faculdade Raimundo Marinho (FRM), com sede na Avenida Doutor Durval Góes Monteiro, nº 8.501, bairro Tabuleiro do Martins, no município de Maceió, no estado de Alagoas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808785 Parecer: CNE/CES 470/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: UNIESP S.A. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 645, de 9 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 10 de maio de 2022, autorizou o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru (IESB), com sede no município de Bauru, no estado de São Paulo, contudo, determinou a redução de 120 (cento e vinte) para 90 (noventa) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 645, de 9 de maio de 2022, que autorizou o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru (IESB), com sede na Rua Anhanguera, nºs 9-19, bairro Vila Flores, no município de Bauru, no estado de São Paulo, com 90 (noventa) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201926006 Parecer: CNE/CES 473/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Referencial Vestibulares Ltda. - Campo Grande/MS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 613, de 25 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Biológicas, licenciatura, pleiteado pela Faculdade de Ensino Superior Refferencial (FAREFF), com sede no município Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 613, de 25 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Biológicas, licenciatura, que seria ministrado pela Faculdade de Ensino Superior Refferencial (FAREFF), com sede na Rua da Imprensa, nº 191, bairro Monte Castelo, no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201900904 Parecer: CNE/CES 476/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessado: Instituto de Educação Superior IMEB - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 503, de 6 de outubro de 2021, que tratou do credenciamento do Instituto de Educação Superior IMEB, a ser instalado em Brasília, no Distrito Federal Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 503, de 6 de outubro de 2021, e manifesto-me favorável ao credenciamento do Instituto de Educação Superior IMEB, a ser instalado na Quadra SGAS 616, nº 1, Conjunto A, Bloco B, Centro Clínico Línea Vitta, Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Radiologia, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006379/2022-81 Parecer: CNE/CES 479/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Maurício de Nassau de Duque de Caxias (FMN Caxias), com sede no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Maurício de Nassau de Duque de Caxias (FMN Caxias), com sede na Avenida Doutor Manuel Teles, nº 89, Centro, no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau de Duque de Caxias (FMN Caxias) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005017/2022-72 Parecer: CNE/CES 480/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Maurício de Nassau de Uberlândia (FMN Uberlândia), com sede no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Maurício de Nassau de Uberlândia (FMN Uberlândia), com sede na Travessa Canápolis, nº 200, bairro Osvaldo Rezende, no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau de Uberlândia (FMN Uberlândia) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005013/2022-94 Parecer: CNE/CES 481/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Vitória (VERITAS VITÓRIA), com sede no município de Vitória, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Vitória (VERITAS VITÓRIA), com sede na Rua Carlos Moreira Lima, nºs 235/236, bairro Bento Ferreira, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Vitória (VERITAS VITÓRIA) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005013/2022-94 Parecer: CNE/CES 482/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessado: Instituto Educatiehoog de Ensino e Pesquisa Limitada - São Paulo/SP Assunto: Descredenciamento voluntário do Instituto Educatie, com sede no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Instituto Educatie, com sede na Rua José Urbano Sanches, nº 315, no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Instituto Educatiehoog de Ensino e Pesquisa Limitada ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico do Instituto Educatie Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005366/2022-94 Parecer: CNE/CES 483/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas Anápolis (VERITAS Anápolis), com sede no município de Anápolis, no estado de Goiás Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Univeritas Universus Veritas Anápolis (VERITAS Anápolis), com sede na Avenida Santos Dumont, nº 724, no município de Anápolis, no estado de Goiás, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A., ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas Anápolis (VERITAS Anápolis) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006671/2022-01 Parecer: CNE/CES 487/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Nova Iguaçu (UNIVERITAS NI), com sede no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Nova Iguaçu (UNIVERITAS NI), com sede na Rua Russani Elias José, nº 108, Centro, no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Nova Iguaçu (UNIVERITAS NI) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006625/2022-02 Parecer: CNE/CES 488/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Montes Claros (Univeritas MC), com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Montes Claros (Univeritas MC), com sede na Avenida Padre Chico, nº 403, Centro, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Montes Claros (Univeritas MC) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000650/2020-01 Parecer: CNE/CES 497/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda. - Montes Claros/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 245, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 28 de julho de 2020, indeferiu o pedido de aumento de 60 (sessenta) para 100 (cem) vagas totais anuais no curso superior de Medicina, ofertado pela Faculdades Integradas Padrão (FIP Guanambi), com sede no município de Guanambi, no estado da Bahia Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 245, de 27 de julho de 2020, para autorizar o aumento de 60 (sessenta) para 100 (cem) vagas totais anuais no curso superior de Medicina, ofertado pela Faculdades Integradas Padrão (FIP Guanambi), com sede na Avenida Prisco Viana, nº 215, bairro Santa Catarina, no município de Guanambi, no estado da Bahia Decisão da Câmara: REJEITADO por maioria.

e-MEC: 201930806 Parecer: CNE/CES 498/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Faculdade Vale do Pajeú Ltda. - EPP - São José do Egito/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação Vale do Pajeú, a ser instalada no município de Bezerros, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Educação Vale do Pajeú, a ser instalada na Quadra 1, Lotes 4 a 8, bairro Loteamento Riacho Verdejante, no município de Bezerros, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a

Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado; Educação Física, bacharelado; Educação Física, licenciatura; Odontologia, bacharelado; Pedagogia, licenciatura e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201906073 Parecer: CNE/CES 499/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul - Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade ISAE Brasil, com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade ISAE Brasil, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 2.775, bairro Rebouças, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000291/2022-45 Parecer: CNE/CES 503/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Josué Neves de Godoi - Mairinque/SP Assunto: Convalidação dos estudos realizados no curso superior de Psicologia, bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário São Roque (UNISÃO ROQUE), com sede no município de São Roque, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Josué Neves de Godoi, no curso superior de Psicologia, bacharelado, no período de 2021 a 2022, ministrado pelo Centro Universitário São Roque (UNISÃO ROQUE), com sede no município de São Roque, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23123.006370/2021-01 Parecer: CNE/CES 506/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Assupero Ensino Superior Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 422, de 31 de agosto de 2021, que tratou do recredenciamento da Faculdade Curitibana (FAC), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 422, de 31 de agosto de 2021, e manifesto-me favorável ao recredenciamento da Faculdade Curitibana (FAC), com sede na Avenida República Argentina, nº 1.285, bairro Água Verde, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201717828 Parecer: CNE/CES 509/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Einstein Instituição de Ensino Ltda. - EPP - Porto Velho/RO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.268, de 18 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 19 de novembro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Sapiens, com sede no município de Porto Velho, no estado de Rondônia Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, não conheço do presente recurso e, assim, mantenho a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.268, de 18 de novembro de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, que seria ofertado pela Faculdade Sapiens, com sede na Rua Paulo Freire, nº 4.767 B, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 22 de setembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

SÚMULA DO PARECER CNE/CP 13/2022

Reunião ordinária dos dias 6, 7, 8 e 9 do mês de junho/2022
(Complementar à Publicada no DOU de 19/9/2022, Seção 1, pp. 153 a 154)
CONSELHO PLENO

e-MEC: 201714424 Parecer: CNE/CP 13/2022 Relator: Fernando Cesar Capovilla Interessada: R2 Formação Pedagógica Eireli - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 107, de 24 de fevereiro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade República de São Paulo (FARESP), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Pedido de Vista: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 107, de 24 de fevereiro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade República de São Paulo (FARESP), com sede na Praça da República, nº 468, bairro República, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 22 de setembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 141, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Secretaria de Educação Básica, por meio da Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica, como gestora do Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 6/2022, no âmbito do Ministério da Educação

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MEC nº 849, de 22 abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir a Secretaria de Educação Básica, por meio da Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação, como gestora e responsável pela execução do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 6/2022, firmado entre o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, na condição de interveniente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MAURO LUIZ RABELO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.666, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.009194/2021-39; resolve:

Art. 1º. Prorrogar por um ano, contado a partir de 20 de Outubro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área Jornalismo Digital do Departamento de Jornalismo (DEJOR) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), de que trata o Edital PROGEP nº 59/2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1472 de 29 de Setembro de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA PROGEP Nº 54, DE 22 DE OUTUBRO DE 2022

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições delegadas pela portaria R 095 de 05 de janeiro de 2017, publicado no D.O.U em 09 de janeiro de 2017., resolve:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 02 (dois) anos o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

Número do edital	Tipo	Unidade	Área/Subárea	Publicação da homologação	Validade inicial	Novo prazo validade - Conforme Lei Complementar nº 173/2020 e Lei nº 14.134/2022.	Novo prazo de validade
208/2018	Concurso Público	ESEBA	Psicologia/Psicologia Escolar	19/03/2019	19/03/2021	23/10/2022	23/10/2024
231/2018	Processo Seletivo	ESEBA	Arte	11/03/2019	11/03/2021	15/10/2022	15/10/2024
257/2018	Concurso Público	FAMED	Nutrição Clínica/Nutrição Clínica Hospitalar	14/03/2019	14/03/2021	18/10/2022	18/10/2024
245/2018	Concurso Público	FECIV	Recursos Hídricos e Saneamento	14/03/2019	14/03/2021	18/10/2022	18/10/2024
265/2018	Processo Seletivo	FEQUI	Fundamentos de Engenharia de Alimentos e de Engenharia Química	14/03/2019	14/03/2021	18/10/2022	18/10/2024
211/2018	Concurso Público	FOUFU	Odontologia Preventiva e Social	28/02/2019	28/02/2021	04/10/2022	04/10/2024
268/2018	Processo Seletivo	IBTEC	Genética e Bioquímica	14/03/2019	14/03/2021	18/10/2022	18/10/2024
185/2018	Concurso Público	IGUFU	III - Geologia/Geotectônica e Geologia Histórica e do Brasil	14/03/2019	14/03/2021	18/10/2022	18/10/2024
185/2018	Concurso Público	IGUFU	II - Geofísica	27/03/2019	27/03/2021	31/10/2022	31/10/2024
247/2018	Concurso Público	INFIS	Física /Física da Matéria Condensada - Teórico / Experimental	21/03/2019	21/03/2021	25/10/2022	25/10/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCIO MAGNO

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.228, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos para solicitação e operacionalização do Serviço de Radiovias em Frequência Modulada.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 4, de 30 de abril de 2021, e no Decreto nº 10.648, de 12 de março de 2021, que institui a Política de Modernização da Infraestrutura Federal de Transporte Rodoviário - inov@BR e a qualifica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e considerando o que consta no processo nº 53115.002569/2021-11 do Ministério das Comunicações, resolve:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DO SERVIÇO

Art. 1º O Serviço de Radiovias consiste na consignação de canais de radiodifusão sonora em frequência modulada nas rodovias federais, sob administração pública e às concedidas integrantes do Sistema Federal de Viação, em conformidade com a Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011.

Art. 2º O Serviço de Radiovias destina-se a oferecer informações como condições do trânsito, acidentes, condições meteorológicas, execução de obras, dentre outras necessárias à segurança dos usuários das vias.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Poderá ser autorizada pelo Ministério da Infraestrutura a execução do serviço pelos seguintes parceiros interessados:

I - concessionária do serviço de exploração de infraestrutura rodoviária; e

II - entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

§1º A execução do Serviço de Radiovias poderá ser transferida a entidades particulares com fins lucrativos, no caso de rodovias concedidas.

§2º É obrigatório que a execução do Serviço de Radiovias esteja mencionada no rol de atribuições constante do estatuto social da entidade referida no inciso II, o qual deverá estar registrado em cartório, contendo as referidas atribuições, há pelo menos três anos.

Art. 4º Compete ao interessado encaminhar à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres o projeto técnico para execução do serviço e quaisquer outras informações devidas, nos termos da legislação aplicável e normatização expedida pelo Ministério das Comunicações, pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, pelo Ministério da Infraestrutura, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 5º O Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, verificará o interesse público, a conveniência e oportunidade de:

I - solicitar a manifestação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com base no projeto técnico apresentado pelo interessado e demais informações necessárias, quando se tratar de rodovia concedida, especialmente no que tange à segurança da via e à ocupação da faixa de domínio;

II - solicitar a manifestação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com base no projeto técnico apresentado pelo interessado e demais informações necessárias, quando se tratar de rodovia sob administração pública, especialmente no que tange à segurança da via e à ocupação da faixa de domínio; e

III - após manifestação da ANTT ou DNIT, requerer a outorga do Serviço de Radiovias ao Ministério das Comunicações, com base no projeto técnico apresentado pelo interessado.

Art. 6º A outorga do Serviço de Radiovias far-se-á ao Ministério da Infraestrutura, que será o responsável perante o Ministério das Comunicações.

§1º O parceiro autorizado é responsável pela implantação, execução do serviço e gerenciamento da estrutura de transmissão, garantindo seu pleno funcionamento.

§2º As taxas e contribuições devidas para instalação e operacionalização do Serviço de Radiovias serão custeadas integralmente pelo parceiro autorizado.

§3º O Serviço de Radiovias somente poderá ser executado, nos trechos de rodovias federais, depois da obtenção da autorização de uso de radiofrequência e do licenciamento das estações, ambos expedidos pela Anatel.

CAPÍTULO III

DA IMPLANTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIOVIAS

Art. 7º O Ministério da Infraestrutura poderá instar, de ofício ou por provocação, potenciais parceiros a executarem o Serviço de Radiovias.

§1º A abertura de procedimento para execução do Serviço de Radiovias é facultativa por parte da administração pública.

§2º O Serviço de Radiovias poderá ser solicitado e executado por concessionária de rodovias federais, nos trechos em que lhe foram outorgados, no âmbito do respectivo contrato de concessão.

§3º Para as rodovias sob administração pública, a seleção de potencial parceiro poderá ser realizada por meio de chamamento público, conforme Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 8º O Serviço de Radiovias será executado de modo a permitir a oferta das informações de que trata o art. 2º.

Parágrafo único. Para execução do Serviço de Radiovias, o interessado deverá demonstrar que possui condições de monitoramento do trecho selecionado, ou meios de obtenção de informações sobre a segurança da via, de interesse dos usuários.

Art. 9º Os parceiros autorizados pelo Ministério da Infraestrutura a operacionalizar o Serviço de Radiovias poderão admitir patrocínio sob a forma de publicidade institucional, com vistas a, exclusivamente, obter auxílio para o custeio da implantação e da operacionalização do serviço em questão.

§1º Considera-se como publicidade institucional a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§2º É vedada a divulgação de publicidade comercial na execução do Serviço de Radiovias.

§ 3º Os contratos firmados entre o parceiro autorizado e as entidades apoiadoras reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a União senão as previstas em lei.

§ 4º As receitas excedentes geradas, associadas ao Serviço de Radiovias, deverão ser utilizadas de acordo com o regramento da ANTT ou do DNIT, conforme o caso.

Art. 10. Poderá ocorrer, a qualquer tempo, a alteração de características técnicas das estações do Serviço de Radiovias, por motivo de ordem técnica ou por necessidade dos serviços federais, cujo requerimento deve ser encaminhado para análise do Ministério das Comunicações, por intermédio do Ministério da Infraestrutura.

Art. 11. Sempre que houver a interrupção do serviço por período superior a setenta e duas horas, o parceiro deverá, no prazo máximo de quarenta e oito horas, comunicar ao Ministério da Infraestrutura, no caso de rodovias federais públicas, e à ANTT, no caso de rodovias concedidas, o tempo, a causa da interrupção e as providências para restabelecimento do serviço.

Seção I

Rodovias sob concessão

Art. 12. O projeto de implantação da infraestrutura para prestação do serviço deverá ser analisado pela ANTT, no que tange às interferências na faixa de domínio e à segurança da via, quando demandado pelo Ministério da Infraestrutura, nos termos do Art. 5º.

Art. 13. O processo para solicitar a instalação e execução do Serviço de Radiovias deverá ser instruído, com as seguintes informações:

I - objetivo específico, justificativa, tipo de solução, os benefícios esperados, o cronograma de implantação ou execução, a predição dos custos de instalação, manutenção e operação, e outras informações necessárias a boa compreensão da proposta;

II - projeto técnico e demais informações necessárias, conforme normativos do Ministério das Comunicações e da Anatel, além da legislação aplicável ao setor de radiodifusão;

III - identificação da(s) rodovia(s) e o respectivo quilômetro inicial e final, utilizando o Sistema Nacional de Viação vigente; e

IV - os meios de monitoramento do trecho de rodovia pretendido e de obtenção de informações de interesse do usuário sobre a segurança da via.

§1º O prazo da autorização para execução do Serviço de Radiovias deverá coincidir com o prazo final do contrato de concessão, podendo ser prorrogado nos casos em que o contrato de concessão em vigor tenha seu prazo estendido.

§2º No caso da realização de nova licitação para concessão de lote rodoviário em que o Serviço de Radiovias está sendo executado, a fim de que não haja descontinuidade, é permitida a manutenção do referido serviço até a assunção pela nova concessionária, observado o disposto nos respectivos edital e contrato da nova concessão.

Seção II

Rodovias sob administração pública

Art. 14. O projeto de implantação da infraestrutura para prestação do serviço deverá ser analisado pelo DNIT, no que tange às interferências na faixa de domínio e à segurança da via, quando demandado pelo Ministério da Infraestrutura, nos termos do Art. 5º.

Art. 15. O interessado poderá apresentar, ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, proposta para execução do Serviço de Radiovias nas rodovias sob administração pública.

§1º O Ministério da Infraestrutura, julgando conveniente, considerando a proposta apresentada e o interesse público, poderá abrir procedimento de chamamento público para selecionar possíveis interessados em prestar o serviço.

§2º Não caberá ressarcimento aos interessados, a qualquer título, por valores dispendidos para apresentação de propostas que visem à execução do Serviço de Radiovias.

Art. 16. A solicitação que visa à execução do Serviço de Radiovias deverá ser instruída com as informações técnicas necessárias, consoante os incisos I ao IV do art. 13.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO

Art. 17. O Ministério da Infraestrutura poderá solicitar ao Ministério das Comunicações relatórios de monitoramento ou informações sobre a prestação do Serviço de Radiovias em operação.

Art. 18. A execução do Serviço de Radiovias em desacordo com os termos desta Portaria e demais regramentos de radiodifusão poderá acarretar advertência.

§1º A advertência será aplicada pelo Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, considerando os seguintes fatores, entre outros:

I - realizar publicidade em desacordo com a autorização, sendo expressamente vedada a utilização para fins político-partidários e alheios aos interesses dos usuários da rodovia; e,

II - não atender as normas e condições estabelecidas para a execução do serviço.

§2º O Ministério da Infraestrutura comunicará ao Ministério das Comunicações, à ANTT e ao DNIT quando da aplicação de advertência ao parceiro autorizado correspondente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. A ANTT ou DNIT poderão deixar de se manifestar sobre a continuidade do Serviço de Radiovias que já esteja em funcionamento na data da publicação desta Portaria.

Art. 20. Os casos omissos, não previstos nesta Portaria, serão dirimidos pelo Ministério da Infraestrutura, na forma da legislação em vigor.

Art. 21. No caso de rodovias sob concessão, é vedada a solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de concessão para fins desta Portaria, salvo previsão contratual em sentido contrário.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 9.214, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.015364/2021-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar (IS) nº 21-007, Revisão A, em versão bilíngue nos idiomas português e inglês, intitulada "Certificado de aeronavegabilidade para aeronaves categoria leve esportiva", em inglês "Airworthiness certificate for light sport category aircraft".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2° Em caso de divergência entre as versões em português e inglês da IS, a versão em português deve prevalecer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 8.883, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso VII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na seção 139.117 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC n° 139, Emenda n° 05, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.041385/2021-32, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 7.043/SIA, de 24 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2022, Seção 1, página 89, que concedeu o Certificado Operacional de Aeroporto nº 045/SNGI/2022 à Prefeitura Municipal de Guanambi, operadora do Aeródromo de Guanambi (SNGI) - Guanambi/BA (código CIAD: BA0009), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - .....

...

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 14: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno;

Cabeceira 32: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno;

...

IV - Restrições operacionais: proibidas operações da aeronave ATR 72 em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 8.884, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos VII e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na seção 139.503 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC n° 139, Emenda n° 05, e no art. 52 da Instrução Normativa n° 154, de 20 de março de 2020,

Considerando a relevância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

Considerando o que consta do processo nº 00058.041385/2021-32, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme peticionado pelo operador do Aeroporto de Guanambi, SNGI / BA (CIAD: BA0009), nível equivalente de segurança relativo ao parágrafo 154.207(d)(1) do RBAC 154, Emenda 07, devido à existência de obstáculos na faixa de pista para operação da aeronave ATR-72 em aproximação por instrumento na pista de pouso e decolagem do aeroporto.

Parágrafo único. O nível equivalente de segurança aprovado nos termos do caput fica condicionado à medida operacional de proibição de operações da aeronave ATR-72 em condição meteorológica por instrumento (IMC).

Art. 2º A aprovação nos termos do artigo 1º deverá ser acompanhada da avaliação contínua pelo operador de aeródromo quanto à eficácia das medidas adotadas de forma a garantir a manutenção do nível equivalente de segurança.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.254, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo nº 00058.049220/2021-17, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional de Aeroporto n° 65/SBDB/2022 ao Estado do Mato Grosso do Sul, operador do Aeroporto Bonito (código CIAD: MS0004).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 3C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 3C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 18: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno; e

Cabeceira 36: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno.

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 5 (cinco).

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves: Não aplicável.

III - Restrição aos serviços aéreos: Não aplicável.

IV - Restrições operacionais: Não há.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.255, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo 00058.049220/2021-17. resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2016, Seção 1, página 9, que define as aeronaves críticas e as respectivas frequências semanais de operação para aeródromos civis públicos brasileiros, para excluir o Aeroporto de Bonito/MS, Código OACI: SBDB, localizado em Bonito (MS), com as seguintes informações:

Código	Nome	Município	UF	Aeronave crítica	Tipo de aproximação	Frequência semanal
SBDB	Bonito	Bonito	MS	4C[6]	NINST	5[6]

[6]Observar restrições adicionais constantes da Portaria nº 390, de 5 de fevereiro de 2018. (Incluído pela Portaria nº 389/SIA, de 05.02.2018)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 9.029, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO , no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, e considerando o que consta do processo nº 00058.051742/2022-51, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 6405, de 14 de novembro de 2021, que certificou a Lighthouse SMS Consultoria e Treinamento EIRELI como Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (OE-SESCINC), incluindo o Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Certificar a Lighthouse SMS Consultoria e Treinamento EIRELI, registrada na ANAC sob o número 10, com sede administrativa situada na Rua do Pontal s/n -Barra de Macaé - 27973-000 - Macaé RJ, como Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o SESCINC - OE-SESCINC Tipo 2, com instalações para treinamento prático Nível 2, outorgando o Certificado OE-SESCINC, estando apta a ministrar, em consonância com os itens 5.1.11, 5.1.13 e 5..1.15 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, os seguintes cursos:

I - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 1 (CBA-1);

II - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2);

III - Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (CBA-MC); e

IV - Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE).

Parágrafo único. A presente certificação permite que a organização certificada ministre os cursos acima enumerados, nos seguintes endereços:

I - sede: Rua do Pontal s/n -Barra de Macaé - 27973-000 - Macaé - RJ;

II - instalações para treinamento prático: Estrada Ana Nery 4700 - 27948-076, Virgem Santa - Macaé - RJ." (NR)

Art. 2º O início das primeiras edições do Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE) está vinculado ao recebimento de autorização prévia da ANAC, conforme disposto no item 5.1.4 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REJANE DE SOUZA FONTES BUSSON

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 503-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002505/2021-35
2. Interessado: Companhia Docas da Bahia - CODEBA
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de revisão e padronização da estrutura tarifária do Porto de Aratu/BA,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. homologar e aprovar o pedido de revisão tarifária formulado pela Companhia Docas da Bahia (CODEBA), com padronização da estrutura tarifária do Porto de Aratu/BA, referente ao período de 24/06/2009 a 26/07/2022, equivalente a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 18,50% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 36,20%, em referência aos valores aprovados na data do último reajuste (27/12/2018), e a uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 79.771.710,39 para o período de referência subsequente à revisão, a qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de quinze dias úteis após a comunicação desta decisão;

5.2. determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério da Economia, nos termos do Ofício-MINUTA AST-DT (SEI nº 1706204) e do Ofício-MINUTA AST-DT (SEI nº 1706206), e que publique, após o decurso de quinze dias úteis, a decisão estabelecida nos termos da minuta de Deliberação-DG (SEI nº 1685193); e

5.3. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 504-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002687/2022-25
2. Interessado: Companhia Docas do Pará - CDP
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG; Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de consulta endereçada a esta Agência Reguladora sobre a possibilidade de concessão de isenção de tarifa portuária para navios estrangeiros de Estados que fazem parte do critério de reciprocidade,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. responder à consulta formulada pela Companhia Docas do Pará - CDP, no sentido de ser possível que um navio de guerra estrangeiro que não exerça atividade comercial esteja suscetível à aplicação das isenções tarifárias relacionadas à infraestrutura de acesso aquaviário normalmente concedidas aos navios de guerra nacionais, bem como outras tarifas, desde que autorizado previamente pela ANTAQ e que exista previsão no grupo tarifário da Seção IV da CDP;

5.2. autorizar à CDP, desde já, a aplicação da isenção da rubrica tarifária de acesso aquaviário, bem como outras tarifas, a seu juízo de conveniência e oportunidade, considerados os paradigmas elencados no item "I" desta decisão; e

5.3. cientificar a Companhia Docas do Pará - CDP acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 505-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.005263/2021-31
2. Interessado: TVV - Terminal de Vila Velha S.A.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de julgamento de Auto de Infração lavrado em desfavor do TVV - Terminal de Vila Velha S.A. por suposta conduta abusiva de imposição de condicionantes para a liberação de cargas em regime de trânsito aduaneiro,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. declarar a nulidade do Auto de Infração nº 004830-5 e afastar, por conseguinte, a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), em relação à infração tipificada pelo inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014, uma vez que a situação fática narrada poderia ser passível de emissão de Notificação para Correção de Irregularidade (NOCI) com vistas ao alcance da conformidade regulatória perante a irregularidade identificada pela Fiscalização da ANTAQ;

5.2. declarar que a ausência de emissão de NOCI acabou sendo contornada com a medida cautelar expedida pela Unidade Regional de Vitória - UREVT da ANTAQ, na medida em que promoveu o alcance da conformidade regulatória pelo terminal arrendado e evitou a materialização de prejuízos perante os seus usuários;

5.3. determinar ao TVV - Terminal de Vila Velha S.A., em definitivo, que se abstenha de exigir dos "terminais secos" o pagamento de faturas de tarifas portuárias devidas pelos clientes importadores, quando estes últimos configurarem-se como efetivos demandantes dos serviços prestados; e

5.4. cientificar o TVV - Terminal de Vila Velha S.A. acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 506-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.007292/2022-19
2. Interessado: Grupo Bravante
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da consulta formulada pelo Grupo Bravante acerca da possibilidade de uso de partes de estrutura/equipamentos de embarcação para compor direito de tonelagem,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em informar à Consulente sobre a impossibilidade de utilização de partes da estrutura e de equipamentos de embarcações existentes, a integrarem novas embarcações, para fins de aumento do direito de capacidade de afretamento permitida com fulcro no inciso III do art. 10 da Lei nº 9.432/1997.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 507-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.012530/2022-16
2. Interessado: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ3
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da padronização da estrutura tarifária do Porto de Angra dos Reis/RJ,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. homologar e aprovar o pedido da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ para padronização e reajuste tarifário do Porto de Angra dos Reis/RJ equivalente a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 28,81% e a um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 13,51% referente ao período subsequente à padronização, a qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de quinze dias úteis após a comunicação desta decisão;

5.2. determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério da Economia, nos termos do Ofício-MINUTA AST-DT (SEI nº 1683789) e do Ofício-MINUTA AST-DT (SEI nº 1683791), e que publique, após o decurso de quinze dias úteis, a decisão estabelecida nos termos da minuta de Deliberação-DG (SEI nº 1683782); e

5.3. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 508-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.013000/2022-87
2. Interessado: MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de recurso administrativo interposto pelo Agente Marítimo MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda., em contraposição à decisão proferida pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC mediante a Deliberação PAS nº 31/2021/SFC;

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. conhecer o Recurso de Reconsideração interposto pela empresa MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.378.779/0001-09, eis que presentes os requisitos de admissibilidade;

5.2. no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a penalidade de multa pecuniária aplicada no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) mediante a Deliberação PAS nº 31/2021/SFC, pela prática da infração tipificada no art. 28, inciso II, da Resolução Normativa-ANTAQ nº 18, consubstanciada no fato de exigir dos usuários importadores o envio do manifesto de produtos perigosos em língua portuguesa, em contrassenso ao que preconiza o inciso I do art. 7º da Resolução-ANTAQ nº 2.239/2011 vigente à época do cometimento da irregularidade;

5.3. determinar à Superintendência de Regulação - SRG que avalie os eventuais impactos acarretados à Resolução-ANTAQ nº 65/2021 em decorrência das modificações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência - MTP na NR 29 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário, mediante a edição da Portaria MTP nº 671/2022; e

5.4. cientificar a MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda. acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 509-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014799/2022-29
2. Interessado: SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da consulta formulada pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros acerca da dispensabilidade da instauração do processo seletivo com vistas à ocupação do Cais de Múltiplos Usos - CMU para a atividade de regaseificação de GNL através de instalação flutuante (FSRU),

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. responder à consulta formulada pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Autoridade Portuária de SUAPE, por meio do Ofício GAB. DP nº 207/2022, nos seguintes termos:

5.1.1. a instauração do processo seletivo de que trata o art. 27-A da Resolução Normativa-ANTAQ nº 07/2016, com redação dada pela Resolução-ANTAQ nº 64/2021, só se torna medida necessária e eficaz caso os demais interessados na utilização de áreas e instalações portuárias cumpram com os requisitos mínimos exigidos no art. 26-A da supracitada Resolução, demonstrando a capacidade de implantar e operar o projeto pretendido; e

5.1.2. após finalizadas as etapas pertinentes, a Autoridade Portuária deverá requerer a autorização desta Agência para a celebração do contrato de uso temporário, conforme disposição contida no art. 28-A da Resolução Normativa-ANTAQ nº 07/2016.

5.2. cientificar a consulente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 510-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.017424/2021-30
2. Interessado: Caiambe Navegação Ltda.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de requerimento formulado pela empresa Caiambe Navegação Ltda. com vistas à obtenção de registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, com fulcro no inciso II do art. 2º da Resolução Normativa-ANTAQ nº 13/2016,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. deferir o registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário solicitado pela empresa Caiambe Navegação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.730.888/0002-07, localizada na Margem Esquerda do Rio Negro e destinada exclusivamente à construção e/ou reparação naval, consoante previsão dada pelo inciso II do art. 2º da Resolução Normativa-ANTAQ nº 13/2016;

5.2. informar à requerente que a Declaração de Disponibilidade do Espaço Físico em Águas Públicas da União deverá será apresentada a esta Agência tão logo seja emitida pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU;

5.3. ressaltar que o registro ora deferido não desonera a requerente do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, em especial a Marinha do Brasil, o Poder Público Municipal, a Autoridade Aduaneira, o Corpo de Bombeiros local e o Órgão de Meio Ambiente; e

5.4. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 511-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.021439/2021-01
2. Interessado: Brasil Terminal Portuário S.A. - BTP
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do pleito de prorrogação antecipada com expansão de área do Contrato PRES 24.2001, de titularidade da Brasil Terminal Portuário S.A. - BTP,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, data-base: dezembro de 2020 e data-focal em 2020, com as premissas e parâmetros adotados pela Superintendência de Outorgas - SOG, com o Valor Presente Líquido - VPL de R$ 439.456.029,22 (quatrocentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil vinte e nove reais e vinte e dois centavos), com realização de investimentos na ordem de R$ 1.392.501.962,76 (um bilhão, trezentos e noventa e dois milhões, quinhentos e um mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos), não previstos originalmente no referido contrato, e com a utilização de WACC de 10,00% a.a, conforme Despacho SOG SEI nº 1674680 e Planilha SOG SEI nº 1676120;

5.2. declarar não haver óbices, do ponto de vista concorrencial, à aprovação do pedido formulado pela empresa Brasil Terminal Portuário S.A. - BTP visando o adensamento da área de 23.406 m² ao Contrato de Arrendamento PRES 24.2001;

5.3. manter o sigilo dos presentes autos após a deliberação, considerando a previsão dada pelo art. 169 da Lei nº 11.101/2005 (sigilo empresarial);

5.4. determinar o envio dos autos ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA para fins de adoção das providências cabíveis no âmbito de sua competência frente à legislação de regência, recomendando a convalidação do plano de investimentos apresentados pela Brasil Terminal Portuário S.A. - BTP; e

5.5. cientificar a empresa Brasil Terminal Portuário S.A. - BTP acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 512-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002175/2022-69
2. Interessado: Roberto Dorner & Cia Ltda.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de requerimento de outorga de autorização para operar como Empresa Brasileira de Navegação - EBN na prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos na navegação interior de travessia em diretriz da Rodovia Federal BR 319, Região Hidrográfica Amazônica, sobre os Rios Negro e Solimões, entre Manaus/AM e Careiro da Várzea/AM,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, em reunião da Diretoria Colegiada, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. indeferir o pleito de formulado pela empresa Roberto Dorner & Cia Ltda., para operar como Empresa Brasileira de Navegação - EBN na prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos na navegação interior de travessia em diretriz da Rodovia Federal BR 319, Região Hidrográfica Amazônica, sobre os Rios Negro e Solimões, entre Manaus/AM e Careiro da Várzea/AM, uma vez que se faz necessária a instauração de processo seletivo de prestadores de serviço na linha, conforme deliberação da diretoria colegiada disposta no Acórdão nº 240-2022-ANTAQ;

5.2. esclarecer que, após a publicação das regras do processo de seleção, todas as empresas interessadas poderão apresentar propostas nos termos do edital; e

5.3. cientificar a interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 513-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002495/2021-38
2. Interessado: Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do pedido de revisão tarifária com padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Ilhéus/BA,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. conhecer do pedido de revisão tarifária formulado pela Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA com padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Ilhéus/BA, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;

5.2. homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária referente ao período de 24/06/2009 a 26/07/2022, nos termos do art. 34, § 2º da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Ilhéus, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 11.405.335,04 (onze milhões e quatrocentos e cinco mil e trezentos e trinta e cinco reais e quatro centavos) para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um requerimento de um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 56,90% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 51,22%., o qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de 15 (quinze) dias úteis após a publicação desta decisão;

5.3. determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Economia e ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1689427) e do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1689424), respectivamente, e que publique, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a decisão estabelecida nos termos da Deliberação-DG-MINUTA GRP 1689437; e

5.4. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 514-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002498/2021-71
2. Interessado: Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do pedido de revisão tarifária com padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Salvador/BA,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. conhecer do pedido de revisão tarifária formulado pela Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA, com padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Salvador/BA, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;

5.2. homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária referente ao período de 24/06/2009 a 25/07/2022, nos termos do art. 34, § 2º da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Salvador, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 28.442.893,85 (vinte e oito milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos) para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um requerimento de um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 23,31% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 41,60%, o qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de 15 (quinze) dias úteis após a publicação desta decisão;

5.3. determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Economia e ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1682402) e do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1682401), respectivamente, e que publique, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a decisão estabelecida nos termos deste documento; e

5.4. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 515-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002937/2021-46
2. Interessado: Multilift Logística Ltda.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG e Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de julgamento do Auto de Infração nº 004829-1 (SEI nº 1279455), lavrado em desfavor da empresa Multilift Logística Ltda.,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, em reunião da Diretoria Colegiada, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. declarar a insubsistência do Auto de Infração nº 004829-1 (SEI nº 1279455) lavrado em desfavor da empresa Multilift Logística Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.744.919/0001-39, por infração ao art. 32, inciso XXXVIII, considerando que as informações constantes nos autos não foram suficientes para comprovar a materialidade da irregularidade apontada pela Autoridade Portuária;

5.2. determinar à Unidade Regional de Vitória - UREVT que promova fiscalização conjunta com a Autoridade Portuária de modo a comprovar de forma efetiva as infrações à condicionante 16 da licença ambiental que por ventura ainda persista nos caminhões que realizam operações com granéis em todos os terminais do Porto de Vitória; e

5.3. cientificar a empresa interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 516-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.010200/2022-88
2. Interessados: Superintendência do Porto de Itajaí e Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de Consulta da Superintendência do Porto de Itajaí quanto à solicitação do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina - SIDASC, para adiamento da implementação do novo sistema tarifário do Porto Organizado de Itajaí, notadamente a Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviários, por 60 dias, com a suspensão das cobranças das faturas já emitidas, reemitindo-as sob os valores da tabela antiga,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. conhecer do expediente de procedência da Superintendência do Porto de Itajaí, para prestar-lhe os seguintes esclarecimentos:

5.1.1. o Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina não é parte legítima para pleitear diferimento tarifário ou mudanças na estrutura tarifária dos portos;

5.1.2. não cabe ao Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina praticar atos processuais referente à gestão financeira da autoridade portuária, visto não ser o titular dos direitos subjetivos coletivos e/ou individuais heterogêneos dos representado;

5.1.3. o Sindicato não está devidamente representado, não estando presentes nos autos o respectivo ato constitutivo, quais são os associados e as devidas procurações, para figurar nos presentes autos com interessado; e

5.1.4. o diferimento aplicação da Tabela I já foi negado por esta Agência Reguladora, conforme decisão veiculada no Acórdão nº 307-2022-ANTAQ (SEI nº 1625696), nos autos do Processo nº 50300.006946/2022-97, sendo que eventual reanálise da questão demandaria pedido formal de revisão a ser formulado pela própria autoridade portuária, em sede recursal ou originária, conforme surgissem justificativas ainda não enfrentadas pela ANTAQ.

5.2. cientificar a empresa interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 517-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.010546/2020-14
2. Interessado: Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação Das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos sobre julgamento do Auto de Infração nº 004380-0 (SEI nº 1063336), lavrado em desfavor da Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras, inscrita no CNPJ sob o nº 29.566.858/0001-08, por explorar instalação portuária (Estação de Transbordo de Cargas - ETC), sem autorização do poder concedente,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. declarar a insubsistência do Auto de Infração nº 004380-0 (SEI nº 1063336), lavrado pela Unidade Regional do Rio de Janeiro - URERJ, desta Agência, em desfavor da empresa Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras, inscrita no CNPJ sob o nº 29.566.858/0001-08, por explorar instalação portuária (Estação de Transbordo de Cargas - ETC), sem autorização prévia do poder concedente, por entender que não restou comprovada a materialidade da infração descrita no inciso XV do artigo 36 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014;

5.2. determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que adote as providências junto à empresa interessada, com a consulta, nos termos do art. 84 da Resolução-ANTAQ nº 3.259, acerca da possibilidade de celebração de Termo de Ajuste de Conduta - TAC para obtenção da devida autorização, conforme o caso, de forma célere e diligente, em prazo a ser pactuado pela SFC após consulta à Superintendência de Outorgas - SOG; e

5.3. cientificar a empresa Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 518-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.011249/2022-58
2. Interessado: Sepetiba TECON S.A.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do Recurso Administrativo interposto pela empresa Sepetiba TECON S.A., em face da decisão proferida pelo Despacho de Julgamento nº 74/2020/SFC (SEI nº 1138277), no processo sancionador nº 50300.010069/2019-53,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. converter em diligência o julgamento do Recurso Administrativo (SEI nº 1165179) interposto pela empresa Sepetiba TECON S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.394.276/0002-08, empresa arrendatária no Porto de Itaguaí, em face da decisão proferida pelo Despacho de Julgamento nº 74/2020/SFC pela prática da infração capitulada no inciso XXXIV do artigo 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014, para complementação da instrução, com base no parágrafo único do artigo 64 da Lei nº 9.784/1999, e no princípio do devido processo legal;

5.2. retornar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, para que, em razão da regra contida no parágrafo único do artigo 64 da Lei nº 9.784/1999, notifique a recorrente para que, querendo, manifeste-se, no prazo de cinco dias, acerca do itens 20 a 23 do Despacho de Encaminhamento para Julgamento Recursal SFC (SEI nº 1671318); e

5.3. cientificar a empresa interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 519-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.012532/2022-05
2. Interessado: Companhia Docas do Rio de Janeiro
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Niterói/RJ,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. conhecer do pedido de padronização tarifária formulado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, com reajuste da estrutura tarifária do Porto Organizado de Niterói/RJ, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;

5.2. homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de reajuste tarifário referente ao período de 20/10/2016 a 31/05/2022, nos termos do art. 34, § 1º da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Niterói, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 5.196.243,98 (cinco milhões, cento e noventa e seis mil duzentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos) para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um requerimento de um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 31,61% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 24,62%., o qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de 15 (quinze) dias úteis após a publicação desta decisão;

5.3. determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Economia e ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1686075) e do Ofício-MINUTA GRP (SEI nº 1686073), respectivamente, e que publique, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a decisão estabelecida nos termos da Deliberação-DG-MINUTA GRP 1686082; e

5.4. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 520-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.012790/2022-83
2. Interessado: Empresa Fluvial São Pedro Ltda. - EPP
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da solicitação de reajuste de preços praticados na linha de transporte de Neópolis (SE) / Penedo (AL),

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. aprovar, com ressalvas, as justificativas apresentadas pela empresa Empresa Fluvial São Pedro Ltda. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.343.561/0001-35, operadora da linha de travessia de passageiros e veículos entre os municípios de Neópolis (SE) / Penedo (AL), para a majoração das tarifas dos serviços de transporte prestados, anotando a necessidade da seguinte correção a ser providenciada nos próximos reajustes:

5.1.1. Análise de preços: Memória de cálculo do reajuste, contemplando eventuais fatos extraordinários que tenham impactado o equilíbrio econômico financeiro da empresa, o detalhamento dos custos e a alteração de demanda do período, com assinatura do contador responsável.

5.2. dar conhecimento desta decisão à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC; e

5.3. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 521-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014301/2022-28
2. Interessado: Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de requerimento de Autorização Especial e Emergencial para movimentação e armazenagem de granéis líquidos,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. deferir o pedido de autorização especial e caráter emergencial, formulado pela empresa Administradora de Bens de Infraestrutura S.A., inscrita no CNPJ sob o número 10.701.088/0001-22, com sede na Rua Senador José Henrique, nº 224, 23º Andar, Ilha do Leite, Recife/PE, titular do TUP localizado na Avenida Maicá, nº 75, bairro de Santana, no município de Santarém, Estado do Pará, para operar na movimentação e/ou armazenagem de granéis líquidos na instalação portuária, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com vigência a partir de 15/10/2022, com fulcro no artigo 49 da Lei nº 10.233, de 2001, e no artigo 31, inciso IV, da Resolução Normativa-ANTAQ nº 71, de 2022;

5.2. ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa requerente do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente;

5.3. determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC o acompanhamento dos desdobramentos da presente decisão;

5.4. determinar à Superintendência de Outorgas que realize o levantamento das autorizações especiais e de emergência em vigor em decorrência da não obtenção da cessão do espaço físico em águas públicas junto à Secretaria do Patrimônio da União - SPU (Cláusula de Condição Suspensiva), para que a Agência realize tratativas no sentido de avaliar os obstáculos e soluções, visando à regularização definitiva dos terminais; e

5.5. cientificar a interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 522-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.020285/2021-21
2. Interessados: Brasbunker Participacoes S.A. e Companhia de Desenvolvimento da Pesca - CODEPE
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG e Superintendência de Fiscalização - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de cumprimento do item III do Acórdão nº 580-2021-ANTAQ (SEI nº 1443390) relacionado à controvérsia envolvendo as empresas Brasbunker Participacoes S.A. e Companhia de Desenvolvimento da Pesca - CODEPE,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. declarar atendida a determinação condita no item III do Acórdão nº 580-2021-ANTAQ (SEI nº 1443390), mantendo incólume as demais disposições do referido ato decisório; e

5.2. cientificar as empresas interessadas acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

7.2. Diretora com voto vencido: Flávia Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 523-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.005608/2022-38
2. Interessado: Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ - CPLA
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, deflagrados em função da necessidade de retificação de erro material na redação do Acórdão nº 460-2022-ANTAQ (SEI nº 1694287), prolatado no âmbito da Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de nº 526, realizada em ambiente telepresencial, no dia 14 de agosto de 2022.

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em retificar o item 2 do item da parte dispositiva do Acórdão nº 460-2022-ANTAQ (SEI nº 1694287), de forma que onde se lê "Interessados: CLIA Brasil e Companhia das Docas do Estado da Bahia", leia-se "Interessados: Ministério da Infraestrutura - MINFRA e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ".

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 524-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.021212/2020-76
2. Interessado: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e União Vopak Armazéns Gerais Ltda.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de pedido de desincorporação de bens, na área do Porto Organizado de Paranaguá,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. reconhecer a previsão de investimentos na área arrendada para a empresa Vopak no valor de R$ 4.300.000,00 (quaro milhões e trezentos mil reais), nos termos do do 2º termo aditivo a Contrato de Arrendamento nº 10/93, celebrado em fevereiro de 2002;

5.2. declarar que a obrigatoriedade da arrendatária indenizar a União pela desincorporação dos Tanques 103 e 104 não está contida no âmbito dos investimentos previstos no referido aditivo contratual;

5.3. restituir os autos à Superintendência de Fiscalização para que se apure a eventual ocorrência da infração atualmente prevista no art. 35, III a) da Resolução Normativa-ANTAQ nº 75/2022;

5.4. encaminhar os autos ao Poder Concedente para que promova o ajustes de contas; e

5.5. cientificar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a União Vopak Armazéns Gerais Ltda. e o Ministério Público Federal acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 525-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.015158/2022-91
2. Interessado: Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Transportes Aquaviário
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade - SDS
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de resposta ao Ofício nº 37/2022/SUST/SE Brasília, sobre a implementação do Programa Nacional de Crescimento Verde - PNCV,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 529, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. encaminhar, em resposta ao Ofício 37/2022/SUST/SE, a proposta de indicadores e suas respectivas metas, correspondentes ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA) Portuário, nos termos da Nota Técnica nº 31/2022/GMS/SDS (SEI nº 1708189), a saber:

5.1.1. para Portos Públicos, aumento de 0,5% (meio ponto percentual) a cada ano, de forma que o valor médio anual do IDA para portos públicos em 2035 seja igual ou maior do que 80,0; e

5.1.2. para Terminais de Uso Privado, aumento de 1,5% (um ponto e meio percentual) a cada ano, de forma que o valor médio anual do IDA para TUPs também seja igual ou maior do que 80,0 em 2035.

5.2. ficará ao encargo da Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade - GMS/SDS, as avaliações dos indicadores propostos e a consequente apuração dos valores médios anuais.

6. Data da Reunião: 12 a 14/09/2022 - Virtual.

7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 138, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.014905/2022-74, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.438-ANTAQ, de 29 de junho de 2017, de titularidade do microempreendedor individual MARCIANO MILHEIRO ALVES DA SILVA 00553243209, inscrito no CNPJ sob o nº 27.114.141/0001-91, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da frota operacional.

Art. 2º Condicionar a autorização a que se refere o artigo anterior à apresentação do documento de propriedade da embarcação "MAYARA II", no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data gravada no protocolo junto à Capitania Fluvial de Santarém, nos termos da Deliberação-DG nº 20/2020/ANTAQ (1522847); e

Art. 3º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 908, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 96; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.183284/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da UNESUL DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 92.667.948/0001-13, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha PASSO FUNDO (RS) CHAPECÓ (SC), prefixo 10-0121-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 914, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.175767/2022-42, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - CAJAZEIRAS (PB), prefixo 12-0696-60, com as seguintes seções:

I - de ALVORADA DO NORTE (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), IBOTIRAMA (BA) e SEABRA (BA) para CAJAZEIRAS (PB);

II - de ANÁPOLIS (GO) para JACOBINA (BA), JUAZEIRO DO NORTE (CE), MORRO DO CHAPÉU (BA) e OURICURI (PE);

III - de BARBALHA (CE), MILAGRES (CE), MISSÃO VELHA (CE) para ANÁPOLIS (GO) e GOIÂNIA (GO);

IV - de BARRO (CE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHAES (BA), PETROLINA (PE), SEABRA (BA) e SENHOR DO BONFIM (BA);

V - de CAPIM GROSSO (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB) e GOIÂNIA (GO);

VI - de GOIÂNIA (GO) para JACOBINA (BA), MORRO DO CHAPÉU (BA) e OURICURI (PE);

VII - de IRECÊ (BA) para ANÁPOLIS (GO), CAJAZEIRAS (PB) e GOIÂNIA (GO);

VIII - de JUAZEIRO DO NORTE (CE) para BRASÍLIA (DF) e GOIÂNIA (GO);

IX - de PETROLINA (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHAES (BA), MISSÃO VELHA (CE), SAO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA) e SENHOR DO BONFIM (BA);

X - de SAO DESIDÉRIO (BA) para BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB) e GOIÂNIA (GO); e

XI - de SENHOR DO BONFIM (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), CAJAZEIRAS (PB) e GOIÂNIA (GO).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 915, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VIII do art. 105, do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e considerando o que consta no processo nº 50500.333481/2015-69, decide:

Art. 1º Revogar a Decisão SUPAS nº 621, de 06 de julho de 2022, que suspendeu a comercialização de bilhetes da VIAÇÃO TERESÓPOLIS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 32.179.061/0001-54, detentora da Licença Operacional - LOP nº 62, com fulcro nos artigos 24 e 80 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Arquivar o processo de extinção do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 129, da VIAÇÃO TERESÓPOLIS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 32.179.061/0001-54.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 916, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 e 50 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 90; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.166048/2022-31, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA PRINCESA DO NORTE S/A, CNPJ nº 81.159.857/0001-50, para modificar a prestação de serviço para suprimir as seções de OURINHOS (SP) para IBAITI (PR) e CONSELHEIRO MAIRINCK (PR), na linha CURITIBA (PR) - BAURU (SP), prefixo 09-0101-00.

Art. 2º Autorizar a paralisação dos mercados de OURINHOS (SP) para IBAITI (PR) e CONSELHEIRO MAIRINCK (PR), na Licença Operacional - LOP de número 90.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor em 28 de novembro de 2022.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 917, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 e 50 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 89; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.175803/2022-78, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, para modificar a prestação de serviço para suprimir a linha CURITIBA (PR) - IGUAPE (SP), via PARIQUERA - AÇU, prefixo 09-0047-00.

Art. 2º Autorizar a paralisação dos mercados a seguir, na Licença Operacional - LOP de número 89:

I - de CURITIBA (PR) para IGUAPE (SP) e PARIQUERA-AÇU (SP); e

II - de GUARAQUECABA (PR) para PARIQUERA-AÇU (SP).

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor em 05 de dezembro de 2022.

MARINA SOARES ALMEIDA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 277, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 031, de 22 de setembro de 2022, no que consta do processo nº 50500.181279/2022-74;

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto no Capítulo 18 do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 01/2021, firmado com a Concessionária Ecovias do Araguaia S/A; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Economia, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018, delibera:

Art. 1º Autorizar, nos termos da subcláusula 18.1.6 do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 01/2021, o início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio existentes do trecho concedido da BR-153/414/080/TO/GO, explorado pela Concessionária Ecovias do Araguaia S/A, a partir de zero hora do dia 3 de outubro de 2022.

Art. 2º Aprovar o reajuste que indicou o percentual positivo de 22,54%, correspondente à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período entre a data-base da tarifa ofertada no leilão, e o início da cobrança do pedágio, com vista à recomposição tarifária.

Art. 3º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, de R$ 0,10218, ofertada no leilão, para R$ 0,12521, para as 9 (nove) praças implantadas nas BR-153/414/080/TO/GO.

Art. 4º Aprovar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 8,30 (oito reais e trinta centavos) na Praça de Pedágio P1 em Aliança do Tocantins/TO, R$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos) na Praça de Pedágio P2 em Alvorada/TO, R$ 11,00 (onze reais) na Praça de Pedágio P3 em Porangatu/GO, R$ 10,60 (dez reais e sessenta centavos) na Praça de Pedágio P4 em Estrela do Norte/GO, R$ 13,10 (treze reais e dez centavos) nas Praças de Pedágio P5 em Campinorte/GO, P6 em Hidrolina/GO, P8 em Santa Rita do Novo Destino/GO, e P9 em Corumbá de Goiás/GO, e R$ 14,20 (quatorze reais e vinte centavos) na Praça de Pedágio P7 em Jaraguá/GO.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de veículo	Tipos de veículos	Número de eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5	Praça 6	Praça 7	Praça 8	Praça 9
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	8,30	11,40	11,00	10,60	13,10	13,10	14,20	13,10	13,10
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	16,60	22,80	22,00	21,20	26,20	26,20	28,40	26,20	26,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	12,45	17,10	16,50	15,90	19,65	19,65	21,30	19,65	19,65
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	3	Dupla	3	24,90	34,20	33,00	31,80	39,30	39,30	42,60	39,30	39,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	16,60	22,80	22,00	21,20	26,20	26,20	28,40	26,20	26,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	33,20	45,60	44,00	42,40	52,40	52,40	56,80	52,40	52,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	41,50	57,00	55,00	53,00	65,50	65,50	71,00	65,50	65,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	49,80	68,40	66,00	63,60	78,60	78,60	85,20	78,60	78,60
9	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	7	Dupla	7	58,10	79,80	77,00	74,20	91,70	91,70	99,40	91,70	91,70
10	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	8	Dupla	8	66,40	91,20	88,00	84,80	104,80	104,80	113,60	104,80	104,80
11	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	Simples	0,5	4,15	5,70	5,50	5,30	6,55	6,55	7,10	6,55	6,55
12	Ambulância, Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 285, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de acesso na rodovia BR-324/BA, sob concessão à ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A - VIABAHIA - Interessado: Todavia construções e locação de equipamentos LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.152164/2022-72, decide:

Art.1º Autorizar a obra de implantação de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, sob concessão à ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A - VIABAHIA por meio de construção de acesso localizado no trecho entre o km 602+028m ao km 602+500m, pista oeste da Rodovia Federal Engenheiro Vasco Filho, BR-324/BA, município de Simões Filho/BA, de interesse da Todavia construções e locação de equipamentos LTDA.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Todavia construções e locação de equipamentos LTDA e a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A - VIABAHIA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Todavia construções e locação de equipamentos LTDA.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 24	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
P1	563.290,3140		8.587.405,2067	

DECISÃO SUROD Nº 287, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de acesso na rodovia BR-381/MG, sob concessão à Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. - Fernão Dias - Interessado: Martins e Andrade Participações Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.153704/2022-35 decide:

Art.1º Autorizar a implantação de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. - Fernão Dias localizado no km 760+500m, pista Sul, no município de Campanha/MG de interesse de interesse de Martins e Andrade Participações Ltda.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Martins e Andrade Participações Ltda e a Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. - Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - (Martins e Andrade Participações Ltda.)		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
P1	462.280,02		7.600.686,05	

DECISÃO SUROD Nº 300, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de travessia aérea de cabo óptico na Rodovia BR-050/GO, sob concessão da ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A - Interessado: WGO Telecomunicações Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.174028/2022-33, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de travessia aérea de cabo óptico, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-050/GO, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A, por meio de travessia no km 245+480, no distrito de Pires Belo/GO de interesse de WGO Telecomunicações Ltda.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre WGO Telecomunicações Ltda e ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
Implantação de travessia aérea de cabo óptico na Rodovia BR-050/GO		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - WGO Telecomunicações Ltda		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICES				
PONTOS	COORDENADAS			
	E		N	
P1	204.651,00		8.015.316,00	
P2	204.723,00		8.015.312,00	

DECISÃO SUROD Nº 307, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de fibra óptica nas rodovias BR-153/MG e BR-262/MG, sob concessão à Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA - Interessado: BRFibra Telecomunicações LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.018459/2022-11, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de implantação de fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio das Rodovias BR-153/MG e BR-262/MG, sob concessão à Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA, localizada entre o km 57+710 e o km 246+480 na rodovia BR-153/MG e entre o km 446+492 e o km 913+000 da BR-262/MG, de interesse de BRFibra Telecomunicações LTDA.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a BRFibra Telecomunicações LTDA e a Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - BRFibra Telecomunicações LTDA.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
P1 - Km 128.490m - BR-153/MG	723.435,0950		7.845.600,7020	
P2 - Km 863.421m - BR-262/MG	766.385,8525		7.811.181,3360	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece normas sobre o uso de rodovias federais por veículos ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões, observados os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN.

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o disposto nos arts. 21, inciso XIV, e 101 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução nº 520, de 29/01/2015, do Conselho Nacional de Trânsito, o Relato nº 198/2022/DIR/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 37ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 19/09/2022, e tendo em vista o constante no Processo nº 50600.004347/2020-92, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece normas sobre o uso de rodovias federais por veículos ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões, observados os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN.

Parágrafo único. Esta Resolução aplica-se também às rodovias federais operadas sob regime de concessão ou delegação, atendendo-se às disposições dos respectivos contratos de concessão ou convênios de delegação.

Art. 2º O uso de rodovias federais por veículos ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões aos limites estabelecidos pela Resolução CONTRAN nº 882, de 13 de dezembro de 2021 ou a que vier a substituir, somente poderá ser realizado mediante a obtenção da Autorização Especial de Trânsito-AET expedida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT, sendo o porte desse documento obrigatório.

Art. 3º Nenhum veículo transportador de carga indivisível poderá transitar em rodovia federal, sem oferecer completa segurança, especialmente, quanto à sua sinalização.

Art. 4º Para os fins desta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

I - Autorização Especial de Trânsito-AET: documento expedido pelo DNIT para veículo ou combinação de veículos e equipamentos, destinado ao transporte de cargas indivisíveis.

II - caminhão munck ou guindauto: equipamento com sistema hidráulico para movimentação, içamento, remoção de equipamentos e máquinas, que possui um braço hidráulico telescópico;

III - carga composta de mais de uma unidade indivisível: carga constituída de duas ou mais unidades de cargas indivisíveis;

IV - carga indivisível: carga unitária que, quando carregada, apresenta peso ou dimensões excedentes aos limites regulamentares, ou cujo transporte requeira o uso de veículos apropriados com lotação, dimensões, estrutura, suspensão e direção adequadas, a exemplo de equipamentos, máquinas, peças, pás eólicas, vagões, transformadores, reatores, guindastes, máquinas de uso industrial, máquinas da construção civil, do segmento agrícola e de terraplanagem, estruturas metálicas, silos, caminhões basculantes ou veículos de serviço fora de estrada, dentre outros;

V - comboio: grupo constituído de duas ou mais combinações de veículos transportadores, independentes, realizando transporte simultâneo e no mesmo sentido, separados por uma distância de até 150 m (cento e cinquenta metros);

VI - conjunto transportador: veículo ou combinação de veículos, utilizados na operação de transporte;

VII - consulta de viabilidade: análise da viabilidade do transporte a partir do levantamento das condições e das limitações físicas e operacionais da rodovia, quanto à sua transitabilidade;

VIII - eixos em tandem: dois ou mais eixos que constituam um conjunto integral de suspensão, dotados de sistema de equalização de peso entre eles, podendo qualquer deles ser ou não motriz;

IX - empresa de escolta credenciada: empresa devidamente credenciada pela PRF para execução dos serviços de escolta aos veículos transportadores de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões;

X - escolta: acompanhamento e custódia, realizado pela Polícia Rodoviária Federal-PRF ou por empresa de escolta credenciada pela PRF, de determinado conjunto veicular ou comboio de veículos, quando excederem os limites de dimensão ou peso regulamentados;

XI - Estudo de Viabilidade Estrutural-EVE: estudo da capacidade das OAE existentes ao longo de determinado itinerário, para fins de viabilização ou não da passagem de conjunto transportador com PBTC acima de determinados limites, compreendendo a análise das características estruturais e do estado de conservação e, quando for o caso, do seu projeto e memória de cálculo, devendo constar no relatório final as indicações das providências que deverão ser tomadas para possibilitar o transporte;

XII - Estudo de Viabilidade Geométrica-EVG: estudo de verificação dos gabaritos verticais e horizontais e intervenções nas rodovias, tais como viadutos, passarelas, túneis, pórticos, curvas, intersecções e praças de pedágio;

XIII - excesso de peso: peso bruto por eixo, ou conjunto de eixos, ou ainda Peso Bruto Total Combinado -PBTC e Peso Bruto Total-PBT, que é transmitido ao pavimento, superior aos pesos máximos permitidos na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 ou a que vier a substituir;

XIV - excesso lateral direito ou esquerdo: excesso da carga em relação ao lado correspondente da carroceria;

XV - excesso longitudinal dianteiro: excesso da carga medido a partir do plano vertical do para-choque ou do dispositivo de engate do cambão dianteiro do veículo trator;

XVI - excesso longitudinal traseiro ou excesso além da carroceria: excesso da carga medido a partir do plano vertical transversal que contém o limite traseiro posterior da carroceria ou do dispositivo de engate do cambão;

XVII - excessos de dimensões: excessos de comprimento, largura e altura, com dimensões superiores aos limites máximos admitidos pela legislação de trânsito vigente;

XVIII - gôndola, viga, plataforma intermediária, espaçador, skid, articulado ou não: equipamento empregado no transporte de cargas indivisíveis superdimensionadas e superpesadas;

XIX - guindaste: veículo especial projetado para elevar, movimentar e baixar materiais, podendo ser auto propelido ou montado sobre caminhão;

XX - Laudo Técnico de Acompanhamento-LTA: documento elaborado com base no acompanhamento técnico do transporte, reportando como foram atendidas as recomendações relacionadas à passagem do conjunto transportador sobre as OAE, como as estruturas se comportaram durante a transposição, se houve alguma ocorrência com efeito prejudicial à capacidade das mesmas, sugerindo ou não a liberação das obras para um possível novo transporte com carregamento com as mesmas características do transporte em questão;

XXI - Laudo Técnico de Instrumentação-LTI: estudo voltado à análise de estruturas de OAE, por meio da instrumentação, visando a verificação das tensões e deformações, que integrará o LTA quando necessário;

XXII - linha de eixos: veículo modular dotado de dois ou mais eixos pendulares com suspensão e direção hidráulicas, formado por quatro, oito, doze ou dezesseis pneumáticos no mesmo alinhamento transverso ao chassi;

XXIII - módulo hidráulico: veículo formado por duas ou mais linhas de eixos direcionais, fixadas no mesmo chassi da plataforma de carga, com dispositivo próprio de acoplamento a outros módulos ou acessórios, sendo considerado Módulo Hidráulico com Power Booster-MHPB, aquele com linha de eixo equipado com tração hidrostática em suas rodas;

XXIV - Plano de Contingência: instrumento de orientação para a execução dos planos de ação de emergência para respostas imediatas a eventos acidentais envolvendo cargas indivisíveis, com o levantamento das condições operacionais da via e da infraestrutura viária e de apoio;

XXV - pneumático de base extra larga: pneu com diâmetro total maior ou igual a um metro e largura do pneu maior ou igual a 385 mm (trezentos e oitenta e cinco milímetros), sendo denominado pneumático convencional aquele com dimensões inferiores a esta;

XXVI - reboque ou semirreboque modular hidráulico: veículo constituído de um ou mais módulos hidráulicos com eixos direcionais;

XXVII - restrição física definitiva: conjunto de impedimentos de tráfego na rodovia de caráter permanente, relativos ao gabarito vertical e horizontal da rodovia, tais como pontes, viadutos, passarelas, pórticos, postos de pesagem, mureta de proteção, defensa metálica, e outros;

XXVIII - restrição física temporária: conjunto de impedimentos de tráfego da rodovia de caráter eventual, relativos ao gabarito vertical e horizontal da rodovia ou capacidade de peso, com duração programada, tais como obras em execução, obras programadas, pontes com limitação de peso, estreitamento de pista e outros;

XXIX - Sistema de Gerenciamento de Autorização Especial de Trânsito-SIAET: sistema informatizado de prestação de serviços através da Internet, desenvolvido para solicitação, análise e expedição de AET, no âmbito do DNIT;

XXX - Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte-SGO: sistema de monitoramento das Obras de Arte Especiais-OAE que consiste no levantamento de dados e na digitalização de imagens e informações para formação de banco de dados com o cadastro, as condições e o histórico de cada obra de arte;

XXXI - Transportador: pessoa física ou pessoa jurídica responsável pelo transporte da carga, cadastrado como tal no banco de dados da Receita Federal e no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas-RNTRC/ANTT, seja como Cooperativa de Transporte Rodoviário de Cargas-CTC, Transportador Autônomo de Cargas-TAC, Transportador Rodoviário de Carga Própria-TCP ou Transportador Rodoviário Remunerado de Cargas-TRRC.

XXXII - veículo especial: veículo construído com características específicas, destinado ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões, assim como os dotados de equipamentos para prestação de serviço especializado, que se configurem como carga permanente, tais como guindastes, máquinas perfuratrizes, usinas ou subestações móveis, caminhões munck ou guindautos, dentre outros;

XXXIII - veículo reboque ou semirreboque: veículo de um ou mais eixos a ser engatado a um veículo trator ou que se apoia ou que está ligado por meio de articulação à sua unidade tratora;

XXXIV - veículo transportador modular auto propelido: veículo modular com plataforma de carga própria, tendo suspensão e direção hidráulica e conjunto de linhas de eixos direcionais com força motora que propicie circular pelos seus próprios meios; e

XXXV - veículo trator ou de tração: veículo automotor projetado e fabricado para tracionar ou arrastar veículos, reboques, semirreboques e equipamentos.

§ 1º. Poderá ser fornecida Autorização Especial de Trânsito-AET para veículos ou combinações veiculares que estejam regulamentadas por normativo diverso do CONTRAN, caso assim o regimente.

§ 2º Não estão enquadrados como veículos especiais aqueles destinados ao transporte de veículos automotores ou outras cargas divisíveis, dentro dos limites regulamentares das Resoluções do CONTRAN específicas.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos requisitos para o transporte

Art. 5º O transporte de carga indivisível deverá ser efetuado em veículos adequados, que apresentem estruturas, estado de conservação e potência motora compatíveis com a força de tração a ser desenvolvida, assim como uma configuração de eixos de forma que a distribuição de pesos brutos por eixo não exceda aos limites máximos permitidos no art. 11, observado rigorosamente as especificações do fabricante ou do órgão certificador competente reconhecido pelo Instituto Nacional de Metrologia-Inmetro.

§ 1º No dimensionamento do conjunto transportador, deverá ser considerado o veículo ou combinação de veículos que apresente dimensões finais, incluindo largura, altura e comprimento, e distribuição de peso por eixo, dentro do especificado por esta Resolução, bem como, que ofereça as melhores condições para acomodação da carga, apoio e sua fixação, garantindo a segurança na operação do transporte.

§ 2º Sendo identificado excesso traseiro ou dianteiro superior a 1,00 m (um metro), quando da acomodação, apoio e fixação da carga, o transporte deverá necessariamente ocorrer em veículo, reboque ou semirreboque compatível com as dimensões da carga, acompanhado de escolta, conforme Anexo II.

§ 3º Sendo identificado excesso nas dimensões de largura ou comprimento, com ou sem carga, os conjuntos transportadores, veículos ou combinações de veículos deverão ser sinalizados com placa traseira especial de advertência, conforme os critérios e especificações constantes da Resolução CONTRAN nº 882, de dezembro 2021 ou a que vier a substituir.

§ 4º O veículo trator ou de tração deverá possuir Capacidade Máxima de Tração-CMT igual ou superior ao PBTC, observando rigorosamente as especificações do fabricante ou órgão certificador competente reconhecido pelo Inmetro.

§ 5º O DNIT poderá exigir a comprovação de potência e a CMT do veículo que irá tracionar o conjunto transportador, assim como o diagrama de carga, do reboque, do semirreboque e de acessórios para a realização do transporte, fornecido pelo fabricante ou pelo órgão certificador competente reconhecido pelo Inmetro.

§ 6º O DNIT poderá estabelecer condições especiais para o trânsito de veículos tratores ou de tração de grande porte, bem como para os reboques e semirreboques modulares hidráulicos, em razão de suas peculiaridades construtivas e de operações, dando ciência à PRF e à empresa concessionária, se for o caso.

§ 7º O DNIT poderá realizar vistoria e aferição de peso dos conjuntos transportadores no transporte de cargas indivisíveis ou veículos especiais para o qual for solicitado a AET, de caráter preventivo, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997-Código de Trânsito Brasileiro.

§ 8º Poderá ser autorizada a utilização de outros veículos tratores ou de tração, desde que discriminados na AET, acoplados ou não à combinação de veículos, com potência e CMT suficientes para viabilizar o transporte em questão, se comprovada a necessidade de tração adicional, ou para troca, em caso de problema mecânico.

§ 9º- A utilização de veículos tratores adicionais na composição principal da AET deverão ser identificados, desde que observados os seguintes requisitos:

I - que a CMT do caminhão trator adicional seja maior ou igual à CMT do caminhão trator da composição principal;

II - que a Tara do caminhão trator adicional seja menor ou igual à Tara do caminhão trator da composição principal;

III - que a quantidade de eixos e a distância entre eixos do caminhão trator adicional seja igual à do caminhão trator da composição principal; e

IV - que o sistema de acoplamento do caminhão trator adicional seja igual à do caminhão trator da composição principal.

§ 10. A AET, cujo veículo trator, veículo especial ou equipamento apresentar problema mecânico que necessite da sua troca e não seja contemplado com o disposto no § 8º, ou ainda quando for determinada pela autoridade fiscalizadora a correção de dados constantes na licença, poderá sofrer uma substituição, desde que a licença possua acompanhamento de escolta policial ou incidência de Tarifa de Utilização da Via-TUV.

§ 11. A AET referente ao excesso de altura somente será fornecida se comprovado analiticamente que o equipamento de transporte é adequado, tendo em vista sua altura e equilíbrio em relação ao solo, podendo, a qualquer tempo, ser

requisitada a apresentação de tal documentação comprobatória à Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias-CGPERT, unidade da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária-DIR, do DNIT.

§ 12. Devem ser observadas pelo transportador do veículo as disposições técnicas estipuladas pelo fabricante aos quesitos relativos aos limites de capacidade máxima de carga no respectivo eixo ou conjunto de eixos, com vistas à garantir a segurança viária.

§ 13. O reboque ou semirreboque Módulo Hidráulico com Power Booster-MHPB, poderá ser considerado um veículo modular auto propelido, funcionando com sua própria força motora, podendo, quando autorizado expressamente pelo DNIT ou pela PRF, ser utilizado para vencer pequenas distâncias, tais como a travessia de OAE ou de trajeto com curvas de pequeno raio.

§ 14. Os veículos ou combinações de veículos amparados por AET, prevista nesta Resolução, somente poderão transitar vazios ou carregados com cargas indivisíveis. O disposto neste parágrafo não se aplica:

a) Ao transporte concomitante de partes ou acessórios da carga indivisível que esteja embarcada no veículo; e

b) ao transporte de máquinas que estejam sendo efetivamente empregadas nos serviços de construção e manutenção das rodovias, tais como retroescavadeiras, plataformas elevatórias, tratores, rolo compressores, pás carregadeiras, dentre outros, mesmo que não excedentes em peso ou dimensões.

Seção II

Dos procedimentos em caso de acidente

Art. 6º Em caso de acidente ou problema mecânico em rodovias sob jurisdição do DNIT, caberá ao transportador a responsabilidade pela sinalização e remoção tempestiva da carga.

§ 1º Para os transportes de carga em limites superiores aos dispostos no art. 24, deverão ser apresentados à Polícia Rodoviária Federal, às concessionárias de rodovias e ao DNIT o plano de contingência em até seis horas, com vistas à retomada do fluxo de tráfego em até vinte e quatro horas ou conforme plano de contingência aprovado pelo DNIT ou PRF.

§ 2º Para outros trechos rodoviários, deverão ser atendidos os normativos dispostos pela autoridade com circunscrição sobre a via.

§ 3º Em caso do não cumprimento dos prazos do §1º e o disposto no plano de contingência aprovado pelo DNIT ou PRF, poderá o DNIT ou às concessionárias realizar a movimentação da carga e do veículo da via, com a devida cobrança ao transportador pelos custos incorridos, como forma de ressarcimento ao erário.

§ 4º Quando necessário o acompanhamento de escolta policial, conforme os critérios constantes no Anexo II, poderá ser exigida a disponibilização prévia do plano de contingência pelo transportador à Polícia Rodoviária Federal, como condição para a execução da escolta.

§ 5º Para atendimento do disposto no § 4º o plano de contingência deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Identificação da empresa responsável pelo transporte;

b) Telefones de contato, disponíveis 24h por dia, para acionamento em caso de sinistro;

c) Mapa da rota;

d) Pontos de parada;

e) Dados da carga;

f) Plano de ações com descrição dos possíveis cenários de incidentes envolvendo o transporte rodoviário e as respectivas providências imediatas para liberar o fluxo e mediatas para solucionar o problema, pelo menos, para os seguintes casos:

I - Falha mecânica do caminhão-trator ou do semirreboque;

II - Incêndio;

III - Saída do leito carroçável;

IV - Tombamento do conjunto transportador;

V - Acidentes envolvendo outros veículos, com ou sem vítimas; e

VI - outros cenários que a empresa considerar relevante.

g) Relação dos recursos disponíveis em cada cenário e de sua localização, dentre eles: sinalização extra diurna e noturna, guindastes, veículos de tração e semirreboques reserva, mecânicos especializados, dentre outros.

Seção III

Dos horários para o transporte

Art. 7º O horário normal de trânsito será do amanhecer ao pôr do sol, inclusive sábados, domingos e feriados, atendidas as condições favoráveis de visibilidade.

§ 1º Nos trechos rodoviários de pistas múltiplas, com separação física entre as mesmas, será permitido o trânsito noturno de veículos especiais ou combinação de veículos que não excedam a largura de 3,20 m (três metros e vinte centímetros), o comprimento de 30,00 m (trinta metros) e a altura de 4,40 m (quatro metros e quarenta centímetros) e o PBTC de 57,0 t (cinquenta e sete toneladas).

§ 2º O trânsito dos veículos especiais ou combinação de veículos em trechos de rodovia contínua ao perímetro urbano das cidades poderá se estender ao período noturno, atendendo às limitações locais, até que os mesmos possam alcançar um local seguro e adequado para seu estacionamento.

§ 3º Deverá ser observado a portaria anual de restrição de tráfego nas rodovias federais da PRF , inclusive nos feriados prolongados e datas festivas.

§ 4º As concessionárias poderão disponibilizar calendário de restrição de tráfego nas rodovias federais concedidas.

Seção IV

Do transporte com escolta

Art. 8º O trânsito dos equipamentos destinados ao transporte que necessite de escolta deverá atender ao Regulamento dos Serviços de Escolta de Cargas Indivisíveis e Superdimensionadas da PRF e aos termos constantes do Anexo II, estabelecendo-se contato com a empresa concessionária responsável pelo trecho operado sob regime de concessão, se for o caso.

§ 1º O transportador, em conjunto com a empresa de escolta, deve possuir dispositivos que permitam a comunicação imediata e simultânea entre os envolvidos na execução do transporte.

§ 2º O transportador deve fornecer previamente cópia da AET à empresa contratada para a escolta, para ciência da execução do transporte autorizado.

§ 3º No transporte de cargas superdimensionadas acompanhadas por escolta policial, atendendo à regulamentação da PRF, poderá ser definida a velocidade das combinações veiculares e veículos especiais superior aos limites dispostos no Anexo II, em vista da fluidez do trânsito, respeitados os requisitos de segurança viária, desde que haja concordância expressa do transportador identificado no cabeçalho da AET, não o eximindo das responsabilidades em caso de acidente.

Seção V

Dos locais de parada

Art. 9º Os veículos especiais ou combinação de veículos não deverão estacionar nem parar nos acostamentos das rodovias, mas em áreas próximas que ofereçam condições para tal.

Parágrafo Único. Em casos excepcionais, mediante avaliação da PRF em escoltas realizadas com batedor da PRF, caberá à mesma a decisão do local a ser utilizado para a liberação do trânsito à retaguarda da carga transportada.

Seção VI

Do transporte em comboio

Art. 10. No deslocamento em comboio, deverá ser observada a distância mínima de 30,00 m (trinta metros) e a máxima de 150,00 m (cento e cinquenta metros) entre os conjuntos transportadores, considerando o Anexo III.

§ 1º Poderá ser autorizado o comboio para transportes com limites superiores àqueles estabelecidos no Anexo III, desde que aprovado pela Coordenação-Geral de Operações Rodoviária-CGPERT mediante consentimento da PRF.

§ 2º A PRF poderá, a seu critério, autorizar a realização de escolta policial para os comboios de cargas de que trata esta Resolução.

§ 3º Na formação de comboio não deverão ser tolerados partes perfurantes ou cortantes, tais como postes, barras de ferro, vigas de concreto, caçambas, lâminas e similares que atentem contra à segurança viária.

Seção VII

Da distribuição de peso por eixo

Art. 11. A distribuição de peso nos eixos ou linhas de eixos do conjunto transportador ou veículo especial, que será transmitido às superfícies das vias públicas, deverá estar de acordo com as especificações técnicas do fabricante e atender aos seguintes limites máximos de peso bruto por eixo, linha de eixo ou conjunto de eixos:

I - para os veículos construídos com eixo ou conjunto de eixos com suspensão mecânica ou hidropneumática ou pneumática:

a) peso bruto por eixos isolados, com:

1. dois pneumáticos por eixo: 7,5 toneladas;

2. quatro pneumáticos por eixo: 12,0 toneladas; ou

3. oito pneumáticos por eixo: 16,0 toneladas;

b) peso bruto por conjunto de dois eixos direcionais, independentes, com distância entre eixos igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com dois pneumáticos por eixo: 15,0 toneladas;

c) peso bruto por conjunto de dois eixos, em tandem, quando a distância entre eixos for:

1. igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), com:

1.1. quatro pneumáticos por eixo: 22,0 toneladas; ou

1.2. oito pneumáticos por eixo: 24,0 toneladas;

2. igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com quatro ou oito pneumáticos por eixo: 24,0 toneladas;

d) peso bruto por conjunto de três eixos, em tandem, quando a distância entre eixos for:

1. igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), com:

1.1. quatro pneumáticos por eixo: 28,5 toneladas; ou

1.2. oito pneumáticos por eixo: 34,5 toneladas;

2. igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com:

2.1. quatro pneumáticos por eixo: 30,0 toneladas; ou

2.2. oito pneumáticos por eixo: 36,0 toneladas; e

e) peso bruto por conjunto de quatro ou mais eixos, em tandem, quando a distância entre eixos for:

1. igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), com:

1.1. quatro pneumáticos por eixo: 9,3 toneladas por eixo; ou

1.2. oito pneumáticos por eixo: 11,3 toneladas por eixo;

2. igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com:

2.1. quatro pneumáticos por eixo: 10,0 toneladas por eixo; ou

2.2. oito pneumáticos por eixo: 12,0 toneladas por eixo;

II - para os veículos com conjunto de dois ou mais eixos com suspensão e direção hidráulica, com oito pneumáticos por eixo e distância entre eixos:

a) igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros): 11,3 toneladas por eixo;

b) igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros): 12,0 toneladas por eixo; ou

c) superior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros): 16,0 toneladas por eixo;

III - para os veículos do tipo guindaste, definidos no artigo 4º, inciso IX:

a) peso bruto por eixos isolados, com:

1. dois pneumáticos convencionais por eixo: 10,0 toneladas; ou

2. quatro pneumáticos convencionais por eixo: 13,75 toneladas;

b) peso bruto por conjunto de dois eixos, direcionais ou não, não em tandem, com distância entre eixos igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com dois pneumáticos convencionais por eixo: 15,0 toneladas;

c) peso bruto por conjunto de dois eixos, em tandem, com distância entre eixos igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com quatro pneumáticos convencionais por eixo: 27,5 toneladas;

d) peso bruto por conjunto de três eixos, em tandem, com distância entre eixos igual ou superior a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) e inferior ou igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), com 04 pneumáticos convencionais por eixo: 36,0 toneladas; ou

e) peso bruto por conjunto de até dez eixos, com eixo direcional e sistema de suspensão hidráulica ou hidropneumática, com dois pneumáticos base extra larga por eixo: 12,0 toneladas por eixo.

§ 1º Para conjuntos com mais de quatro eixos, com suspensão mecânica ou hidropneumática ou pneumática, os eixos adicionais deverão ser, obrigatoriamente, direcionais ou auto direcionais.

§ 2º Os conjuntos com mais de quatro eixos com suspensão mecânica ou hidropneumática ou pneumática fabricados ou modificados e licenciados até 31 de janeiro de 2016 que não atendam aos critérios fixados no § 1º, poderão circular até seu sucateamento.

§ 3º Nos casos em que a distância entre eixos ou entre conjuntos de eixos forem inferiores a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros), para veículos fabricados ou modificados e licenciados até 31 de janeiro de 2016, excepcionalmente, será autorizado trafegar com até 9,3 t (nove toneladas e trezentos quilogramas) por eixo.

§ 4º Para veículos fabricados ou modificados e licenciados após 31 de janeiro de 2016, que possuam configuração tandem não disposta nesta Resolução, ou ainda em que a distância entre eixos ou entre conjuntos de eixos forem inferiores a 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros), deverão ser adotados os limites de peso por eixo estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 ou a que vier a substituir.

§ 5º O DNIT poderá autorizar o uso de reboques modulares hidráulicos com doze pneumáticos por eixo (terceira fila) ou dezesseis pneumáticos por eixo (quarta fila).

§ 6º Eixos com suspensão e direção hidráulica separados entre si por distância superior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) serão considerados como eixos isolados, para efeito de limite de peso por eixo, e terão uso limitado a um máximo de oito eixos, consecutivos, por reboque ou semirreboque.

§ 7º Os limites de peso por eixo, linha de eixo ou por conjunto de eixos estabelecidos neste artigo poderão ser superados quando se tratar de transporte de carga indivisível peculiar e singular, extraordinariamente pesada, em reboques ou semirreboques para a qual inexista equipamento no mercado que possibilite o atendimento daqueles limites, acompanhado da justificativa técnica, a qual será submetida à Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos-CGDESP, unidade subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa-DPP para análise e parecer, podendo ser solicitado EVE.

§ 8º Nos casos especiais, desde que devidamente justificado e apresentada documentação comprobatória, juntamente com o EVE, ambos submetidos à CGDESP, o veículo trator ou de tração poderá ter o PBT com uma distribuição de peso por eixo compatível com a necessidade de tração e arraste do veículo, sempre de acordo com as especificações técnicas do fabricante ou de órgãos certificadores competentes reconhecidos pelo Inmetro.

§ 9º Na utilização do pneumático de base extralarga, o DNIT, após as consultas técnicas, poderá conceder AET com peso superior ao previsto neste artigo.

§ 10. Limitações de gabaritos verticais e de capacidade portante das OAE, assim como de geometria da via, poderão determinar o uso de combinações de veículos dotados com os equipamentos definidos no inciso XVIII do art. 4º.

§ 11. Para fins de fiscalização, deverá ser considerado, reciprocamente, o intervalo métrico entre eixos definidos neste artigo e a distribuição de peso por eixo correspondente, não cabendo requisição, por parte da autoridade fiscalizadora, de nova AET.

§ 12. Veículos homologados e licenciados pelo Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN que não se enquadrem nas configurações de eixos deste artigo serão analisados pelo CGPERT para definição de limites máximos de peso bruto por eixo.

§ 13. Excedendo os limites de peso por eixo para as configurações especificadas na alínea "e" do inciso I, na alínea "c" do inciso II e na alínea "e" do inciso III, é obrigatória a apresentação de EVE, que será submetido à CGDESP.

§ 14. O peso por conjunto de dois eixos direcionais, com distância mínima de entre eixos de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), independente da distância do primeiro eixo, será de 15,0 t (quinze toneladas), em isonomia à Resolução CONTRAN nº 577, de 24 de fevereiro de 2016.

Seção VIII

Da apresentação do Estudo de Viabilidade Estrutural - EVE

Art. 12. Quando o PBT do reboque ou semirreboque for igual ou superior a 288,0 t (duzentos e oitenta e oito toneladas), deverá ser apresentado o EVE de todas as OAE que constam ao longo do itinerário a ser percorrido.

§ 1º O EVE deverá ser executado por empresa especializada de engenharia, assinado por engenheiro civil conforme Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CONFEA, cabendo ao interessado no transporte o custeio de todas as despesas decorrentes.

Art. 13. O conteúdo do EVE deverá ser composto de:

I - croquis do conjunto transportador: desenho do conjunto transportador mais a carga, assinado por engenheiro mecânico, conforme Resolução CONFEA nº 218, de 1973, detalhando:

a) a distribuição de peso por eixo;

b) as distâncias entres eixos; e

c) a largura, altura e comprimento, fornecidos pelo contratante do estudo de viabilidade;

II - descrição do percurso: apresentação do itinerário completo para o transporte;

III - vistoria das OEA: vistoria documentada com fotos recentes e datadas, assinada por engenheiro civil, conforme Resolução CONFEA nº 218, de 1973, contendo:

a) localização georreferenciada das obras; e

b) levantamentos das características geométricas, estruturais e estado de conservação;

IV - verificação estrutural: cálculos da capacidade portante das OAE a serem transpostas pelo conjunto transportador e a comparação com os devidos fatores de segurança dos esforços produzidos pelo trem tipo especial com os esforços produzidos pelo trem tipo de cálculo;

V - relatório final: conclusão com a definição sobre a viabilidade do transporte acompanhado das recomendações e providências a serem executadas durante a operação do transporte, tais como velocidade, posicionamento do veículo com relação ao eixo da estrutura, entre outros.

§ 1º As vistorias das OAE deverão ser realizadas de acordo com o Manual de Normas de Procedimentos-PRO nº 10, de 20 de janeiro de 2004, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias-IPR do DNIT, admitindo-se validade de doze meses, desde que não haja registro de eventos estruturalmente relevantes nas OAE neste período.

§ 2º As vistorias de todas as OAE do itinerário serão utilizadas pelo DNIT para alimentação do sistema de gerenciamento de obras, que poderá ser consultado pelas empresas de engenharia interessadas em emissão de EVE mediante solicitação à CGDESP.

§ 3º Quando da entrega de EVE pelo transportador, a empresa especializada de engenharia ou engenheiro civil responsável pelo relatório de vistoria das OAE deverá proceder com as providências para a alteração do SGO quanto às condições das OAE verificadas, para posterior validação pela CGDESP.

§ 4º A verificação estrutural das OAE de um determinado percurso e uma determinada configuração e carregamento poderá ser usada como referência pela empresa responsável pelos cálculos, para viabilização de novos transportes, desde que a configuração seja similar e a distribuição de peso por eixo seja de porte igual ou inferior ao do EVE tomado como referência, e não se tenham verificado alterações geométricas ou estruturais relevantes nas OAE constantes do percurso viabilizado, após entrega do LTA.

§ 5º No caso do transporte abranger trechos de rodovias sob concessão, cópia do referido EVE deverá ser encaminhada ao setor competente das respectivas empresas concessionárias, para análise e recomendações sobre os referidos estudos.

§ 6º De iniciativa da CGDESP ou da CGPERT, poderá ser solicitado EVG complementar, a ser entregue através do SEI, cuja análise se dará pela equipe técnica da CGPERT.

§ 7º Poderá ser solicitado EVE para conjuntos transportadores com PBT do reboque ou semirreboque inferiores aos definidos no caput quando houver limitação de peso em OAE com restrição cadastrada no SIAET no percurso da AET.

Seção IX

Da operação de transposição das obras de artes especiais

Art. 14. A operação do transporte deverá ser acompanhada pelos técnicos da empresa de engenharia responsável pelo EVE, a qual emitirá o LTA, excetuando-se o LTI que, quando exigido, deverá ser fornecido por empresa especializada de engenharia distinta daquela fornecedora do EVE, devidamente assinado por engenheiro civil ou de fortificação e construção, conforme Resolução CONFEA nº 218, de 1973.

§ 1º O LTA e o LTI deverão ser entregues à CGDESP pelo transportador ou pela empresa de engenharia responsável através da formalização de processo administrativo específico no Sistema Eletrônico de Informações-SEI, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o vencimento da referida AET.

§ 2º Caso não seja cumprido o prazo de entrega do LTA, o cadastro do transportador será bloqueado para emissão de novas AET até a confirmação do recebimento deste laudo pela CGDESP.

§ 3º No caso do transporte abranger trechos de rodovias sob concessão, cópias dos referidos LTA e LTI deverão ser encaminhadas ao setor competente das respectivas empresas concessionárias, para conhecimento e recomendações sobre as referidas intervenções.

Seção X

Da análise do Setor de Estruturas

Art. 15. Quando o PBT do reboque ou semirreboque for igual ou superior a 288,0 t (duzentos e oitenta e oito toneladas), o EVE deverá ser submetido à análise da CGDESP.

§ 1º Quando o PBT do reboque ou semirreboque for igual ou superior a 150 t (cento e cinquenta toneladas) e inferior a 288,0 t (duzentos e oitenta e oito toneladas), a AET deverá ser submetida à análise da CGDESP, para verificações relativas ao PBTC da mesma quanto à transposição das OAE do percurso.

§ 2º O envio da AET à Coordenação de Projetos e Estruturas-COPES, unidade subordinada à CGDESP, se dará por meio do SIAET, para análise da viabilidade estrutural com base na distribuição do peso/eixo dos conjuntos transportadores e na avaliação visual da OAE, a partir do relatório de inspeção do SGO ou de outras informações que esta possuir.

§ 3º Em casos especiais, na hipótese da SRE informar a existência de alguma restrição em OAE, as AET serão submetidas à análise da COPES, desde que o PBTC do conjunto transportador seja superior a 100,0 t (cem toneladas).

Art. 16. A CGDESP tem o prazo de até 20 (vinte) dias úteis para se manifestar via SIAET.

Seção XI

Da travessia de OAE

Art. 17. Na travessia de OAE, para conjuntos transportadores com PBTC superior a 100,0 t (cem toneladas), deverão ser fielmente observadas as seguintes cautelas:

I - somente poderão transpor as OAE quando estas estiverem desimpedidas de qualquer outro veículo ou carga, inclusive comboio;

II - o trânsito convencional somente poderá ser restabelecido após a conclusão da travessia em questão;

III - a transposição de OAE em tangente far-se-á em marcha muito lenta e constante, sem impacto de frenagem ou aceleração, devendo os veículos transitar pelo meio da pista de rolamento;

IV - na transposição de OAE em curva, iguais cuidados deverão ser adotados, devendo os veículos transitar centrados na pista de rolamento, nas proximidades dos apoios e pelo lado interno da curva; e

V - conforme o tipo de carga, poderá ser exigido colocação de estrados para anular os efeitos da superelevação.

Parágrafo único. A juízo do DNIT, poderá ser indicada a utilização do sistema de colchão de ar, balão ou outros, para redução ou melhor distribuição da carga transportada, com o objetivo de reduzir a pressão a ser transmitida ao pavimento e OAE ou, no caso de adoção de outro sistema não convencional, deverá o transportador apresentar certificado de aprovação do equipamento pelo Inmetro ou outro órgão oficial competente, reconhecido pelo DNIT.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO

Seção I

Das solicitações

Art. 18. A solicitação de AET deverá ser realizada através da Internet, no SIAET, pelo transportador, pessoa física ou pessoa jurídica, cadastrado como tal no banco de dados da Receita Federal e no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas-RNTRC ou por seu representante formalmente constituído e identificado, conforme referenciado nos dados cadastrais do transportador.

§ 1º O transportador que detenha propriedade ou posse de veículo automotor de carga registrado no órgão de trânsito na categoria "particular" será considerado como Transportador de Carga Própria-TCP, conforme legislação vigente.

§ 2º Caso o SIAET esteja inacessível ou indisponível por mais de setenta e duas horas, ininterruptamente, a solicitação poderá ser feita na SRE com circunscrição sobre o local onde se iniciará o transporte, ou no foro do transportador, encaminhando-se cópias das licenças liberadas para a CGPERT em no máximo 1 (um) dia útil.

§ 3º Toda AET deverá ser processada pela CGPERT, exceto nas hipóteses de indisponibilidade de que trata o § 2º.

Art. 19. Na solicitação de AET deverá constar:

I - a identificação e características do(s) veículo(s);

II - o número do RNTRC emitido junto à ANTT, exceto para o Transportador de Carga Própria-TCP;

III - o peso e as dimensões do conjunto transportador; e

IV - o nome, CPF e telefone de contato da pessoa física responsável pelo preenchimento do formulário de solicitação.

§ 1º O transportador ou seu representante formalmente constituído e identificado declarará, sob as penas da Lei, a veracidade das informações, o conhecimento e a concordância de todos os termos e condições estabelecidas, sendo responsável pela prestação dos dados fornecidos para obtenção de documento público.

§ 2º O transportador é responsável pelas ações ou omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados para execução dos serviços de transporte, como se essas ações ou omissões fossem próprias.

§ 3º Para a impressão da AET fornecida consoante o art. 21, deverá ser fornecido o número do documento fiscal e a autorização de acesso ao arquivo digital para a verificação do mesmo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for obrigatória sua emissão conforme a legislação tributária vigente.

§ 4º Sempre que o conjunto transportador ou o veículo especial apresentar PBTC igual ou superior a 100 t (cem toneladas), ou largura igual ou superior a 6,00 m (seis metros), ou altura igual ou superior a 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros), além das informações de que trata o caput, deverá constar na solicitação a aprovação da combinação veicular de carga quanto à sua segurança, através de Projeto Técnico com o diagrama da carga, o desenho esquemático do conjunto transportador e declaração específica assinados por engenheiro mecânico, conforme Resolução CONFEA nº 218, de 1973, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.

§ 5º Caso julgue necessário, motivadamente, a CGPERT poderá notificar o transportador para fornecimento de elementos técnicos complementares aos descritos no caput e no § 4º.

§ 6º Para transportes de cargas que excedam os limites estabelecidos no parágrafo 4º, o transportador deverá apresentar apólice de seguro, conforme previsto na legislação vigente para o transporte rodoviário de cargas, em caso de acidente ou problema mecânico para remoção da carga ou do veículo e cobertura de danos a terceiros.

§ 7º O transportador será responsável pela limpeza de pista, com vistas à desobstrução da via, e operações adicionais ou especiais que se façam necessárias no caso concreto.

§ 8º Para o transporte que utilizar linha de eixos para sua realização, quando o PBT do reboque ou semirreboque for igual ou superior a 288,0 t (duzentos e oitenta e oito toneladas), a critério do DNIT, deverá o transportador apresentar o Atestado de Estabilidade Estrutural com Conjunto de Linha de Eixos - ATESTLE, com a comprovação do "Momento Máximo de Flexão" ou, em substituição, com a apresentação do desenho técnico da estrutura com vista lateral, em que estarão indicados os pontos de apoio da carga, cálculos detalhados, diagramas dos momentos fletores que incidirão no carregamento proposto, comparativo com os momentos fletores de projetos e laudos, circuito hidráulico que deverá ser utilizado na execução do transporte e distribuição de carga por linha de eixo, incluindo as placas de identificação veicular ou número RENAVAM de cada módulo hidráulico, devidamente assinada por engenheiro mecânico, acompanhado da respectiva ART.

§ 9º Poderá, a qualquer tempo, o DNIT requerer do transportador um Atestado de Comprovação-AC, detalhando as dimensões, peso, quantidade de carga transportada, origem, destino e transportadora contratada, a ser fornecida pelo contratante do transportador da carga, assinada por representante legal ou preposto, declarando ainda ser conhecedor que a declaração de informações falsas está sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Seção II

Dos prazos

Art. 20. Deverão ser observados os seguintes prazos máximos para análise e liberação da AET pelo DNIT:

I - 15 (quinze) dias: para o conjunto transportador ou veículo especial, que atenda os parâmetros do art. 22, e para aqueles que necessitem de consulta de viabilidade à SRE ou às empresas concessionárias; e

II - 45 (quarenta e cinco) dias: para o conjunto transportador ou veículo especial que demande entrega de EVE ou EVG ou análise da CGDESP.

§ 1º O transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensão poderá ser autorizado pela CGPERT sem as consultas de viabilidade e em prazos mais exíguos desde que:

I - em caráter de emergência e de interesse público, devidamente justificado pela entidade pública requerente;

II - para período específico;

III - observados requisitos técnicos e esquema especial de segurança; e

IV - imediatamente comunicado às empresas concessionárias, se for o caso.

§ 2º Quando o conjunto transportador ou veículo especial for selecionado para vistoria de peso, aos prazos previstos nos incisos I e II serão acrescidos 10 (dez) dias para emissão da AET.

§ 3º Transcorridos os prazos fixados nos incisos I e II, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos, em atendimento à Lei nº 13.874, de 2019.

§ 4º Os prazos serão contados e suspensos na forma dos art. 12 e art. 13 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

Seção III

Do dimensionamento e da validade

Art. 21. Para a combinação de veículos ou veículos especiais, a AET será, inicialmente, fornecida com prazo de 90 (noventa) dias consecutivos e válida para apenas uma viagem, com percurso definido, quando exceder quaisquer dos limites definidos no art. 22, incluído o retorno do veículo vazio ou transportando veículos identificados na AET ou equipamentos usados na execução do transporte.

§ 1º O transportador identificado no cabeçalho da AET deverá informar no SIAET a data e o horário do deslocamento inicial.

§ 2º O prazo de validade da AET poderá ser prorrogado por até igual período, após solicitação do transportador e com a devida justificativa, desde que para o percurso não apresente restrição física cadastrada no SIAET.

Art. 22. Aos conjuntos transportadores, ou veículos especiais, poderá ser fornecida AET por período, com prazo de validade de até 1 (um) ano, a partir da data de sua liberação, para transitar do amanhecer ao pôr do sol em todas as rodovias federais, incluídas aquelas sob regime de concessão e delegação, respeitados os seguintes limites máximos de:

I - comprimento total: até 30,00 m (trinta metros), sem excessos dianteiro ou traseiro;

II - largura total: até 3,20 m (três metros e vinte centímetros), sem excessos laterais;

III - altura total: até 4,40 m (quatro metros e quarenta centímetros);

IV - PBTC: inferior ou igual a 57,0 t (cinquenta e sete toneladas); e

V - distribuição de peso bruto por eixo ou conjunto de eixos, de acordo com o art. 11.

§ 1º Na AET, poderão ser incluídos reboques ou semirreboques adicionais, desde que o conjunto engatado não ultrapasse os limites preconizados no caput e os reboques possuam a mesma configuração, com o mesmo tipo de carroceria e mesma quantidade e distribuição de eixos.

§ 2º As AET expedidas para conjuntos transportadores formados por reboque ou semirreboque extensíveis, terão validade por período, com prazo máximo de 1 (um) ano, somente se transitarem com 23,00 m (vinte e três metros) de comprimento total, devido às excepcionalidades de manobra desses veículos.

§ 3º Para transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões do segmento agrícola, poderá ser fornecida AET com prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua liberação, para transitar do amanhecer ao pôr do sol, para múltiplos deslocamentos, conforme percurso autorizado, respeitados os seguintes limites máximos de:

I - comprimento total: até 25,00 m (vinte e cinco metros), sem excessos dianteiro ou traseiro;

II - largura total: até 3,20 m (três metros e vinte centímetros), sem excessos laterais;

III - altura total: até 4,95 m (quatro metros e noventa e cinco centímetros); e

IV - PBT ou PBTC: até 57,0 t (cinquenta e sete toneladas).

§ 4º Para o transporte de cargas indivisíveis do segmento agrícola, é permitida ao veículo do tipo caminhão com carroceria exceder a largura definida na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 ou a que vier a substituir, aplicando-se os limites previstos no § 3º.

Art. 23. Será permitido o transporte de carga composta de mais de uma unidade indivisível por AET, no mesmo veículo ou combinação de veículos, excetuando-se as CVC regidas pela Resolução CONTRAN nº 822, de 8 de abril de 2021, desde que:

I - as cargas não ocasionem novos excessos de largura, comprimento ou altura decorrentes da adição de segunda ou mais cargas;

II - as cargas acondicionadas uma ao lado da outra ou atrás da outra deverão respeitar os limites da carroceria;

III - as cargas acondicionadas uma sobre a outra, não excedam 4,40 m de altura;

IV - as cargas não gerem excesso longitudinal, dianteiro ou traseiro, além da carroceria;

V - o comprimento do conjunto transportador não ultrapasse 30,00 m (trinta metros);

VI - o peso por eixo ou conjunto de eixos não ultrapasse os limites do Art. 11º, desta Resolução;

VII - o PBTC não ultrapasse o limite de 74,0 t (setenta e quatro toneladas); e

VIII - a segurança não seja comprometida.

Seção IV

Da consulta de viabilidade

Art. 24. A AET para conjunto transportador ou veículo especial, deverá ser submetida a consulta de viabilidade junto às SRE e às empresas concessionárias, em caso de trecho concedido, desde que ultrapassem qualquer dos limites abaixo discriminados:

I - largura de 4,50 m;

II - altura de 5,30 m;

III - comprimento de 30,00 m; ou

IV - PBTC de 100,0 t.

Parágrafo único. A AET também será submetida à consulta de viabilidade no caso da existência de restrições físicas temporária ou definitiva cadastradas no SIAET.

Art. 25. A consulta de viabilidade dar-se-á através do SIAET, encaminhada pela CGPERT às SRE que terão prazo de até 3 (três) dias úteis para resposta, manifestando-se sobre a transitabilidade ou não do transporte, mediante justificativa técnica.

§ 1º Em caso de negativa da transitabilidade do transporte na malha rodoviária sob jurisdição do DNIT, a SRE deverá justificar o motivo do impedimento e o quilômetro relativo ao mesmo, indicando rota alternativa, acaso existente.

§ 2º A SRE poderá solicitar informações às Unidades Locais-UL sobre os trechos sob sua jurisdição quanto à transitabilidade constantes na AET, respeitado o prazo para resposta final a CGPERT.

§ 3º A SRE se manifestará quanto à viabilidade geométrica e operacional do trecho sob sua jurisdição.

§ 4º Referente ao PBTC da AET, caberá à SRE meramente indicar a existência de algum acidente ou evento estruturalmente relevante nas OAE ou restrição visual identificada, informando a localização dos quilômetros na BR/UF em análise, desde que haja restrição física cadastrada no SIAET, podendo a critério da CGPERT, ser submetida à Diretoria de Planejamento e Pesquisa-DPP para análise.

§ 5º Transcorrido o prazo fixado de 3 (três) dias úteis para a análise da viabilidade, a ausência de resposta importará na análise pela própria CGPERT, com base nas informações constantes no cadastro de restrições físicas do SIAET, independente das dimensões ou PBTC da AET.

§ 6 º É vedada a solicitação de entrega de documentação adicional pela SRE, reivindicada para anuência da consulta de viabilidade.

Art. 26. A referência a uma AET emitida após realização de consulta de viabilidade às SRE em prazo não superior a 90 (noventa) dias dispensará nova consulta, a pedido do transportador, desde que para o mesmo itinerário e para veículo ou combinação de veículos com pesos e dimensões iguais ou inferiores aos da AET previamente concedida, considerando ainda que sejam licenças do mesmo requerente e que não sejam identificados eventos que impactem no trecho.

Art. 27. A consulta de viabilidade inicial, em trechos de rodovias concedidas, será encaminhada através do SIAET às empresas concessionárias, devendo a resposta ser encaminhada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Em sendo necessário o envio de consulta complementar da viabilidade encaminhada através do SIAET às empresas concessionárias, a resposta deverá ser encaminhada no prazo de até 3 (três) dias úteis.

§ 2º Recebida a solicitação de consulta de viabilidade, a empresa concessionária deverá também efetuar a programação para transposição da composição veicular no trecho concessionado sob sua jurisdição.

§ 3º É responsabilidade do transportador, responsável pelo transporte, informar a empresa concessionária a previsão de ultrapassagem do trecho sob concessão, através do telefone de emergência ou qualquer outro canal disponibilizado para tal fim, nas 48 (quarenta e oito) horas que anteceder a entrada do conjunto transportador ou veículo especial na via, devendo ser observada a programação realizada.

§ 4º O transportador deverá portar no veículo a programação da passagem das cargas do trecho concessionado, conforme fornecido pela empresa concessionária.

§ 5º A travessia em dia ou horário distinto daquele programado implicará na penalização do responsável pelo transporte, conforme a legislação vigente e normativos dispostos pela autoridade com circunscrição sobre a via.

§ 6º Transcorrido os prazos fixados no caput e § 1º para a análise da viabilidade e, em caso da ausência de restrições físicas incompatível com o transporte no cadastro do SIAET, independente das dimensões ou PBTC da AET, a ausência de resposta importará na autorização tácita pelo concessionário, dispensada a necessidade de programação.

§ 7º É permitido às empresas concessionárias solicitarem documento de AET em qualquer ponto do trecho concedido.

Art. 28. Para fins de subsidiar à consulta de viabilidade das SRE de que trata o art. 24, o setor responsável do DNIT ou concessionárias poderá, desde que haja concordância formal da empresa transportadora, solicitar ao transportador, de forma justificada, o EVG, devidamente assinado e acompanhado da respectiva ART atestando a transitabilidade do conjunto veicular no trecho explicitado.

§ 1º Para a elaboração do EVG mencionado no caput, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - descrição do conjunto transportador: deve ser apresentado croqui do conjunto transportador carregado, atendendo ao disposto na legislação de trânsito, devidamente assinado por engenheiro responsável pela montagem do equipamento, contendo:

a) número de eixos;
b) distância entre eixos;
c) peso de cada eixo;
d) quantidade de pneumáticos de cada eixo;
e) dimensões da peça transportada;
f) dimensões do conjunto transportador;
g) indicação de pescoço hidráulico e demais dispositivos relevantes;
h) variação de altura permitida pelo equipamento utilizado;
i) raio de curvatura mínima do conjunto transportador;
j) desenho de arraste e varredura;
k) informação quanto aos eixos dos reboques, se são direcionais, direcionais mecânicos ou direcionais hidráulicos; e
l) laudo anual atestando as condições mecânicas do sistema transportador, com recolhimento da competente ART.

II - descrição do percurso: deve ser apresentada uma descrição do percurso a ser utilizado contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) discriminação das rodovias;
b) descrição das pistas por onde será realizado o transporte, salientando eventuais manobras, desvios, acessos, tráfego em contra mão, e outras informações relevantes;
c) relatório de fotos georreferenciadas indicando os locais das eventuais manobras, desvios, acessos, tráfego em contra mão, e outras informações relevantes; e
d) indicação dos quilômetros de início e fim de cada trecho;

III - cadastramento geométrico: deve ser apresentado croqui do percurso contemplando, em seção transversal e longitudinal, de forma clara e visível, apresentando as seguintes informações:

a) seção transversal:
1. medidas referentes a passeio e pista;
2. existência de guarda rodas, guarda corpos, e outros;
3. largura das pistas, passeios, e outros;
4. características geométricas;
5. eventuais alargamentos executados; e
6. demais informações pertinentes à caracterização do trecho;
b) seção longitudinal:
1. medidas de interferências longitudinais; e
2. demais informações pertinentes à caracterização do trecho.

§ 2º Os documentos de que tratam este artigo deverão ser encaminhados através do SEI no caso do DNIT e serão analisados pela CGPERT, que se manifestará formalmente para cada solicitação de AET, nos prazos estabelecidos.

Seção V

Das restrições físicas

Art. 29. A SRE deverá realizar o registro de qualquer restrição física temporária no SIAET, com a devida justificativa técnica a ser cadastrada em processo específico no SEI, comunicando a CGPERT a previsão do prazo de conclusão da mesma.

§ 1º É obrigatório às empresas concessionárias o registro de restrições físicas temporárias no SIAET.

§ 2º Esta restrição refere-se à ocorrência de fato que limite temporariamente o trânsito normal de veículos, a exemplo de altura, largura ou PBTC máximos permitidos para a transposição do trecho.

§ 3º O cadastro da restrição no SIAET deverá ser acompanhada da implementação de sinalização vertical ou horizontal no trecho pela autoridade com circunscrição sobre a via, para divulgação aos usuários do trecho da limitação existente.

§ 4º A comunicação de que trata o caput a CGPERT, para o cadastro de restrições físicas temporárias relativas a PBTC, deverá ser acompanhada de laudo técnico conclusivo para convalidação pela CGDESP.

§ 5º A Nota de Avaliação da OAE, constante no SGO, isoladamente, não configura parâmetro para restrição de peso de carga especial.

§ 6º Caso sejam constatadas condições graves nas estruturas de OAE's, as SRE poderão utilizar como balizador de limite de peso do PBTC em 57,0t, nos casos de veículo de carga cujo transporte não necessite de AET ou 74,0t de PBTC para transposição de Combinação de Veículos de Carga - CVC, dispostas pela Resolução CONTRAN nº 211/2006.

§ 7º A SRE deverá atualizar o banco de dados de restrições físicas temporárias cadastradas no SIAET, devendo:

I - realizar vistoria em sua malha rodoviária periodicamente, a fim de promover o aprimoramento das informações constantes no SIAET;

II - comunicar a CGPERT a respeito das modificações realizadas no SIAET, no prazo de até 10 (dez) dias após cada registro.

Art. 30. Compete a CGPERT registrar no SIAET as restrições físicas definitivas encaminhadas pelas SRE e pelas empresas concessionárias.

Parágrafo único. As SRE e as empresas concessionárias deverão encaminhar a CGPERT as restrições físicas definitivas para cadastro no SIAET.

Art. 31. As informações relativas às restrições físicas temporárias ou definitivas cadastradas no SIAET, serão consideradas na viabilização da AET, sendo a SRE responsável pela omissão destas informações a CGPERT.

Art. 32. Deverá a SRE, inspecionar as OAE, quanto a seus aspectos visíveis ou que sejam de seu conhecimento a partir de intervenções/projetos anteriores.

Parágrafo único. A UL deverá realizar inspeção e vistoria nas OAE sob sua jurisdição, periodicamente, de acordo com o Manual de Normas de Procedimentos-PRO IPR nº 10, de 2004, registrando-as no SGO no prazo de até 15 (quinze) dias, para posterior validação pela CGDESP.

Art. 33. Havendo fundado receio de risco de comprometimento estrutural na OAE, a SRE deverá solicitar uma vistoria à COPES, por meio de Ofício específico.

Parágrafo único. Esta vistoria, por sua vez, deverá ser aproveitada para atualização do SGO.

Seção VI

Das excepcionalidades

Subseção I

Do transporte de postes, barras de ferro, vigas de concreto ou similares

Art. 34. Para o transporte de cargas indivisíveis, tais como postes, barras de ferro, vigas de concreto ou similares, deverá ser utilizado veículo ou combinação de veículos adequado, sendo admitido excesso traseiro e dianteiro máximo de 1,00 m (um metro), desde que o excedente seja protegido com uma placa retangular fixada em sua extremidade, tornando a superfície plana, dispensando-se a escolta.

§ 1º A placa de que trata o caput deverá ser confeccionada em madeira ou outro material capaz de resistir a possíveis impactos, em caso de acidentes, conforme critérios e especificações constantes na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 ou a que vier a substituir.

§ 2º Quando o transporte for realizado em reboque ou semirreboque extensível, operando na sua totalidade, poderá ser ultrapassado o limite traseiro de que trata o caput, desde que devidamente adotados os requisitos de segurança previstos no Anexo II.

§ 3º Em casos de interesse público, devidamente justificado pelo requerente, poderão ser autorizados excessos traseiro ou dianteiro superiores a 1,00 m (um metro) sem acompanhamento de escolta, com permissão para transportar durante as vinte e quatro horas do dia.

Subseção II

Do transporte de cargas do segmento eólico

Art. 35. O transporte de cargas indivisíveis do segmento eólico será autorizado:

I - com comprimento máximo de 55,00 m (cinquenta e cinco metros), em combinação veicular formada por carreta extensiva, com a utilização de duas escoltas credenciadas;

II - com comprimento superior a 55,00 m (cinquenta e cinco metros) até 70,00 m (setenta metros), em combinação veicular cujo eixos do reboque ou semirreboque sejam direcionais e hidráulicos, com a utilização de duas escoltas credenciadas; e

III - com comprimento superior a 70,00m (setenta metros) até 80,00m (oitenta metros), em combinação veicular cujo eixos do reboque ou semirreboque sejam direcionais e hidráulicos, com a utilização de três escoltas credenciadas;

IV - com comprimento superior a 80,00m (oitenta metros), em combinação veicular cujos eixos do reboque ou semirreboque sejam direcionais em sua totalidade, com a utilização de duas escoltas credenciadas e uma escolta da própria PRF;

V - Em situações que a PRF julgar necessário, poderá ser autorizado o trânsito noturno, desde que a empresa solicite no corpo da AET; e

VI - A PRF poderá, a seu critério, autorizar a realização de comboios de cargas de que trata este artigo.

Parágrafo único. Cabe ao transportador, responsável pelo transporte, informar à empresa concessionária a previsão de passagem do trecho sob concessão, através do telefone de emergência ou qualquer outro canal disponibilizado para tal fim, nas 48 (quarenta e oito) horas que antecederem a entrada do conjunto transportador ou veículo especial na via, devendo ser observada a programação realizada.

Art. 36. Excepcionalmente, em combinações veiculares com comprimento total de até 95,00 m (noventa e cinco metros), o transporte poderá ser autorizado com a utilização de apenas três escoltas credenciadas , desde que:

I - apresentado o EVG para a rota, elencando os pontos e trechos nos quais se faz necessária a intervenção da PRF para garantir as condições de segurança viária;

II - o transporte ocorra em semirreboques com os eixos autodirecionais hidráulicos;

III - na execução da primeira operação de transporte em cada rota, obrigatoriamente, deverá haver a presença da PRF na realização da escolta, de forma a avaliar o grau de risco e necessidade de interferência na segurança viária ao longo da rota estabelecida, de forma a manifestar-se pela viabilidade de substituição da escolta PRF pela escolta credenciada; e

IV - seja disponibilizado à PRF o Plano de contingência, nos termos dos §§ 4º e 5º, do art. 6°.

Art. 37. Quando o PBTC da carga do segmento eólico for superior a 100,0 t (cem toneladas) e o trecho possuir restrição de peso cadastrada no SIAET, poderá ser solicitada a apresentação de um relatório fotográfico, com o levantamento visual atualizado das OAE presentes no percurso declarado, de acordo com o item 6.1 do Manual de Normas de Procedimentos-PRO IPR nº 10, de 2004, a ser entregue via SEI a CGPERT, no caso de negativa de viabilidade da SRE.

Art. 38. Para os deslocamentos que exigirem operações especiais, tais como inversão de pista, bloqueio de acessos, tráfego na contramão e remoção de sinalização, deve o transportador estabelecer, previamente, o plano de trafegabilidade junto à PRF, a fim de garantir a segurança dos usuários da via e a fluidez do trânsito.

Subseção III

Dos veículos especiais

Art. 39. Os veículos especiais, definidos no inciso XXXII do art. 4°, que apresentarem dimensões ou pesos superiores aos previstos na legislação de trânsito, somente poderão circular nas rodovias federais munidos de AET.

Art. 40. Aos veículos especiais equipados com guindaste, perfuratrizes, sondas ou assemelhados, poderão ser fornecidas AET com prazo de validade conforme regulamentado pelo CTB e pelo CONTRAN.

§ 1º Aos veículos de que trata este artigo, quando apresentarem excessos dianteiro ou traseiro de até 3,00 m (três metros), além dos para-choques, assim como pesos brutos totais iguais ou inferiores a 57,0 t (cinquenta e sete toneladas), poderá ser fornecida AET por período, para transitar vinte e quatro horas por dia, sem acompanhamento de escolta, condicionando-se o trânsito noturno a estarem os mesmos equipados com sistema de iluminação e sinalização elétrica de acordo com o estabelecido na legislação de trânsito em vigor.

§ 2º Nos casos em que esses veículos não se enquadrarem nos limites previstos no § 1º, quando apresentarem excessos dianteiro ou traseiro superiores a 3,00 m (três metros), além dos para-choques, assim como PBTC superior a 57,0 t (cinquenta e sete toneladas), poderá ser fornecida AET com prazo de validade de até 90 (noventa) dias, condicionando-se o trânsito noturno a estarem os mesmos equipados com sistema de iluminação e sinalização elétrica de acordo com o estabelecido na legislação de trânsito em vigor, e a necessidade de utilização de escolta e do pagamento da TUV.

§ 3º Ao caminhão munck ou guindauto, será fornecida AET em consonância com o caput desde que não apresente qualquer excesso longitudinal.

§ 4º O caminhão munck ou guindauto que apresentar excesso longitudinal limitado a 1,00 m (um metro) disporá de AET com validade de 90 (noventa) dias.

§ 5º Excepcionalmente, poderá ser autorizado o transporte de veículos de tração ou tracionados em semirreboques com largura igual ou superior a 3,00 m (três metros), quando os mesmos forem utilizados em operações do transporte de carga indivisível.

Seção VII

Dos recursos

Art. 41. A CGPERT comunicará o interessado a respeito do indeferimento da solicitação AET através do SIAET, abrindo-lhe prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 1º Caso o transportador não apresente recurso, a decisão passará a ser considerada definitiva.

§ 2º O recurso apresentado em virtude de negativa de consulta de viabilidade deverá ser dirigido à SRE, à concessionária ou à COPES, conforme a procedência da resposta, a qual, se não o reconsiderar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, encaminhará à CGPERT para decisão de forma definitiva.

§ 3º O recurso apresentado em virtude de não atendimento aos requisitos dispostos no ordenamento jurídico vigente deverá ser dirigido à CGPERT, para decisão de forma definitiva.

§ 4º O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa, conforme previsão legal contida no art.63, § 2º da Lei nº 9.784, de 1999.

CAPÍTULO IV

DOS PAGAMENTOS

Seção I

Da Tarifa de Expedição de Autorização Especial de Trânsito

Art. 42. A concessão pelo DNIT de AET fica vinculada ao pagamento da Tarifa de Expedição de Autorização Especial de Trânsito-TEAET.

§ 1º A TEAET será cobrada por documento expedido, vinculado à numeração da AET.

§ 2º Toda AET solicitada e liberada terá no seu cadastro a TEAET e a TUV geradas, não havendo possibilidade de cancelamento da licença.

§ 3º A AET substituta, em atenção ao § 9º do art. 5º, gerará automaticamente nova TEAET.

Art. 43. A TEAET terá os seguintes valores:

I - para as autorizações concedidas pelo DNIT que requerem aprovação de engenheiro quanto à análise veicular: R$ 76,93 (setenta e seis reais e noventa e três centavos); e (atualização dos valores conforme Portaria DNIT nº 933, de 22 de fevereiro de 2022)

II - para as demais autorizações concedidas pelo DNIT: R$ 74,87 (setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). (atualização dos valores conforme Portaria DNIT nº 933, de 22 de fevereiro de 2022)

§ 1º Os valores de que tratam o caput serão atualizados anualmente, no mês de janeiro, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

§ 2º Fica delegada competência à CGPERT para expedir portaria anual com os valores corrigidos da TEAET, a qual será publicada no Diário Oficial da União-DOU e disponibilizada no sítio eletrônico do DNIT.

§ 3º Caso seja permitida a inclusão de reboques ou semirreboques adicionais, será acrescentado na tarifa o valor equivalente a 2% (dois por cento) do montante inicial, para cada veículo adicional incluído na solicitação de AET ou Autorização Específica-AE.

§ 4º A concessão de AE seguirá os mesmos critérios definidos neste artigo.

Seção II

Da Tarifa de Utilização da Via

Art. 44. Os veículos destinados ao transporte de cargas indivisíveis e os veículos especiais, com PBTC superior a 74 t (setenta e quatro toneladas), ficam sujeitos ao pagamento da TUV conforme Anexo I, eximindo o transportador do pagamento de multa por excesso de peso desde que o conjunto esteja de acordo com as condições especificadas na respectiva AET.

Art. 45. A TUV será calculada em função da distância a ser percorrida entre os pontos de origem e destino da carga e compreenderá o retorno do conjunto transportador vazio, pelo qual não será cobrado acréscimo de tarifa, desde que o mesmo não exceda o limite legal de 74 t (setenta e quatro toneladas), quando então será cobrada a tarifa correspondente ao retorno.

§ 1º O Índice Aplicado à Multa de Trânsito-IAMT é relacionado ao índice de excesso de peso do CTB, sendo seu valor equivalente a 1/80 (um oitenta avos) do valor da multa aplicada, para fins de compensação.

§ 2º A CGPERT atualizará automaticamente os cálculos estabelecidos no Anexo I sempre que houver alteração do valor da multa aplicada.

Art. 46. O pagamento da TUV poderá ser efetuado em rede bancária através de documento próprio de arrecadação.

Parágrafo único. A TUV paga e não utilizada poderá ser empregada em nova autorização, desde que solicitada pelo transportador dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a liberação da AET e comprovada a não realização do transporte.

Art. 47. A TUV será gerada após a emissão da AET pelo transportador.

§1º A AET substituta não gerará nova guia de arrecadação, referente à TUV, desde que não haja alteração no percurso com inclusão de quilometragem ou no PBTC previamente declarado.

§ 2º O pagamento de nova guia de arrecadação da TUV para AET substituta atenderá a diferença entre a quantia paga e a devedora, em função de inclusão de quilometragem no percurso ou elevação do PBTC previamente declarado na autorização substituída.

Seção III

Da inadimplência

Art. 48. O não pagamento das guias de arrecadação da TEAET e da TUV nos prazos estabelecidos implica:

I - na suspensão dos efeitos da AET até a confirmação da compensação dos débitos no SIAET;

II - na possibilidade de sujeição às penas do inciso IV do art. 231 do CTB;

III - no bloqueio de novas solicitações de AET para o transportador inadimplente e para a placa do veículo até a compensação dos débitos; e

IV - na impossibilidade de fornecimento de documentos, impressão ou trânsito em horário especial referentes à AET enquanto não houver a quitação de todos os débitos.

§ 1º Caso o pagamento não ocorra no prazo determinado, será cobrada multa de 2% e juros de 1% ao mês sobre o valor total da TEAET ou TUV em débito

§ 2º O pagamento duplicado da mesma guia de arrecadação poderá ser ressarcido ao transportador, desde que solicitada dentro de 30 (trinta) dias após a liberação da mesma, e apresentada carta de solicitação de reembolso assinada pelo responsável, constando os dados bancários para depósito, além de cópias da AET, e do boleto e dos comprovantes de pagamento.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 49. A fiscalização será exercida pela PRF e pelo DNIT, a qualquer tempo da viagem, nos termos da legislação vigente, possibilitando a vistoria do conjunto transportador, da carga, da escolta e anotações referentes à passagem por ponto específico, na forma que se segue:

I - a documentação, as dimensões, o peso e a sinalização conforme registrado na AET, podendo a anotação ocorrer diretamente no SIAET, subsidiariamente;

II - na fiscalização do excesso de peso pela nota fiscal da carga transportada, será conferido o somatório da tara especificada na AET, que deverá estar em conformidade com a tara afixada no veículo, com o peso indicado na nota fiscal, sendo lavrado o auto de infração apenas quando este resultado for superior ao PBTC constante na autorização;

III - a fiscalização pela nota fiscal da carga não exclui a pesagem em balanças, no decorrer do percurso; e

IV - o transportador poderá transitar com veículos especiais ou combinações de veículos, carregado ou vazio, com dimensões ou peso inferiores ao constante na AET, desde que atendida a legislação pertinente.

§ 1º Só será admitida a pesagem de veículos por equipamentos fixos ou portáteis, cujo modelo seja aprovado pelo Inmetro, de acordo com a legislação metrológica em vigor.

§ 2º Quando constatada qualquer irregularidade no conjunto transportador, em desacordo com a respectiva AET, deverá ser lavrado o auto de infração pelo agente de fiscalização e o veículo somente poderá prosseguir viagem após sua regularização, aplicando-se as penalidades previstas no CTB.

§ 3º Durante a execução do transporte, é obrigatório o porte do documento fiscal junto com a AET, discriminando o peso bruto declarado da carga transportada.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Constitui dever do transportador a reposição de quaisquer danos ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, oriundos da execução do transporte, cabendo ação regressiva para ressarcimento ao DNIT de despesas efetuadas com a reparação, em conformidade à Portaria Conjunto nº 1, de 22 de janeiro de 2019, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT.

Art. 51. O descumprimento às disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades e medidas administrativas previstas no art. 231 do CTB e a outras cominações e encargos de natureza penal, civil ou administrativa em conformidade à infração.

Art. 52. A AET não exime o transportador da responsabilidade quanto a eventuais danos que os veículos ou suas cargas vierem a causar à via, sua sinalização e a terceiros, conforme art. 101 do CTB.

Art. 53. Constitui dever do transportador a reposição de quaisquer danos ao patrimônio público em rodovias federais, em especial referente à sinalização horizontal, oriundos da execução do transporte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos da legislação vigente.

Art. 54. Deverá constar em cada AET, obrigatoriamente, uma numeração correspondente, a ser reiniciada anualmente, devendo conter, ainda, quando for o caso, demais condicionantes referentes à segurança do trânsito, com observância à evolução tecnológica a ser considerada na substituição do processo, desde que devidamente comprovada a sua eficiência.

Art. 55. Os casos omissos ou dúvidas relativas à interpretação e aplicação desta Resolução serão dirimidos pela CGPERT.

Art. 56. A SRE e a empresa concessionária terão o prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Resolução para convalidar os registros de restrições físicas definitivas cadastradas no SIAET referentes aos trechos sob suas jurisdições, encaminhando laudo técnico conclusivo à CGPERT.

Art. 57. Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 1, de 08/01/2021, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

II - Resolução nº 4, de 09/02/2021, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; e

III - Resolução nº 8, de 09/03/2021, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Art. 57. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral

ANEXO I

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TARIFA DE UTILIZAÇÃO DA VIA (TUV)

TUV = IAMT (PBTC - L) . K

Onde:

. TUV = Tarifa de Utilização da Via, em moeda vigente;

. IAMT = Índice Aplicado à Multa de Trânsito;

. PBTC = Peso Bruto Total Combinado, com ou sem carga, em toneladas;

. L = Limite máximo do peso 74 t; e

. K = Fator, função da distância de transporte.

OBS.: A expressão "PBTC - L" corresponde ao excesso de peso sobre o limite estabelecido de 74 t (setenta e quatro toneladas).

TABELA DE VALORES DE "K"

PARA A TARIFA DE UTILIZAÇÃO DA VIA (TUV) POR TONELADA

DISTÂNCIA (KM)	VALOR DE REF.	VALOR DE K
0 - 19	0.10	12.00
20 - 39	0.11	13.20
40 - 59	0.12	14.40
60 - 79	0.13	15.60
80 - 99	0.14	16.80
100 - 139	0.15	18.00
140 - 179	0.16	19.20
180 - 219	0.17	20.40
220 - 259	0.18	21.60
260 - 319	0.19	22.80
320 - 379	0.20	24.00
380 - 439	0.21	25.20
440 - 499	0.22	26.40
500 - 559	0.23	27.60
560 - 639	0.24	28.80
640 - 719	0.25	30.00
720 - 799	0.26	31.20
800 - 879	0.27	32.40
880 - 959	0.28	33.60
960 - 1039	0.29	34.80
1040 - 1119	0.30	36.00
1120 - 1199	0.31	37.20
1200 - 1279	0.32	38.40
1280 - 1359	0.33	39.60
1360 - 1439	0.34	40.80
1440 - 1519	0.35	42.00
1520 - 1599	0.36	43.20
1600 - 1679	0.37	44.40
1680 - 1759	0.38	45.60
1760 - 1839	0.39	46.80
1840 - 1919	0.40	48.00
1920 - 1999	0.41	49.20
2000 - 2079	0.42	50.40
2080 - 2159	0.43	51.60
2160 - 2239	0.44	52.80
2240 - 2319	0.45	54.00
2320 - 2399	0.46	55.20
2400 - 2479	0.47	56.40
2480 - 2559	0.48	57.60
2560 - 2639	0.49	58.80
2640 - 2719	0.50	60.00
2720 - 2799	0.51	61.20
2800 - 2879	0.52	62.40
2880 - 2959	0.53	63.60
2960 - 3039	0.54	64.80
3040 - 3119	0.55	66.00
3120 - 3199	0.56	67.20
3200 - 3279	0.57	68.40
3280 - 3359	0.58	69.60
3360 - 3439	0.59	70.80
3440 - 3519	0.60	72.00
3520 - 3599	0.61	73.20
3600 - 3679	0.62	74.40
3680 - 3759	0.63	75.60
3760 - 3839	0.64	76.80
3840 - 3919	0.65	78.00
3920 - 3999	0.66	79.20

ANEXO II

TABELA PARA DIMENSIONAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ESCOLTA PARA UM CONJUNTO TRANSPORTADOR

CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO	CARACTERÍSTICAS DAS RODOVIAS							
	DE PISTA SIMPLES				DE PISTA DUPLA			
DIMENSÕES: EM METROS PESO: EM TONELADAS	Nº DE VEÍCULOS DE ESCOLTA				Nº DE VEÍCULOS DE ESCOLTA			
	CREDENCIADA	PRF	TOTAL	VELOCIDADE MÁXIMA	CREDENCIADA	PRF	TOTAL	VELOCIDADE MÁXIMA
Largura:								
até 3,20	-	-	-	60	-	-	-	60
de 3,21 a 3,80	1	-	1	50	1	-	1	60
de 3,81 a 5,00	2	-	2	50	1	-	1	60
de 5,01 à 5,50	1	1	2	40	2	-	2	50
acima de 5,50	2	1	3	40	1	1	2	40
Comprimento:								
até 30,00	-	-	-	60	-	-	-	60
30,01 até 35,00	1	-	1	50	1	-	1	60
35,01 até 55,00	2	-	2	50	1	-	1	50
55,01 até 75,00	2	1	3	40	2	-	2	40
acima de 75,00	2	1	3	40	2	1	3	40
Altura:								
até 5,00	-	-	-	60	-	-	-	60
5,01 até 5,50	1	-	1	40	1	-	1	50
acima de 5,50	2		2	30	1	-	1	40
Excesso dianteiro:								
até 1,00	-	-	-	60	-	-	-	60
acima de 1,00	1	-	1	50	1	-	1	60
Excesso Traseiro:								
até 1,00	-	-	-	60	-	-	-	60
acima de 1,00	1	-	1	50	1	-	1	60
Peso:								
até 74,0	-	-	-	70	-	-	-	70
acima de 74,0 até 100,0	-	-	-	60	-	-	-	60
acima de 100,0 até 350,0	1	-	1	40	1	-	1	40
acima de 350,0	2	1	3	30	2	1	3	40
Observações:								
- Sempre que houver necessidade de inversão de pista, bloqueios de acessos, tráfego na contramão, remoção de sinalização ou de trânsito no período noturno (casos em que seja mais seguro o trânsito tarde da noite, quando o fluxo de veículos é menor), estabelecer previamente contato com a Polícia Rodoviária Federal com circunscrição sobre o trecho para, em conjunto, planejarem a execução do serviço.								

ANEXO III

TABELA PARA DIMENSIONAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ESCOLTA COMBOIO EM PISTA SIMPLES

	COMBOIO DE 2 VEÍCULOS		COMBOIO DE 3 VEÍCULOS		COMBOIO DE 4 VEÍCULOS	
	CRED	PRF	CRED	PRF	CRED	PRF
C até 25,00 m L até 3,20 m H até 4,40 m P até 74,0 t	0	-	0	-	0	-
C até 25,00 m L até 3,50 m H até 4,50 m P até 74,0 t	1	-	1	-	2	-
C até 25,00 m L até 4,00 m H até 4,50 m P até 74,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 4,50 m P até 74,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 5,00 m P até 74,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 5,50 m P até 74,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 3,50 m H até 4,50 m P até 80,0 t	1	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 4,50 m P até 80,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 5,00 m P até 80,0 t	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,00 m H até 5,50 m P até 80,0 t	2	-	2	-	2	1
Legenda: C: Comprimento L: Largura H: Altura P: Peso CRED: Empresa credenciada PRF: Polícia Rodoviária Federal						

- COMBOIO EM PISTA DUPLA -

	COMBOIO DE 2 VEÍCULOS		COMBOIO DE 3 VEÍCULOS		COMBOIO DE 4 VEÍCULOS		COMBOIO DE 5 VEÍCULOS		COMBOIO DE 6 VEÍCULOS	
	CRED	PRF	CRED	PRF	CRED	PRF	CRED	PRF	CRED	PRF
C até 25,00 m L até 3,20 m H até 4,40 m P até 74,0 t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C até 25,00 m L até 3,50 m H até 4,50 m P até 74,0 t	1	-	1	-	2	-	2	-	2	1
C até 25,00 m L até 4,00 m H até 4,50 m P até 74,0 t	1	-	1	-	2	-	2	-	2	1
C até 25,00 m L até 4,50 m H até 5,00 m P até 74,0 t	1	-	1	-	2	-	2	-	2	1
C até 25,00 m L até 5,00 m H até 5,00 m P até 74,0	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 4,50 m H até 5,00 m P até 74,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	-
C até 30,00 m L até 5,00 m H até 5,00 m P até 74,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 5,00 m H até 5,50 m P até 74,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 30,00 m L até 5,00 m H até 5,50 m P até 80,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 35,00 m L até 4,00 m H até 5,00 m P até 80,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 35,00 m L até 4,50 m H até 5,00 m P até 80,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1
C até 35,00 m L até 5,00 m H até 5,50 m P até 80,0 t	1	-	2	-	2	-	2	-	2	1

Legenda:
C: Comprimento
L: Largura
H: Altura
P: Peso
CRED: Empresa credenciada
PRF: Polícia Rodoviária Federal

PORTARIA Nº 5.515, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno / DNIT - Art. 149, Inciso X, resolve:

RATIFICAR nos termos da Declaração de Situação Emergencial SEI (12543183), DECLARANDO a situação de EMERGÊNCIA na Rodovia BR-290/RS, na Ponte Internacional Getúlio Vargas - Agustín Pedro Justo localizada no km 725,17, conforme identificado pelo Relatório UL - URUGUAIANA (12542168) onde é comunicada a ocorrência de uma ruptura da laje no trecho, do lado brasileiro, junto ao início neste lado, ocasionando a interrupção parcial do tráfego no local.

PEDRO LUZARGO GOMES

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - VALEC Nº 10/DIREX-VALEC/PRESI-VALEC, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina os procedimentos necessários à desapropriação e constituição de servidões das áreas destinadas aos empreendimentos outorgados à Valec, bem como àqueles que forem de sua responsabilidade, em conformidade com a Declaração de Utilidade Pública correspondente ou documento equivalente.

A DIRETORIA EXECUTIVA DA VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 49 do Estatuto Social vigente, considerando a necessidade de atualizar os procedimentos para desapropriação de imóveis destinados à implantação dos empreendimentos de infraestrutura da Valec, e considerando o deliberado na 1513ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2022, conforme consta no processo nº 51402.134106/2015-11, resolve:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Aprovar esta Resolução Normativa que tem por finalidade conduzir e disciplinar os procedimentos necessários à execução das desapropriações e constituição de servidões das áreas destinadas aos empreendimentos outorgados à Valec, bem como aqueles que forem de sua responsabilidade em conformidade com a Declaração de Utilidade Pública correspondente ou documento equivalente.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o caput precederá as desapropriações e sua emissão será solicitada junto ao órgão competente em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução Normativa aplica-se em todo o âmbito da Valec e servirá também como diretriz para execução das atividades decorrentes dos contratos de prestação de serviços relacionados ao assunto, firmados por esta estatal.

Art. 3º Para efeitos desta Resolução Normativa consideram-se as seguintes terminologias e definições, além de outras que possam ser estabelecidas em instrumentos legais:

I - Acessão natural ou física: ocorre quando há aumento do volume ou do valor do imóvel principal, em razão de um elemento externo, isto é, quando algo que vem de fora se une e é incorporado ao imóvel, podendo ocorrer em cinco hipóteses: formação de ilhas, aluvião, avulsão, abandono de álveo e por plantações ou construções (art. 1.248 do Código Civil);

II - Anteprojeto: conjunto de documentos técnicos (desenhos e textos) que possibilita a caracterização da obra ou do serviço de engenharia e que permite a estimativa dos custos e prazos de execução dos serviços, bem como a elaboração dos projetos básico e executivo.

III - Avaliação: ato para estimar o valor comercial de uma área ou propriedade;

IV - Avaliação de bens, de seus frutos e direitos: análise técnica para identificar valores, custos ou indicadores de viabilidade econômica, para um determinado objetivo, finalidade e data, consideradas determinadas premissas, ressalvas e condições limitantes (NBR 14653-1:2019);

V - Bem: coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que se integra um patrimônio (NBR 14653-1:2019);

VI - Benfeitoria: resultado de obra ou serviço realizado em um bem para melhorar suas condições de fruição ou torná-las mais úteis, não podendo ser retirado sem destruição, fratura ou dano e cuja existência será revertida em benefício do proprietário;

VII - Benfeitoria não reprodutiva: benfeitoria que não gera renda diretamente. Exemplos: edificações, terreiros, estradas e acessos, cercas, sistemas de drenagem e irrigação por gravidades, obras e trabalhos de melhorias das terras (NBR 14.653-3:2019);

VIII - Benfeitoria necessária: benfeitoria indispensável para conservar o bem ou evitar a sua deterioração (NBR 14653-1:2019);

IX - Benfeitoria reprodutiva: benfeitoria que gera renda diretamente, tais como culturas, florestas plantadas, pastagens cultivadas e pastagens nativas melhoradas (NBR 14.653-3:2019);

X - Benfeitoria útil: benfeitoria que aumenta ou facilita o uso do imóvel e que, embora dispensável, torna-o mais seguro e amplia sua utilidade (NBR 14653-1:2019);

XI - Benfeitoria voluptuária: benfeitoria que visa ao simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso produtivo do bem. (NBR 14653-1:2019);

XII - Documento de apresentação do projeto: documento destinado ao desapropriando contendo esclarecimentos sobre o empreendimento, informando acerca do interesse público do projeto e da necessidade de se promover a desapropriação do imóvel em sua posse, consoante Declaração de Utilidade Pública;

XIII - Campo de Arbítrio: intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual pode-se arbitrar o valor do bem, desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo (NBR 14653-1:2019);

XIV - Córrego: curso de água corrente de pequeno porte que ocorre em todas as regiões fisiográficas brasileiras, na maioria das Unidades da Federação (IBGE, 2010);

XV - Custo: total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem, em determinada data e situação (NBR 14653-1:2019);

XVI - Custo de formação: quantia gasta para o preparo do solo e implantação até a primeira safra ou pastoreio (NBR 14.653-3:2019);

XVII - Custo de Reedição: custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra (NBR 14653-1:2019);

XVIII - Custo de Reprodução: gasto necessário para reproduzir um bem idêntico, com a consideração dos seus insumos pertinentes, sem considerar eventual depreciação (NBR 14653-1:2019);

XIX - Datum: refere-se ao modelo matemático teórico utilizado na cartografia para representação da superfície ao nível do mar;

XX - Declaração de Utilidade Pública: ato administrativo emanado do poder executivo, conforme Art. 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriação e instituição de servidão administrativa por utilidade pública;

XXI - Depreciação: perda de valor de um bem, devido a modificações em seu estado ou qualidade ocasionadas pelo desgaste de suas partes constitutivas, em consequência de seu envelhecimento natural, em condições normais de utilização e manutenção ou pela superação tecnológica ou funcional (NBR 14653-1:2019);

XXII - Desapropriação: forma originária de aquisição de propriedade mediante a qual o ente expropriante transfere compulsoriamente a titularidade do bem, mediante o pagamento de justa e prévia indenização em dinheiro;

XXIII - Faixa de domínio: terreno de pequena largura em relação ao comprimento, em que se localizam os empreendimentos viários, inclusive os acréscimos necessários à sua expansão, com largura definida em normas e regulamentos técnicos, no projeto de desapropriação ou no de implantação do respectivo empreendimento;

XXIV - Faixa não edificável: área onde é vedada a construção e impermeabilização do solo;

XXV - Fator de Classe de Capacidade de Uso das Terras: expressa simultaneamente a influência sobre o valor do imóvel rural de sua capacidade de uso e taxonomia, ou seja, das características intrínsecas e extrínsecas das terras, como fertilidade, topografia, drenagem, permeabilidade, risco de erosão ou inundação, profundidade, pedregosidade, entre outras,

XXVI - Ficha cadastral: constitui-se de identificação precisa (no local) das expropriações e dos expropriados, caracterizando a região afetada dos imóveis atingidos, as benfeitorias, áreas remanescentes, acompanhadas de registro fotográfico;

XXVII - Ficha de vistoria e cadastro socioeconômico: trata-se de uma inspeção inicial da propriedade que deverá observar todos os elementos de campo que poderão ser atingidos pela Faixa de Domínio (uso do solo e benfeitorias), além das características sociais da população afetada.

XXVIII - Imóvel: bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas (NBR 14653-1:2019);

XXIX - Imóvel rural: prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou que possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial (BRASIL, Lei nº 8.269/1993);

XXX - Imóvel urbano: imóvel situado dentro do perímetro urbano definido em lei;

XXXI - Infraestrutura básica: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de acesso, indispensáveis ao bem-estar e qualidade de vida da população;

XXXII - Lagoa: depressão de formas variadas - principalmente tendendo a circulares - de profundidade pequena e cheia de água doce ou salgada; lago de pequena extensão e profundidade (IBGE,2010);

XXXIII - Lago: depressão do solo com forma, profundidade e as extensão variáveis, produzida por causas diversas e cheia de águas confinadas, relativamente tranquilas, geralmente alimentados por um ou mais rios afluentes, podendo possuir também rios emissários, o que evita o seu transbordamento (IBGE,2010);

XXXIV - Laudo de avaliação: relatório com fundamentação técnica e científica, elaborado por profissional da engenharia de avaliações, em conformidade a ABNT NBR 14.653, para identificar o valor do bem;

XXXV - Módulo fiscal: é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar";

XXXVI - Projeto Básico de Desapropriação: consiste na avaliação dos custos da desapropriação, efetuada a partir do projeto geométrico correspondente, com base na superfície ocupada por propriedades dentro dos limites de desapropriação estabelecidas

no referido anteprojeto (ou adotando, por amostragem, uma largura média de faixa a desapropriar) e nos preços médios por hectare, cotados para segmentos homogêneos de ocupação do solo;

XXXVII - Projeto Executivo de desapropriação: fase em que são detalhados os elementos necessários e suficientes para a execução completa de uma obra ou serviço, com base no que foi definido no projeto básico (BRASIL, 2015);

XXXVIII - Projeto Geométrico: é a fase que estuda as diversas características geométricas do traçado com tal precisão que permita sua conformação espacial;

XXXIX - População afetada: contempla a população diretamente afetada pela construção da ferrovia e que se insira nas áreas interceptadas pelo traçado do empreendimento, cuja caracterização e impactos serão definidos mediante análise e estudo de diagnóstico a ser aplicado pela equipe técnica responsável.

XL - Represa: construção civil que objetiva o represamento de um curso de água a fim de atender diferentes finalidades, dentre elas, geração de energia e atendimento a atividades agrícolas;

XLI - Segmento homogêneo: na avaliação de áreas que irão integrar as faixas de domínio, são trechos que possuem terrenos com características semelhantes que explicam o valor unitário da área dentro de determinado intervalo;

XLII - Servidão administrativa ou pública: ônus real de uso imposto pela Administração à propriedade particular para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário;

XLIII - Terra Bruta: terra onde existe vegetação natural em seu estado original ou em estágio regenerativo (NBR 14.653-3:2019).

XLIV - Terra Cultivada: terra com cultivo agrícola ou em pousio (NBR 14.653-3:2019);

XLV - Terra Nua: terra sem a consideração de benfeitorias (NBR 14.653-3:2019);

XLVI - Unidade de Desapropriação: Órgão técnico responsável pela execução dos trabalhos de desapropriação, em conformidade com as atribuições e divisão hierárquica definidas no Regimento Interno da empresa e nos atos administrativos pertinentes;

XLVII - Unidade de Projeto: setor responsável pela elaboração/definição e fornecimento, à Unidade de Desapropriação, do "Projeto Geométrico, Executivo ou Básico" do empreendimento, para fins de desapropriação e servidão administrativa;

XLVIII - Unidade Jurídica: Órgão de representação judicial e extrajudicial responsável pela análise e aplicação do direito em caráter consultivo e/ou contencioso no âmbito dos processos de desapropriação e assuntos correlatos;

XLIX - Valor de Mercado: quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, em uma data de referência, dentro das condições do mercado vigente (NBR 14.653-1:2019); e

L - Vocação do imóvel: uso presumivelmente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

TÍTULO II

PROCEDIMENTOS PRELIMINARES

CAPÍTULO I

ETAPAS INICIAIS

Art. 4º A Unidade de Desapropriação receberá da Unidade de Projetos o Projeto Geométrico, Executivo ou Básico, no qual constam os dados observados que delimitarão as áreas a serem desapropriadas, com locação dos marcos de referência e do eixo do projeto.

Art. 5º A Unidade de Desapropriação, de posse do projeto geométrico, básico ou executivo do empreendimento, deverá realizar pesquisas junto às bases de dados oficiais a fim de confeccionar anteprojeto de desapropriação, o qual conterá informações preliminares das propriedades e proprietários afetados para subsidiar a solicitação de Declaração de Utilidade Pública dos bens imóveis alcançados pelo projeto.

Art. 6º A Unidade de Desapropriação poderá realizar audiência pública por região a ser desapropriada, observadas as disposições contidas no Decreto nº 9.830/2019, que será precedida, nos casos de afetação de assentamentos de reforma agrária e/ou correlatos, de oitiva dos assentados, observada a existência de diretrizes que dispõem sobre anuência das instituições oficiais.

Art. 7º O representante da Unidade de Desapropriação ou de empresa contratada, devidamente identificado, entregará o Documento de Apresentação do Projeto aos futuros desapropriados, no qual constará a informação de que a área necessária à implantação do empreendimento será desapropriada mediante indenização, em conformidade com a Declaração de Utilidade Pública, oportunidade em que também serão apresentados o empreendimento e a empresa responsável pela execução dos trabalhos, bem com o informado que o desapropriado será procurado para o trato de assuntos relativos à desapropriação.

Art. 8º No momento da apresentação do projeto de que trata o art. 7º, poderá ser solicitada assinatura no Termo de Autorização de Obras - Anexo O, e serão prestados esclarecimentos ao expropriado sobre o cadastramento da propriedade.

Parágrafo único. No momento da assinatura no Termo de Autorização de Obras de que trata o caput, ou em ato imediatamente posterior, deverá ser realizada inspeção inicial da propriedade, preenchendo-se a Ficha de Vistoria e Cadastro socioeconômico (Anexo B, que deverá observar todos os elementos de campo que poderão ser atingidos pela Faixa de Domínio (uso do solo e benfeitorias), além das características sociais da população afetada conforme questionário.

Art. 9º Serão identificadas as áreas com restrição de uso em cada propriedade, a saber:

I - Área de Preservação Permanente - APP;

II - Área de Reserva Legal - RL;

III - Unidades de Conservação - UC (além das áreas verdes);

IV - Áreas de Uso Restrito - AUR; e

V - Faixas Não Edificáveis.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Art. 10. A caracterização socioeconômica consiste no levantamento de informações que qualificam a população afetada pelo empreendimento, a fim de verificar a existência de situações que indiquem vulnerabilidade socioeconômica.

§1º A caracterização de que refere o caput subsidiará na adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, a fim de que a população afetada pelo empreendimento tenha o menor impacto possível, em conformidade com normativos internos sobre o tema.

§2º A caracterização socioeconômico deverá ser realizada com aplicação de questionário estruturado, em conjunto com a Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico - Anexo B.

§3º Para comunidades tradicionais será aplicado o item 4.8 da Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico (Anexo B (Dos sentidos de identificação - autorreconhecimento), visando à identificação das lideranças locais.

§4º Para populações que se encontrem em imóveis rurais e que realizem atividades agropecuárias será preenchido os itens 4.8 e 4.9 da Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico (Anexo B, visando ao reconhecimento dos impactos socioeconômicos causados aos afetados em função da desapropriação do imóvel.

Art. 11. As informações da caracterização socioeconômica serão coletadas por meio de pesquisa de campo e visita domiciliar, cujo procedimento abrangerá toda a população diretamente afetada e, quando necessário, a indiretamente afetada.

Art. 12. Deverá ser caracterizada a população afetada em área não edificante, conforme definição do projeto do empreendimento e mediante levantamento técnico, com preenchimento dos itens 4.1 ao 4.5 da Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico - Anexo B.

Art. 13. Posteriormente ao preenchimento da Ficha de Vistoria e do Cadastro Socioeconômico - Anexo B, será elaborado relatório técnico que conterá, além da caracterização social, registros fotográficos individuais geolocalizados, com intuito de demonstrar as condições do afetado.

Art. 14. Os índices de vulnerabilidade social, devidamente fundamentados, terão como base a definição de renda familiar e per capita mensal de acordo com o Anexo B - Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico (itens 4.4 e 4.5).

Parágrafo único. Caracterizada a situação de vulnerabilidade social, deverão ser elaboradas propostas de medidas compensatórias específicas para cada situação identificada, conforme normativo próprio que versa sobre o tema.

Art. 15. O relatório de caracterização socioeconômica de famílias a serem removidas ou deslocadas deverá sugerir medidas mitigadoras a serem aplicadas aos afetados, de acordo com a classificação de sua vulnerabilidade social e normativo citado no parágrafo único do Art. 14 desta Resolução Normativa.

Parágrafo único. As medidas compensatórias constantes do relatório ao que se refere o caput indicará medidas compensatórias elaboradas em consonância com o Plano Básico Ambiental (PBA), o qual inclui o "Programa de Assistência à População Atingida" ou seu equivalente.

Art. 16. O empreendedor deverá garantir a participação da população diretamente afetada por meio de reuniões, troca de informações e/ou canal de atendimento com intuito de proporcionar interação entre os envolvidos e propor soluções conjuntas, além de promover o acompanhamento da população diretamente afetada e ações de cunho social, sempre que cabíveis.

CAPÍTULO III

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 17. Quando o expropriado ou seu procurador não for identificado, ou, ainda, houver recusa persistente em autorizar procedimentos expropriatórios necessários, o representante da Unidade de Desapropriação requererá à Unidade Jurídica ajuizamento de ação com pedido de emissão de ordem judicial para a entrada dos prepostos da expropriante no imóvel.

Art. 18. Para a execução dos serviços constantes desta Resolução Normativa, a Unidade de Desapropriação poderá contratar pessoa física ou jurídica especializada em serviços de apoio e gerenciamento em desapropriações e gestão fundiária.

Art. 19. Deverá ser instituída a Comissão de Desapropriação, a qual terá por finalidade elaborar/analisar e emitir parecer conclusivo (Modelo Parecer da Comissão de Desapropriação - Anexo M) sobre os cadastros técnicos e avaliações imobiliárias e de benfeitorias praticadas para efeito das desapropriações necessárias à implantação dos empreendimentos.

§1º A comissão será composta por 3 (três) membros titulares e, no mínimo, mais 2 (dois) suplentes, pertencentes ao quadro da Valec e vinculados à Unidade de Desapropriação.

§2º A indicação dos membros da comissão e a delegação dos poderes serão realizadas pelo órgão superior imediato por meio de ato administrativo adequado.

§3º O parecer a que se refere o caput deverá conter as assinaturas dos membros da comissão, devendo ser adotada para a marcha processual a recomendação decidida pela maioria do colegiado, salvo em caso de mudança do ato administrativo, em função da sua discricionariedade.

TÍTULO III

LEVANTAMENTO CADASTRAL

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 20. O levantamento cadastral tem por objetivo a elaboração das plantas planimétricas e memoriais descritivos que representem a faixa de domínio projetada ou a área a ser desapropriada e as respectivas faixas não edificáveis, assim como a coleta de documentos necessários à instrução dos processos e deverá conter no mínimo:

a) planta planimétrica;

b) planta baixa das edificações;

c) memorial descritivo;

d) relatório fotográfico; e

e) documentação.

§1º O levantamento cadastral e a abertura de processo de desapropriação deverão ser realizados por matrícula imobiliária.

§2º A ausência da matrícula imobiliária deverá ser comprovada por Certidão Negativa de Propriedade emitida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição competente.

§3º O levantamento cadastral e a abertura do processo poderão se dar mediante comprovação de posse da área por meio de documentos expedidos por órgãos ou entidades competentes.

§4º No levantamento cadastral será realizado o preenchimento da Ficha Cadastral - Anexo D, a qual conterá informações que caracterizem precisamente os objetos da desapropriação, incluindo Relatório Fotográfico - Anexo C.

§5º Serão relacionados os imóveis dentro da área a ser desapropriada e da faixa não edificável com a indicação de suas benfeitorias, tais como:

I - edificações;

II - muros;

III - cercas;

IV - plantações;

V - bens e instalações com serventia prejudicada.

Art. 21. Ao realizar o levantamento cadastral, deverá ser dada especial atenção à demarcação das divisas da área a ser desapropriada, bem como ao registro de eventuais impactos negativos e restrições ao uso do imóvel decorrentes da desapropriação.

Parágrafo único. A demarcação das divisas à qual se refere o caput será obtida pela análise da documentação do imóvel e da declaração do expropriado e de seus respectivos confrontantes/lindeiros (Declaração de Respeito de Limites - Anexo I).

SEÇÃO I

PLANTA PLANIMÉTRICA

Art. 22. A Planta Planimétrica será elaborada em escala de 1:2000, ou de melhor adequação, em papel formato A4 ou A3, para cada imóvel (matrícula), representando a área abrangida pela desapropriação, em conformidade com o Projeto Geométrico e, quando necessário, também representando a faixa não edificável - Planta Planimétrica (Anexo F).

§1º Deverá ser realizado levantamento topográfico que subsidiará a unidade técnica na elaboração da Planta Planimétrica - Anexo F e do Memorial Descritivo - Anexo H, a serem utilizados no cadastramento.

§2º A planta planimétrica apresentará:

I - Eixo do empreendimento viário;

II - Faixa de domínio existente com sua(s) respectiva(s) largura(s), se for o caso;

III - Faixa de domínio projetada com sua(s) respectiva(s) largura(s), em todos os casos;

IV - Amarração da testada do imóvel com o eixo do empreendimento;

V - Dimensões da área atingida com as medidas, coordenadas e azimutes das linhas da poligonal;

VI - Localização e identificação dos confrontantes, áreas remanescentes e áreas não edificáveis, se for o caso, da área desapropriada;

VII - Localização das benfeitorias atingidas com as respectivas coordenadas georreferenciadas;

VIII - Coordenadas georreferenciadas dos vértices da poligonal; e

IX - Carimbo contendo os seguintes dados:

a) empresa responsável pela elaboração da planta;

b) projetista, desenhista ou outro, responsável técnico pelo conteúdo do desenho e número de registro profissional;

c) local, data e assinatura;

d) nome e localização do projeto (Expropriado e Propriedade);

e) conteúdo do desenho (levantamento planimétrico, estaca inicial e final);

f) escala;

g) número do desenho;
h) designação da revisão;
i) área atingida;
j) perímetro;
k) limites de zona urbana quando houver;
l) datum de referência oficial; e
m) aprovação da Valec, quando couber.

Art. 23. Os serviços técnicos serão acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável.

Art. 24. O Levantamento Cadastral conterá as plantas e memoriais descritivos do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, ou outro sistema de certificação que venha a substituí-lo, quando o imóvel afetado já possuir cadastro nessa plataforma.

Parágrafo único. Quando não existir cadastro no SIGEF, serão utilizadas as informações do georreferenciamento constante da matrícula imobiliária para elaboração dos memoriais descritivos e plantas de situação, estas últimas reproduzidas em escala tecnicamente adequada, em papel formato A3 ou A4, e com a indicação do responsável técnico pelo georreferenciamento do imóvel.

SEÇÃO II

PLANTA BAIXA DAS EDIFICAÇÕES

Art. 25. Para cada edificação atingida pelo empreendimento, será apresentada uma planta baixa devidamente cotada, mensurada e em escala máxima de 1:100, em papel formato A3 ou A4 (Modelo de Planta Baixa de Edificações - Anexo G).

§1º A identificação e caracterização das edificações serão realizadas também por meio de Relatório Fotográfico (Anexo C), o qual deve integrar o Laudo de Avaliação (Anexo J).

§2º Para facilitar a identificação e análise, cada edificação deverá ser nomeada por código único composto por número e/ou letra, seguindo sequência alfanumérica, que deverá constar na planta baixa e no relatório fotográfico. Ex. (Edificação "A1").

SEÇÃO III

MEMORIAL DESCRITIVO

Art. 26. A área a ser desapropriada deve estar perfeitamente identificada a partir do Memorial Descritivo, que deverá conter:

I - verificação e coleta de dados do proprietário e da propriedade (nome e matrícula do imóvel);

II - descrição dos limites da área e respectivos confrontantes de acordo com a planta planimétrica de ponto a ponto da poligonal;

III - descrição perimetral da área abrangida, incluído o tamanho da área com os pontos e suas coordenadas georreferenciadas, direção, distância e azimutes entre pontos, com indicação do datum e do sistema de projeção utilizado; e

IV - descrição da situação fundiária do imóvel e das benfeitorias.

Parágrafo único. O memorial descritivo - Anexo H incluirá localização e acesso à propriedade, acessíveis por meio de código de barras Quick Response Code - QR-Code.

Art. 27. Quando o desenho técnico do projeto geométrico for composto por elementos de curvas, estes deverão ser convertidos em segmentos de reta, com o suficiente adensamento de vértices, de tal modo que a poligonal resultante contemple a real área do projeto geométrico e, por conseguinte, estabeleça os limites entre as áreas circunvizinhas.

SEÇÃO IV

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Art. 28. O relatório fotográfico - Anexo C deverá conter fotografias, tanto da área de terras quanto das edificações e demais benfeitorias a serem desapropriadas ou removidas da faixa de domínio, assim como, todos os elementos que influenciam na caracterização da edificação.

§1º O relatório fotográfico deverá conter fotografias georreferenciadas e sempre que possível imagens adquiridas por veículos aéreos não tripulados e/ou satélite que confiram melhor caracterização do local;

§2º O relatório deverá apresentar fotografias de todos os ângulos do imóvel, na quantidade e qualidade que permita a perfeita identificação e visualização dos elementos registrados;

§3º As fotografias deverão registrar as superfícies externas e internas das edificações, de tal forma que permitam visualizar todos os detalhes dos cômodos internos, teto, parede, piso, tais como: infiltrações, desgastes de pintura, trincas e defeitos;

§4º As culturas atingidas pela desapropriação, também deverão constar do relatório fotográfico.

SEÇÃO V

DOCUMENTAÇÃO

Art. 29. Serão coletados e juntados aos processos todos os documentos das propriedades e dos proprietários, posseiros, arrendatários, ocupantes, caseiros e inquilinos afetados, bem como os documentos administrativos que subsidiarão as avaliações de valores e a conformidade jurídica, autenticados por cartório quando necessário, observando a relação abaixo:

I - Pessoa Física:

a) Cadastro de Pessoas Física - CPF e Carteira de Identidade - CI do(s) proprietário(s) e cônjuge(s)/companheiro(s);

b) Certidão de casamento ou documento de união estável;

c) Endereço atualizado;

d) Certidão de Ações Cíveis - Justiça Estadual (Cartório Distribuidor do Fórum) - em nome do proprietário e cônjuge/companheiro;

e) Certidão de Ações Cíveis - Justiça Federal - em nome do proprietário e cônjuge/companheiro;

f) Certidão de Regularidade Fiscal e Certidão Negativa de Dívida Ativa fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda - em nome do proprietário e cônjuge/companheiro;

g) Certidão de Regularidade Fiscal e Certidão Negativa de Dívida Ativa fornecida pela Secretaria de Estado de Fazenda - em nome do proprietário e cônjuge/companheiro;

h) Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos tributos federais e de dívida ativa da União - em nome do proprietário e cônjuge/companheiro;

i) Em caso de nomeação de procurador, a procuração deve ser pública, com poderes específicos para praticar cada um dos atos do processo, quais sejam, firmar autorização de obras, declarar as divisas do imóvel, assinar instrumento de desocupação das edificações, firmar proposta de desapropriação, assinar escritura de desapropriação amigável e acompanhada da cópia do CPF e Identidade do procurador;

j) Comprovante de dados bancários do expropriado e/ou procurador.

II - Pessoa Jurídica:

a) Cópia autenticada do contrato social - constituição, bem como suas últimas alterações contratuais, para os casos de Pessoa jurídica - LTDA;

b) Cópia autenticada do Estatuto aprovado e publicado no diário oficial, ata da eleição da atual diretoria publicada em Diário Oficial, para os casos de Pessoa jurídica - S/A;

c) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica - CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal;

d) Certidão de Ações Cíveis - Justiça Estadual do local da propriedade (Cartório Distribuidor do Fórum local);

e) Certidão de Ações Cíveis - Justiça Federal;

f) Certidão de Ação Falimentar fornecida pelo ofício distribuidor da comarca onde se localizar o principal estabelecimento da pessoa jurídica;

g) Certidão Simplificada da junta comercial;

h) Certidão de Regularidade Fiscal e Certidão Negativa de Dívida Ativa fornecida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

i) Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos tributos federais e de dívida ativa da União;

j) Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

k) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF, dentro do prazo de validade;

l) Documentação pessoal dos sócios, na forma do inciso I deste artigo; e

m) Dados bancários do expropriado e/ou procurador.

III - Imóvel em geral:

a) Se possível, cópia da escritura de Compra e Venda do imóvel;

b) Certidão de Registro de Imóveis de Inteiro Teor da Matrícula;

c) Eventuais contratos de aluguel e/ou arrendamento; e

d) Certidão Negativa de Propriedade, emitida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição competente.

IV - Imóvel Rural:

a) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR atualizado;

b) Comprovante de Imposto Territorial Rural - ITR atualizado dos últimos 05 (cinco) anos ou Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural; e

c) Comprovante de Cadastro Ambiental Rural - CAR.

V - Imóvel Urbano:

a) Comprovante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do ano corrente;

b) Projeto devidamente aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal e Cartório de Registro de Imóveis), em caso de loteamento.

§1º Quando, na apresentação do Documento de Apresentação do Projeto - Anexo A, for identificado que as áreas interceptadas já possuem Cadastro Ambiental Rural - CAR e/ou Certificação de georreferenciamento fornecido pelo INCRA, devidamente registrado na matrícula do imóvel, a regularização, no que diz respeito a esses elementos, será de responsabilidade da VALEC e poderá ser realizada por contratação no termos do artigo 18 desta Resolução Normativa.

§2º Quando, no ato da apresentação do Documento de Apresentação do Projeto - Anexo A, o desapropriado não possuir Cadastro Ambiental Rural e/ou Certificação do georreferenciamento no INCRA, do imóvel afetado pela desapropriação e, posteriormente, realizar os referidos cadastros desconsiderando o traçado ou faixa de domínio que lhe foi apresentada, a obrigatoriedade e o ônus da futura retificação passam a ser do desapropriado, uma vez que ele teve conhecimento da área que seria desapropriada e destinada ao empreendimento.

§3º Caso alguma das certidões necessárias ao andamento do procedimento de desapropriação vença durante o trâmite do processo, deverão ser atualizadas, dando posterior prosseguimento ao ato.

§4º Quando da atualização de peças técnicas, em função do trâmite processual, deverão ser consideradas as informações da certidão atualizada do imóvel a fim de evitar possíveis inconsistências.

Art. 30. Caso o expropriado seja pessoa de baixa renda e não possua conta bancária, será fornecido, direta ou indiretamente pelo expropriante, o apoio junto a uma instituição financeira com vistas à abertura da respectiva conta bancária.

Art. 31. Em caso de falecimento do proprietário do imóvel ou de algum herdeiro direto, poderão ser exigidos outros documentos não arrolados nesta resolução normativa.

§1º Sendo a desapropriação amigável, ocorrendo o óbito do desapropriando, deverá ser colhida a anuência de todos os herdeiros, situação em que será dada continuidade ao procedimento expropriatório pela via administrativa.

§2º Caso algum herdeiro não concorde com a desapropriação, o processo deve ser encaminhado à Unidade Jurídica para providências judiciais.

§3º Caso exista em curso inventário ou arrolamento judicial, o pagamento da indenização pela via administrativa estará condicionado à anuência dos herdeiros e à autorização do Juízo perante o qual tramita a ação.

§4º As ações de desapropriação que envolvam imóveis em espólio deverão ser instruídas com a identificação do inventariante, se houver, ou do administrador provisório dos bens do espólio.

TÍTULO IV

AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

Art. 32. Para avaliação dos imóveis torna-se indispensável, após pesquisa de mercado, homogeneizar os elementos pesquisados, tornando-os compatíveis com o imóvel avaliando.

Parágrafo único. Os procedimentos de avaliação serão realizados por profissionais legalmente habilitados com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Art. 33. Deverá ser preferencialmente utilizado o Método Evolutivo, assim considerado como aquele "que identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes", conforme NBR 14.653-1:2019 e, subsidiariamente, outros métodos, como o Comparativo Direto de Dados de Mercado para obtenção do valor unitário de terra nua/terreno, e o da Quantificação de custo para obtenção do valor das benfeitorias.

§1º Para a aplicação do método Comparativo Direto de Dados de Mercado, os elementos coletados em pesquisa de mercado deverão ser tratados por homogeneização ou inferência estatística, com emprego dos fatores adequados para maior precisão e fundamentação do valor da unidade de área a ser atribuído ao bem avaliado.

§2º A pesquisa deverá se valer de fontes de informações verificáveis, entre as quais destacam-se as transações efetivadas e os anúncios de ofertas, que poderão ser obtidos por meio de mídias de divulgação, corretores ou organizações imobiliárias, sendo obrigatória a visita aos imóveis ofertados ou transacionados.

§3º Na avaliação das benfeitorias pelo método da Quantificação de Custo, o valor é resultado de orçamentos analíticos a partir das quantidades, serviços e respectivos custos diretos e indiretos, preferencialmente com base no Sistema de Custos Rodoviários - SICRO/DNIT, Sistema de Preços, Custos e Índices - SINAPI/CEF, outras publicações oficiais e literatura corrente, sendo também permitidas consultas aos cadernos de preços e planilhas de custos, compatíveis com mercados rurais.

§4º Na inexistência de informações pelas fontes citadas no §3º, os valores serão definidos por meio de orçamentos analíticos específicos.

Art. 34. Para os casos de maior complexidade e que demandem conhecimento técnico especializado, será admitida a contratação de consultor para realização das avaliações, as quais deverão ser entregues em relatórios específicos e em consonância com os planos de trabalho previamente aprovados pela Unidade de Desapropriação.

Art. 35. É vedada a indenização de benfeitorias ou exploração econômica em áreas de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente, salvo no caso de autorização da exploração ou benfeitoria pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 36. A metodologia empregada nas avaliações terá amparo na NBR 14653 da ABNT, que disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos avaliatórios e define os métodos a serem adotados de acordo com a demanda exigida pelas especificidades do bem avaliado.

§1º Nos casos em que, devido às supervalorizações que geralmente ocorrem em imóveis que estão em oferta, houver influência do "Fator Fonte" sobre a amostra, tal fator deverá ser encontrado por meio da base de dados de mercado transacionados e ofertados que compõem a amostra.

§2º Na impossibilidade de obtenção do "Fator Fonte" por meio do tratamento dos dados de mercado em oferta, conforme a literatura atribui ser em geral, deverá ser aplicada uma taxa de deságio de 10% sobre o valor da terra nua ou do terreno antes da homogeneização dos elementos.

§3º Nos casos onde for utilizada a inferência estatística, o "Fator Fonte" se tornará uma variável do modelo.

Art. 37. Poderá ser utilizada a avaliação intervalar, a qual tem como objetivo estabelecer o intervalo de valores admissíveis em torno do valor final central da avaliação, conforme item 6.8.2 da NBR 14653-1:2019.

§1º O intervalo será calculado pelo profissional da engenharia de avaliações, com a utilização de critérios prescritos na NBR.

§2º A avaliação obedecerá ao Campo de Arbítrio com amplitude de 15% (quinze por cento) para cima ou para baixo em torno da estimativa de tendência central, conforme indicado nas normas NBRs 14.653.

Art. 38. Todos os laudos individuais deverão trazer sua especificação, ou seja, apresentar seu Grau de Fundamentação e de Precisão, determinados conforme indicam as Normas NBRs 14653 em cada uma de suas partes.

Art. 39. Os laudos individuais de avaliação deverão ser elaborados de forma completa, sejam processos de desapropriação por via administrativa ou judicial.

TÍTULO V

RELATÓRIO GENÉRICO DE VALORES - RGV

Art. 40. O Relatório Genérico de Valores - RGV será confeccionado para balizar as avaliações dos bens a serem desapropriados, utilizando metodologia e técnicas de avaliação explicitadas nesta Resolução Normativa de modo a alcançar os melhores graus de fundamentação e precisão prescritos na NBR 14.653 vigente, justificando-se eventuais impossibilidades.

§1º O relatório de que trata o caput se destinará a caracterizar e apresentar:

I - ampla amostra de mercado para cada segmento homogêneo identificado ao longo do trecho a ser avaliado;

II - caracterização de cada dado de mercado pesquisado;

III - os valores unitários de terra nua ou de terreno;

IV - os custos unitários das benfeitorias que serão atingidas;

V - o procedimento a ser utilizado na avaliação do bem e a memória de cálculo;

VI - a fundamentação e justificativa para a utilização de critérios de outras bibliografias;

VII - a diretriz dos procedimentos avaliatórios a serem utilizados nos cálculos das indenizações.

§2º O RGV será elaborado por empresa e/ou profissional com qualificação técnica na área de engenharia de avaliações, observando ao que dispõe o art. 18.

§3º Além das informações do mercado imobiliário (ofertas/transações), deverá ser realizada pesquisa junto às prefeituras quanto à Lei de Zoneamento, Mapas de Zoneamento, Plano Diretor e/ou informações sobre a Planta Genérica de Valores Municipal.

§4º Para os valores de benfeitorias deverá ser apresentada a metodologia utilizada, privilegiando a adoção de valores de entidades públicas, sendo obrigatória a apresentação das fontes consultadas, assim como a data de referência.

§5º Na precificação de benfeitorias, deverão ser adotados, sempre que possível, os valores constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Custos Rodoviários 2 (SICRO 2) do DNIT.

Art. 41. O RGV será submetido para análise e parecer da equipe técnica da Unidade de Desapropriação, com o fito de sanar quaisquer vícios e irregularidades.

Parágrafo único. Recebido parecer favorável da Unidade de Desapropriação, será emitido em duas vias impressas do relatório ou autuado em plataforma digital de tramitação de processos administrativos utilizada pela Valec, sendo, em seguida, apreciado e atestado pelos titulares da Superintendência e submetido à aprovação da Diretoria Executiva da empresa.

Art. 42. Após aprovação, o RGV será disponibilizado ao responsável da Unidade de Desapropriação para sua aplicação na produção dos laudos individuais com descrições detalhada das características dos bens a desapropriar, cabendo a estes últimos citação sucinta da metodologia. Art. 43. O RGV deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos estruturais:

Art. 43. O RGV deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos estruturais:

I - Apresentação;

II - Introdução;

III - Finalidade e caracterização do objeto;

IV - Objetivo;

V - Pressupostos e ressalvas;

VI - Fatores limitantes;

VII - Descrição da vistoria do trecho onde serão realizadas as avaliações;

VIII - Caracterização da região;

IX - Apresentação dos segmentos homogêneos e dos critérios utilizados para a sua definição;

X - Metodologia;

XI - Obediência às normas pertinentes da ABNT e da Valec;

XII - Diagnóstico de mercado;

XIII - Identificação das variáveis, dos métodos e procedimentos utilizados;

XIV - Pesquisa de mercado detalhada, explicitação do modelo matemático utilizado, tratamento estatístico, avaliação do custo unitário das benfeitorias para as diversas tipologias existentes e especificação da avaliação;

XV - Considerações finais;

XVI - Identificação do profissional responsável com apresentação de ART ou RRT; e

XVII - Anexos (identificação dos elementos amostrais com as respectivas fontes, relatório fotográfico, gráficos, resultados estatísticos, mapas, mapas de localização dos elementos amostrais, imagens de satélites, documentos e tabelas).

Art. 44. Os laudos individuais só poderão ser validados após a aprovação do RGV.

Parágrafo único. Se durante a elaboração do Laudo de Avaliação Individual surgirem situações recorrentes não contempladas no RGV que motivem a sua alteração, as mudanças deverão ser justificadas, seguindo-se o rito normal de aprovação, ao qual se fará necessário incluir todos os registros no processo administrativo de aprovação da versão original.

Art. 45. Caso seja identificada necessidade de avaliação de bens não contemplados no RGV, será admitido empregar metodologia específica para a elaboração do laudo de avaliação, em conformidade com os normativos e legislação vigentes, o qual será submetido à aprovação da autoridade competente.

§1º Na hipótese prevista no caput, deverão ser apresentadas memórias de cálculo e justificativas técnicas em relatório específico apensado ao processo principal.

§2º Para os casos recorrentes de avaliação de bens não contemplados no RGV, competirá à Unidade de Desapropriação julgar a pertinência de alteração do documento.

Art. 46. O RGV terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua aprovação pela instância competente.

§1º Observando-se mudanças mercadológicas que alterem significativamente o valor dos bens avaliados, haverá, sempre que necessário, atualização e confecção de um novo RGV.

§2º De forma excepcional, e mediante fundamentação, o RGV poderá ser utilizado por tempo superior à validade ora prevista, até que um novo documento seja aprovado.

Art. 47. Constatada a defasagem relevante de preços de benfeitorias especificadas no RGV, ainda que dentro da sua vigência, esses poderão ser atualizados mediante orçamento específico, o qual será submetido ao rito de aprovação previsto para o RGV, cujos valores aprovados passarão a ser utilizados nas avaliações subsequentes.

TÍTULO VI

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

CAPÍTULO I

MÉTODOS E CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Art. 48. Os laudos de avaliação de imóveis rurais serão elaborados a partir de diferentes métodos, amparados por normas específicas, para se proceder à avaliação da terra nua e das benfeitorias separadamente.

Art. 49. Na avaliação da terra nua deverá ser adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, aplicando-se o tratamento por fatores de homogeneização ou modelo de regressão linear na análise dos dados amostrais e inferência estatística no tratamento dos parâmetros definidos, conforme previsto nos Anexos A e B da NBR 14653-3 vigente.

Parágrafo único. Na impossibilidade de utilização do método citado no caput, deverá ser adotada metodologia mais adequada à situação, desde que devidamente justificada, podendo ser utilizado, caso haja condições, o tratamento dos dados amostrais por regressão espacial, conforme indicado no Anexo C da NBR 14.653-3.

Art. 50. As benfeitorias devem ser subdivididas em não reprodutivas e reprodutivas.

§1º As benfeitorias reprodutivas a que se refere o caput correspondem a culturas anuais e culturas perenes, domésticas ou comerciais, pastagens, maciços florestais de essências exóticas, dentre outras.

§2º Para avaliação das benfeitorias não reprodutivas será utilizado o método da quantificação de custo, no qual são identificados os custos de reedição do bem, considerando o tempo de uso e do estado de conservação para a realização da correspondente depreciação, no intuito de se obter o valor atual a partir do custo de reprodução.

Art. 51. Em casos caracterizados como de pessoas em situação de carência extrema ou fragilidade social, a avaliação das benfeitorias não reprodutivas e reprodutivas deve garantir o custo de reprodução.

Parágrafo único. Os casos a que se refere o caput, se referem a famílias de baixa renda, de extrema pobreza ou de comunidades tradicionais, conforme identificados na Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico (Anexo B.

CAPÍTULO II

AVALIAÇÃO DA TERRA NUA

Art. 52. O Valor da Terra Nua - VTN será obtido mediante a aplicação do método comparativo direto de dados de mercado, tendo como base as informações coletadas em pesquisas de mercado realizadas na área de influência do objeto da avaliação e em conformidade com a NBR 14.653-3 vigente.

Art. 53. Nas pesquisas de mercado serão identificados os imóveis rurais negociados e as ofertas de imóveis à venda, mediante consultas a instituições que atuam na região do empreendimento.

Art. 54. A pesquisa de mercado será composta por amostra representativa de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível.

Parágrafo único. A pesquisa de que trata o caput iniciará pela caracterização e delimitação do mercado em análise, com o auxílio de teorias e conceitos existentes, conforme preconiza a NBR 14653-3 vigente.

Art. 55. Na elaboração do RGV, o responsável técnico terá liberdade para incluir ou suprimir variáveis normativas no modelo matemático, podendo utilizar, inclusive, variáveis diferentes das indicadas nesta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Deverá constar no RGV as justificativas e fundamentações técnicas das variáveis escolhidas para atender o mercado imobiliário.

CAPÍTULO III

FATORES DE AVALIAÇÃO

SEÇÃO I

FATOR CLASSE DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO (CCU)

Art. 56. O Fator Classe de Capacidade de Uso do Solo (CCU) define a influência da capacidade de uso e da taxonomia do solo sobre o valor do imóvel rural, referindo-se às características intrínsecas e extrínsecas das terras, como fertilidade, topografia, drenagem, permeabilidade, risco de erosão, risco de inundação, profundidade, pedregosidade, entre outras.

Art. 57. Os padrões utilizados por esta Resolução Normativa para a classificação das terras, conforme discriminados no Anexo K, serão aqueles estabelecidos pelo Manual brasileiro para levantamento da capacidade de uso da terra, elaborado pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos em 1971.

Parágrafo único. Os fatores de Capacidade de Uso do Solo relativos a cada classe adotada por esta resolução normativa constam do Quadro 1 do anexo mencionado no caput.

Art. 58. Para a definição das Classes de Capacidade de Uso - CCU da área a ser desapropriada, o avaliador deverá seguir o preenchimento da Ficha de CCU, Anexo K - Tabela Classe Capacidade Uso do Solo, realizando a ponderação entre as glebas homogêneas da faixa e/ou área a ser avaliada.

Art. 59. Para os imóveis utilizados como dados de mercado que comporão o RGV, a CCU deve ser analisada em toda sua superfície.

SEÇÃO II

FATOR ACESSO

Art. 60. O Fator Acesso expressa a influência da condição das vias de acesso sobre o valor do imóvel, conforme consta no Anexo R - Fatores de Avaliação dos Imóveis Rurais e Urbano, quadro 2.

SEÇÃO III

FATOR DISTÂNCIA

Art. 61. O Fator Distância expressa a influência da distância do imóvel ao polo econômico de interesse sobre o valor do bem, sendo comumente definido pela distância do ponto viário de entrada no imóvel avaliando até a área urbana mais próxima.

§1º Para os casos em que a área urbana não exerça influência principal sobre o valor do imóvel, pode ser levada em consideração a distância até o centro de consumo da produção desenvolvida na propriedade, os quais se referem a silos de armazenagem, frigoríficos, abatedouros, cooperativas, entre outros.

§2º O Fator Distância poderá variar de 1,20 (distância menor ou igual a 5 km da área definida) a 0,80 (distância maior que 30 km da área definida), conforme quadro 3 do Anexo R - Fatores de Avaliação dos Imóveis Rurais e Urbano.

SEÇÃO IV

FATOR HIDROGRAFIA

Art. 62. O Fator Hidrografia diz respeito às fontes de água disponíveis na propriedade e é obtido por meio da escala de valores da nota atribuída a cada fonte hídrica, conforme discriminados no quadro 4 constante no Anexo K.

Parágrafo único. O Fator Hidrografia corresponderá ao valor identificado na interseção da Nota da Hidrografia com a dimensão do imóvel em número de Módulos Fiscais (MF), conforme Quadro 5 do anexo mencionado no caput, cuja determinação consta exemplificada na Tabela Classe Capacidade Uso do Solo (Anexo K).

TÍTULO VII

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS

CAPÍTULO I

MÉTODOS E CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Art. 63. Os laudos dos imóveis serão elaborados a partir de diferentes métodos e amparados por normas específicas.

§1º Na avaliação dos imóveis urbanos, os terrenos serão tratados em separado das edificações e demais benfeitorias.

§2º O valor final dos imóveis urbanos corresponderá à soma dos valores das edificações e benfeitorias.

§3º Para avaliação dos terrenos será adotado o método comparativo direto de dados de mercado, conforme previsto nos anexos A e B, da NBR 14653-2 vigente, devendo ser aplicado:

I - o tratamento por fatores de homogeneização;

II - o modelo de regressão linear na análise dos dados amostrais;

III - a inferência estatística no tratamento dos parâmetros definidos.

§4º A depender das condições do mercado e de ferramentas de trabalho do avaliador, poderão ser empregadas na análise dos dados as metodologias previstas nos anexos C, D e E da NBR 14.653-2 vigente:

I - Regressão Espacial;

II - Análise Envoltória de Dados;

III - Redes Neurais Artificiais.

§5º Na impossibilidade de utilização dos métodos citados nos incisos de I a III, deve-se utilizar a metodologia mais adequada à situação, desde que devidamente justificada.

Art. 64. Para a avaliação das edificações urbanas deverá ser garantido o custo de reprodução, exceto quando verificada a obsolescência do imóvel, caracterizada por este ser impróprio à habitação, ocasião em que será aplicado o custo de reedição.

Art. 65. Nos casos caracterizados como de pessoas em situação de carência extrema ou fragilidade social, tais como famílias de baixa renda, de extrema pobreza ou de comunidades tradicionais, conforme identificados na Ficha de Vistoria e Cadastro

Socioeconômico (Anexo B), a avaliação das edificações deve garantir o custo de reprodução, independentemente de seu estado de conservação.

CAPÍTULO II

AVALIAÇÃO DE TERRENOS URBANOS

Art. 66. As variáveis indicadas para a utilização nas metodologias de tratamento por fatores de homogeneização, regressão linear ou inferência estatística em avaliação de terrenos urbanos encontram-se nos quadros 6, 7 e 8 desta resolução normativa.

Parágrafo único. O responsável técnico, quando da execução da avaliação de terrenos urbanos, terá liberdade para incluir ou suprimir variáveis normativas no modelo matemático, podendo utilizar, inclusive, variáveis diferentes das indicadas nesta resolução normativa, desde que faça constar as justificativas e fundamentações técnicas das variáveis escolhidas para atender o mercado imobiliário no laudo de avaliação.

SEÇÃO I

FATOR INFRAESTRUTURA

Art. 67. O Fator Infraestrutura refere-se ao estado de conservação da estrada, ao tipo de pavimentação, iluminação pública, serviços de saneamento (água e esgoto) e comunicação (telefone e internet) que atendem ao imóvel objeto de avaliação, conforme discriminado no quadro 6 do anexo R - Fatores de avaliação dos imóveis rurais e urbano.

SEÇÃO II

FATOR TOPOGRAFIA

Art. 68. O Fator Topografia refere-se às características da superfície do terreno urbano, a qual pode estar em elevação ou depressão, em aclive ou declive, podendo ser um elemento de valorização ou não da área, de acordo com a classificação do quadro 7 do Anexo R - Fatores de avaliação dos imóveis rurais e urbano.

Parágrafo único. Para terrenos em que foi realizado trabalho de nivelamento do solo, deverá ser considerada a situação "Plano".

SEÇÃO III

FATOR DISTÂNCIA

Art. 69. O Fator Distância expressa a distância do imóvel em análise ao centro urbano ou polo de valorização mais próximo, conforme quadro 8 do Anexo R.

Parágrafo único. O valor básico unitário do imóvel varia com suas distâncias até o centro de valorização, geralmente o centro da cidade, de tal modo que tende a diminuir em função do aumento da distância.

CAPÍTULO III

DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE BENFEITORIAS

Art. 70. A avaliação de benfeitorias reprodutivas, tais como as culturas permanentes, culturas temporárias, pastagens e extrativismo; e não reprodutivas, tais como edificações e instalações, obedecerá ao Caderno de Preços do RGV aprovado pela VALEC.

Art. 71. Para determinação dos valores das benfeitorias não reprodutivas, será utilizado o método de quantificação de custo de reprodução ou reedição, cujo valor resulta de preços compatíveis com os mercados pesquisados no RGV.

§1º Quando os valores das benfeitorias não reprodutivas não constarem no RGV, poderão ser utilizados como base o Sistema de Custos Rodoviários - SICRO/DNIT, Sistema de Preços, Custos e Índices - SINAPI/CEF e outras publicações de instituições oficiais, para a obtenção dos valores das benfeitorias.

§2º A utilização das bases de valores a que se refere o caput levará em consideração a quantidade, serviços e respectivos custos diretos e indiretos, incidentes.

§3º Na ausência de valores dos serviços e/ou insumos nos sistemas de custo referenciados no §1º, o orçamento deverá ser elaborado com a utilização dos dados de mercado e submetido à aprovação da autoridade competente.

§4º Para aplicação da depreciação da benfeitoria o avaliador utilizará de bibliografia corrente, amplamente aceita, justificando-a e fazendo constar do RGV.

Art. 72. Na avaliação de benfeitorias reprodutivas serão adotados, conforme NBR 14653-3, vigente os seguintes métodos:

I - método da capitalização da renda para as explorações vegetais comerciais perenes consolidadas;

II - método do custo de formação para as culturas anuais, domésticas e comerciais perenes em sua fase inicial.

Parágrafo único. Para elaboração do laudo de avaliação de benfeitorias não reprodutivas que demandem conhecimento técnico especializado não contemplados no RGV, será admitida a contratação de consultor para realização das avaliações, as quais deverão ser entregues em relatórios específicos e em consonância com os planos de trabalho previamente aprovados pela Unidade de Desapropriação, em que constarão ART ou RRT para sua validação.

CAPÍTULO IV

AVALIAÇÃO DAS ÁREAS REMANESCENTES

Art. 73. A indenização de áreas remanescentes do imóvel objeto de desapropriação será definida mediante estudo técnico individualizado, o qual será realizado conforme dispõe o art. 18 e considerará, como objeto de análises, prioritariamente:

I - a dimensão da área remanescente;

II - as transposições e acessos previstos nos projetos geométrico, básico e executivo;

III - as atividades desenvolvidas no imóvel;

IV - as infraestruturas indispensáveis.

Art. 74. O processo no qual se identifique a necessidade de indenização por áreas remanescentes será instruído com estudo técnico atestando a inviabilidade da exploração desta área e, caso pertinente, conterá documento emitido pelo setor responsável pelo projeto de engenharia e/ou construção, informando os custos e a inviabilidade técnica do restabelecimento de vias de acesso ou de implantação de dispositivos de transposição aderentes à necessidade do imóvel afetado.

§1º Serão incorporadas à desapropriação as pequenas glebas remanescentes identificadas na fase do Levantamento Cadastral (áreas menores que a

Fração Mínima de Parcelamento - FMP - do município definida pelo INCRA), cuja fruição restar inviabilizada e ficarem separadas da infraestrutura utilizada na exploração do imóvel, caso o projeto geométrico não contemple dispositivos de transposição para o segmento em estudo.

§2º Nos demais casos, serão solicitados aos responsáveis pelo Projeto e/ou Construção do empreendimento, estudo técnico indicando a viabilidade técnica, econômica e operacional de construção, além da localização, de Dispositivos de Transposição (Passagem em Nível - PN, Passagem de Gado - PG, redes hidráulicas, adutoras, etc.).

Art. 75. O estudo técnico individualizado a que se refere o art. 73 fornecerá os elementos que subsidiarão na tomada de decisão quanto à solução mais conveniente para a expropriante dentre as medidas mitigadoras ou compensatórias apresentadas, tais como:

I - a indenização para aquisição da gleba em estudo;

II - construção de passagem e/ou acessos, quando possível;

III - outras medidas mitigadoras ou compensatórias que viabilizem a continuidade das atividades e o uso dos remanescentes do imóvel pelo desapropriado.

Art. 76. As medidas mitigadoras ou compensatórias referenciadas no art. 75 poderão contemplar a previsão de pagamento de quantia monetária suficiente para a implantação de benfeitorias necessárias, tais como:

I - poço artesiano;

II - reservatório de água (represa ou açude);

III - curral;

IV - dentre outras medidas aplicáveis ao caso.

Parágrafo único. A quantia monetária a que se refere o caput fará parte da proposta de indenização e deverá ser calculada e fornecida pelo estudo técnico individualizado a que se refere o art. 73, tendo como referência de mercado o RGV vigente ou ainda valores obtidos por meio de orçamento analítico contemporâneo à avaliação.

Art. 77. A oferta indenizatória incluirá a quantia referente à desvalorização das gleba(s) remanescente(s) de médias e grandes propriedades rurais que restar(em) com a viabilidade comprometida, nos seguintes casos:

I - quando as especificações do projeto de engenharia demonstrarem a inviabilidade técnica de implantação de dispositivos de transposição que assegurem a manutenção das atividades exploratórias do imóvel;

II - quando a indenização de benfeitorias mitigadoras não se mostrar pertinente.

§1º O cálculo da desvalorização citado no caput constará do laudo de avaliação e se dará preferencialmente pelo método "do antes e depois", sem prejuízo da utilização de outras metodologias consagradas e referenciadas pelas normas NBR 14.653 e/ou publicada em revistas, livros e periódicos.

§2º Os cálculos de desvalorização da Terra Nua, assim como de eventuais benfeitorias, terão como base os dados de mercado do RGV vigente.

Art. 78. Quando a faixa de domínio do empreendimento proporcionar a existência de áreas remanescentes em parcelamentos urbanos, a desapropriação será integral para o perímetro e área registrados de cada imóvel, exceto para os terrenos de grande dimensão com acesso garantido à via e equipamentos públicos, observado o atendimento aos códigos municipais de uso e ocupação dos solos e ao plano diretor local.

Art. 79. As área(s) remanescentes(s) elegíveis para desapropriação pelo estudo técnico poderão receber tratamento diverso, desde que o proprietário

desapropriado manifeste formalmente junto à Valec o desejo de permanecer com a área e renuncie expressamente a toda e qualquer pretensão, presente ou futura, relativa a danos ou eventuais prejuízos em decorrência da condição do imóvel e do fato da desapropriação e da obra.

Art. 80. Quando necessário, e de forma complementar ao estudo das áreas remanescentes, poderá ser solicitada manifestação das áreas técnicas responsáveis pelo projeto e/ou empreendimento e/ou da Unidade Jurídica da Valec, a fim de se obter subsídios que permitam identificar a alternativa mais adequada a cada caso.

CAPÍTULO V

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Art. 81. Concluído o laudo de avaliação, será encaminhado o processo à Comissão de Desapropriação para emissão de Parecer referente à análise de todos os documentos técnicos necessários ao processo, bem como das avaliações realizadas para efeito de indenização e desapropriação de bens imóveis e benfeitorias das áreas requeridas pelo empreendimento.

Art. 82. O laudo de avaliação deverá ser acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do serviço executado.

TÍTULO VIII

PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 83. Finalizado o laudo de avaliação e aprovado pelo parecer da comissão, será elaborado e formalizado ao proprietário do imóvel a proposta contendo a oferta de Indenização Amigável (Anexo N).

Art. 84. Após a apresentação da proposta de indenização, caso o proprietário apresente, em sua manifestação, contraproposta superior à quantia ofertada pela expropriante, esta será analisada pela Unidade de Desapropriação e submetida à apreciação da diretoria à qual está vinculada.

§1º Aprovada a contraproposta pela diretoria, a Unidade da Desapropriação apresentará nova proposta ao desapropriando respeitando o limite superior do Campo de Arbítrio da avaliação, visando à conclusão da desapropriação pela via amigável ou administrativa.

§2º O exercício de apresentação de nova oferta indenizatória dentro do Campo de Arbítrio da avaliação, ainda em âmbito administrativo, será realizado caso a análise feita pela Unidade de Desapropriação constate que todos os requisitos necessários à composição amigável foram atendidos.

§3º Poderá ser formulada também, no âmbito judicial, nova oferta indenizatória dentro do Campo de Arbítrio da avaliação, desde que verificada conjuntamente com a Unidade Jurídica a viabilidade de celebração de acordo na ação.

Art. 85. Contrapropostas de valores acima do Campo de Arbítrio constante no §2º do art. 84 desta Resolução Normativa, desde que devidamente fundamentas e subsidiadas pela Unidade de Desapropriação, poderão ser submetidas à apreciação das instâncias competentes para composição de acordo extrajudicial ou judicial, nos termos da Norma de Acordos, a fim de se evitar o litígio judicial de perspectiva negativa de risco e os custos decorrentes do atraso na liberação das áreas, mediante juízo de conveniência e oportunidade da expropriante.

Art. 86. Constatada a existência de Hipoteca Cedular do imóvel a ser desapropriado, o pagamento dos custos necessários à regularização do imóvel afetado, quando exigida pela instituição credora em razão da alteração do objeto da hipoteca, ficará a cargo da expropriante para os seguintes atos:

I - avaliação técnica do imóvel;

II - realização de aditivo à hipoteca cedular;

III - despesas cartorárias; e

IV - demais despesas estritamente relacionadas à regularização da hipoteca cedular.

Parágrafo único. A exigência da regularização citado no caput deverá ser comprovada por meio de documento idôneo emitido pela instituição credora da hipoteca.

Art. 87. Declarada a utilidade pública, e preenchidos todos os pré-requisitos, a desapropriação deverá ser efetivada nas formas previstas no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 88. Será constituído um processo administrativo para cada área a ser desapropriada, sejam áreas com matrícula registrada na Serventia de Registro de Imóveis competente, sejam áreas de posse, sempre com vistas à melhor instrução processual.

§1º Os processos de desapropriação serão abertos e tramitados em sistema eletrônico de gestão de processos e documentos adotado pela expropriante.

§2º Compete à Unidade Jurídica a emissão de parecer que indicará se o processo seguirá pela via amigável ou judicial, podendo ser utilizado, de forma abrangente, parecer referencial ou, em casos excepcionais, parecer específico para cada processo de desapropriação.

§3º Após a conclusão do processo de desapropriação, a relação dos bens desapropriados será encaminhada à unidade responsável pela gestão patrimonial para fins de cadastramento e controle.

§4º Os processos administrativos e documentos físicos associados deverão ser arquivados em local a ser designado pelo setor competente, em conformidade com o Regimento Interno da expropriante.

CAPÍTULO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO AMIGÁVEL

Art. 89. Havendo concordância quanto à oferta de indenização, e sendo verificada a conformidade dos documentos elencados no art. 29, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - lavratura da escritura pública de desapropriação ou contrato administrativo;

II - registro do ato expropriatório no cartório de registro de imóveis competente; e

III - juntada dos documentos ao processo administrativo correspondente.

Art. 90. Após a assinatura da escritura pública de desapropriação ou contrato administrativo será realizado o pagamento da indenização, por meio de ordem bancária, ao titular ou ao seu procurador, devidamente qualificado nos autos.

Art. 91. As escrituras públicas serão lavradas com obediência à Lei de Registro Público e aos Provimentos dos Tribunais de Justiça, os quais regulamentam a matéria, de acordo com as peculiaridades de cada região.

Art. 92. O processo de desapropriação que seguir pela via amigável ou administrativa somente será considerado concluído após protocolados nos autos os seguintes documentos, emitidos pelas serventias cartorárias competente:

I - Escritura Pública de Desapropriação (Anexo P);

II - Certidão de Inteiro Teor da respectiva matrícula contendo registro da área desapropriada em nome da expropriante.

Art. 93. O processo administrativo que tenha como objeto a aquisição de áreas pertencentes à União, Estados e Municípios poderá, alternativamente, ser encerrado com a juntada de documento formal da servidão administrativa ou de cessão de uso do bem pretendido.

CAPÍTULO III

PROCESSO JUDICIAL

Art. 94. Nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 1941, os processos de desapropriação poderão ser judicializados nas seguintes hipóteses:

I - havendo discordância quanto ao valor ofertado a título de indenização;

II - inconformidade da documentação do imóvel ou do(s) proprietário(s), conforme citado no art. 29;

III - configurado insegurança jurídica para prosseguimento do ato expropriatório pela via administrativa.

Art. 95. A Unidade Jurídica, com o apoio técnico da Unidade de Desapropriação, adotará as medidas necessárias para a propositura da ação, acompanhamento e conclusão do processo judicial, indispensável à desapropriação.

Art. 96. A ação judicial de desapropriação deverá conter o pedido de urgência em conformidade com art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de 1941 e será instruído com a seguinte documentação:

I - cópia do ato de declaração de utilidade pública ou documento equivalente;

II - laudo de avaliação;

III - título atualizado da propriedade, caso exista;

IV - planta ou descrição dos bens e suas confrontações.

Art. 97. Nos casos de impossibilidade de localização do proprietário, óbito e a ocorrência de outras circunstâncias que indiquem a necessidade de judicialização da desapropriação, tais fatos deverão ser registrados nos autos do processo administrativo e encaminhados oficialmente à Unidade Jurídica para adoção das providências cabíveis.

Art. 98. A ação de desapropriação deverá ser iniciada dentro do prazo legal, a contar da data do respectivo ato declaratório, se proveniente de necessidade ou utilidade pública.

Art. 99. A Unidade de Desapropriação deverá indicar assistente técnico para acompanhamento dos trabalhos periciais, nos casos em que o juízo designe perícia para o deslinde da ação.

Art. 100. Deverão ser anexados aos processos administrativos de desapropriação eventuais documentos relevantes decorrentes dos processos judiciais, tais como:

I - petição inicial;

II - decisões judiciais intercorrentes;

III - auto de imissão na posse;

IV - certidão de cumprimento de imissão na posse;

V - comprovantes de pagamentos diversos;

VI - laudos e contralaudos periciais;

VII - sentenças;

VIII - acórdãos;

IX - certidão do trânsito em julgado; e

X - outros documentos que atestem o julgamento do feito e que sejam considerados essenciais pela Unidade de Desapropriação;

Art. 101. Compete à Unidade Jurídica dirimir quaisquer dúvidas relativas aos aspectos jurídicos, orientar a Unidade de Desapropriação quanto aos procedimentos cabíveis e necessários ao processo judicial, bem como atuar diligentemente até o trânsito em julgado da ação.

Art. 102. O processo administrativo que seguir pela via judicial será considerado concluído após a juntada da Certidão de Inteiro Teor da matrícula, contendo o registro da área desapropriada em nome da expropriante, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

CAPÍTULO IV

DOAÇÕES DE BENS DE TERCEIROS À VALEC

Art. 103. A doação de bens de terceiros à Valec será feita mediante Escritura Pública, conforme artigos 108 e 541 do Código Civil Brasileiro, que deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 104. As doações à Valec deverão tramitar em processo administrativo próprio, que conterá documentação relativa ao bem doado, qual seja:

I - do proprietário;

II - do imóvel, incluindo planta planimétrica com a descrição do bem (Anexo F) e memorial descritivo (Anexo H).

CAPÍTULO V

ÁREAS A DESAPROPRIAR SEM JUSTO TÍTULO

Art. 105. Caracterizam-se áreas sem justo título aquelas que não possuem matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 106. A inexistência de título de propriedade do imóvel declarado de utilidade pública não constitui fato impeditivo para a propositura da ação de desapropriação.

§1º Na hipótese mencionada no caput, a petição inicial deverá ser instruída com a Certidão Negativa de Imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

§2º O processo administrativo será instruído com os documentos disponíveis, remetido à Unidade Jurídica para obtenção da imissão na posse em nome da Expropriante e seguirá o rito estabelecido no capítulo III do Título VIII da presente Resolução.

§3º Nos casos previstos no caput, excepcionalmente, as benfeitorias porventura existentes poderão ser indenizadas administrativamente ao possuidor, mediante parecer da Unidade Jurídica.

§4º Apenas ocupações regulares gerarão direito à indenização pelo domínio útil e pelas benfeitorias, não cabendo tal indenização a ocupações irregulares, ainda que estas disponham de benfeitorias.

CAPÍTULO VI

IMÓVEIS DA UNIÃO SUJEITOS A AFORAMENTO

Art. 107. Ao desapropriar, consensual ou litigiosamente, o domínio útil de um imóvel da União aforado a particular, dever-se-á observar o disposto no art. 103 do Decreto Lei nº 9.760, de 1946 ou legislação que sobrevier.

§1º Na hipótese prevista pelo caput haverá laudo único, em nome do titular do domínio útil, nomeando-se a União como senhoria direta.

§2º Ajuizada a desapropriação do domínio útil, o Serviço de Patrimônio da União será cientificado, para efeito de afetação do domínio direto do imóvel à Valec.

Art. 108. A desafetação de terrenos da União não aforados ou sob o regime de ocupação não ensejará pagamento de indenização pelo uso do bem ou por benfeitorias, quando da sua afetação à Valec.

Parágrafo único. Apenas ocupações regulares gerarão direito à indenização pelo domínio útil e pelas benfeitorias, não cabendo tal indenização a ocupações irregulares, ainda que estas disponham de benfeitorias.

CAPÍTULO VII

TERRENOS PERTENCENTES À UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

Art. 109. Quando o imóvel compreendido no Decreto expropriatório ou documento equivalente for de propriedade da União, todo o processo será conduzido administrativamente mediante requerimento à Secretaria de Patrimônio da União ou de órgão que se preze a tal finalidade.

Parágrafo único. O requerimento de que trata o caput será instruído com a documentação do bem pretendido, qual seja:

I - cópia do decreto expropriatório

II - certidão de registro imobiliário atualizado;

III - planta planimétrica;

IV - memorial descritivo.

Art. 110. Quando a afetação sobrevier em área de propriedade dos estados e municípios, a União poderá desapropriá-los mediante autorização legislativa, conforme prevê o art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§1º A desapropriação de que trata o caput será conduzida pela via administrativa por meio de requerimento dirigido de forma fundamentada e bem instruída ao Chefe do Executivo, com cópia para a Casa Legislativa, dispondo sobre a motivação e o interesse público do empreendimento.

§2º Não sendo possível a alteração dominial da área pública pretendida por meio da desapropriação, poderá ser firmada servidão administrativa ou cessão de uso do bem para implantação do empreendimento.

§3º Havendo benfeitorias erigidas sobre a área pretendida, estas poderão ser indenizadas administrativamente ao seu possuidor ou titular, mediante parecer da Unidade Jurídica.

Art. 111. Na afetação de áreas de domínio público, deve-se estudar a necessidade de se reestabelecer a condição prévia de uso, cuja avaliação e solução será realizada em conjunto com a Unidade de Projetos.

CAPÍTULO VIII

PREENCHIMENTO DA CAPA DO PROCESSO FÍSICO OU DIGITAL

Art. 112. A capa do processo será preenchida observando-se os seguintes requisitos:

I - NOME(S): discriminar o(s) nome(s) do(s) interessado(s);

II - NOME DA PROPRIEDADE OU LOCALIDADE: discriminar nome da propriedade ou localidade;

III - MUNICÍPIO: discriminar município onde se localiza a propriedade;

IV - ESTADO: discriminar o Estado onde se localiza a propriedade;

V - Nº PROCESSO / LOTE / ESTADO: o número do processo, o Lote e o Estado. Ex.: Valec-904-LOTE 12-TO;

VI - DATA INÍCIO PROCESSO: discriminar a data de abertura do processo;

VII - KM INICIAL AO KM FINAL: discriminar a quilometragem da faixa de domínio do processo;

VIII - FRENTE: mencionar a nomenclatura da ferrovia com frente de obras. Exemplo: EF151-SUL ou EF151 - NORTE;

IX - ANO: de abertura do processo;

X - SÚMULA DO ASSUNTO: desapropriação da área para faixa de domínio da ferrovia (nome da ferrovia).

XI - CARIMBO SEI: O processo deverá ser cadastrado na plataforma SEI do Ministério da Infraestrutura, recebendo o carimbo com seu número correspondente na capa.

Parágrafo único. Mesmo em processos criados, hospedados e instruídos em plataformas digitais, a primeira página, ou capa, dos autos de desapropriação deverá conter os requisitos discriminados nos incisos.

CAPÍTULO IX

DOCUMENTOS DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Art. 113. Os documentos básicos para constituição dos autos do processo de desapropriação estão relacionados a seguir, observando-se a sequência cronológica:

I - Documento de Apresentação do Projeto (Cópia com recibo do expropriado);

II - Ficha de Vistoria e Cadastro Socioeconômico;

III - Ficha Cadastral;

IV - Declaração de Respeito de Limites;

V - Planta Planimétrica, com sua ART, RRT ou TRT;

VI - Memorial Descritivo, com sua ART, RRT ou TRT;

VII - Documentação - Pessoa Física;

VIII - Documentação - Pessoa Jurídica;

IX - Documentação - do Imóvel;

X - Laudo de avaliação, com sua respectiva ART ou RRT;

XI - Parecer da Comissão de Desapropriação;

XII - Proposta de Indenização Amigável;

XIII - Termo de Autorização de obra;

XIV - Análise jurídica contendo síntese documental;

XV - Análise de conformidade;

XVI - Parecer da Unidade Jurídica específico ou referencial, acompanhado, no último caso, de atestado da Unidade de Desapropriação;

XVII - Despacho dos titulares da Unidade de Desapropriação com atestado do processo e encaminhamento para apreciação do setor competente;

XVIII - Escritura Pública de Desapropriação (quando administrativo);

XIX - Instrumento de Desocupação de Edificações (quando aplicável);

XX - Comprovante de protocolo da petição inicial, auto de imissão de posse e sentença (quando judicial);

XXI - Sentença, acordão(s) e certidão de trânsito em julgado (quando judicial);

XXII - Documentos de Liberação de Crédito (DLCs) e Comprovantes de Pagamentos; e

XXIII - Certidão de Matrícula com o Registro das glebas em nome da Expropriante.

§1º Todos os documentos juntados aos processos administrativos serão identificados pelo número do processo, numerados sequencialmente e rubricados, devendo o empregado encarregado para tal, tomar o cuidado de, ao fazê-lo, examinar se todos os espaços relativos às datas e assinaturas estão devidamente preenchidos.

§2º No caso de processos digitais, os documentos juntados deverão ter a assinatura eletrônica do responsável pela elaboração do documento.

§3º A inserção de todo e qualquer documento no processo deverá obedecer a uma sequência lógica e cronológica, de modo que o desenvolvimento do assunto ali tratado não sofra descontinuidade, evitando-se cópias de documentos anteriormente anexados.

CAPÍTULO X

DELEGAÇÃO E PUBLICIDADE

Art. 114. Serão delegados, por meio de procuração pública, poderes aos empregados vinculados à Unidade de Desapropriação para realização dos seguintes atos:

I - assinatura da Proposta de Indenização de desapropriação;

II - assinatura Escritura Pública de desapropriação;

III - solicitação de Registro de Áreas;

IV - assinatura Declaração de Limites de Confrontação entre as áreas desapropriadas e imóveis lindeiros;

§1º Os poderes a que se refere o caput terão validade por prazo determinado e poderão ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§2º Os atos delegados praticados pelos empregados procuradores serão conferidos pelos gestores antes do pagamento da indenização.

Art. 115. Os expedientes constantes nos artigos 81 e 82 desta Resolução Normativa (correspondente aos imóveis diretamente afetados pelo Decreto de Utilidade Pública), necessários aos andamentos dos serviços de desapropriações, deverão ser ratificados pela autoridade competente.

Art. 116. Após aprovada pela Direx ou outra autoridade competente, será publicado extrato desta Resolução Normativa no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO XI

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

Art. 117. Os processos objeto de manifestação jurídica referencial, indicados pela Unidade Jurídica, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes em desapropriações, ficam dispensados de análise individualizada pela Unidade Jurídica, desde que a área técnica ateste de forma expressa nos autos que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

Art. 118. Identificado pelo gestor da área o não enquadramento do caso concreto à manifestação genérica do parecer jurídico referencial, deverá ser encaminhada à Unidade Jurídica consulta específica.

Art. 119. A Unidade Jurídica indicará a forma de regularização dos passivos

indenizatórios nos casos de caducidade da Declaração de Utilidade Pública.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 120. Todos os documentos e peças técnicas, deverão ser assinados e datados, constando, ainda, o nome legível da pessoa que o firmar.

Art. 121. Todos os documentos serão padronizados no formato A-4, exceto Plantas e Mapas, que poderão ser nos formatos A-4 e/ou A-3.

Art. 122. Concretizada a desapropriação amigável de imóvel com edificação, o proprietário terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para desocupar o edifício, conforme o instrumento de desocupação de edificações firmado pelas partes (Anexo Q - Instrumento de Desocupação das Edificações).

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido pelo instrumento de desocupação das edificações, será remetido o processo à Unidade Jurídica para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 123. A Unidade de Desapropriação manterá um arquivo geral por meio do qual acompanhará e controlará o andamento de todos os processos relativos às desapropriações.

Art. 124. Concluída a desapropriação o processo deverá ser remetido para o devido arquivamento junto à sede da Valec.

Art. 125. Os processos administrativos de desapropriação em trâmite deverão ser instruídos com base nesta Resolução Normativa, sem prejuízo dos atos já concluídos com base nos normativos anteriores.

Art. 126. Ficam revogadas a Norma de Desapropriação 80- EG- 00F- 91-0001, revisão 02, de 06 de abril de 2016, bem como a Especificação Geral para o Projeto de Desapropriação 80-EG-000F-91-7001.

Art. 127. Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ KUHN
Diretor-Presidente

ANEXO A - DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	A

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL
OFÍCIO Nº XXX/20XX/GEDAF/SUGAT/DIREM/VALEC

Cidade, XX de XXXX de 20XX.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
NOME DO DESTINATÁRIO
Endereço do destinatário
CEP: XXXXX-XXX – Cidade /Estado

Assunto: **Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

1. Comunicamos que foi oficializada a "Ordem de Início" das Obras de implantação da Ferrovia _____, Lote xxxxx, a cargo da _____, empresa diretamente responsável pela execução do projeto.

2. Informamos também, que terrenos de propriedade de Vossa Senhoria são necessários para a composição da Faixa de Domínio do empreendimento, conforme o projeto de implantação ferroviária, e, por isso, constam do cadastro de desapropriação, o qual se fundamenta no Decreto de Utilidade Pública nº _____, de __/__/____.

3. Cumpre-nos ressaltar que a intenção desta Empresa Pública Federal é realizar a desapropriação no menor tempo possível, obedecidas as determinantes legais.

4. Enquanto agilizamos o processo administrativo que conduzirá ao pagamento da indenização devida a Vossa Senhoria, solicitamos permissão para que a mencionada empresa possa entrar em áreas que lhe pertencem. Nosso pedido tem fundamento no art. 7º do Decreto Lei nº 3.365/1941 e se faz necessário em razão do reduzido prazo estabelecido pelo cronograma de execução das obras deste empreendimento de alto alcance social e econômico, tanto para a região como para todo o País.

Atenciosamente,

NOME
Cargo

Ciente,

Assinatura do Expropriado:_____

Documento de Identidade:_____Órgão Expedidor:_____

CPF:_____

Endereço:_____

Testemunha 1:_____CPF: _____

Testemunha 2: _____CPF: _____

ANEXO B - FICHA DE VISTORIA E CADASTRO SOCIOECONÔMICO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	B

FICHA DE VISTORIA E CADASTRO SOCIOECONÔMICO

PROCESSO Nº:			
NOME DO APLICADOR (A):		Data: __/____/____	
1 IDENTIFICAÇÃO			
1.1 Documentos dominiais (SIM/NÃO):		Quais?	
1.2 Notificação Proprietário (SIM/NÃO):			
1.3 Proprietário (a) (SIM/NÃO):		(Se sim, preencher item 1.3.1; se não, item 1.3.2)	
1.3.1 Nome:			
RG:		CPF:	
Estado Civil (Casado, solteiro, viúvo, divorciado ou união estável):			
Cônjuge:			
Endereço:			
Município:		Telefone:	
1.3.2 Informante Nome:			
Grau de parentesco:			
Dados comprobatório:			
1.4 Propriedade	Identificação:		
Endereço:		Área Total:	
Município:		Área de desapropriação:	
Comarca:		Matrícula:	
1.5 Observações:			
2 CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL			
2.1 Ambientais:			
2.2 Localização:			
2.3 Características Físicas:			
2.4 *IMÓVEL RURAL:*			
2.4.1 Infraestrutura: _____			
2.4.2 Características da terra: _____			
2.4.3 Hidrografia: Vazão (m³ ou L/s):			
2.4.4 Informações Complementares:			
2.5 *IMÓVEL URBANO*			
2.5.1 Infraestrutura:			
2.5.2 Topográfica:			
2.5.3 Distância do centro:			
2.5.4 Informações Complementares			
3 DESCRIÇÃO DAS BENFEITORIAS:			
3.1 NÃO REPRODUTIVAS:			
Benfeitorias não reprodutivas da faixa não edificante:			
3.1.1 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: _____			
3.2. REPRODUTIVAS _____			
Benfeitorias reprodutivas da faixa não edificante:			
3.2.1 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA			
4.1 IDENTIFICAÇÃO			
Proprietário (a) do imóvel (SIM/NÃO):		Se NÃO preencher também item 4.1.1.	
Nome:		(vinculado ao item 1.3.1)	
4.1.1 Grau de parentesco:			
4.2 NATURALIDADE			
Do município (1), outro município (2) ou outro estado (3):			
Qual?			
Há quanto tempo reside na comunidade?			
4.3 NÍVEL DE ESCOLARIDADE (Analfabeto (a), alfabetizado (a), ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior).			
DADOS PROFISSIONAIS			
TRABALHA (SIM/NÃO)			
Obs.:			
EMPRESA QUE TRABALHA			
TEMPO DE TRABALHO			
PROFISSÃO			
REMUNERAÇÃO			
RENDA FAMILIAR			
4.5 COMPOSIÇÃO FAMILIAR			
NOME	**IDADE**		
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
4.5.1 OS FILHOS OU FAMILIARES ESTUDAM NA ESCOLA DO BAIRRO (SIM/NÃO)			
Em qual bairro?			
4.5.2 RESIDE NA MORADIA ALGUMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SIM/NÃO)			
Qual?			
4.5.3 RECEBE BPC – BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (SIM/NÃO)			
4.5.4 DAS DOENÇAS ABAIXO CITADAS, QUAIS AS QUE ACONTECEM COM MAIS FREQUÊNCIA NA FAMÍLIA: ALERGIA ( ) DESNUTRIÇÃO ( ) DIARREIA ( ) DOENÇA RESPIRATÓRIA ( ) VERMINOSE ( )			
4.6 SITUAÇÃO DA MORADIA			
4.6.1 TIPO DO IMÓVEL TERRENO ( ) COMÉRCIO ( ) CASA RESIDENCIAL ( ) CASA ABANDONADA ( ) OUTROS:			
4.6.2 FORMA DE OCUPAÇÃO DA MORADIA: PRÓPRIA ( ) ALUGADA ( ) CEDIDA ( )			
4.6.3 NÚMERO DE FAMÍLIAS NA RESIDÊNCIA: UMA FAMÍLIA ( ) DUAS FAMÍLIAS ( ) MAIS DE DUAS FAMÍLIAS ( )			
4.6.4 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMOVÉL: BOM ( ) REGULAR ( ) RUIM ( )			
4.6.5 CARACTERÍSTICA DA CONSTRUÇÃO: ALVENARIA ( ) MADEIRA ( ) MISTO ( )			
4.6.6 NUMERO DE CÔMODOS:			
OBS.:			
4.6.7 SITUAÇÃO DO IMOVÉL: COM ESCRITURA ( ) SEM ESCRITURA ( ) COMPROVANTE DE COMPRA E VENDA ( ) POSSEIRO ( )			
4.7 INFRAESTRUTURA DO IMOVÉL:			
4.7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA: REDE PÚBLICA ( ) POÇO ( ) FONTE ( ) CEDIDO POR VIZINHO ( )			
4.7.2 ENERGIA ELÉTRICA: COM PADRÃO ( ) SEM PADRÃO ( )			
4.7.3 ELIMINAÇÃO DE DEJETOS: REDE DE ESGOTO ( ) FOSSA SÉPTICA ( ) VALA A CÉU ABERTO ( )			
4.7.4 DESTINO DADO AO LIXO DOMÉSTICO: COLETA PÚBLICA ( ) QUEIMADO ( ) ENTERRADO ( ) JOGADO EM TERRENO BALDIO ( )			
4.8 DOS SENTIDOS DE IDENTIFICAÇÃO (AUTO-RECONHECIMENTO) *APLICÁVEL SOMENTE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS			
4.8.1 O SR. OU A SRª SE AUTO RECONHECE COMO: A) QUILOMBOLA ( ) – LIDERANÇA B) INDIGENA ( ) – LIDERANÇA C) COMUNIDADE TRADICIONAL ( ) - LIDERANÇA D) OUTROS ( ) - ESPECIFICAR:			
4.9 APROVEITAMENTO DA TERRA *APLICÁVEL À PROPRIEDADES QUE REALIZAM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			
4.9.1 USO DA TERRA: EM PERIODO SAZONAL SECA ( ) CHUVA ( ) PLANTIO ( ) CARACTERIZAR: CRIAÇÃO DE ANIMAIS ( ) CARACTERIZAR:			
4.9.2 O QUE É PRODUZIDO NA PROPRIEDADE EXTRATIVISMO ( ) AGRICULTURA ( ) PECUARIA ( )			
4.9.3 QUAIS IMPACTOS PERCEBIDOS PELA POPULAÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA, E QUAL A SUA OPINIÃO? _____ _____ _____			
4.10 OUTRAS INFORMAÇÕES			
4.10.1 QUAIS AS EXPECTATIVAS FUTURAS DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A MORADIA ATUAL E PÓS DESAPROPRIAÇÃO: CONTINUAR MORANDO NAS REDONDEZAS DO BAIRRO ( ) CONSTRUIR EM OUTRO LOCAL FORA DO BAIRRO ( ) OUTRA:			

4.10.2 A FAMÍLIA RECEBE ALGUM BENEFÍCIO DO GOVERNO FFDERAL: SIM ( ) NÃO ( )
QUAL:
4.10.3 A FAMÍLIA PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DO MUNICÍPIO: SIM ( ) NÃO ( )
QUAL:
4.10.4 A FAMÍLIA PARTICIPA DE PROJETOS E ORGANIZAÇÕES DA COMUNIDADE: SIM ( ) NÃO ( )
QUAL:
4.10.5 DADOS RELATIVOS A SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA COMUNITÁRIA E QUESTÕES SOCIAIS, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES RELACIONADAS A FAMÍLIA E SEUS MEMBROS:
_____
_____
_____
_____
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (PROPRIEDADE)
5.1 Obras e Melhorias das Terras:
5.2 Outras Atividades:
5.3 Observações:
5.4 Fotografias do imóvel:
Assinatura vistoriador:

ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DA FICHA DE VISTORIA E CADASTRO SOCIOECONÔMICO

1 Identificar o imóvel vistoriado e fornecer informações a respeito de propriedade e fonte de informações

1.1 Relatar a disponibilidade/consulta de documentos de posse/domínio. Em caso afirmativo, informar quais sejam:

1.2 Indicar, se houver notificação da vistoria ao proprietário. Em caso de afirmativo, informar a data da ciência;

1.3 Informar todos os dados disponíveis do proprietário e informante do imóvel vistoriado; Identificar o responsável pelas inform ações. Fornecer, no mínimo, nome, CPF, telefone e endereço.

1.4 Identificar o imóvel vistoriado: nome, localização, áreas (todos dados necessários à completa identificação):

1.5 Utilizar este espaço para fazer observações relevantes para identificação do imóvel

ou complementar alguma informação.

2 Apresentar características do imóvel

2.1 Relatar a existência de Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Uso Restrito, Unidades de Conservação, Parques, recursos naturais e possíveis restrições de ordem ambiental, se possível identificar o tamanho e as coordenadas geográficas.

2.2 Localização do imóvel em relação ao município, acessos, existência de armazéns industriais, viabilidade de desenvolvimento;

2.3 Identificar a vegetação, relevo, bacias ou sub-bacias hidrográficas, usos do solo.

2.4 Imóvel rural

2.4.1 Utilizar os seguintes parâmetros para infraestrutura de Imóveis Rurais: Ótimo pavimentada com asfalto ou concreto e trafegabilidade permanente, / muito boa = pavimentada com cascalhamento ou blocos intertravados e trafegabilidade permanente, / boa = não pav imentada com trafegabilidade permanente, desfavorável = não pavimentada e servidões de passagem, trafegabilidade com problemas sérios na estação chuvosa, má = servidões com presença de fechos, / péssima = fechos ou interceptados por córregos ou pontes ou com problemas sérios de trafe gabilidade inclusive nas estações secas.

2.4.2 Está relacionado com a capacidade agricultável do solo e descrição de suas características;

2.4.3 Hidrografia, descrever os recursos hídricos existentes e, se possível, medir a vazão;

2.4.4 Utilizar este espaço para fazer observações relevantes à caracterização do imóvel ou complementar alguma informação prestada nos itens anteriores;

2.5 Imóvel urbano

2.5.1 Utilizar os seguintes parâmetros para infraestrutura de Imóveis Urbanos: ótimo = rua pavimentada em ótimo estado de conservaç ão, com meio fio, iluminação pública, rede de água encanada, esgoto e telefone / bom = Rua pavimentada sem conservação, sem meio fio, com iluminação pú blica, rede de água encanada, sem esgoto e telefone / regular = Rua não pavimentada em bom estado de conservação, sem meio fio, com iluminação pública, rede de água encanada, sem esgoto e telefone / ruim = Rua não pavimentada sem conservação, sem meio fio, sem iluminação públi ca sem rede de água encanada, sem esgoto e telefone; Indicar se o imóvel é servido por serviços públicos: telefone, água tratada, eletricidade, transporte, etc.

2.5.2 Topografia: para Imóveis Urbanos: Informar se o imóvel possui topografia plana, em desnível ou desnível acentuado, ressaltand o a presença ou não de terraplanagem;

2.5.3 Relatar a proximidade de algum polo relevante, identificar esse polo e mensurar a distância;

2.5.4 Utilizar este espaço para fazer observações relevantes para caracterização do imóvel ou complementar alguma informação presta da nos itens anteriores.

3 Descrição de benfeitorias

3.1 As benfeitorias não reprodutivas são aquelas que não podem ser negociadas separadamente da terra. Devem ser informadas as tipolo gias, dimensões, aspectos construtivos, conservação, idade aparente, aspectos funcionais e condicionantes legais, incluindo as ben feitorias relativas a faixa non aedificandi;

3.1.1 Neste item devem ser prestadas quaisquer informações relevantes relacionadas as

construções afetadas pela desapropriações/ou detalhar as suas características, incluindo aquelas relativas a faixa non aedificandi;

3.2 Caracterizar a produção vegetal do imóvel, definindo culturas, práticas agrícolas, estado vegetativo, estágio de desenvolvimento, produtividade esperada, condicionantes legais, incluindo as benfeitorias relativas a faixa non aedificandi;

3.2.1 Neste item devem ser prestadas quaisquer informações relevantes sobre as produções afetadas pela desapropriação elou detalhar as suas características.

4 Caracterização socioeconômica

4.1 Descrever se o informante é proprietário do imóvel. O nome do proprietário ou informante já será inserido nesta aba, pois está vinculado a planilha anterior do excel.

4.1.1 Colocar o grau de parentesco (caso exista) com o proprietário. Caso não haja parentesco, descrever a relação entre informante e proprietário (conhecido, amigo etc);

4.2 Descrever a naturalidade do informante e tempo de residência na comunidade;

4.3 Descrever o nível de escolaridade;

4.4 Coletar dados profissionais do informante, incluído renda familiar;

Obs.: Os índices de vulnerabilidade social, terão como base a definição de renda familiar e per capita mensal. As famílias que possuírem renda mensal per capita de até meio salário ou renda familiar renda familiar mensal de até três salários mínimos, serão consideradas famílias de baixa renda. Já aquelas que apresentarem renda mensal inferior ao rendas supracitadas serão consideradas em situação de extrema pobreza.

4.5 Indicar a composição familiar (incluir todos os moradores da residência a ser desocupada, independente se são ou não familiares);

4.5.1 Responder se filhos e familiares frequentam escola e localização da mesma;

4.5.2 Informar se na moradia há alguém com deficiência e, caso sim, identificar qual a incapacidade;

4.5.3 Informar se o mesmo recebe Benefício de Prestação Continuada;

4.5.4 Informar a ocorrência das doenças informada no questionário;

4.6 Situação da moradia

4.6.1 Descrever o tipo do imóvel conforme informado no questionário;

4.6.2 Informar a forma de ocupação da moradia (própria, alugada ou cedida);

4.6.3 Informar o número de famílias que vivem na residência;

4.6.4 Informar o estado de conservação do imóvel (bom, regular ou ruim);

4.6.5 Informar as características da construção (alvenaria, madeira ou mista);

4.6.6 Informar o número de cômodos;

4.6.7 Informar a situação do imóvel (com ou sem escritura, comprovante de compra e venda ou posseiro);

4.7 Infraestrutura do imóvel

4.7.1 Informar o tipo de abastecimento de água utilizado (rede pública, poço, fonte ou cedido por vizinho);

4.7.2 Informar como é fornecida a energia elétrica (com padrão, sem padrão);

4.7.3 Informar sobre a eliminação dos dejetos (rede de esgoto, fossa séptica ou vala a céu aberto);

4.7.4 Informa a destinação do lixo doméstico (coleta pública, queimado, enterrado, jogado em terreno baldio);

4.8 Dos sentidos de identificação (autoconhecimento) - Aplicável somente no caso de comunidades tradicionais;

4.8.1 Informar como o informante se auto reconhece perante a comunidade tradicional e se identifica como líder da mesma;

4.9 Aproveitamento de terra (imóveis rurais)

4.9.1 No caso de a propriedade realizar uso da terra para fins agropecuários, informar é feito (período sazonal ou chuva);

4.9.2 Informar se há criação de animais, extrativismo, agricultura e pecuária;

4.9.3 Informar qual o impacto percebido pela comunidade sobre a construção da ferrovia e a opinião individual do informante;

4.10 Outras informações (assuntos não abordados nos outros temas da caracterização socioeconômica)

4.10.1 Informar as expectativas futuras da família em relação a moradia atual e após a desapropriação (local que pretende morar após a construção da ferrovia);

4.10.2 Informar se a família recebe algum benefício do governo federal;

4.10.3 Informar se a família recebe algum benefício da prefeitura;

4.10.4 Informar se a família participa de projetos e organizações da comunidade e especificar qual;

4.10.5 Informar dados relevantes relativos sobre saúde, educação, segurança comunitária e questões sociais, situações de vulnerabilidades relacionadas a família e seus membros.

5 Informações complementares (relativas a propriedade)

5.1 Informar melhorias da terra, tais como, estradas internas, curvas de nível, açudes e

drenagem, devendo ser abordados os aspectos quantitativos e qualitativos;

5.2 Informar se o imóvel desenvolve algum outro tipo de atividade, como, por exemplo, a pecuária, agroindústria, turismo, hotelaria e mineração;

5.3 Utilizar este espaço para fazer observações relevantes a respeito das atividades desenvolvidas no imóvel ou complementar alguma informação sobre os itens anteriores. Descrever, também ,a área afetada pela desapropriação se for o caso;

5.4 Identificar as fotografias que se referem ao imóvel vistoriado (as mesmas deverão conter as coordenadas geográficas).

ANEXO C - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	C

Nº DO PROCESSO/LOTE	NOME DO EXPROPRIADO
FOTO X (com coordenadas geográficas)	

ANEXO D - FICHA CADASTRAL

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	D

Ficha Cadastral

			VALEC	LOTE	UF
01 - RAZÃO DO INTERESSE:					
02 - LOCALIZAÇÃO:					
2.1 - LOCALIDADE:					
2.2 - MUNICÍPIO:		2.3 - UF:			
2.4 - LOCAÇÃO					
03 - IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE DO IMÓVEL:					
3.1 - NOME:		3.2 - APELIDO:			
3.3 - NACIONALIDADE:	3.4 - LOCAL DE NASCIMENTO:	3.5 - PROFISSÃO:			
3.6 - DATA DE NASCIMENTO:	3.7 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	3.8 - CPF Nº:			
3.9 - FILIAÇÃO:					
3.10 - ESTADO CIVIL:	3.11 - REGIME DE CASAMENTO:				
3.12 - NOME DO CONJUGE:		3.13 - APELIDO:			
3.14 - NACIONALIDADE:	3.15 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	3.16 - PROFISSÃO:			

3.17 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:			3.17.1 - CEP:	
			3.18 - TELEFONE:	
3.19 - PROCURADOR:			3.20 - TELEFONE:	
3.21 - DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL:				
3.22 - DISTRITO:	3.23 - MUNICÍPIO:		3.24 - COMARCA:	
3.25 - IMÓVEL ADQUIRIDO DE:			3.26 - DATA DE AQUISIÇÃO:	
3.27 - DOC. DE AQUISIÇÃO:	3.28 - CARTÓRIO:	3.29 - LIVRO:	3.30 - FOLHAS:	
3.31 - CARTÓRIO DE REGISTRO	3.32 - Nº DE REGISTRO:	3.33 - LIVRO:	3.34 - FOLHAS:	
3.35 - CADASTRO INCRA/PREF.:	3.36 - ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:		3.37 - ÁREA ABRANGIDA:	
3.38 - OUTRAS ÁREAS	3.39 - CATEGORIA DA OCUPAÇÃO:		3.40 - DATA DA OCUPAÇÃO:	

04 - SITUAÇÃO DO IMÓVEL:

4.1 - ZONA: URBANA ( ) RURAL ( )	4.2 -TERRENO DEMARCADO: SIM ( ) NÃO ( )	4.3 - AÇÃO:	4.4 - CARTÓRIO:	4.5 - DATA:
1. POSSUI GEORREFERENCIAMENTO INCRA 2. POSSUI CAR (CADASTRO AMBIENTAL RURAL)			SIM SIM	NÃO NÃO
4.6 - HÁ LITÍGIO: SIM ( ) NÃO ( )	4.7 - AÇÃO Nº: SIM ( ) NÃO ( )	4.8 - CARTÓRIO:		4.9 - DATA:

05 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

5.1 - NORTE:

5.2 - SUL:

5.3 - LESTE:

5.4 - OESTE:

Ficha Cadastral

VALEC LOTE UF

06 - VIAS E MEIOS DE ACESSO:

07 - DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

08 - CROQUÍ PLANTA PLANIMÉTRICA DA ÁREA ABRANGIDA:

Ficha Cadastral

VALEC LOTE UF

9 - BENFEITORIAS REPRODUTIVAS

9.1 - CULTURAS PERMANENTES

DISCRIMINÇÃO (A)	IDADE (B)	ESTADO FITOSSANITÁRIO (C)	UNIDADE (E)	QUANTIDADE (D)

9.2 - CULTURAS TEMPORÁRIAS

DISCRIMINÇÃO (A)	IDADE (B)	ESTADO FITOSSANITÁRIO (C)	UNIDADE (E)	QUANTIDADE (D)

9.3 - PASTAGENS

DISCRIMINÇÃO (A)	IDADE (B)	ESTADO FITOSSANITÁRIO (C)	UNIDADE (E)	QUANTIDADE (D)

9.4 - EXTRATIVISMO

DISCRIMINÇÃO (A)	IDADE (B)	ESTADO FITOSSANITÁRIO (C)	UNIDADE (E)	QUANTIDADE (D)

Ficha Cadastral

VALEC LOTE UF

10 - BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS

DISCRIMINÇÃO (A)	UNID.	QUANT.

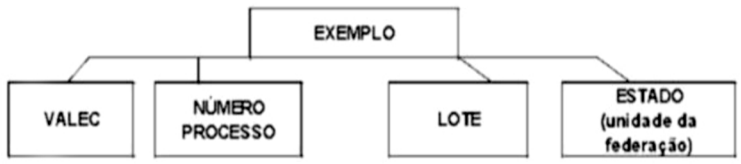
ORIENTAÇÃO PREENCHIMENTO FICHA CADASTRAL

Razão de Interesse (Item 01)

a) Entende-se pela Utilização final da área desapropriada, como faixa de domínio

b) Valec nº - LOTE - UF

c) Será utilizada uma nomenclatura para identificação do processo. Ex.: Valec - 094 - LOTE 12 - TO



Localização (item 02) Trata-se da localização exata da área.

a) Localização (item 2.1) - É o povoado, o vilarejo, o entroncamento, o bairro, a parada na beira do rio, ou a divisão geopolítica, o distrito.

b) Município (item 2.2) - Discriminar o Município correspondente.

c) Estado (item 2.3) - Discriminar o Estado correspondente.

d) Locação (item 2.6), Km e estacas - Discriminar o quilometro correspondente da faixa de domínio do imóvel.

Identificação do Ocupante e do Imóvel (item 03)

a) Nome (item 3.1) - Anotar o nome completo, sem abreviaturas.

b) Apelido (item 3.2) - O nome pelo qual o entrevistado é mais conhecido na região.

c) Nacionalidade (item 3.3) Local de nascimento (item 3.4), Profissão (item 3.5), Data de nascimento (item 3.6), Documento de Identidade nº (item 3.7), CPF nº (item 3.8), Filiação (item 3.9), Estado Civil (item 3.10), Regime de Comunhão de Bens (item 3.11), Nome do cônjuge (item 3.12), Apelido (item 3.13), Nacionalidade (item 3.14), Profissão (item 3.15), Doc. Identidade nº (item 3.16).

NOTA: Essas informações devem ser anotadas corretamente, sem utilizar abreviaturas de nomes ou sobrenomes, pois serão utilizados para a elaboração de documentos de transferência de imóvel.

d) Endereço para Correspondência (item 3.17) - É o endereço postal mais fácil para se entrar em contato com o entrevistado (item 3.17.1) - CEP.

e) Telefone (item 3.18) - Discriminar o mais fácil para se entrar em contato com o entrevistado.

f) Procurado (item 3.19) - Nome e endereço do procurador.

g) Telefone (item 3.20) - Telefone do procurador.

h) Denominação do Imóvel (item 3.21) - O nome típico da propriedade, ou como é conhecida na região e que constar na certidão imobiliária.

i) Distrito (item 3.22), Município (item 3.23), Comarca (item 3.24) - A localização política o imóvel, podendo ser obtida nos títulos de propriedade.

j) Móvel adquirido de (item 3.25) - Nome do último proprietário.

k) Data de aquisição (item 3.26) - Discriminar a data da aquisição.

l) Documento de Aquisição (item 3.27) - Referir o tipo de documento.

m) Cartório (item 3.28), Livro (item 3.29) - Quando se tratar de documento público, anotar o nome do cartório, o número do livro e das filhas onde foi lavrado.

n) Folhas (item 3.30), Cartório de Registro (item 3.30.1, nº de registro (item 3.32), Livro (item 3.33), Folhas (item 3.34).

o) Cadastro INCRA/ Prefeitura (item 3.35) - Anotar o número do cadastro no INCRA, quando se tratar de imóvel rural ou registro da Prefeitura (IPTU) quando se referir ao imóvel urbano.

p) Área Total do imóvel (item 3.36) - É a área do imóvel, conforme constar no documento de propriedade.

q) Área Abrangida (item 3.37) - Compreende a área a ser desapropriada.

r) Outras áreas (item 3.38) - Discriminar outras áreas a serem desapropriadas conforme o item 9.2.3.2. Categoria da Ocupação (item 3.39) - Trata-se da relação entre o titular e o imóvel, podendo ser proprietário, foreiro, arrendatário, parceleiro, posseiro, ocupante ou invasor. Data da ocupação (item 3.40)

Localização do Imóvel (item 04)

a) Zona (item 4.1) - Se o imóvel está localizado na zona urbana ou rural.

b) Terreno demarcado (item 4.2), Ação nº (item 4.3), Cartório (item 4.4), Data (item 4.5).

c) Há litígio (item 4.6), Ação nº (item 4.7), Cartório (item 4.8), Dara (item 4.9).

Limites e confrontações (item 05) - Norte (item 5.1), Sul (item 5.2), Leste (item 5.3), Oeste (item 5.4) - Devem ser descritos pelos pontos cardeais, pelo nome do confrontante e/ ou pelo nome da fazenda.

Vias e Meios de Acesso (item 06) - Descrever os roteiros e os meios de locomoção utilizados e as vias de acesso do imóvel, sua distância da sede do município e de cidade ou vilas mais próximas.

Descrição do Imóvel (item 07) - Fazer uma descrição sucinta do imóvel, como qualidade e utilização das terras, estrado de conservação das benfeitorias e outros dados que auxiliem na avaliação do bem a ser desapropriado. Caso o espaço não seja suficiente, continua r as observações no verso da folha.

Croqui de Acesso (item 08) - Apresentar um croqui de acesso ao imóvel sobreposto a ortofoto, para ilustrar e descrever as vias e meios de acesso. Em situações que a ortofoto não apresentar boa resolução, o croqui poderá ser apenas desenhado (anexo VIII. a - Croqui de acesso).

Benfeitorias Reprodutivas (anexo VII)

Benfeitorias não Reprodutivas (anexo VII)

a) Benfeitorias não Reprodutivas (item 10) - Fazer discriminação e descrição detalhada das construções e instalações, anotando o tipo, material empregado, estado de conservação, definindo unidade e quantificando-as.

Anexos (item 11) - Deverão ser anexados, obrigatoriamente, os documentos relacionados nos subitens de 01 a 05 e outros que forem julgados necessários.

Assinatura (item 12) - Local (subitem 01), Data (subitem 02), responsável pelo cadastro (subitem 03).

ANEXO E - CROQUI DE ACESSO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	E

Croqui de Acesso

Croquis de localização da propriedade

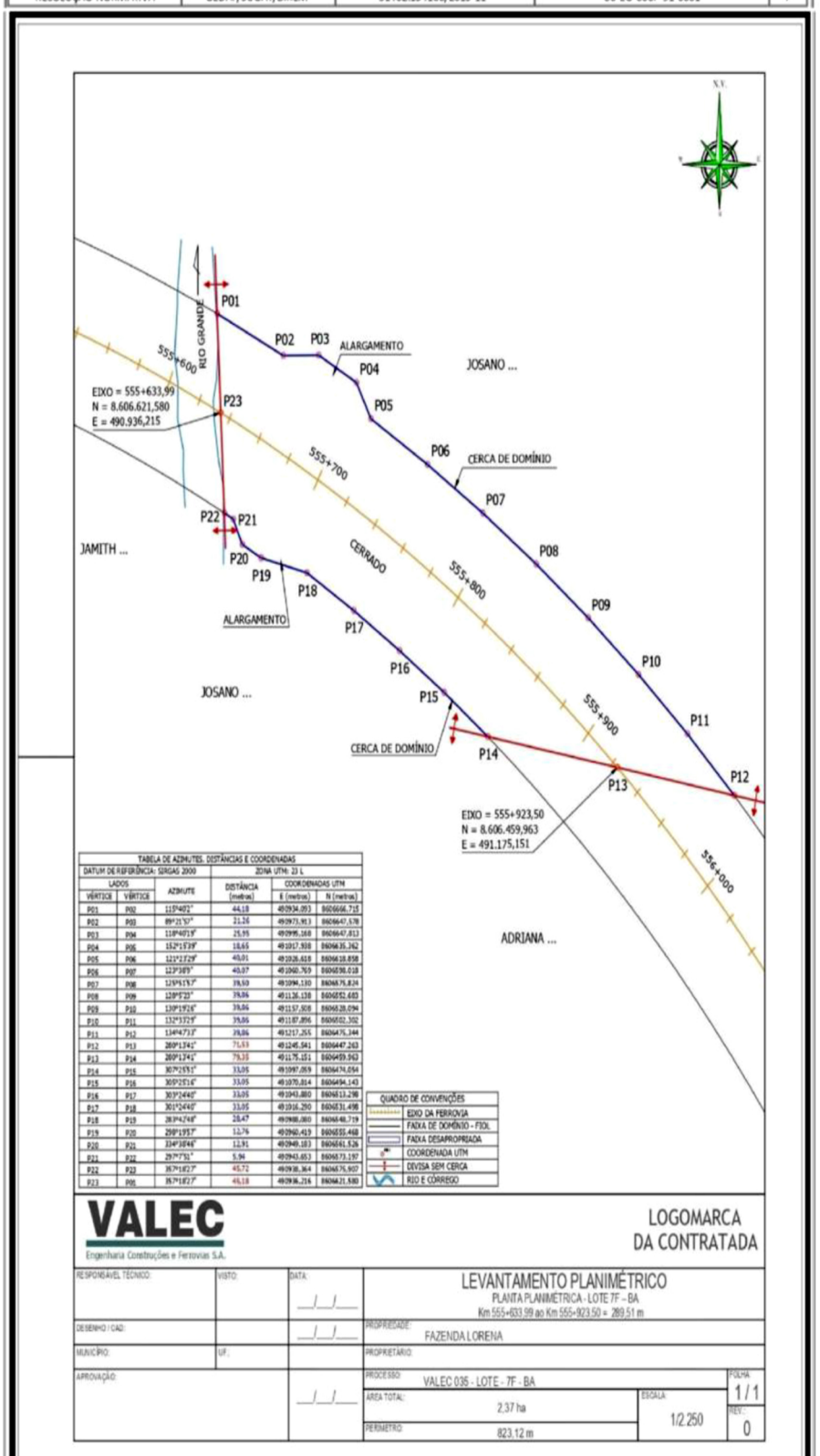
VALEC	ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A.		
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		Ferrovia - LOTE KM xxx ao KM xxx	
RESPONSÁVEL		MUNIC.	UF.
VISTO		PROPRIETARIO PROPRIEDADE	
DATA		PROCESSO VALEC	

ANEXO F - PLANTA PLANIMÉTRICA

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	F

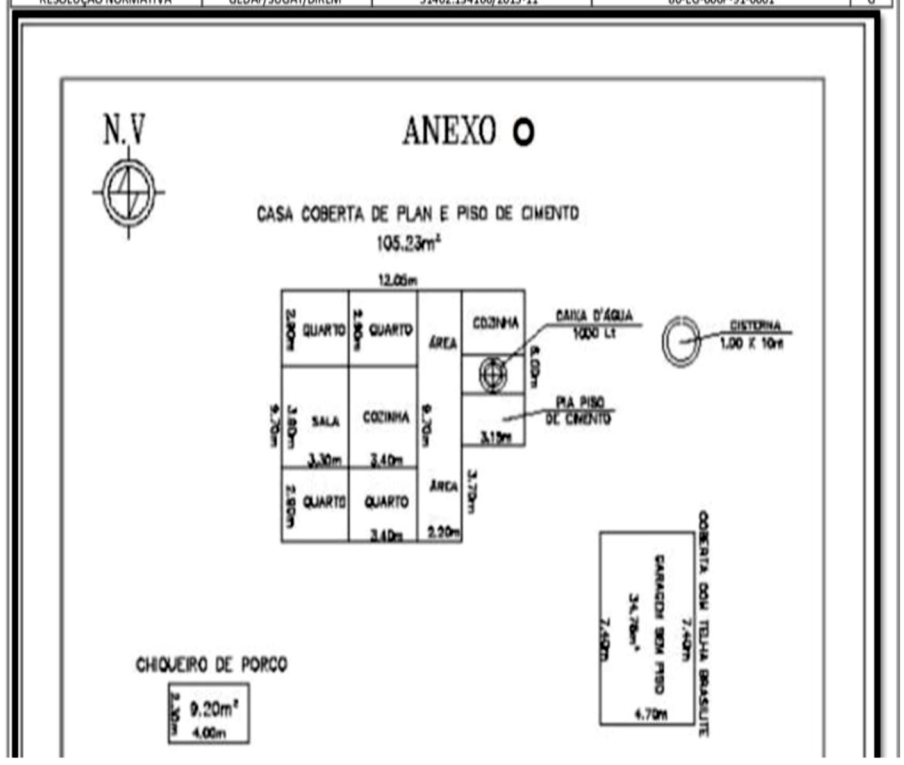


ANEXO G - PLANTA BAIXA DAS EDIFICAÇÕES

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	G





ANEXO H - MEMORIAL DESCRITIVO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	H

MEMORIAL DESCRITIVO

SCAN ME

I. DADOS GERAIS

PROCESSO VALEC:

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL INTERCEPTADO PELO PROJETO:

PROPRIETARIO:

SITUAÇÃO:

LOCALIZAÇÃO E ACESSO:

ÁREA A SER DESAPRIADA:

PERÍMETRO:

II. LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:

SUL:

LESTE:

OESTE:

III. PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS:

SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA (SGR): SIRGAS 2000

SISTEMA DE COORDENADAS: UTM

MERIDIANO CENTRAL: 45°; ZONA: 23L

IV. Inicia-se a descrição desta poligonal no vértice XX, coordenada XXXXXX m Norte e XXXXXX m Leste, deste, confrontando neste trecho co m XXXXXX, seguindo com azimute de XXXXXX e distância de XXXX m chega-se ao vértice XX, coordenada XXXXXXXm Norte e XXXXXXm Leste, deste, confrontando neste trecho com XXXXXXXXXX, seguindo com azimute de XXXXXX e distância de XXXX m chega-se ao vértice XX, coordenada XXXXXXXm Norte e XXXXXXXm Leste,deste, confrontando neste trecho com XXXXXXXX, seguindo com azimute plano de XXXXX e distância de XXXX m chega-se ao vértice XX, coordenada XXXXXXX m Norte e XXXXXXX m Leste, deste, confrontando neste trecho com XXXXXXXXX, seguindo com azimute de XXXXXX e distância de XXXX m chega-se ao vértice XXX, encerrando esta poligonal com área de XXXXX hectares e perímetro de XXXXX m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontram-se representadas no Sistema de Coordenadas UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45°, fuso 23, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

UTILIZAÇÃO:

BEFEITORIAS:

ESCRITURA:

N.° REGISTRO:

CARTÓRIO:

LIVRO:

FOLHA:

DATA:

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE RESPEITO DE LIMITES

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	I

DECLARAÇÃO DE RESPEITO DE LIMITES

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade - CI-RG nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº _____, proprietário do imóvel denominado _____, matrícula(s) nº(s) _____, cadastrado no INCRA sob o código _____, declaro, sob as penas de Lei, que **foram respeitados os limites das divisas *in loco* com os confrontantes abaixo relacionados** durante a execução dos trabalhos técnicos na citada propriedade, não havendo qualquer litígio entre as partes.

Confrontantes:

Ponto	E	N	Ponto	Matrícula	Confrontante

Cidade, UF, _____de_____de_____.

_____

Proprietário do imóvel desapropriado

(FIRMA RECONHECIDA)

De acordo:

_____

_____

_____

Anexos:

Planta planimétrica

Memorial descritivo

ANEXO J - LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL E URBANO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	J

LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL

VALEC xxx LOTE xx UF xx

01 - RAZÃO DO INTERESSE:			
02 - LOCALIZAÇÃO:			
2.1 - LOCALIDADE:			
2.2 - MUNICÍPIO:			2.3 - UF:
2.4 - LOCAÇÃO			
03 - IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE DO IMÓVEL:			
3.1 - NOME:			3.2 - APELIDO:
3.3 - NACIONALIDADE:	3.4 - LOCAL DE NASCIMENTO:		3.5 - PROFISSÃO:
3.6 - DATA DE NASCIMENTO:	3.7 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:		3.8 - CPF Nº:
3.9 - FILIAÇÃO:			
3.10 - ESTADO CIVIL:	3.11 - REGIME DE CASAMENTO:		
3.12 - NOME DO CONJUGE:			3.13 - APELIDO:
3.14 - NACIONALIDADE:	3.15 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:		3.16 - PROFISSÃO:
3.17 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:			3.17.1 - CEP: 3.18 - TELEFONE:
3.19 - PROCURADOR:			3.20 - TELEFONE:
3.21 - DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL:			
3.22 - DISTRITO:	3.23 - MUNICÍPIO:		3.24 - COMARCA:
3.25 - IMÓVEL ADQUIRIDO DE:			3.26 - DATA DE AQUISIÇÃO:

3.27 - DOC. DE AQUISIÇÃO:	3.28 - CARTÓRIO:	3.29 - LIVRO:	3.30 - FOLHAS:
3.31 - CARTÓRIO DE REGISTRO	3.32 - Nº DE REGISTRO:	3.33 - LIVRO:	3.34 - FOLHAS:
3.35 - CADASTRO INCRA/PREF.:	3.36 - ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (ha):		3.37 - ÁREA ABRANGIDA (ha):
3.38 - OUTRAS ÁREAS	3.39 - CATEGORIA DA OCUPAÇÃO:		3.40 - DATA DA OCUPAÇÃO:

04 - SITUAÇÃO DO IMÓVEL:				
4.1 - ZONA: URBANA ☐ RURAL ☐	4.2 -TERRENO DEMARCADO: SIM ☐ NÃO ☐	4.3 - AÇÃO:	4.4 - CARTÓRIO:	4.5 - DATA:
4.6 - HÁ LITÍGIO: SIM ☐ NÃO ☐	4.2.1 Possui Geoprocessamento (INCRA)? SIM ☐ NÃO ☐ 4.2.2 Possui CAR (Cadastro Ambiental Rural)? SIM ☐ NÃO ☐			
	4.7 - AÇÃO Nº:	4.8 - CARTÓRIO:		4.9 - DATA:
05 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:				
5.1 - NORTE:				
5.2 - SUL:				
5.3 - LESTE:				
5.4 - OESTE:				
06 - VIAS E MEIOS DE ACESSO:				
07 - DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:				

LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL

VALEC XXX LOTE XX UF XX

08 - CROQUI DE ACESSO A ÁREA ABRANGIDA:

09 - OBJETIVO E FINALIDADE DA AVALIAÇÃO:

10 - MÉTODO UTILIZADO:

LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL

VALEC XXX LOTE XX UF XX

11 - FATORES LIMITANTES, PRESSUPOSTOS E RESSALVAS:

LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL

VALEC XXX LOTE XX UF XX

12 - BENFEITORIAS REPRODUTIVAS

12.1 - CULTURAS PERMANENTES

DISCRIMINAÇÃO	IDADE	ESTADO FITOSSANITÁRIO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
			TOTAL			-

12.2 - CULTURAS TEMPORÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	IDADE	ESTADO FITOSSANITÁRIO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
			TOTAL			-

12.3 - PASTAGENS

DISCRIMINAÇÃO	DEPRECIAÇÃO	ESTADO FITOSSANITÁRIO / IDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
						-
						-
						-
						-
			TOTAL			-

12.4 - EXTRATIVISMO

DISCRIMINAÇÃO	IDADE	ESTADO FITOSSANITÁRIO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
						-
						-
						-
			TOTAL			-

LAUDO DE AVALIAÇÃO RURAL

VALEC XXX LOTE XX UF XX

13 - BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	DEPREC.	QUANT.	VALOR EM R$ REAIS	
				UNITÁRIO	TOTAL
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
TOTAL					-

LAUDO DE AVALIAÇÃO

VALEC LOTE UF

13 - OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR CÁLCULO DA TERRA NUA

Faixa de domínio

Área desapropriada (ha) x Valor homogeneizado / ha

x =

TOTAL=

Avaliação Intervalar:

Estimativa de tendênia Central obtido em planilha de Homogeneização.

R$ -

Outras áreas:

Área desapropriada (ha) x Valor homogeneizado / ha

x =

TOTAL=

14 - RESUMO DOS VALORES

01 - FAIXA DE DOMÍNIO........................R$

02 - OUTRAS ÁREAS - ESPECIFICAR........................R$

03 - SUB-TOTAL (01)........................ R$ -

04 - QUADRO 11.1 - CULTURAS PERMANENTES........................ R$ -

05 - QUADRO 11.2 - CULTURAS TEMPORÁRIAS........................ R$ -

06 - QUADRO 11.3 - PASTAGENS ARTIFICIAIS........................ R$ -

07 - QUADRO 11.4 - EXTRATIVISMO........................ R$ -

08 - QUADRO 12 - BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS........................ R$ -

09 - SUB-TOTAL (02)........................ R$ 0,00

10 - TOTAL (1+2)........................ R$ -

11 - MÊS BASE DA AVALIAÇÃO

Limite inferior (estimativa - 15%) - Limite superior (estimativa +15%)

015 - ANEXOS

1. - PLANTA(S) PLANIMÉTRICA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
2. - MEMORIAL DESCRITIVO DA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
3. - FOTOGRAFIAS(S) DA(S) BENFEITORIA(S)
4. - DECLARAÇÃO DE RESPEITO DE LIMITES
5. - CÓPIA DE DOCUMENTOS DE PROPRIEDADE
6. - FICHA CCU DA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
7. - FICHA HIDROGRAGIA DA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
8. - PLANILHA HOMOGENEIZAÇÃO DAS AMOSTRAS
9. - FICHA DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA UTILIZADA NA PLANILHA DE HOMOGENEIZAÇÃO
10. - ESPECIFICAÇÃO QUANTO A FUNDAMENTAÇÃO E PRECISÃO
11. - CÓPIA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC XX LOTE XX UF XX

01 - RAZÃO DO INTERESSE:	**Faixa de Domínio da EF -**	
02 - LOCALIZAÇÃO:		
2.1 - LOCALIDADE:		
2.2 - MUNICÍPIO:		2.3 - UF:
2.4 - LOCAÇÃO		
03 - IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE DO IMÓVEL:		
3.1 - NOME:		3.2 - APELIDO:
3.3 - NACIONALIDADE:	3.4 - LOCAL DE NASCIMENTO:	3.5 - PROFISSÃO:
3.6 - DATA DE NASCIMENTO:	3.7 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	3.8 - CPF Nº:
3.9 - FILIAÇÃO:		

3.10 - ESTADO CIVIL:	3.11 - REGIME DE CASAMENTO:		
3.12 - NOME DO CONJUGE:			3.13 - APELIDO:
3.14 - NACIONALIDADE:	3.15 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE:		3.16 - PROFISSÃO:
3.17 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:			3.17.1 - CEP: 3.18 - TELEFONE:
3.19 - PROCURADOR:			3.20 - TELEFONE:
3.21 - DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL:			
3.22 - DISTRITO:	3.23 - MUNICÍPIO:		3.24 - COMARCA:
3.25 - IMÓVEL ADQUIRIDO DE:			3.26 - DATA DE AQUISIÇÃO:
3.27 - DOC. DE AQUISIÇÃO:	3.28 - CARTÓRIO:	3.29 - LIVRO:	3.30 - FOLHAS:
3.31 - CARTÓRIO DE REGISTRO	3.32 - Nº DE REGISTRO:	3.33 - LIVRO:	3.34 - FOLHAS:
3.35 - CADASTRO INCRA/PREF.:	3.36 - ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (ha):		3.37 - ÁREA ABRANGIDA (ha):
3.38 - OUTRAS ÁREAS	3.39 - CATEGORIA DA OCUPAÇÃO:		3.40 - DATA DA OCUPAÇÃO:

04 - SITUAÇÃO DO IMÓVEL:

4.1 - ZONA: URBANA RURAL	4.2 -TERRENO DEMARCADO: SIM NÃO	4.3 - AÇÃO:	4.4 - CARTÓRIO:	4.5 - DATA:
	1. Possui Geoprocessamento (INCRA)? SIM 2. Possui CAR (Cadastro Ambiental Rural)? SIM		NÃO NÃO	
4.6 - HÁ LITÍGIO: SIM NÃO	4.7 - AÇÃO Nº:	4.8 - CARTÓRIO:		4.9 - DATA:

05 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

5.1 - NORTE:

5.2 - SUL:

5.3 - LESTE:

5.4 - OESTE:

06 - VIAS E MEIOS DE ACESSO:

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC LOTE UF

07 - DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

08 - CROQUI DE ACESSO A ÁREA ABRANGIDA:

09 - OBJETIVO E FINALIDADE DA AVALIAÇÃO:

10 - MÉTODO UTILIZADO:

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC LOTE UF

11 - FATORES LIMITANTES, PRESSUPOSTOS E RESSALVAS

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC LOTE UF

12 - BENFEITORIAS REPRODUTIVAS

12.1 - ESPÉCIES VEGETAIS

DISCRIMINAÇÃO (A)	IDADE (B)	ESTADO FITOSSANITÁRIO (C)	UNIDADE (E)	QUANTIDADE (D)	VALORES EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
						-
TOTAL						-

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC LOTE UF

13 - BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	DEPREC.	QUANT.	VALOR EM R$ REAIS	
				UNITÁRIO	TOTAL
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
					-
TOTAL					-

LAUDO DE AVALIAÇÃO URBANO

VALEC XX LOTE XX UF XX

014 - OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR CÁLCULO DA TERRA NUA

Faixa de domínio

Área desapropriada (m²)	x	Valor homogeneizado/m²			
0	x		=	R$	-

TOTAL = **R$** -

Avaliação Intervalar:
Estimativa de tendência Central obtido em planilha de Homogeneização.
#DIV/0!

Outras áreas:

Área desapropriada (m²)	x	Valor homogeneizado/m²	
	x		=

TOTAL =

015 - RESUMO DOS VALORES

01 - FAIXA DE DOMÍNIO	R$	-
02 - OUTRAS ÁREAS - ESPECIFICAR	R$	
03 - SUB-TOTAL (01)	**R$**	-
04 - QUADRO 12.1 - ESPÉCIES VEGETAIS	R$	-
05 - QUADRO 13 - BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS	R$	-
06 - SUB-TOTAL (02)	**R$**	**0,00**
07 - TOTAL (1+2)	**R$**	-

08 - MÊS BASE DA AVALIAÇÃO

Limite Inferior (estimativa -15%)	Limite Superior (estimativa +15%)
-	-

016 - ANEXOS

01 - PLANTA(S) PLANIMÉTRICA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
02 - MEMORIAL DESCRITIVO DA(S) ÁREA(S) ABRANGIDA(S)
03 - FOTOGRAFIAS(S) DA(S) BENFEITORIA(S)
04 - DECLARAÇÃO DE RESPEITO AOS LIMITES
05 - CÓPIA DE DOCUMENTOS DE PROPRIEDADE
06 - PLANILHA HOMOGENEIZAÇÃO DAS AMOSTRAS
07 - FICHA DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA UTILIZADA NA PLANILHA DE HOMOGENEIZAÇÃO
08 - ESPECIFICAÇÃO QUANTO A FUNDAMENTAÇÃO E PRECISÃO
09 - CÓPIA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)

017 - ASSINATURA

Local:
Data:

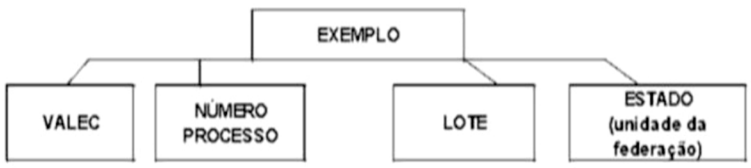
ORIENTAÇÃO PREENCHIMENTO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

Razão de Interesse (item 01)

a) Entende-se pela Utilização final da área desapropriada, como faixa de domínio

b) Valec nº - LOTE - UF

c) Será utilizada uma nomenclatura para identificação do processo. Ex.: Valec - 094 - LOTE 12 - TO



Localização (item 02) - Trata-se da localização exata da área.

a) Localidade (item 2.1) - É o povoado, o vilarejo, o entroncamento, o bairro, a parada na beira do rio, ou a divisão geopolítica, o distrito.

b) Município (item 2.2) - Discriminar o Município correspondente.

c) Estado (item 2.3) - Discriminar o Estado correspondente.

d) Locação (item 2.4), Km e estacas - Discriminar o quilômetro correspondente da faixa de domínio do imóvel.

Identificação do Ocupante e do Imóvel (item 03)

a) Nome (item 3.1) - Anotar o nome completo, sem abreviaturas.

b) Apelido (item 3.2) - O nome pelo qual o entrevistado é mais conhecido na região.

c) Nacionalidade (item 3.3), Local de nascimento (item 3.4), Profissão (item 3.5), Data de nascimento (item 3.6), Documento de Identidade nº (item 3.7), CPF nº (item 3.8), Filiação (item 3.9), Estado Civil (item 3.10), Regime do casamento (item 3.11), Nome do conjugue (item 3.12), Apelido (item 3.13), Nacionalidade (item 3.14), Doc. de Identidade nº (item 3.15), Profissão (item 3.16)

NOTA : Essas informações devem ser anotadas corretamente, sem utilizar abreviaturas de nomes ou sobrenomes, pois serão utilizados para a elaboração de documentos de transferência do imóvel.

d) Endereço para Correspondência (item 3.17) - É o endereço postal mais fácil para se entrar em contato com o entrevistado - (item 3.17.1) - CEP
e) Telefone (item 3.18) - Discriminar o mais fácil para se entrar em contato com o entrevistado.
f) Procurado (item 3.19) - Nome e endereço do procurador.
g) Telefone (item 3.20) - Telefone do procurador
h) Denominação do Imóvel (Item 3.21) - O nome típico da propriedade, ou como é conhecida na região e que deve constar na certidão imobiliária.
i) Distrito (item 3.22), Município (item 3.23), Comarca (item 3.24) - A localização política do imóvel, podendo ser obtida nos títulos de propriedade.
j) Móvel adquirido de (item 3.25) - Nome completo do último proprietário.
k) Data de Aquisição (item 3.26 - Discriminar a data de aquisição.
l) Documento de Aquisição (item 3.27) - Referir o tipo de documento.
m) Cartório (item 3.28), Livro (item 3.29) - Quando se tratar de documento público, anotar o nome do cartório, o número do livro e das folhas onde foi lavrado.
n) Folhas (item 3.30), Cartório de Registro (item 3.31), nº de registro (item 3.32), Livro (item 3.33), Folhas (item 3.34)
o) Cadastro INCRA / Prefeitura (item 3.35) - Anotar o número do cadastro no INCRA, quando se tratar de imóvel rural ou registro da Prefeitura (IPTU) quando se referir ao imóvel urbano.
p) Área Total do imóvel (item 3.36) - É a área do imóvel, conforme constar dos documentos de propriedade.
q) Área Abrangida (item 3.37) - Compreende a área a ser desapropriada
r) Outras áreas (item 3.38) - discriminar outras áreas a serem desapropriadas. Categoria da Ocupação (item 3.39(- Trata-se da relação entre o titular e o imóvel, podendo ser proprietário, foreiro, arrendatário, parceleiro, posseiro, ocupante ou invasor. Data da ocupação (item 3.40)

Localização do Imóvel (item 04)

a) Zona (item 4.1) - Se o imóvel está localizado na zona urbana ou na rural.

b) Terreno Demarcado (item 4.2), Ação nº (item 4.3), Cartório (item 4.4), Data (item 4.5)

c) Há litígio (item 4.6) Ação nº (item 4,7), Cartório (item 4.8), Data (item 4.9)

Limites e confrontações (item 05) - Norte (item 5.1), sul (item 5.2), Leste (item 5.3), Oeste (item 5.4) - Devem ser descritos pelos pontos cardeais, pelo nome do confrontante e/ou pelo nome da fazenda.

Vias e Meios de Acesso (item 06) - Descrever os roteiros e os meios de locomoção utilizados e as vias de acesso do imóvel, sua distância da sede do município e de cidades ou vilas mais próximas.

Descrição do Imóvel (item 07) - Fazer uma descrição sucinta do imóvel, como qualidade e utilização das terras, estado de conservação das benfeitorias e outros dados que auxiliem na avaliação do bem a ser desapropriado. Caso o espaço não seja suficiente, continuar as observações no verso da folha.

Croqui de cesso (item 08) - Apresentar um croqui de acesso ao imóvel sobreposto a ortofoto, para ilustrar e descrever as vias e meios de acesso. Em situações que a ortofoto não apresentar boa resolução, o croqui poderá ser apenas desenhado (anexo I - Croqui de acesso).

Método utilizado (item 10) - Descrever o método utilizado para avaliar o imóvel

Fatores limitantes, pressupostos e ressalvas (item 11) - descrever a justificativa para a adoção dos fatores do imóvel avaliando e para a adoção do critério de depreciação, alterações de metodologia, indicação do RGV que subsidiou a avaliação, as limitações e ressalvas ine rentes aos trabalhos, etc.

Benfeitorias Reprodutivas - Imóvel Rural

a) Culturas Permanentes - (item12.1) - Relacionar as culturas permanentes existentes na área abrangida pela desapropriação, discriminando as espécies (A), sua idade (B), o estado fitossanitário (C), definindo a unidade (E) e quantificando a espécie (D). Os valores serão atribuídos com base na Tabela de preços da Valec, aplicados a todas as benfeitorias reprodutivas.
b) Culturas Temporárias - (item 12.2) - Caso a liberação da área tenha que se efetivar antes da colheita, observar o mesmo procedimento do item anterior.
c) Pastagens - (item 12.3) - Relacionar as pastagens existentes na área abrangida pela desapropriação, observar o mesmo procedimento do item anterior. Os valores serão atribuídos com base na Tabela de preço da Valec, aplicados a todas as benfeitorias reprodutivas.
d) Extrativismo - (item 12.4) - Relacionar as espécies existentes na área abrangida pela desapropriação, observar o mesmo procedimento do item anterior. Os valores serão atribuídos com base na Tabela de preços da Valec, aplicados a todas as benfeitorias reprodutivas.
Benfeitorias Reprodutivas - Imóvel Urbano
a) Espécies vegetais - (item 12.1) - Relacionar as espécies vegetais existentes na área abrangida pela desapropriação, discriminando as espécies (A), sua idade (B), o estado fitossanitário (C), definindo a unidade (E) e quantificando a espécie (D). Os valores serão atribuídos com base na Tabela de preços da Valec, aplicados a todas as benfeitorias reprodutivas.

Benfeitorias não Reprodutivas (imóvel rural ou urbano)

a) Benfeitorias não reprodutivas (item 13) - Fazer discriminação e descrição detalhada das construções e instalações, anotando o tipo, material empregado, estado de conservação, definindo unidades e quantificando-as. Aplicar a depreciação nos casos passíveis, conforme texto da Resolução Normativa, com base em critérios técnicos. Os valores serão atribuídos com base na Tabela de preços da Valec, aplicados a todas as benfeitorias não reprodutivas.

Calculo de Terra Nua de Imóvel Rural item 14

a) Cálculo do valor de terra nua (ha)

b) Utilizar os valores obtidos a partir da homogeneização do imóvel avaliando com as amostras do relatório de instituição idônea contratada pela Valec

Cálculo de Terreno de Imóvel Urbano (item 14)

a) Cálculo do valor de terreno (m²);

b) Utilizar os valores obtidos a partir da homogeneização do imóvel avaliando com as amostras do relatório de instituição idônea contratada pela Valec.

Resumo dos Valores - (item 15) - Condensação dos valores calculados a partir das informações obtidas do item 12 ao item 14. Anotar neste item o mês/ano base da avaliação efetuada. Apresentar o campo de arbítrio da avaliação, limitado a 15% para mais ou para menos em relação ao valor central.

Anexos - (item 16) - Deverão ser anexados, obrigatoriamente, os documentos relacionados nos subitens de 01 a 11 e outros que forem julgados necessários.

Assinaturas - (item 17)

Local (subitem 01), Data (subitem 02), responsável pela Avaliação (subitem 03), Campos a serem preenchidos pelo avaliador ao término do preenchimento do Laudo de Avaliação.

ANEXO K - TABELA CLASSE CAPACIDADE USO DO SOLO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	K

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

CLASSE DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO

Classificação das terras segundo O Manual brasileiro para levantamento da capacidade de uso da terra – Escritório Técnico de Agricultura- Brasil /Estados Unidos, 1971:

a) CLASSE I - São terras que têm nenhuma ou somente muito pequenas limitações permanentes ou riscos de depauperamento. São próprias para culturas anuais climaticamente adaptadas, com produção de colheitas entre médias e elevadas, sem práticas ou medidas especiais de conservação do solo. Normalmente, são solos profundos, de fácil mecanização, com boa retenção de umidade no perfil e fertilidade de média a alta. São áreas planas ou com declividades muito suaves, sem riscos de inundação e sem grandes restrições climáticas. Não há afloramentos de rocha, nem o lençol de água é permanentemente elevado ou qualquer outra condição que possa prejudicar o uso de máquinas agrícolas. Dependendo de bons sistemas de manejo, podem mesmo ser cultivadas com plantas que facilitem a erosão, como o algodão, milho ou mandioca, plantadas em linhas retas, sem perigo apreciável de erosão acelerada.

b) CLASSE II - Consiste em terras que têm limitações moderadas para o seu uso. Estão sujeitas a riscos moderados de depauperamento, mas são terras boas, que podem ser cultivadas desde que lhes sejam aplicadas práticas especiais de conservação do solo, de fácil execução, para produção segura e permanente de colheitas entre médias e elevadas, de culturas anuais adaptadas à região. A declividade já pode ser suficiente para provocar enxurradas e erosão. Em terras planas, podem requerer drenagem, porém sem necessidades de práticas complexas de manutenção dos drenos. Podem enquadrar-se nessa classe também terras que não tenham excelente capacidade de retenção de água. Cada uma dessas limitações requer cuidados especiais, como aração e plantio em contorno, plantas de cobertura, cultura em faixas, controle de água, proteção contra enxurradas advindas de glebas vizinhas, além das práticas comuns já referidas para a classe I, como rotações de cultura e aplicações de corretivos e fertilizantes.

c) CLASSE III - São terras que, quando cultivadas sem cuidados especiais, são sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente no caso de culturas anuais. Requerem medidas intensas e complexas de conservação do solo, a fim de poderem ser cultivadas segura e permanentemente, com produção média a elevada, de culturas anuais adaptadas. Os principais fatores limitantes são a declividade (moderada), drenagem eficiente, escassez de água no solo (regiões semiáridas não irrigadas) e pedregosidade. Frequentemente, essas limitações restringem muito a escolha das espécies a serem cultivadas, ou à época do plantio ou operações de preparo e cultivo do solo.

d) CLASSE IV - São terras que têm riscos ou limitações permanentes muito severas quando usadas para culturas anuais. Os solos podem ter fertilidade natural boa ou razoável, mas não são adequados para cultivos intensivos e contínuos. Usualmente, devem ser mantidos com pastagens, mas podem ser suficientemente boas para certos cultivos ocasionais (na proporção de um ano de cultivo para cada quatro a seis de pastagens) ou para algumas culturas anuais, porém com cuidados muito especiais. Tais terras podem ser caracterizadas pelos seguintes aspectos: declive íngreme, erosão severa, obstáculos físicos, como pedregosidade ou drenagem muito deficiente, baixa produtividade, ou outras condições que as tornem impróprias para o cultivo motomecanizado regular. Em algumas regiões onde a escassez de chuvas seja muito sentida, de tal maneira a não serem seguras as culturas sem irrigação, as terras deverão ser classificadas na classe IV.

e) CLASSE V - São terras planas ou com declives suaves praticamente livres de erosão, mas impróprias para serem exploradas com culturas anuais, podendo, com segurança, ser apropriadas para pastagens, florestas, ou mesmo para algumas culturas permanentes, sem a aplicação de técnicas especiais. Embora apresentando praticamente planas e não sujeitas à erosão, não são adaptadas para exploração com culturas anuais comuns, em razão de impedimentos permanentes, tais como muito baixa capacidade de armazenamento de água, encharcamento (sem possibilidade de ser corrigido), adversidade climática, frequente risco de inundação, pedregosidade ou afloramento de rochas. Em alguns casos é possível o cultivo exclusivo de arroz; mesmo assim com risco de insucesso pelas limitações advindas, principalmente, do risco de inundação. O solo, entretanto, tem poucas limitações de qualquer espécie, para uso de pastagens ou silvicultura. Podem necessitar de alguns tratos para produções satisfatórias, tanto de forragens como de arbustos e árvores. Entretanto, se tais tratos forem dispensados, não serão sujeitas à erosão acelerada. Por isso, podem ser usadas permanentemente sem práticas especiais de controle de erosão ou de proteção do solo.

f) CLASSE VI - Terras impróprias para culturas anuais, mas que podem ser usadas para produção de certos cultivos permanentes úteis, como pastagens, florestas e algumas culturas permanentes protetoras do solo, como seringueira e cacau, desde que adequadamente manejadas. O uso com pastagens ou culturas permanentes protetoras devem ser feito com restrições moderadas, com práticas especiais de conservação do solo, uma vez que, mesmo sob esse tipo de vegetação, são medianamente susceptíveis de danificação pelos fatores de depauperamento do solo. Normalmente as limitações que apresentam, são em razão da declividade excessiva ou pequena profundidade do solo, ou presença de pedras impedindo emprego de máquinas

agrícolas. Quando a pluviosidade da região é adequada para culturas, as limitações das classes VI residem, em geral, na declividade excessiva, na pequena profundidade do solo ou na pedregosidade. Nas regiões semiáridas, a escassez de umidade, muitas vezes, é a principal razão para o enquadramento da terra na classe VI.

g) CLASSE VII - Terra que, por serem sujeitas a muitas limitações permanentes, além de serem impróprias para culturas anuais, apresentam severas limitações, mesmo para certas culturas permanentes protetoras do solo, pastagens e florestas. Sendo altamente susceptíveis de danificação, exigem severas restrições de uso, com práticas especiais. Normalmente, são muito íngremes, erodidas, pedregosas ou com solos muito rasos, ou ainda com deficiência de água muito grande. Os cuidados necessários a elas são semelhantes aos aplicáveis à classe VI, com a diferença de poder ser necessário maior número de práticas conservacionistas, ou que estas tenham que ser mais intensivas a fim de prevenir ou diminuir os danos por erosão. Requerem cuidados extremos para controle da erosão. Seu uso, tanto para pastoreio como para produção de madeira, requer sempre cuidados especiais.

h) CLASSE VIII - Terras impróprias para serem utilizadas em qualquer tipo de cultivo, inclusive de florestas comerciais ou para produção de qualquer outra forma de vegetação permanente de valor econômico. Prestam-se apenas para proteção e abrigo da fauna e flora silvestre, para fins de recreação e turismo ou de armazenamento de água em açudes. Consistem, em geral, em áreas extremamente áridas, ou acidentadas, ou pedregosas, ou encharcadas (sem possibilidade de pastoreio ou drenagem artificial), ou severamente erodidas ou encostas rochosas, ou ainda dunas arenosas. Inclui-se aí a maior parte dos terrenos de mangues e de pântanos e terras muito áridas, que não se prestam para pastoreio.

O quadro a seguir apresenta os Fatores de Capacidade de Uso do Solo relativos a cada classe adotada por esta resolução normativa (Adaptado de MENDES SOBRINHO, 1973):

Quadro 1 - Determinação do Fator de Capacidade de Uso das Terras (*Adaptado da Escala de Mendes Sobrinho*).

Classe	Características	Fatores
I	Terras cultiváveis aparentemente sem problemas especiais de conservação.	1,20
II	Terras cultiváveis com problemas simples de conservação.	1,15
III	Terras cultiváveis com problemas complexos de conservação.	1,10
IV	Terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação.	1,00
V	Terras cultiváveis apenas em casos de algumas culturas permanentes e adaptadas em geral para pastagens ou reflorestamento, encharcamento permanente, afloramentos de rochas, sem necessidade de práticas especiais de conservação.	0,90
VI	Terras cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes e adaptadas em geral para reflorestamento, com problemas simples de conservação.	0,80
VII	Terras cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes e adaptadas em geral para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação.	0,75
VIII	Terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, devendo servir apenas como abrigo de fauna silvestre, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento de água. Áreas com qualquer tipo de restrição legal de uso ou exploração.	0,70

Fonte: Adaptado de MENDES SOBRINHO (1973).

TABELA DE DETERMINAÇÃO DE CLASSE DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO (CCU)									
Gleba hectare(s):									
Fator limitante	Característica	Classe de Capacidade de Uso							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
1. Fertilidade natural ou produtividade aparente (V%)	a. Muito alta >70 %	X							
	b. Alta - 50 % a 70 %	X							
	c. Média - 30 % a 50 %		X						
	c. Baixa - 10 % a 30 %			X					
	d. Muito baixa < 10 %						X		
2. Profundidade efetiva	a. Muito profundo > 200 cm	X							
	b. Profundo - 100cm a 200 cm		X						
	c. Moderadamente profundo - 50 cm a 100cm			X					
	e. Raso - 25 cm 50 cm				X				
	d. Muito raso < 25 cm								X
3. Drenagem interna	a. Excessiva		X						
	b. Forte		X						
	c. Acentuada		X						
	d. Bem drenado	X							
	e. Moderada		X						
	f. Imperfeita			X					
	g. Mal drenado					X			
	h. Muito mal drenado								X
4. Deflúvio superficial	a. Muito rápido				X				
	b. Rápido			X					
	c. Moderado		X						
	d. Lento	X							
	e. Muito lento		X						
5. Pedregosidade	a. Sem pedras	X							
	b. Ligeiramente pedregoso < 1%		X						
	c. Moderadamente pedregoso 1% a 10%			X					
	d. Pedregoso 10% a 30%				X				
	e. Muito pedregoso 30% a 50%						X		
	f. Extremamente pedregoso > 50%								X
6. Riscos de Inundação	a. Ausente	X							
	b. Ocasional			X					

TABELA DE DETERMINAÇÃO DE CLASSE DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO (CCU)									
Gleba hectare(s):									
Fator limitante	Característica	Classe de Capacidade de Uso							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
	c. Frequente					X			
	d. Muito frequente								X
7. Classe de declividade	a. < 2%	X							
	b. 2% a 6%		X						
	c. 6% a 12%			X					
	d. 12% a 20%				X				
	e. 20% a 40%						X		
	f. > 40%							X	
8. Grau de erosão laminar	a. Não aparente	X							
	b. Ligeira		X						
	c. Moderada			X					
	d. Severa						X		
	e. Muito severa								X
9. Sulcos rasos	a. Ocasionais		X						
	b. Frequentes			X					
	c. Muito frequentes				X				
10. Sulcos médios	a. Ocasionais			X					
	b. Frequentes				X				
	c. Muito frequentes						X		
11. Sulcos profundos	a. Ocasionais				X				
	b. Frequentes						X		
	c. Muito frequentes							X	
12. Voçorocas									X
13. Seca edafológica	a. Muito longa						X		
	b. Longa				X				
	c. Média			X					
	d. Curta		X						
	e. Muito curta	X							

DATA: **AVALIADOR:**

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA TABELA DE DETERMINAÇÃO DE CLASSE DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO (CCU)

✓ Identificar e utilizar a Tabela de Determinação de CCU para cada gleba homogênea preenchendo a área correspondente em hectare(s).

✓ Avaliar cada gleba homogênea marcando a opção adequada de acordo com os seus fatores limitantes, conforme a Tabela de Determinação de CCU.

✓ A CCU será determinada de acordo com o fator limitante mais restritivo para a respectiva gleba.

ORIENTAÇÕES PARA DETERMINAÇÃO DO FATOR HIDROGRAFIA (FH)

FATOR HIDROGRAFIA

O Avaliador deverá discriminar as fontes de água da propriedade, realizando a somatória dos pontos correspondentes a cada tipo de fonte (rio, ribeirão, córrego, lago, poço tubular, cisterna, nascente, etc.) conforme a escala da tabela a seguir:

Quadro 4 – Nota da Hidrografia.

Tipo da hidrografia	Notas
Rio	3
Ribeirão e Riacho	2
Córrego	1
Lago/lagoa/açude/represa	1
Poço tubular profundo	1
Cisterna	0,5
Nascente	0,5

De posse dessa quantificação, o profissional deve-se dirigir a próxima tabela, onde há o enquadramento da nota de hidrografia (somatória das fontes de água) em relação a dimensão do imóvel, a qual é classificada seguindo os módulos fiscais (MF) rurais definidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Quadro 5 – Quadro de cruzamento entre dimensão do imóvel e nota da hidrografia resultando no fator hidrografia.

Nota da hidrografia	Dimensão dos imóveis em nº de Módulos Fiscais MF (INCRA)							
	MF < 0,50	MF >= 0,50 e MF < 1,50	MF >= 1,50 e MF < 3,00	MF >= 3,00 e MF < 6,00	MF >= 6,00 e MF < 12,00	MF >= 12,00 e MF < 24,00	MF >= 24,00 e MF < 48,00	MF >= 48,00
H > 6,0	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
5,0 < H <= 6,0	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,15	1,15	1,15
4,0 < H <= 5,0	1,20	1,20	1,20	1,15	1,15	1,10	1,10	1,05
3,0 < H <= 4,0	1,20	1,20	1,15	1,10	1,05	1,05	1,05	1,00
2,0 < H <= 3,0	1,20	1,15	1,10	1,05	1,00	1,00	0,95	0,95
1,0 < H <= 2,0	1,10	1,05	1,00	0,95	0,95	0,95	0,90	0,90
H = 1,0	1,00	0,95	0,90	0,90	0,90	0,90	0,85	0,85
H = 0,5	0,90	0,90	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,80
H = 0,0	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80

Exemplo: *imóvel rural localizado no município de Porangatu-GO, que possui 160,00 hectares e como fonte de água, 2 córregos, 1 represa (artificial e formada por um dos córregos) e 1 cisterna*:

Resposta: nesse caso a represa é desconsiderada, pois as águas que a enchem são provenientes de um dos córregos, ou seja, não é uma quarta fonte diferente e isolada de água, além dela já ser uma benfeitoria não reprodutiva. Assim, a somatória das fontes hídricas é igual a 2,5. Quanto a dimensão, em Porangatu-GO o modulo fiscal do INCRA é igual a 60 hectares, logo esse imóvel tem 2,67 módulos fiscais.

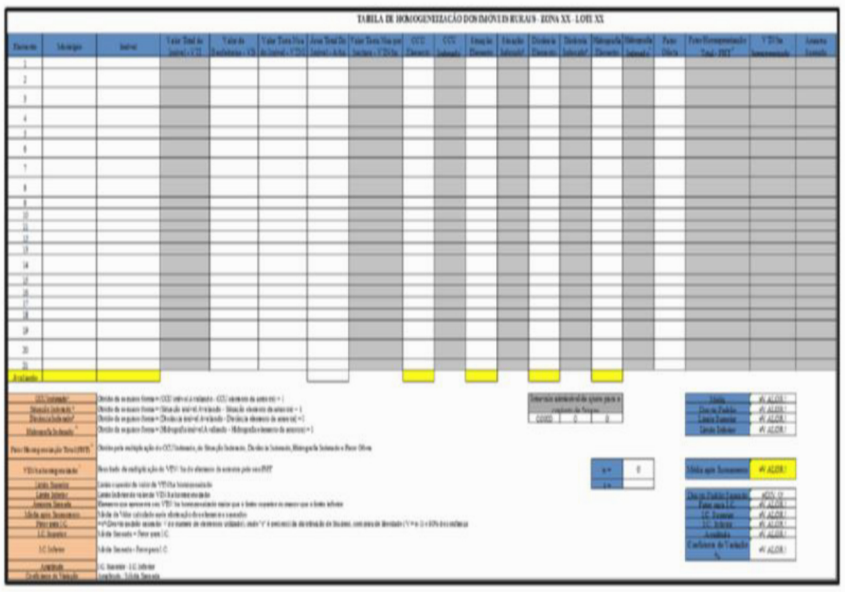
Fazendo a correlação de MF = 2,67 (entre 1,50 e 3,00), e H = 2,5 (entre 2,0 e 3,0), temos que o fator hidrografia deste imóvel é 1,10.

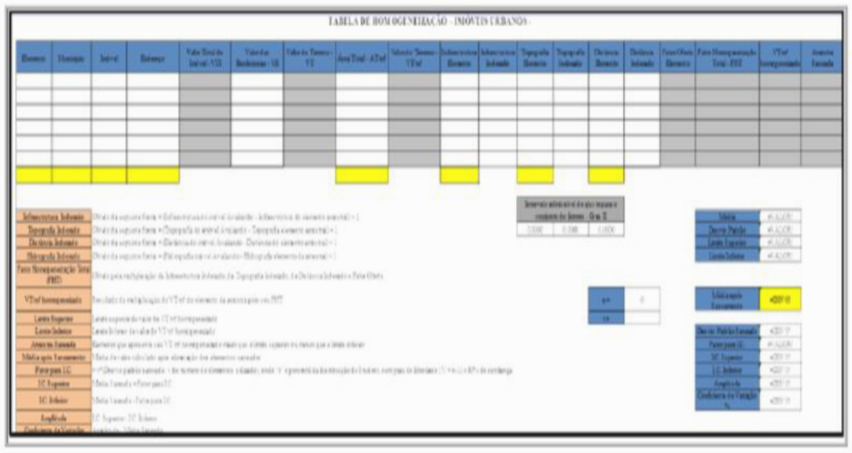
ANEXO L - MODELO DE PLANILHA PARA O CÁLCULO

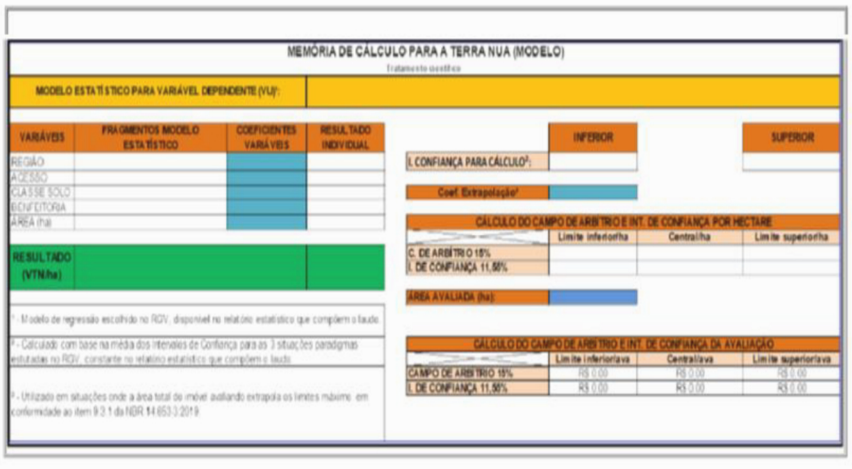
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	L







ANEXO M - MODELO PARECER DA COMISSÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	M

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

PARECER N° XXX/20XX - Comissão de Desapropriação da XXXX/GEDES/SUGAT/DIREN Processo N° 51402.XXXXX/XXXX-XX
Interessado:
Assunto:

EMENTA: Parecer da Comissão de Desapropriação da XXXX, instituída pela Portaria nº XXXX, para atendimento do capítulo IV, Título VII da Resolução Normativa nº X, de XX/XX/XXX, com o objetivo de *"analisar as avaliações realizadas para efeito de desapropriação e indenização de terra nua; terrenos; bens imóveis; e benfeitorias das áreas do empreendimento"* sob sua jurisdição.

I. RELATÓRIO

1. Versam os presentes autos sobre desapropriação de XXXXX para a Ferrovia XXXX, entre os km XXX+XXX e XXX+XXX, no município de XXXXXX, em favor de XXXX XXXX, constituídos em conformidade com a Resolução Normativa, de XX/XX/XXXX.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2. O laudo de avaliação foi juntado XXXXXX, apresentando para a indenização da Terra Nua de superfície de XXXXX ha/m² e Benfeitorias (discriminar as benfeitorias) o valor de R$ XX.XXX,XX (tantos reais e tantos centavos), sendo o limite inferior da avaliação R$ XX.XXX,XX e o limite superior R$ XX.XXX,XX. Tal peça técnica se baseou no Relatório Genérico de Valores – RGV – para o trecho, aprovado pela DIREX através da Ata da XXXX sua Reunião. Observamos então que o Laudo segue os critérios e dispositivos definidos pela Norma 80-EG-000F-91-0001 3ª Revisão de XX/XX/XXXX e NBR 14.653 (especificar a parte da norma), contando com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – do avaliador.

III. CONCLUSÃO

3. Por todo o exposto, essa Comissão analisou a avaliação realizada para efeito da desapropriação e indenização de terra nua e benfeitorias do processo em questão, estando a mesma de acordo com as disposições técnicas das normas citadas.

4. Cabe destacar que o pagamento da indenização está condicionado à emissão de Parecer da Jurídico e à aprovação da Diretoria Executiva da VALEC.

É o parecer, s.m.j.

Cidade, XX de xxxxx de 20xx.

NOME

Cargo

O Avaliador deverá discriminar as fontes de água da propriedade, realizando a somatória dos pontos correspondentes a cada tipo de fonte (rio, ribeirão, córrego, lago, poço tubular, cisterna, nascente, etc.) conforme a escala da tabela a seguir:

Quadro 4 – Nota da Hidrografia.

Tipo da hidrografia	Notas
Rio	3
Ribeirão e Riacho	2
Córrego	1
Lago/lagoa/açude/represa	1
Poço tubular profundo	1
Cisterna	0,5
Nascente	0,5

De posse dessa quantificação, o profissional deve-se dirigir a próxima tabela, onde há o enquadramento da nota de hidrografia (somatória das fontes de água) em relação a dimensão do imóvel, a qual é classificada seguindo os módulos fiscais (MF) rurais definidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Presidente da Comissão de Desapropriação da XXXX

NOME Cargo Membro da Comissão de Desapropriação da XXXX	NOME Cargo Membro da Comissão de Desapropriação da XXXX

***Trata-se modelo, caso a comissão se depare com situação atípica, o colegiado tem total liberdade para alterar a redação do Parecer, modificando e/ou incluindo conteúdo mais atinente ao caso**

ANEXO N - PROPOSTA DE INDENIZAÇÃO AMIGÁVEL

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	N

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

OFÍCIO Nº XXX/20XX/GEDES/SUGAT/DIREN/VALEC

Cidade, XX de XXXX de 20XX.

A Sua Senhoria o (a) Senhor (a)
NOME DO DESTINATÁRIO
Endereço do destinatário

CEP: XXXXX-XXX – Cidade /Estado

Assunto: Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Anexos: - Cópia do Ato de Declaração de Utilidade Pública; e,
- Planta Planimétrica com a descrição dos bens e confrontantes.

Senhor(a) Desapropriando,

A **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A,** empresa pública, prestadora de serviço público, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede na SAUS – Quadra 01, bloco G, Lote 3 e 5. Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70.070-010., na cidade de Brasília (DF), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 42.150.664/0001-87, doravante denominada **Desapropriante** vem, com fulcro no Decreto/Declaração de Utilidade Pública nº **XX**, de XX de XXXXX de 20XX, publicado no diário Oficial da União em XX de XXXXX de 20XX, perante o(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], regularmente inscrito(a) no CPF (MF) sob o nº XXXXXXXXX, identidade RG nº XXXX XXXXXX, e seu(ua) esposo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], regularmente inscrito(a) no CPF (MF) XXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade RG XXXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados neste município de XXXXXXXX-XX, cito na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominados **Desapropriados**, propor a indenização amigável quanto à Desapropriação de uma fração de terras de **XXXXX ha (m²)** e suas benfeitorias e acessórios, pertencentes à **Fazenda XXXXXXXX**, município de XXXXXXXX- XX, com área total de XXXXX ha (m²), registrada no Cartório do Registro Geral de Imóveis XXXXXXXXXXXXXX sob a Matrícula nº **XXXX**, conforme demonstram as plantas e memoriais descritivos inseridos nos autos administrativos do processo, 51402.XXXXX/20XX- XX (VALEC XXXX), os quais constituem-se em anexos do presente Ofício, área essa que será destinada à implantação do empreendimento denominado _____, mediantes as seguintes condições:

1. O valor proposto pela **Desapropriante** para pagamento integral da desapropriação, compreendendo a fração de terras de **XXXXXX** ha (m²) (**XXXXXX** hectares, **XXXXX** centiares, **XXXXXX** metros quadrados), suas benfeitorias e acessórios, é de R$ **XXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**), que serão pagos em moeda corrente do país, no ato da assinatura da Escritura Pública de Desapropriação Amigável.

2. A quantia ora proposta compreende a completa indenização pela desapropriação, que uma vez paga e satisfeita, ensejará a quitação ampla, geral e irrevogável, para nada mais exigir ou reclamar em tempo algum, incluindo lucros cessantes e danos emergentes relacionados à perda da propriedade, transferindo toda a posse, jus, domínio, direitos e ações que exercia sobre o imóvel, benfeitorias e acessórios do bem expropriado.

3. Os **Desapropriados** comprometem-se a não construir, edificar, cultivar ou promover, dentro da área expropriada, quaisquer benfeitorias ou alterações, seja a que título for, excetuando-se as benfeitorias necessárias, nos termos do art. 26, § 1º do Decreto Lei nº 3.365/41. Se quaisquer benfeitorias forem feitas após a apresentação da presente proposta, ficam os **Desapropriados** cientes de que não serão indenizadas, conforme artigo 1.255 do Código Civil.

4. Os **Desapropriados** deverão responsabilizar-se pela guarda e manutenção das cercas que ali serão implantadas pela **Desapropriante.**

5. Quando da aceitação da presente proposta, fica autorizada a **Desapropriante** e seus prepostos, a utilizarem a área desapropriada, acima descrita, para o início imediato das obras.

6. Os **Desapropriados** têm 15 (quinze) dias para se manifestar quanto a aceitação da proposta, findado o prazo sem resposta será considerado rejeição, conforme artigo 10-A, § 1º, inciso IV do Decreto-Lei 3.365/41.

7. Ressalte-se, que nos termos do Estatuto Social da Empresa **Desapropriante,** e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, a validade da presente proposta, se aceita pelos **Desapropriados**, decorrerá de ato formal a ser praticado pela autoridade administrativa competente, ou seja, os termos da presente proposta deverão ser apreciados e aprovados pela Diretoria Executiva da Valec, ocasião em que o presente documento passará a ter validade em toda a sua plenitude.

_____
NOME
Cargo

De acordo em:_____/_____/20_____.

_____
Desapropriado

_____
Desapropriado

ANEXO O - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OBRAS (PARA OS CASOS DE REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL)

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	O

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Localidade/UF,_(dia)_ de _(mês) de ano.

À

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Prezados Senhores,

1. IMÓVEL DESAPROPRIADO: área de ha ( ) da Fazenda [ ], registrada sob matrícula 4.928, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de [ ], Estado de [ ], conforme plantas e memoriais descritivos inseridos nos autos administrativos do processo VALEC [ ], 51402.[ ], e entregues aos expropriandos para a devida conferência.

2. EXPROPRIANTE: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, empresa pública federal, por força do art. 8º da Lei 11.772 de 17 de setembro de 2008, sob forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, CNPJ 42.150.664/0001-87, com sede no Setor SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Asa Sul Brasília - DF - CEP: 70.070-010, autorizada a funcionar como empresa concessionária de ferrovias, conforme Decretos Federais n. 94.176/87 e 94.813/87. Estatal responsável, por meio da [número da Resolução da Agência Regulad ora ou Decreto], expedida pela [Agência Reguladora ou Presidência da República], pela desapropriação das áreas necessárias à implantação da Ferrovia [ ] (Estrada de Ferro [ ]).

3. EXPROPRIANDO (S): [ ], [estado civil], [profissão], inscrita no CPF sob o nº [ ], inscrita no RG sob o [ ], casada sob o regi me [ ] com [ ], brasileiro, casado, [profissão], inscrito no CPF sob o nº [ ], inscrito no RG sob o nº [ ], ambos residentes e domiciliados na [ ], CEP: [ ].

4. Coletivamente PARTES.

CONSIDERANDO

5. Que a EXPROPRIANTE apresentou proposta de desapropriação regular, nos termos do artigo 10-A do Decreto Lei nº 3.365/1941.

6. Que o EXPROPRIADO pretende aceitar a proposta oferecida, porém, necessita de prazo para regularizar documentação necessária à instrução do processo administrativo de desapropriação.

RESOLVEM

7. O EXPROPRIANDO compromete-se a buscar regularizar a situação documental relativa aos seguintes pontos [ ]

7.1. O EXPROPRIANDO indica o prazo de [ ] dias para a conclusão das diligências.

7.2. Findo o prazo, acaso o EXPROPRIANDO não tenha logrado finalizar as diligências, deverá informar a EXPROPRIANTE, bem como indicar se deseja a abertura de novo prazo, a ser indicado em correspondência.

7.3. Fica a exclusivo critério da EXPROPRIANTE aceitar ou não a prorrogação de prazo, sem prejuízo da validade do presente acordo.

8. O EXPROPRIANDO, neste ato, autoriza a EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados a utilizarem a área acima descrita, incluindo todas as benfeitorias, para o início imediato das obras de construção da [ferrovia], no trecho ferroviário compreendido entre as estacas [ ].

9. O EXPROPRIANDO, neste ato, dá posse provisória e gratuita à EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados, sobre o IMÓVEL DESAPROPRIADO a perdurar até a data do pagamento da indenização, quando o imóvel será de jure transmitido definitivamente à EXPROPRIANTE.

10. A EXPROPRIANTE concorda em aguardar as diligências a serem adotadas pelo EXPROPRIANDO para regularizar sua situação documental pelo prazo assinalado, nos termos da cláusula 10.

11. Na hipótese de o EXPROPRIANDO não lograr a regularização documental, convencionam as partes, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil, que a posse concedida pelo presente acordo será mantida até o fim do processo de desapropriação, com o pagamento de indenização judicialmente arbitrada após o trânsito em julgado.

11.1. Na hipótese de o EXPROPRIANDO não lograr a regularização documental, a EXPROPRIANTE concorda em ajuizar a ação de desapropriação no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

12. As PARTES concordam que seja o presente acordo apresentado em juízo quando da propositura da eventual ação de desapropriação, tendo a presente cláusula força de negócio jurídico processual, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil.

12.1. Pelo presente negócio jurídico processual, as PARTES acordam que, mediante o depósito do valor inicialmente ofertado pela Valec, se considere regular a continuidade ininterrupta, ao longo do processo judicial, da posse concedida pelo presente acordo.

12.2. O depósito deverá se dar em até 15 dias úteis após a homologação em juízo do negócio jurídico processual previsto nesta cláusula, a qual será requerida em conjunto com a petição inicial.

12.3. O EXPROPRIADO fará jus ao saque de 80% do valor depositado, nos exatos termos e condições do art. 33, § 2º e 34 do Decreto Lei nº 3.365/194.

12.4. O EXPROPRIADO concorda que, neste caso, se vier a ser arbitrado valor superior ao oferecido pela Valec quando do deslinde do processo, fará ele jus a juros compensatórios a partir da data em que o juiz homologar o negócio jurídico processual contido nesta cláusula.

13. O EXPROPRIANDO renuncia de forma cabal, completa e irretratável a eventuais juros compensatórios correspondentes ao período em que transcorrer a tentativa de regularização – desde a celebração do presente acordo até a homologação em juízo do negócio jurídico processual a que se refere a cláusula 15, no caso de não obter sucesso na regularização documental – ainda que venha a EXPROPRIANTE a ser condenada a complementar a indenização.

[cargo]

VALEC ENGENHARIA, CONSTUÇÕES E FERROVIAS S/A

Expropriante

[Proprietário]

CPF:

ANEXO O1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OBRAS (PARA ANÁLISE DE ACORDO EXTRAJUDICIAL)

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	O1

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Localidade/UF,_(dia)_ de _(mês) de ano.

À

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Prezados Senhores,

1. IMÓVEL DESAPROPRIADO: área de ha ( ) da Fazenda [ ], registrada sob matrícula 4.928, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de [ ], Estado de [ ], conforme plantas e memoriais descritivos inseridos nos autos administrativos do processo VALEC [ ], 51402.[ ], e entregues aos expropriandos para a devida conferência.

2. EXPROPRIANTE: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, empresa pública federal, por força do art. 8º da Lei 11.772 de 17 de setembro de 2008, sob forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, CNPJ 42.150.664/0001-87, com sede no Setor SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Asa Sul Brasília - DF - CEP: 70.070-010, autorizada a funcionar como empresa concessionária de ferrovias, conforme Decretos Federais n. 94.176/87 e 94.813/87. Estatal responsável, por meio da [número da Resolução da Agência Regulad ora ou Decreto], expedida pela [Agência Reguladora ou Presidência da República], pela desapropriação das áreas necessárias à implantação da Ferrovia [ ] (Estrada de Ferro [ ]).

3. EXPROPRIANDO (S): [ ], [estado civil], [profissão], inscrita no CPF sob o nº [ ], inscrita no RG sob o [ ], casada sob o regi me [ ] com [ ], brasileiro, casado, [profissão], inscrito no CPF sob o nº [ ], inscrito no RG sob o nº [ ], ambos residentes e domiciliados na [ ], CEP: [ ].

4. Coletivamente PARTES.

CONSIDERANDO

5. Que a EXPROPRIANTE apresentou proposta de desapropriação regular, nos termos do artigo 10-A do Decreto Lei nº 3.365/1941.

6. Que o EXPROPRIADO, embora entenda devido valor superior, deseja, de livre e espontânea vontade, que a EXPROPRIANTE analise contraproposta para intentar-se acordo extrajudicial de desapropriação, nos termos do artigo 10-A, § 2º do Decreto Lei nº 3.365/1941.

7. Que a EXPROPRIANTE, conforme autorização legal constante na Lei nº 9.469/1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.201/2020, pode celebrar acordos para terminar litígios judiciais de valor inferior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

8. Que a apreciação e eventual aprovação de acordo para terminar litígio judicial tem regulamento próprio na EXPROPRIANTE, cujo inteiro teor acompanha este documento e, portanto, o EXPROPRIADO declara conhecer e concordar, inclusive com seus prazos.

9. Que o EXPROPRIANDO, tem proposta de terminar o litígio fixando o valor da indenização em R$ _____, o qual deseja ver apreciada nos termos do regulamento da EXPROPRIANTE.

RESOLVEM

10. O EXPROPRIANDO concorda com a submissão de contraproposta às instâncias competentes da EXPROPRIANTE para processamento.

11. O EXPROPRIANDO, neste ato, autoriza a EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados a utilizarem a área acima descrita, incluindo todas as benfeitorias, para o início imediato das obras de construção da [ferrovia], no trecho ferroviário compreendido entre as estacas [ ].

12. O EXPROPRIANDO, neste ato, dá posse provisória e gratuita à EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados, sobre o IMÓVEL DESAPROPRIADO a perdurar até a data do pagamento da indenização, quando o imóvel será de jure transmitido definitivamente à EXPROPRIANTE.

13. Na hipótese de não ser aprovado o acordo pela EXPROPRIANTE, convencionam as partes, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil, que a posse concedida pelo presente acordo será mantida até o fim do processo, com o pagamento de indenização judicial mente arbitrada após o trânsito em julgado.

14. O EXPROPRIANDO se declara ciente de que não tem qualquer garantida de que o acordo será aprovado, sendo que, em não sendo aprovado, a EXPROPRIANTE deverá ajuizar a ação de desapropriação no prazo de 30 dias.

15. As PARTES concordam que seja o presente acordo apresentado em juízo quando da propositura da eventual ação de desapropriação, tendo a presente cláusula força de negócio jurídico processual, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil.

15.1. Pelo presente negócio jurídico processual, as PARTES acordam que, mediante o depósito do valor inicialmente ofertado pela Valec, se considere regular a continuidade ininterrupta, ao longo do processo judicial, da posse concedida pelo presente acordo.

15.2. O depósito deverá se dar em até 15 dias úteis após a homologação em juízo do negócio jurídico processual previsto nesta cláus ula, a qual será requerida em conjunto com a petição inicial.

15.3. O EXPROPRIADO fará jus ao saque de 80% do valor depositado, nos exatos termos e condições do art. 33, § 2º e 34 do Decreto Le i nº 3.365/1941.

15.4. O EXPROPRIADO concorda que, neste caso, se vier a ser arbitrado valor superior ao oferecido pela Valec quando do deslinde do processo, fará ele jus a juros compensatórios a partir da data em que o juiz homologar o negócio jurídico processual contido nesta cláusula

16. O EXPROPRIANDO renuncia de forma cabal, completa e irretratável a juros compensatórios sobre a diferença entre o valor pactuado no eventual acordo extrajudicial e aquele depositado inicialmente pela Valec no caso de celebração de acordo.

[cargo]

VALEC ENGENHARIA, CONSTUÇÕES E FERROVIAS S/A

Expropriante

[Proprietário]

CPF:

ANEXO O2 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE OBRAS (PARA ANÁLISE DE ACORDO EXTRAJUDICIAL)

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

DESAPROPRIAÇÃO

Tipo de Documento	Unidade Responsável	Processo	Código	Anexo
RESOLUÇÃO NORMATIVA	GEDAF/SUGAT/DIREM	51402.134106/2015-11	80-EG-000F-91-0001	O2

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Localidade/UF,_(dia)_ de _(mês) de ano.

À

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Prezados Senhores,

1. IMÓVEL DESAPROPRIADO: área de ha ( ) da Fazenda [ ], registrada sob matrícula 4.928, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de [ ], Estado de [ ], conforme plantas e memoriais descritivos inseridos nos autos administrativos do processo VALEC [ ], 51402.[ ], e entregues aos expropriandos para a devida conferência.

2. EXPROPRIANTE: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, empresa pública federal, por força do art. 8º da Lei 11.772 de 17 de setembro de 2008, sob forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, CNPJ 42.150.664/0001-87, com sede no Setor SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Asa Sul Brasília - DF - CEP: 70.070-010, autorizada a funcionar como empresa concessionária de ferrovias, conforme Decretos Federais n. 94.176/87 e 94.813/87. Estatal responsável, por meio da [número da Resolução da Agência Reguladora ou Decreto], expedida pela [Agência Reguladora ou Presidência da República], pela desapropriação das áreas necessárias à implantação da Fe rrovia [ ] (Estrada de Ferro [ ]).

3. EXPROPRIANDO (S): [ ], [estado civil], [profissão], inscrita no CPF sob o nº [ ], inscrita no RG sob o [ ], casada sob o regi me [ ] com [ ], brasileiro, casado, [profissão], inscrito no CPF sob o nº [ ], inscrito no RG sob o nº [ ], ambos residentes e domiciliados na [ ], CEP: [ ].

4. Coletivamente PARTES.

CONSIDERANDO

5. Que a EXPROPRIANTE propôs ação judicial de desapropriação por utilidade pública, que tramita perante a __ª Vara Federal de _____, sob o número CNJ _____.

6. Que a EXPROPRIANTE, conforme autorização legal constante na Lei nº 9.469/1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.201/2020, pod e celebrar acordos para terminar litígios judiciais de valor inferior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

7. Que a apreciação e eventual aprovação de acordo para terminar litígio judicial tem regulamento próprio na EXPROPRIANTE.

8. Que o EXPROPRIANDO, tem proposta de terminar o litígio fixando o valor da indenização em R$ _____, o qual deseja ver apreciada nos termos do regulamento da EXPROPRIANTE.

RESOLVEM

9. O EXPROPRIANDO concorda com a suspensão do processo pelo prazo de dois meses para análise do acordo, nos termos do art. 213, inciso II, do Código de Processo Civil, ciente de que este acordo será utilizado nos autos para requerer a suspensão do processo.

10. As PARTES concordam que seja o presente acordo apresentado em juízo quando da propositura da eventual ação de desapropriação, tendo a presente cláusula força de negócio jurídico processual, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil.

10.1. O EXPROPRIANDO, neste ato, autoriza de forma irrevogável a EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados a utilizarem a área acima descrita, incluindo todas as benfeitorias, para o início imediato das obras de construção da [ferrovia], no trecho ferroviário compreendido entre as estacas [ ].

10.2. O EXPROPRIANDO, neste ato, dá posse provisória e gratuita à EXPROPRIANTE, seus prepostos e aqueles da empresa que com ela celebrou [contrato ou acordo de investimentos], incluindo subcontratados, sobre o IMÓVEL DESAPROPRIADO a perdurar até a data do pagamento da indenização, quando o imóvel será de jure transmitido definitivamente à EXPROPRIANTE.

10.3. A imissão provisória na posse consensual objeto do presente acordo terá validade a partir do despacho do juiz que homologar o presente acordo e poderá ser levada a registro pela EXPROPRIANTE.

10.4. A EXPROPRIANTE depositará o valor indicado na petição inicial.

10.5. O depósito deverá se dar em até 10 dias úteis após a homologação em juízo do negócio jurídico processual previsto nesta cláus ula, a qual será requerida em conjunto com a suspensão processual.

10.6. O EXPROPRIADO fará jus ao saque de 80% do valor depositado, nos exatos termos e condições do art. 33, § 2º e 34 do Decreto Lei nº 3.365/194.

11. O EXPROPRIANDO se declara ciente de que não tem qualquer garantida de que o acordo será aprovado, sendo que, em não sendo aprovado, a EXPROPRIANTE deverá notifica-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como informar nos autos que a negociação frustrou-se e que o processo deve prosseguir, ainda que não decorrido o prazo de dois meses.

12. O EXPROPRIANDO renuncia de forma cabal, completa e irretratável a juros compensatórios sobre a diferença entre o valor pactuado no eventual acordo e aquele depositado inicialmente pela Valec no caso de celebração de acordo.

13. O EXPROPRIANDO renuncia de forma cabal, completa e irretratável a eventuais juros compensatórios correspondentes ao período em

que o processo permanecerá suspenso para análise do acordo – desde a interposição de petição contendo o presente documento por parte da Valec até a data em que o juiz determinar a retomada do feito após o eventual fracasso das negociações – ainda que este venha a não ser aprovado pela Valec e, com o julgamento final do processo, venha a EXPROPRIANTE a ser condenada a complementar a indenização.

_____

[cargo]

VALEC ENGENHARIA, CONSTUÇÕES E FERROVIAS S/A

Expropriante

_____

[Proprietário]

CPF:

ANEXO P - MODELO DE ESCRITURA PÚBLICA DE DESAPROPRIAÇÃO

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.				
DESAPROPRIAÇÃO				
Tipo de Documento RESOLUÇÃO NORMATIVA	Unidade Responsável GEDAF/SUGAT/DIREM	Processo 51402.134106/2015-11	Código 80-EG-000F-91-0001	Anexo P

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

De um lado, como Outorgantes(s) Expropriado(a/os/as): **XXXXXXXXX**, **[nacionalidade]**, **[profissão]**, regularmente inscrito(a) no CPF (MF) sob o nº **XXXXXXXXX**, identidade RG nº XXXXXXXXX 2ª Via, e seu(ua) esposo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], regularmente inscrito(a) no CPF (MF) **XXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade RG XXXXXXXXX, casados entre si desde _/_/_, sob o regime de XXXXXX, residentes e domiciliados ambos residentes e domiciliados neste município de XXXXXXXX-XX, cito na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; e de outro lado, como Outorgada Expropriante: **VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A**, Sociedade Anônima, CNPJ/MF nº 42.150.664/0001-87, com sede na SEP/Sul, Qd. 713/913, Lt. E, Edifício CNC Trade, Asa Sul, Brasília-DF; neste ato representada por seus Procuradores **XXXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], CIRG nº XXXXXXXXX, CI Profissional nº XXXXXXXXX, regularmente inscrito(a) no CPF (MF) **XXXXXXXXX,** com endereço profissional na XXXXXXXXX e **XXXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], CIRG nº XXXXXXXXX, CI Profissional nº XXXXXXXXX, regularmente inscrito(a) no CPF (MF) **XXXXXXXXX,** com endereço profissional na XXXXXXXXX; conforme Procuração Pública, lavrada nas notas do Cartório do XXX° Ofício de Notas do XXXXX, Prot. XXXX, Livro n° XXX, fls. XXX, de _/____/___; os presentes reconhecidos(as) entre si como os(as) próprios(as) e por mim, «ESCREVENTE NOME», «CARGO ESCREVENTE»-Substituto, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. Pela Outorgada Expropriante me foi dito que: I - Pelo Decreto de 02 de Junho de 2.011, publicado na Página 16/21, do Diário Oficial da União - Seção I, em 03/Junho/2.011, foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, parte do imóvel de propriedade dos Outorgantes Expropriados; II - Em cumprimento ao referido Decreto, resolvem proceder a desapropriação amigável da área a seguir descrita, destacada de uma área maior de que o(s) Outorgante(s) Expropriado(s) é(são) senhor(es), legítimo(s) possuidor(es) e proprietário(s): **"XXXXX"**. LOCALIZAÇÃO E ACESSO: XXXXX. MEMORIAL DESCRITIVO: XXX Limites e Confrontações **[exemplo]** Norte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS -. Sul: Fulano de tal - Leste: SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - Oeste: Beltrano.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: O perímetro a seguir descrito, circunscreve uma área de 6.116,17m², partindo do ponto 1, com as coordenadas N=8186127,2443 e E=720468,7831, e daí seguir reto com azimute de 7°6'16" e as distâncias de 11,01m até o ponto 2, com as coordenadas N=81866139,2228 e E=720470,2760; dai virar à direita com azimute de 19°42'31" e distância de 112,7m até o ponto 3 com as coordenadas N=8186151.1789 e E=720474.5590; e daí virar à esquerda com azimute de 6°4'35" e distância de 14,05m até o ponto 4, com as coordenadas N=8186165.1565 e E=720476.0470; e daí seguir reto com azimute de 27°16'15" e distância de 11,04m até o ponto 5, com as coordenadas N=8186174.9712 e E=720481.1062; e daí seguir reto com azimute de 21°8'34" e distância de 16,93m até o ponto 6, com as coordenadas N=8186190.7685 e E=720487.2154; e daí virar à esquerda com azimute de 5°7'37" e distância de 17,02m até o ponto 7, com as coordenadas N=8186207.7205 e E=720488.7364; e daí virar à direita com azimute de 35°9'8" e distância de 22,44m até o ponto 8, com as coordenadas N=8186226.0699 e E=720501.6575; e daí virar à esquerda com azimute de 19°40'6" e distância de 18,52m até o ponto 9, com as coordenadas N=8186243.5102 e E=720507.8912; e daí virar à esquerda com azimute de 1°33'17" e distância de 15,51m até o ponto 10, com as coordenadas N=8186259.0231 e E=720508.3122; e daí virar à esquerda com azimute de 343°37'13" e distância de 8,23m até o ponto 11, com as coordenadas N=8186266.9220 e E=720505.9905; e daí seguir reto com azimute de 328°40'6" e distância de 20,63m até o ponto 12, com as coordenadas N=8186284.5500 e E=720495.2591; e daí seguir reto com azimute de 318°36'45" e distância de 12,49m até o ponto 13, com as coordenadas N=8186293.9277 e E=720486.9951; e daí virar à direita com azimute de 16°21'38" e distância de 12,43m até o ponto 14, com as coordenadas N=8186305.8564 e E=720490.4970; e daí virar à direita com azimute de 50°7'29" e distância de 9,17m até o ponto 15, com as coordenadas N=8186311.7372 e E=720497.5365; e daí virar à esquerda com azimute de 12°50'3" e distância de 16,54m até o ponto 16, com as coordenadas N=8186327.8642 e E=720501.2106; e daí seguir reto com azimute de 20°0'35" e distância de 13,41m até o ponto 17, com as coordenadas N=8186340.4710 e E=720505.8015; e daí virar à direita com azimute de 60°52'51" e distância de 9,09m até o ponto 18, com as coordenadas N=8186344.8988 e E=720513.7504; e daí seguir reto com azimute de 75°38'9" e distância de 4,42m até o ponto 19, com as coordenadas N=8186345.9975 e E=720518.0407; e daí seguir reto com azimute de 57°11'49" e distância de 16,28m até o ponto 20, com as coordenadas N=8186354.8173 e E=720531.7247; e daí virar à esquerda com azimute de 33°25'31" e distância de 8,37m até o ponto 21, com as coordenadas N=8186361.8062 e E=720536.23375; e daí virar à esquerda com azimute de 304°24'11" e distância de 23,45m até o ponto 22, com as coordenadas N=8186375.0590 e E=720516.9845; e daí virar à esquerda com azimute de 241°1'12" e distância de 6,34m até o ponto 23, com as coordenadas N=8186371.9871 e E=720511.4380; e daí seguir margeando a grota até o ponto 24, com as coordenadas N=8186274.2515 e E=7204466.2348; e daí seguir reto com azimute de 151°31'26" e distância de 8,74m até o ponto 25, com as coordenadas N=8186266.5688 e E=720470.4020; e daí seguir reto com azimute de 139°26'54" e distância de 13,05m até o ponto 26, com as coordenadas N=8186256.3084 e E=720479.1813; e daí seguir reto com azimute de 181°43'57" e distância de 14,76m até o ponto 27, com as coordenadas N=8186241.5460 e E=720478.7348; e daí virar à direita com azimute de 230°22'28" e distância de 6,76m até o ponto 28, com as coordenadas N=8186237.2336 e E=720473.5268; e daí virar à esquerda com azimute de 206°22'34" e distância de 21,45m até o ponto 29, com as coordenadas N=8186218.0158 e E=720463.9970; e daí seguir reto com azimute de 200°30'25" e distância de 15,92m até o ponto 30, com as coordenadas N=8186203.1027 e E=720458.4191; e daí seguir margeando a grota até o ponto 31, com as coordenadas N=8186116.6140 e E=720449.9424; e daí virar à esquerda com azimute de 60°34'3" e distância de 21,63m até o ponto 1, ponto inicial dessa descrição. "ÁREA 02, com 9.800,12m² (nove mil, oitocentos metros e doze centímetros quadrados), de uma parte de terras de culturas de segunda classe e campos, situada na Fazenda "BARREIRO DO MEIO - DAIA", do município de Anápolis-GO". LOCALIZAÇÃO E ACESSO: Partindo do trevo do distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), sentido Leopoldo de Bulhões por 3,8 Km, virar à esquerda e seguir por 900m, virar à esquerda dentro do pátio e seguir por 200m, adentrar no imóvel por uma porteira de madeira, o imóvel localiza-se a direita. MEMORIAL DESCRITIVO: Limites e Confrontações: Norte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - Sul: JOSÉ DA SILVA GRAVIA - Leste: SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - Oeste: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: O perímetro a seguir descrito, circunscreve uma área de 9.800,12m², partindo do ponto 1, com as coordenadas N=8186335.8867 e E=720716.6021; e daí seguir reto com azimute de 341°8'48" e distância de 55,71m até o ponto 2, com as coordenadas N=8186388.6161 e E=720698.5967; e daí seguir reto com azimute de 307°51'8" e distância de 32,64m até o ponto 3 com as coordenadas N=8186408.6479 e E=720672.8213; e daí seguir reto com azimute de 325°5'19 e distância de 17,76m até o ponto 4, com as coordenadas N=8186423.2137 e E=720662.6550; e daí seguir reto com azimute de 334°31'19" e distância de 19,91m até o ponto 5, com as coordenadas N=8186441.1890 e E=720650.0897; e daí seguir reto com azimute de 357°23'45" e distância de 18,85m até o ponto 6, com as coordenadas N=8186460.0201 e E=720653.2332; e daí seguir reto com azimute de 19°8'43" e distância de 22,19m até o ponto 7, com as coordenadas N=8186480.9912 e E=720660.5137; e daí seguir reto com azimute de 4°40'25" e distância de 13,65m até o ponto 8, com as coordenadas N=8186494.6006 e E=720661.6263; e daí seguir reto com azimute de 330°40'26" e distância de 17,52m até o ponto 9, com as coordenadas N=8186509.8830 e E=720653.0410; e daí seguir reto com azimute de 359°20'55" e distância de 23,59m até o ponto 10, com as coordenadas N=8186533.4769 e E=720652.7727; e daí seguir reto com azimute de 54°55'47" e distância de 23,41m até o ponto 11, com as coordenadas N=8186546.9295 e E=720671.9349; e daí seguir reto com azimute de 16°25'23" e distância de 26,56m até o ponto 12, com as coordenadas N=8186572.4081 e E=720679.4448; e daí seguir reto com azimute de 357°55'39" e distância de 24,09m até o ponto 13, com as coordenadas N=8186596.4866 e E=720678.5735; e daí seguir reto com azimute de 331°20'11" e distância de 17,52m até o ponto 14, com as coordenadas N=8186611.8627 e E=720670.1680; e daí seguir reto com azimute de 30°30'59" e distância de 19,83m até o ponto 15, com as coordenadas N=8186628.9494 e E=720680.2394; e daí seguir reto com azimute de 68°0'22" e distância de 1,43m até o ponto 16, com as coordenadas

N=8186629.4874 e E=720681.5714; e daí seguir margeando a grota até o ponto 17, com as coordenadas N=8186214.4424 e E=720747.5 279; e daí seguir reto com azimute de 347°52'54" e distância de 46,59m até o ponto 18, com as coordenadas N=8186260.0037 e E=720737.7452; e daí seguir reto com azimute de 348°4'8" e distância de 44,25m até o ponto 19, com as coordenadas N=8186303.3073 e E=720728.5952; e daí seguir reto com azimute de 348°4'8" e distância de 36,50m até o ponto 20, com as coordenadas N=8186339.0140 e E=720721.0504; e ***PROCESSO: VALEC 053A - LOTE: XXXXX***. Procedência(s): Registro/Matrícula nº **XXXX**, Livro XXX, Fls. XXXX, de Registro Geral de Imóveis do CRI da XXXXª Circunscrição de Anápolis-GO, de ___/__/___. CCIR-Certificado de Cadastro de Imóvel Rural INCRA nº 930.164.013.897-4 - NIRF nº 4.297.833-5. Pelo(a/os/as) Outorgante(s) Expropriado(s), me foi dito e declarado que possuindo o imóvel antes descrito e caracterizado, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, hipoteca legal ou convencional, pensão, e quite de todos os impostos e taxas até a presente data, estão justos e contratados para acordar o presente negócio jurídico com a Outorgada Expropriante, como por meio desta escritura e na sua melhor forma de direito, efetivamente o tem, pelo preço certo e ajustado de **R$ XXXXX (XXXXX)**, referente à área devidamente descrita, perfazendo um total de xxxx m², pago à vista, do que os Outorgantes dão plena e geral quitação, de pago e satisfeito, ensejando a quitação ampla, em caráter irrevogável e irretratável, para nada mais exigir ou reclamar em tempo algum, sendo que desde já transfere(m) à ora Outorgada Expropriante toda a posse, jus, domínio, direitos, propriedade e ações que sobre imóvel antes referido tinha(m) e exercia(m), assim como as benfeitorias e acessórios, para que dele a mesma Expropriante possa usar, gozar e dispor livremente, como seu que é e fica sendo, obrigando-se o(s) Outorgantes(s) Expropriado(s), por si e seus herdeiros e/ou legais sucessores a fazer a presente transação sempre boa, firme e valiosa, isenta de dúvidas, e a responder«0 001,,,em,»em pela evicção de direitos, se chamad«0001,o,a,os,as»os à autoria. Pel«0001,o,a,os,as»os Outorgante«0001,,,s,»s(s) Vendedo«0001,r,ra,res,ras»res, foram-me apresentados os documentos de que tratam a Lei Federal nº 7.433, de 18/12/1.985, regulamentada pelo Decreto nº 93.240, de 09/09/1.986 e orientação contida na Consolidação dos Atos Normativos 1.954/2.013, da Corregedoria de Justiça do Estado de Goiás, bem como as exigidas conforme Lei Estadual n° 10.181: Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Receita Federal do Brasil) nº; Certidão(ões) Negativa de Débitos - Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA n°(s); Certidão(ões) Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Receita Federal do Brasil e PGFN) nº(s); Certidão(ões) de Débito Inscrito em Dívida Ativa- Negativa (SEFAZ-GO) nº(s); Certidão(ões) Negativa de Ações Cíveis de Distribuição TJ-GO nº(s); Certidão(ões) Negativa de Ações Criminais de Distribuição TJ-GO n°(s); Certidão(ões) de Distribuição para fins Gerais Processos Originários Cíveis e Criminais (TRF da 1ª Região) nº(s); Certidão(ões) Negativa de Ações Trabalhistas do 1º Grau (Reclamada) (TRT da 18ª Região) nº(s); Certidão(ões) Negativa de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho) nº(s). **Conforme Provimento nº 027/2014, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás: "O(A)(s) Adquirente(s) dispensou(aram) a apresentação de Certidões de feitos ajuizados, após ser esclarecido pelo Tabelião sobre sua importância para a segurança da negociação entabulada"**. O Vendedor(a)(es) declara(m) sob pena de responsabilidade civil e criminal, que não é(são) produtor(es) rural(is) e nem equiparado à empresa nos termos do itens 5.2 e 5.5, da OS/INSS n° 207/99, ou qualquer outra norma que os tornem sujeitos à apresentação de comprovante de inexistência de débito junto ao INSS ou Receita Federal do Brasil, ficando assim, dispensados da CND/INSS e da CNDTCF/SRF. Feita a pesquisa na Central de Indisponibilidade de Bens, a qual resultou NEGATIVA, para o(s) CPF/MF n°(s): 640.216.451-87 e 642.201.921-15 e para o CNPJ/MF n° 42.150.664/0001-87, com o(s) Código(s) HASH n°(s): 0000.0000.0000.0000.000, em 07/10/2.015. ISENTA de recolhimento do ITBI por se tratar de Órgão Público FEDERAL. Será emitida e enviada a Receita Federal, a DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias). O(A)(s) Comprador(a)(es) e o(a)(s) Vendedor(a)(es) expressamente declaram, em virtude de haverem acompanhados os esforços empenhados pelo cumprimento das normas e Leis pelo Cartório de Notas que lavra este documento, que reconhecem que este, seu(a) titular e preposto(s), cumpriram todos os seus deveres legais, em virtude do que declaram, sob as penas da Lei, que nada têm a cobrar, reclamar ou receber do(a)(s) mesmo(a)(s), renunciando a qualquer outro direito presente ou futuro, inclusive a reclamação ou ação sob alegação de prática de má-fé, dolo, imprudência, negligência, imperícia ou de responsabilidades subjetiva e objetiva, por reconhecerem que o(a) titular e o(s) preposto(s) do Cartório e o Cartório cumpriram a obrigação funcional integralmente na lavratura desta Escritura. Pelas partes ora contratantes me foi dito, falando cada qual por sua vez, que aceitam a presente escritura em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei a presente Escritura Pública, que depois de lhes ser lida e achada em tudo conforme outorgaram, aceitam e assinam.

ANEXO Q - INSTRUMENTO DE DESOCUPAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.				
DESAPROPRIAÇÃO				
Tipo de Documento RESOLUÇÃO NORMATIVA	Unidade Responsável GEDAF/SUGAT/DIREM	Processo 51402.134106/2015-11	Código 80-EG-000F-91-0001	Anexo Q

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Por este instrumento de desocupação de edificações (urbanas ou rurais) e na melhor forma de direito, de um lado, **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A.**, empresa pública federal por força do artigo 8º, da Lei 11.772, de 17 de setembro de 2008, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.664/0001-87, com sede em SAUS Quadra 01 Bloco G Lotes 3 e 5 - Asa Sul, DF, CEP: 70070-010, neste ato representada pelo seu bastante procurador (qualificação), doravante denominada simplesmente DESAPROPRIANTE e do outro lado (qualificação do Expropriado) doravante denominados simplesmente DESAPROPRIANDO(s)/DESAPROPRIADO(s), têm entre si, justo e contratado o seguinte:

1. OBJETO - O(s) DESAPROPRIANDO(s), na qualidade de legítimos possuidores/proprietários prometem desocupar, como transferidos têm, via de desapropriação amigável a DESAPROPRIANTE, o imóvel (urbano/rural) (localização/endereço do imóvel) com área de xxx, (descrever todo imóvel com as benfeitorias provenientes da desapropriação), de matrícula nº xxx, do Cartório de Registro de Imóveis de xxx , estado xxx.

2. ESCRITURA – A escritura pública de desapropriação amigável será outorgada pelos DESAPROPRIANDO(s) à DESAPROPRIANTE mediante pagamento da indenização.

3. DESOCUPAÇÃO – O(s) DESAPROPRIADO(s) após a assinatura da escritura pública de desapropriação com o devido recebimento da indenização terá o prazo de xx (xxxxxxx) dias a contar da data desta outorga para desocupação das benfeitorias e acessões.

4. POSSE – A DESAPROPRIANTE será IMITIDA na posse plena do imóvel desapropriando, descrito na cláusula 01, deste instrumento no ato do pagamento da indenização.

5. CONDIÇÕES – O presente ajuste vinculado à desapropriação amigável, tem caráter IRREVOGAVEL IRRETRATÁVEL obrigandom todos os seus pactuantes assim como seus herdeiros, sucessores e terceiros.

6. Fica acordado que o DESAPROPRIANDO terá o direito de demolir a construção e remover o material resultante da demolição, desde que faça dentro do prazo de xx (xxxxxxx) dias, estipulados na clausula 03 deste instrumento.

7. O não cumprimento por parte, do DESAPROPRIANDO, de qualquer cláusula deste ajuste, implicará no imediato ajuizamento de Ação Própria.

8. FORO – As partes, em comum e recíproco acordo, elegem o foro de situação do imóvel para dirimir dúvidas, oriundas do presente instrumento.

E por assim estarem ajustados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas, que a tudo assistiram e também o assinam.

_____, _____de _____de _____

_____

DESAPROPRIANTE

_____

DESAPROPRIANDO (s)

TESTEMUNHAS

1º_____

2º_____

ANEXO R - FATORES DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.				
DESAPROPRIAÇÃO				
Tipo de Documento RESOLUÇÃO NORMATIVA	Unidade Responsável GEDAF/SUGAT/DIREM	Processo 51402.134106/2015-11	Código 80-EG-000F-91-0001	Anexo R

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
DIRETORIA DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
GERÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

FATORES DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS

FATOR ACESSO

O Quadro 2 a seguir apresenta os fatores de acesso adotados por esta resolução normativa (Adaptado de MENDES SOBRINHO, 1973):

Quadro 2 - Classificação do Imóvel Segundo o Acesso e Viabilidade de Circulação (Adaptada da Escala de Mendes Sobrinho)

SITUAÇÃO	CARACTERÍSTICA		
	Tipo de Estrada	Trafegabilidade	Fatores
Ótima	Pavimentada com asfalto/concreto/bloco intertravado	Permanente	1,20
Muito Boa	Pavimentada com cascalhamento	Permanente	1,10
Boa	Não Pavimentada	Permanente	1,00
Desfavorável	Não pavimentada e Servidões de Passagem	Problemas sérios nas Estações chuvosas	0,90
Má	Servidões com a presença de fechos	-	0,80
Péssima	Fechos e interceptados por Córregos sem Pontes	Problemas sérios mesmo nas Secas	0,70

Fonte: Adaptado de MENDES SOBRINHO (1973).

FATOR DISTÂNCIA

O Fator Distância pode variar de 1,20 (distância menor ou igual a 5 km da área definida) a 0,80 (distância maior que 30 km da área definida), conforme Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Determinação do Fator Distância

DISTÂNCIA (D)	FATOR
D <= 5 km	1,20
5 km < D <= 10 km	1,10
10 km < D <= 15 km	1,00
15 km < D <= 20 km	0,90
20 km < D <= 30 km	0,85
D > 30 km	0,80

FATORES DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS

FATOR INFRAESTRUTURA

O Fator Infraestrutura varia de acordo com o estado e conservação da estrada, tipo de pavimentação, iluminação pública, servi ços de saneamento (água e esgoto) e comunicação (telefone e internet), conforme Quadro 6 a seguir, variando de péssimo (0,80) a óti mo (1,30):

Quadro 6 - Análise do Fator Infraestrutura.

TIPO	DESCRIÇÃO	FATOR
Ótimo	Rua pavimentada em ótimo estado de conservação, com meio fio, iluminação pública, rede de água encanada, esgoto, telefone e/ou Internet.	1,30
Bom	Rua pavimentada sem conservação, com meio fio, iluminação pública, rede de água encanada, telefone e/ou Internet e sem rede de esgoto.	1,15
Regular	1 - Rua pavimentada sem conservação e meio fio, com iluminação pública e rede de água encanada, e sem rede de esgoto, telefone e/ou Internet. OU 2 - Rua não pavimentada em bom estado de conservação, sem meio fio, com iluminação pública, rede de água encanada, rede de esgoto, telefone e/ou Internet.	1,00
Ruim	Rua não pavimentada em bom estado de conservação, sem meio fio, com iluminação pública, rede de água encanada, sem rede de esgoto, telefone e/ou Internet.	0,90
Péssimo	Rua não pavimentada sem conservação, sem meio fio, sem iluminação pública, sem rede de água encanada, sem esgoto e telefone.	0,80

FATOR TOPOGRAFIA

O Fator Topografia varia de acordo com a topografia do terreno, que pode estar em elevação ou depressão, em aclive ou declive, podendo ser um elemento de valorização ou não da área, de acordo com a classificação do Quadro 7:

Quadro 7 - Determinação do Fator de Topografia.

Topografia	Fator
Situação Paradigma: Terreno Plano	1,00
Declive até 5%	0,95
Declive de 5% até 10%	0,90
Declive de 10% até 20%	0,80
Declive acima de 20%	0,70
Em aclive até 10%	0,95
Em aclive até 20%	0,90
Em aclive acima de 20%	0,85
Abaixo do nível da rua até 1,00m	1,00
Abaixo do nível da rua 1,00m até 2,50m	0,90
Abaixo do nível da rua 2,5m até 4,00m	0,80
Acima do nível da rua até 2,00m	1,00
Acima do nível da rua de 2,00m até 4,00m	0,90

Fonte: IBAPE/SP (2011).

FATOR DISTÂNCIA

O Fator Distância pode variar de 0,80 (mais distantes do centro) a 1,20 (mais próximos do centro), conforme Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Determinação do Fator Distância ao Centro.

SITUAÇÃO	FATOR
Até 500 metros	1,20
De 501 a 1000 metros	1,05
De 1001 a 2000 metros	0,95
De 2001 a 4000 metros	0,85
Acima de 4000 metros	0,80

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 186, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 5º e art. 5º-A da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o pagamento da indenização ao servidor da Polícia Federal que deixar, voluntariamente, de gozar integralmente do repouso remunerado, permanecendo à disposição do serviço, conforme escala previamente elaborada por autoridade competente.

Art. 2º O pagamento da indenização por disponibilidade do servidor da Polícia Federal deverá observar os princípios da economicidade, da voluntariedade, da impessoalidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

Art. 3º Considera-se em disponibilidade o servidor que permanecer à disposição da Polícia Federal, conforme escala de sobreaviso previamente elaborada pela autoridade competente, à espera de convocação para a apresentação ao serviço, após a sua jornada regular de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Nos termos de regulamentação do Diretor-Geral, as horas de disponibilidade do servidor, para todos os efeitos, serão:

I - pagas em pecúnia, por dia de disponibilidade; ou

II - compensadas, de acordo com as horas de efetivo trabalho.

§ 2º Aplica-se o disposto na Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018, ao pagamento cumulativo da indenização a que se refere esta Portaria com diárias ao servidor que, no interesse da administração, estiver a serviço fora da localidade de exercício e voluntariamente se submeta à escala de sobreaviso.

§ 3º No caso de atividades que possam ser desempenhadas utilizando-se de acesso remoto, o atendimento poderá ser feito sem deslocamento físico à unidade, mediante monitoramento e auditoria pelas ferramentas ou aplicativos disponíveis.

§ 4º No caso de submissão não voluntária de disponibilidade do servidor, é vedado o pagamento de indenização, aplicando-se unicamente o disposto no inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 4º Ato do Diretor-Geral da Polícia Federal estabelecerá o quantitativo de servidores que poderão integrar as equipes diárias de sobreaviso na condição de voluntários, por cargo e por unidade da Polícia Federal, para fins de pagamento da indenização prevista no inciso I do § 1º do art. 3º.

§ 1º O quantitativo diário de servidores em sobreaviso não poderá exceder 12% (doze por cento) do efetivo total da Polícia Federal, exceto em caso de necessidade excepcional e temporária, mediante autorização específica do Diretor-Geral da Polícia Federal.

§ 2º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança não poderá integrar escala de sobreaviso para o desempenho de atividades relacionadas à função ocupada.

§ 3º Não poderá haver pagamento de indenização por disponibilidade, devendo-se proceder na forma do inciso II, do § 1º do art. 3º, independentemente da existência de voluntários, no caso de necessidade adicional de servidores para composição da escala de sobreaviso além dos limites referidos no caput, salvo para o atendimento de demandas excepcionais e temporárias autorizadas pelo Diretor-Geral, mediante solicitação fundamentada do dirigente da unidade.

Art. 5º As escalas de sobreaviso da Polícia Federal deverão ser elaboradas de acordo com critérios objetivos preestabelecidos, com divisão entre dias úteis e não úteis, levando-se em conta as peculiaridades de cada unidade.

Art. 6º A indenização pecuniária referente à submissão voluntária à escala de sobreaviso será calculada no valor de 1/3000 (um três mil avos) da maior remuneração da carreira de Delegado de Polícia Federal por hora que exceder a jornada regular de trabalho.

§ 1º Considerando a jornada regular de trabalho, o limite máximo de horas de sobreaviso será de dezesseis horas nos dias úteis e vinte e quatro horas nos dias não úteis.

§ 2º O pagamento da indenização será efetivado no mesmo exercício em que ocorrer o seu fato gerador, desde que haja disponibilidade orçamentária.

Art. 7º O cumprimento da escala de sobreaviso deverá ser registrado nos meios destinados ao registro e controle de frequência, conforme inciso II do artigo 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, sem prejuízo da publicação prévia da escala e do lançamento nas plataformas de registro de informações operacionais.

Art. 8º A indenização por disponibilidade do servidor:

I - não se sujeita à incidência de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e de contribuição previdenciária;

II - não será incorporada à remuneração do servidor; e

III - não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens de qualquer espécie, inclusive para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão por morte.

Art. 9º As verbas necessárias ao pagamento da indenização por disponibilidade do servidor serão provenientes do remanejamento das dotações orçamentárias da Polícia Federal, conforme consignado na lei orçamentária anual.

Art. 10. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos por ato do Diretor-Geral da Polícia Federal.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor em 3 de outubro de 2022.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

DECISÃO Nº 162, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08280.014346/2020-50.
Interessado: ORESTES TUMBARELL ARANDA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 46/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17396979), de 25/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo imigrante ORESTES TUMBARELL ARANDA, nascido no dia 03/02/1989, nacional de Cuba, e portador do Passaporte nº K096940, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 163, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.002213/2020-59.
Interessado: SAEED BAWA DARRU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 44/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17387414), de 25/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência SAEED BAWA DARRU, nascido no dia 06/11/1976, nacional da República de Gana, e portador do Passaporte nº G2113027, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não cumprimento dos requisitos previstos no art. 1º, incisos I e II, da Resolução Conjunta nº 01, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração e do Comitê Nacional para os Refugiados.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 165, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08495.000696/2019-80.
Interessado: CLAUDIO DE GAETANO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 15/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (14500326), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência CLAUDIO DE GAETANO, nascido no dia 18/07/1976, nacional da Itália, portador do passaporte nº YA6053947, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 166, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08506.010403/2019-04.
Interessado: SVEN OLA PETERSSON.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 40/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17294834), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência SVEN OLA PETERSSON, nascido no dia 29/06/1965, nacional da Suécia, e portador do passaporte nº 93072294, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 167, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08444.002212/2019-32.
Interessado: ROMEO DUCLAIR ZANJEU DJODIA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 50/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17426705), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência ROMEO DUCLAIR ZANJEU DJODIA, nascido no dia 08/09/1994, nacional de Camarões, portador do passaporte nº 01330566, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração, em razão do não cumprimento dos requisitos previstos no art. 1º, inciso I, da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg e do Comitê Nacional para Refugiados - Conare.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA AN Nº 73, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria MJSP nº 300, de 8 de junho de 2020.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, de acordo com as competências previstas no Art. 22, inciso XI, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei n.º 11.356, de 19 de outubro de 2006, bem como no Art. 12 da Portaria 300, de 8 de junho de 2020, e considerando o que consta do processo 08227.000641/2020-73, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria MJSP nº 300, de 8 de junho de 2020, referente à distribuição da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) aos órgãos integrantes do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (SIGA), passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Os órgãos integrantes do SIGA, cujo número de ocupantes de GSISTE ultrapasse o previsto no Anexo, terão até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para editar e publicar os respectivos atos de dispensa de servidores, em número igual ao excedente ao limite de gratificações.

Art. 3º Fica revogada a Portaria AN nº 3, de 04 de fevereiro de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BORDA D'AGUA DE ALMEIDA BRAGA

ANEXO

QUANTITATIVO DE GSISTES DISTRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ÓRGÃO	NS	NI	Total
Órgão Central	211	322	533
Órgãos Setoriais	59	41	100
Presidência da República	5	3	8
Advocacia-Geral da União	3	4	7
Controladoria Geral da União	2	2	4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2	3	5
Ministério da Cidadania	2	3	5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações	3	2	5
Ministério da Defesa	2	3	5
Ministério da Economia	5	3	8
Ministério da Educação	5	2	7
Ministério da Infraestrutura	2	1	3
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4	0	4
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	2	1	3
Ministério da Saúde	8	2	10
Ministério das Comunicações	1	1	2
Ministério das Relações Exteriores	2	1	3
Ministério de Minas e Energia	3	2	5
Ministério do Desenvolvimento Regional	2	2	4
Ministério do Meio Ambiente	2	2	4
Ministério do Trabalho e Previdência	1	1	2
Ministério do Turismo	3	3	6
TOTAL GERAL	270	363	633

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029852/2021
Código: 029.928
Interessado: Arménio Alberto Rodrigues da Roda
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado.

Assunto: Manutenção de arquivamento do pedido
Processo: 235881.0004460/2020
Código: 004.542
Interessado: LAWRENCE MISSIPO NDUM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que foi solicitado ao requerente a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, e não foram apresentados até a presente data, arquivando o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Assunto: Manutenção de arquivamento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0003583/2020
Código: 003.660
Interessado: KAMAL WARDI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista o não cumprimento de exigência (apresentação da lista completa de documentos), nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, c/c art. 7º, parágrafo 2º, da Portaria retro mencionada, sem prejuízo de apresentação de novo pedido.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.113, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMED ABDULLAH KH OUSHAH - F140835-K, natural da Líbia, nascido em 19 de janeiro de 1974, filho de Abdullah Khalifa Oushah e de Aisha Mohamed Shaban, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0218727/2022);

ASIF ALI - F217519-6, natural do Paquistão, nascido em 10 de agosto de 1995, filho de Muhammad Naeem e de Rani Bibi, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 235881.0225908/2022);

GUILLAUME FALOURD - V739158-C, natural da França, nascido em 07 de agosto de 1988, filho de Fabrice Falourd e de Marianne Falourd, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0127726/2021);

HAMZA SALEM FERJANI SAKEK - F008320-7, natural da Líbia, nascido em 23 de outubro de 1986, filho de Salem Ferjani Sakek e de Khairia Elsadeq Mohammed Salel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0246302/2022);

LAMA MERHJ - V833906-M, natural da Síria, nascida em 17 de abril de 1973, filha de Ali Merhj e de Chahida Hassan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0243346/2022);

LISANDRA ESTRADA RODRIGUE - G012980-I, natural de Cuba, nascida em 11 de novembro de 1987, filha de Angel Estrada Izquierdo e de Felicia Rodriguez Contreras, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0038272/2021);

MAALI KHALIFA ELFANDI - F140821-V, natural da Líbia, nascida em 08 de abril de 1990, filha de Khalifa Elfandi e de Samira Alssuni Masoud, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0225695/2022);

MARIE ANGE JOSEPH ANTOINE- G193065-R, natural do Haiti, nascida em 28 de março de 1988, filha de Eres Joseph e de Clervi Jean Jacques, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0040908/2021);

MOHAMAD AHMAD HAZZOURI - Y412021-9, natural do Líbano, nascido em 09 de janeiro de 1970, filho de Ahmad Hazouri e de Chafika Krim, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0221958/2022);

MOHAMAD RABAH - F279854-K, natural do Estado da Palestina, nascido em 11 de julho de 1989, filho de Ahmad Rabah e de Fahda Mohamad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0139184/2021);

MUHANNED NAJAH IBRAHIM - V537226-8, natural do Iraque, nascido em 31 de agosto de 1983, filho de Najah Ibrahim Yasin e de Yassa Lutfi Norry, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0103485/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.114, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ASIA QURESHI - F292325-X, natural do Paquistão, nascida em 15 de fevereiro de 2011, filha de Muhammad Asif Qureshi e de Shazia Bibi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0037038/2021);

BELKES MOHAMED AHMED ABDUSSALAM - F584378-O, natural da Líbia, nascida em 16 de outubro de 2012, filha de Mohamed Omar Abdussalam e de Samia Salam Alftore Alftore, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0222145/2022);

BIBIANA MATONDO TXIBEMA BUCATUCACO - F585849-6, natural da Angola, nascida em 30 de maio de 2013, filha de Fernando Bucatucaco e de Bibiana Txibema, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0252069/2022);

ILEEN MOHAMED AHMED ABDUSSALAM - F584384-T, natural da Líbia, nascida em 26 de outubro de 2017, filha de Mohamed Omar Abdussalam e de Samia Salam Alftore Alftore, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0222178/2022) e

MARYAM MOHAMED AHMED ABDUSSALAM - F584386-P, natural da Líbia, nascida em 11 de outubro de 2018, filha de Mohamed Omar Abdussalam e de Samia Salam Alftore Alftore, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0222110/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO

Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: BRIAN FELIPE SOUZA BRITO
Processo: 08018.031393/2022-30

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária, conforme regulamentado no art. 45, parágrafo único da Portaria nº 623/2020, e também em observância ao disposto nos artigos 15 e 192 do Código de Processo Civil, de 16 de março de 2015, não demonstrando assim o cumprimento do disposto no Art. 254, §4º do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0258954/2022.
Código: 283.692
Interessado: CLAUDETTE LEBRETON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial); foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0257023/2022
Código: 281.473
Interessado: ALEJANDRO JAVIER GARCIA GALINDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017. Diante disso, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0256203/2022
Código: 280.416
Interessado: JUAN CARLOS PEREZ CEPERO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017. Diante disso, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0252411/2022.
Código: 275.824
Interessado: ENOS ANDRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui quatro anos de residência por prazo indeterminado, não atendendo assim, às exigências contidas nos incisos ll art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0175167/2022.
Código: 185.547
Interessado: NADEGE NGALULA JAMES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0175166/2022.
Código: 185.546
Interessado: RACHIDE DA SILVA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por mais de 3 meses por diversos anos do Brasil e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0175157/2022.
Código: 185.540
Interessado: JOSEPH ELIAS CHAMOUN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório completa; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115516/2021.
Código: 119.496
Interessado: EDY BELONY.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e apresentou certificado de língua portuguesa, sem histórico escolar e sem a informação de avaliação presencial, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102003/2021.
Código: 104.703
Interessado: ARMANDO ANDRES SANABRIA VARGAS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no Art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº?235881.0074345/2021.
Código: 075.301
Interessado: NIMRA BADAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0029336/2021
Código: 029.413
Interessado: KENIA TIMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o representante e a menor não compareceram para conferência dos documentos físicos após serem convocados e, portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo 235881.0040810/2021.
Código: 040.886
Interessado: YULEDIS LEGRA LEGRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, bem como, o requerente apresentou atestado de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, portanto não atende à exigência contida no inciso II e IV do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040232/2021
Código: 040.308
Interessado: DAVID ROSS BACHOP

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 139 (cento e trinta e nove) dias do país, considerando a redução de prazo que prevê a ausência máxima de 90 dias, e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040178/2021
Código: 040.254
Interessado: AUA CAMARA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no Art. 65 da Lei 13.445/2017 c/c inciso II do Art. 237 do Decreto 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038344/2021
Código: 038.420
Interessada: GABRIEL FERNANDO NARVÁEZ CAMPO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente ausentou-se por 364 (seiscentos e sessenta e quatro) dias do país e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0037907/2021
Código: 037.983
Interessado: THOM S NZEJI MUTOMBO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (FASULMG), sem conteúdo programático, histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da citada portaria e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IIII do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0037823/2021
Código: 037.899
Interessado: MOHAMAD TAREK ALBARTAWI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, e não preenche as condições para redução de prazo, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036695/2021
Código: 036.771
Interessado: MARIA ALEJANDRA FRANCO BERNAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista a requerente se ausentou por 227 dias do Brasil, bem como encontra-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0031926/2021
Código: 032.002
Interessado: MOUSTAPHA TOURE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente

não apresentou os comprovantes de residência pelo prazo de 4 (quatro) anos de efetiva residência no país, bem como, apresentou o comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso- EAD (Faculdade Ensine), sem informação da avaliação presencial, em desacordo com o previsto no art. 5º, inciso I, "d", parágrafo 4º da citada portaria e, portanto não atende às exigências contidas no inciso II e IIII, art.65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030876/2021
Código: 030.952
Interessado: VERÓNICA BEATRIZ ALBERTI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 2 anos e 7 meses do Brasil, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0030323/2021
Código: 030.399
Interessado: HEROLD JACQUES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0029951/2021t
Código: 030.028
Interessado: BINTA DOUKOURE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada; declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência ou certidão de nascimento de filho brasileiro foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0029951/2021
Código: 030.028
Interessado: BINTA DOUKOURE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada; declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência ou certidão de nascimento de filho brasileiro foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0029769/2021.
Código: 029.845
Interessado: MUHAMED JAMOUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029684/2021
Código: 029.760
Interessado: AMIR RAHIMI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0028588/2021
Código: 028.674
Interessado: NICHOLAS OBETTA ONUH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial) e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso III da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Código: 025.904
Processo: 235881.0025817/2021
Interessado: JAMESON MATHIEU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório completa; comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0025803/2021
Código: 025.890
Interessado: FREDIS GERARDO ROMERO BORDON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0023954/2021
Código: 024.041
Interessada: JOVANKA MELVI MERCADO BRAVO RODRIGUES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0022695/2021
Código: 022.782
Interessado: OTTO CUMBERBATCH MORUA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, válido e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, e se ausentou por 9 (nove) meses e 5 (cinco) dias do Brasil, bem como o requerente encontrar-se no Exterior, desde 28/6/2022, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0018722/2020
Código: 018.808
Interessado: SHAKIRU AKANBI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou testado de antecedentes criminais, válido, emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado e comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0015652/2020
Código: 015.738
Interessado: MOHAMED ZEYTOON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial) e não conseguiu comunicar-se durante o atendimento presencial/entrevista e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0013307/2020
Código: 013.392
Interessado: JOSE MIGUEL DOS SANTOS MANUEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0012379/2020
Código: 012.464
Interessada: LORENA CAROLINA NETO TELLEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e tradução, no Brasil, por tradutor público juramentado do atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009482/2020
Código: 009.584
Interessado: ALFREDO ERNESTO SILVA AMARGO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009482/2020
Código: 009.584
Interessado: ALFREDO ERNESTO SILVA AMARGO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0009060/2020
Código: 009.162
Interessado: ISSA SENE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0009060/2020
Código: 009.162
Interessado: ISSA SENE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0007730/2020
Código: 007.832
Interessado: SAM PAZOUKI VAROONEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado complementação de documentação por esta Divisão de Naturalização e o requerente devolveu o processo sem apresentar atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; cópia do documento de viagem internacional; certidão de casamento atualizada e declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0007032/2020
Código: 007.131
Interessado: YASNIEL FAJARDO GOMEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente deixou de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria retromencionada, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0006842/2020
Código: 006.941
Interessado: EMMANUEL UZOMA ANOPUEME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004341/2020
Código: 004.423
Interessado: BRUNO CESAR FERREYRA ALIAGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, apresentando somente o RNE, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0003472/2020
Código: 003.549
Interessado: JENNY ASTRID ROJAS GUTIERREZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0000607/2020
Código: 000.636
Interessado: EMORDI AUSTIN IHENATUOHA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de ABDULRAMAN FAEZ SAID HAYOUB, incluído na Portaria nº 1.087, de 19 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2022, é 19 de maio de 2013, e não como constou. Processo nº 235881.0265135/2022.

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que MARIA PAULA FIGUEROA, incluída na Portaria nº 627, de 31 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 1995, voltou a assinar MARIA PAULA FIGUEROA FERREIRA, em virtude da averbação do Restabelecimento da Sociedade Conjugal do casal KLEBER FERREIRA e MARIA PAULA FIGUEROA, decretada por sentença de 25/02/2019 da MMª Juíza de Direito de Família da Comarca de Contagem - MG. Processo nº (024-06.255.228-6). Mandado anotado no Livro de Protocolo nº 03, sob nº 659/2019. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato - Cartório Nogueira - MG. Processo nº 08018.050263/2022-04

"Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JORGE ALEJANDRO VIDOZA GUILLEN
Processo: 08084.003575/2022-27

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99."

"Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ANDREA DE CARVALHO MAURO GRANDI
Processo: 08018.034427/2022-48

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99."

"Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ARON AHARONI
Processo: 08084.003578/2022-61

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99."

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 1.771 - Em face da informação proferida pelo Setor de Análise de OSCIP-OE, por meio da Nota Técnica n.º 730/2022/OSCIP-OE/CGPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, conheço o recurso administrativo interposto pela entidade social INSTITUTO INTEGRITAS, com sede em Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.180.622/0001-20 para, no mérito, deferir provimento e reconsiderar a decisão de indeferimento proferida por meio do Despacho nº 1136/2022/DPJUS/SENAJUS (18257878), de 10/06/2022, publicado no Diário Oficial da União em 04/07/2022, Seção 1, página 38. Por conseguinte, torno público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO INTEGRITAS, com sede em Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.180.622/0001-20. Processo SEI/MJ nº 08026.000397/2022-77.

Nº 1.772 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social GUARDA MIRIM SOCIAL DE BRASILIA, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 22.995.042/0001-42, conforme Despacho nº 1649/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19716285), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. Processo SEI/MJ nº 08026.000406/2022-20.

Nº 1.773 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO GAIA ASSISTENCIAL, com sede em RIBEIRÃO PRETO, inscrita no CNPJ sob o nº 47.890.171/0001-05, conforme Despacho nº 1654/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19738049), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. Processo SEI/MJ nº 08000.025203/2022-34.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 19/2022/GAB3/CADE

Processo nº 08700.005936/2022-65
Recorrente: HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
Advogados(as): José Del Chiaro, Daniel O. Andreoli, Fabianna Morselli, Ademir Pereira Júnior e outros.
Interessado: Ambev S.A. ("Ambev", "Representada" ou "Recorrida")
Advogados(as): Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek, Raíssa Leite de Freitas Paixão e outros.

A íntegra deste despacho e seu anexo pode ser consultada nos autos do processo no site do Cade.

(...)

Isso posto, diante dos indícios analisados, considero haver fundado receio de que o programa de exclusividade da Representada possa causar lesão irreparável ou de difícil reparação ao mercado e aos consumidores.

Por tal razão, e considerando as condições e esclarecimentos já efetuados em tópico próprio, CONCEDO a medida preventiva, com fundamento no art. 84 da Lei nº 12.529, de 2011, aplicável aos pontos de venda de cerveja de malte, no canal frio, no segmento de bares, restaurantes e casas de show, nos seguintes termos:

a) DETERMINO que até o final da Copa do Mundo do Catar, programada para 18 de dezembro de 2022 (inclusive), a Reclamada não assine novos contratos de exclusividade, admitida a renovação e a substituição de PDVs, nos termos já explicados. O descumprimento injustificado desta determinação implicará em multa de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por estabelecimento excedente e imediata suspensão de todos os programas de exclusividade, em âmbito nacional, pelo período de 5 (cinco) anos.

b) DETERMINO a imediata suspensão de todas as cláusulas contratuais dos contratos de exclusividade que deem preferência, exclusividade ou qualquer tipo de vantagem para a Ambev na abertura de pontos de vendas futuros dos contratados.

c) A Representada deverá limitar os contratos de exclusividade ao montante de 20% (vinte por cento), apurados por número de Pontos de Venda (PDV) e por volume de cerveja de malte, no segmento em questão, dentro de cada base territorial (UF, cidades, conjunto de bairros e interior), como definido em tópico próprio e no anexo a este voto.

d) A Representada deverá observar as regras de exclusividade aplicáveis aos festivais musicais, show, feiras, eventos culturais e esportivos e apresentações musicais, como explicado em tópico próprio.

e) A Representada terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da concessão desta medida preventiva, para apresentar a listagem de todos os PDVs com os quais possui contrato de exclusividade, divididos por cada base territorial (UF, cidade e conjunto de bairros, conforme o caso), tendo por referência os quantitativos vigentes na data da publicação desta medida e os volumes de venda do 2º Trimestre de 2022, ou do dado mais atualizado que tiver disponível.

f) Nos termos descritos em tópico próprio, ultrapassados os limites máximos determinados nesta medida preventiva, fica a Representada proibida de celebrar novos contratos de exclusividade ou renovar os contratos de exclusividade vencidos ou vincendos.

g) A Representada deverá apresentar relatórios trimestrais para demonstrar o cumprimento desta medida, e providenciar as respectivas readequações, como explicado no tópico próprio desta decisão.

h) Todo contrato de exclusividade com os PDVs do segmento ora abordado deverá ter um contrato formal, por escrito, com prazo de vigência não superior a 5 (cinco anos) e não inferior a 1 (um) ano, respeitadas as vigências dos contratos já assinados. A Representada também deverá providenciar a readequação dos seus contratos de exclusividade, nos prazos e termos já explicados.

i) Sem a formalização e registro de um contrato de exclusividade por escrito, nos termos já descritos, resta VEDADA a concessão de qualquer desconto, vantagem, investimento ou promessa de vantagem futura que seja condicionada à qualquer relação de exclusividade, ou limitação de compra de marcas concorrentes, sendo vedada qualquer negociação ou solicitação de exclusividade "de fato", pela empresa ou por seus representantes comerciais.

j) Se a Representada renovar ou celebrar novos contratos de exclusividade após ter conhecimento de ter atingido o limite máximo previsto nesta medida preventiva; se ocultar ou falsear informações sobre volumes ou PDVs com contrato de exclusividade; se atrasar o envio de informações ao CADE, previstas nesta medida ou posteriormente solicitadas; ou se descumprir de forma injustificada a qualquer obrigação prevista nesta medida; arcará com multa diária de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dobrada após 30 dias seguidos de descumprimento, podendo esta multa ser cobrada por infração, quando aplicável.

k) Se não for possível apurar de forma precisa o tempo de descumprimento pretérito, o CADE poderá aplicar uma multa única de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), acrescido da multa diária de R$ 1.000.000,00, aplicada até o efetivo atendimento da determinação.

l) Se o CADE identificar qualquer PDV operando sobre qualquer política de exclusividade, ou de limitação de compra de marcas concorrentes, no segmento e produto tratados nessa medida, sem um contrato formalizado, ou sem que o estabelecimento tenha sido informado nos relatórios trimestrais, a Representada arcará com uma multa de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por estabelecimento comercial assim identificado, ressalvados os PDVs que não tenham atingido o giro mínimo já definido.

m) Se a empresa passar mais de 60 (sessenta) dias em descumprimento às presentes determinações, ou se deliberadamente ocultar ou tentar ocultar informações relativas ao cumprimento desta medida, o CADE poderá determinar a imediata suspensão de todos os contratos de exclusividade e programas conexos por um período de cinco anos, sem prejuízo da aplicação das multas pecuniárias acima referidas. Conforme o caso, essa suspensão poderá ser feita no nível de conjunto de bairros, município, UF ou em âmbito nacional, nos termos já explicados.

n) Esta medida preventiva também será aplicada às cervejarias Heineken, apenas dentro das Unidades da Federação nas quais a referida empresa possua 20% ou mais de fatia de mercado (apurado por volume de cerveja de malte vendida no exercício de 2021), sendo a empresa sujeita às mesmas condições, prazos e penalidades aplicáveis à Representada.

Os comandos contidos nesta medida preventiva valerão não só para a Ambev e para a Heineken, como para todas as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, conforme definição contida no art. 33 da Lei de Defesa da Concorrência e Resolução CADE nº 33/2012, observada a segmentação de mercado já declinada e limitada a abrangência ao território nacional. Neste caso, é responsabilidade das duas empresas darem conhecimento da presente determinação a todas às demais empresas dos respectivos grupos econômicos, e a todos os seus colaboradores e representantes comerciais, sob pena de os respectivos grupos responderem patrimonialmente pelos eventuais descumprimentos.

Tenho por oportuno que a concessão da presente medida preventiva, com fixação dos limites ora descritos, terá o efeito secundário de prover segurança jurídica para os contratos de exclusividade vigentes, ou que venham a ser celebrados depois de 18.12.2022. Nesse contexto, tenho que a presente medida passará a ser uma sinalização para o setor de cervejas das regras aplicáveis aos contratos de exclusividade, o que permitirá que as partes celebrem tais contratos com maior segurança. Registro que, na visão deste Conselho, em determinadas situações, contratos de exclusividade podem ser benéficos ao consumidor final, como reconhecido pelo CADE no caso Gympass. Para que o contrato de exclusividade seja considerado lícito, ele deve atender a três requisitos: i) estar dentro dos limites estabelecidos pelo CADE para o respectivo setor, sem causar o fechamento de mercado relevante; ii) repassar parte significativa das vantagens e eficiências ao consumidor final; e iii) possuir uma lógica econômica baseada na "regra da razão", afastando-se programas e cláusulas que tenham características desprovidas de sentido econômico, ou que sejam meramente predatórias ou exclusionárias.

Autorizo que a Superintendência-Geral avalie, no âmbito das suas atribuições, se é o caso de se estender a presente medida preventiva ao Grupo CP (Cervejaria Petrópolis) ou a outras empresas, se acaso presentes o poder de mercado e potencial anticompetitivo de eventual programa existente no âmbito daquelas cervejarias, questão essa não avaliada nos presentes autos. Em tal hipótese, deverá a SG/CADE adotar as providências de praxe inerentes ao devido processo legal, observado o rito previsto no Regimento Interno do CADE e na Lei de Defesa da Concorrência.

Esclareço que a presente decisão não implica em juízo de ocorrência, ou não, de efetiva infração à ordem econômica por qualquer das partes, questão essa que ainda deverá ser investigada pela SG/CADE e que demanda ampla dilação probatório e juízo exauriente, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Assim, tenho que a presente medida é ora concedida não por eu entender que a infração à ordem econômica já esteja caracterizada, o que ainda demandará conjunto probatório mais amplo, mas por ter constatado que há fundado receio de que os programas de exclusividade ora analisados podem, direta ou indiretamente, causar dano ao mercado de difícil reparação, podendo criar barreiras de entrada artificiais e retirar do mercado as marcas menores de cerveja, como já suficientemente explicado. Além disso, o cenário atual gera tormentosa insegurança jurídica às partes envolvidas, que ficam sem saber se podem ou não celebrar tais contratos, e sob que regras.

Cumpre explicar, e deixar registrado, que a presente decisão não se confunde com o voto do recurso voluntário constante dos autos (1100820), cuja decisão compete ao Tribunal do CADE e que será tempestivamente apresentado por mim em sessão subsequente a esta decisão. A decisão, ora proferida, refere-se ao exercício do poder-dever de tutela de que trata o caput do art. 84 da Lei 12.529, de 2011, e inciso VIII do art. 23 do Regimento Interno do CADE, cuja competência originária para concessão reside no Conselheiro-Relator.

Consigno que o limite de 20% que ora estabeleço é provisório, sendo certo que a fixação do percentual a ser efetivamente observado, e mesmo se os contratos de exclusividade deverão ser admitidos em algum nível no mercado em tela, dependerá das evidências econômicas e dos outros meios de prova trazidos aos autos.

Para tal fim, SOLICITO que, na forma do art. 11 do RICADE, o Departamento de Estudos Econômicos (DEE/CADE) emita seu parecer econômico sobre o caso em julgamento, analisando a definição do mercado relevante sob a ótica do canal frio, segmento de bares, restaurantes e casas noturnas, nas suas dimensões geográfica e do produto. Solicito, ainda, que o DEE/CADE apresente os estudos dos efeitos econômicos dos contratos de exclusividade ora em discussão, tendo por base a análise ex-post do TCC dos Refrigeradores, da suspensão do programa "Tô Contigo" e de outras evidências econômicas. Para tal fim, entendo relevante que se faça um comparativo entre os PDVs com contrato de exclusividade e os sem contrato de exclusividade, de forma a se identificar eventuais ganhos para o mercado e para o consumidor de um ou outro modelo. Sugiro que o estudo em tela seja feito com base em dados empíricos e verificáveis, comparando-se, por exemplo, os preços repassados ao consumidor final, os índices de satisfação e o tempo de sobrevivência dos respectivos PDVs, entre outros dados.

Nesse contexto, solicito que o DEE/CADE apresente estudos sobre os diversos cenários, considerando níveis distintos de contratos de exclusividade no mercado relevante e outras possibilidades de abrangência geográfica, com base na metodologia Juracy-Parente ou de modelos adotados em outros julgados, incluindo propostas de raio considerando um público de 50%, 60% e 75%, verificados por amostragem e com base em PDVs de distintos tamanhos e segmentos de consumidores (consumidores A-B; consumidores A-B-C; e baixa renda). Esses estudos devem avaliar, ainda, o cenário de manutenção dos critérios estabelecidos na presente medida preventiva, podendo avaliar questões relativas ao custo-benefício do monitoramento realizado. Também me parece relevante examinar se eventuais eficiências estão sendo efetivamente repassadas ao consumidor, seja no aspecto da qualidade, seja no aspecto do preço. Sugiro que seja avaliado, ainda, se o conceito de "PDV Premium" passa pelo teste do TMH. Além disso, também me parece pertinente saber se, dentro do segmento da cerveja de malte, há justificativa econômica para o estabelecimento de mais de um mercado relevante, sob a dimensão do produto (por exemplo, cervejas low cost e high end).

Saliento, por oportuno, que tais estudos devem ter por base a análise empírica dos programas de exclusividade concretamente apresentados pelas empresas Ambev e Heineken, considerando os incentivos econômicos dos respectivos programas e as especificidades de cada contrato, sob a ótica de promoção da concorrência, podendo ser utilizados os dados que forem colhidos durante o monitoramento dos respetivos programas, a partir da concessão da presente medida preventiva.

Desde já, FACULTO que as partes apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, pareceres e estudos econômicos que entendam que devam ser considerados pelo DEE/CADE na sua avaliação, notadamente as justificativas econômicas para que os programas de exclusividade ora sub judice sejam mantidos, à luz da "regra da razão", se for esse o caso. Faculto, ainda, que terceiros interessados também apresentem seus estudos, se assim o desejarem, no mesmo prazo ora assinalado.

Desde já, declaro que, diante das condenações pretéritas já feitas por esta Autoridade Antitruste em programas similares da própria Ambev, e tendo em vista a sua situação de super-dominância, o ônus da prova de que o presente programa de exclusividade atende à "regra da razão" reside, agora, com a Representada.

Por fim, diante dos achados levantados no estudo do presente caso, SOLICITO que a SG/CADE diligencie e verifique se a operação conjunta da AMBEV e JBS na plataforma digital "Marketplace BEES" deva ser tratada como um contrato associativo ou joint-venture, para efeitos do art. 88 da Lei de Defesa da Concorrência, e verifique se a referida operação foi tempestivamente notificada, adotando, conforme o caso, as providências de praxe.

É como decido. Publique-se. Intimem-se a Ambev e a Heineken, na forma do regimento, para cumprimento e para os efeitos do art. 213 do RICADE. Determino, ainda, que o teor desta decisão seja comunicado à SG/CADE e à Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, do Ministério da Justiça, para ciência e medidas de sua alçada.

Autorizo, ainda, o ingresso da Cervejaria Petrópolis, Estrella Galicia ou demais cervejarias ou associações de cervejarias no presente feito, se assim desejarem, na qualidade de terceiras interessadas, devendo o pedido ser formulado no prazo de 15 (quinze dias), a contar da publicação da presente decisão.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 17, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Despacho SG Arquivamento Inquérito Administrativo.

Inquérito Administrativonº08700.003211/2016-94 Representante: Yelp, INC. Advogados: José Rubens Battazza Iasbech, Leonardo Peres da Rocha e Silva e Outros. Representadas: Google INC. e Google Brasil Internet Ltda.Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Ademir Antônio Pereira Júnior e Outros.Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as razões da Nota Técnica nº 20/2022/CGAA11//SGA1/SG/CADE (1121545) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica, nos termos do art. 13, IV, da Lei nº 12.529/2011. Ao Setor Processual.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO SG Nº 1398/2022, publicado no DOU nº 181, quinta-feira, dia 21 de setembro de 2022, seção 1, página 86, onde se lê: " DESPACHO SG Nº 1398/2022", leia-se: " DESPACHO SG Nº 1400/2022 "

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 49/GM/MME, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48370.000632/2019-18, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, as Diretrizes para a exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, destinada à República Argentina ou à República Oriental do Uruguai, proveniente de excedente de geração de energia elétrica de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cuja geração seja transmissível e não alocável na carga do SIN.

§ 1º Para fins desta Portaria, entende-se como excedente de geração de energia elétrica de usinas hidrelétricas a geração de energia elétrica realizada que, na ausência da possibilidade de exportação, produziria vertimento turbinável.

§ 2º A exportação poderá ser realizada durante todo o ano.

§ 3º A exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria não deverá afetar a segurança eletroenergética do SIN.

§ 4º Fica dispensada a necessidade de lastro contratual para exportação nos termos desta Portaria.

Art. 2º Para exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE operacionalizará processo competitivo periódico entre os comercializadores interessados a participar do processo de exportação.

§ 1º Poderão participar do processo competitivo de que trata o caput os agentes comercializadores que estejam adimplentes com as obrigações setoriais, inclusive junto à CCEE, mesmo que não tenham sido autorizados pelo Ministério de Minas e Energia nos termos da Portaria nº 596/GM/MME, de 19 de outubro de 2011.

§ 2º Os comercializadores deverão apresentar ofertas de montante e preço no processo competitivo, considerando as perdas, com entrega de energia no último Ponto de Medição Padrão CCEE disponível, ou seja, na fronteira do Brasil ou na Conversora em que ocorrer a exportação e a contabilização no Centro de Gravidade do SIN.

§ 3º As Diretrizes para o processo competitivo, incluindo o preço mínimo, requisitos de habilitação e garantia financeira serão estabelecidas em regras, procedimentos de comercialização e procedimentos operativos específicos do processo competitivo.

§ 4º A metodologia de definição do preço mínimo de que trata o § 3º deverá ser submetida a instrumento de participação social, bem como não poderá estabelecer preço inferior ao valor mínimo regulatório do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

§ 5º As regras de comercialização poderão estabelecer sanções aos agentes comercializadores vencedores do processo competitivo de que trata este artigo, em caso de exportação inferior ao montante de energia elétrica potencialmente programado destinado à exportação, nos termos desta Portaria, e à totalidade da exportação ofertada no processo competitivo de que trata o caput.

§ 6º Para que seja programada a exportação, a CCEE deverá informar ao ONS o resultado do processo competitivo conforme regras, procedimentos operativos e de comercialização específicos.

§ 7º Os agentes comercializadores responsáveis pela exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria devem ser autorizados pelo Ministério de Minas e Energia nos termos da Portaria nº 596/GM/MME, de 2011, estar adimplentes com as obrigações setoriais, inclusive junto à CCEE, bem como cumprir regulamentação específica sobre a contratação, apuração e liquidação dos encargos referentes ao uso do sistema de transmissão.

§ 8º Os agentes comercializadores que participarem do processo competitivo de que trata o caput e não detenham autorização do Ministério de Minas e Energia para realizar a exportação nos termos da Portaria nº 596/GM/MME, de 2011, deverão firmar contratos bilaterais com os agentes comercializadores de que trata o § 7º para concluir o processo de exportação.

§ 9º Os agentes comercializadores apresentarão, diretamente às partes importadoras da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai, ofertas de montante, preço e respectiva duração da exportação de energia elétrica.

Art. 3º O ONS deverá considerar as solicitações dos Países vizinhos para exportação pelo Brasil, nesta modalidade, na programação diária da operação, limitando ao montante ofertado pelos agentes comercializadores e informados pela CCEE, conforme processo competitivo de que trata o art. 2º, com entrega de energia no último Ponto de Medição Padrão CCEE disponível, ou seja, na fronteira do Brasil ou na Conversora em que ocorrer a exportação, considerando as perdas.

Art. 4º A energia elétrica gerada com fins de exportação será considerada no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e será destinada integralmente como recurso de geração para exportação de que trata esta Portaria.

§ 1º O recurso financeiro proveniente do processo competitivo promovido pela CCEE, considerando as ofertas de montante e preço apresentadas pelos agentes comercializadores, será rateado entre as usinas participantes do MRE, com o mesmo critério de rateio desse Mecanismo.

§ 2º O recurso financeiro de que trata o § 1º será destinado aos titulares das usinas participantes do MRE, com exceção das usinas do regime de cotas de garantia física e da Usina Hidrelétrica Itaipu, cujo recurso será destinado aos agentes distribuidores cotistas com fins de modicidade tarifária.

Art. 5º A exportação não será considerada na formação do PLD e nos processos de planejamento e programação da operação associados à otimização eletroenergética por meio de modelos computacionais.

§ 1º A CCEE deverá estabelecer estimativa de coeficiente de perdas associado ao despacho para exportação, que será considerado na operação pelo ONS.

§ 2º Em caso de restrições de operação para exportação, o ONS deverá considerar todas as modalidades de exportação e priorizar a ordem da apresentação da solicitação de despacho para exportação e da existência de excedentes hidrelétricos.

§ 3º O ONS deverá publicar informações relacionadas ao vertimento turbinável com base em dados dos agentes hidrelétricos de forma a garantir a transparência do processo.

§ 4º Na ocorrência de redução da exportação em relação ao valor programado, o ONS deverá buscar reduzir as diferenças entre a exportação e a geração das usinas associadas.

§ 5º Eventos do Sistema Elétrico Brasileiro que afetem a exportação de energia elétrica programada deverão ser documentados e disponibilizados pelo ONS aos agentes.

§ 6º Os agentes não disporão de quaisquer compensações por eventuais interrupções da referida exportação.

Art. 6º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia exportada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

§ 1º As regras e procedimentos de que trata o caput serão temporários até que haja aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, sem ensejar recontabilização em razão do advento da nova regulamentação.

§ 2º Os agentes de geração e comercialização participantes estarão obrigados a cumprir o disposto nas regras e procedimentos de que trata o caput para realizar a exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria.

Art. 7º Fica vedada a prática de exportação de energia elétrica proveniente de usinas de que trata o art. 1º em modalidade distinta da estabelecida nesta Portaria, ressalvada situação emergencial ou de teste definida pelo operador nacional do sistema elétrico de cada País.

§ 1º A exportação de energia elétrica na modalidade de energia de oportunidade com devolução será permitida apenas ao(s) País(es) detentor(es) de saldo positivo para compensação de energia elétrica pelo Brasil nessa modalidade, até o esgotamento do referido saldo.

§ 2º Não se aplica o caput aos saldos eventuais decorrentes dos desvios da exportação de energia elétrica em relação à programação da exportação de que trata esta Portaria, bem como aos demais normativos relacionados aos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

Art. 8º As Diretrizes de exportação de que trata esta Portaria terão validade até 31 de dezembro de 2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

ADOLFO SACHSIDA

PORTARIA Nº 688/GM/MME, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48330.000134/2022-39, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, as Diretrizes propostas para licitação ou prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica vincendas, constantes do Anexo à esta Portaria.

Parágrafo único. Os documentos e informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento das Diretrizes de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

ANEXO

Das Diretrizes Gerais

1) As concessões de transmissão serão licitadas no advento do termo contratual, utilizando o critério do menor valor de receita anual para prestação do serviço público, atendendo o disposto no inciso I do art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

2) As instalações das concessões poderão ser licitadas em conjunto com outras instalações de transmissão novas ou existentes.

3) Quando não houver viabilidade para a licitação, as concessões de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas nos termos do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e do art. 6º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

4) A concessionária deverá apresentar, com antecedência de 60 (sessenta) meses do advento do termo da contratual, diagnóstico dos equipamentos que integram a concessão, em formato previamente definido pelo Poder Concedente, contendo a condição, data de início de operação comercial, histórico de falhas e manutenção, sobressalentes acompanhados de data room das instalações constantes no contrato.

5) Caberá ao Ministério de Minas e Energia, subsidiado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, definir as melhorias, reforços e novas instalações relacionadas às instalações de transmissão pertencentes à concessão em fim de vigência, as quais constarão no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE, conforme Portaria nº 215/GM/MME, de 11 de maio de 2020, e serão informadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com antecedência de até 35 (trinta e cinco) meses do advento do termo contratual.

Da Licitação

6) A licitação poderá incluir, além dos ativos em serviço, melhorias, reforços e novas instalações previstas pelo planejamento setorial para garantir a atualidade do serviço, conforme o Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE, elaborado de acordo com a Portaria nº 215/GM/MME, de 2020.

7) A licitação será realizada sem a reversão prévia dos bens vinculados à prestação do serviço.

8) A indenização pelos ativos ainda não amortizados a serem transferidos para a nova concessão deverá ser paga pelo vencedor do certame à antiga concessionária, nos termos do Edital do Leilão.

9) O valor da indenização será estabelecido conforme regulamentação da ANEEL, e observando-se o disposto no art. 4º, § 3º da Lei nº 9.074, de 1995, e nos §§ 2º e 4º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 2013.

10) Será de responsabilidade da vencedora do certame a prestação do serviço público de transmissão, inclusive a assunção, renovação ou substituição dos contratos, escrituras e registros de imóveis existentes entre a antiga concessionária e terceiros, necessários à prestação do serviço, de acordo com regras e critérios estabelecidos pela ANEEL.

11) A ANEEL elaborará o edital de licitação e a minuta de contrato de concessão, observando o que estabelece a Lei nº 8.987, de 1995, bem como adotará as medidas necessárias para a realização do leilão, nos termos do art. 3º-A, § 2º, da Lei nº 9.427, de 1995.

12) A ANEEL poderá estabelecer em contrato a adequação regulatória dos ativos outorgados, por meio da transferência de ativos, observando a classificação das instalações de que trata o art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995.

13) A adequação regulatória poderá ocorrer mediante a transferência das Demais Instalações de Transmissão - DIT da base de ativos da transmissora para as distribuidoras a ela conectadas.

14) As instalações de transmissão compartilhadas entre transmissoras poderão ser transferidas da concessão em final de vigência para a concessão de transmissão existente que compartilha os ativos, conforme regulamentação da ANEEL, desde que haja benefícios para a operação das instalações e que seja preservada a adequação regulatória quanto à classificação das instalações de que trata o art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995.

15) Poderá ser previsto um período de transição, após a assinatura do contrato, para transferência dos ativos e assunção do serviço concedido.

16) As regras e critérios do período de transição, inclusive quanto aos pagamentos devidos à concessionária antecessora, serão estabelecidos pela ANEEL e deverão constar do edital do leilão.

Da Prorrogação em Caso de Inviabilidade de Licitação

17) As concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo art. 4º da Lei nº 9.074, de 1995, ou pelo art. 6º da Lei nº 12.783, de 2013, poderão ser prorrogadas quando da inviabilidade de sua licitação, a fim de assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária, desde que requerido pela concessionária à ANEEL com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) meses do advento do termo contratual.

18) A inviabilidade da licitação deverá ser fundamentada pela ANEEL, após a realização de Consulta Pública, com base em critérios de racionalidade operacional e econômica, que apontem de forma justificada não haver benefícios na licitação para o serviço ou para os usuários.

19) A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a inviabilidade da licitação em até 21 (vinte e um) meses antes do advento do termo contratual.

20) A ANEEL deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia o requerimento de prorrogação, acompanhado dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e das qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica da concessionária.

21) O Ministério de Minas e Energia emitirá a decisão quanto à prorrogação em até 18 (dezoito) meses antes do advento do termo contratual.

22) A prorrogação será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço ainda não amortizados e será condicionada à aceitação expressa pela concessionária da receita e das demais condições constantes do termo aditivo ao contrato de concessão elaborado pela ANEEL.

23) A partir da decisão do Ministério de Minas e Energia pela prorrogação, o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão será disponibilizado à concessionária, devendo ser assinado no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da convocação.

24) O descumprimento do prazo de assinatura do Contrato implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo, cabendo ao Ministério de Minas e Energia, subsidiado pela ANEEL, definir uma alternativa para a continuidade do serviço.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

27203.809359/1975 - Portaria Nº 363/SGM/MME - Companhia Geral de Minas - Bauxita - Poços de Caldas - Minas Gerais - 317,36 hectares.

27203.832719/2004 - Portaria Nº 364/SGM/MME - Varginha Mineração e Loteamentos Ltda., - Bauxita - Poços de Caldas - Minas Gerais - 253,49 hectares.

48404.840001/2018 - Portaria Nº 365/SGM/MME - Mineradora Era Mar Ltda., - Gipsita - Ouricuri - Pernambuco - 151,08 hectares.

48403.830619/1979 - Portaria Nº 366/SGM/MME - Companhia Geral de Minas - Minério de Alumínio - Caldas - Minas Gerais - 216,00 hectares.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.041, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria nº 6.405, de 27 de maio de 2020, e o que consta dos Processos nº 48500.003882/2011-11, nº 48500.001552/2018-68 e nº 48500.005908/2020-57, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 2.1 do Submódulo 7.4 e a versão 1.1 do Submódulo 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária- PRORET.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022

HÉLVIO NEVES GUERRA

ANEXO LIV

Módulo 7: Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição
Submódulo 7.4
TARIFAS PARA CENTRAIS GERADORAS
Versão 2.1

1. OBJETIVO

1. Estabelecer a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição aplicáveis às centrais geradoras - TUSDg.

2. ABRANGÊNCIA

2. Aplica-se a todas as revisões e aos reajustes tarifários de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica que possuam centrais geradoras conectadas ao sistema de distribuição.

3. CRITÉRIOS GERAIS

3. As tarifas para as centrais geradoras serão definidas de acordo com metodologias específicas aplicadas a cada subgrupo tarifário.

4. As tarifas para as centrais geradoras do subgrupo A2, conectadas em tensão igual a 138 kV ou 88 kV são nominais e definidas com utilização de metodologia nodal.

5. As tarifas para as centrais geradoras conectadas nos níveis de tensão de 2,3 kV a 69 kV serão definidas por subgrupo tarifário (A4, A3a e A3a).

6. As tarifas para as centrais geradoras conectadas em tensão igual ou inferior a 2,3 kV, pertencentes ao grupo B, será definida segundo características da central geradora e da rede em que se se conecta.

7. As Tarifas de Referência serão apuradas no momento da revisão tarifária periódica, exceção para as centrais geradoras do subgrupo A2 que podem ter nova tarifa de referência apurada nos reajustes tarifários anuais ou das centrais geradoras que participem de leilão de energia nova.

4. DEFINIÇÕES

8. Para os fins e efeitos desse submódulo, são adotados os seguintes critérios e conceitos:

i. Redes Unificadas - RU: conjuntos de instalações de transmissão e distribuição, na tensão de 138 kV ou 88 kV, que possuam pelo menos uma central geradora conectada, incluindo:

a) transformadores de potência classificados como Rede Básica com tensão secundária de 138 kV ou 88 kV, b) Demais Instalações de Transmissão - DIT - classificadas como compartilhadas ou como de uso exclusivo de concessionárias ou de permissionárias de distribuição e c) as instalações de propriedade das concessionárias ou permissionárias de distribuição, separadas entre si segundo critérios técnicos;

ii. Fluxo de potência de referência: calculado com base na topologia da rede e nos montantes de carga e geração projetados no período de cálculo, para o Sistema Interligado Nacional - SIN, adicionado dos dados das concessionárias e permissionárias de distribuição e concessionárias de transmissão, necessários para modelagem das RU.

5.TARIFA PARA AS CENTRAIS GERADORAS DO AGRUPAMENTO AT-2 (SUBGRUPO A2)

5.1. TARIFA DE REFERÊNCIA

5.1.1 COMPOSIÇÃO DA TUSDg EM A2

9. As tarifas para as centrais geradoras do subgrupo A2 são nominais, formada por três componentes tarifárias como segue:

i. TUSDg-D/DIT: parcela relativa à receita da Rede Unificada - RU;

ii. TUSDg - T: parcela relativa ao fluxo de exportação para a Rede Básica; e

iii. TUSDg - ONS: parcela relativa ao custeio do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

5.1.2 CÁLCULO DA COMPONENTE TUSDg-D/DIT

10. A receita de referência de uma RU será estabelecida pelo somatório das seguintes parcelas:

i. Receitas Anuais Permitidas dos transformadores de potência classificados como Rede Básica, com tensão secundária de 88 kV ou 138 kV;

ii. Parcela das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das DIT compartilhadas ou de uso exclusivo de distribuidoras, no nível de tensão de 88 kV ou 138 kV; e

iii. Receita anual apurada pela ANEEL para as instalações em 88 kV ou 138 kV, incluídos os transformadores de potência com tensão secundária nestes níveis de tensão, de propriedade de concessionárias ou permissionárias de distribuição, composta pela soma dos valores dos seguintes itens:

a. Remuneração das instalações de distribuição em serviço;

b. Quota de reintegração regulatória;

c. Custos operacionais associados ao ativo em serviço;

d.Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE; e

e. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética

5.1.3 CRITÉRIO DE CÁLCULO DA COMPONENTE TUSDg-D/DIT

11. A componente TUSDg-D/DIT será estabelecida com base na metodologia nodal, disposta no Submódulo 9.4 do PRORET, e deverá observar os seguintes critérios:

i. rateio da receita de referência da RU de forma proporcional às cargas e aos Montantes de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD - contratados por centrais geradoras representados na RU, considerando a diferença de montantes como geração ou carga fictícia, de acordo com a equação a seguir:

$$RRD_{138kV}^{G} = \frac{0{,}5 * (G_{real} + G_{ficticia}) * RRD_{138kV}}{(G_{real} + C_{ficticia})} \quad (1)$$

Onde:
RRD_{138kV}^{G} = Parcela da receita de referência alocada ao segmento geração;

RRD_{138kV} = Receita de referência da RU;

G_{real} = Geração real da RU despachada conforme fluxo de potência de referência;

$G_{ficticia}$ = Geração fictícia em relação à Rede Básica, apurada pelo déficit de Carga em relação à Geração real; e

$C_{ficticia}$ = Carga fictícia em relação à Rede Básica, apurada pelo déficit de Geração real em relação à Carga.

ii. limite mínimo de zero e máximo de cem por cento para o fator de ponderação de carregamento das linhas de transmissão e transformadores de potência;

iii. consideração do despacho de todas as centrais geradoras de forma proporcional às suas potências instaladas, com base no fluxo de potência de referência para atendimento às cargas dos submercados a que estiverem conectadas as referidas centrais, para consideração da parcela $TUSDg\_D/DIT_{DR}$ e $TUSDg\_T_{DR}$;

iv. consideração do despacho de todas as centrais geradoras de forma proporcional às suas potências instaladas, com base no fluxo de potência de referência para atendimento às cargas do Sistema Interligado Nacional - SIN, para formação da parcela $TUSDg\_D/DIT_{DN}$ e $TUSDg\_T_{DN}$;

v. utilização do Fator de Demanda definido no Submódulo 9.4 do PRORET;

vi. uso das capacidades nominais de longa duração constantes dos Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST, para os transformadores de potência integrantes da Rede Básica;

vii. uso de valores padronizados para as capacidades nominais de longa duração das linhas de transmissão e transformadores de potência pertencentes às concessionárias ou permissionárias de distribuição ou integrantes das DIT, segundo critérios definidos pela ANEEL;

viii. uso de valores padronizados de custos de reposição de equipamentos para as linhas de transmissão e transformadores de potência, para fins de cálculo dos custos unitários dos equipamentos, segundo critérios definidos pela ANEEL;

ix. valor mínimo da tarifa igual a zero; e

x. Quando não existir déficit de carga ou geração, a correspondente componente fictícia da equação (1) será nula.

12.A componente TUSDg-D/DIT será definida pela composição dos dois despachos definidos nos itens iii e iv do parágrafo 11, conforme equação:

$$TUSDg\_D/DIT = P_{DR} * TUSDgD/DIT_{DR} + P_{DN} * TUSDgD/DIT_{DN} \quad (2)$$

Onde:
P_{DR} = Participação do Despacho Regional;
P_{DN} = Participação do Despacho Nacional;

5.1.4 CRITÉRIO DE CÁLCULO DA COMPONENTE TUSDg-T

13. Quando o fluxo de potência de referência resultar em exportação de geração da RU para a Rede Básica, será calculada a componente tarifária TUSDg-T, destinada a remunerar o uso do sistema de transmissão, apurada com base nos seguintes critérios:

i. cálculo de encargo de uso do sistema de transmissão devido ao fluxo de exportação por ponto de conexão à Rede Básica; e

ii. rateio do somatório dos encargos de uso do sistema de transmissão proporcionalmente ao sinal locacional e ao MUSD de cada central geradora da RU.

14.A componente TUSDg_T será definida pela composição dos dois despachos definidos nos itens iii e iv do parágrafo 11, conforme equação:

$$TUSDg\_T = P_{DR} * TUSDg\_T_{DR} + P_{DN} * TUSDg\_T_{DN} \quad (3)$$

5.1.5 CRITÉRIO DE CÁLCULO DA COMPONENTE TUSDg-ONS

15. A componente tarifária TUSDg-ONS será calculada com base no orçamento anual do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, homologado pela ANEEL, de forma proporcional aos Montantes de Uso dos Sistemas de Transmissão - MUST - e de Distribuição - MUSD - contratados pelas centrais geradoras.

5.1.6 LIMITADOR TARIFÁRIO

16. A TUSDg de referência terá seu valor limitado ao maior valor de Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST - apurado para o segmento geração nas barras de Rede Básica as quais as respectivas Redes Unificadas se conectam, da seguinte forma:

i. para todas as centrais geradoras que estão em operação comercial ou entrarem em operação comercial e celebrarem Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD - até 30 de junho de 2013;

ii. para as centrais geradoras que se conectem em redes unificadas importadoras, assim identificadas no momento do cálculo das TUSDg de referência; e

iii. para as centrais geradoras de fonte hidráulicas, independente da característica da rede unificada ser importadora ou exportadora.

17. A aplicação do limitador tarifário será considerada no momento de cálculo da nova tarifa de referência.

5.1.7 CRITÉRIOS PARA CÁLCULO DAS TARIFAS DE REFERÊNCIA

18. Anualmente, até o dia 1º de julho, serão homologadas as TUSDg de referência, calculadas de acordo com o disposto nesse submódulo, para as novas centrais geradoras e para as centrais geradoras que possuam CUSD celebrados com distribuidora cuja revisão tarifária ocorrerá nos 12 meses seguintes ao dia 1° de julho, sendo que:

i. as TUSDg de referência servirão de base para o cálculo da TUSDg na data contratual de revisão ou reajuste tarifário de cada distribuidora;

ii. a central geradora que tiver o MUSD alterado será considerada como nova central geradora, para efeitos de cálculo da TUSDg.

19. Previamente aos leilões de energia nova, a ANEEL publicará a TUSDg de referência para os novos empreendimentos de geração que não estejam em operação comercial, participantes do certame, com conexão prevista em 138 ou 88 kV.

5.1.8 ABERTURA TARIFÁRIA - FORMAÇÃO DAS COMPONENTES TARIFÁRIAS

20.No processo tarifário da distribuidora a componente TUSDg-D/DIT de uma central geradora será decomposta proporcionalmente às parcelas da receita de referência da distribuidora com a qual possui Contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD - celebrado.

21. A receita de referência da distribuidora é composta pelas parcelas discriminadas no parágrafo 10.

22. As componentes tarifárias TUSDg-T e TUSDg-ONS são componentes específicas.

5.1.9 ATUALIZAÇÃO DAS TARIFAS DE REFERÊNCIA

23. No processo tarifário da distribuidora serão homologadas as TUSDg das centrais geradoras com novas tarifas de referência, a partir da atualização da TUSDg de referência definida em 1º de julho precedente, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV - acumulado no período.

24. Nos reajustes tarifários das distribuidoras, as TUSDg vigentes serão atualizadas de acordo com cada componente específico de custo, como segue:

i. Componente TUSDg-D/DIT:

a.Parcela B, formada pela receita correspondente às parcelas descritas nas alíneas a, b e c do inciso III do parágrafo 10: reajustada pelo valor da diferença (IVI - Fator X) apurado nos termos do Módulo 3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET;

b.Parcela A, formada pelas receitas referidas nos incisos I, II e pelas parcelas de receita descritas nas alíneas d, e, f do inciso III, todos do parágrafo 10: reajustada pelo índice de variação de preços (IVI) apurado nos termos do Módulo 3 do PRORET.

ii. Componente TUSDg-T: reajustado pelo índice de variação de preços (IVI) apurado nos termos do Módulo 3 do PRORET;

iii. Componente TUSDg-ONS: reajustado pelo índice de variação de preços (IVI) apurado nos termos do Módulo 3 do PRORET.

25. A TUSDg de que trata o parágrafo 19, para as centrais geradoras que se sagrarem vencedoras dos respectivos certames, será aplicada aos 10 ciclos tarifários de distribuição a contar daquele da entrada em operação comercial das centrais de geração prevista no edital do leilão.

26. A TUSDg de referência publicada para os leilões de energia, nos termos do parágrafo 19, será atualizada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

5.2 TARIFAS BASE ECONÔMICA

27. As Tarifas base econômica das centrais geradoras do subgrupo A2 não serão atualizadas pelo fator multiplicativo, sendo de valor igual às Tarifas de Referência.

5.3 TARIFAS DE APLICAÇÃO

28. As Tarifas base financeira das centrais geradoras serão apuradas conforme disposto no item 3.2 do Submódulo 7.3.

29. As Tarifas base financeira das centrais geradoras do subgrupo A2 que se sagraram vencedoras nos leilões de energia nova e que tiveram suas tarifas previamente estabelecidas e estabilizadas nos termos do parágrafo 25, não serão atualizadas pelo fator multiplicativo, sendo igual às Tarifas base econômica.

6.TARIFA PARA AS CENTRAIS GERADORAS DO AGRUPAMENTO AT-3 (SUBGRUPO A3)

6.1. TARIFA DE REFERÊNCIA

30. Para as centrais geradoras do subgrupo A3, conectadas em 69 kV, a Tarifa de referência será obtida pela atualização, de cada componente tarifário que compõe a tarifa de referência, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado desde o último processo tarifário.

6.2. TARIFAS BASE ECONÔMICA

31. As Tarifas base econômica das centrais geradoras do subgrupo A3 não serão atualizadas pelo fator multiplicativo, sendo de valor igual às Tarifas de Referência.

6.3. TARIFAS DE APLICAÇÃO

32. A Tarifa base financeira será obtida pelo produto da Tarifa base econômica por um fator multiplicativo, por componente tarifário, conforme definido no item 3.2 do Submódulo 7.3.

7. TARIFA PARA AS CENTRAIS GERADORAS DO AGRUPAMENTO MT (SUBGRUPO A3a e A4)

7.1. TARIFA DE REFERÊNCIA

7.1.1. TUSDg FIO B

33. A Tarifa de Referência TUSDg FIO B será apurada no momento da revisão tarifária a partir da Tarifa de Referência do segmento consumo, definida conforme o Submódulo 7.2, de acordo com a seguinte equação:

$$\mathrm{TR\_FIO\ B}_{g}^{MT} = \vartheta_{MT} \cdot \left(\rho^{MT} \times \mathrm{TR\_FIOB}_{FP}^{MT} + (1 - \rho^{MT}) \cdot \mathrm{TR\_FIOB}_{P}^{MT}\right) \quad (4)$$

onde:

$\mathrm{TR\_FIO\ B}_{g}^{MT}$: Tarifa de Referência TUSD FIO B da modalidade geração para o agrupamento MT, em R$/kW;

$\mathrm{TR\_FIOB}_{FP}^{MT}$: Tarifa de Referência TUSD FIO B para consumidores do agrupamento MT, no posto tarifário fora ponta, em R$/kW;

$\mathrm{TR\_FIOB}_{P}^{MT}$: Tarifa de Referência TUSD FIO B para consumidores do agrupamento MT, no posto tarifário ponta, em R$/kW;

ρ^{MT}: ponderador que define a participação das Tarifas de Referência ponta e fora ponta do segmento consumo na composição da Tarifa de Referência das centrais geradoras em MT; e

ϑ_{MT}: relação entre o custo de atendimento de uma central geradora no agrupamento MT e o custo médio do agrupamento.

34. O custo de atendimento de uma central geradora no agrupamento MT é obtido a partir do custo médio calculado conforme item 3.2 do Submódulo 7.2, considerando apenas o custo das linhas e conexão de linha do agrupamento MT.

7.1.2. TUSDg PERDAS TÉCNICAS

35. As Tarifas de Referência para as perdas técnicas, apuradas no momento da revisão tarifária, são calculadas por agrupamento de acordo com a seguinte equação:

$$\mathrm{TR\_PT}_{g}^{k} = \frac{\mathrm{FPE\%(k).\ PME}}{100} . (1 - \theta_k) . \left(\frac{\mathrm{E_G(k)}}{\mathrm{MD\ (kW)}_k}\right) \quad (5)$$

onde:

$\mathrm{TR\_PT}_{g}^{k}$: tarifa de referência TUSDg Perdas Técnicas do agrupamento k, em R$/kW;

FPE%(k): fator de perdas de energia do agrupamento k;

PME: preço médio de repasse de energia da concessionária em R$/MWh;

θ_k: definido conforme Submódulo 7.2;

$E_G(k)$: energia gerada pelas centrais geradoras conectadas no agrupamento k; e

$MD(kW)_k$: mercado de referência de demanda, em kW, para o agrupamento.

7.1.4. TUSDg ENCARGOS

36. A Tarifa de Referência para a componente tarifária TFSEE é definida aplicando-se a alíquota percentual da base de cálculo à tarifa de referência do componente tarifário TUSDg FIO B.

37. A Tarifa de Referência para a componente tarifária P&D é definida aplicando-se a alíquota percentual da base de cálculo ao somatório das tarifas de referência dos componentes tarifários TUSDg FIO B, TUSDg Perdas Técnicas e TUSDg TFSEE.

7.2 TARIFAS BASE ECONÔMICA

38. A TUSDg Base Econômica será a tarifa de referência atualizada pelo fator multiplicativo de cada componente tarifário, conforme disposto no item 3.1 do Submódulo 7.3.

7.3. TARIFAS DE APLICAÇÃO

39. A tarifa base financeira deverá ser obtida pelo ajuste da tarifa base econômica pelo fator multiplicativo da receita financeira de cada componente tarifário, conforme procedimento disposto no item 3.2 do Submódulo 7.3.

40. A TUSDg de Aplicação será o somatório da TUSDg base econômica e TUSDg base financeira.

8.TARIFA PARA AS CENTRAIS GERADORAS DO AGRUPAMENTO BT (GRUPO B)

8.1. TARIFA DE REFERÊNCIA

8.1.1. TUSDg FIO B

41. As Tarifas de Referência TUSDg FIO B para as centrais geradoras do agrupamento BT, conectadas em tensão inferior a 2,3 kV, apuradas no momento da revisão tarifária, são determinadas de acordo com o Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD da central geradora em relação à potência nominal do transformador de distribuição existente na rede no momento da solicitação de acesso. São definidos 2 tipos de conexões:

i. Tipo 1: MUSD menor que a potência nominal do transformador de distribuição; a Tarifa de Referência TUSDg FIO B será definida com base no custo de atendimento considerando apenas o custo das redes de baixa tensão; ou

ii. Tipo 2: MUSD maior que a potência nominal do transformador de distribuição; a Tarifa de Referência TUSDg FIO B será definida com base no custo de atendimento considerando os custos das redes, postos de transformação e transformadores de distribuição de baixa tensão e os custos de linhas e conexão de linhas de média tensão.

42. A Tarifa de Referência TUSDg FIO B é obtida a partir da Tarifa de Referência do segmento consumo, definido conforme o Submódulo 7.2, de acordo com a seguinte equação:

$$\mathrm{TR\_FIO\ B}_{g}^{BT-u} = \vartheta_{BT-u} \cdot \left(\rho^{BT} \times \mathrm{TR\_FIOB}_{FP}^{BT} + (1 - \rho^{BT}) \cdot \mathrm{TR\_FIOB}_{P}^{BT}\right) \quad (6)$$

onde:

u: Tipo de conexão, 1 ou 2, conforme parágrafo 10;

$\mathrm{TR\_FIO\ B}_{g}^{BT-u}$: Tarifa de Referência TUSDg FIO B da modalidade geração para o agrupamento BT, em R$/kW, para o tipo u;

$\mathrm{TR\_FIOB}_{FP}^{BT}$: Tarifa de Referência TUSD FIO B para consumidores do agrupamento BT, no posto tarifário fora ponta, em R$/kW;

$\mathrm{TR\_FIOB}_{P}^{BT}$: Tarifa de Referência TUSD FIO B para consumidores do agrupamento BT, no posto tarifário ponta, em R$/kW;

ρ^{BT}: ponderador que define a participação das Tarifas de Referência ponta e fora ponta do segmento consumo na composição da Tarifa de Referência das centrais geradoras em BT; e

ϑ_{BT-u}: relação entre o custo de atendimento de uma central geradora no agrupamento BT e o custo médio do agrupamento para o tipo u (Tipo 1 ou Tipo 2).

8.1.2. TUSDg PERDAS TÉCNICAS

43. As Tarifas de Referência para as perdas técnicas, apuradas no momento da revisão tarifária, são calculadas por agrupamento de acordo com a equação 5.

8.1.3. TUSDg ENCARGOS

44. A Tarifa de Referência para a componente tarifária TFSEE é definida aplicando-se a alíquota percentual da base de cálculo à tarifa de referência do componente tarifário TUSDg FIO B.

45. A Tarifa de Referência para a componente tarifária P&D é definida aplicando-se a alíquota percentual da base de cálculo ao somatório das tarifas de referência dos componentes tarifários TUSDg FIO B, TUSDg Perdas Técnicas e TUSDg TFSEE.

8.2 TARIFAS BASE ECONÔMICA

46. A TUSDg Base Econômica será a tarifa de referência atualizada pelo fator multiplicativo de cada componente tarifário, conforme disposto no item 3.1 do Submódulo 7.3.

8.3. TARIFAS DE APLICAÇÃO

47. A tarifa base financeira deverá ser obtida pelo ajuste da tarifa base econômica pelo fator multiplicativo da receita financeira de cada componente tarifário, conforme procedimento disposto no item 3.2 do Submódulo 7.3.

48. A TUSDg de Aplicação será o somatório da TUSDg base econômica e TUSDg base financeira.

9.DA RECEITA FATURADA PELA DISTRIBUIDORA COM A TUSDg DO AGRUPAMENTO AT-2

49. As receitas associadas às componentes TUSDg-T e TUSDg-ONS serão repassadas respectivamente às transmissoras e ao ONS, pelas distribuidoras, por meio do Contrato de Uso dos Sistemas de Transmissão - CUST.

50. Para as distribuidoras que não possuam CUST com o ONS, o repasse da receita deverá ser feito por meio do CUSD celebrado entre a distribuidora suprida e a respectiva supridora.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

51. Para mitigar grandes variações da TUSDg dos agrupamentos MT e BT, pode-se analisar em cada processo tarifário uma regra de transição, escalonando a aplicação da nova.

52. Para as centrais geradoras conectadas em 138 kV ou 88 kV, não consideradas nominalmente no momento de cálculo das tarifas de referência, será definida uma tarifa genérica, com base na média das tarifas de referência de todas as centrais geradoras, consideradas como novas, da respectiva distribuidora acessada.

53. As tarifas de que tratam o parágrafo 52 devem ser utilizadas no faturamento do encargo de uso do sistema de distribuição para acesso ao sistema de distribuição em caráter temporário em níveis de tensão de 88 kV ou 138 kV.

54.Para o ciclo tarifário 2023/2024, a participação P_{DR} será igual a 90% e P_{DN} igual a 10%.

55.Para o ciclo tarifário 2024/2025, a participação P_{DR} será igual a 80% e P_{DN} igual a 20%.

56.Para o ciclo tarifário 2025/2026, a participação P_{DR} será igual a 70% e P_{DN} igual a 30%.

57.Para o ciclo tarifário 2026/2027, a participação P_{DR} será igual a 60% e P_{DN} igual a 40%.

58.Do ciclo 2027/2028 em diante, a participação P_{DR} será igual a 50% e P_{DN} igual a 50%.

ANEXO LXIII

Submódulo 9.4

CÁLCULO DAS TARIFAS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (TUST) E TARIFA DE TRANSPORTE DE ITAIPU

Versão 1.1 C

1. OBJETIVO

1. Estabelecer os procedimentos utilizados para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da Tarifa de Transporte de Itaipu.

2. ABRANGÊNCIA

2. Aplica-se às centrais de geração, autoprodutores, consumidores, importadores e exportadores de energia elétrica, ou seja, todos aqueles que acessam a rede básica (sistêmica), em nível de tensão igual ou superior à 230 kV, bem como aos novos empreendimentos de geração participantes de leilões de energia nova com previsão de conexão à rede básica e que não estejam em operação comercial.

3. METODOLOGIA NODAL PARA CÁLCULO DA TUST-RB

3. A metodologia para cálculo das tarifas e encargos nodais se baseia na estimativa de custos que os usuários impõem à rede nos períodos de exigência máxima, calculados a partir dos custos de investimento, operação e manutenção da rede mínima capaz de transportar os fluxos ocasionados em tais pontos.

4. Os encargos são ajustados ao montante necessário para cobrir os custos de serviço do sistema de transmissão ou de distribuição, por meio de valor aditivo à tarifa de cada barra, de forma a preservar a relatividade dos encargos entre os diversos agentes usuários.

5. Assim, metodologia nodal busca capturar a variação dos custos de expansão da rede, decorrente de um incremento marginal de injeção de potência, causados pelo crescimento da carga ou da geração, considerando as condições de demanda em que os elementos de transmissão são utilizados em carregamento máximo.

6. Para a aplicação da metodologia são adotadas as seguintes hipóteses:

I - utiliza-se a "rede ideal de custo mínimo", que se refere à rede necessária para o atendimento da demanda a partir das usinas existentes, e que tem a mesma topologia e impedâncias da rede existente no horizonte de cálculo;

II - a capacidade de transmissão de cada linha e transformador da rede ideal coincide com o fluxo verificado no elemento, na condição de demanda considerada para o estabelecimento das tarifas de transmissão; e

III - admite-se que a expansão da rede de transmissão se fará utilizando as rotas existentes. Isto implica em considerar que é possível expandir por meio de acréscimos marginais na capacidade de transmissão das rotas existentes.

7. A solução analítica do modelo é obtida a partir da rede ideal de custo mínimo em que é calculado um caso base de fluxo de potência linear por meio da construção da matriz de sensibilidade que relaciona os fluxos de potência nas diferentes linhas e transformadores com a potência injetada em cada barra do sistema.

8. Esta matriz de sensibilidade é obtida a partir da matriz de impedâncias "Zbus" que se calcula como parte do processo de solução do fluxo de potência linear. Cada sensibilidade é definida matematicamente como:

$$\beta_{Lb} = \frac{dF_L}{dI_b}$$

Onde:

β_{Lb} – fluxo incremental resultante no elemento L, linha ou transformador, devido ao incremento da demanda ou da geração na barra b;

F_L – fluxo de potência no elemento L, em MW; e

Ib – potência injetada ou retirada na barra b, em MW.

9. Em outros termos, aumentando-se em 1 MW a carga ou a geração em uma barra do sistema, pode-se determinar a variação dos fluxos nas linhas e transformadores. Como se está considerando que não há folgas na capacidade de transmissão, tais variações acarretam investimentos para elevar marginalmente a capacidade desses elementos.

10. A partir desses fluxos incrementais e usando custos padronizados de expansão (custos de reposição de linhas e subestações, parametrizados pelo comprimento das linhas, níveis de tensão e potência nominal de transformadores), é determinada a variação do custo de reposição da rede ideal para um aumento de 1 MW na geração ou na carga de cada barra do sistema, que definirá o preço nodal na barra, em R$/MW.

11. Para a determinação das tarifas nodais utilizam-se custos unitários, isto é, custos normalizados pelas capacidades padronizadas para cada elemento do sistema. Estes são baseados em custos de reposição, operação e manutenção típicos do sistema de transmissão.

$$C_L = \frac{Custo_L}{Cap_L}$$

Onde:

C_L - custo unitário do elemento L, em R$/MW;

$Custo_L$ - custo de reposição do elemento L, em base anual, calculado a partir do custo total de reposição do elemento, em R$; e

Cap_L - capacidade de transmissão do elemento L, em MW.

12. Para a obtenção dos custos unitários das linhas de transmissão, as capacidades de transporte são padronizadas por nível de tensão e para os transformadores, as capacidades são padronizadas pelas potências nominais, conforme valores dispostos no Anexo I.

13. Para o cálculo da tarifa nodal foi introduzido o fator de ponderação com limite inferior de 0% e limite máximo de 100% no carregamento dos elementos (linhas de transmissão e transformadores), estabelecido da seguinte forma:

$$r_L = \frac{|F_L|}{Cap_L}$$

$$Fp_L = \begin{cases} 0 \; ; r_L < r_{mín} \\ \frac{r_L - r_{mín}}{r_{máx} - r_{mín}} \; ; r_{mín} \le r_L \le r_{máx} \\ 1; r_L > r_{máx} \end{cases}$$

Onde

Fp_L – fator de ponderação do elemento L, que representa o carregamento resultante do fluxo de potência linear normalizado pela capacidade do elemento L;

r_L – fator de carregamento do elemento L.

$r_{máx}$ – fator de carregamento máximo, acima do qual o fator de ponderação é 1; e

$r_{mín}$ – fator de carregamento mínimo, abaixo do qual o fator de ponderação é 0.

14. Assim, determinam-se os custos (ou benefícios) associados a uma unidade de incremento na demanda ou na geração em cada barra do sistema de acordo com a seguinte fórmula:

$$\pi_b = \sum_{L=1}^{nº\ elementos} \beta_{Lb} \cdot C_L \cdot Fp_L$$

Onde:

πb – tarifa nodal da barra b, em R$/MW;

β_{Lb} – sensibilidade do elemento L em relação à barra b;

C_L – custo unitário do elemento L, em R$/MW; e

Fp_L – fator de ponderação do elemento L, para carga ou geração.

15. As tarifas nodais são estabelecidas em função de seu ponto de conexão à rede, não existindo relação entre pontos de injeção e pontos de retirada. Para o cálculo dessas tarifas, é definida uma barra de referência, advinda dos estudos de caso base de planejamento e única para todo o sistema, em que são compensadas as variações de injeção nas demais barras. Sendo assim, esta prerrogativa é considerada na equação acima, uma vez que os fatores BLb dependerão da referência escolhida.

3.1. AJUSTE DAS TARIFAS PARA COBERTURA TOTAL DA RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP

16. Os custos de transmissão da rede básica são remunerados às transmissoras por meio da RAP. Esta receita é arrecadada por meio dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), que são pagos pelos usuários da rede básica.

17. Denomina-se EUST, o valor resultante do produto entre a TUST-RB e o Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratado pelos usuários nos pontos de conexão com a rede básica, por meio dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

18. Entretanto, os encargos resultantes da aplicação da tarifa nodal, que representa a parcela locacional da TUST-RB, não são suficientes para recuperar a RAP total provisionada no cálculo das tarifas. Desta forma, adiciona-se às tarifas nodais uma parcela aditiva, constante em R$/MW, garantindo o total de receita a ser arrecadada:

$$TUST - RB_B = \pi_B + K_{carga\ ou\ geraçãoB}$$

19. A parcela aditiva para o segmento geração ($K_{geração}$) é calculada:

$$K_{geração} = \frac{RAP_{geração} - \sum_{b=1}^{Nb} \pi_b * P_b}{\sum_{i=b}^{Nb} P_b}$$

$$RAP_{geração} = RAP * \%G$$

Onde:

πb – tarifa nodal da barra b, em R$/MW;

P_b - MUST contratado em regime permanente pelo segmento geração em cada barra do sistema (MW);

Nb - número de barras da rede de transmissão;

$RAP_{geração}$ - parcela da receita anual permitida a ser recuperada pelos geradores (R$/ano); e

%G - percentual inicial estabelecido ao segmento geração para provisionamento da RAP, definido em 50%.

20. A parcela aditiva para o segmento consumo ($K_{consumo}$) é determinada de forma semelhante, de modo que:

$$K_{consumo} = \frac{RAP_{consumo} - \sum_{b=1}^{Nb} \pi_b * D_b}{\sum_{i=b}^{Nb} D_b}$$

$$RAP_{consumo} = RAP * \%D$$

Onde:

Db - MUST contratado em regime permanente pelo segmento consumo em cada barra do sistema (MW);

$RAP_{consumo}$ - parcela da receita anual permitida a ser recuperada pelas cargas(R$/ano); e

%D - percentual inicial estabelecido ao segmento consumo para provisionamento da RAP, definido em 50%.

4. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA CÁLCULO DA TUST-RB

21. As TUST serão aplicadas em base mensal, considerando a metodologia descrita na seção 3, considerando as disposições a seguir:

$$TUST - RB_b = (P_{DR} \times TUST - RB_{Rb} + P_{DN} \times TUST - RB_{Nb}) + (Parcela\ Aditiva)$$

Onde:

$TUST - RB_b$: TUST-RB na barra b (ponto de conexão);

$TUST - RB_{Rb}$: Componente Regional da TUST-RB na barra b (ponto de conexão), obtida pelo despacho proporcional por submercado definido nas regras de comercialização, limitada a zero;

P_{DR} : Percentual da Participação do Despacho Regional para a $TUST - RB_{Rb}$;

$TUST - RB_{Nb}$: Componente Nacional da TUST-RB na barra b (ponto de conexão), obtida pelo despacho proporcional unificado com Fator de Demanda (FD), limitada a zero;

P_{DN} : Percentual da Participação do Despacho Nacional para a $TUST - RB_{Nb}$; e

Parcela Aditiva: Componente aditiva necessária para fechar a arrecadação, em função da junção das componentes regional ($TUST - RB_{Rb}$) e nacional ($TUST - RB_{Nb}$).

22. O limite mínimo da TUST-RB deve ser 50% da Tarifa Equivalente Uniforme (TEU) de cada segmento, calculada da seguinte forma:

$$TEU_{geração} = \frac{RAP_{geração}}{\sum_{b=1}^{Nb} P_b} \qquad TEU_{consumo} = \frac{RAP_{consumo}}{\sum_{b=1}^{Nb} D_b}$$

23. Os encargos de uso do sistema de transmissão deverão ser suficientes para a prestação deste serviço e serão devidos aos respectivos concessionários e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), observando:

i. as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão, determinadas pela ANEEL;

ii. a parcela do orçamento anual do ONS a ser coberta por estes encargos, conforme estabelecido no seu Estatuto e aprovada pela ANEEL;

iii. passivos financeiros excepcionais aprovados pela ANEEL; e

iv.a compensação de déficit ou superávit do exercício anterior, contabilizado anualmente pelo ONS e aprovado pela ANEEL.

24. As perdas elétricas nos sistemas de transmissão para fins de contabilização e liquidação serão tratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de acordo com as regras específicas.

25. Deverão ser considerados os Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados pelos usuários em regime permanente, de acordo com as Regras de Transmissão.

26. Para o segmento geração, será descontada as Parcelas TUSDg-T e TUSDg-ONS definidas no Submódulo 7.4 do Proret, por meio de parcela aditiva para formação da TUST-RB.

27. Para o segmento consumo, será considerado os ajustes de arrecadação por meio de parcela aditiva decorrentes dos itens 6.1 e 7.3, especificamente.

28. O fator de ponderação será calculado considerando igual a 0% e igual a 100%.

29. Deverá ser utilizada as capacidades nominais de longa duração constantes dos Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) para fins de definição da Cap_L.

30. Deverá ser utilizado os custos-padrão estabelecidos a partir do Banco de Preços de Referência ANEEL e cadastrados no SIGET, conforme Anexo I, para definição dos custos de reposição ($Custo_L$).

31. Deverá ser utilizado caso base de fluxo de potência com a configuração anual do Sistema Interligado Nacional (SIN), considerando:

i. o despacho de todas as centrais de geração de forma proporcional aos MUST contratados em regime permanente, de forma a manter o equilíbrio entre carga e geração em cada submercado do SIN, para a formação da componente regional, denominada de TUST RB_{Rb};

ii. o despacho de todas as centrais de geração de forma proporcional aos MUST contratados em regime permanente, de forma a manter o equilíbrio entre carga e geração do SIN para a formação da componente nacional, denominada de TUST RB_{Nb};

iii. Deverá ser aplicado Fator de Demanda (FD) sobre os MUST contratados em regime permanente para o segmento consumo, calculado a cada ciclo tarifário considerando o horizonte dos últimos 5 ciclos tarifários, unicamente para o cálculo do fluxo de potência a ser utilizado na parcela locacional

(πb)

para a formação da componente TUST RBNb; conforme equação a seguir:

$$FD = \frac{\sum_{i=1}^{n} \frac{DMi}{MUSTi}}{n}$$

$$DM = \frac{\sum_{k=1}^{d} Dk}{d}$$

Onde:

FD: Fator de Demanda (adimensional)

DM: Demanda média obtida no ciclo i, em base diária (GW);

D: Demanda máxima instantânea no dia k (GW);

MUST: Maior valor entre os MUST contratados nos horários de ponta e fora de ponta no ciclo i (GW);

d: número de dias do ciclo i; e

n: Número de ciclos tarifários do intervalo de cálculo (adimensional).

iv. as instalações em operação comercial e as com previsão de entrada em operação no horizonte de cálculo; e

v. a modelagem dos efeitos da etapa de motorização de cada central de geração.

5. TUST-RB DO SEGMENTO GERAÇÃO

32. As TUST-RB do segmento geração serão controladas por ponto de conexão de Rede Básica, a partir de métrica denominada de envoltória tarifária, descrita a seguir:

i. para o primeiro ciclo de aplicação (ciclo N-1), considerar a TUST Controlada (TC) por ponto de conexão de Rede Básica igual à TUST calculada na Barra (TB), também denominada de Tarifa de Partida (TP):

$$TC_{N-1} = TB_{N-1}$$

ii. a partir do segundo ciclo (ciclo N), considerar o seguinte mecanismo de controle tarifário:

$$LS_N = (P_{TC}\,TC_{N-1} + P_{TB}\,TB_N) \times [1 + (|IAT_N| + r_e)]$$

$$LI_N = (P_{TC}\,TC_{N-1} + P_{TB}\,TB_N) \times [1 - (|IAT_N| + r_e)]$$

$$TC_N = \begin{cases} TB_N, & LI_N \le TB_N \le LS_N \\ LS_N, & TB_N > LS_N \\ LI_N, & TB_N < LI_N \end{cases}$$

Onde,

N - ciclo tarifário de aplicação do controle tarifário;

TB - TUST-RB da Barra calculada anualmente;

P_{TB} - Participação da TUST da Barra calculada anualmente, definida em 20%;

TC - TUST-RB Controlada da barra;

P_{TC} - Participação da TUST Controlada, definida em 80%;

LS - Limite Superior;

LI - Limite Inferior;

IAT - Índice de Atualização da Transmissão (%); e

r_e - Risco de expansão da transmissão, definido em 5%.

33. O IAT será calculado considerando a seguinte equação:

$$IATi = (IGP\text{-}Mj \times CIGP\text{-}Mi) + (IPCAj \times CIPCAi)$$

Onde:

IATi - Índice de Atualização da Transmissão no ciclo tarifário i;

IGP-Mj - IGP-M acumulado no ciclo tarifário j;

IPCAj - IPCA acumulado no ciclo tarifário j;

CIGP-Mj - Proporção da RAP das instalações de Rede Básica em operação com contratos de concessão reajustados por IGP-M no início do ciclo tarifário i;

CIPCA j - Proporção da RAP das instalações de Rede Básica em operação com contratos de concessão reajustados por IPCA no início do ciclo tarifário i;

i - ciclo tarifário atual; e

j - ciclo tarifário anterior, que considera os índices de maio do ciclo (i-2) a maio do ciclo (i-1).

34. A partir da edição desse regulamento, o IAT manterá seu histórico inalterado, atualizando apenas os índices relacionados ao período do ciclo j.

35. As TUST-RB das centrais de geração cuja remuneração seja integralmente oriunda de cotas de garantia física destinadas ao atendimento do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) serão aquelas efetivamente obtidas para cada ciclo tarifário mediante cálculo anual (TB), não se aplicando o disposto nos parágrafos 32 e 33.

36. As TUST-RB poderão ser estimadas pelas centrais de geração a partir das Tarifas Controladas (TC) homologadas a cada ciclo por ponto de conexão de Rede Básica.

37. A Tarifa de Partida (TP) para o controle tarifário dos pontos de conexão de Rede Básica ainda não homologados no ciclo tarifário, relacionados à participação de novas centrais de geração em leilões do ACR, será estabelecida previamente ao certame desde que:

i. o novo ponto de conexão seja oriundo de novo sistema de transmissão integrante de Rede Básica planejado estritamente para o escoamento da geração relacionada ao leilão do ACR, de modo que a tarifa de partida para o controle tarifário será obtida mediante cálculo prospectivo no ciclo previsto para início de suprimento a partir de base de dados elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com base no Plano Decenal de Energia Elétrica (PDE) e de RAP prospectiva calculada nos termos da seção 8;

ii. a Tarifa de Partida (TP) será válida em caso de êxito no certame e contratação do ponto de conexão declarado no leilão mediante celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST); e

iii. a Tarifa de Partida será atualizada pelo IAT para a referência do ciclo imediatamente anterior ao ciclo previsto para a entrada em operação do respectivo ponto de conexão.

38. Seccionamento de Linhas de Transmissão de Rede Básica não é considerado novo sistema de transmissão planejado, de modo que não ensejará o cálculo descrito no parágrafo anterior.

39. Para os casos de TUST-RB de pontos de conexão de Rede Básica ainda não homologados, as centrais de geração poderão estimar a partir das tarifas da barra (TB) calculadas nos pontos de conexão adjacentes ao ponto de interesse.

40. No âmbito da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE), fica o ONS autorizado a definir os EUST considerando as TUST-RB homologadas:

i. para cada ponto de conexão contratado (caso geral); ou

ii. nominalmente para cada central de geração, caso se conforme nos termos do parágrafo 35 ou dos procedimentos transitórios definidos na seção 10.

41. Caso alguma central de geração celebre CUST e não haja TUST-RB homologada para o ponto de conexão de Rede Básica contratado, o ONS deverá aplicar a Tarifa Controlada (TC) homologada do ponto de conexão eletricamente mais próximo até o ciclo tarifário subsequente, quando o ponto de conexão contratado passará a ser modelado na base de dados, considerando a tarifa aplicada no ciclo anterior como de partida (TP) para a envoltória tarifária.

42. Para as centrais geradoras associadas, a TUST será única para o conjunto associado e será estabelecida nas apurações mensais de serviços e encargos de transmissão pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS após a celebração do respectivo Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST da seguinte forma:

$$TUST\ associação = \frac{\sum_{i=1}^{n} TUSTgi \times MUSTgi}{\sum_{i=1}^{n} MUSTgi}$$

Onde:

TUSTg - TUST-RB calculada pela ANEEL aplicável para cada central de geração integrante do conjunto associado;

MUSTg - Parcela do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratado declarada para cada central geradora integrante do conjunto associado;

I - central geradora participante da associação; e

n - total de centrais geradoras participantes da associação.

43. Aplicam-se às centrais geradoras associadas as demais condições estabelecidas neste regulamento.

6. TUST DO SEGMENTO CONSUMO

6.1. TUST-RB DO SEGMENTO CONSUMO

44. As TUST-RB do segmento consumo serão estabelecidas a cada ciclo tarifário, nos horários de ponta e fora ponta, com o montante a ser arrecadado rateado de forma proporcional ao total de MUST contratado em regime permanente e em cada horário.

45. As diferenças anuais apuradas a cada ciclo tarifário, para mais ou para menos, entre as TUST-RB estabelecidas para o segmento geração e aquelas efetivamente obtidas para o mesmo ciclo mediante simulação anual (TB), serão contabilizadas e atribuídas ao segmento consumo do SIN de forma proporcional aos MUST contratados em regime permanente.

46. No âmbito da AMSE, caso algum usuário do segmento consumo celebre CUST e não haja TUST-RB homologada para o ponto de conexão contratado, o ONS deverá aplicar a tarifa homologada do ponto de conexão eletricamente mais próximo até o ciclo tarifário subsequente, quando o ponto de conexão contratado passará a ser modelado na base de dados.

6.2. TUST-FR DAS DISTRIBUIDORAS E PERMISSIONÁRIAS

47. A RAP associada às instalações de fronteira deve considerar as parcelas relacionadas aos transformadores e conexões com tensão primária igual ou superior a 230 kV pertencentes à Rede Básica e as instalações classificadas como Demais Instalações de Transmissão (DIT) de uso compartilhado, bem como a parcela de ajuste proveniente das diferenças entre a RAP e o valor recebido das distribuidoras no ciclo anterior, nos termos do Submódulo 9.3 do PRORET.

48. A TUST-FR será obtida a partir do rateio do valor total da RAP e PA pelo somatório dos MUST contratados em regime permanente e em cada ponto de conexão, pelas respectivas distribuidoras e permissionárias, nos postos tarifários de ponta e fora de ponta.

49. No âmbito da AMSE, caso algum usuário do segmento consumo celebre CUST e não haja TUST-FR homologada para o ponto de conexão contratado, o ONS deverá:

i. aplicar a tarifa homologada para os pontos de conexão pertencentes à Rede Básica de Fronteira/DIT compartilhada, caso o ponto de conexão faça parte dessas instalações; ou

ii. solicitá-la à ANEEL, caso contrário.

7. BASE DE DADOS DA TUST

50. A Base de Dados para cálculo da TUST deverá ser colocada em Tomada de Subsídios a cada ciclo tarifário, para que a sociedade possa excrutiná-la, de modo a propiciar a participação pública e a promoção da qualidade dos dados a serem utilizados no cálculo.

51. Deverá ser representada a rede elétrica em operação comercial acrescida das instalações previstas para entrarem em operação comercial até o fim do ciclo tarifário sob cálculo, conforme dados disponibilizados no SIGET.

52. Após a homologação da Base de Dados pela ANEEL, ela se torna blindada, não podendo haver alterações posteriores.

7.1. REPRESENTAÇÃO DA CARGA

53. A representação da carga na base de dados de cálculo da TUST do ciclo tarifário deve considerar as premissas elencadas abaixo:

i. a representação da carga das distribuidoras e das unidades consumidoras com acesso à Rede Básica deve considerar a média dos MUST efetivamente contratados na modalidade permanente para o ciclo tarifário sob cálculo;

ii. para os CUST que apresentem mais de um valor de MUST em seus anexos, o MUST representado deve ser aquele aderente à rede elétrica prevista para o ciclo tarifário sob cálculo; e

iii. para CUST em outras modalidades, a unidade consumidora ou distribuidora ou importadora deve ser representada:

iii.a) com valor da carga igual a 0,1 MW, quando a barra associada não tenha outra carga em regime permanente; ou

iii.b) com valor de carga igual a zero, caso a barra já possua carga em regime permanente.

7.2. REPRESENTAÇÃO DA GERAÇÃO

54. A representação da geração na base de dados de cálculo da TUST do ciclo tarifário deve considerar as premissas elencadas abaixo:

i. representação da geração com acesso à Rede Básica deve considerar o maior MUST efetivamente contratado na modalidade permanente para o ciclo tarifário sob cálculo, proporcionalmente a cada ponto de conexão contratado; e

ii. para CUST em outras modalidades, a central de geração não deve ser representada na base de dados.

55. A ANEEL poderá adotar critérios mais restritivos de representação dos geradores a serem inclusos na arrecadação do ciclo tarifário, a depender da evolução dos cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração e transmissão associados ao escoamento da energia produzida.

7.3. MECANISMOS DE AJUSTE DE ARRECADAÇÃO

56. Os mecanismos de ajuste de arrecadação são denominados de MUST Parcial e EUST Parcial, justificados pela finalidade de evitar a majoração dos encargos de uso por parte do segmento geração, e consequente déficit de receita ao fim do ciclo, assegurando assim, a arrecadação de recursos suficientes para cobertura dos custos dos sistemas de transmissão, conforme preconizado na alínea a, inciso XVIII, do art. 3º da Lei nº 9.427, de 1996.

57. Cumpre destacar que caso esses recursos não sejam provisionados para pagamento no ciclo tarifário, eles serão pagos por meio de Parcela de Ajuste no próximo ciclo. Assim, o provisionamento permite identificar um montante de recurso que, de outra forma, seria considerado uma incerteza até a apuração pelo ONS da Parcela de Ajuste. Portanto, as parcelas MUST Parcial e EUST Parcial não representam custos adicionais, mas a redução da incerteza associada ao acréscimo de valores positivos à Parcela de Ajuste.

7.3.1 MUST PARCIAL

58. As centrais de geração devem declarar montantes de uso conforme cronograma contido no respectivo ato de outorga, conforme Regras de Transmissão.

59. Desta forma, as usinas que passam por período de motorização até atingir a potência outorgada contratam MUST que reflita esse processo, ensejando na apuração de encargos de uso que variam ao longo do ciclo de forma crescente.

60. Ocorre que o cálculo tarifário comporta apenas um valor de MUST, dado pela máxima potência injetável a fim de refletir a máxima utilização da rede pelo usuário. Dessa forma, a arrecadação fica majorada por um montante que não será utilizado para apurar todos os encargos de uso do ciclo, gerando um déficit de arrecadação. Portanto, faz-se necessário implementar mecanismo que ajuíze o pagamento mais preciso da usina, chamado de MUST Parcial.

61. Neste cálculo adota-se o conceito do MUST equivalente, dado pela razão entre o somatório dos MUST escalonados no ciclo tarifário e os 12 meses do ciclo, que representa a parcela de contribuição da central de geração no rateio da receita a ser arrecadada no ciclo.

62. A arrecadação mensal associada à rubrica MUST Parcial é dada pela multiplicação do resultado da diferença entre o MUST máximo contratado no ciclo e o MUST equivalente pela respectiva TUST-RB.

7.3.2. EUST PARCIAL

63. As centrais de geração devem contratar o uso do sistema de transmissão conforme as datas estabelecidas na outorga, nos termos das Regras de Transmissão, de modo que o início de execução do MUST pode ocorrer em qualquer mês do ciclo tarifário.

64. Contudo, o cálculo tarifário considera as usinas com pagamentos constantes durante o ciclo, num total de 12 meses, ocasionando a majoração dos encargos de uso pelas novas centrais de geração. Dessa forma, faz-se necessário implementar mecanismo que determine o real pagamento da usina, desde o início da contratação, denominado de EUST Parcial.

7.4. CUSTOS DE REPOSIÇÃO

65. Os custos de reposição das instalações modeladas na base de dados deverão ser compostos de acordo valores dispostos no Anexo I, obtidos a partir do Banco de Preços de Referência ANEEL, nos termos da Nota Técnica nº 092/2013-SRT/ANEEL disponibilizada na Audiência Pública nº 040/2013.

7.5. TRATAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE CORRENTE CONTÍNUA

66. A metodologia nodal empregada para o cálculo tarifário não trata especificamente das instalações de corrente contínua, cujo fluxo de potência utilizado para encontrar as relatividades entre as TUST-RB tem por origem um despacho pré-definido dos geradores, de forma proporcional à potência contratada.

67. Ocorre que os fluxos de potência em instalações de corrente contínua são determinados pelo Operador do sistema. Caso se estabeleçam os fluxos nas instalações de corrente contínua, fica calculado o custo arrecadado na instalação em questão. Assim, o nível da TUST-RB dos empreendimentos com sensibilidade positiva e negativa em relação àquela instalação passa a ser afetada pelo critério de determinação do fluxo de potência na instalação.

68. Sendo assim, para o cálculo da TUST-RB, as instalações de corrente contínua devem ser modeladas como circuitos de corrente alternada equivalentes pelo ONS, em termos de parâmetros elétricos, a fim de que o fluxo nos elementos seja resultado da convergência do fluxo de potência, como nas demais instalações modeladas.

69. Para o caso da energia proveniente das usinas hidrelétricas UHE Santo Antônio e Jirau, há que se considerar que o escoamento ocorre por meio de dois bipolos de corrente contínua ± 600 kV e de dois sistemas de conversoras de Corrente Alternada (CA)/Corrente Contínua (CC) back-to-back 500/230 kV.

70. De forma a evitar que a modelagem leve a fluxo de potência somente pelo elo de corrente contínua, as usinas devem ser modeladas de modo a escoar a potência de forma proporcional à capacidade dos equipamentos (bipolos e back-to-back). Assim, 90% da capacidade total de geração utilizam os bipólos de corrente contínua, enquanto os restantes 10% da capacidade de geração utilizam as conversoras back-to-back.

71. Caso outros sistemas de transmissão sejam construídos para que o escoamento de uma mesma usina se dê em circuitos de corrente alternada e em circuitos de corrente contínua concomitantemente, o ONS está autorizado a modelar o escoamento da central de geração de forma proporcional à capacidade dos equipamentos CA/CC envolvidos no acesso ao sistema.

8. RAP PROSPECTIVA

72. As RAPs prospectivas são calculadas a partir da RAP homologada no ciclo tarifário vigente e utilizadas para o cálculo da TUST-RB descrito no parágrafo 37. Para estimar o incremento de receita associada à expansão prevista para a Rede Básica no horizonte de cálculo, parte-se da RAP inicial para o ciclo tarifário sem componentes financeiros imprevisíveis, como a Parcela de Ajuste - PA e Outros Ajustes.

73. A RAP inicial é composta de:

i. parcela da RAP referente às instalações de transmissão Licitadas - RBL;

ii. parcela da RAP referente às instalações de transmissão existentes, integrantes da Rede Básica, conforme as Resoluções nº 166 e nº 167, de 2000 - RBSE;

iii. parcela da RAP correspondente às novas instalações autorizadas, integrantes da Rede básica e com receitas estabelecidas por resolução específica após a publicação da Resolução ANEEL nº 167, de 2000 - RBNI;

iv. parcela da RAP correspondente às melhorias nas instalações de transmissão, conforme REN nº 443, de 2011 - RMEL;

v. interligações Internacionais - REQNI;

vi. previsão de receita para novas instalações de transmissão no ciclo; e

vii. outras que porventura vierem a ser criadas.

74. A RAP do ciclo inicial deve desconsiderar os componentes financeiros imprevisíveis, tais como: passivos excepcionais, Parcelas de Ajuste e Outros Ajustes, pois possuem característica provisória de ajuste de recursos entre ciclos tarifários, não se perpetuando nas receitas futuras.

75. Importante salientar que as parcelas de RBL, RBNI, REQNI e RMEL da RAP inicial somente alcançam o ciclo tarifário objeto do cálculo. Para o cálculo da RAP Prospectiva faz-se necessário adicionar:

i. as receitas estimadas subsequentes das ampliações de instalações de Rede Básica - caracterizadas como estimativas da RBL;

ii. as receitas estimadas subsequentes referentes à substituição das instalações com vida útil regulatória esgotada - caracterizadas como estimativas da RMEL;

iii. as receitas estimadas subsequentes referentes às novas instalações autorizadas - caracterizadas como estimativas da RBNI; e

iv. outras que porventura vierem a ser criadas.

76. As estimativas das receitas subsequentes relacionadas a expansão da Rede Básica para consecução das RAPs prospectivas serão formadas pela agregação das componentes dispostas abaixo, a partir da RAP inicial:

i. as receitas dos empreendimentos outorgados na Rede Básica e Interligações Internacionais, classificadas como RBL, RBNI, RMEL e REQNI, constantes do Sistema de Gestão da Transmissão - SIGET, e previstos no horizonte do PDE para entrada em operação comercial;

ii. as estimativas das receitas dos empreendimentos não outorgados na Rede Básica e Interligações Internacionais (estimativa das parcelas de receita classificadas como RBL, RBNI e REQNI), obtidas a partir dos investimentos constantes do PET/PELP compreendidos no horizonte do PDE para entrada em operação comercial;

iii. os efeitos decorrentes da Portaria MME nº 120/2016;

iv. a redução devido ao perfil degrau (redução de 50% no 16º ano) constante em contratos de concessão de transmissão celebrados entre 2000 e 2007.

77. Para as estimativas associadas ao item (ii):

i. os investimentos do PET/PELP deverão ser atualizados pelo IAT até a data de referência do ciclo tarifário sob cálculo;

ii. Sobre o valor obtido em (i), aplica-se o REIDI médio de 91,67%, calculado a partir do índice referente à linha de transmissão (91,90%) e do índice referente à subestações (91,44%). Tais valores foram obtidos a partir da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.706, de 2014, que estabelece em seu art. 1º os valores devidos ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI a serem aplicados para linhas de transmissão e subestações; e

iii. por fim, aplica-se a metodologia constante do Submódulo 9.7 do PRORET para a definição das estimativas de receita dos empreendimentos não outorgados previstos no PET/PELP, considerando o WACC[1], TFSEE e P&D homologados pela ANEEL, bem como a Taxa Média de Depreciação - TMD igual a 0,33% (1/30 anos).

9. TARIFA DE TRANSPORTE DE ITAIPU

78. As instalações de transmissão dedicadas à usina hidrelétrica de Itaipu são remuneradas diretamente por meio da tarifa de transporte de Itaipu, que é definida como a razão entre os encargos de conexão das instalações no ciclo tarifário em análise, adicionada à parcela de ajuste do período, e a potência média contratada pelos cotistas-partes para o ano civil.

$$Tarifa\ de\ Transporte\ de\ Itaipu = \frac{\text{EC Itaipu}_{\text{ciclo tarifário}} + \text{PA Itaipu}_{\text{ciclo tarifário}} + \text{PA PM Itaipu}}{\text{PM Itaipu}_{\text{ano civil}} * 12}$$

Onde:

Tarifa de Transporte de Itaipu - tarifa mensal de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu a ser aplicada aos seus cotistas-parte, em R$/MW;

EC Itaipu - encargo de conexão anual, referente às instalações de conexão dedicadas à Itaipu, não integrantes da rede básica, durante o ciclo tarifário, em R$;

PA Itaipu - parcela de ajuste referente aos déficits ou superávits de receita entre o valor devido e o apurado, referente às instalações de conexão dedicadas à Itaipu, durante o ciclo tarifário vigente, em R$;

PA PM Itaipu - parcela de ajuste referente as variações de potência contratada decorrentes do descasamento entre ano civil e ciclo tarifário, em R$; e

PM Itaipu - potência média contratada pelas distribuidoras por meio de cotas-parte a cada ano civil, em MW.

79. A potência de Itaipu contratada pelo Brasil é vendida por meio de cotas-parte às distribuidoras de energia elétrica das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de acordo com o mercado dessas empresas. Desta forma, para cada ano civil subsequente, a ANEEL publica, em resolução homologatória específica, as cotas-parte e os montantes de potência contratada e energia vinculada referente à Itaipu, que deverão ser repassados às distribuidoras.

80. Os valores dos encargos de conexão e das PAs são reajustados monetariamente com a aplicação do IVI nos termos estabelecidos no contrato de concessão associado a essas instalações.

10. PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS

81. As TUST-RB homologadas anteriormente à edição desse regulamento, nos termos das Resoluções Normativas nº 267/2007 e nº 559/2013, devem ser mantidas durante os prazos de validade inicialmente estabelecidos e atualizadas monetariamente pelo IAT. Ademais, a partir da publicação desse regulamento não serão homologadas novas tarifas estabilizadas nos termos das referidas Resoluções.

82. As TUSDg associadas às centrais de geração vencedoras de leilão que alteraram seus acessos posteriormente ao certame para a Rede Básica, nos termos do §3º do art. 20-A da Resolução Normativa nº 349/2009, terão seus valores mantidos como TUST-RB durante 10 ciclos tarifários a contar daquele da entrada em operação comercial das centrais de geração prevista no edital, sendo apenas atualizadas monetariamente pelo IAT nesse período. Terminando a citada validade, as TUST-RB passam a ser estabelecidas conforme metodologia vigente aplicada às demais centrais de geração que acessam à Rede Básica.

83. A mudança de regime metodológico das tarifas atualmente homologadas para a métrica descrita na seção 5 incorrerá em alguma das seguintes condições:

i. para as TUST-RB homologadas nos termos da Resolução Normativa nº 267/2007, caso tenha findado o prazo de validade do conjunto de TUST-RB homologado;

ii. para as TUST-RB homologadas nos termos da Resolução Normativa nº 559/2013, nas seguintes condições:

ii.a) vencida a validade da outorga da central de geração vencedora de leilão do ACR, com TUST-RB pré-estabelecida ao certame; ou

ii.b) para a central de geração não conformada no item (ii.a) desde que: vencida a validade de 10 ciclos tarifários da TUST-RB ou da outorga; ou tenha a outorga renovada, prorrogada ou relicitada, o que ocorrer primeiro dentre os critérios deste item.

iii. alteração de ponto de conexão em relação ao considerado no estabelecimento da TUST-RB; ou

iv. aumento acima de 10% da máxima potência injetável considerada no estabelecimento da TUST-RB.

84. A mudança de regime metodológico de que trata o parágrafo 83, deverá considerar período de transição a fim de atenuar variações tarifárias abruptas entre a TUST-RB Nova recalculada e a Vigente antes do recálculo, atualizada pelo IAT para a mesma referência de preços da TUST-RB nova, nos seguintes termos:

$\text{TUST-RB}_{\text{Ciclo 1}} = 1/3 \times \text{TUST-RB}_{\text{Nova}} + 2/3 \times \text{TUST-RB}_{\text{Vigente}}$

$\text{TUST-RB}_{\text{Ciclo 2}} = 2/3 \times \text{TUST-RB}_{\text{Nova}} + 1/3 \times \text{TUST-RB}_{\text{Vigente}}$

85. O parágrafo 84 aplica-se indistintamente a todo o segmento geração para quaisquer movimentos tarifários (aumentos ou reduções), exceto:

i. para as centrais de geração cuja remuneração seja integralmente oriunda de cotas de garantia física destinadas ao atendimento do ACR;

ii. para as centrais relativas ao item (i) que alterarem seu regime para qualquer outro que enseje a comercialização de energia elétrica; e

iii. a partir do ciclo 2022/2023, para as centrais de geração cuja TUST estabilizada tenha sido fixada nos termos da Resolução Normativa nº 267, de 5 de junho de 2007.

86. Excepcionalmente, para as centrais de geração que tiveram a TUST estabilizada fixada nos termos da Resolução Normativa nº 267, de 5 de junho de 2007, e reduzida com a aplicação do cálculo da transição de que trata o caput do art. 8º da Resolução Normativa nº 559/213 até o ciclo tarifário 2021/2022, os valores resultantes devido à aplicação desta regra de transição deverão ser creditados para essas centrais geradoras no ciclo tarifário 2022/2023 devidamente atualizado pelo Índice de Atualização de Transmissão - IAT.

87. No ciclo 2022/2023 se dará o início (ciclo N-1) da métrica disposta na seção 5 para estabelecimento das Tarifas de Partida dos pontos de conexão de Rede Básica modelados neste ciclo.

88. Para o ciclo tarifário 2023/2024, a participação P_{DR} será igual a 90% e PDN igual a 10%.

89. Para o ciclo tarifário 2024/2025, a participação P_{DR} será igual a 80% e P_{DN} igual a 20%.

90. Para o ciclo tarifário 2025/2026, a participação P_{DR} será igual a 70% e P_{DN} igual a 30%.

91. Para o ciclo tarifário 2026/2027, a participação P_{DR} será igual a 60% e P_{DN} igual a 40%.

92. Do ciclo 2027/2028 em diante, a participação P_{DR} será igual a 50% e P_{DN} igual a 50%.

11. GLOSSÁRIO

93. Na tabela abaixo, estão listadas as definições dos termos utilizados neste submódulo.

Informação	Unidade	Definição
ACR	---	Ambiente de Contratação Regulado
AMSE	---	Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão
Barra	---	Ponto de Conexão
CUST	---	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.
Cotas-parte de Itaipu	%	Percentuais referentes à produção de Itaipu atribuídos às distribuidoras das regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul.
DIT	---	Demais Instalações de Transmissão
Potência contratada Itaipu	MW	Potência a contratada pelas distribuidoras por meio de cotas-partes a cada ano civil junto à ELETROBRAS, referentes à Itaipu.
EC	R$	Encargo de Conexão às Instalações de Transmissão.
EUST	R$	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.
IAT	%	Índice de Atualização da Transmissão.
IGP-M	%	Índice Geral de Preços ao Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
IPCA	%	Índice de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
IVI	%	Índice de Variação da Inflação definido no contrato de concessão de transmissão.
MUST	MW	Montante de Uso do Sistema de Transmissão.
PA	R$	Parcela de Ajuste.
Parcela $TUSDg_{ONS}$	R$	Parcela arrecadada por meio da componente TUSDg-ONS, referente ao custeio do ONS, em função de geradores que acessam Redes Unificadas.
Parcela TUSDg-T	R$	Parcela arrecadada por meio da componente TUSDg-T, referente aos geradores em Redes Unificadas que exportam para a Rede Básica.
PDE	---	Plano Decenal de Energia Elétrica
P&D	%	Taxa de Pesquisa e Desenvolvimento
PET	---	Plano de Expansão da Transmissão
PELP	---	Plano de Expansão de Longo Prazo
RAP	R$	Receita Anual Permitida.
RU	---	Redes Unificadas (redes de âmbito de distribuição em tensão de 88 kV e 138 kV)
RB	---	Rede Básica
SIGET	---	Sistema de Gestão da Transmissão
Tarifa de Itaipu	R$/MW	Tarifa mensal de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu a ser aplicada aos seus cotistas-parte.
TFSEE	%	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica
TMD	%	Taxa Média de Depreciação
TUSDg	R$/kW.mês	Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição associada às centrais de geração conectadas em Redes Unificadas.
TUST	R$/kW.mês	Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.
TC	R$/kW.mês	TUST-RB Controlada da barra.
TB	R$/kW.mês	TUST-RB da Barra calculada anualmente.
TP	R$/kW.mês	TUST-RB de partida para o controle tarifário.
TUST-RB	R$/kW.mês	Tarifas de uso do sistema de transmissão destinadas a custear as instalações da rede básica.
TUST-FR	R$/kW.mês	Tarifas de uso do sistema de transmissão destinadas a custear as instalações da rede básica de fronteira e DIT compartilhadas.
WACC	%	Wheighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital)

ANEXO I - CUSTOS DE REPOSIÇÃO UTILIZADOS NA BASE DE DADOS PARA CÁLCULO DA TUST-RB.

Custos de Reposição das Linhas de Transmissão		
Nível de Tensão (kV)	Custo 1997[1] **(R$ x 1000 / km)**	Custo Banco de Preços ANEEL[1] **(R$ x 1000 / km)**
765	429,68	1.257,07
500	314,51	855,43
440	294,45	668,35
345	202,35	479,91
230	125,31	292,28

Custos de Reposição de Vãos de Linhas e Transformadores		
Nível de Tensão (kV)	Configuração de Barramentos	Custo Banco de Preços ANEEL[1] (R$ x **1000)**
765	Disjuntor e Meio - DJM	16.706,87
500	Disjuntor e Meio - DJM	15.211,84
440	Disjuntor e Meio - DJM	13.691,89
345	Barra Dupla 5 Chaves - BD5	8.612,11
230	Barra Dupla 4 Chaves - BD4	5.442,35

Bancos de Autotransformadores		
Primário (kV)	Secundário (kV)	Custo Médio Banco de Preços ANEEL[1] (R$ x 1000) / MVA
765	500	26,75
765	345	27,48
550	440	31,91
525	345	47,29
525	138	51,07
500	345	42,72
500	230	45,97
500	138	52,72
500	69	108,68
440	345	41,62
440	230	51,40
440	138	68,83
345	300	42,93
345	230	48,01
345	138	50,73
230	161	62,69
230	138	63,96

Autotransformadores trifásicos		
Primário (kV)	Secundário (kV)	Custo Médio Banco de Preços ANEEL[1] (R$ x **1000) / MVA**
500	345	31,57
500	230	25,60
345	230	39,52
345	138	46,04
300	138	50,73
230	138	48,34
230	88	75,13
230	34	74,78

Banco de Transformadores		
Primário (kV)	Secundário (kV)	Custo Médio Banco de Preços ANEEL[1] (R$ x **1000) / MVA**
500	138	53,65
440	230	55,38
440	138	75,65
440	88	61,40
440	16	76,95
345	138	63,42
345	10,5	114,99
230	138	74,80
230	88	76,66
230	69	73,10
230	13	55,32

Transformadores Trifásicos		
Primário (kV)	Secundário (kV)	Custo Médio Banco de Preços ANEEL[1] (R$ x 1000) / MVA
500	345	45,89
500	138	52,17
345	34,5	66,70
345	20	42,37
345	13,8	124,30
230	138	63,80
230	115	116,39
230	88	101,13
230	69	60,00
230	34	79,73
230	20	52,13
230	13,8	66,04
230	13	88,34[3]
230	11	111,00
225	138	63,80

[1] Ref.: Jun/2012
[2] Adotada a relação 230/12,3 kV como referência, visto que a relação 230/13 kV não existe no Banco de Preços de Referência ANEEL.

DESPACHO Nº 2.637, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no § 3º do artigo 43 da Norma do Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007 e o que consta do Processos nº 48500.004753/2021-12 e nº 48500.004754/2021-67, decide declarar a perda de objeto dos Requerimentos Administrativos interpostos pela Brasil Comercializadora de Energia Ltda, cadastrada sob o CNPJ 13.145.928/0001-06 e pela Argon Comercializadora de Energia Ltda, cadastrada sob o CNPJ 21.642.355/0001-54 com vistas à anuência à resolução de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs celebrados com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa ANEEL nº 1.043, de 19 de setembro de 2022 constante no Processo nº 48500.005649/2014-16, publicada no DOU nº 181, de 22 de setembro de 2022, Seção 1, p. 90, onde se lê: "Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 28 de setembro de 2022.", leia-se: "Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022".

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.124, de 9 de agosto de 2022, constante no Processo nº 48500.003312/2022-84, publicado no DOU nº 153, de 12 de agosto de 2022, Seção 1, página 46, foi alterado o Anexo. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

Onde se lê:

ANEXO

Parcelas da Receita Anual Permitida referentes à operação e manutenção associadas às instalações de transmissão transferidas a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), Contrato de Concessão nº 59/2001.

I.1Parcelas da RAP referentes ao seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste na SE Bracell.

DATA DE REFERÊNCIA:		01/06/2021			
INÍCIO DA VIGÊNCIA DA RECEITA:		01/07/2022			
EDIFICAÇÃO	**OBRA**	**VIGÊNCIA DA RAP (ANOS)**	RAP (R$)	**TIPO DA** RAP	**USUÁRIO**
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1 na SE Bracell.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho de Linha de Transmissão em 440 kV, circuito duplo, Bauru -Bracell C1, originado do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1, e a subestação seccionadora Bracell, com 5 km de extensão.	36	177.853,92	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho de Linha de Transmissão em 440 kV, circuito duplo, Bracell-Oeste C1, originado do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1, e a subestação seccionadora Bracell, com 5 km de extensão.	36	177.853,92	RBNI	Rede Básica
SE Bracell	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na subestação Bracell, associada à Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Bracell C1.	29	220.256,92	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na subestação Bracell, associada à Linha de Transmissão 440 kV Bracell - Oeste C1.	29	220.256,92	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Interligação de Barra em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Bracell, devido ao seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste na SE Bracell.	32	243.378,71	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 1 Módulo de Infraestrutura de Manobra 440 kV na SE Bracell, associado as entradas de linha 440 kV para as SE's Bauru e Oeste, em função do seccionamento da LT 440 kV Bauru - Oeste C1.	31	67.058,06	RBNI	Rede Básica
TOTAL			**1.108.619,65**		

Leia-se:

ANEXO

Parcelas da Receita Anual Permitida referentes à operação e manutenção associadas às instalações de transmissão transferidas a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), Contrato de Concessão nº 59/2001.

I.1 Parcelas da RAP referentes ao seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste na SE Bracell.

DATA DE REFERÊNCIA:		01/06/2021			
INÍCIO DA VIGÊNCIA DA RECEITA:		01/07/2022			
EDIFICAÇÃO	**OBRA**	**VIGÊNCIA DA RAP (ANOS)**	RAP (R$)	**TIPO DA** RAP	**USUÁRIO**
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1 na SE Bracell.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho de Linha de Transmissão em 440 kV, circuito duplo, Bauru -Bracell C1, originado do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1, e a subestação seccionadora Bracell, com 5 km de extensão.	36	178.834,52	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho de Linha de Transmissão em 440 kV, circuito duplo, Bracell-Oeste C1, originado do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste C1, e a subestação seccionadora Bracell, com 5 km de extensão.	36	178.834,52	RBNI	Rede Básica

SE Bracell	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na subestação Bracell, associada à Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Bracell C1.	29	220.256,92	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na subestação Bracell, associada à Linha de Transmissão 440 kV Bracell - Oeste C1.	29	220.256,92	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Interligação de Barra em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Bracell, devido ao seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bauru - Oeste na SE Bracell.	32	243.378,71	RBNI	Rede Básica
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 1 Módulo de Infraestrutura de Manobra 440 kV na SE Bracell, associado as entradas de linha 440 kV para as SE's Bauru e Oeste, em função do seccionamento da LT 440 kV Bauru - Oeste C1.	31	67.058,06	RBNI	Rede Básica
TOTAL			**1.108.619,65**		

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.195, de 16 de agosto de 2022, constante nos Processos nº 48500.003307/2022-71 e nº 48500.003308/2022-16, publicado no DOU nº 160, de 23 de agosto de 2022, Seção 1, página 62, foi alterado o item I.1 do Anexo. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

Onde se lê:

I.1 Parcelas da RAP referentes aos seccionamentos das Linhas de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuitos 1 e 2, e 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuitos 1 e 2, todos na SE Baguaçu.

DATA DE REFERÊNCIA:		01/06/2021			
INÍCIO DA VIGÊNCIA DA RECEITA:		01/07/2022			
EDIFICAÇÃO	**OBRA**	**VIGÊNCIA DA RAP (ANOS)**	RAP (R$)	**TIPO DA** RAP	**USUÁRIO**
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuito 1, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C1 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C1 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuito 2, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C2 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C2 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
Seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuito 1, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C1 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C1 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
Seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuito 2, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C2 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C2 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
SE Baguaçu	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C1.	29	243.059,12	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C2.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C1.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C2.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 2 Módulos de Infraestrutura de Manobra - MIM 440 kV na SE Baguaçu, associados as Entradas de Linha 440 kV para as SEs Ilha Solteira e Bauru.	31	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C1.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C2.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C1.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C2.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 4 Módulos de Infraestrutura de Manobra - MIM 138 kV na SE Baguaçu, associados as Entradas de Linha 138 kV para as SEs Avanhandava e Valparaíso.	31	45.838,52	RCDM	DIT
TOTAL			**2.033.607,31**		

Leia-se:

I.1 Parcelas da RAP referentes aos seccionamentos das Linhas de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuitos 1 e 2, e 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuitos 1 e 2, todos na SE Baguaçu

DATA DE REFERÊNCIA:		01/06/2021			
INÍCIO DA VIGÊNCIA DA RECEITA:		01/07/2022			
EDIFICAÇÃO	**OBRA**	**VIGÊNCIA DA RAP (ANOS)**	RAP (R$)	**TIPO DA** RAP	**USUÁRIO**
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuito 1, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C1 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C1 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
Seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuito 2, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C2 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 0,6 km de extensão da Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C2 na SE Baguaçu.	36	21.469,90	RBNI	RB

Seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuito 1, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C1 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C1, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C1 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
Seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso, circuito 2, na SE Baguaçu.	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C2 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de trecho com 8,3 km de extensão da Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C2, circuito duplo, derivada do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Valparaíso C2 na SE Baguaçu.	34	87.913,91	RCDM	DIT
SE Baguaçu	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C1.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Ilha Solteira - Baguaçu C2.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C1.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 440 kV, arranjo Disjuntor e Meio, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 440 kV Baguaçu - Bauru C2.	29	227.571,86	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 2 Módulos de Infraestrutura de Manobra - MIM 440 kV na SE Baguaçu, associados as Entradas de Linha 440 kV para as SEs Ilha Solteira e Bauru.	31	134.116,11	RBNI	RB
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C1.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Avanhandava - Baguaçu C2.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C1.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de Entrada de Linha em 138 kV, arranjo barra dupla com quatro chaves, na SE Baguaçu, associada à Linha de Transmissão 138 kV Baguaçu - Valparaíso C2.	28	126.457,50	RCDM	DIT
	Parcela adicional de RAP para operação e manutenção de 4 Módulos de Infraestrutura de Manobra - MIM 138 kV na SE Baguaçu, associados as Entradas de Linha 138 kV para as SEs Avanhandava e Valparaíso.	31	45.838,52	RCDM	DIT
TOTAL			**2.033.607,31**		

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.463, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processos nº 48500.002432/2020-01, 48500.002431/2020-58, 48500.000232/2020-13 e 48500.000233/2020-50. Interessados: Sol Serra do Mel III SPE S.A.-39.702.802/0001-89; Sol Serra do Mel IV SPE S.A.-39.702.815/0001-58, Sol Serra do Mel V SPE S.A.-39.702.823/0001-02 e Sol Serra do Mel VI SPE S.A.-39.702.834/0001-84. Decisão: alterar as características técnicas e as instalações de interesse restrito das UFV Serra do Mel III a VI, localizadas no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.648, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.005877/2022-04. Interessados: Moxy Administração e Participações - Eireli. e Construnível Energias Renováveis Ltda. Decisão: conferir o Registro para a elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ipiranga, integrante da sub-bacia 18, no estado do Pará, cadastrado sob o Código de Inventários - CINV: INV.18.0045.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.692, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Processos: listados no Anexo. Interessado: Dunamis Projetos de Energia Fotovoltaica SPE Ltda.. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito das UFV Dunamis I, Dunamis II e Dunamis III. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.693, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.001742/2021-81. Interessado: Dunamis Projetos de Energia Fotovoltaica SPE Ltda.. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Dunamis IV. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.
.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.698, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.003437/2015-85. Interessado: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e registrar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Cucuí, cadastrada no CEG sob o nº UTE.PE.AM.037694-9.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 6.531, de 25 de julho de 2017. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.699, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.005520/2020-56. Interessado: Construnivel Execuções Ltda. Decisão: não registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Nova Usina da Serra, com 6.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - PCH.PH.MS.033915-6.01, localizada no rio Santana, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, cuja casa de força localiza-se no município de Paranaíba, estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.701, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.000001/1997-09. Interessado: Engie Brasil Energia S.A. Decisão: homologar, para fins de Revisão Extraordinária de Garantia Física, os novos parâmetros das unidades geradoras nº 5 e nº 6 da UHE Salto Osório, cadastrada sob o CEG UHE.PH.PR.002659-0.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.700, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.007212/2022-27. Interessadas: CPFL Geração de Energia S.A. - CNPJ n.º 03.953.509/0001-47. Decisão: anuir previamente a assunção do controle societário direto da Campos Novos Energia - Enercan, CNPJ n° 03.356.967/0001-07, pela Interessada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.681, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.258.983/0001-59, para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos aos meses de agosto e setembro de 2022; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de agosto de 2022 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de setembro de 2022 para o patamar 4 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina nos respectivos meses.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Agosto/2022	setembro/2022
Norte Fluminense 1	98,28	-
Norte Fluminense 2	114,52	-
Norte Fluminense 3	217,53	-
Norte Fluminense 4	-	819,62

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.697, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pelo inciso XI do art. 1º da Portaria 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o que consta do Processo nº 48500.000278/2010-52, decide: (i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, CNPJ nº 03.034.433/0001-56, que atribua o valor zero para o acrônimo ENFA_DT (montantes de Energia Não Gerada Involuntariamente): (i.a) referente aos anos de apuração 2019 e 2020, para todas as Usinas Termelétricas à Biomassa contratadas no âmbito dos Leilões de Energia de Reserva; e (i.b) referente ao ano de apuração 2021, para todas as centrais geradoras de energia elétrica contratadas no âmbito dos Leilões de Energia de Reserva, independentemente da fonte.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 55/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.002/2022-S DA SILVA LOPES-Registro de Licença N° 028/2022 - Vencimento em Indeterminado

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 130/2022

Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
860.748/2018-GABRYHELLA GRATAO BANDEIRA DE PAULA PACHECO PIRES -AI N°1934/2020 - Gerência Regional - GO
860.432/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA - AI N°1619/2020 - Gerência Regional - GO
860.433/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA - AI N°1621/2020 - Gerência Regional - GO
861.147/2014-LYNCE NAVEIRA E SILVA -AI N°1898/2020 - Gerência Regional - GO
860.397/2016-GUILHERME MORETTI -AI N°1785/2020 - Gerência Regional - GO
860.567/2016-SUL AMERICANA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°1891/2020 - Gerência Regional - GO
860.687/2016-MINERACAO ALDEIA DO VALE EIRELI -AI N°1519/2020 - Gerência Regional - GO
860.722/2016-BARIBRAS MINERAÇÃO LTDA -AI N°1750/2020 - Gerência Regional - GO
860.790/2016-DANILO DE OLIVEIRA BRASIL -AI N°1487/2020 - Gerência Regional - GO
861.149/2016-CARDEAL GEOLOGIA-GEOTECNICA, MINERACAO E MEIO AMBIENTE LTDA -AI N°1612/2020 - Gerência Regional - GO
861.353/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA -AI N°1973/2020 - Gerência Regional - GO
860.065/2017-CLODOALDO ROGÉRIO DOS REIS -AI N°1602/2020 - Gerência Regional - GO
860.326/2017-J. R. PEREIRA LTDA -AI N°1625/2020 - Gerência Regional - GO
860.364/2017-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA -AI N°1470/2020 - Gerência Regional - GO
860.396/2017-JUNIOR VIEIRA DE PAIVA -AI N°1847/2020 - Gerência Regional - GO
860.416/2017-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME -AI N°1849/2020 - Gerência Regional - GO
860.447/2017-WARLE RODRIGUES DA SILAS -AI N°1863/2020 - Gerência Regional - GO
860.457/2017-IVAN VIEIRA DO NASCIMENTO -AI N°1887/2020 - Gerência Regional - GO
860.486/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA -AI N°1888/2020 - Gerência Regional - GO
860.488/2017-WATHOS PEREIRA DIAS -AI N°1538/2020 - Gerência Regional - GO
860.498/2017-RENATO DE SOUZA -AI N°4001/2020 - Gerência Regional - GO
860.555/2017-CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES -AI N°1722/2020 - Gerência Regional - GO
860.574/2017-GILSON DIVINO DA SILVA -AI N°1963/2020 - Gerência Regional - GO
860.582/2017-L & L DISTRIBUIDORA DE AREIA E TRANSPORTES EIRELI -AI N°1727/2020 - Gerência Regional - GO
860.628/2017-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME -AI N°1728/2020 - Gerência Regional - GO
860.646/2017-ODAILSON MOURA DE ARAUJO -AI N°1479/2020 - Gerência Regional - GO
860.653/2017-LUIZ ANTONIO ASSUENA -AI N°1512/2020 - Gerência Regional - GO
860.806/2017-RENATO DE CARVALHO COUTINHO -AI N°1513/2020 - Gerência Regional - GO
860.807/2017-RENATO DE CARVALHO COUTINHO -AI N°1514/2020 - Gerência Regional - GO
860.833/2017-LEONARDO JOFFILY -AI N°1516/2020 - Gerência Regional - GO
860.883/2017-L & L DISTRIBUIDORA DE AREIA E TRANSPORTES EIRELI -AI N°1968/2020 - Gerência Regional - GO
860.935/2017-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME -AI N°1931/2020 - Gerência Regional - GO
860.974/2017-DANIELA LOBO MACHADO SANCHES -AI N°1586/2020 - Gerência Regional - GO
860.202/2018-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME -AI N°1636/2020 - Gerência Regional - GO
860.516/2018-BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA -AI N°1632/2020 - Gerência Regional - GO
860.517/2018-EMIVALDO MIRANDA -AI N°1633/2020 - Gerência Regional - GO
860.518/2018-BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA -AI N°1634/2020 - Gerência Regional - GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 131/2022

Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
861.826/2013-JOSÉ MOREIRA FILHO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
860.448/2022-ODORA MINERALS LTDA
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(347)
861.457/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-OF. N°23365/2022/DIFAM-GO/ANM
861.141/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO-OF. N°23127/2022/DIFAM-GO/ANM
Indefere Requerimento de PLG(335)
861.457/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO
860.209/2022-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO
861.141/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DE NIQUELANDIA E REGIAO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
860.646/2020-CONSTRUTORA PERFIL LTDA
860.282/2020-MAURÍCIO PERES DA CUNHA
860.035/2020-PAULO CEZAR BOGES DE MELLO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.722/2022-HELENA GONCALVES DE OLIVEIRA GAGO
860.703/2022-LEONARDO ARRUDA TOME
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
860.214/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI
860.217/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI
860.223/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI
860.226/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 132/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
860.727/2018-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR- Alvará n°726/2019 - Cessionario:860.585/2022-MIRIAN MARIA DE MENEZES PINTO- CPF ou CNPJ 919.627.651-72
860.727/2018-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR- Alvará n°726/2019 - Cessionario:860.638/2022-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO- CPF ou CNPJ 509.419.257-49
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
861.044/2011-PAULO CESAR CAMPOS LOUREIRO- Alvará n°8.380/2019 - Cessionário: SOAPSTONE BRAZIL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO LTDA- CNPJ 13.268.448/0001-32
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
860.933/2019-MINERADORA SERRA GERAL LTDA- Cessionário:860.214/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIÃO DE NIQUELÂNDIA
860.933/2019-MINERADORA SERRA GERAL LTDA- Cessionário:860.217/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIÃO DE NIQUELÂNDIA
860.934/2019-MINERADORA SERRA GERAL LTDA- Cessionário:860.223/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIÃO DE NIQUELÂNDIA
860.934/2019-MINERADORA SERRA GERAL LTDA- Cessionário:860.226/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIÃO DE NIQUELÂNDIA
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
860.190/2004-AREIA MENEZES LTDA.- 164/2019- Cessionário:AREAL PARANAÍBA LTDA- CNPJ 45.701.942/0001-35
860.326/2011-CONSTRUTORA JAD LTDA- 315/2017- Cessionário:FUTURA PARTICIPAÇÕES LTDA EPP- CNPJ 23.448.428/0001-05
808.490/1976-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- 07/1998- Cessionário:CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA- CNPJ 37.883.097/0001-38

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 133/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Carlos Henrique Silva Netto - 861857/12
Eden Maciel Dos Santos - 862153/11
Felipe Monaco Balakirev Resende - 862571/11
Gerson Martins da Costa Junior - 860091/11
Jackson Lucas Bezerra - 861666/11
Jamil Morue - 862254/11, 862253/11
Jose Rosa do Nascimento - 862209/11
Junior da Silva Ribeiro - 862083/11
Justino de Sousa Vieira - 861903/13
Miriam Engelhardt - 861639/11
Nilton Cesar da Silva - 862282/11
Recursos Naturais Internacionais e Mineração e Participações Societárias LTDA. - 861700/11, 861697/11
Ricardo de Souza Lobo - 862218/11
Tatiana da Silva - 861938/11
Waltecy José Das Dores - 862278/11
Wilson Martins de Aguiar - 862210/11, 862104/11, 862106/11.

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 114/2022

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
866.478/2012-AGROPECUÁRIA MAGGI LTDA. - Publicado DOU de 14/09/2022, Relação n° 111/2022, Seção 1, pág. 222- Onde se lê:'...Registro de Licença Nº 09/2016 - Vencimento em 04/08/2025..." - Leia-se:"...Registro de Licença Nº 09/2016 - Vencimento em 20/04/2026...".

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 115/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)
PLG N°227/2022 - 866.382/2022-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - Prazo 05 (Cinco) anos

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 347/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.190/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 348/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
850.799/2007-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DO RIO XINGU COOPERXINGU-AI N°5336/2022/DIFIS-PA/ANM
850.533/2015-CAL REIS COMERCIO DE CALCARIO E DERIVADOS LTDA-AI N°5343/2022/DIFIS-PA/ANM
850.046/2009-JAIR JOSÉ SILVA ARAÚJO-AI N°5349/2022/DIFIS-PA/ANM
851.362/2012-CONSTRUTORA PONTES LTDA EPP-AI N°5341/2022/DIFIS-PA/ANM
850.019/2015-ALOISIO MARIO DA SILVA-AI N°5345/2022/DIFIS-PA/ANM
850.020/2015-ALOISIO MARIO DA SILVA-AI N°5346/2022/DIFIS-PA/ANM
850.091/2015-VALFREDO PEREIRA MARQUES JUNIOR-AI N°5347/2022/DIFIS-PA/ANM
850.321/2015-W G PIMENTEL EIRELI-AI N°5344/2022/DIFIS-PA/ANM
850.693/2015-COMINA EMPRESA DE MINERACAO EIRELI-AI N°5342/2022/DIFIS-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 349/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
850.873/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 37/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.875/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 38/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.867/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 40/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.868/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 39/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2020
850.864/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 41/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.869/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 32/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.870/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 33/2015 de 02/09/2015-Vencimento em 02/09/2025
850.880/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 34/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025
850.881/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - PLG Nº 35/2015 de 03/09/2015-Vencimento em 03/09/2025

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 350/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
850.701/2016-TETRAMEC CALCINAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA LTDA - AI N°3266/2022

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 353/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza o aditamento de substância mineral(525)
850.793/2017-DANIEL GEYERHAHN GARCIA-CASSITERITA, CULUMBITA E TANTALITA-Permissão de Lavra Garimpeira N°74, DOU de 12/06/2019
851.453/2013-LETÍCIA PEREIRA ESTRELA-CASSITERITA, CULUMBITA E TANTALITA-Permissão de Lavra Garimpeira N°11, DOU de 10/03/2015

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 354/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
850.006/2017-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG- Cessionário:COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA REGIAO NORTE - COOPERNORTE- CNPJ 45.158.333/0001-81- PLG n°23/2019
850.880/2014-ALDERICO ALVES DOS SANTOS RIBEIRO- Cessionário:JUAREZ ALVES DA SILVA- CNPJ 048.133.912-49- PLG n°9/2016
850.879/2014-JOYCY ELIAS PARREIRA- Cessionário:JUAREZ ALVES DA SILVA- CNPJ 048.133.912-49- PLG n°8/2016
850.881/2014-RENILDA MARIA SANTOS SILVA- Cessionário:JUAREZ ALVES DA SILVA- CNPJ 048.133.912-49- PLG n°10/2016
850.883/2014-JANAINE PARREIRA SILVA DE MORAES- Cessionário:JUAREZ ALVES DA SILVA- CNPJ 048.133.912-49- PLG n°12/2016
850.884/2014-APARECIDA DE FATIMA PARREIRA- Cessionário:JUAREZ ALVES DA SILVA- CNPJ 048.133.912-49- PLG n°13/2016

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 37/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.646/2016-INCOBLOCO INDUSTRIA E COMERCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA- Área de 242,88 hectares para 18,57 hectares-Argila-Guaporema/Paraná
826.625/2007-FLORESTAL ALVORADA FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA- Área de 1000 hectares para 6 hectrares-diabásio-Arapoti/PR
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.649/2002-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°42975/2022
826.324/2002-MINERADORA DE ÁGUA ANA ROSA LTDA-OF. N°43087/2022
826.100/2001-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°44269/2022
826.443/2000-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°44442/2022
826.444/2000-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°44425/2022
000.550/1942-ÁGUAS MINERAIS DORIZON LTDA ME-OF. N°44569/2022
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.554/2015-MINERADORA DE ÁGUA DOM PIERRE LTDA. ME- Prazo:2 anos
826.221/2012-PEDREIRA GENARO - EIRELI- Prazo:2 anos
826.547/1999-COMERCIO DE ARTIGOS RELIGIOSOS DOS FREIS CAPUCHINHOS LTDA- Prazo:2 anos
826.661/2016-JOSÉ KAMPA ME- Prazo:1 ano
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
826.324/2002-MINERADORA DE ÁGUA ANA ROSA LTDA- Fonte Pau Brasil. Marca Cristal Select: 200 mL, 500 mL, 1.5L e 5 L, sem gás; 500 mL, com gás; Marca UNNA: 300 mL, com e sem gás; Marca Cristal Cini: 5L, sem gás e 500 mL, com gás; Marca ABA Gold: 500 ml, com e sem gás; Marca Acqua Bonna : 500 mL, com gás; Marca Gold Scrin: 500 mL, com e sem gás, e e 1.5L, sem gás; Marca Todeschini: 330 mL, sem gás; Marca Premy: 500 mL, com e sem gás.- MARINGÁ/PR
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.133/2016-J N B R EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
826.440/2018-AREAL CERAMITEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
826.660/2017-E.VIEIRA - AREAL
826.619/2017-E.VIEIRA - AREAL
826.621/2014-WILSON WILMAR VASSELAI
826.605/2014-CTG MINÉRIOS LTDA ME
826.647/2010-ALBERTO SCHULHAN
826.185/2010-EUGENIA CAVASSIN WIERTEL
826.458/2010-EUGENIA CAVASSIN WIERTEL
826.606/2014-CTG MINÉRIOS LTDA ME
826.108/2017-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.109/2017-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.110/2017-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.111/2017-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.112/2017-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.713/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO
826.128/2018-CESAR ALVAREZ DE CAMPOS
826.277/2019-CATTALINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
827.028/2014-ALV QUARTZITO EXTRACAO LTDA
826.606/2014-CTG MINÉRIOS LTDA ME
826.094/2019-RODRIGO OTAVIO RIBAS RINK
826.347/2017-WILSON FRANCISCO NALEPA
826.348/2017-WILSON FRANCISCO NALEPA
826.349/2017-WILSON FRANCISCO NALEPA
826.350/2017-WILSON FRANCISCO NALEPA
826.639/2016-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA
826.137/2013-HILDA ADAMIO ROVEDA
826.720/2014-MARISA DE FREITAS LEAL
826.354/2017-EDSON SANDER ZUCCHI
826.315/2011-HELIO RICARDO ADAMIO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
826.089/2015-JLS-EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-OF. N°43461/2022/SEOUT-PR/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.551/2005-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 13/2013/DNPM-PR - Vencimento em 06/05/2025
826.549/2005-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 11/2013/DNPM-PR - Vencimento em 06/05/2025
826.554/2005-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 18/2013/DNPM-PR - Vencimento em 06/05/2025
826.035/2018-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 27/2021/ANM-PR - Vencimento em 28/06/2025
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.255/2016-ZOTARELLI EXTRACAO DE AREIA LTDA.-OF. N°42755/2022
826.041/2008-LESIO DE NARDI & CIA. LTDA.-OF. N°44665/2022
Homologa desistência do direito de requerer a lavra.(1788)
826.974/2001- VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.201/2022-FOZ LIGAS E ENGENHARIA LTDA-OF. N°42928/2022/CAREAS-PR/ANM
826.217/2022-GIOVANA LUIZA OLIVA LOURENCO-OF. N°43021/2022/CAREAS-PR/ANM
826.215/2022-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°43211/2022/CAREAS-PR/ANM
826.216/2022-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°43219/2022/CAREAS-PR/ANM
826.223/2022-THIAGO RIVA FERRARI-OF. N°43405/2022/CAREAS-PR/ANM

826.225/2022-MIRIA DE LUCA KISSEL-OF. N°43421/2022/CAREAS-PR/ANM
826.264/2020-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°44450/2022/SEOUT-PR/ANM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
826.231/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.135/2022-MUNICIPIO DE SABAUDIA- Registro de Extração N°23/2022 de 12/09/2022

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 101/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.280/2016-MARCO AURELIO GONCALVES DE FARIAS- Registro de Licença N° 20/2017 - Vencimento em 02/09/2027
848.154/2020-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 18/2021 - Vencimento em 08/08/2023
848.089/2013-MARIA EDI ELIAS DE FARIAS- Registro de Licença N° 21/2013 - Vencimento em 02/09/2027
848.277/2016-MARCO AURELIO GONCALVES DE FARIAS- Registro de Licença N° 21/2017 - Vencimento em 02/09/2027
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.072/2022-LUIZ CARLOS GUIMARAES-Registro de Licença N° 36/2022 - Vencimento em 14/04/2023
848.094/2022-LUIS CLENILSON DE MEDEIROS FILHO-Registro de Licença N° 37/2022 - Vencimento em 26/05/2025
848.019/2022-RODRIGO BANDEIRA MARQUES-Registro de Licença N° 38/2022 - Vencimento em Indeterminado

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 102/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
848.036/2022-LUIZ CARLOS GUIMARAES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.252/2014-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-OF. N°42729/2022/NUFIS-RN/ANM
848.221/2018-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°44238/2022/NUFIS-RN/ANM
848.262/2017-ILENA MARIA ALBUQUERQUE-OF. N°44254/2022/NUFIS-RN/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.204/2015-BENTONIT UNIAO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 50,32 ha para 28,10 ha-feldspato, quartzo e moscovita-Carnaúba dos Dantas,/RN
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
848.120/2020-LUIZ ROBERTO DE MEDEIROS-Alvará N°3768/2020
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
848.123/2018-GRAZIELE FRANCA DE ARAUJO CANALLI- Alvará n°7296/2018 - Cessionário: GMC MINERACAO LTDA.- CNPJ 43.199.172/0001- 49
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.105/2018-F LEAL MEIRELES ME
848.130/2018-P J DE CARVALHO POLI & CIA LTDA
848.248/2011-AQUONSULT CONSULTORIA E PLANEJAMENTO HIDROGEOLÓGICO LTDA.
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.063/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA -Alvará N°6519/2022
848.061/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA -Alvará N°4687/2022
848.060/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA -Alvará N°6075/2022
848.059/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA -Alvará N°6074/2022
848.209/2018-FABRICIANO LIMA NETO -Alvará N°338/2019
848.112/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA -Alvará N°6525/2022
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
948.262/2014-CASCAR BRASIL MINERACAO LTDA-OF. N°42891/2022/NUOUT-RN/ANM
848.066/2017-CALCARIO IMAP AGROMINERAÇÃO LTDA-OF. N°43737/2022/NUOUT-RN/ANM
848.149/2004-AMEX MINÉRIOS LTDA-OF. N°44334/2022/NUFIS-RN/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
848.395/2021-FRANCISCO XAVIER NETO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.151/2022-TODOS OS SANTOS MINERACAO LTDA
848.142/2022-SERGIO EDUARDO MONTES CASTANHO FILHO
848.141/2022-SERGIO EDUARDO MONTES CASTANHO FILHO
848.140/2022-SERGIO EDUARDO MONTES CASTANHO FILHO
848.139/2022-SERGIO EDUARDO MONTES CASTANHO FILHO

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 60/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
864.464/2021-J C BATISTA ENGENHARIA E PROJETOS EIRELI - Publicado DOU de 14/09/2022, Relação n° 54/2022, Seção 01, pág. 224- "Onde se lê: CPF ou CNPJ 819.485.395-68, Leia-se: CPF ou CNPJ 918.485.395-68"

MOACIR HARUO MASSANI
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 540/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Abratel Mineracao Eireli - 872014/17 - A.I. 5375/22
Gilmario Guilherme Batista - 871625/19 - A.I. 5386/22
Minaoeste S/a Industria Extrativa - 871082/18 - A.I. 5376/22
Rio Manganes Mineracao S/a - 871231/19 - A.I. 9600/22
Terraforte Mineracao e Construcoes Eireli - 870176/20 - A.I. 342/22

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 541/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Brasil Exportação de Marmores e Granitos Ltda - 871644/18, 871643/18, 871642/18
Deisiane de Souza Santos - 874035/11
Jose Filho Marinho da Costa Eireli me - 871264/18
Mineradora Diamante Negro LTDA. - 871646/18
Miravaldo Souza Siquara - 870361/19
Sm5 Participações LTDA. - 870980/18
Wilson Nassif - 871197/18
Xaz Extração de Minério LTDA. - 871166/18

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 542/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a Nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
A.s.s Comercio de Pedras Preciosas Eireli - 871810/18, 871811/18
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870156/19, 870158/19
Bom Jardim - Administradora de Participacoes Ltda - 871534/18
Cléber Júnior Valim Ramos - 871641/18
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 870441/19
Extensão Sul Minérios Ltda me - 870446/17, 870447/17
Flagramar Mármores e Granitos Importação Exportação LTDA. - 871419/19
Guimaraes & Souza Mineracao e Comercio Ltda - 871522/18
Hercules Cipriani Pessini - 870673/17, 871234/18
Industria e Comércio Água Bella Ltda Epp - 870034/16
José Rosa Machado - 870009/19
Juraci Carvalho Silva - 871159/17
Lastra Mineração Ltda - 870700/17
Marcos Saraiva de Morais - 870532/18
Mineracao Serra Grande Ltda - 871360/21
Mineracao Spazio Alpha Concorde Importacao e Exportacao Ltda - 871972/17
Romilton Melo de Souza - 872009/16
rp Mineração Ltda - 871208/18, 871209/18, 871210/18, 871211/18, 871212/18, 871225/18, 871226/18, 871285/18, 871286/18, 871287/18
Telmo Soares Pereira - 870913/17
Valdi Souza Rocha - 871829/18, 871830/18, 870157/19
Valter Senna Júnior - 870984/19

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 6 (SC, RS, PR)

DESPACHO
Relação nº 526/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Gean Lucas Bedin Geffer - 826223/20 - Not.252/2022 - R$ 971,14

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 527/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Rtb Geologia e Mineração Ltda. - 826237/18 - Not.254/2022 - R$ 3.766,33

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 529/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Liseu Schneider - 810214/20 - Not.174/2022 - R$ 234,20
Ricardo de Boer Macagnan - 810760/18 - Not.177/2022 - R$ 95,31

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 530/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Capela rs Mineração Ltda - 810366/18 - Not.170/2022 - R$ 3.803,38
Dari Pinto da Silva - 810742/20 - Not.179/2022 - R$ 8.939,43
Liseu Schneider - 810214/20 - Not.175/2022 - R$ 4.577,72
Melaenia Isabel Turri - 810042/21 - Not.180/2022 - R$ 4.734,12
Ricardo de Boer Macagnan - 810760/18 - Not.178/2022 - R$ 9.182,45
Sociedade Dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí LTDA. - 810596/20 - Not.176/2022 - R$ 4.361,70

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 533/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adelirio Monteiro Dos Santos - 815459/21 - Not.51/2022 - R$ 4.618,22
Mineracao jl Ltda me - 815583/04 - Not.45/2022 - R$ 3.359,63
Silvana Turek Kluska - 815101/18 - Not.47/2022 - R$ 3.942,30

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM)

DESPACHO
Relação nº 543/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa (TAH)/(6.50) cn Mineradora Extracao, Comercio e Exportacao de Minerios Ltda 886147/21.

EUTÍQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE ORDENAMENTO MINERAL E DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

DESPACHO
Relação nº 398/2022

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
832.253/2015- MINERAÇÃO CORDEIRO LTDA. ME. e R M DA SILVA AREIA ME.
831.505/2003- ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A., MINERAÇÃO TURMALINA LTDA. e AS ENGENHEIRA E CONSULTORIA LTDA.
833.250/2004- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - VALE e ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
833.591/2004- ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO S.A., MERCEDES DAS GRAÇAS PINTO LOBO LEITE
832.945/2007- MINERAÇÃO TURMALINA LTDA. e LOCADORA DE EQUIPAMENTOS BRITTOS LTDA.
831.812/2006- SUL AMERICANA DE METAIS S.A. e FALCON METAIS LTDA.
831.057/2005- TERRATIVA MINERAIS S.A. e por ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
832.348/2007- JOÃO CARLOS CHAVES MIRANDA e K-2 MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
831.658/2008- MINERAÇÃO TURMALINA LTDA., MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA. e ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA
833.867/2008- MAC13 GEOLOGIA E PESQUISAS MINERAIS LTDA.; VALE S.A.; ZEUS MINERAÇÃO LTDA.; GEODEX COMMUNICATIONS S.A. e, AS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
832.151/2002- CYNTHIA NARA GUEDES ÁVILA, ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO S.A. e RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A.
831.115/2003- MINERAÇÃO GUIDONI LTDA. e VALMIC GONÇALVES DOS SANTOS
300.814/2014- MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA. e MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO LTDA. EPP
832.312/2005- LUCIANO JUNQUEIRA DE MELO e VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA
833.982/2007- CINCO ANZOIS MINERAÇÃO LTDA e SANDRO ACÁCIO MARRA
302.360/2015- MINERAÇÃO TURMALINA LTDA. e MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA.
300.763/2009- SILICAMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA - ME; SÔNIA RENY DE BRITO; SANDRO RICARDO DE BRITO; SERGIO RICARDO DE BRITO; LOCADORA DE EQUIPAMENTOS BRITTOS LTDA. e AMAURY BRITO MOREIRA
832.959/2005- VALE S.A e por TERRATIVA MINERAIS S.A
870.810/2010- MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA. e DJ GRANITOS EIRELI ME.
870.580/2010- ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA. e por N GREEN MINERAIS LTDA.
830.588/2006- MINERAÇÃO USIMINAS S.A., e por ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
870.627/2009- SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA. e por LM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. EPP
874.727/2008- LAFARGE BRASIL S.A. e por MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
873.662/2008- NASCIMENTO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
873.338/2008- FINAVEL FOMENTO MERCANTIL LTDA
872.511/2008- VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
872.688/2008- RONALDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
870.144/2000-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA-SIENITO
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
870.144/2000- EDITAL DISPONIBILIDADE N°47/2011- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ºlugar: MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA, 2ºlugar: MINERAÇÃO FOCUS LTDA.
833.867/2008- EDITAL DISPONIBILIDADE N°236/2014- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar: CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA, 2º lugar: GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA. ME.
874.226/2007- EDITAL DISPONIBILIDADE N°009/2013- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ºlugar VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A, 2º lugar CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA.
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
833.250/2004- EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA S.A.
833.867/2008- GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA. ME; CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA.; e, GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA.
302.360/2015- LAMIL LAGE MINÉRIO LTDA.
870.321/2010- VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
873.662/2008- BENEDITO RIBEIRO CALDAS NETO.
873.338/2008- MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA
872.511/2008- MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA
872.688/2008- MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA.
874.226/2007- CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA. e VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
833.250/2004-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA S.A.- Substância Aprovada:MINÉRIO DE FERRO
833.867/2008-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:minério de alumínio e dolomito
302.360/2015-LAMIL LAGE MINÉRIO LTDA.- Substância Aprovada:AGALMATOLITO, GRANITO E QUARTZO
870.321/2010-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:QUARTZITO
873.662/2008-BENEDITO RIBEIRO CALDAS NETO.- Substância Aprovada:SALGEMA
873.338/2008-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA.- Substância Aprovada:MINÉRIO
872.511/2008-MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA.- Substância Aprovada:MIGMATITO E GNAISSE
872.688/2008-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA- Substância Aprovada:MINÉRIO DE FERRO
Despacho publicado(316)
831.057/2005-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.-INDEFERE o pedido de desistência de habilitação apresentado por TERRATIVA MINERAIS S.A.
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
831.658/2008-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
833.867/2008-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA. - EDITAL N° 236/2014 - Publicado DOU de 09/04/2014
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
870.321/2010-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.200, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base no Parecer nº 340/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2465457) e considerando o que consta no processo nº 48610.220050/2022-73, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à unidade Paraná Xisto - Mineração, de São Mateus do Sul - PR/ Operador do Contrato: Paraná Xisto S.A. / Operador da instalação: Paraná Xisto S.A. / Contrato ANP nº : 48610.212133/2022-99.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 681, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.218506/2022-35, resolve: autorizar a filial da empresa PETROBAHIA S A - CNPJ 01.125.282/0022-40, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.201, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo ao POSTO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.297.878/0001-01, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida no Processo Judicial nº 1030752-11.2021.4.01.3500.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.202, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211652/2020-78, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 88/2017 e nº 89/2017, outorgadas à sociedade BAHIA IMPORTADORA DE COMBUSTIVEIS LTDA. - CNPJ: 25.369.517/0001-83.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.203, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RJ0246404	AGIP COMÉRCIO DE GÁS LTDA	27.919.349/0001-88	48610.221908/2022-17
GLP/CE0246405	GAS DOURADO LIMITADA	46.942.829/0001-04	48610.221788/2022-58
GLP/AM0246406	MUCURIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDAOMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	84.110.394/0035-70	48610.220397/2022-16
GLP/MG0246407	SANTO GAS LTDA	45.826.209/0001-47	48610.221218/2022-68

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.204, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0229577	A K L COMBUSTIVEIS EIRELI	37.154.885/0001-93	48610.221380/2022-86
PR/SP0229580	AUTO POSTO SMALL MARACANA LTDA	33.137.667/0002-70	48610.221044/2022-33
PR/SP0229578	AUTO POSTO SMALL MARACANA LTDA	33.137.667/0004-32	48610.221047/2022-77
PR/SP0229455	CENTRO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEIS 9 DE JULHO LTDA	43.191.034/0001-13	48610.214178/2022-06
PR/TO0229583	HELEM FERNANDA DE LIMA EIRELI	38.216.890/0001-46	48610.217518/2022-42
PR/MA0229576	IC COMBUSTIVEIS LTDA	46.781.990/0001-43	48610.221556/2022-08
PR/MG0229579	POSTO PATAO LTDA	18.171.363/0004-06	48610.221698/2022-67
PR/PR0229581	POSTO PR 445 LTDA	46.924.102/0001-02	48610.218614/2022-16

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO SPD-ANP Nº 683, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do processo de nº 48610.221475/2022-08, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado
22900-5	Soldabilidade e integridade do ponto triplo de tubos MLP - infraestrutura complementar	Laboratório de Pesquisa e Tecnologia em Soldagem - LPTS/UFC	R$ 1.255.338,00

Art. 2º A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO SPD-ANP Nº 684, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do processo de nº 48610.221477/2022-99, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado
22908-8	Adequação laboratorial para determinação de umidade em cenários submarinos de processamento.	Laboratório de Termodinâmica Aplicada e Simulação Molecular/ATOMS/UFRJ	R$ 1.241.960,58

Art. 2º A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 682, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 852, de 23 de setembro de 2021, e o que consta do Processo ANP nº 48610.206707/2022-90, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto (UN-SIX), da Paraná Xisto S.A., CNPJ nº 40.254.927/0001-72, situada na Rua Manoel Cunha Bittencourt, nº 2099, Vila Buaski, São Mateus do Sul - PR, com capacidade de processamento de xisto de 6.120 t/d, com as seguintes unidades e suas respectivas capacidades nominais:

Identificação	Unidade de Processo	Capacidade nominal
U7-UDG	Unidade de Dessulfuração de Gás da UPI	86,5 t/d
U7-URE	Unidade de Recuperação de Enxofre	48 t/d
U230-MI	Módulo Industrial	255 t/h
U-241-UDG	Unidade de Dessulfuração de Gás do MI	242,3 t/d
U-241-SRGLP	Seção de Recuperação de GLP	118 t/d
U-242	Unidade de Recuperação de Enxofre	107 t/d
U-251	Unidade de Recuperação do Pó do Óleo	666 t/d
U-252	Unidade de Pré-Fracionamento do Óleo de Xisto	739 t/d

Art. 2º Fica autorizada a operação das unidades piloto (pesquisa), unidades intermediárias, sistemas auxiliares e área de armazenamento.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 577, de 18/11/2009, publicada no DOU de 19/11/2009.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor em 1° de outubro de 2022.

PATRICIA HUGUENIN BARAN



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.532, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Institui para o ano de 2022, as primeiras transferências do repasse financeiro federal referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa), destinados a estados, ao Distrito Federal e municípios, inclusive aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen's) para incentivar a implementação de estratégias voltadas para o fortalecimento e a execuções das ações de vigilância sanitária

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços existentes;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.271, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta o repasse de recursos financeiros destinados aos Laboratórios de Saúde Pública para a execução das ações de vigilância sanitária, na forma do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde;

Considerando a Portaria Consolidada GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução Anvisa RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário, bem como, propõe que os órgãos de vigilância utilizem a classificação de risco para priorização de suas ações;

Considerando a Resolução Anvisa RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, e suas atualizações, que dispõe sobre a classificação do grau de risco das atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária;

Considerando a Resolução Anvisa RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS;

Considerando que o repasse financeiro pelo Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) será destinado aos entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), inclusive os Laboratórios de Saúde Pública, que participam de inciativas, projetos e programas no âmbito da Anvisa; e

Considerando os projetos e programas que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem executado, no âmbito do Planejamento Estratégico 2021-2023, com foco na gestão da qualidade, no gerenciamento de risco, nos modelos de organização e de descentralização das ações de vigilância sanitária, na harmonização e padronização de ações e práticas de inspeção e fiscalização de produtos e serviços, bem como, no monitoramento da qualidade de produtos de interesse à vigilância sanitária, resolve:

Art. 1º instituir, para o ano de 2022, as primeiras transferências do repasse financeiro, referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa), do Componente de Vigilância Sanitária referente ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde para estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao incentivo as ações estratégicas de vigilância sanitária voltadas:

I - aos estados que participam dos programas e projetos de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), incluindo àqueles que possuem as ações de inspeção de Boas Práticas de Fabricação delegadas, em atendimento ao disposto na Resolução Anvisa RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021 e na Instrução Normativa IN nº 32, de 12 de abril de 2019, conforme relação de valores a serem transferidos apresentada no Anexo I desta Portaria;

II - aos municípios que participam dos programas e projetos de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), incluindo àqueles que possuem as ações de inspeção de Boas Práticas de Fabricação delegadas, em atendimento ao disposto na Resolução Anvisa RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021 e na Instrução Normativa IN nº 32, de 12 de abril de 2019, conforme relação de valores a serem transferidos apresentada no Anexo II desta Portaria;

III - aos estados e Distrito Federal, que coordenam no âmbito das regiões de saúde de seus respectivos territórios, para a promoção de ampla discussão e de inciativas para a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam na vigilância sanitária, buscando a melhoria da organização, gestão, planejamento, com a priorização da atuação das ações vigilância sanitária, baseados nos conceitos e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento do Risco, conforme relação de valores a serem transferidos apresentada no Anexo III desta Portaria;

IV - aos Laboratórios de Saúde Pública, estaduais e do Distrito Federal, que possuem capacidade técnica e perfil analítico para atendimento às análises previstas para o ciclo 2022-2023 do Programa Nacional de Monitoramento de Microrganismos Resistentes e Resíduos de Antimicrobianos em Alimentos (Programa Monitora Alimentos AMR), relacionados ao Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA),, conforme relação de valores a serem transferidos apresentada no Anexo IV desta Portaria; e

V - aos Laboratórios de Saúde Pública municipais, que possuem capacidade técnica e perfil analítico para atendimento às análises previstas para o ciclo 2022-2023 do Programa Nacional de Monitoramento de Microrganismos Resistentes e Resíduos de Antimicrobianos em Alimentos (Programa Monitora Alimentos AMR), relacionados ao Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA), conforme relação de valores a serem transferidos apresentada no Anexo V desta Portaria.

Art. 2º As ações estratégicas de vigilância sanitária, listadas no art. 1º desta Portaria, serão discutidos e pactuados nas respectivas Comissões Intergestores Bipartite.

Art. 3º As ações estratégicas de vigilância sanitária, listadas no art. 1º desta Portaria, devem compor a Programação Anual da Saúde (PAS) dos respectivos estados, Distrito Federal e municípios, sendo observadas as diretrizes, os objetivos, metas e indicadores propostos nas ações estratégicas de vigilância sanitárias, descritas nos anexos I, II, III, IV e V desta Portaria, bem como, nos Planos de Saúde de cada ente federado.

Art. 4º Os valores das primeiras transferências dos recursos federais que se trata desta Portaria totalizam R$ 15.829.560,00 (quinze milhões e oitocentos e vinte e nove mil e quinhentos e sessenta reais), a serem custeados com dotações orçamentárias constantes do Programa de Governo "Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)" na unidade orçamentária do Fundo Nacional de Saúde, na Ação Orçamentária 10.304.5023.20AB - "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária".

Art. 5º A Anvisa fica autorizada a descentralizar os recursos necessários que trata esta Portaria junto ao Fundo Nacional de Saúde.

Art. 6º Para fins de comprovação da execução das ações dar-se-á por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) em cada esfera de gestão, submetido ao respectivo Conselho de Saúde.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos para os respectivos estados e Distrito Federal listados nos Anexos I, II, III, IV e V.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

Relação dos estados que participam dos programas e projetos de implantação dos requisitos do SGQ no SNVS, incluindo àqueles que possuem as ações de inspeção de Boas Práticas de Fabricação delegadas, em atendimento ao disposto na Resolução Anvisa RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021 e na Instrução Normativa IN nº 32, de 12 de abril de 2019:

UF	CÓDIGO DO IBGE	VALOR (EM R$)
Amazonas	130000	300.000,00
Ceará	230000	300.000,00
Espírito Santo	320000	300.000,00
Goiás	520000	300.000,00
Maranhão	210000	300.000,00
Minas Gerais	310000	300.000,00
Paraná	410000	300.000,00
Paraíba	250000	300.000,00
Pernambuco	260000	300.000,00
Piauí	220000	300.000,00
Rio de Janeiro	330000	300.000,00
Rio Grande do Sul	430000	300.000,00
Santa Catarina	420000	300.000,00
São Paulo	350000	300.000,00
Total		4.200.000,00

Objetivo: Promover, junto aos estados, a adoção de instrumentos e procedimentos para melhoria da gestão, do planejamento e execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, baseadas nas diretrizes e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Justificativa: A organização e a execução das ações de vigilância sanitária, exercidas no âmbito do SNVS, possuem como premissa a implementação do SGQ como requisito estruturante para a qualificação dessas ações, conforme disposto no item VI do art. 2º da Resolução RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021. Portanto, os programas de implantação do SGQ no SNVS, através dos projetos de "Qualificação da gestão das ações estratégicas de vigilância sanitária no SNVS - IntegraVisa", visam incorporar e adotar práticas e procedimentos padronizados nos processos e ações consideradas críticas de atuação da vigilância sanitária. Deste modo, os repasses financeiros aos estados, por meio do PV-Visa, buscam incentivar a qualificação profissional, bem como, a harmonização e a padronização de práticas e ações de controle e monitoramento sanitário de produtos e serviços de interesse de vigilância sanitária, baseado nos requisitos do SGQ.

Resultado: Harmonização, padronização e a integração de práticas e ações sanitárias, no âmbito do SNVS, por meio de adoção de requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Indicador: Número de profissionais de visa capacitados em SGQ; Número de Visa's que harmonizaram e implementaram procedimentos ou roteiros, no âmbito do SNVS, para realização de suas ações sanitárias; Número de Visas certificadas na ISO 9001; Número de Visas que atendem a 80% dos requisitos para fins de delegação das atividades de inspeção de Boas Práticas de Fabricação de Produtos.

Nota 1: Os estados, listados no anexo I a esta Portaria, também, são responsáveis pela coordenação, pelo incentivo e pela divulgação de ações que promovam a melhoria da gestão, do planejamento e priorização na execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, baseadas nas diretrizes e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento de Risco, em seus respectivos territórios.

ANEXO II

Relação dos municípios que participam dos programas e projetos de implantação dos requisitos do SGQ no SNVS, incluindo àqueles que possuem as ações de inspeção de Boas Práticas de Fabricação delegadas, em atendimento ao disposto na Resolução Anvisa RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021 e na Instrução Normativa IN nº 32, de 12 de abril de 2019:

MUNICÍPIO	CÓDIGO DO IBGE	VALOR (EM R$)
Manaus	130260	300.000,00
São Luís	211130	300.000,00
Teresinha	221100	300.000,00
Fortaleza	230440	300.000,00
João Pessoa	250750	300.000,00
Recife	261160	300.000,00
Belo Horizonte	310620	300.000,00
Contagem	311860	300.000,00
Lagoa Santa	313760	300.000,00
Nova Lima	314480	300.000,00
Pouso Alegre	315250	300.000,00
Santa Rita do Sapucaí	315960	300.000,00
Sete Lagoas	316720	300.000,00
Varginha	317070	300.000,00
Vitória	320530	300.000,00
Rio de Janeiro	330455	300.000,00
São Paulo	355030	300.000,00
Curitiba	410690	300.000,00
Maringá	411520	300.000,00
Pinhais	411915	300.000,00
Anápolis	520110	300.000,00
Aparecida de Goiânia	520140	300.000,00
Goiânia	520870	300.000,00
Total		6.900.000,00

Objetivo: Promover, junto aos municípios, a adoção de instrumentos e procedimentos para melhoria da gestão, do planejamento e execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, de modo, a atender os requisitos para implantação dos requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade, ou demais inciativas para qualificação da Gestão Estratégica de Vigilância Sanitária no SNVS - Integravisa, bem como, que estejam em processo de verificação para atendimento aos requisitos para delegação das atividades de inspeção de Boas Práticas de Fabricação.

Justificativa: A organização e a execução das ações de vigilância sanitária, exercidas no âmbito do SNVS, possuem como premissa a implementação do SGQ como requisito estruturante para a qualificação dessas ações, conforme disposto no item VI do art. 2º da Resolução RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021. Portanto, os programas de implantação do SGQ no SNVS, através dos projetos de "Qualificação da gestão das ações estratégicas de vigilância sanitária no SNVS - IntegraVisa", visam incorporar e adotar práticas e procedimentos padronizados nos processos e ações consideradas críticas de atuação da vigilância sanitária. Deste modo, os repasses financeiros aos municípios, por meio do PV-Visa, buscam incentivar a qualificação profissional, bem como, a harmonização e a padronização de práticas e ações de controle e monitoramento sanitário de produtos e serviços de interesse de vigilância sanitária, baseado nos requisitos do SGQ.

Resultado: Harmonização, padronização e a integração de práticas e ações sanitárias, no âmbito do SNVS, por meio de adoção de requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Indicador: Número de profissionais de visa capacitados em SGQ; Número de Visas certificadas na ISO 9001; Número de Visas que atendem a 80% dos requisitos para fins de delegação das atividades de inspeção de Boas Práticas de Fabricação de Produtos.

Nota 1: Os municípios, listados no anexo II a esta Portaria, também, são responsáveis pelo incentivo e pela divulgação de ações que promovam a melhoria da gestão, do planejamento e priorização na execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, em suas respectivas regiões de saúde, baseadas nas diretrizes e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento de Risco.

ANEXO III

Relação dos estados e Distrito Federal que coordenam no âmbito das regiões de saúde de seus respectivos territórios, para a promoção de inciativas para a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam na vigilância sanitária, buscando a melhoria da organização, gestão, planejamento, com a priorização da atuação das ações vigilância sanitária, baseados nos conceitos e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento do Risco:

UF	CÓDIGO DO IBGE	VALOR (EM R$)
Acre	120000	28.408,00
Alagoas	270000	28.408,00
Amapá	160000	28.408,00
Bahia	290000	28.408,00
Distrito Federal	530000	28.664,00
Mato Grosso	510000	28.408,00
Mato Grosso do Sul	500000	28.408,00
Pará	150000	28.408,00
Rio Grande do Norte	240000	28.408,00
Rondônia	110000	28.408,00
Roraima	140000	28.408,00
Sergipe	280000	28.408,00
Tocantins	170000	28.408,00
Total		369.560,00

Objetivo: Promover, junto aos estados e DF, nas suas respectivas regiões de saúde, a ampla discussão e a promoção para a adoção de instrumentos e procedimentos para melhoria da gestão, do planejamento e priorização na execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, baseadas nas diretrizes e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento de Risco.

Justificativa: A organização e a execução das ações de vigilância sanitária, exercidas no âmbito do SNVS, possuem como premissa a implementação dos conceitos e requisitos do SGQ e do gerenciamento do risco, conforme disposto no item VI do art. 2º da Resolução RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021; e no § 2º do art. 10 da Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. Portanto, os programas de incentivos a melhoria da organização, da gestão e da execução das ações de vigilância sanitária visam promover a discussão com as equipes municipais, regionais e estaduais que compõe o SNVS, a harmonização dos processos de atuação da vigilância sanitária, baseados nos conceitos e diretrizes baseadas no SGQ e no Gerenciamento do Risco, para realizar o planejamento e a priorização das ações de vigilância sanitária em seu território. Deste modo, os repasses financeiros aos estados e o DF, por meio do PV-Visa, busca incentivar a qualificação profissional, bem como, a harmonização e a padronização de práticas e ações de controle e monitoramento sanitário de produtos e serviços de interesse de vigilância sanitária.

Resultado: Capacitação e qualificação dos profissionais que atuam em vigilância sanitária quanto a harmonização, padronização e a integração de práticas e ações sanitárias, no âmbito do SNVS, por meio de adoção de requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e do Gerenciamento do Risco para o planejamento e a priorização de suas ações em seus territórios.

Indicador: Número de oficinas realizadas por região de saúde; Número de municípios participantes; Número de profissionais de visa participantes e capacitados.

Nota 1: Os estados e DF relacionados neste projeto foram àqueles que não estejam participando do projeto de Integravisa e que não possuem ações de inspeção de Boas Práticas de Fabricação delegadas.

Nota 2: Todos os estados e o Distrito Federal são responsáveis pela coordenação, pelo incentivo e pela divulgação de ações que promovam a melhoria da gestão, do planejamento e priorização na execução das ações sanitárias no âmbito do SNVS, em suas regiões de saúde e em seus respectivos territórios, baseadas nas diretrizes e requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade e no Gerenciamento de Risco.

ANEXO IV

Relação dos Laboratórios de Saúde Pública, estaduais e do Distrito Federal, que possuem capacidade técnica e perfil analítico para atendimento às análises previstas para o ciclo 2022-2023 do Programa Nacional de Monitoramento de Microrganismos Resistentes e Resíduos de Antimicrobianos em Alimentos (Programa Monitora Alimentos AMR), relacionados ao Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA):

UF	CÓDIGO DO IBGE	VALOR (EM R$)
Alagoas	270000	200.000,00
Bahia	290000	200.000,00
Ceará	230000	80.000,00
Distrito Federal	530000	200.000,00
Goiás	520000	200.000,00
Maranhão	210000	200.000,00
Mato Grosso do Sul	500000	200.000,00
Minas Gerais	310000	400.000,00
Pará	150000	200.000,00
Paraná	410000	200.000,00
Paraíba	250000	200.000,00
Pernambuco	260000	80.000,00
Piauí	220000	80.000,00
Rio de Janeiro	330000	200.000,00

Rio Grande do Sul	430000	400.000,00
Rio Grande do Norte	240000	200.000,00
Rondônia	110000	80.000,00
Roraima	140000	80.000,00
Santa Catarina	420000	200.000,00
Sergipe	280000	80.000,00
São Paulo	350000	400.000,00
Tocantins	170000	80.000,00
Total		4.160.000,00

Objetivo: Promover ações de monitoramento de alimentos, com foco na resistência aos antimicrobianos, previstas no Plano de Ação de Prevenção e Controle da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos.

Justificativa: O Programa Monitora Alimentos AMR se monstra relevante como ação estruturante da vigilância integrada e para o enfrentamento da resistência ao antimicrobianos em âmbito nacional e internacional. Assim, o programa compõe atividade constante no Plano de Ação de Prevenção e Controle da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA). Deste modo, os repasses financeiros aos estados e DF, por meio do PV-Visa, visam financiar a execução do ciclo 2022/2023 do Programa Monitora Alimentos AMR, viabilizando a realização dos ensaios previstos para o monitoramento da resistência aos antimicrobianos nos alimentos.

Resultado: Avaliação do perfil de resistência aos antimicrobianos em alimentos comercializados no país, visando apoiar implementação da vigilância integrada da resistência aos antimicrobianos.

Indicador: Número análises efetuadas no âmbito do ciclo 2022/2023 do Programa Monitora Alimentos AMR.

Nota 1: O INCQS/Fiocruz e o IOC/Fiocruz não são elegíveis para repasse do PV-Visa.

Nota 2: Os estados e o Distrito Federal se comprometem a colaborar com os municípios e atender ao plano de coleta de amostras e aos objetivos do programa de monitoramento, acordados com área técnica da Anvisa.

ANEXO V

Relação dos Laboratórios municipais, que possuem capacidade técnica e perfil analítico para atendimento às análises previstas para o ciclo 2022-2023 do Programa Nacional de Monitoramento de Microrganismos Resistentes e Resíduos de Antimicrobianos em Alimentos (Programa Monitora Alimentos AMR), relacionados ao Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA):

MUNICÍPIO	CÓDIGO DO IBGE	VALOR (EM R$)
São Paulo	355030	200.000,00
Total		200.000,00

Objetivo: Promover ações de monitoramento de alimentos, com foco na resistência aos antimicrobianos, previstas no Plano de Ação de Prevenção e Controle da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos.

Justificativa: O Programa Monitora Alimentos AMR se monstra relevante como ação estruturante da vigilância integrada e para o enfrentamento da resistência ao antimicrobianos em âmbito nacional e internacional. Assim, o programa compõe atividade constante no Plano de Ação de Prevenção e Controle da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA). Deste modo, os repasses financeiros aos municípios, por meio do PV-Visa, visam financiar a execução do ciclo 2022/2023 do Programa Monitora Alimentos AMR, viabilizando a realização dos ensaios previstos para o monitoramento da resistência aos antimicrobianos nos alimentos.

Resultado: Avaliação do perfil de resistência aos antimicrobianos em alimentos comercializados no país, visando apoiar implementação da vigilância integrada da resistência aos antimicrobianos.

Indicador: Número análises efetuadas no âmbito do ciclo 2022/2023 do Programa Monitora Alimentos AMR.

Nota 1: O INCQS/Fiocruz e o IOC/Fiocruz não são elegíveis para repasse do PV-Visa.

Nota 2: Os estados e o Distrito Federal se comprometem a colaborar com os municípios e atender ao plano de coleta de amostras e aos objetivos do programa de monitoramento, acordados com área técnica da Anvisa.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.154, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teutônia

CNPJ: 94.705.381/0001-58

Município/UF: Teutônia/RS

Título do projeto: "Promovendo a qualidade de vida".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.169118/2019-09

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 355/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028072164)

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.155, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Luís Eduardo Magalhães

CNPJ: 05.898.222/0001-97

Município/UF: Luís Eduardo Magalhães/BA

Título do projeto: "ERDI: ESTIMULAR/REABILITAR/DESENVOLVER/INCLUIR - Ampliação e Melhoria dos Serviços de Saúde da APAE de Luís Eduardo Magalhães".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.178569/2019-29

Período analisado: Exercício 2021

Embasamento: Parecer de Mérito nº 364/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028103114)

Resultado: APROVADA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.156, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto

CNPJ: 60.255.791/0001-22

Município/UF: Ribeirão Preto/SP

Título do projeto: "Br T Platform - Uma plataforma brasileira para produzir células de defesa geneticamente modificadas para o tratamento do câncer e adequada para uso em países de baixa-média renda".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.021774/2019-13

Período analisado: Exercício 2021

Embasamento: Parecer Técnico nº 72/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028642183).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.157, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.032253/2021-14

Razão Social: Grupo de Educação e Estudos Oncológicos - GEEON

CNPJ: 00.188.507/0001-10

Município/UF: Fortaleza/CE

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: Prevalência de Câncer e associação com Síndromes de Pré-disposição hereditária relacionada ao efeito fundador (mutação fundadora) na população quilombola cearense.

Extrato do Projeto (Resumo): Gerar evidências epidemiológicas quanto aos tipos e frequência dos cânceres e sua associação com as síndromes de predisposição hereditárias ao câncer de mama e ovário na população residente ou descendente de quilombos.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor inicialmente aprovado: R$ 3.723.393,30 (três milhões, setecentos e vinte e três mil trezentos e noventa e três reais e trinta centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 3.861.733,67 (três milhões, oitocentos e sessenta e um mil setecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de execução solicitado: 36 (trinta e seis) meses

Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS.

DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: PARECER TÉCNICO Nº 53/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0027781234)

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR/PRAZO.

Prazo de execução aprovado da readequação: 36 (trinta e seis) meses

Valor aprovado na readequação: R$ 3.820.301,19 (três milhões, oitocentos e vinte mil trezentos e um reais e dezenove centavos).

Art. 2º Revogar o inciso I, do art. 3º da Portaria SE/MS nº 540, de 16 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 218, na data de 22 de novembro de 2021, Seção 1, página 209.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 578ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.296851/2005-56	UNIMED DE CAÇAPAVA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DiPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3767/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.020267/2021-42	ASSOCIAÇÃO UNISAÚDE MARAÚ	DIPRO	Pelo deferimento da revisão administrativa de ofício na forma do que foi indicado pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica s/nº.
33910.038281/2020-11	UNIMED DE LENÇOIS PAULISTA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3704/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.012261/2020-11	UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo deferimento da revisão administrativa de ofício na forma do que foi indicado pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 121/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES.
33910.010960/2021-15	UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2451/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.016007/2017-96	LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2317/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.014132/2017-61	UNIMED DIVINÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo deferimento da revisão administrativa de ofício na forma do que foi indicado pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4700/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.016172/2017-48	UNIMED AMPARO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2321/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.024705/2017-65	UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3346/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.441991/2014-86	PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4606/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.316764/2013-32	UNIMED DE VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4478/2018/GEIRS/DIDES/ANS
33910.009825/2019-02	UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 723/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.024434/2017-48	FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA E BENEFICENTE DE SAÚDE ARNALDO GAVAZZA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2361/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.010713/2021-19	PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2345/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.009763/2019-21	UNIMED NOROESTE FLUMINENSE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 714/2021/GEIRS/DIDES/ANS
33902.885159/2014-98	UNIMED SETE LAGOAS COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10398/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.021091/2019-21	FUNDAÇÃO LEONOR DE BARROS CAMARGO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 295/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.027397/2019-91	HAPVIDA ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4547/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.020528/2021-24	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PONTA GROSSA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1464/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.219257/2015-13	UNIMED DIVINÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11073/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.554964/2015-53	UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8822/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.038302/2020-07	UNIMED DE RIO CLARO SP COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3707/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.010844/2021-98	UNIMED BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5963/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.475154/2012-99	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRA MANSA	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4731/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.020605/2021-46	UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1566/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.020341/2021-21	COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3119/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.037955/2020-61	COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3706/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.147651/2013-81	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3047/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.037806/2020-00	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A	DIOPE	Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica 123/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES.
33902.816974/2011-64	SANTAMÁLIA SAÚDE S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1525/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.030863/2021-31	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A	DIPRO	Pelo deferimento da revisão administrativa de ofício na forma do que foi indicado pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, conforme a manifestação contida na Nota Técnica nº 121/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES.
33902.218161/2014-57	UNIMED DE DOURADOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4257/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.860963/2011-11	UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRAB. MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1532/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.147817/2013-69	UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2700/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.388751/2012-84	VIDA SAUDÁVEL S/C	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 575/2014/GEIRS/DIDES/ANS.

33902.147225/2013-47	ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4238/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.083343/2011-58	UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3423/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.860717/2011-60	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2843/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.027867/2006-00	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8082/2018/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.031179/2021-76	SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3709/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.038399/2020-40	UNIMED PONTE NOVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3703/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.038368/2020-99	UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3708/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.559213/2013-61	AUSTACLINICAS ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3101/2022/GEIRS/DIDES/ANS.
33910.027492/2019-95	POLIMÉDICA SAÚDE SOCIEDADE SIMPLES LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1858/2021/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.635586/2012-65	UNIHOSP SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4759/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.316053/2013-68	SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4383/2017/GEIRS/DIDES/ANS.
33902.710277/2013-62	ORALCLASS ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3092/2017/GEIRS/DIDES/ANS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
Diretor - Presidente

DECISÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 578ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 19 de setembro de 2022, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.019349/2019-20	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA S.A.	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.023975/2019-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.008005/2019-95	VISION MED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010547/2020-61	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.019790/2020-45	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.023735/2020-50	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010214/2020-32	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013701/2019-13	CIRCULO OPERARIO CAXIENSE	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.010929/2020-95	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.015270/2020-63	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.044486/2015-93	MASSA FALIDA DE CIME CIRURGIA E MEDICINA S/C LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33910.012335/2019-85	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.009267/2020-19	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.026447/2020-57	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
33910.015441/2020-54	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010460/2020-94	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016117/2020-53	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015552/2020-61	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015367/2020-76	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015944/2020-20	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013952/2020-31	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015366/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009995/2020-12	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010320/2020-16	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019005/2020-54	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020196/2019-63	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	DIPRO	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.021919/2020-85	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.025851/2019-70	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.010486/2020-32	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.026049/2019-05	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.014671/2020-04	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.023897/2020-98	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.030314/2019-41	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

33910.013625/2019-46	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.017963/2020-91	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.019492/2020-55	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.008172/2020-70	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
33910.013949/2020-18	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008920/2020-14	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011335/2020-00	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.021373/2020-62	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010790/2020-80	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010773/2020-42	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016257/2020-21	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015162/2020-91	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.019481/2020-75	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015960/2020-12	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.026897/2020-40	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIGES		Arquivamento
33910.027567/2020-71	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020357/2019-19	UNIMED DE SANTOS COOP DE TRAB MEDICO	DIGES	Art. 76-A da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.012580/2020-26	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008563/2020-94	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012798/2020-81	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012532/2020-38	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012558/2020-86	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017565/2020-74	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.033557/2020-75	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.030352/2020-38	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017373/2020-68	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.024036/2020-27	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 62 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.023731/2020-71	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015962/2020-10	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.021606/2020-27	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.012707/2020-15	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.015336/2020-15	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A.	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.004987/2020-80	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	DIGES	Art. 66 e 78 da RN 124/06	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
33910.008067/2020-31	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.014281/2020-26	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012994/2021-36	SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.	DIGES	Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.019490/2020-66	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017229/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.021619/2020-04	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022321/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.014628/2020-31	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.012958/2020-91	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.019290/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007407/2020-14	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.016659/2020-26	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.032211/2020-50	JARDIM AMÉRICA SAÚDE LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.021659/2019-12	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 76-A da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.009042/2020-54	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.033124/2020-10	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010089/2020-61	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012974/2020-84	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022101/2020-80	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019613/2020-69	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020276/2020-52	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010202/2019-74	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.017223/2020-54	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

33910.014538/2020-40	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.008104/2020-19	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007605/2020-70	AME PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.009850/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008326/2020-23	CENTRAL OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE NORTE-NORDESTE SOCIEDADE COOPERATIVA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.009669/2020-13	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.016177/2020-76	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	100.320,00 (cem mil e trezentos e vinte reais)
33910.013708/2020-79	FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO DO ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E RORAIMA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.004669/2020-19	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020309/2020-64	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019801/2020-97	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016464/2020-86	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.009658/2021-14	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Art. 71 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.017270/2021-89	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.005745/2021-94	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.017327/2021-40	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIGES	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.014472/2021-79	UNIMED JOÃO PESSOA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	140.800,00 (cento e quarenta mil e oitocentos reais)
33910.022635/2020-14	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.017860/2020-21	IBBCA 2008 GESTÃO EM SAÚDE LTDA	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	35.640,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais)
33910.010994/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.023900/2020-73	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022776/2020-29	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009302/2020-91	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 82-A da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.011660/2020-64	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016616/2020-41	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.016745/2020-39	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017437/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.014120/2020-32	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.015778/2020-61	NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.006063/2020-18	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	DIGES	Art. 79 da RN 124/06	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33910.016401/2020-20	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015345/2020-14	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.016781/2019-69	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIGES	Art. 88 da RN 124/06	928.168,41 (novecentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos)
33910.014054/2020-09	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.015802/2020-62	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
33910.019139/2019-31	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017454/2020-68	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25780.015902/2016-15	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010996/2020-18	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.023728/2020-58	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011391/2020-36	UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	DIDES		Arquivamento

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
Diretor - Presidente

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0434620/22-3

1.5537.0107.001-1 24 Meses

6,0 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 10 ML

1.5537.0107.002-1 24 Meses

6,0 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 10 ML

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.159, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
bussulfano 25351.057350/2022-11 09/2032

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.131, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 4.561, de 07 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 230, de 08 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 128, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: DMR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA. - CNPJ: 11.812.152/0001-05
Produto - (Lote): CHAVES PROTÉTICAS SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Componentes com base metálica Co-Cr (LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Componentes metálicos para fundição(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Componentes Protéticos em Titânio GMC(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Componentes Protéticos em Titânio SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);CONJUNTO PARA MUNHÃO UNIVERSAL(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Conjunto para Pilar Universal SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Dissectores SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);EXACT MAX SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);E.ZIR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Guia de corte e perfuração customizado SGL(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);HIBRIDUS(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Implantes SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);IMPLANTES SINGULAR HE 3.3(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Instrumentais Cirúrgicos em Titânio(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Instrumentais para Perfuração Cirúrgica Singular(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Lâminas Para Osteotomias (LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Parafuso de Procedimentos Protéticos Singular(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);PEEK SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);Provi-CAD(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);SAFEMASK(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);SGL GUIDE(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);STOP DRILL SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);TRANSFER DE MOLDAGEM(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);TRANSFER DIGITAL(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);TRANSFER DIGITAL SINGULAR(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);TRANSFERENTES DE MOLDAGEM(LOTES A PARTIR DE 19/10/2021);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4709913/22-5
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada no fabricante DMR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA. - CNPJ: 11.812.152/0001-05, pela Anvisa, ocorrida no período de 04/07/2022 a 08/07/2022 (0273226/22-3), com resultado do relatório de inspeção de 19/10/2022 "Em exigência" e o cumprimento de exigência 4636972/22-8 de 01/09/2022, por meio dos quais ficou comprovado que a empresa cumpre com as Boas Práticas de Fabricação, conforme os requisitos dispostos na Resolução RDC nº 665/2022. A revogação não suspende os efeitos da RESOLUÇÃO-RE Nº 4.561, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021, para os lotes fabricados entre 19/10/2021 e 01/09/2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.160, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): PALMITO DE PUPUNHA CONSERVA TOLETE DA MARCA ARGOLÃO (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4727954/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização do Palmito de Pupunha Conserva Tolete da marca ARGOLÃO, fabricado por empresa clandestina, pois, o rótulo do produto apresenta informações falsas sobre a identificação da origem: CNPJ 04.442.336/0001-65 (fabricante) e CNPJ 22.125.031/0001-01 (Distribuidor) não se localizam nos respectivos endereços de cadastro na Receita Federal do Brasil, infringindo: arts. 10, 21, 41, 45, 46 e 48, incisos II e III, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; arts 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 18, de 19 de Novembro de 1999; Art. 7 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 14 de abril de 2003; art. 6, incisos IX e X do art. 7 e art. 29 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1° de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Ministério do Trabalho e Previdência

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 955, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, relativa ao Exercício de 2021.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o inciso VII art. 6º da Lei 9.872, de 23 de novembro de 1999, e os itens 9.1 e 10 do Regulamento do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, anexo da Resolução nº 409, de 28 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, relativa ao Exercício de 2021, apresentada pelo Banco do Brasil S/A, na qualidade de Gestor do Fundo, nos termos propostos na Nota Técnica SEI nº 763/2022/MTP, de 17.08.2022, de que trata o Processo SEI nº 19980.102494/2022-11.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

CAIO MARIO ALVARES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 956, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a suspensão da Resolução CODEFAT n° 826, de 26 de março de 2019, e da Resolução CODEFAT n° 844, de 28 de novembro de 2019, que dispõem sobre as diretrizes para o compartilhamento do banco de dados do Sistema Nacional de Emprego - SINE com pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresariais (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19 da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e o disposto no § 1° do artigo 3° da Lei n° 13.667, de 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1° Suspender a Resolução CODEFAT n° 826, de 26 de março de 2019, e a Resolução CODEFAT n° 844, de 28 de novembro de 2019, que dispõem sobre as diretrizes para o compartilhamento do banco de dados do Sistema Nacional de Emprego - SINE com pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresariais (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra.

Art. 2° As habilitações ativas para compartilhamento de dados, aprovados sob a égide dessas Resoluções, deverão ser imediatamente suspensas, até a edição de nova Resolução que incorpore as disposições da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

CAIO MARIO ALVARES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 957, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos V, IX, X, XIV e XVII do art. 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, § 1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015, e considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DO PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO E MODALIDADES DE BENEFÍCIO

Art. 2º O Programa do Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, e ao pescador artesanal durante o período de defeso de atividade pesqueira para preservação da espécie; e

II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Art. 3º Cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.998, de 1990, no art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 2015, ou na Lei nº 10.779, de 2003, o benefício seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível assegurado aos trabalhadores nas seguintes modalidades:

I - seguro-desemprego do trabalhador formal;
II - seguro-desemprego do empregado doméstico;
III - seguro-desemprego do trabalhador resgatado;
IV - bolsa de qualificação profissional; e
V - seguro-desemprego do pescador artesanal.

§ 1º O seguro-desemprego do trabalhador formal é devido ao empregado de pessoa jurídica, ou de pessoa física equiparada à jurídica, dispensado sem justa causa ou de forma indireta.

§ 2º O seguro-desemprego do empregado doméstico é devido, nos termos da Lei Complementar nº 150, de 2015, ao empregado doméstico dispensado sem justa causa.

§ 3º O seguro-desemprego do trabalhador resgatado é devido ao empregado identificado e resgatado de situação de regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, por ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 4º A bolsa de qualificação profissional é devida ao empregado com suspensão de contrato de trabalho de pessoa jurídica, ou de pessoa física equiparada à jurídica, em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, segundo disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim.

§ 5º O seguro-desemprego do pescador artesanal é devido ao pescador artesanal durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie e será concedido nos termos da Lei nº 10.779, de 2003 e normativos editados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e pelo Ministério do Trabalho e Previdência, nos termos do Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015.

§ 6º A equiparação de pessoa física à pessoa jurídica obedecerá ao disposto no § 1º do art. 162 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS GERAIS DO SEGURO-DESEMPREGO

Art. 4º É assegurado ao trabalhador dispensado sem justa causa o direito de requerer o benefício seguro-desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 1990, e da Lei Complementar nº 150, de 2015.

§ 1º Os critérios exigidos para habilitação ao benefício de que trata o caput do artigo serão aferidos de forma automática pelo sistema seguro-desemprego ante as informações prestadas pelos empregadores, acessíveis nos seguintes meios e sistemas:

I - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;
II - Guia de Recolhimento do FGTS;
III - Guia de Informações à Previdência Social - GFIP;
IV - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial; ou
V - documento judicial que detalhe a data de admissão, demissão, remuneração, vínculo empregatício e ocupação exercida pelo empregado.

§ 2º Na ocorrência de inconsistência de dados que gere impedimento ou notificação no sistema seguro-desemprego e que não permita a habilitação automática ao benefício, fica assegurado ao trabalhador o direito de revisão mediante solicitação por meio de recurso para correção dos dados.

Art. 5º Para requerer o benefício seguro-desemprego, o trabalhador deverá se cadastrar no portal de serviços do governo federal, portal gov.br, acessível na internet ou no aplicativo Carteira de Trabalho Digital, para uso em dispositivos móveis.

§ 1º O trabalhador identificado no portal gov.br ou no aplicativo Carteira de Trabalho Digital deverá fazer uso do serviço digital denominado "solicitar o seguro-desemprego".

§ 2º Na impossibilidade de uso das plataformas digitais de que tratam o caput do artigo, o trabalhador poderá requerer o benefício seguro-desemprego presencialmente em uma das unidades das Superintendências Regionais do Trabalho ou das demais unidades que integram o Sistema Nacional de Emprego - SINE.

§ 3º Para solicitar o benefício seguro-desemprego presencialmente o trabalhador deverá apresentar documento de identificação civil com foto e informar o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF e o Número de Identificação Social - NIS.

Art. 6º No ato do requerimento das modalidades de seguro-desemprego de que tratam os incisos de I a IV do art. 3º desta resolução, o trabalhador deverá assinar termo declaratório, quando em atendimento presencial, ou confirmar termo de aceite, quando em solicitação digital, declarando:

I - não estar em gozo de benefício de prestação continuada da previdência social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e

II - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Art. 7º Os requisitos para habilitação ao seguro-desemprego também poderão ser comprovados presencialmente pela apresentação dos documentos de que trata o § 3º do art. 5º desta Resolução, além de sentença judicial, decisão liminar ou antecipatória de tutela ou outro documento judicial de igual valor, com força executória atestada pelo órgão jurídico competente da Advocacia-Geral da União - AGU.

Art. 8º As notificações referentes ao seguro-desemprego, quanto ao deferimento, indeferimento ou à necessidade de cumprimento de exigências poderão ser realizadas exclusivamente por meio digital, mediante anuência do segurado e cadastramento no portal gov.br ou no aplicativo Carteira de Trabalho digital.

CAPÍTULO III

DAS PARCELAS, QUANTIDADES E PRAZO PARA RECEBIMENTO

Art. 9º A quantidade de parcelas do benefício a que o trabalhador terá direito considerará o tempo de desemprego, contado da data da dispensa que deu origem ao seguro-desemprego do trabalhador formal, do empregado doméstico ou do trabalhador resgatado, ou da data de início da suspensão do contrato que deu origem à bolsa de qualificação profissional, nos termos a seguir:

I - uma parcela, se o período for de trinta até quarenta e quatro dias;

II - duas parcelas, se o período for entre quarenta e cinco a setenta e quatro dias;

III - três parcelas, se o período for entre setenta e cinco a cento e quatro dias;

IV - quatro parcelas, se o período for entre cento e cinco a cento e trinta e quatro dias; e

V - cinco parcelas, se o período for entre cento e trinta e cinco a cento e sessenta e quatro dias.

§ 1º Na hipótese de prolongamento excepcional do número de parcelas de seguro-desemprego por até dois meses, na forma do §5º do art. 4º da Lei 7.998 de 1990, a quantidade de parcelas do benefício observará o seguinte período contado da dispensa que deu origem ao seguro-desemprego:

I - seis parcelas, se o período for entre cento sessenta e cinco a cento e noventa e quatro dias; e

II - sete parcelas, se o período for igual ou superior a cento e noventa e cinco dias.

§ 2º A quantidade de parcelas a que o trabalhador terá direito respeitará o limite estabelecido para cada modalidade do benefício seguro-desemprego, nos termos do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, e art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 2015.

Art. 10. Nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, é vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados e que deram direito ao benefício seguro-desemprego em períodos aquisitivos anteriores, aplicando-se essa previsão, também, ao empregado doméstico.

Art. 11. Considera-se um mês de atividade, para efeito do § 1º do art. 36 e do art. 44, a fração igual ou superior a quinze dias, conforme previsão do § 3º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990.

Art. 12. A primeira parcela do seguro-desemprego das modalidades de que tratam os incisos I a V do art. 3º desta Resolução será disponibilizada ao trabalhador:

I - trinta dias contados da data do requerimento do seguro-desemprego do trabalhador formal;

II - trinta dias contados da data do requerimento do seguro-desemprego do empregado doméstico;

III - trinta dias contados da data de início da suspensão de contrato de trabalho registrada no requerimento da bolsa de qualificação profissional; e

IV - sete dias contados da data do requerimento de solicitação de seguro-desemprego do trabalhador resgatado ou no primeiro dia do lote de pagamento imediatamente posterior ao seu processamento; e

V - trinta dias contados da data do início do período de defeso do seguro-desemprego do pescador artesanal.

Parágrafo único. A disponibilização do valor das parcelas subsequentes ocorrerá a cada intervalo de trinta dias, contados da emissão da parcela anterior.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA O PAGAMENTO DE PARCELAS ADICIONAIS DO SEGURO-DESEMPREGO

Art. 13. Nas solicitações de prolongamento por até mais dois meses da concessão do seguro-desemprego a trabalhadores de setores específicos, nos termos do §5º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, serão utilizados os critérios a seguir elencados para identificação dos beneficiários do seguro-desemprego, tendo por referência as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 dispostas no § 3º deste artigo.

§ 1º Serão realizadas comparações de comportamentos da evolução do emprego formal celetista de cada Unidade da Federação nas diversas divisões, no horizonte de janeiro dos dez anos anteriores à data de solicitação no mês de análise (t_a), a saber:

I - saldo de geração de emprego do mês de análise em cada ano, dos dez anos anteriores à solicitação, para verificar se o saldo de t_a é o menor entre os saldos do mesmo mês em todos os anos do referido período;

II - a mesma comparação de que trata o inciso I será feita com os saldos do acumulado do ano de referência até o mês t_a, para os dez anos anteriores ao período de solicitação;

III - comportamento similar será feito mediante comparação dos saldos dos últimos doze meses para todos os dez anos anteriores ao período da solicitação;

IV - comparação das somas dos saldos de t_a e t_{a-1}, também em todos os anos, para verificar se a soma dos dois meses mais recentes é menor do que a soma dos meses correspondentes em cada um dos dez anos anteriores; e

V - a mesma comparação utilizada no inciso IV, considerando a soma dos saldos dos últimos três meses (t_a , t_{a-1} e t_{a-2}).

§ 2º Com base nas comparações do § 1º, será emitido um relatório, para cada Unidade da Federação para as quais houver solicitação apresentada, com as divisões CNAE que apresentarem as piores performances, considerando os critérios elencados no § 1º.

§ 3º As solicitações apresentadas deverão obedecer às divisões da CNAE, conforme definido pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, observando-se critério de representatividade da divisão nas estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Art. 14. O prolongamento de que trata o §5º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, poderá ser concedido, independentemente dos critérios técnicos estabelecidos no art. 13 desta Resolução, aos trabalhadores demitidos por empregadores com domicílio em municípios que se encontrem em comprovada situação de emergência e calamidade pública.

Parágrafo único. A prorrogação excepcional, por até dois meses, do pagamento do seguro-desemprego do pescador artesanal exigirá a extensão do período de defeso declarado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 15. Identificada a existência de prerrogativas para o prolongamento do prazo de concessão de que tratam os artigos 13 e 14 desta Resolução, o Ministério do Trabalho e Previdência submeterá as propostas específicas para exame e deliberação do CODEFAT.

§ 1º As propostas de que tratam o caput do artigo poderão conter eventuais ajustes nos critérios desta Resolução, para atender necessidades de adequações e aprimoramentos, decorrentes da evolução conjuntural do mercado de trabalho e da disponibilidade orçamentária.

§ 2º O gasto adicional relativo ao pagamento de parcelas adicionais do seguro-desemprego não ultrapassará, em cada semestre, dez por cento do montante da reserva mínima de liquidez de que trata o § 2º do art. 9º da Lei no 8.019, de 1990.

Art. 16. Fica a Secretaria Executiva do CODEFAT incumbida de, imediatamente após a aprovação do Conselho, dar conhecimento às centrais sindicais e às entidades patronais sobre as concessões a serem concretizadas na forma estabelecida no artigo 13 desta Resolução.

CAPÍTULO V

DOS VALORES E REAJUSTES DO BENEFÍCIO SEGURO-DESEMPREGO

Art. 17. O valor do benefício seguro-desemprego nas modalidades trabalhador formal e bolsa de qualificação profissional será calculado segundo três faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I - até R$ 1.858,17, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos três meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II - de R$ 1.858,18 a R$ 3.097,26 aplicar-se-á, até o limite do inciso I, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos); e

III - acima de R$ 3.097,26, o valor do benefício será igual a R$ 2.106,08.

§ 1º Para fins de apuração do benefício de que trata o caput do artigo, será considerada a média dos salários dos últimos três meses anteriores à data da dispensa.

§ 2º O valor do benefício será fixado em moeda corrente na data de sua concessão e não poderá ser inferior ao valor do salário-mínimo.

§ 3º O valor do benefício seguro-desemprego nas modalidades empregado doméstico, trabalhador resgatado e pescador artesanal corresponde ao valor de um salário-mínimo vigente à época do pagamento.

Art. 18. No pagamento dos benefícios de que trata o caput do art. 17 desta Resolução, será considerado:

I - o valor do salário-mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês; e

II - o valor do salário-mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 19. O reajuste das três faixas salariais necessárias ao cálculo do valor do benefício seguro-desemprego, de que tratam os incisos I, II e III do art. 17 desta Resolução, para os anos subsequentes à publicação desta Resolução, observará a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês de reajuste.

§ 1º A divulgação dos valores das três faixas salariais reajustadas na forma do caput do artigo, para fins do seguro-desemprego, caberá à Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, será utilizado o índice estimado pelo Poder Executivo dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o § 2º, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Resolução, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

CAPÍTULO VI

DA FORMA DE PAGAMENTO E REEMISSÃO DE PARCELAS NÃO SACADAS

Art. 20. O pagamento do seguro-desemprego será efetuado mediante crédito em conta de titularidade do beneficiário, sem ônus para o trabalhador, devendo ser informado no requerimento, o número e nome do banco, número da agência e número da conta.

§ 1º Os dados necessários ao pagamento do benefício por meio de crédito em conta do trabalhador serão por ele informados e não acarretarão responsabilidade à União.

§ 2º O benefício será disponibilizado em conta digital ou outra conta de sua titularidade, localizada pelo agente pagador, sempre que o trabalhador não informar ou informar incorretamente os dados da conta ou houver impossibilidade de depósito na conta informada.

§ 3º Na impossibilidade de crédito em conta ou conta digital, o benefício será disponibilizado por outras formas disponíveis pelo agente pagador.

§ 4º Os pagamentos terão sua comprovação por meio de autenticação em documento próprio ou registro eletrônico, arquivado no agente pagador, que deverá ficar à disposição durante o prazo de cinco anos.

§ 5º Quando o trabalhador não confirmar o recebimento de parcelas do benefício seguro-desemprego poderá contestar o recebimento por meio de procedimento administrativo, conforme previsão em portaria a ser expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Art. 21. A parcela ficará disponível ao trabalhador pelo período de sessenta e sete dias a contar de sua disponibilização para saque, após o qual deverá ser devolvida pelo agente pagador ao FAT.

§ 1º Em situação de processamento excepcional poderá haver retenção dos valores financeiros correspondentes, desde que devidamente justificado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 2º A parcela devolvida nos termos do caput do artigo e do §1º poderá ser reemitida a partir de solicitação do beneficiário, ou por meio de decisão proferida pelo Poder Judiciário, no prazo de até dois anos contados da data da emissão de cada parcela.

CAPÍTULO VII

DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 22. A habilitação do trabalhador ao Programa do Seguro-Desemprego será suspensa nas seguintes situações:

I - admissão em novo emprego;

II - início de percepção de benefício de prestação continuada da previdência social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e

III - recusa injustificada por parte do trabalhador desempregado em participar de ações de recolocação de emprego, conforme regulamentação do CODEFAT.

§ 1º Quando identificada a admissão em novo emprego, a quantidade de parcelas de que trata o art. 9º será obtida a partir do cálculo realizado entre a data da demissão ou da suspensão do contrato de trabalho até a data de admissão do novo reemprego.

§ 2º Quando identificada a ocorrência de percepção de benefício previdenciário, a quantidade de parcelas de que trata o art. 9º será obtida a partir do cálculo realizado entre a data da demissão ou da suspensão do contrato de trabalho até a data de início do benefício previdenciário.

§ 3º No caso de reemprego ou recebimento de benefício previdenciário, nos primeiros trinta dias contados da data da dispensa que deu origem ao direito do benefício seguro-desemprego, o trabalhador deverá restituir os valores recebidos e as demais parcelas serão suspensas.

Art. 23. A habilitação do trabalhador ao Programa do Seguro-Desemprego será cancelada nas seguintes situações:

I - pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego;

IV - por morte do segurado; e

V - fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho, nos casos previstos no art. 8-A da Lei nº 7.998, de 1990.

§ 1º O ato de cancelamento consiste no impedimento de recebimento pelo trabalhador das parcelas do benefício seguro-desemprego.

§ 2º Para efeitos do inciso I do caput do artigo, será considerado emprego condizente com a vaga ofertada aquele que, no ato do cadastramento, apresente perfil profissional semelhante ao perfil declarado ou comprovado pelo trabalhador e cuja remuneração seja igual ou superior àquela que deu origem à solicitação do seguro-desemprego.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos I a III do caput do artigo, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego será suspenso por um período de dois anos, dobrando-se este período em caso de reincidência.

§ 4º Em caso de suspeita de falsidade na prestação das informações ou fraude visando à percepção indevida do benefício, mediante ato motivado, poderão ser adotadas providências acauteladoras visando o cancelamento do benefício, sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 24. Na hipótese do § 4º do art. 23 desta Resolução, o segurado será notificado para apresentar defesa no prazo de trinta dias, na forma e pelos meios utilizados para o recurso administrativo de que tratam os art. 27 a 31 desta Resolução.

Parágrafo único. Indeferida a defesa, caberá recurso na forma dos art. 27 a 31 desta Resolução.

CAPÍTULO VIII

DA RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDOS

Art. 25. Os valores de seguro-desemprego recebidos irregularmente, em quaisquer das modalidades de que tratam o art. 3º, serão restituídos integralmente ao FAT mediante depósito por Guia de Recolhimento da União - GRU ou compensados automaticamente, conforme previsão do art. 25-A da Lei nº 7.998, de 1990.

§ 1º Constatado o recebimento de valor indevido e a obrigação de restituição pelo trabalhador por ocasião de nova habilitação ao seguro-desemprego, será realizada a compensação dos valores a serem restituídos com o saldo de valores do novo benefício, nas datas de liberação de cada parcela.

§ 2º A Guia de Recolhimento da União para restituição de valores será emitida pelo sistema operacional do seguro-desemprego e disponibilizado ao trabalhador para pagamento em qualquer banco.

§ 3º O valor da parcela a ser restituída será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir da data do recebimento indevido até a data da restituição.

§ 4º O prazo para o segurado solicitar o reembolso de parcelas restituídas indevidamente será de cinco anos, contados a partir da data da efetiva restituição.

Art. 26. O direito da administração de exigir a restituição dos valores recebidos indevidamente pelo segurado extingue-se no prazo de cinco anos, contados da data do recebimento indevido.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 27. Caberá recurso administrativo nas seguintes decisões:

I - indeferimento do seguro-desemprego;

II - deferimento do seguro-desemprego quanto ao seu montante; e

III - suspensão ou cancelamento do seguro-desemprego.

§1º O recurso administrativo de que trata o caput do artigo poderá ser interposto pelo trabalhador no portal gov.br, no aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou, presencialmente, nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho e nas demais unidades que integram o Sistema Nacional de Emprego.

§ 2º Os recursos administrativos descritos no caput do artigo poderão ser interpostos no prazo de cento e vinte dias contados da notificação.

§ 3º Ao registrar o recurso, o trabalhador fica cientificado de que as notificações sobre o seguro-desemprego poderão ocorrer de modo exclusivamente digital, na forma do art. 8º desta Resolução.

§ 4º Transcorrido o prazo de cinco dias da data da disponibilização da notificação ou intimação no ambiente de acesso destinado aos usuários do sistema, presume-se válida a notificação.

§ 5º As razões do recurso ficarão restritas aos requisitos analisados para o deferimento do seguro-desemprego, limitadas à impugnação necessária à superação dos óbices indicados na decisão.

§ 6º Não será analisado o mérito dos recursos que demandem para o seu provimento a análise das cláusulas do contrato de trabalho ou o reconhecimento de situações de fato não registradas nas bases de dados consultadas para a concessão do benefício.

§ 7º As alterações nas bases de dados necessárias para o reconhecimento das situações mencionadas no §6º deverão ser providenciadas diretamente pelos interessados e observarão os procedimentos vigentes.

Art. 28. Os recursos interpostos nas hipóteses dos incisos I a III do caput do art. 27 desta Resolução serão julgados em única instância pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 1º Constatada a ausência de elemento necessário ao reconhecimento do direito ao seguro-desemprego, a decisão de indeferimento elencará as providências e documentos necessários a serem providenciados pelo interessado.

§ 2º Na hipótese do §1º o interessado poderá interpor novo recurso no prazo de trinta dias contados da notificação, caso ultrapassado o prazo previsto no §2º do art. 27 desta Resolução.

Art. 29. Julgado procedente o recurso administrativo e respeitado o prazo de trinta dias da data do requerimento para direito à primeira parcela, o benefício será disponibilizado a cada trinta dias a contar do lote subsequente de pagamento posterior à decisão.

Art. 30. Os prazos para cumprimento de exigências, para apresentação de defesa e para interposição de recurso contra decisões relativas ao seguro-desemprego serão contados em dias corridos, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em finais de semana ou em dias de feriados nacionais.

Art. 31. O resultado do recurso administrativo ficará disponível ao trabalhador no portal gov.br e no aplicativo Carteira de Trabalho Digital.

CAPÍTULO X

DO MANDATÁRIO LEGALMENTE CONSTITUÍDO

Art. 32. O direito de requerer ou receber o benefício seguro-desemprego tem caráter pessoal e intransferível e poderá ser exercido mediante instrumento de procuração com poderes específicos para o ato.

§ 1º O mandatário deverá instruir o requerimento de habilitação ao benefício seguro-desemprego nos termos desta Resolução.

§ 2º O mandato deverá ser outorgado por instrumento público ou particular, em caráter individual, com referência à dispensa que deu causa.

Art. 33. Na hipótese de beneficiário preso, será permitida a solicitação e saque do benefício do seguro-desemprego mediante representação de mandatário a quem tenha o preso outorgado procuração por instrumento particular e desde que o documento esteja visado por diretor de presídio no qual se ateste sua veracidade e impossibilidade de deslocamento do preso até o Registro Civil.

§ 1º Na procuração deverá constar o nome completo, número de matrícula funcional, identificação da unidade prisional na qual se encontra o preso, bem como a assinatura do diretor do estabelecimento prisional.

§ 2º A procuração visada por diretor substituto deverá ser acompanhada da portaria de designação que comprove a legitimidade da autoridade carcerária para atuar em substituição.

Art. 34. Os valores do seguro-desemprego não recebidos em vida pelos respectivos titulares ficam assegurados aos dependentes ou sucessores, mediante a apresentação de alvará judicial.

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS ESPECÍFICAS DO SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR FORMAL

Art. 35. Terá direito a receber o seguro-desemprego o trabalhador formal dispensado sem justa causa, inclusive a indireta, que comprove ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a:

I - pelo menos doze meses nos últimos dezoito meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da primeira solicitação;

II - pelo menos nove meses nos últimos doze meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da segunda solicitação; e

III - cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando das demais solicitações.

Seção I

Do Período Aquisitivo e Quantidade de parcelas segundo os Meses Trabalhados

Art. 36. O benefício seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de dezesseis meses, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação.

§ 1º A determinação do período máximo mencionado no caput do artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederem a data de dispensa que originou o requerimento do seguro-desemprego, vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores:

I - para a primeira solicitação:

a) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, doze meses e, no máximo, vinte e três meses, no período de referência; ou

b) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, vinte e quatro meses, no período de referência;

II - para a segunda solicitação:

a) três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, nove meses e, no máximo, onze meses, no período de referência;

b) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, doze meses e, no máximo, vinte e três meses, no período de referência; ou

c) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, vinte e quatro meses, no período de referência;

III - a partir da terceira solicitação:

a) três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, seis meses e, no máximo, onze meses, no período de referência;

b) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, doze meses e, no máximo, vinte e três meses, no período de referência; ou

c) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica de, no mínimo, vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 2º O período aquisitivo de que trata o caput do artigo será contado da data da dispensa que deu origem à habilitação e não será interrompido quando a concessão do benefício estiver em curso.

Art. 37. Será assegurado o direito ao recebimento do benefício ou a retomada do saldo de parcelas quando ocorrer a suspensão motivada por reemprego, desde que o motivo da dispensa não seja a pedido ou por justa causa, dentro do mesmo período aquisitivo.

Art. 38. A adesão a planos de demissão voluntária ou similares não dará direito ao benefício, por não caracterizar demissão involuntária.

Art. 39. Para fins de apuração do benefício, será considerada a média aritmética dos salários dos últimos três meses anteriores à data da dispensa.

§ 1º Os salários dos três últimos meses utilizados para cálculo da média aritmética de que trata o caput do artigo referem-se aos salários de contribuição estabelecido no inciso I do art. 28 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, informados pelos empregadores e acessíveis no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, provenientes da Guia de Informações à Previdência Social - GFIP e do eSocial ou nos documentos decorrentes de determinação judicial.

§ 2º Se, excepcionalmente, o salário de contribuição de que trata o § 1º não constar na base CNIS, após o prazo previsto para o empregador prestar a informação, o mês sem informação será desconsiderado.

§ 3º Na hipótese de ausência de informação sobre os três últimos salários anteriores à data da dispensa, o valor do benefício basear-se-á, quando houver, na média dos dois últimos ou na ausência de informação sobre estes, no valor do último salário.

§ 4º Quando não houver informação no CNIS sobre nenhum dos três últimos salários, o valor considerado será o do salário-mínimo nacional.

Seção II

Das Obrigações do Empregador

Art. 40. Na ocorrência da dispensa sem justa causa, o empregador comunicará ao Ministério do Trabalho e Previdência os dados necessários ao requerimento de seguro-desemprego.

§ 1º Para a habilitação do trabalhador ao recebimento do seguro-desemprego, o empregador transmitirá os dados necessários ao requerimento do seguro-desemprego exclusivamente por meio eletrônico no portal "empregador web", sendo obrigatório o uso de certificado digital - padrão ICP-Brasil.

§ 2º A transmissão de que trata o §1º deverá conter os seguintes dados:

I - nome do trabalhador;

II - nome da mãe do trabalhador;

III - número do PIS;

IV - número do CPF;

V - data de nascimento;

VI - sexo;

VII - grau de instrução;

VIII - logradouro;

IX - complemento do logradouro;

X - UF;

XI - CEP;

XII - DDD telefone;

XIII - número de telefone;

XIV - tipo de inscrição do empregador;

XV - número da CTPS;

XVI - série da CTPS;

XVII - UF da CTPS;

XVIII - data de admissão;

XIX - data de demissão;

XX - horas trabalhadas por semana;

XXI - valor do último salário;

XXII - valor do penúltimo salário;

XXIII - valor do antepenúltimo salário;

XXIV - número da CBO;

XXV - número de meses trabalhados;

XXVI - recebeu seis últimos salários;

XXVII - aviso prévio indenizado;

XXVIII - nacionalidade; e

XXIX - país de origem.

§ 3º Após a transmissão dos dados de que trata o caput do artigo, o empregador deverá disponibilizar ao trabalhador formulário para o requerimento de seguro-desemprego.

Seção III

Do Requerimento do Trabalhador

Art. 41. O seguro-desemprego poderá ser requerido a partir do sétimo até o centésimo vigésimo dia contados da data subsequente à dispensa do contrato de trabalho.

Art. 42. Para requerer o benefício, o trabalhador deverá observar o disposto no art. 5º desta Resolução.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de uso dos meios digitais, o requerimento do seguro-desemprego transmitido pelo empregador poderá ser ativado por meio de atendimento presencial em uma das unidades das Superintendências Regionais do Trabalho ou das demais unidades que integram o Sistema Nacional de Emprego.

Art. 43. O encaminhamento do trabalhador ao mercado de trabalho no ato do requerimento não representará impedimento à concessão do benefício, nem afetará a sua tramitação, salvo por comprovação de reemprego nos termos do inciso I do art. 22.

Parágrafo único. Caso o trabalhador seja convocado para novo posto de trabalho e não atender à convocação por três vezes consecutivas, o benefício será suspenso, ficando assegurado o direito de recorrer por meio de recurso administrativo na forma dos art. 27 a 31 desta Resolução.

CAPÍTULO XII

DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA O SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR DOMÉSTICO

Art. 44. Terá direito a receber o seguro-desemprego o empregado doméstico dispensado sem justa causa, que comprove ter sido empregado doméstico por pelo menos quinze meses nos últimos vinte e quatro meses que antecederam a data da dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego.

Parágrafo único. Os requisitos de que trata o caput do artigo serão validados com as informações registradas no CNIS e informadas pelo empregador no eSocial.

Art. 45. Havendo insuficiência de informações para comprovar as exigências de que tratam o art. 44, o trabalhador poderá apresentar em uma das unidades das Superintendências Regionais do Trabalho ou das demais unidades que integram o Sistema Nacional de Emprego:

I - Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT; ou

II - decisão judicial, com força executória, que detalhe a data de admissão, demissão, remuneração, empregador e função exercida pelo empregado.

Art. 46. A solicitação do benefício seguro-desemprego do empregado doméstico deverá ser feita no prazo de sete a noventa dias contados da data da dispensa sem justa causa.

Art. 47. O valor do benefício do seguro-desemprego do empregado doméstico corresponderá a um salário-mínimo e será concedido por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada a cada período aquisitivo de dezesseis meses, contados da data da dispensa que originou a habilitação.

Art. 48. Será assegurado o direito ao recebimento do benefício ou retomada do saldo de parcelas quando ocorrer a suspensão motivada por reemprego em outro vínculo de trabalho doméstico desde que a nova dispensa sem justa causa seja dentro do mesmo período aquisitivo.

CAPÍTULO XIII

DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA O SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO

Art. 49. Terá direito ao benefício seguro-desemprego, na modalidade trabalhador resgatado, o trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização nos termos do art. 2º-C da Lei nº 7.998, de 1990.

§ 1º Para iniciar o processo de habilitação do trabalhador resgatado será necessário o preenchimento de requerimento numerado contendo os seguintes dados:

I - nome do trabalhador;
II - nome da mãe do trabalhador;
III - data de nascimento;
IV - logradouro;
V - número do logradouro;
VI - bairro;
VII- CEP;
VIII - UF;
IX - código do município segundo o IBGE;
X - número da CTPS;
XI - série CTPS;
XII - UF CTPS;
XIII - estado civil;
XIV - raça;
XV - sexo;
XVI - grau de instrução;
XVII - tipo de inscrição do empregador;
XVIII - número da CBO;
XIX - data de admissão;
XX - data de demissão;
XXI - mês do último salário;
XXII - valor do último salário;
XXIII - data do requerimento;
XXIV - inscrição autorizada;
XXV - número da ação fiscal, quando houver;
XXVI - nacionalidade; e
XXVII - país de origem.

§ 2º Na ocasião do resgate, o Auditor-Fiscal do Trabalho conferirá os critérios de habilitação do trabalhador ao benefício e lançará o requerimento no sistema operacional do seguro-desemprego.

§ 3º O prazo para inclusão dos dados para solicitação do benefício do trabalhador resgatado no sistema operacional do seguro-desemprego será contado da data do resgate até o nonagésimo dia subsequente.

§ 4º Inconsistências de dados que impeçam a concessão do benefício serão solucionadas pelo Auditor-Fiscal do Trabalho no sistema operacional do seguro-desemprego ou, na sua impossibilidade, encaminhadas para tratamento da Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho da Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

Art. 50. O valor do benefício do seguro-desemprego do trabalhador resgatado corresponderá a um salário-mínimo e será concedido por um período máximo de três meses, a cada período aquisitivo de doze meses a contar da última parcela recebida.

§ 1º O período aquisitivo de que trata este artigo não é aplicável às demais modalidades de seguro-desemprego.

§ 2º Dentro de um mesmo período aquisitivo fica assegurada a retomada do saldo de parcelas a que teria direito, nas situações em que trabalhador vier a ser novamente resgatado da condição de trabalho forçado ou análoga à escravidão.

Art. 51. O vínculo de emprego encerrado por ação de fiscalização da inspeção do trabalho somente poderá ser utilizado para habilitação ao seguro-desemprego do trabalhador resgatado.

Parágrafo único. O vínculo de emprego que deu origem ao seguro-desemprego do trabalhador resgatado será reconhecido como reemprego para fins de cancelamento do benefício nas demais modalidades, oportunidade em que as parcelas recebidas indevidamente serão objeto de restituição nos termos do art. 25-A, da Lei nº 7.998, de 1990.

Art. 52. Os dados do trabalhador resgatado inseridos no sistema operacional do seguro-desemprego estarão acessíveis para ações de qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho executadas pelas unidades que integram o Sistema Nacional de Emprego.

CAPÍTULO XIV

DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA A BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 53. Fará jus ao benefício bolsa de qualificação profissional o trabalhador com contrato de trabalho suspenso na forma prevista no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

Parágrafo único. A concessão do benefício de que trata o caput do artigo observará os termos do art. 3º-A da Lei nº 7.998, de 1990, e os termos desta Resolução quanto à periodicidade, valores, cálculo do número de parcelas, procedimentos operacionais e pré-requisitos para habilitação adotados para a obtenção do benefício do seguro-desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa.

Art. 54. Para concessão da bolsa de qualificação profissional o empregador deverá registrar na Superintendência Regional do Trabalho a suspensão do contrato de trabalho acompanhada dos seguintes documentos:

I - cópia da convenção ou do acordo coletivo celebrado para este fim;
II - relação nominal dos trabalhadores a serem beneficiados pela medida; e
III - carga horária e porcentagem distribuída no plano pedagógico.

Parágrafo único. Caberá às Superintendências Regionais do Trabalho homologar a convenção ou o acordo coletivo, acompanhar a execução dos cursos e a concessão do benefício da bolsa de qualificação profissional.

Art. 55. Realizado o registro de que trata o art. 54 desta Resolução, o empregador comunicará ao Ministério do Trabalho e Previdência, exclusivamente por meio eletrônico, no portal gov.br, os seguintes dados necessários ao requerimento da bolsa de qualificação profissional:

I - nome do trabalhador;
II - nome da mãe do trabalhador;
III - logradouro;
IV - Número do logradouro;
V - bairro;
VI - complemento do logradouro;
VII - DDD;
VIII - número telefone;
IX - CEP;
X - número do PIS;
XI - número da CTPS;
XII - série CTPS;
XIII - UF CTPS;
XIV - número do CPF;
XV - data de nascimento;
XVI - sexo;
XVII - grau de instrução;
XVIII - data de admissão;
XIX - data de início da suspensão;
XX - data de fim da suspensão;
XXI - mês do último salário;
XXII - valor do último salário;
XXIII - mês do penúltimo salário;
XXIV - valor do penúltimo salário;
XXV - mês do antepenúltimo salário;
XXVI - valor do antepenúltimo salário;
XXVII - número da CBO;
XXVIII - número do processo;
XXIX - carga horária do curso;
XXX - percentual de aulas em ações formativas;
XXXI - código do banco;
XXXII - tipo conta;
XXXIII - agência bancária;
XXXIV - DV agência;
XXXV - conta bancária;
XXXVI - nacionalidade; e
XXXVII - país de origem.

Parágrafo único. Após a transmissão dos dados de que trata o caput do artigo, o empregador deverá disponibilizar ao trabalhador o formulário de requerimento de bolsa de qualificação profissional.

Art. 56. O prazo para o empregador transmitir os dados do requerimento de que trata o art. 55 desta Resolução será compreendido entre o início e fim da suspensão do contrato.

Art. 57. Caso ocorra demissão após o período de suspensão do contrato de trabalho, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do seguro-desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do benefício seguro-desemprego, nos termos do art. 8º-B da Lei n.º 7.998, de 1990.

Art. 58. Para efeito de habilitação ao seguro-desemprego, não será considerado o período de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT para o cálculo dos períodos de que tratam os incisos I do art. 3º da Lei nº 7.998, de 1990.

Art. 59. Os cursos de qualificação profissional deverão observar a carga horária mínima de:

I - cento e vinte horas para contratos suspensos pelo período de dois meses;

II - cento e oitenta horas para contratos suspensos pelo período de três meses;

III - duzentas e quarenta horas para contratos suspensos pelo período de quatro meses; e

IV - trezentas horas para contratos suspensos pelo período de cinco meses.

Art. 60. Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 476-A da CLT, o contrato de trabalho não poderá ser suspenso mais de uma vez no período de dezesseis meses.

Art. 61. É permitida a prorrogação da bolsa de qualificação profissional quando observados os seguintes requisitos:

I - a prorrogação da suspensão contratual deverá estar prevista em acordo ou convenção coletiva;

II - o empregador deverá comunicar a prorrogação à Superintendência Regional do Trabalho no processo que deu origem ao pedido da bolsa de qualificação profissional, devendo fazer constar nova relação nominal dos trabalhadores que serão abrangidos pela prorrogação da bolsa de qualificação profissional; e

III - a alteração da data fim da suspensão do contrato de trabalho deverá ocorrer antes do término da data de suspensão do contrato informada anteriormente no requerimento da bolsa qualificação profissional.

Parágrafo único. Recebida a informação dos empregadores de que trata o inciso II do artigo, os agentes credenciados vinculados à Superintendência Regional do Trabalho providenciarão a análise e os registros necessários no sistema do seguro-desemprego.

Art. 62. Independentemente da quantidade de meses de suspensão do contrato de trabalho, o benefício da bolsa de qualificação profissional estará limitado à quantidade máxima de parcelas previstas no art. 36.

Art. 63. O período aquisitivo de que trata o art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, para recebimento de novo benefício, será contado a partir da data de início da suspensão do contrato de trabalho.

CAPÍTULO XV

DOS REPASSES E RESTITUIÇÕES DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Art. 64. Os recursos necessários ao pagamento do seguro-desemprego serão transferidos pelo FAT ao agente pagador e creditados em contas gráficas específicas de saques de pagamentos dos benefícios, conforme normativo editado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 1º A Caixa Econômica Federal é o agente pagador das modalidades de benefício do programa do seguro-desemprego.

§ 2º Os saldos diários da conta-suprimento do seguro-desemprego serão remunerados pelo agente pagador dos benefícios, com base na Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou por outra taxa que legalmente venha a substitui-la, constituindo-se receita do FAT.

§ 3º As remunerações de que trata o § 2º serão apuradas mensalmente e recolhidas ao FAT até o último dia do decêndio subsequente ao mês da apuração.

§ 4º O agente pagador dos benefícios encaminhará mensalmente ao Ministério do Trabalho e Previdência, até o último dia do primeiro decêndio, os extratos das contas suprimento do seguro-desemprego.

Art. 65. Os documentos relativos ao direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, denominado Documento de Seguro-Desemprego - DSD, serão processados e emitidos em lotes semanais pelo Ministério do Trabalho e Previdência e entregues ao agente pagador dos benefícios.

§ 1º O fechamento de cada lote emitido ocorrerá no prazo máximo de sessenta e sete dias após a data de sua disponibilização para saque, apurando-se o total de documentos de Seguro-Desemprego pagos e não pagos.

§ 2º Os Documentos de Seguro-Desemprego pagos devem ser restituídos ao Ministério do Trabalho e Previdência imediatamente após o seu pagamento e baixa no banco de dados.

§ 3º O saldo de cada lote relativos aos Documentos de Seguro-Desemprego não pagos serão restituídos ao FAT até o último dia do primeiro decêndio do mês subsequente ao mês do vencimento.

§ 4º Os Documentos de Seguro-Desemprego pagos e não pagos serão informados pelo agente pagador do seguro-desemprego diretamente ao sistema informatizado para que o Ministério do Trabalho e Previdência gerencie a execução dos lotes e o ateste dos serviços.

Art. 66. Os serviços bancários realizados para pagamento dos benefícios de que trata esta Resolução serão pagos em conformidade com o contrato firmado com o Ministério do Trabalho e Previdência.

Parágrafo único. O valor relativo à tarifa será apurado pelo agente pagador do seguro-desemprego, conforme movimento do mês, auferido pela quantidade de Documentos de Seguro-Desemprego pagos no mês, independentemente dos lotes.

Art. 67. O agente pagador encaminhará ao Ministério do Trabalho e Previdência, no prazo máximo de noventa dias após o encerramento do exercício, o Relatório Final de Execução, contendo a consolidação dos relatórios gerenciais estabelecidos em Resolução deste Conselho.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. Ficam revogadas as seguintes resoluções:

I - Resolução nº 10, de 31 de dezembro de 1990;
II - Resolução nº 17, de 3 de julho de 1991;
III - Resolução nº 18, de 3 de julho de 1991;
IV - Resolução nº 19, de 3 de julho de 1991
V - Resolução nº 26, de 11 de março de 1992;
VI - Resolução nº 30, de 4 de agosto de 1992;
VII - Resolução nº 31, de 4 de agosto de 1992;
VIII - Resolução nº 35, de 26 de agosto de 1992;
IX - Resolução nº 36, de 22 de setembro de 1992;
X - Resolução nº 41, de 12 de maio de 1993;
XI - Resolução nº 75, de 16 de dezembro de 1994;
XII - Resolução nº 79, de 19 de abril de 1995;
XIII - Resolução nº 91, de 14 de setembro de 1995;
XIV - Resolução nº 98, de 7 de fevereiro de 1996;
XV - Resolução nº 107, de 10 de maio de 1996;
XVI - Resolução nº 120, de 21 de agosto de 1996;
XVII - Resolução nº 139, de 30 de abril de 1997;
XVIII - Resolução nº 148, de 23 de setembro de 1997;
XIX - Resolução nº 155, de 22 de dezembro de 1997;
XX - Resolução nº 161, de 10 de março de 1998;
XXI - Resolução nº 165, de 7 de maio de 1998;
XXII - Resolução nº 168, de 13 de maio de 1998;
XXIII - Resolução nº 172, de 27 de maio de 1998;
XXIV - Resolução nº 182, de 25 de junho de 1998;
XXV - Resolução nº 189, de 12 de agosto de 1998;
XXVI - Resolução nº 193, de 23 de setembro de 1998;
XXVII - Resolução nº 199, de 4 de novembro de 1998;
XXVIII -Resolução nº 201, de 26 de novembro de 1998;
XXIX - Resolução nº 203, de 17 de dezembro de 1998;
XXX - Resolução nº 209, de 3 de julho de 1999;
XXXI - Resolução nº 219, de 28 de setembro de 1999;
XXXII - Resolução nº 232, de 30 de março de 2000;
XXXIII - Resolução nº 242, de 4 de outubro de 2000;
XXXIV - Resolução nº 254, de 4 de outubro de 2000;
XXXV - Resolução nº 261, de 29 de março de 2001;
XXXVI - Resolução nº 279, de 27 de março de 2002;
XXXVII - Resolução nº 306, de 6 de novembro de 2002;
XXXVIII - Resolução nº 315, de 4 de abril de 2003;
XXXIX - Resolução nº 316, de 11 de abril de 2003;
XL - Resolução nº 388, de 30 de abril de 2004;
XLI - Resolução nº 393, de 8 de junho de 2004;
XLII - Resolução nº 411, de 23 de novembro de 2004;
XLIII - Resolução nº 417, de 23 de dezembro de 2004;
XLIV - Resolução nº 426, de 12 de abril de 2005;
XLV - Resolução nº 463, de 1º de dezembro de 2005;
XLVI - Resolução nº 465, de 22 de dezembro de 2005;
XLVII - Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005;
XLVIII - Resolução nº 500, de 18 de julho de 2006;
XLIX - Resolução nº 501, de 18 de julho de 2006;
L - Resolução nº 502, de 18 de julho de 2006;
LI - Resolução nº 515, de 20 de novembro de 2006;
LII - Resolução nº 529, de 2 de abril de 2007;
LIII - Resolução nº 549, de 2 de agosto de 2007;
LIV - Resolução nº 550, de 2 de agosto de 2007;
LV - Resolução nº 553, de 28 de agosto de 2007;
LVI - Resolução nº 585, de 4 de dezembro de 2008;
LVII - Resolução nº 590, de 11 de fevereiro de 2009;
LVIII - Resolução nº 591, de 11 de fevereiro de 2009;
LIX - Resolução nº 592, de 11 de fevereiro de 2009;
LX - Resolução nº 595, de 30 de março de 2009;
LXI - Resolução nº 606, de 27 de maio de 2009;
LXII - Resolução nº 607, de 27 de maio de 2009;
LXIII - Resolução nº 608, de 27 de maio de 2009;
LXIV - Resolução nº 609, de 27 de maio de 2009;
LXV - Resolução nº 616, de 28 de julho de 2009;
LXVI - Resolução nº 619, de 5 de novembro de 2009;
LXVII - Resolução nº 622, de 9 de dezembro de 2009;
LXVIII - Resolução nº 637, de 12 de abril de 2010;
LXIX - Resolução nº 647, de 7 de julho de 2010;
LXX - Resolução nº 651, de 26 de agosto de 2010;
LXXI - Resolução nº 657, de 16 de dezembro de 2010;
LXXII - Resolução nº 659, de 17 de janeiro de 2011;
LXXIII - Resolução nº 662, de 24 de fevereiro de 2011;
LXXIV - Resolução nº 665, de 26 de maio de 2011;
LXXV - Resolução nº 686, de 23 de janeiro de 2012;
LXXVI - Resolução nº 687, de 29 de fevereiro de 2012;
LXXVII - Resolução nº 688, de 15 de março de 2012;
LXXVIII - Resolução nº 699, de 30 de agosto de 2012;
LXXIX - Resolução nº 705, de 13 de dezembro de 2012;
LXXX - Resolução nº 707, de 10 de janeiro de 2013;
LXXXI - Resolução nº 709, de 22 de maio de 2013;
LXXXII - Resolução nº 735, de 29 de setembro de 2014;
LXXXIII - Resolução nº 736, de 8 de outubro de 2014;
LXXXIV - Resolução nº 737, de 8 de outubro de 2014;
LXXXV - Resolução nº 742, de 31 de março de 2015;
LXXXVI - Resolução nº 745, de 27 de maio de 2015;
LXXXVII - Resolução nº 749, de 2 de julho de 2015;
LXXXVIII - Resolução nº 754, de 26 de agosto de 2015;
LXXXIX - Resolução nº 757, de 16 de dezembro de 2015;
XC - Resolução nº 759, de 9 de março de 2016;
XCI - Resolução nº 781, de 22 de fevereiro de 2017;
XCII - Resolução nº 817, de 28 de agosto de 2018;
XCIII - Resolução nº 818, de 28 de agosto de 2018;
XCIV - Resolução nº 847, de 28 de novembro de 2019; e,
XCV - Resolução nº 873, de 24 de agosto de 2020.

Art. 69. Esta Resolução entra em vigor na data de 3 de outubro de 2022.

CAIO MARIO ALVARES
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1- Arquivamento:

1.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	13175.101030/2021-15	213450399	HM Limpeza e Serviços Eireli	SE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2162 (28054073), resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical do processo n.º 19964.111698/2022-41, de interesse do Sindicato dos Fisioterapeutas Servidores Públicos do Amazonas - SINFISIO/AM, CNPJ n.º 44.233.739/0001-19, tendo em vista a irregularidade de documentação apresentada após notificação de saneamento, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, incisos I e II, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e na Analise Técnica SEI nº 351 (27651663), resolve: INDEFERIR a impugnação nº 19964.113306/2022-89 (27577065), de interesse do SINTRAMGEM - Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de General Maynard - SE (27651549), CNPJ: 13.564.611/0001-04 (impugnante 1); a impugnação nº 19964.113301/2022-56 (27576431), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos de Propriá- Sergipe (Impugnante 2), CNPJ: 07.135.559/0001-78 (26692064); impugnação nº 19964.113322/2022-71 (27584246), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Umbaúba - Sergipe (Impugnante 3), CNPJ: 07.359.204/0001-62 (27651492), nos termos do art. 249, inciso VIII da Portaria MTP de 08 de novembro de 2021, e DEFERIR o Registro Sindical ao SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS E REGIAO - SINTRAGUARDAS (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.109893/2022-10, CNPJ: 24.924.976/0001-19; para representar a categoria profissional dos Guardas Municipais, com abrangência intermunicipal e com base territorial nos municípios de Laranjeiras, Santa Rosa de Lima, Itabaiana, Lagarto, Umbaúba, Simão Dias, Tobias Barreto, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Propriá, Porto da Folha, Amparo de São Francisco, Pirambu no Estado de Sergipe , nos termos do iniciso II do art. 252, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ: 33.721.911/0001-67, Processo: 24000.004348/89-11; excluindo a categoria dos Guardas Municipais nos municípios de Laranjeiras, Santa Rosa de Lima, Itabaiana, Lagarto, Umbaúba, Simão Dias, Tobias Barreto, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Propriá, Porto da Folha, Amparo de São Francisco, Pirambu, Estado de Sergipe B) SINDGUARDAS/SE - Sindicato de Guardas Municipais do Estado de Sergipe, CNPJ: 12.808.434/0001-00, Processo 46221.004288/2012-30; excluindo os municípios de Laranjeiras, Santa Rosa de Lima, Itabaiana, Lagarto, Umbaúba, Simão Dias, Tobias Barreto, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Propriá, Porto da Folha, Amparo de São Francisco, Pirambu, Eatado de Sergipe C) SINTRAMLA - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Laranjeiras/SE, CNPJ: 01.530.890/0001-06, Processo 46221.003490/2011-63; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe D) SEPUMI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itabaiana-Sergipe, CNPJ: 07.304.896/0001-41, Processo 46221.001388/2011-23; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Itabaiana, Estado de Sergipe E) SINDLAGARTO-SERGIPE - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGARTO, CNPJ: 09.012.321/0001-80, Processo 46221.004836/2010-60; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Lagarto, Estado de Sergipe F) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Umbaúba - Sergipe, CNPJ: 07.359.204/0001-62, Processo 46221.004562/2008-94; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Umbaúba, Estado de Sergipe G) SINDISERVSD - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Simão Dias - SE, CNPJ: 11.091.884/0001-53, Processo 46221.004847/2011-21; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Simão Dias, Estado de Sergipe H) Sindicato do Servidores Públicos do Município de Tobias Barreto/SE, CNPJ: 13.826.969/0001-11, processo 46221.005957/2011-18; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe I) SINDISMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais dos Municípios de Maruim , General Maynard e Rosário do Catete. CNPJ: 32.896.045/0001-82, Processo 46000.016966/2002-30; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Maruim, Estado de Sergipe J) SINTRAMGEM - Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de General Maynard - SE, CNPJ: 13.564.611/0001-04, Processo 46221.009643/2016-91; excluindo a categoria dos Guardas Municipais nos municípios de General Maynard e Rosário do Catete, Estado de Sergipe K) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Cidade de Barra dos Coqueiros - SINDIBARRA - SE, CNPJ: 06.046.919/0001-00, Processo 46000.016370/2004-00; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe L) Sindicato dos Servidores Públicos de Propiá- Sergipe, CNPJ: 07.135.559/0001-78, processo 19964.106921/2021-58; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Propiá, Estado de Sergipe M) SIMPOF - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Porto da Folha, CNPJ: 32.712.978/0001-72, Processo 46221.002601/2011-14; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Porto da Folha, Estado de Sergipe N) SINDIAMPARO - Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Amparo do São Francico-SE, CNPJ: 09.061.054/0001-31, Processo 46221.004478/2011-76; excluindo a categoria dos Guardas Municipais no município de Amparo de São Francisco, Estado de Sergipe, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2142 (28000260), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E BENEFECIAMENTO DE MINÉRIOS DE ARUJÁ E REGIÃO, CNPJ n.º 74.504.887/0001-91, Processo 19964.110511/2022-92, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de EXTRAÇÃO DE OURO, METAIS PRECIOSOS, FERROS, METAIS BÁSICOS, CARVÃO, DA FLUORITA, DIAMANTES, PEDRAS PRECIOSAS, MARMORES, CALÇÁRIOS, PEDREIRAS, AREIAS, BARREIRAS, SAL, MADEIRAS, RESINAS, LENHAS, BORRACHA, FIBRAS VEGETAIS, CERA DE

CARNAÚBA, OLEOS VEGETAIS, ANIMAIS, DESCAROÇAMENTO DO ALGODÃO, ESTANHO, PIRITA, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINERIOS E MINERAIS NÃO METÁLICOS, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Arujá, Aparecida, Areias, Atibaia, Bananal, Bragança Paulista, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guarulhos, Guaratinguetá, Igaratá, Itaquaquecetuba, Itatiba, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pedra Bela, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luis do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Socorro, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vargem, Estado de São Paulo, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SINDGUARA - SINDICATO DOS TRABALAHDORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS, CNPJ: 06.296.824/0001-37, Processo 46219.020133/2008-11; excluindo a Categoria dos trabalhadores nas Indústrias de Extração de Borracha nos municípios de Aparecida, Areias, Atibaia, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Itatiba, Lagoinha, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São José do Barreiro, São Luis do Paraitinga, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vargem; nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2148/2022/MTP SEI 28008661, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE UIRAUNA - PB, CNPJ Nº 08.996.092/0001-13, Processo 19964.11199/2022-54 (SA06389), para representar a categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os (as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Uiraúna - PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Uiraúna, Estado da Paraíba, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2125 - (27954588), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.114430/2022-61, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE FLORÂNIA/RN, CNPJ n.º 08.181.570/0001-37, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Florânia/RN, em áreas não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2129 (27978295), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.114402/2022-44, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São José do Rio Preto e Região - SP, CNPJ 56.359.243/0001-75, para representação da categoria de todos os Profissionais Trabalhadores nas Indústrias de: I- Laticínios e Produtos Derivados; II- Panificação e Confeitaria; III- Bebidas Alcoólicas e não Alcoólicas em Geral; IV- Frio e Derivados; V- Carnes e Derivados; VI- Torrefação e Moagem; VII Suco e Concentrados; VIII- Do Milho, Mandioca, Soja, Arroz, Feijão, Amendoim, Trigo, Aveia, Centeio, Cevada, Farináceos e seus Beneficiamentos; IX- Vinagre, Azeite, Óleos Alimentícios, Gordura Vegetal e Animal; X- Cacau, Balas, Doces e Conservas Alimentícias; XI- Café, Café Solúvel, Concentrados e seu Beneficiamento e Rebeneficiamento; XI Congelados, Supercongelados, Gelo, Concentrados e Liofilizados; XIII- Sorvete; XIV- Mate, Chás e Água Mineral; XV- Massa Alimentícia e Alimentos Preparados; XVI- Biscoitos; XVII- Fumo; XVIII- Produtos Ozonizados; XIX Produtos Sub Animal; XX- Flocos e Condimentos, Fermentos e Leveduras; XXII munização e Tratamento de Frutas e derivados; XXII- Usina e Engenho de Açúcar; XXIII- Açúcar Refinado e Cristal, Adoçantes Naturais e Artificiais; Produtos à base de Mel, Própolis, inclusive mel artificial; XXIV- Refinação de Sal; XXV- Pesca; XXVI- Rações e Rações Balanceadas; XXVII Alimentos Preparados ou Semi preparados; XXVIII- Molhos e Enlatados em geral e quaisquer outros produtos de natureza Alimentícia, inclusive congelados. XXIX Produtos Embutidos, Resfriados e Frigorificados de origem animal bovina, suína, ave, peixe, crustáceos, pequenos animais, ovos e Subprodutos do Abate; XXX Produtos in natura Industrializados, mesmo que modificados, embalados e/ou alterado sua apresentação final; XXXI- Alimentos Dietéticos, Suplementos Nutricionais e Complementos Alimentares e XXXII- Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias que exercem funções Administrativas, Promotores, Demonstradores, Repositores, Distribuidores e Movimentadores da atividade principal, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Adolfo, Bady Bassitt, Bálsamo, Buritama, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Lourdes, Macaubal, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tanabi, Turiúba, Ubarana, União Paulista e Zacarias no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2099/2022/MTP SEI 27900650, resolve: PUBLICAR o pedido de registro n.º 19964.114219/2022-49 (SC22246), de interesse do Sindicato dos Empregados do Comércio de Canaã dos Carajás e Regiões - PA - SINTICCANR, CNPJ n.º 18.491.193/0001-96, para representação da categoria dos trabalhadores que trabalham nas empresas do COMÉRCIO ATACADISTA de algodão e outras fibras vegetais; carnes fresca e congelada; carvão vegetal e lenha; gêneros alimentícios(inclusive frigoríficos e laticínios); tecidos, vestuário e armarinho; louças, tintas e ferragens; material de construção; material elétrico ;produtos químicos para indústria e lavoura; drogas e medicamentos; sacaria; pedras preciosas; joias e relógios; de álcool e bebidas; couros e peles; de frutas; artigos sanitários; vidro plano, cristais e espelhos; aparelhos e materiais óticos; sucata de feiro; de café; derivados de petróleo; solventes de petróleo; minérios e pesquisas de bijuterias; COMÉRCIO VAREJISTA lojistas do comércio (estabelecimentos de tecidos, vestuário, adorno, objetos de arte, louças finas, cirurgia de móveis; gêneros alimentícios; maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas); material médico hospitalar e científico; calçados; material elétrico e aparelhos eletrodomésticos; veículos; peças e acessórios para veículos; empresas concessionárias de automóveis, caminhões, ônibus e veículos automotores; carvão vegetal e lenha; estabelecimentos de serviços funerários; material ótico, fotográfico e cinematográfico; livros; material de escritório e papelaria; derivados de petróleo (inclusive lavagem de veículos); distribuidoras de gás liquefeito, petróleo;transportador/revendedor/retalhista de óleo diesel, combustível e querosene; de garagem, estacionamento e limpeza de veículos; carnes e de produtos farmacêuticos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Curionópolis, no Estado Pará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e na Analise Técnica SEI nº (27797183) , resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALFENAS E REGIAO - SIAFAR (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.109517/2022-17 (SC22057), CNPJ: 44.765.602/0001-05; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MONTE BELO /MG (impugnante 1), CNPJ nº 21.377.460/0001-03 - Processo de Impugnação nº 19964.112807/2022-48 (27414644) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Gerais, impugnante (2,3 e 4) CNPJ nº 19.103.993/0001-55 - Processos de Impugnação nº 19964.113029/2022-12 (27489050), 19980.115413/2022-43 (27479678) e 19980.115219/2022-68 (27437231 ; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de indeferimento do processo da entidade impugnada, nos termos do artigo 247 e 248, § 1º, § 2º e § 3º, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na na Análise Técnica 364 (27917824), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato das Pequenas e Microempresas e Transportadores Autônomos de Veículos dos Municípios de Anápolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Hidrolândia, Catalão e Itumbiara - GO - SINTRAVAM, Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46208.009228/2016-13 - SC18508, CNPJ: 08.860.864/0001-95; Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos, Pequenas e Micros Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos (impugnante 1), CNPJ: 01.351.971/0001-49, Impugnação 19964.113144/2022-89, Cadastro Ativo (27917826); SINDITAC/GO - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Goiânia (impugnante 2), CNPJ: 10.966.476/0001-35, Impugnação 19964.114036/2022-23, Cadastro Ativo (27917827); para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de indeferimento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 248, § 1º, da Portaria/MTP nº 671/2021, de 8 de Novembro de 2021. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTP nº 671/2021, de 8 de Novembro de 2021, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2081 (27862731), resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical n.º 19964.114198/2022-61, de interesse do SINDICATO DOS AGRICULTORES (as) FAMILIARES E EMPREENDEDORES (as) FAMILIARES RURAIS - SAFER - DO MUNICÍPIO DE PATIS - MG, CNPJ n.º 40.714.329/0001-39, tendo em vista a insuficiência de documentação, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do art. artigo 253, incisos I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2154 (28025731), resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical do processo n° 10480.101666/2022-04, de interesse do Sindicato dos Agricultores (as) e Empreendedores (as) Familiares (as) Rurais de São Jose do Belmonte-PE - SAFER, CNPJ n.º 45.199.075/0001-81, em razão da irregularidade de documentação não passível de saneamento, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do artigo 253, incisos I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2147 (28006090), resolve: 1) ANULAR a Análise Técnica nº 1852 (SEI 27272997), publicada no D.O.U. de 19/08/2022, nº: 158, Seção: 1, Página: 84, referente ao Pedido de Registro de Incorporação n.º 19964.112238/2022-31, em razão da ausência da assinatura da autoridade competente, nos termos do art. 281 da Portaria 671/2021 c/c art. 53, da Lei nº 9.784/99, assim como todos os efeitos decorrentes; 2) ENCAMINHAR o Pedido de Registro de Incorporação n.º 19964.112238/2022-31, de interesse do SINBI - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO CALÇADO E VESTUÁRIO DE BIRIGUI, CNPJ 51.098.390/0001-15, para à Divisão de Análise de Registro Sindical para continuidade da análise, nos termos da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 849, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001283/2022-77, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Prever, CNPB nº 2016.0006-19, administrado pela Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no RS - FAPERS, CNPJ nº 87.752.200/0001-89.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 851, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001759/2022-70, resolve:

Art. 1º Aprovar a retirada de patrocínio vazia da American Tower T. Torres do Brasil Ltda., CNPJ nº 23.842.855/0001-65, do Plano de Benefícios Previsão, CNPB nº 2014.0018-47, administrado pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar, CNPJ nº 07.205.215/0001-98.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 852, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005190/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios de Contribuição Definida, sob o CNPB nº 2022.0022-29, administrado pela Johnson & Johnson Sociedade Previdenciária, CNPJ nº 54.065.776/0001-19, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada de previdência complementar comunique o início de funcionamento do plano à Previc.

Art. 2 º Aprovar o convênio de adesão celebrado pelas empresas Johnson & Johnson Industrial Ltda., CNPJ nº 59.748.988/0001-14, Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 51.780.468/0001- 87, Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda., CNPJ nº 54.516.661/0001-01, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Johnson & Johnson, CNPJ nº 45.691.128/0001-87, JJSV Produtos Óticos Ltda., CNPJ nº 58.652.728/0001-88, Johnson Clube do Brasil, CNPJ nº 45.693.256/0001-60, e JNTL Consumer Health (Brazil) Ltda., CNPJ nº 45.694.447/0001-46, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida, com a Johnson & Johnson Sociedade Previdenciária, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 3º Aprovar o termo de adesão da entidade Johnson & Johnson Sociedade Previdenciária, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios de Contribuição Definida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

DECISÕES SECULT/MTUR DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 44 - Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, conheço o recurso interposto pelo proponente "Veredas Produções EIRELI - EPP", CNPJ nº 00.614.034/0001-76, nos autos do Processo nº 01400.023164/2013-98, e CONCEDO-LHE PROVIMENTO, revertendo-se a aprovação com ressalvas para aprovação com cumprimento total do objeto e objetivos do projeto "Festival Internacional de Acordeon" - Pronac nº 13-8085, com base nas razões contidas na Análise nº 18/2022/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria-Executiva, do Ministério do Turismo.

Nº 45 - Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, NÃO CONHEÇO do recurso administrativo interposto pelo proponente "Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB", CNPJ nº 40.290.546/0001-49, nos autos do Processo nº 72031.009374/2022-58, RATIFICANDO a reprovação da prestação de contas e a restituição dos valores devidos ao erário do projeto "Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico", Pronac nº 08-5569, com base nas razões contidas no Despacho nº 1709605/2022/DIPC/CGPC/SGFT/GSE e na Análise nº 15/2022/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, ambos da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria-Executiva, do Ministério do Turismo.

Nº 46 - Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, conheço o recurso interposto pelo proponente "Umbu de-Vez Produções Culturais - ME", CNPJ nº 12.604.702/0001-63, nos autos do Processo nº 01400.041187/2014-65, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto "Pulsões" - Pronac nº 14-8504, com base nas razões contidas na Nota Técnica nº 3/2022/COAOB/CGARE/DFIND/SEFIC/SECULT, da Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial de Cultura, do Ministério do Turismo.

Nº 47 - Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, conheço o recurso interposto pelo proponente "Tucuman Distribuidora de Filmes", CNPJ nº 10.681.698/0001-01, nos autos do Processo nº 01400.005491/2011-04, e NEGO-LHE PROVIMENTO, ratificando a reprovação da prestação de contas do projeto "Odete Lara, Atriz de Cinema" - Pronac nº 11-1858, com retificação, de ofício, dos valores devidos ao erário, com base nas razões contidas na Análise nº 66/2021/CAFAV/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria-Executiva, do Ministério do Turismo.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário Especial de Cultura

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 540, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182003 - Turnê Oito Baixos de Botão
Daiane dos Santos Corrêa
CNPJ/CPF: 006.423.020-14
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 3.712,00
Valor total atual: R$ 439.331,20

181343 - Turnê Orquestras do Sul
EMERSON JOAO MAICA - ME
CNPJ/CPF: 13.450.877/0001-26
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 5.805,00
Valor total atual: R$ 567.235,20

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
211755 - MEMORIAL DA EVOLUÇÃO AGRÍCOLA - PROJETOS MUSEOGRÁFICOS E MUSEOLÓGICOS
INSTITUTO JOHN DEERE
CNPJ/CPF: 25.145.085/0002-08
Cidade: Horizontina - RS;
Valor Complementado: R$ 7.569.283,50
Valor total atual: R$ 22.850.550,99

PORTARIA Nº 541, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210290 - Casa Zion: Saber ancestral e tradições
CAMILA DA COSTA SIGNORINI
CNPJ/CPF: 397.907.808-69
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Prazo de Captação: 21/02/2022 à 31/12/2022

220307 - FESCETE - Festival de Cenas Culturais
TESCOM PROMOCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.882.083/0001-90
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2022 à 31/12/2022

202147 - Menino Movimento
ARPA Produções artísticas
CNPJ/CPF: 31.936.438/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/07/2021 à 31/12/2021

204112 - ODS ITINERANTE - Cultura na comunidade
ECOTRANSFORMA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 16.928.750/0001-68
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212074 - Mural Urbano de Arte Digital
Camilo de Lelis Belchior
CNPJ/CPF: 475.226.316-53
Cidade: Contagem - MG;
Prazo de Captação: 21/09/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
212162 - CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO, ESTUDO, DIGITALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ACERVO HISTÓRICO BRASILEIRO.
HISTORIA DE PAPEL
CNPJ/CPF: 10.535.760/0001-57
Cidade: Niterói - RJ;
Prazo de Captação: 22/09/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
193506 - 13a Mostra Cultural da Cooperifa
PENSAMENTOS VADIOS COMERCIO, PRODUCOES E SERVICOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.852.811/0001-74
Cidade: Taboão da Serra - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
212765 - July Gadiol - Music Session
JULIANA BARBOSA GADIOL
CNPJ/CPF: 318.015.738-08
Cidade: Carapicuíba - SP;
Prazo de Captação: 22/09/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)
200222 - Projeto Fazendinhando: descobrindo e espalhando cultura para a Comunidade do Jardim Colombo
UNIAO EDUCACIONAL E ESPORTIVA DO JARDIM COLOMBO
CNPJ/CPF: 19.303.968/0001-15
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 542, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210222 - 30ª Festa da Colônia de Gramado
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 263.520,00
Valor total atual: R$ 331.756,84

211382 - ERUDITA PARA TODOS - BRASIL
CNPJ/CPF: 35.117.180/0001-70
Cidade: Cianorte - PR;
Valor Reduzido: R$ 7.390,00
Valor total atual: R$ 192.245,97

220164 - Ninho Musical
Fundação Romi
CNPJ/CPF: 56.720.774/0001-41
Cidade: Santa Bárbara D'Oeste - SP;
Valor Reduzido: R$ 936,00
Valor total atual: R$ 83.164,80

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
201008 - FANI - Festival de Arte Negra de Itapecerica
NATALIA TAVARES SOUZA
CNPJ/CPF: 101.443.026-75
Cidade: Itapecerica - MG;
Valor Reduzido: R$ 58.476,00
Valor total atual: R$ 59.999,50

PORTARIA Nº 543, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193539 - Projeto Portinari - Plano Anual 2022/2023, publicado na portaria nº 0712/19 de 06/12/2019, no D.O.U. de 09/12/2019.

Onde se lê: O Plano Anual do Projeto Portinari 2020 visa a ampliação, atualização, manutenção, preservação e difusão do acervo do Projeto Portinari, permitindo o acesso do público à obra de Candido Portinari, sua vida e sua época. Compreende a realização de ações em torno de seu acervo bibliográfico e documental; manutenção e atualização do banco de dados e do Portal Portinari; realização de exposições de réplicas acompanhadas de um programa educativo com ações sociais e de acessibilidade e a reedição do livro "Candido Portinari: O Lavrador de Quadros", uma cronobiografia ilustrada sobre a obra e a vida do artista. Assim o Projeto Portinari estará prestando, a um público cada vez mais diversificado, o papel de Centro Cultural, promotor e difusor de arte e cultura, contribuindo para o processo de inclusão social por meio da difusão de um dos maiores acervos de arte do país.

Leia-se: O Plano Anual do Projeto Portinari 2022/2023 visa a ampliação, atualização, manutenção, preservação e difusão do acervo do Projeto Portinari, permitindo o acesso do público à obra de Candido Portinari, sua vida e sua época. Compreende a realização de ações em torno de seu acervo bibliográfico e documental; manutenção e atualização do banco de dados e do Portal Portinari; realização de exposições de réplicas acompanhadas de um programa educativo com ações sociais e de acessibilidade e a reedição do livro "Candido Portinari: O Lavrador de Quadros", uma cronobiografia ilustrada sobre a obra e a vida do artista. Assim o Projeto Portinari estará prestando, a um público cada vez mais diversificado, o papel de Centro Cultural, promotor e difusor de arte e cultura, contribuindo para o processo de inclusão social por meio da difusão de um dos maiores acervos de arte do país.

PRONAC: 201675 - BALLETS O LAGO DOS CISNES e DON QUIXOTE, publicado na portaria nº 0230/20 de 30/03/2020, no D.O.U. de 31/03/2020.

Onde se lê: O Projeto consiste na remontagem e apresentações de 02 Títulos: " O LAGO DOS CISNES" e "LA SYLPHIDE no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com participação dos corpos estaveis da Orquestra e Corpo de Baile do Theatro Municipal do RJ além de convidados.

Leia-se: O Projeto consiste na remontagem e apresentações de 02 Títulos: " O LAGO DOS CISNES" e "DON QUIXOTE no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com participação dos corpos estaveis da Orquestra e Corpo de Baile do Theatro Municipal do RJ além de convidados.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 544, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220899 - O Auto de Natal de Maringá
B2M PLANEJAMENTO E EXECUCAO LTDA
CNPJ/CPF: 44.618.358/0001-58
Processo: 01400000899202234
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 494.558,90
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Auto de Natal de Maringá promoverá a encenação da história do nascimento do Menino Jesus a partir da ótica de um pioneiro do Norte do Paraná, usando para isso elementos da cultura regional. Serão realizadas 3 apresentações de artes cênicas em praça pública na cidade de Maringá-PR, durante o período natalino, além da montagem de presépio como elemento cenográfico. O acesso para ambos será totalmente gratuito.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220879 - Exposição "A Imperial Guarda de Honra e os Dragões da Independência"
ASSOCIACAO MUSEU DE ARMAS HISTORICAS FERREIRA DA CUNHA
CNPJ/CPF: 31.157.878/0001-69
Processo: 01400000879202263
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 486.816,00
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização da exposição "Imperial Guarda de Honra e os Dragões da Independência", com acervo do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha, em parceria com o Museu Imperial, ambos de Petrópolis/RJ. A mostra dará maior visibilidade à coleção de armas e objetos correlatos pertencente ao Museu de Armas. Acompanha catálogo com distribuição gratuita.

220894 - EXPOSIÇÃO DINOSSAUROS - PATAGOTITAN - O MAIOR DO MUNDO - ITINERANCIA - BELO HORIZONTE
DANCALDINI DANCAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.379.932/0001-03
Processo: 01400000894202210
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.613.669,84
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Levar para Belo Horizonte a Exposição Dinossauros - Patagotitan - O maior do mundo, com a exposição de 16 modelos de dinossauros e fósseis originais. Uma parceria com o Museu Paleontológico Egidio Ferruglio. Com inserção da réplica do esqueleto em tamanho real do Dinossauro mais antigo do mundo, que é brasileiro: Buriolestes schultzi. A mostra terá 20 módulos com fósseis originais da Patagônia, 15 dinossauros - Fósseis inéditos do extremo Hemisfério Sul e 1 réplica do Dinossauro mais antigo do mundo, além de estações interativas, 2 áreas de vídeo, Cenários Cenográficos, Animações 3D e Efeitos sonoros incorporados.

220874 - Exposição: Influência Italiana na Cultura Brasileira
LUSTE PROJETOS EDITORIAIS E CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.143.368/0001-83
Processo: 01400000874202231
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 348.011,23
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A exposição "Influência Italiana na Cultura Brasileira" trata se de um projeto de valor artístico e humanístico que registrará as influências da Itália em todo o Brasil, nas áreas de Arquitetura, Artes, Gastronomia e Indústria. Assim apresentando relatos em imagens e textos de como aconteceu este desenvolvimento social, urbano, econômico e cultural do país. Um projeto de grande valor artístico e fomento a preservação da memória cultural e colonização italiana no Brasil, que através de pesquisas de materiais históricos, ilustrará fatos junto às influências e troca entre os países. Serão realizados visitas guiadas com fim de democratizar ainda mais a exposição.

220896 - Olhares da Amazônia
CAMINO CARTOES POSTAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 27.785.493/0001-79
Processo: 01400000896202209
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.800.256,00
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a realização exposições fotográficas com imagens produzidas por moradores de comunidades ribeirinhas da Região Norte do país. Além disso, o projeto ainda contempla palestras e contação de histórias que serão realizadas nas comunidades ribeirinhas.

220897 - Pegadas do Pequeno Príncipe
V + Z ARQTUAL COMUNICACAO LTDA
CNPJ/CPF: 12.128.888/0001-21
Processo: 01400000897202245
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.999.841,00
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Pegadas do Pequeno Príncipe pretende, através de uma exposição imersiva com 13 salas multimídia, uma jornada de magia e encantamento que dará vida a uma das mais icônicas obras literárias da história, o livro "O Pequeno Príncipe". Será a maior exposição já realizada sobre o livro de Antoine de Saint-Exupéry no Brasil - e parte da programação mundial de comemorações dos 80 anos. Como contrapartida social o projeto promoverá curso gratuito com 40h/aula com emissao de certificado, com temaprincipal "A Importância da literatura para as diversas etapas do ensino escolar".

220775 - Retratos do Palco - 40 Anos de Fotografia de Lenise Pinheiro
ANDRE LUIS DA SILVA SAMPAIO 07140749779
CNPJ/CPF: 34.469.476/0001-98
Processo: 01400000775202259
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.431.750,00
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto pretende montar uma exposição de fotografias da fotógrafa Lenise Pinheiro que ao longo de quatro décadas dedicou-se a fotografia da cena teatral brasileira, durante 2 meses, com acesso gratuito à população, a ser montada nos Centros Culturais do Banco do Brasil nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Serão 700 fotografias, que após o término da exposição, serão doadas ao acervo da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (100 fotografias) e aos Centros Culturais do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (300 fotografias), Belo Horizonte (200 fotografias) e Brasília (300 fotografias).

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
220893 - MEMÓRIAL DO HOMEM PANTANEIRO - EXPOSIÇÃO PERMANENTE
INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO
CNPJ/CPF: 16.575.853/0001-91
Processo: 01400000893202267
Cidade: Corumbá - MS;
Valor Aprovado: R$ 1.216.881,75
Prazo de Captação: 23/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O "Memorial do Homem Pantaneiro - exposição permanente" tem como proposito garantir a complementaridade do espaço com iluminação cênica, climatização e acessibilidade para apresentar através da exposição e das oficinas o universo de documentos e atividades que envolvem a concepção Museológica e Museográfica de um Memorial que contribui com a afirmação da cultura pantaneira da região e da cidade de Corumbá como um roteiro histórico, adequando os elementos da tradição local com a visão global indispensável ao êxito de qualquer empreendimento dessa categoria.

PORTARIA Nº 545, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022, o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021 e a Portaria MTur n° 19 de 14 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 58 da Instrução Normativa nº 01, de 4 de fevereiro de 2022, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
160681	TEATRO E DANÇA ARTE E VIDA	OMF SERVIÇOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	O projeto Teatro e dança Arte e Vida pretende fomentar o universo multicultural nas cidades de Maceó/AL, João Pessoa/PB, Natal/RN e Fortaleza/CE levando de forma gratuita 08 espetáculos de teatro e dança de origem pernambucana como arte a ser inserida na vida das pessoas. Realizaremos em centros culturais de cada cidade oficinas de teatro e dança para 30 pessaos (cada) de segunda a sexta-feira e os espetáculos de teatro e dança aos sábados e domingos, inclusive fazendo uma mostra de 02 espetáculos como resultado destas oficinas. No total serão 8 mil pessoas a serem contempladas com o projeto de forma direta.	300.000,00
182770	São Paulo - 465 Anos de História pelo Gatinho Borba	BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME	O projeto cultural "São Paulo - 465 Anos de História pelo Gatinho Borba'' será um importante registro da história da Cidade de São Paulo, contada pelo personagem Borba, o Gatinho, que utilizará a sua simpatia e crítica mordazes como um instrumento de divulgação, resgate, manutenção e respeito pela história, tradição e cultura paulistanas. A publicação ilustrada, produto principal, narrará de forma lúdica e visual os fatos, casos e "causos" históricos que marcaram o desenvolvimento e a evolução da nossa história.	159.652,58
184247	Gente é pra Brilhar - Plano Anual 2019	BANDA MUSICAL LYRA MOGIMIRIANA	O projeto pretende manter e ampliar as atividades de ensino de música que a Banda Musical Lyra Mojimiriana vem desenvolvendo há 33 anos, de forma democrática e gratuita. O projeto oferece 350 vagas nos diversos cursos oferecidos, para alunos a partir de 8 anos, além da realização de eventos e apresentações musicais abertas ao público em geral. O projeto prevê também a manutenção e aquisição de instrumentos musicais.	591.300,00
182889	Flipoços Virtual	G. S. C. EVENTOS ESPECIAIS LTDA - ME	O projeto visa a realização do Flipoços - Festival Literário Internacional de Poços de Caldas e da Feira Nacional do Livro totalmente virtuais. Trazer novas abordagens tendo sempre a literatura, como pano de fundo para compreensão sobre o novo mundo. A transmissão de todo o conteúdo é aberta ao público, promovendo a democratização do acesso ao livro e a leitura. Como contrapartida social serão realizados encontros exclusivos para professores e estudantes.	84.401,00
183499	Entrevero Instrumental	DANIELA TARTARI BRUSCO - ME	Registro das novas composições do grupo Entrevero Instrumental através da composição das músicas e da gravação do seu novo disco. O grupo apresenta um trabalho autoral de música instrumental brasileira com forte sotaque da música tradicional do sul do Brasil. Utiliza a linguagem do jazz e concepções da música contemporânea para dar novas cores aos ritmos sul brasileiros. O disco será disponibilizado gratuitamente para download.	20.378,91
184028	Mãos que Tocam VI - Plano Anual	Obras Sociais Jorge Faim Filho	Proporcional, através de aulas regulares, o aprendizado musical continuado em violão, xilofone/metalofone e canto coral para crianças, jovens e adultos, com prioridade para alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino, possibilitar a troca de experiências entre profissionais mais experientes comos profissionais locais e alunos. Modernizar as instalações da instituição para que a mesma possa proporcionar melhores resultados e promover mais atividades e produtos culturais que serão disponibilizados de forma gratuita.	200.000,00
184441	XIII Festival da Cultura Japonesa de Salvador	ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPPO BRASILEIRA DE SALVADOR	Realizar o evento XIII Festival da Cultura Japonesa de Salvador, apresentando ao público uma rica programação Artística e Cultural, mantendo viva a arte e a cultura milenar oriental, preservando as tradições do povo Japones junto aos seus descendentes no Brasil, contando com apresentações de Artes Cênicas, em especial a Dança Bon Odori e o Teatro de Kabuki, Música Instrumental e Japonesa, com apresentações de Taiko e de Instrumentos musicais milenares japoneses e ainda a realização de várias exposições de Artes Visuais. O evento atingirá pessoas de várias etnias e a expectativa de público é para o acesso de pessoas de toda região norte e nordeste do Brasil. O Festival contemplará a Arte, a Culinária, a Moda, os Jogos em Rede, enfim toda tradição e costumes do oriente.	659.302,48
178120	A ESCOLA VAI AO TEATRO 2018	MANAUARA CONVENÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA	Quarta edição do Projeto, que vem sendo realizado pelo Teatro Manauara desde 2014. Serão peças infantis, criadas e encenadas por artistas locais, misturando temáticas regionais com temas educativos. Agora visando aumentar para 8 mil alunos da Rede Pública, que receberão transporte e ingresso gratuito para o teatro. Além das peças, todos participarão de dinâmica de grupo, interagindo com os artistas, visando formação de plateia.	140.000,00
184484	PROJETO MÚSICA NAS ESCOLAS DE BARRA MANSA - A ARTE DE EDUCAR ATRAVÉS DA MÚSICA - PLANO BIENAL 2019/2020	ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE BARRA MANSA	Plano Anual para manutenção das atividades do Projeto Música nas Escolas de Barra Mansa. O Projeto, iniciado em 2003, representa um marco para omunicípio de Barra Mansa e, possibilitará a continuidade da formação musical de crianças e jovens, alunos das escolas públicas municipais, incluindo Centros de Referência em Assistência Social e, Centros de atendimento a portadores de necessidades especiais. O Processo de Musicalização, com ênfase na música instrumental, permitirá o crescimento cultural através da circulação de orquestras e bandas. As escolas de iniciação musical recebem prática com coral e pífaros e, as escolas pólos, recebem o processo de prática instrumental. Os alunos fazem prática de conjunto e se apresentam nas escolas e, os grupos estáveis circulam pelo município e pela região, descentralizando a produção cultural do Estado e, ampliando a oferta de espetáculos musicais com repertório clássico e popular.	596.800,00
179150	Yellow Sax Marine	LG Empreendimentos Culturais e Artísticos Ltda	Gravac–aÞo, prensagem e show de lançamento do CD "Yellow Sax Marine", de Leo Gandelman com participação especial de Julio Bittencourt Trio.	100.000,00
179496	ARTSONICA RESIDÊNCIA ARTÍSTICA	ZUCCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA.	O Residência Labsônica é um projeto de residência artística em artes plásticas digitais. Serão escolhidos artistas ou coletivos artísticos para desenvolver pesquisas em multilinguagens no campo das artes, cujo resultado será mostrado em exposição em um centro cultural no Rio de Janeiro, com entrada franca ao público. Cada artista selecionado terá dois meses para a pesquisa e produção, contará com estrutura física, cachê e fará duas apresentações abertas ao público com entrada franca: uma apresentação do seu processo de pesquisa e uma palestra com tema pertinente ao seu trabalho.	1.657.000,00
184547	ALGAZARRA CORAL - Ensino de música para adolescentes e jovens 2019	Ana Alice do Nascimento Silva	O Algazarra Coral é um projeto de ensino de música, através do canto coral, oferecido gratuitamente para jovens em situação de risco social da Grande Vitória. Este projeto visa captar recursos para realização das aulas/ensaios do grupo no ano letivo 2019 e realização de apresentações a fim de intensificar o trabalho e difundir o canto coral.	210.000,00
182354	Projeto: Festival Internacional de Criatividade Pixel Show - 2018	ZUPI DESIGN EDITORA CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA	O Festival Internacional de Criatividade Pixel Show reúne 35 mil pessoas em 02 dias em um espaço de 14 mil m², em atividades totalmente gratuitas, entre elas: exposições de artes visuais e artes plásticas; painéis de ilustração colaborativos; intervenções de artes visuais em sessões de live art; performances com criações realizadas ao vivo por artistas; minipalestras sobre arte, design, projetos e processos de criação artística, inovação e economia criativa em variados segmentos; produtores de publicações independentes e makers. Como atividades complementares há uma Conferência Internacional e Workshops. Para essa parte do evento há cobrança de valores acessíveis para entrada. Essas atividades têm como base os temas ligados à cultura e artes, com grande enfoque em artes visuais, design e artes plásticas, como por exemplo: aquarela, design thinking, design tactile, nanquim, tipografia, caligrafia, diagramação, toy art, lambe-lambe, stop-motion, filmes, games, ilustração, entre outras.	830.000,00
184994	Plano Anual IABSP 2019	Instituto de Arquitetos do Brasil Depto de São Paulo	O projeto "Plano Anual de Atividades do Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento de São Paulo (IABSP)" está sendo concebido com a intenção de se levar ao público da cidade de São Paulo, arquitetos, urbanistas, professores, estudantes e população em geral, uma série de eventos na sede do IABSP. O Plano Anual de Atividades do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo (IABSP)" destaca suas atividades junto às comunidades na cidade de São Paulo que a organização atua diretamente. O Plano Anual de Atividades para o ano de 2019 é composto pelos projetos: XIIXII BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO e PREMIAÇÃO IABSP	860.010,00
176109	BANDA NA ESTRADA	CORPORAÇÃO MUSICAL UNIÃO SETE DE SETEMBRO	Este projeto pretende viabilizar as apresentações musicais da Banda 07 de Setembro e oferecer oficinas de instrumentos musicais para músicos aprendizes. Todas as ações propostas pelo projeto serão oferecidas gratuitamente.	287.000,00
171101	FALA SÉRIO, GENTE!	RAIA PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA	Montagem, apresentação e turnê teatral de um espetáculo musicado infanto-juvenil, de autoria de Thalita Rebouças.	640.000,00
161921	31º Natal Luz de Gramado	AM PRODUCOES LTDA - ME	Realizar a 31ª edição do Natal Luz de Gramado durante o período de 28 de outubro de 2016 a 15 de janeiro de 2017, na cidade de Gramado/RS, que contará com os espetáculos espetáculos "Eu Sou Maria", "Grande Desfile de Natal", "Natal pelo Mundo", além das atrações da Rua Coberta, Espetáculo de Acendimento, Parada de Natal e Vila de Natal, chegando a quase 300 apresentações.	4.230.000,00
139411	Palco Treze Infantil	CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME	O projeto propõe 45 sessões de teatro, com entrada franca, a serem realizadas no Theatro Treze de Maio, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, beneficiando aproximadamente 18 mil crianças. Os espetáculos foram selecionados levando em consideração a qualidade e o público a que o projeto se destina. A platéia será formada por crianças das escolas de Santa Maria e Região, bem como a comunidade em geral.	230.790,00

164575	IDENTIDADE CULTURAL - DA LITERATURA PARA A RAZÃO	VANILDA RIBEIRO DOS SANTOS	A proposta visa apresentar uma série de 20 registros fotograficos inspirados por fragmentos extraídos da produção literária de escritores nacionais e estrangeiros, a partir do século XIV , sobre o tema SORRISO. Serão protagonistas desse ensaio fotográfico pessoas portadoras de necessidades especiais que lutam por inserir-se na sociedade, rompendo os mais diferentes tipos de barreiras. Será publicado um livro com 2.500 exemplares e 60 páginas, ao final será realizada uma exposição fotográfica.	209.000,00
146046	Livro Prosa e Poesia dos alunos do Sistema Divina Providência	ASSOCIACAO CULTURAL DIVINA PROVIDENCIA	O Livro de Prosa e Poesia dos alunos da Cidade e Lar dos Meninos - é um incentivo à produção literária juvenil, por meio da publicação de um livro, escritas por alunos do Lar e da Cidade dos Meninos de São Vicente de Paulo. O Livro que já traz como proposta, ao longo dos anos de sua publicação, a retratação da realidade vivenciada pelos alunos nas comunidades carentes na qual estão inseridos, o desenvolvimento da arte de interpretar os textos.	180.000,00
1310535	Festival Gastronômico do Paraná	Instituto Joanir Zonta	O Festival Gastronômico do Paraná, contará de uma forma divertida e saborosa a história da chegada dos imigrantes em nosso estado. Através do espetáculo gastronômico, o público terá contato com histórias, lendas, danças e receitas que fazem parte da cultura paranaense. Além do espetáculo ofereceremos 4 cursos em diferentes áreas da Gastronomia Cultural paranaense e editaremos um livro receitas tradicionais com distribuição gratuita de 1.000 exemplares.	300.000,00
148669	A Hora do Conto	Fundação Conscienciarte	Projeto sociocultural itinerante que visa consolidar um circuito cultural de difusão e circulação da cultura literária nos municípios de Paracatu, Vazante e Três Marias, contribuindo para o encurtamento da distância entre este segmento e a população de baixa renda. Tendo como atividades: Formação de 45 jovens multiplicadores do saber literário; Caravanas Literárias com atendimento a 8.000 pessoas.	146.000,00
161805	Rompendo Barreiras-Habilitação e Reabilitação de Deficiente Visual	SOCIEDADE DE AMIGOS DO DEFICIENTE VISUAL DE MINAS GERAIS (SADEVI/MG)	Promove oficinas de musicalização para capacitar e reabilitar, professores e alunos cegos do Instituto São Rafael, e externos interessados em participar de oficinas de teoria e prática de instrumentos musicais, (piano, violão, flauta, percussão e o canto) utilizando se a escrita e leitura musical método braille. Simultâneo as oficinas os participantes orientados pelos professores, irão preparar repertório (com coral e instrumentistas do Instituto São Rafael) para fazer 10 apresentações na cidade de Belo Horizonte e interior de Minas. As atividades visam fomentar esse importante recurso de habilitação e reabilitação, isso porque a alfabetização musical permite aos cegos que venham atuar como profissionais capacitados, podendo exercer atividades pedagógicas e trabalhar como instrumentistas, acreditando numa perspectiva de inclusão das pessoas com deficiência visual.	328.000,00
118216	Itinerância Gigantes Pela Própria Natureza	ANAC - Associação Nacional de Artes e Cultura	Realizar a itinerância do espetáculo teatral Gigantes pela própria natureza da Cia de Mistérios e Novidades, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Trata-se de um espetáculo de Teatro de Rua que será realizado em espaços públicos, em caráter de gratuidade e classificação livre. Inclui a realização gratuita de 05 Oficinas Integradas de Teatro de Rua, Educação corporal,Danças brasileiras,Canto e Percussão.	40.000,00
192323	Plano Anual Vaga Lume 2020	Associação Vaga Lume	Produto principal da Associação Vaga Lume, o PLANO ANUAL envolve cinco grandes atividades dentro do escopo de seus principais programas: Expedição e Rede. As atividades do Programa Expedição são: (1) formação de mediadores de leitura; (2) distribuição de acervo de literatura para comunidades rurais da Amazônia Legal brasileira; (3) valorização da cultura local; e (4) o monitoramento e avaliação das bibliotecas comunitárias; A atividades referentes ao Programa Rede são: (5) promoção do intercâmbio cultural entre crianças e adolescentes do Sudeste e da Amazônia. Ressaltamos que nosso plano anual, como um todo, é voltado a crianças e adolescentes, inclusive alunos e professores de instituições de ensino, de acesso totalmente gratuito aos mesmos. Para atendimento do disposto no art. 22 IN 02/2019 - CONTRAPARTIDAS SOCIAIS, apresentamos um produto secundário que contempla ações de mediação de leitura para professores e estudantes da rede pública, inseridos nas atividades do plano anual.	3.365.669,35
147379	Aguas do Guaiba	Libretos Comunicação ltda me	Edição de um livro de 200 páginas, com textos, fotos e ilustrações sobre a importância histórica, cultural, geográfica, urbana, econômica e antropológica do Lago Guaíba para Porto Alegre. O livro será divido em capítulos, abrangendo desde a formação do Lago, a fundação da cidade, locais e eventoshistóricos, recantos e equipamentos culturais situados em suas margens, atividades econômicas e esportivas, até os esforços para o saneamento de suas águas.	150.000,00
182657	Plano Anual de Atividades da Casa do Bom Menino de Arapongas 2019	Casa do Bom Menino de Arapongas	O Plano Anual de Atividades da Casa do Bom Menino de Arapongas (2019) tem por objetivo e meta manter as Oficinas nas áreas de Dança, Capoeira, Teatro, Música Instrumental (Flauta Doce), Canto e Coral, visando estimular as habilidades voltadas ao universo cultural, ao lado lúdico, artístico, de lazer, através da promoção de tais Oficinas com acesso gratuito. O Plano Anual visa atender o público de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, de ambos os sexos, residentes na área urbana e rural, estudantes da rede pública de ensino do 6º ao 9º ano. Como atividades de formação de plateia, serão realizadas 4 palestras com temas de conscientização para a importânica da arte e cultura. Ao final do ano será realizado um espetáculo cultural envolvendo todas as Oficinas, com entrada gratuita.	1.593.961,12
1411422	Adoradores do Sol nas Ondas da Ilha da Magia	Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba União da Ilha da Magia	Este Projeto propõe a realização do Desfile de Carnaval 2015 da Escola de Samba União da Ilha da Magia, em Florianópolis, Santa Catarina.O Desfile da escola será composto por 2500 componentes, 25 alas fantasiadas, 3 carros alegóricos, 2 tripés e 5 esculturas. O Desfile acontecerá em fevereiro de 2015, na Passarela Nego Quirido, com a participação ativa da comunidade da Bacia da Lagoa da Conceição, berço da Escola União da Ilha da Magia. Através do desfile, pretende-se surpreender o público com um espetáculo de arte e beleza, voltado à promoção e valorização da cultura popular brasileira. O enredo deste projeto vai promover um resgate da história do Surf em todo o mundo, um convite para uma viagem milenar, onde a arte de desfilar sobre as ondas ultrapassa fronteiras e une diferentes povos.	600.000,00
154985	Leva Viola - circulação de orquestras	ALPHA PRODUCOES CULTURAIS LTDA EPP	O presente projeto prevê a circulação de Orquestra de Violas Caipiras. As apresentações serão realizadas nas cidades de São Bernardo do Campo/SP,Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP, Sorocaba/SP, Cuiabá/MT. Todas as apresentações serão gratuitas. Espera-se atingir um público de aproximadamente 10 mil pessoas.	376.698,00
150141	Pioneiros e Empreendedores - A Saga do Desenvolvimento no Brasil	EXPOMUS EXPOSICOES MUSEUS PROJETOS CULTURAIS LTDA	Este projeto, constituído por exposição, ação educativo-cultural e publicações, será apresentado de março a maio de 2016 no Museu da Imigração da Secretaria de Estado da Cultura SP. Com foco na valorização cultural da memória do empreendedorismo pioneiro do país, são discutidas as trajetórias biográficas de vinte e quatro empresários que atuaram no Brasil nos dois últimos séculos, contextualizando-as na dinâmica dos processos históricos do país.A entrada a esta exposição será gratuita, mas o Museu já cobra entrada para o ingresso ao prédio. Serão distribuídos gratuitamente aos visitantes folder e caderno educativo. O caderno do professor ficará no site, para download gratuito. Serão impressos 500 catálogos, distribuídos gratuitamente.	1.563.000,00

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 57, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

211239 - O Silêncio das Rosas

ELITON JOAO DE OLIVEIRA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS E LITERARIAS EIRELI

CNPJ/CPF: 34.565.003/0001-94

Cidade: Maringá - PR;

Valor Complementado: R$ 4.840,00

Valor total atual: R$ 292.304,78

192450 - Cine Rodante 2020

CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Complementado: R$ 365.855,07

Valor total atual: R$ 1.122.665,28

204563 - Opera Omnia Padre Cícero - Padre Cícero no Crato e a sua chegada em Juazeiro

Felipe Teixeira Bueno Caixeta

CNPJ/CPF: 13.144.529/0001-20

Cidade: Juazeiro do Norte - CE;

Valor Complementado: R$ 278.000,01

Valor total atual: R$ 869.719,71

Art. 2.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

211640 - CineMarias

PURI PRODUCOES E EVENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 33.625.380/0001-09

Cidade: Muqui - ES;

Valor Reduzido: R$ 157,50

Valor total atual: R$ 580.492,50

Art. 3.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193487 - Cine Boa Praça , publicado na portaria nº 0098/19 de 13/12/2019, publicada no D.O.U. em 16/12/2019.

Onde se lê: ARAUJO E GRAVES PRODUCOES CINE VIDEO LTDA. - ME

Leia-se: CINEPLURAL CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, EXIBIÇÃO LTDA

Art. 4.º - Alterar o(s) proponente(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 203869 - Geração Reels do Futuro [Concurso, Mostra de Vídeo e Laboratório de Criação], publicado na portaria nº 0060/20 de 01/10/2020, publicada no D.O.U. em 02/10/2020.

Onde se lê: CAJU PRODUÇÕES LTDA

Leia-se: L.A. FERREIRA PRODUCOES LTDA

PRONAC: 211642 - MC.Arte - Circulação Audiovisual & de Arte Urbana, publicado na portaria nº 0059/21 de 01/10/2021, publicada no D.O.U. em 04/10/2021.

Onde se lê: CAJU PRODUÇÕES LTDA

Leia-se: L.A. FERREIRA PRODUCOES LTDA

PRONAC: 212901 - MC. Mulheres, publicado na portaria nº 0080/21 de 29/12/2021, publicada no D.O.U. em 30/12/2021.

Onde se lê: CAJU PRODUÇÕES LTDA

Leia-se: L.A. FERREIRA PRODUCOES LTDA

Art. 5.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 192450 - Cine Rodante 2020, publicado na portaria nº 0080/19 de 20/09/2019, publicada no D.O.U. em 23/09/2019.

Onde se lê: O projeto Cine Rodante 2020 edição visa democratizar o acesso à cultura, através de uma estrutura alternativa, e flexível: uma carreta móvel que se transforma em uma completa sala de cinema. A carreta circulará por 15 locais permanecendo por 2 dias em cada cidade, e exibirá sessões gratuitas de filmes para toda a população local. A entrada para assistir às sessões será gratuita com direito a pipoca e refrigerante. Serão até 5 títulos exibidos. A carreta-cinema comporta de 87 a 91 pessoas por sessão e no período de circulação do projeto serão realizadas 150 sessões de filmes.

Leia-se: O projeto Cine Rodante 2020 edição visa democratizar o acesso à cultura, através de uma estrutura alternativa, e flexível: uma carreta móvel que se transforma em uma completa sala de cinema. A carreta circulará por 19 locais permanecendo por 2 dias em cada cidade, e exibirá sessões gratuitas de filmes para toda a população local. A entrada para assistir às sessões será gratuita com direito a

pipoca e refrigerante. Serão até 5 títulos exibidos. A carreta-cinema comporta de 87 a 91 pessoas por sessão e no período de circulação do projeto serão realizadas 190 sessões de filmes.

PRONAC: 211622 - Estúdio Escola de Animação - Ano X, publicado na portaria nº 0058/21 de 23/09/2021, publicada no D.O.U. em 24/09/2021.

Onde se lê: O Estúdio Escola de Animação - Ano X é um projeto educativo que há 9 anos atua com ensino e disseminação da linguagem de animação no Rio de Janeiro. O projeto traz em seu escopo um curso de capacitação em animação com duração de 6 meses para 60 jovens de 16 a 24 anos; encontros formativos virtuais intitulados #PapoReto que trazem nomes de referência do mercado de animação para um bate papo, a Mostra Premiere com a exibição dos curtas produzidos no curso, e uma série de palestras sobre a linguagem de animação em 10 escolas e instituições públicas do Rio de Janeiro, como contrapartida social.

Leia-se: O Estúdio Escola de Animação - Ano X é um projeto educativo que há 9 anos atua com ensino e disseminação da linguagem de animação no Rio de Janeiro. O projeto traz em seu escopo, dois ciclos de um curso de capacitação em animação com duração de 6 meses cada para 105 jovens de 16 a 24 anos; encontros formativos virtuais intitulados #PapoReto que trazem nomes de referência do mercado de animação para um bate papo, uma Mostra Premiere com a exibição dos curtas produzidos no curso, um Festival de Animação com diversas atividades e uma série de palestras sobre a linguagem de animação em 10 escolas e instituições públicas do Rio de Janeiro, como contrapartida social.

Art. 6.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 7.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
212895 - ALÉM DAS APARÊNCIAS
ELDOMAR LAURICIO ROOS
CNPJ/CPF: 656.178.279-87
Cidade: Pomerode - SC;
Prazo de Captação: 22/08/2022 à 31/12/2022

210118 - Catadoras do Brasil
Maré Produções Culturais Eireli ME
CNPJ/CPF: 22.056.319/0001-71
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 02/09/2022 à 31/12/2022

220036 - CINE PLANETÁRIO
ADDING Prestação de Serviços de Produção de Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.555.988/0001-02
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 18/07/2022 à 31/12/2022

212792 - Colar de Pedras
Samya Carneiro Peruchi
CNPJ/CPF: 098.724.587-23
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 11/09/2022 à 31/12/2022

220459 - CultGames
THIAGO RAMOS DE ABREU MARIANTE
CNPJ/CPF: 156.931.617-14
Cidade: Niterói - RJ;
Prazo de Captação: 07/09/2022 à 31/12/2022

210792 - CURTA-METRAGEM PULSA PASSARINHO
MAKOTO PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS E ENTRETENIMENTO EIRELI
CNPJ/CPF: 37.481.392/0001-68
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 05/07/2022 à 31/12/2022

211674 - É assim que você me vê (Evento Virtual)
ELISABETH DE MELO DA CONCEICAO
CNPJ/CPF: 074.518.447-22
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 05/09/2022 à 31/12/2022

212459 - FESTICINI - FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA INDEPENDENTE - 4ª EDICÃO
DZ7 PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 01.346.819/0001-78
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/09/2022 à 31/12/2022

211722 - Paulo Bonavides, a ciência da democracia
Irê Brasil Produções artísticas
CNPJ/CPF: 00.860.690/0001-59
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 09/09/2022 à 31/12/2022

202138 - Polo Audiovisual Ponto Cine
Ponto das Artes de Anchieta Ltda.
CNPJ/CPF: 00.793.584/0001-08
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022

211637 - Semear Algodões - Mostra de Cinema ao Ar Livre
INSTITUTO JOÃO AYRES
CNPJ/CPF: 08.215.473/0001-18
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 06/09/2022 à 31/12/2022

210789 - TOM TAMBORIM
LUNA INICIATIVAS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.467.041/0001-34
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022

ANEXO II

211650 - ARTE E CULTURA NA SUA TELA
KEILA SILVA OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 014.789.411-54
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 08/09/2022 à 31/12/2022

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 903, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

ICP n.º 08190.0014392/22-95

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público por meio de representação feita por Rodrigo Custódio de Araújo que a ALMAVIVA DO BRASIL, empresa que comercializa seguros, tem recusado atendimento às demandas dos seus clientes que tentam cancelar os seguros contratados, alegando indisponibilidade do sistema, naquele momento da ligação telefônica, embora ele, em tese, esteja disponível;

CONSIDERANDO que estão em andamento diligências a serem realizadas por esta Promotoria, a fim de melhor elucidar os fatos e, se for o caso, reunir provas necessárias à adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais; resolve:

Com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. aguarde-se a realização de audiência designada para o dia 27/09/2022, às 15h00.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 11 - PRODEP, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil, registrado no NeoGab nº 08192.130416/2022-77, como interessados: SEE/DF e RJGF EIRELI, para apurar suspeita de danos ao patrimônio público.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 302ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2022

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo IC-000552.2011.15.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE UBATUBA, INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE APARECIDA E REGIÃO- SECHSAR - Relator: Dr. André Lacerda.

II - Consultas

Processo IC-000558.2015.03.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA, NOTICIANTE: Vara do Trabalho de Sabará - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001681.2022.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SECRETARIA DA SAÚDE - HOSPITAL SANATÓRIO PARTENON), NOTICIADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000466.2022.23.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 23ª REGIÃO/COORDENADORIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE ATUAÇÃO - COPS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

III - Conflitos de atribuições

Processo IC-000772.2016.02.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: PATRICIA MAUAD PATRUNI, SUSCITADO: MARCOS GOMES CUTRIM - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-004047.2022.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ELISA MARIA BRANT DE CARVALHO MALTA, SUSCITADO: BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000394.2022.02.003/6 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: SUSCITADO: DIEGO CATELAN SANCHES, SUSCITANTE: RODRIGO OCTÁVIO DE GODOY ASSIS MESQUITA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001809.2022.09.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: GUILHERME KIRTSCHIG, SUSCITANTE: THAÍS BARBOSA ATHAYDE DA SILVEIRA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000103.2022.15.004/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: SUSCITANTE: ANTÔNIO MARCOS FONSECA DE SOUZA, SUSCITADO: PAULO ROBERTO ASEREDO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000914.2022.17.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: EDUARDO MAIA TENORIO DA CUNHA, SUSCITANTE: MARIA NELY BEZERRA DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo PP-001468.2022.01.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ELISIANE DOS SANTOS, SUSCITANTE: MAISA GONÇALVES RIBEIRO - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-004457.2022.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: VALDIRENE SILVA DE ASSIS, SUSCITANTE: MARIZA MAZOTTI DE MORAES - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-000265.2022.03.003/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ALOÍSIO ALVES , SUSCITANTE: MELINA DE SOUSA FIORINI E SCHULZE - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-000271.2022.03.010/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: DIRCE APARECIDA FERNANDES OLIVEIRA, SUSCITANTE: FLORENÇA DUMONT OLIVEIRA - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-000138.2022.15.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: SILVIO BELTRAMELLI NETO, SUSCITADO: PAULO ROBERTO ASEREDO - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-001148.2022.17.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: ANTONIO CARLOS LOPES SOARES , SUSCITADO: KELEY KRISTIANE VAGO CRISTO - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo IC-000096.2020.03.002/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ REIS SANTOS CARVALHO , SUSCITANTE: CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-002740.2022.01.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ELISIANE DOS SANTOS, SUSCITADO: ADRIANA MARIA SILVA CUTRIM - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000305.2022.02.003/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: DIEGO CATELAN SANCHES, SUSCITANTE: RODRIGO LESTRADE PEDROSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-001750.2022.03.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ALOÍSIO ALVES , SUSCITANTE: MARIA DO CARMO DE ARAÚJO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-001977.2022.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: LUIZ ALESSANDRO MACHADO , SUSCITANTE: JULIANA BORTONCELLO FERREIRA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo PP-000315.2022.04.006/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: PRISCILA DIBI SCHVARCZ, SUSCITADO: ANDRÉ LUÍS RUSCHEL FINGER - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000485.2022.11.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: TAÍSA MASSIMO DE SOUZA DRUMOND, SUSCITADO: JOALI INGRACIA SANTOS DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-002419.2022.15.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ PEDRO DOS REIS, SUSCITANTE: RENATA NUNES FONSECA STEHLING - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

IV - Anulação ou alteração de termo de ajuste de conduta

Processo IC-000498.2012.02.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 15ª REGIÃO (PASTA SIGILOSA), NOTICIANTE: MPT / PRT 15ª REGIÃO - PTM DE ARAÇATUBA, INQUIRIDO: RAIZEN ENERGIA SA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000273.2012.15.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: GRTE - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, INQUIRIDO: SECHOTEL - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000914.2013.04.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE PORTO ALEGRE, CANOAS, ESTEIO, SAPUCAIA DO SUL, SÃO LEOPOLDO, CACHOEIRINHA, ALVORADA E GUAÍBA , INQUIRIDO: SINDICATO TRAB INDÚSTRIA TINTAS E VERNIZES DE GRAVATAÍ - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-002776.2017.05.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CEREST - CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - SALVADOR, INQUIRIDO: IMEGRA - IndUstria de MArmores e Granito - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo PP-000402.2005.12.001/2 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: DAYANA CARINA GUTERVIL DE MELLO MULAZANI, NOTICIANTE: JEZIELLE VAZ DE MATOS DA LUZ, INVESTIGADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAUDE DE JOINVILLE E REGIAO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 559, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 225.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "i", item "1", e § 3º da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 16, de 3 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 225.000,00, a fim de atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está em conformidade com o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição Federal c/c o art. 2º da Portaria nº 1.110/2022 da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. EMMANOEL PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							225.000
Atividades									
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	225.000						
02 131	0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional	225.000						
	F	4	2	90	0	100	225.000		
TOTAL - FISCAL									225.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									225.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							225.000
Atividades									
02 122	0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	225.000						
02 122	0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	225.000						
	F	4	2	90	0	100	225.000		
TOTAL - FISCAL									225.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									225.000

ATO Nº 571, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 13.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens "1" e "2" da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 16, de 3 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar tipo 402a com compensação, no valor global de R$ 13.000.000,00, a fim de atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está em conformidade com o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição Federal c/c o art. 2º da Portaria nº 1.110/2022 da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. EMMANOEL PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							13.000.000
Atividades									
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	13.000.000						
02 301	0033 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	13.000.000						
	S	3	1	90	0	100	13.000.000		
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.000.000
TOTAL - GERAL									13.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							13.000.000
Atividades									
02 301	0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.000.000						
02 301	0033 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	8.000.000						
	F	3	1	90	0	100	8.000.000		
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	645.000						
02 131	0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional	645.000						
	F	3	2	90	0	100	645.000		
02 122	0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.355.000						
02 122	0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	4.355.000						
	F	3	2	90	0	100	4.355.000		
TOTAL - FISCAL									13.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.000.000

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 235, 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo 0001505-64.2022.4.04.8000, ad referendum do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no artigo 54 da Lei Complementar 101/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2022, bem como autorizar a sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante o previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	159.547.984,78	161.079.447,34	250.903.959,05	186.470.722,08	206.163.511,27	158.640.421,38	158.196.379,19	159.161.356,91	158.449.107,03	164.666.075,58	160.018.432,47	160.962.795,05	2.084.260.192,13	5.572.801,11
Pessoal Ativo	134.411.976,07	135.829.143,12	212.911.238,99	159.846.988,96	168.325.069,73	132.753.056,63	132.517.724,48	133.341.894,55	132.593.993,35	138.352.290,07	133.649.732,95	134.755.813,00	1.749.288.921,90	5.412.801,11
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	111.326.761,31	112.652.555,87	166.765.836,59	136.213.519,49	145.397.313,97	110.116.175,83	109.853.335,81	110.553.036,20	109.883.583,36	115.399.390,78	111.035.537,76	112.090.881,40	1.451.287.928,37	5.412.801,11
Obrigações Patronais	23.085.214,76	23.176.587,25	46.145.402,40	23.633.469,47	22.927.755,76	22.636.880,80	22.664.388,67	22.788.858,35	22.710.409,99	22.952.899,29	22.614.195,19	22.664.931,60	298.000.993,53	
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.136.008,71	25.250.304,22	37.992.720,06	26.623.733,12	37.838.441,54	25.887.364,75	25.678.654,71	25.819.462,36	25.855.113,68	26.313.785,51	26.368.699,52	26.206.982,05	334.971.270,23	160.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.639.776,55	21.730.808,96	32.638.366,54	23.042.058,31	32.575.874,80	22.041.112,72	21.985.942,03	22.081.970,55	22.113.082,47	22.114.068,22	22.478.902,51	22.407.173,15	286.849.136,81	80.000,00

Pensões	3.496.232,16	3.519.495,26	5.354.353,52	3.581.674,81	5.262.566,74	3.846.252,03	3.692.712,68	3.737.491,81	3.742.031,21	4.199.717,29	3.889.797,01	3.799.808,90	48.122.133,42	80.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	26.079.833,11	25.360.054,91	38.394.906,90	21.155.746,34	37.872.673,66	26.232.829,84	25.920.646,36	25.930.886,96	26.209.737,32	26.501.220,85	26.623.994,77	26.659.862,46	332.942.393,48	170.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	124.605,88	104.641,38	150.485,67	246.341,53	34.232,12	345.465,09	241.991,65	111.424,60	354.623,64	187.435,34	255.295,25	452.880,41	2.609.422,56	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	819.218,52	5.109,31	251.701,17	12.392,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.421,54	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.136.008,71	25.250.304,22	37.992.720,06	20.897.012,27	37.838.441,54	25.887.364,75	25.678.654,71	25.819.462,36	25.855.113,68	26.313.785,51	26.368.699,52	26.206.982,05	329.244.549,38	160.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	133.468.151,67	135.719.392,43	212.509.052,15	165.314.975,74	168.290.837,61	132.407.591,54	132.275.732,83	133.230.469,95	132.239.369,71	138.164.854,73	133.394.437,70	134.302.932,59	1.751.317.798,65	5.402.801,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.756.720.599,76	0,140861%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.814.131.229,98	0,305833%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.623.424.668,48	0,290541%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.432.718.106,99	0,275250%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DIRFIC/AUDITORIA, 16/09/2022 16:00 hs

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

Nota¹ - No item "Obrigações Patronais", estão incluídos os valores correspondentes ao elemento de despesa 07- Contribuição Patronal a Entidade de Previdência Privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota² - Nas deduções, não foram efetivadas as exclusões das despesas decorrentes de decisões judiciais de fontes não vinculadas, tendo em vista dificuldades operacionais na apuração da sua competência.

Nota³ - Nas despesas não computadas, despesas de exercícios anteriores, foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2021 que integram o período de apuração do RGF do 3º Quadrimestre de 2021. Com relação aos meses do exercício de 2022, em razão de dificuldades operacionais na apuração da sua competência, os valores somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2022.

Nota€- As inscrições de RP Não Processados (ATIVOS) sofreram cancelamentos no valor total de R$ 122.198,89, sendo R$ 112.337,41 na UG 090020 e R$ 9.861,48 na UG 090019.

ROBERTO CAPELETI

Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WOLFGANG STRIEBEL

Diretor de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 828, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao segundo quadrimestre de 2022, constante do anexo I desta Portaria. –

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

ANEXO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)– –
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.236.376,06	17.369.124,29	26.547.339,71	19.742.751,65	22.887.316,69	17.359.012,41	17.473.374,48	17.706.224,78	17.692.386,47	17.678.101,40	17.140.962,90	17.238.068,81	226.071.039,65	5.761.807,26
Pessoal Ativo	14.324.112,31	14.425.380,49	22.090.403,00	16.643.688,17	18.398.437,69	14.349.781,23	14.529.760,40	14.614.886,89	14.592.058,72	14.649.479,90	14.084.003,55	14.211.641,13	186.913.633,48	3.860.000,61
–––Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.854.329,63	11.960.898,81	17.206.875,68	14.183.786,22	15.979.482,60	11.918.699,15	12.096.189,79	12.191.181,09	12.183.120,72	12.230.596,10	11.688.740,15	11.821.306,04	155.315.205,98	3.485.544,43
Obrigações Patronais	2.469.782,68	2.464.481,68	4.883.527,32	2.459.901,95	2.418.955,09	2.431.082,08	2.433.570,61	2.423.705,80	2.408.938,00	2.418.883,80	2.395.263,40	2.390.335,09	31.598.427,50	374.456,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.912.263,75	2.943.743,80	4.456.936,71	3.099.063,48	4.488.879,00	3.009.231,18	2.943.614,08	3.091.337,89	3.100.327,75	3.028.621,50	3.056.959,35	3.026.427,68	39.157.406,17	1.901.806,65
–––Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.990.090,46	2.027.369,50	3.062.213,94	2.148.708,61	3.068.180,84	2.059.924,90	2.022.994,51	2.190.568,91	2.127.394,67	2.113.419,70	2.141.757,55	2.111.225,88	27.063.849,47	1.724.359,15
Pensões	922.173,29	916.374,30	1.394.722,77	950.354,87	1.420.698,16	949.306,28	920.619,57	900.768,98	972.933,08	915.201,80	915.201,80	915.201,80	12.093.556,70	177.447,50
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1° do art. 19 da LRF)	2.912.263,75	2.943.743,80	4.462.072,48	3.138.764,00	4.488.879,00	3.017.355,09	2.943.614,08	3.295.919,61	3.351.564,46	3.256.768,40	3.065.899,56	3.057.194,96	39.934.039,19	1.624.158,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	5.135,77	63.201,32	-	8.123,91	-	204.581,72	251.236,71	228.146,90	8.940,21	30.767,28	800.133,82	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.912.263,75	2.943.743,80	4.456.936,71	3.075.562,68	4.488.879,00	3.009.231,18	2.943.614,08	3.091.337,89	3.100.327,75	3.028.621,50	3.056.959,35	3.026.427,68	39.133.905,37	1.624.158,45
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.324.112,31	14.425.380,49	22.085.267,23	16.603.987,65	18.398.437,69	14.341.657,32	14.529.760,40	14.410.305,17	14.340.822,01	14.421.333,00	14.075.063,34	14.180.873,85	186.137.000,46	4.137.648,81

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	190.274.649,27	0,015257
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	572.756.343,72	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	544.118.526,53	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	515.480.709,35	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/SET/2022 às 8h e 50min

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599 de 20 de Setembro de 2022, publicada no D.O.U. nº 180, Seção 1, de 21 de Setembro de 2022.

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor - Geral

Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.473, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2022, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, correspondente ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.913.088,78	12.847.928,95	18.759.649,43	15.538.839,27	16.346.004,56	13.228.180,28	12.932.487,95	13.000.194,47	13.286.174,93	13.022.597,59	12.889.501,33	12.817.652,64	167.582.300,18	824.334,59
Pessoal Ativo	11.304.804,21	11.350.558,55	16.510.782,92	14.027.370,81	14.089.206,03	11.699.770,26	11.420.314,44	11.550.051,36	11.731.538,63	11.546.386,05	11.413.161,10	11.353.551,89	147.997.496,25	824.334,59
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.567.136,18	9.608.098,74	13.619.949,62	12.211.570,19	12.356.613,26	9.953.378,58	9.662.861,06	9.787.046,27	9.949.970,20	9.788.784,81	9.662.373,75	9.589.276,94	125.757.059,60	824.334,59
Obrigações Patronais	1.737.668,03	1.742.459,81	2.890.833,30	1.815.800,62	1.732.592,77	1.746.391,68	1.757.453,38	1.763.005,09	1.781.568,43	1.757.601,24	1.750.787,35	1.764.274,95	22.240.436,65	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.608.284,57	1.497.370,40	2.248.866,51	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	1.554.636,30	1.476.211,54	1.476.340,23	1.464.100,75	19.584.803,93	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	995.617,69	1.018.400,88	1.548.477,48	1.040.240,96	1.560.361,58	1.039.997,95	1.002.666,24	970.517,91	1.069.376,02	993.364,03	993.364,03	993.364,03	13.225.748,80	-
Pensões	612.666,88	478.969,52	700.389,03	471.227,50	696.436,95	488.412,07	509.507,27	479.625,20	485.260,28	482.847,51	482.976,20	470.736,72	6.359.055,13	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.819.640,75	2.256.798,53	1.650.628,35	1.512.173,51	1.450.143,11	1.657.552,86	1.502.472,29	1.477.399,60	1.464.100,75	20.028.091,36	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	308.172,29	-	122.218,33	-	-	102.916,56	26.260,75	1.059,37	-	560.627,30	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	1.554.636,30	1.476.211,54	1.476.340,23	1.464.100,75	19.467.464,06	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.304.804,21	11.350.558,55	16.628.122,79	13.719.198,52	14.089.206,03	11.577.551,93	11.420.314,44	11.550.051,36	11.628.622,07	11.520.125,30	11.412.101,73	11.353.551,89	147.554.208,82	824.334,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	148.378.543,41	0,011898
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	347.200.640,36	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	329.840.608,34	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	312.480.576,32	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI; Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE; Data da emissão: 22 de setembro de 2022, 10:00hs.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

RAIMUNDA MENDES COSTA
Analista Judiciária - Auditoria Interna

LEANA BATISTA NEVES
Secretária de Administração e Finanças

Des. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA TRE-RS P Nº 1.392, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuicoes legais, resolve: Tornar publico, nos termos do Inciso III e paragrafo unico do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, o Relatorio de Gestao Fiscal, em anexo.

Des. FRANCISCO JOSE MOESCH

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alinea a) 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Nao Processados (b)
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ultimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL **(I)**	22.172.421,12	22.268.971,46	33.417.356,84	25.517.277,82	31.934.480,53	22.558.674,93	22.486.912,83	22.559.397,71	22.546.358,22	22.354.454,72	22.345.370,34	22.604.270,45	292.765.946,97	2.068.882,49
Pessoal Ativo	17.703.233,28	17.835.088,66	26.734.251,98	21.055.309,48	25.280.676,46	17.992.660,88	17.941.963,08	18.008.165,22	17.999.693,88	17.756.461,93	17.685.099,42	17.997.729,90	233.990.334,17	2.068.882,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	14.786.231,25	14.920.316,83	20.943.153,01	18.114.863,05	22.351.620,50	15.084.084,07	15.034.484,04	15.091.751,93	15.094.540,37	14.866.893,55	14.816.871,08	15.120.749,32	196.225.559,00	2.021.273,92
Obrigacoes Patronais	2.917.002,03	2.914.771,83	5.791.098,97	2.940.446,43	2.929.055,96	2.908.576,81	2.907.479,04	2.916.413,29	2.905.153,51	2.889.568,38	2.868.228,34	2.876.980,58	37.764.775,17	47.608,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.461.968,34	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	58.775.612,80	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.675.381,21	3.655.664,93	5.515.766,41	3.672.058,90	5.436.312,98	3.696.672,50	3.712.851,77	3.703.130,87	3.714.007,68	3.749.245,18	3.809.088,85	3.760.813,05	48.100.994,33	
Pensoes	793.806,63	778.217,87	1.167.338,45	789.909,44	1.217.491,09	869.341,55	832.097,98	848.101,62	832.656,66	848.747,61	851.182,07	845.727,50	10.674.618,47	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizacao ou de contratacao de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orcamentariamente														
DESPESAS NAO COMPUTADAS **(II)** (P. 1 do art. 19 da LRF)	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.921.596,29	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	59.235.240,75	
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria														
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao														
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao				459.627,95									459.627,95	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.461.968,34	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	58.775.612,80	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL **(III = I - II)**	17.703.233,28	17.835.088,66	26.734.251,98	20.595.681,53	25.280.676,46	17.992.660,88	17.941.963,08	18.008.165,22	17.999.693,88	17.756.461,93	17.685.099,42	17.997.729,90	233.530.706,22	2.068.882,49

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	235.599.588,71	0,018891
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	556.668.383,01	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	528.834.963,86	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do p. 1 do art. 59 da LRF)	501.001.544,71	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 22/09/2022 as 17h e 20m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

NOTAS:

1. Limites Maximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n. 385/2013.
2. Valor da RCL referente a Portaria STN n. 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

Des. FRANCISCO JOSE MOESCH
Presidente do Tribunal

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Diretora-Geral

FRANCISCO ALEXANDRE B. KAUSCH
Gestor Financeiro

HERBERT DIAS MIRANDA
Auditoria Interna

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 1.973, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do art. 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2022, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABRIL/22	MAIO/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	198.977.509,87	200.405.638,12	312.756.739,44	234.291.602,84	280.735.724,17	208.067.718,67	199.071.135,73	199.714.617,25	199.370.491,29	200.473.675,16	206.775.175,06	198.832.527,18	2.639.472.554,78	15.592.101,91
Pessoal Ativo	156.956.057,34	157.993.688,85	249.297.409,69	190.648.222,88	217.117.993,09	165.337.939,17	156.467.303,50	157.241.245,44	156.337.209,56	157.591.126,79	163.593.080,91	156.205.158,04	2.084.786.435,26	3.204.425,39
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	128.874.703,12	129.903.189,73	194.365.568,97	162.755.280,15	190.013.491,43	138.684.417,43	129.526.818,33	130.229.484,63	129.352.074,19	130.573.665,59	136.644.631,61	129.329.864,74	1.730.253.189,92	3.176.645,79
Obrigações Patronais	28.081.354,22	28.090.499,12	54.931.840,72	27.892.942,73	27.104.501,66	26.653.521,74	26.940.485,17	27.011.760,81	26.985.135,37	27.017.461,20	26.948.449,30	26.875.293,30	354.533.245,34	27.779,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.021.452,53	42.411.949,27	63.459.329,75	43.643.379,96	63.617.731,08	42.659.952,77	42.602.790,10	42.472.372,88	43.031.678,26	42.881.752,61	42.698.141,29	42.623.924,14	554.124.454,64	12.387.676,52
Aposentadorias, Reserva e Reformas	35.435.665,97	35.779.132,15	53.462.828,78	37.087.999,37	53.382.636,81	35.725.578,79	35.721.919,89	35.668.351,86	36.279.766,25	36.817.708,76	35.939.256,38	35.846.310,33	467.147.155,34	8.318.414,30
Pensões	6.585.786,56	6.632.817,12	9.996.500,97	6.555.380,59	10.235.094,27	6.934.373,98	6.880.870,21	6.804.021,02	6.751.912,01	6.064.043,85	6.758.884,91	6.777.613,81	86.977.299,30	4.069.262,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.826,73	1.042,13	998,93	1.603,47	795,76	483.952,86	3.445,00	561.664,88	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	41.842.079,08	42.231.203,97	63.232.635,35	39.737.547,77	63.411.493,96	42.451.536,85	42.393.088,46	42.287.146,89	42.841.176,32	42.672.911,76	42.489.300,44	42.591.227,10	548.181.347,95	13.016.514,85
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.614,86	18.338,91	0,00	0,00	176.143,81	218.097,58	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.458,91	87,06	0,00	3.175.573,15					0,00	0,00	0,00	0,00	3.177.119,12	13.016.514,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.840.620,17	42.231.116,91	63.232.635,35	36.561.974,62	63.411.493,96	42.451.536,85	42.393.088,46	42.263.532,03	42.822.837,41	42.672.911,76	42.489.300,44	42.415.083,29	544.786.131,25	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	157.135.430,79	158.174.434,15	249.524.104,09	194.554.055,07	217.324.230,21	165.616.181,82	156.678.047,27	157.427.470,36	156.529.314,97	157.800.763,40	164.285.874,62	156.241.300,08	2.091.291.206,83	2.575.587,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.737.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	2.093.866.793,89	0,167895%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	4.976.043.660,63	0,399000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.727.241.477,60	0,379050%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	4.478.439.294,57	0,359100%

FONTE: SIAFI/Tesouro Gerencial, Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição, e Receita Corrente Líquida do 2º quadrimestre-2022, divulgada pela Portaria STN n. 1.599/2022. Elaboração NUACE/CONTAB/SEOF.

NOTAS:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2. Os valores na linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente", referem-se à conversão em pecúnia, na aposentadoria, de licença prêmio não gozada (principal/atualizações), com pagamento pendente de confirmação de disponibilidade orçamentária, registrado na conta de controle contábil 86331.0100 - Despesa com Pessoal a Executar - RGF

3. Para garantir a exatidão dos dados, para fins de dedução, foram consideradas apenas despesas de exercícios anteriores realizadas no ano de 2021.

4. O percentual correspondente ao limite máximo da despesa em relação à Receita Corrente Líquida, está fixado no Decreto n. 3.917/2001.

Des. CRUZ MACEDO

Presidente do Tribunal

CID MOREIRA

Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

DANIELA LUCAS RIBEIRO DE ÁVILA

Secretária de Auditoria Interna

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 95, do dia 20/06/2022, Seção 1, páginas 114, onde se lê: RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP. 12- Processo-COFECI nº 1601/2019. Recte: UBIRATAN RODRIGUES - CRECI 11034. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Leia-se: 12-Processo-COFECI nº 1601/2019. Recte: UBIRATAN RODRIGUES - CRECI 11034. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem para aplicar a pena de Censura cumulada com Multa de 03 anuidades.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 27 DE MAIO DE 2022

Nº 073925/2022. Processo n.º 000353/2022. Número processo original: 018/2020. Recorrente: CANDIDO SAMPAIO DIAS NETO. Recorrido: CRF-PR. Relatora: ERNESTINA ROCHA DE SOUSA E SILVA. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), com fundamento no artigo 30, inciso II da Lei nº 3.820/60, artigo 1º da Lei nº 5.724/1971 e artigo 8º incisos X e XI, ambos do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014.

Nº 073926/2022. Processo n.º 009914/2021. Número processo original: 004/2019. Recorrente: DEBORA CRISTINA PIANTA. Recorrido: CRF-SP. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, decidiu à unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para reformar parcialmente a decisão recorrida, excluindo a penalidade de suspensão, mantendo a penalidade de multa de um (1) salário mínimo regional e aplicando a penalidade de advertência. Abstenção: Conselheiro Antônio Geraldo R. dos S. Júnior.

Nº 073927/2022. Processo n.º 009919/2021. Número processo original: 006/2018. Recorrente: MARIA ROSANA VIEIRA DOMINGOS. Recorrido: CRF-SP. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a penalidade de advertência, com fundamento no artigo 30 da Lei nº 3.820/60 e artigo 7º inciso I do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014. Abstenção: Conselheiro Antônio Geraldo R. dos S. Júnior.

Nº 073928/2022. Processo n.º 009922/2021. Número processo original: 007/2019. Recorrente: VICTOR SCALIANTE RAMPIM. Recorrido: CRF-SP. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a penalidade de multa de um (1) salário mínimo regional, com fundamento no artigo 30 da Lei nº 3.820/60 e artigo 8º inciso III do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014. Abstenção: Conselheiro Antônio Geraldo R. dos S. Júnior.

Nº 073929/2022. Processo n.º 009924/2021. Número processo original: 009/2019. Recorrente: CARLOS AUGUSTO PIANTA. Recorrido: CRF-SP. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo as penalidades de advertência e multa de um (1) salário mínimo regional, fundamentadas no artigo 30 da Lei nº 3.820/60, artigos 7º inciso VI e 8º inciso III, ambos do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014. Abstenção: Conselheiro Antônio Geraldo R. dos S. Júnior.

Nº 073930/2022. Processo n.º 000348/2022. Número processo original: 0051/2020. Recorrente: KARIN CRISTINA TURECK. Recorrido: CRF-PR. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. CONCLUSÃO: O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), com fundamento no artigo 30, inciso II da Lei nº 3.820/60, artigo 1º da Lei nº 5.724/1971 e artigo 8º incisos III e XX do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RETIFICAÇÃO

No Acórdão de 16 de setembro de 2022 publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de setembro de 2022, página 192, relativo ao Processo Ético SEI CFN nº 099999.000003/2021-58,

Onde se lê: "declaro que o meu voto é pela aplicação da penalidade suspensão da inscrição e proibição do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos".

Leia-se: "declaro que o meu voto é pela aplicação da penalidade suspensão da inscrição e proibição do exercício profissional pelo prazo de 3 (três) anos".

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº CFO-247, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece os critérios e valores máximos para repasse aos Conselhos Regionais de Odontologia com o objetivo de executar atividades em comemoração ao dia nacional do Cirurgião-Dentista, em 25 de outubro de 2022

A Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, "ad referendum" do Plenário, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 68.704, de 03 de junho de 1971,

Considerando que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia instituídos pela lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, constituem em seu conjunto uma autarquia;

Considerando a necessidade de execução, pelos Conselhos Regionais de Odontologia, de atos em comemoração ao dia nacional do Cirurgião-Dentista, em 25 de outubro; e

Considerando a importância de valorizar e o prestígio e bom conceito da profissão, bem como dos que a exercem legalmente, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e valores máximos para repasse, no exercício de 2022, aos Conselhos Regionais de Odontologia com o objetivo de executar atividades em comemoração ao dia nacional do Cirurgião-Dentista, em 25 de outubro de 2022.

Art. 2º. Os recursos repassados poderão ser utilizados nas atividades organizadas ou patrocinadas por aquelas autarquias que tenham como objetivo divulgar, valorizar ou comemorar o prestígio e o bom conceito da profissão, bem como dos que a exerçam legalmente, relativos à data comemorativa do dia nacional do Cirurgião-Dentista.

Art. 3º Em todos os casos, a utilização dos recursos deverá se dar de maneira racional e em total observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Art. 4º Aqueles regionais que tenham interesse em receber os recursos deverão enviar ofício ao Conselho Federal de Odontologia até o dia 30 de setembro de 2022 solicitando o repasse.

Art. 5º O Conselho Federal de Odontologia, no exercício 2022, destinará os recursos financeiros relativos a esta Resolução, observados os seguintes parâmetros:

I.Para os CRO's com até 7.000 (sete mil) cirurgiões-dentistas inscritos ativos, o valor a ser disponibilizado, em parcela única, será de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

II.Para os CRO's com 7.001 (sete mil e um) a 29.999 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove) cirurgiões-dentistas inscritos ativos, o valor a ser disponibilizado, em parcela única, será de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); e

III.Para os CRO's com 30.000 (trinta mil) ou mais cirurgiões-dentistas inscritos ativos, o valor a ser disponibilizado, em parcela única, será de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Art. 6º O Conselho Regional de Odontologia deverá prestar contas ao Conselho Federal de Odontologia até o dia 30 de novembro de 2022 da utilização do recurso objeto desta Resolução.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE
Secretário-Geral

JULIANO DO VALE
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO CRCES Nº 445, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo para o biênio 2022/2023.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a proposta encaminhada pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do CRCES;

Considerando a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, da secretaria de Governo Digital, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e que determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTIC, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, referente ao biênio 2022/2023, na forma de seu texto original, bem como sua revisão, cujos arquivos encontram-se disponíveis no sítio https://crc-es.org.br/pdtic.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO COREN/MA Nº 86, DE 9 DE MAIO DE 2022

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 118/2021; CONSIDERANDO o Regimento Interno do Regional, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 118/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 0107/2021, no art. 26 que compete ao Plenário do Coren-MA; CONSIDERANDO Resolução Cofen nº 701/2022, que dispõe sobre as Diárias, Jetons e Auxílios Representação no âmbito do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO que, o teor do art. 20, da Lei nº 11.000/2004, de 15 de dezembro de 2004, autoriza os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais; CONSIDERANDO o teor da Decisão do TCU no acordão n.0 549/2011 - Segunda Câmara (AC-0549-02/11-2) e tudo quanto consta do voto do Ministro Relator Augusto Sherman Cavalcanti no referido Decisum; CONSIDERANDO a necessidade de conceder aos Conselheiros do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão meios materiais para desempenharem suas funções, no caso de auxílio representação, em especial, também pela impossibilidade de praticarem atividades remuneradas; CONSIDERANDO que a administração pública deve pautar-se nos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição Federal, como bem assim nos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestões; CONSIDERANDO o inciso XXVI, do art. 26 do Regimento Interno do Regional, de que compete ao Plenário do Coren-MA, homologar as tabelas de cargos, salários, honorários no âmbito do Coren-MA, bem como seguir valores de diárias, auxílio representação e congêneres aprovados em Resoluções do Cofen; CONSIDERANDO a deliberação na 593ª (quingentésima nonagésima terceira) Reunião Ordinária de Plenário - ROP, realizada nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2022, decide:

Art. 1º - Aos conselheiros efetivos e suplentes convocados, é devido o pagamento de jeton pela efetiva participação nas reuniões plenárias ordinárias ou extraordinárias, ou ainda nas reuniões de Diretoria, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto ao Regional.

Parágrafo único - Consiste o jeton em verba de natureza indenizatória, transitória, circunstancial, não possuindo caráter remuneratório e que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente os conselheiros pelo comparecimento às sessões plenárias e reuniões de diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão.

Art. 2º O valor máximo a ser pago a título de Jeton, por dia de comparecimento nas reuniões plenárias ou de diretoria de que trata o art. 10 desta Decisão, no âmbito do COREN/MA, será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) cada, ficando o Conselho limitado ao pagamento de 04 (quatro) jetons totais mensais.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência, em um mesmo dia, de reunião plenária e de reunião de diretoria, havendo compatibilidade, será pago o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião plenária e o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião de diretor.

§ 2º - Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de jetons, desde que devidamente justificado e autorizado pelo plenário.

§ 3º - O jeton devido ao conselheiro presidente deverá ser acrescido do percentual de 30% (trinta por cento).

§ 4º - O jeton devido aos demais conselheiros diretores deverá ser acrescido do percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 3º Será devido o auxílio representação aos conselheiros regionais pela prática de atividades político-representativas e de gerenciamento superior, destinado à indenização dos meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto ao Conselho Federal ou ao Conselho Regional de Enfermagem.

§ 1º - O auxílio representação poderá ser pago ao profissional de enfermagem, legalmente habilitado e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, nos termos da legislação vigente, pelo desempenho de atividades político-representativas dos Conselhos, desde que expressamente convocados, nomeados ou designados para tal fim.

Art. 4º O pagamento do auxílio representação no âmbito do COREN/MA, aos conselheiros regionais, é fixado no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), correspondente a um dia de atividade representativa ou de gerenciamento superior, limitado ao número máximo mensal de 15 (quinze) auxílios representação, devendo ser requerido por meio de formulário próprio acompanhado do ato de convocação, designação ou nomeação da autoridade competente.

§ 1º O pagamento do auxílio representação de que trata o caput deste artigo será efetuado na seguinte proporção, observando-se as características peculiares no beneficiário na estrutura do Coren-MA.

I - Conselheiros, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência;

II - Membros da Diretoria, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência, acrescido de 20% (vinte por cento) sobre aquele.

III - Presidente, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência, acrescido de 30% (trinta por cento) sobre aquele.

IV - Colaboradores de nível superior, 80% (oitenta por cento) do valor unitário de referência.

V - Colaboradores nível médio, 70% (setenta por cento) do valor unitário de referência.

§ 2º - Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de auxílio de representação, desde que devidamente justificado e autorizado pela diretoria do respectivo conselho, e que não incida em dia não útil.

§ 3º - O pedido de auxílio representação cabe exclusivamente ao requerente/beneficiário designado pela autoridade competente à apresentação dos documentos necessários à sua concessão, vedada a transferência de tais obrigações a terceiros.

§ 4º - O beneficiário do auxílio representação deverá apresentar, no prazo preclusivo de até 30 (trinta) dias contados da data de realização da atividade, o relatório das ações empreendidas, acompanhada do certificado de participação ou de outros documentos comprobatórios do cumprimento da atividade representativa.

Art. 5º No âmbito do Coren-MA é vedado o pagamento cumulativo de auxílio representação e diária ao mesmo tempo, embora tenham razão de fundamentação distinta.

Art. 6º Os valores fixados nessa Decisão deverão ser atualizados anualmente, no mês de fevereiro de cada exercício, aplicando-se o índice do INPC, com a devida autorização expressa do Cofen.

Art. 7º Os procedimentos e os formulários necessários ao requerimento, concessão e prestação de contas das verbas indenizatórias encontram-se positivados no Manual de Procedimentos para Formalização do Processo de Concessão de Auxílio Representação e de Jeton, contido no Anexo I da presente Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entrará em vigor após a homologação do Cofen e, posterior publicação na Impressa Oficial, revogando-se todas as disposições em contrário, e em especial a Decisão Coren-MA nº 053/2015.

JOSÉ CARLOS COSTA ARAÚJO JÚNIOR
Presidente do Conselho

DEUSDEDE FERNANDES DA SILVA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO COREN-RN Nº 70, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o envio das Carteiras de Identificação Profissional - CIP pelos Correios e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte - Coren-RN, juntamente com o Conselheiro Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.905 de 12 de julho de 1973 e,

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN (aprovado pela Resolução COFEN nº 421/2012) em seu artigo 76, que assegura a personalidade jurídica própria, a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Coren/RN;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 560/2017, que atualiza o Manual de Procedimentos Administrativos para registro e inscrição de profissionais de Enfermagem; CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 580/2018, que estabelece normas administrativas para registro de títulos, concessão de inscrição, inscrição remida, suspensão de inscrição, cancelamento e reinscrição, inscrição secundária, substituição e renovação da carteira profissional de identidade e transferência de inscrição, que integram o anexo da Resolução Cofen nº 560/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a entrega das Carteiras de Identificação Profissional - CIPs;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário, em sua 578ª Reunião ordinária Plenária, realizada em 18 de agosto de 2022, decidem:

Art. 1º - Aprovar o envio das Carteiras de Identificação Profissional - CIP, pelos Correios e dá outras providências.

Art. 2º - A inscrição é o ato pelo qual o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte confere legalidade ao profissional para o exercício da atividade de Enfermagem.

Parágrafo único. O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para deferir os pedidos de inscrições e disponibilizar a carteira profissional de identidade.

Art. 3º - A carteira profissional de identidade poderá ser remetida ao inscrito via Correio com Aviso de Recebimento (AR), desde que seja requerido pelo interessado e a taxa de envio pelos Correios será de responsabilidade do Coren-RN.

§ 1º- Na hipótese da Carteira retornar ao Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte o inscrito será comunicado oficialmente que a carteira de identidade profissional deverá ser retirada no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

I - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias o Regional arquivará o documento.

§ 2º - O documento somente será desarquivado a pedido do inscrito.

I -O Regional não realizará a cobrança da taxa de desarquivamento de documento.

§ 3º - Serão enviadas as Carteiras de Identidade Profissional (CIP) para todos os Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, exceto Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó.

Art. 4º - A presente decisão entre em vigor na data de sua assinatura.

MANOEL EGÍDIO DA SILVA JÚNIOR
Presidente do Conselho

RUI ALVARES DE FARIA JÚNIOR
Conselheiro Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na publicação realizada no dia 16.09.2022, Edição 177 - Seção 1 - Página 849 do Diário Oficial da União, no Título da Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais, onde se lê: Portaria nº 26, de 1º de setembro de 2022, leia-se Portaria nº 24, de 1º de setembro de 2022.

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf*, *html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**

Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas
App Store Google Play

